Alfredo Boulos

História
Sociedade & Cidadania

8

MANUAL DO PROFESSOR

FTD

História
Sociedade & Cidadania

8

ALFREDO BOULOS JÚNIOR

Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo.

MANUAL DO PROFESSOR

DIVULGAÇÃO
PNLD 2020
FTD

Ensino Fundamental – Anos Finais

Componente curricular: História

4ª edição – São Paulo – 2018

FTD

Copyright © Alfredo Boulos Júnior, 2018.

Diretor editorial	Antonio Luiz da Silva Rios
Diretora editorial adjunta	Silvana Rossi Júlio
Gerente editorial	Flávia Renata P. A. Fugita
Editor	João Carlos Ribeiro Jr.
Editores assistentes	Bárbara Berges, Maiza Garcia Barrientos Agunzi, Rui C. Dias
Assistente editorial	Carolina Bussolaro Marciano
Assessoria	Cláudio A. V. Cavalcanti
Gerente de produção editorial	Mariana Milani
Coordenador de produção editorial	Marcelo Henrique Ferreira Fontes
Gerente de arte	Ricardo Borges
Coordenadora de arte	Daniela Máximo
Projeto gráfico	Sergio Cândido
Projeto de capa	Sergio Cândido
Foto de capa	Daniel Iglesias/G Tempo/Futura Press
Supervisor de arte	Vinícius Fernandes
Editores de arte	Edgar Sgai, Felipe Borba
Diagramação	Claritas Comunicação
Tratamento de imagens	Ana Isabela Pithan Maraschin, Eziquiel Racheti
Coordenadora de ilustrações e cartografia	Marcia Berne
Ilustrações	Carlos Bourdiel, Editoria de arte, Getulio Delphim, HECTOR GOMEZ, Manzi, Marcelo Camacho/Conexão, Mozart Couto, Osvaldo Sequetin, Renato Bassani
Cartografia	Allmaps, Studio Caparroz, Vespúcio Cartografia
Coordenadora de preparação e revisão	Lilian Semenichin
Supervisora de preparação e revisão	Viviam Moreira
Revisão	Adriana Périco, Camila Cipoloni, Carina de Luca, Célia Camargo, Felipe Bio, Fernanda Marcelino, Fernanda Rodrigues, Fernando Cardoso, Heloisa Beraldo, Iracema Fantaguci, Paulo Andrade, Pedro Fandi, Rita Lopes, Sônia Cervantes, Veridiana Maenaka
Supervisora de iconografia e licenciamento de textos	Elaine Bueno
Iconografia	Amanda Loos Von Losimfeldt, Caio Mazzilli, Daniel Cymbalista, Priscilla Liberato Narciso
Licenciamento de textos	Erica Brambila, Vanessa Trindade
Supervisora de arquivos de segurança	Silvia Regina E. Almeida
Diretor de operações e produção gráfica	Reginaldo Soares Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boulos Júnior, Alfredo
História sociedade & cidadania : 8º ano : ensino fundamental : anos finais / Alfredo Boulos Júnior. — 4. ed. — São Paulo : FTD, 2018.

"Componente curricular: História."
ISBN 978-85-96-01978-1 (aluno)
ISBN 978-85-96-01979-8 (professor)

1. História (Ensino fundamental) I. Título.

18-20756 CDD-372.89

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino fundamental 372.89

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB–8/9427

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Imagem de capa:

O Arraial de Belô é uma das maiores festas populares do Sudeste. Nele ocorrem apresentações típicas das festas juninas, festas essas que homenageiam santos católicos e têm suas raízes em Portugal, mas que foram reinventadas no Brasil.

Um ponto alto da festa é a apresentação de grupos de quadrilha de vários bairros de Belo Horizonte. A quadrilha é originária do interior da França e chegou ao Brasil por volta de 1820, após a instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro. Comum nos bailes da Corte, a dança deixou aos poucos os salões palacianos para animar festas populares. Algumas marcações da dança demonstram a origem francesa: balancê (de *balancer*), anavan (de *en avant*), travessê (de *traverser*).

Outro ponto ainda são as barraquinhas coloridas, que oferecem doces e salgados famosos na cidade. Mas há também aquelas que oferecem quitutes próprios do interior mineiro, comprovando assim o que disse Guimarães Rosa: "as Minas são muitas".

Reprodução proibida: Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Todos os direitos reservados à

EDITORA FTD.
Rua Rui Barbosa, 156 – Bela Vista – São Paulo – SP
CEP 01326-010 – Tel. 0800 772 2300
Caixa Postal 65149 – CEP da Caixa Postal 01390-970
www.ftd.com.br
central.relacionamento@ftd.com.br

Em respeito ao meio ambiente, as folhas deste livro foram produzidas com fibras obtidas de árvores de florestas plantadas, com origem certificada.

Impresso no Parque Gráfico da Editora FTD
CNPJ 61.186.490/0016-33
Avenida Antonio Bardella, 300
Guarulhos-SP – CEP 07220-020
Tel. (11) 3545-8600 e Fax (11) 2412-5375

SUMÁRIO

1. METODOLOGIA DA HISTÓRIA IV

1.1 Visão de área IV
1.2 Correntes historiográficas V
1.3 Pressupostos teóricos VII
1.4 Objetivos para o ensino de História VIII
1.5 Conceitos-chave da área de História VIII

2. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM XI

2.1 O conhecimento histórico escolar XI
2.2 A nova concepção de documento XII
2.3 O trabalho com imagens fixas XIII
2.4 O trabalho com imagens em movimento (O cinema na sala de aula) XVI
2.5 O Pisa e a competência leitora XVIII
2.6 A contribuição da História para a formação de leitores/escritores XX
2.7 A contribuição da História para a promoção da cidadania XXI
2.8 Textos de apoio XXIII

3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O CONTEXTO ATUAL XXVI

3.1 A Legislação que dá suporte à BNCC XXVI
3.2 A BNCC e a busca por equidade XXVI
3.3 BNCC e currículos XXVII
3.4 BNCC e a elaboração de currículos XXVII
3.5 O poder transformador da educação XXVIII
3.6 A nossa coleção e a BNCC XXVIII
3.7 As 10 competências gerais propostas pela BNCC XXVIII

4. AS SEÇÕES DO LIVRO XXIX

4.1 Página de abertura de capítulo XXIX
4.2 Corpo do capítulo XXIX
4.3 Boxes XXX
4.4 Atividades XXX
4.5 Materiais de apoio ao professor XXXII

5. PROJETOS DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR XXXII

5.1 O que é um Projeto de trabalho? XXXII
5.2 Projeto de trabalho interdisciplinar XXXIV

6. AVALIAÇÃO XLI

6.1 Orientações para a avaliação XLIII

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS XLIII

8. QUADRO DE CONTEÚDOS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES XLIV

ORIENTAÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA 1

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Em nossos dias, já ninguém duvida de que a história do mundo deve ser reescrita de tempos em tempos. Esta necessidade não decorre, contudo, da descoberta de numerosos fatos até então desconhecidos, mas do nascimento de opiniões novas, do fato de que o companheiro do tempo que corre para a foz chega a pontos de vista de onde pode deitar um olhar novo sobre o passado...

GOETHE. Geschichte der Farbenlehre. In: SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 267.

1. METODOLOGIA DA HISTÓRIA

1.1 VISÃO DE ÁREA

Vivemos hoje imersos em um presente contínuo (presentismo), que tende a tornar invisíveis as relações entre a nossa experiência presente e o passado público. Vivemos também em um universo mediado por imagens, no qual uma avalanche de personagens, fatos e processos chega até nós por meio das representações que deles são produzidas. Por isso, e cada vez mais, "substituímos nossas experiências pelas representações dessas experiências" (SALIBA, 1998b, p. 117).

Vivendo imersos nesse mundo virtual e apreendendo o que "aconteceu" por meio dos telejornais com frases sintéticas e imagens fragmentadas, os jovens são levados a identificar aquilo que estão vendo com a "verdade" e a explicar o presente com base nele próprio. Ocorre que o complemento desse presentismo avassalador é a destruição do passado, o que pode afetar muito, e negativamente, as novas gerações. Veja o que diz sobre o assunto o historiador britânico Eric Hobsbawm:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca [...]. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

Se a destruição do passado pode resultar em uma tragédia para as novas gerações, a alienação dela decorrente pode facilitar a emergência e a imposição de ditaduras brutais, como as que vitoriaram nas décadas de 1930 e 1940 em países da Europa Ocidental e Oriental. Ademais, a consciência de que o passado se perpetua no presente é fundamental para o nosso sentido de identidade. Saber o que fomos ajuda-nos a compreender o que somos; o diálogo com outros tempos aumenta a nossa compreensão do tempo presente. Como observou um estudioso:

O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos (LOWENTHAL, 1998).

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 160. (Explorando o ensino, v. 21).

Quanto ao modo de abordar o passado, consideramos importante evitar o anacronismo[1] e, seguindo a recomendação de Georges Duby, lembrar que, para conhecer uma determinada sociedade do passado, é importante nos colocarmos na pele das pessoas que viveram naqueles tempos. Essa

1 Anacronismo: consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas (BRASIL. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2012: História. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2011. p. 15).

EDUCAÇÃO PNLD 2020 FTD

postura, sugerida por ele na abordagem do medievo ocidental, é, a nosso ver, uma postura útil no trabalho com qualquer sociedade humana, independentemente de tempo ou lugar.

Como lembra Marc Bloch no seu clássico **Apologia da História ou o ofício de historiador**, além de prejudicar o conhecimento do presente, a ignorância do passado compromete também a nossa ação no presente. Assim sendo, não é demais lembrar que a História tem um duplo compromisso: com o passado e com o presente, bem como com as relações entre um e outro. Dissertando sobre esse duplo compromisso da História, Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky observaram:

> Compromisso com o presente não significa, contudo, presentismo vulgar, ou seja, tentar encontrar no passado justificativas para atitudes, valores e ideologias praticados no presente (Hitler queria provar pelo passado a existência de uma pretensa raça ariana superior às demais). Significa tomar como referência questões sociais e culturais, assim como problemáticas humanas que fazem parte de nossa vida, temas como desigualdades sociais, raciais, sexuais, diferenças culturais e sociais, embates políticos, problemas materiais e inquietações relacionadas a como interpretar o mundo, lidar com a morte, organizar a sociedade, estabelecer limites sociais, mudar esses limites, contestar a ordem, consolidar instituições, preservar tradições, realizar rupturas...
>
> Compromisso com o passado não significa estudar o passado pelo passado, apaixonar-se pelo objeto de pesquisa por ser a nossa pesquisa, sem pensar no que a humanidade pode ser beneficiada com isso. Compromisso com o passado é pesquisar com seriedade, basear-se nos fatos históricos, não distorcer o acontecido, como se esse fosse uma massa amorfa à disposição da fantasia de seu manipulador. Sem o respeito ao acontecido a História vira ficção. Interpretar não pode ser confundido com inventar. E isso vale tanto para fatos como para processos.
>
> PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 23-24.

Vale dizer ainda que o historiador se volta para o passado a partir de questões colocadas pelo presente. Depois de estabelecer um determinado recorte, ele transforma o tema em problema e seleciona o conjunto de variados documentos históricos (materiais e imateriais). A partir daí, trata-o com base em instrumentos e métodos próprios da História. Por isso se diz que toda narrativa histórica está relacionada a seu tempo e também é objeto da História.

1.2 CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS

Se por um lado "toda a história é filha do seu tempo", por outro é preciso lembrar que ela é o fruto de várias tradições de pensamento que se materializam em diferentes correntes historiográficas. No texto a seguir, a professora Sandra Regina Ferreira de Oliveira apresenta em linhas gerais, e de modo resumido, os pressupostos de três importantes escolas historiográficas, que podem ser úteis à nossa reflexão e docência. A familiaridade com essas correntes pode, por exemplo, ajudar a reconhecer a opção teórica do autor do material didático que estamos analisando e o lugar de onde ele fala.

> [...] São três as correntes mais discutidas: Positivismo, Materialismo Histórico e Nova História.
>
> Positivismo é o nome de uma corrente filosófica originada no século XVIII, no contexto do processo de industrialização da sociedade europeia. Para os pensadores positivistas cabe à história fazer um levantamento descritivo dos fatos. "A história por eles escrita é uma sucessão de acontecimentos isolados retratando, sobretudo, os feitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos etc." (BORGES, 1987, p. 32-33). Neste sentido, os documentos oficiais são as principais fontes de investigação, assim como as ações do Estado são as eleitas para constituírem a narrativa histórica. A concepção de tempo nesta forma de abordagem histórica é caracterizada pela linearidade (sucessão) dos fatos porque são os fatos o objeto de estudo da história.
>
> Com a efetivação do capitalismo na sociedade europeia do século XIX, proliferam-se as críticas à sociedade burguesa e outra teoria explicativa para a realidade foi elaborada buscando a superação da mesma – o materialismo dialético. Karl Marx e Friedrich Engels podem ser destacados como os principais pensadores desta corrente filosófica para a qual a necessidade de sobrevivência do ser humano impele-o a transformar a natureza e, ao fazê-lo, transforma a si mesmo numa relação dialética. Essa ação humana não se dá de forma isolada, mas em conjunto. Portanto, o "ponto de partida do conhecimento da realidade são as relações que os homens mantêm com a natureza e os outros homens" (BORGES, 1987, p. 35), analisadas a partir das condições materiais de existência.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A investigação histórica realizada a partir dos pressupostos do materialismo dialético considera que a realidade é dinâmica, dialética e repleta de contradições, gerada pela luta entre as diferentes classes sociais. Portanto, a concepção de tempo que podemos identificar nesta corrente de pensamento busca explicar o passado, não somente a partir do tempo do acontecimento, mas da contradição que pode ser encontrada em todo fato e, para compreender a contradição, faz necessário deslocar-se temporalmente, intentando como determinados fatos se constituíram historicamente e por que se apresentam de tal forma aos homens e mulheres no presente.

Ainda que com o materialismo histórico tenha se constituído uma forma diferente de investigação sobre o passado e, consequentemente, provocado mudanças na narrativa histórica, foi com a Nova História, mais precisamente com a Escola dos Annales, em 1929, que a concepção de tempo na historiografia sofre significativas alterações.

A alteração na concepção de tempo deve ser compreendida a partir da concepção de História, ou melhor, de como se constrói a narrativa histórica para os pensadores da Nova História. Para estes, todos os acontecimentos humanos poderiam ser entendidos como temáticas para a construção da História e não somente a narrativa dos feitos de alguns homens relacionados à história política de seus países. Da mesma forma, toda produção humana seria passível de ser entendida enquanto fonte para a pesquisa do historiador, e não somente os documentos oficiais.

Esta forma de se entender a História rompeu com a ideia do tempo do acontecimento, com a concepção de que a humanidade caminha de forma irreversível para algum ponto preestabelecido e também com a noção de um progresso linear e contínuo. O papel do historiador, nesta perspectiva, é considerar o tempo da duração nas análises dos acontecimentos. Para alcançar tal intento, não basta estudar os fatos a partir de sua organização cronológica, mas considerar também os movimentos de continuidade e mudança.

Fernand Braudel é quem anuncia a importância de considerarmos as diferentes temporalidades na investigação histórica. Para ele, há o tempo do acontecimento (breve duração), da conjuntura (média duração) e da estrutura (longa duração). Bittencourt (2008, p. 206), explicando essas diferentes concepções, afirma que:

> [...] o acontecimento (fato de breve duração) corresponde a um momento preciso: um nascimento, uma morte, a assinatura de um acordo, uma greve etc.; a estrutura (fato de longa duração), cujos marcos cronológicos escapam à percepção dos contemporâneos: a escravidão antiga ou moderna, o cristianismo ocidental, a proibição do incesto etc.; a conjuntura (fato de duração média) que resulta de flutuações mais ou menos regulares no interior de uma estrutura: a Revolução Industrial inglesa, a ditadura militar brasileira, a Guerra Fria etc.

A concepção de tempo apresentada pelos historiadores da Escola dos Annales nos indica que deve ser considerada, na construção da História, a simultaneidade das durações, assim como os movimentos de permanências e mudanças que ocorrem em uma sociedade ao longo de um determinado período. Para realizar esta abordagem, não é possível considerar somente a cronologia como ponto de partida para a compreensão do tempo histórico.

Os conteúdos e as metodologias apresentados nos livros didáticos relacionam-se diretamente com estas concepções historiográficas apresentadas aqui de forma sucinta. Nos manuais destinados aos professores, os autores explicitam suas opções teóricas, o que merece ser destacado e contribui na melhoria da qualidade das obras, visto que é ponto pacífico entre os historiadores que todos os sujeitos falam de determinados lugares sociais e que são influenciados pelas características destes lugares. Estas informações são valorizadas nas resenhas que compõem o Guia do PNLD porque é importante que o professor identifique de que "lugar" o autor fala.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira apud OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 42-45. (Explorando o Ensino, v. 21).

DIVULGAÇÃO PNLD 2023 FTD

Nesta coleção, pautamo-nos por alguns referenciais teóricos da História Nova, daí entendermos a História como um conhecimento em permanente construção; por isso tomamos o documento como ponto de partida e não de chegada na construção do conhecimento e, além disso, incorporamos a ação e a fala das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos operários e de outros sujeitos históricos antes relegados ao esquecimento.

Ao longo da obra, utilizamos também a história social inglesa, recorrendo mais de uma vez aos trabalhos de Christopher Hill, E. P. Thompson e Hobsbawm para compreender episódios decisivos na formação do mundo atual, como a Revolução Inglesa, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa, o imperialismo, o movimento operário, entre outros. Por fim, é preciso dizer que demos maior ênfase

ao conhecimento da história política e do passado público, sem prejuízo para momentos de ênfase na história cultural, por considerarmos que neste nível de ensino isso é decisivo para o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte do aluno. Com essa consciência, ele pode orientar sua prática como cidadão, exercitando a construção de saberes balizados pela:

> [...] capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017. p. 396.

Em um artigo importante sobre o assunto, a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti chama a atenção para o perigo de se valorizar o privado em detrimento do público:

> A História não é terreno do "interessante" e do mundo privado enquanto tal. Este cresce em relação direta à redução das atividades da vida pública e à consciência da cidadania, como tão bem explicou Hannah Arendt, podendo levar, como o fez nos anos 1920 e 1930, à privatização do próprio Estado pelas ditaduras nazifascistas. Tal experiência deu-se no Brasil em um passado muito próximo, durante a ditadura getulista e a ditadura militar, por mais de 45 anos, neste século. Mesmo considerando [...] fundamentais os estudos sobre a vida privada no passado e no presente [...] é fundamental rever determinada prática da investigação e do ensino da História que, inspirada em uma estreita leitura da Nova História com seus novos objetos e abordagens, acaba por não estabelecer nenhuma "relação orgânica com o passado público da época em que vivemos" (HOBSBAWM).
>
> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco apud BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 43-44. (Repensando o ensino).

1.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A seguir, vamos expor de modo simplificado os pressupostos teóricos que pautaram a nossa escrita e que, até certo ponto, se tornaram consenso entre os historiadores atuais.

1º) **É impossível resgatar episódios do passado tal qual ocorreram**. O passado está morto e não se pode "desenterrá-lo", só se pode conhecê-lo por meio de vestígios deixados pelos seres humanos na sua passagem pela Terra.

2º) **Só se pode investigar o passado por meio de questões colocadas pelo presente**. De tempos em tempos, formulam-se novas questões sobre o passado que conduzem a novas pesquisas, das quais resultam novas reescritas da História. Ou seja, cada época coloca novos problemas, e é a partir deles que nos debruçamos sobre o passado para investigar, crivar as fontes, comparar, analisar e construir uma versão dos fatos. Buscando romper com uma visão passadista da História, entendemos que o presente também é suscetível de conhecimento histórico, desde que o ancoremos na própria História.

3º) **Todo conceito possui uma história**. A cidadania na cidade de Atenas durante a Antiguidade, por exemplo, era muito diferente da cidadania no Brasil de hoje. A consciência disso é fundamental na educação histórica, seja para a construção do conceito de cidadania, seja para a sua contextualização espaço-temporal. Facilitar isso ao aluno ajuda-nos a evitar a formulação de juízos anacrônicos consubstanciados no senso comum, tais como: "o tempo passa e nada muda", "os políticos são todos iguais" e outras frases do gênero.

4º) **O conhecimento histórico é algo construído com base em um procedimento metodológico**. A História é, ela própria, uma construção. Durante muito tempo se acreditou que os historiadores chegavam a verdades definitivas. Hoje se sabe que a História produz verdades parciais. Depois da coleta, seleção e crítica dos vestígios, seguem-se a análise destes e a produção de uma versão possível sobre o fato ou processo em questão. As conclusões a que chegam os historiadores devem, por isso mesmo, ser relativizadas. Como observou um estudioso, as Ciências Humanas hoje estão convencidas de que:

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

[...] ao término de suas investigações, não é a verdade que irão encontrar, mas verdades, descobertas após um longo e penoso processo de produção histórica.

SALIBA, Elias Thomé. **A produção do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa fílmica**. São Paulo: FDE: Diretoria Técnica, 1992. p. 12. (Lições com cinema).

5º) **O conhecimento histórico é limitado**. Atualmente é consenso entre os historiadores que a História não é um saber acabado. O conhecimento histórico é algo construído com base em um método e em um conjunto de procedimentos pertinentes ao ofício do historiador. Enfim, atualmente, historiadores com diferentes perspectivas admitem que a História é uma construção e que o conhecimento histórico é parcial e incompleto, daí a necessidade de a História ser reescrita constantemente, à luz das novas pesquisas que vão sendo realizadas.

Contribuindo com esse debate, o historiador Holien Gonçalves Bezerra afirmou:

Ciente de que o conhecimento é provisório, o aluno terá condições de exercitar nos procedimentos próprios da História: problematização das questões propostas, delimitação do objeto, exame do estado da questão, busca de informações, levantamento e tratamento adequado das fontes, percepção dos sujeitos históricos envolvidos (indivíduos, grupos sociais), estratégias de verificação e comprovação de hipóteses, organização dos dados coletados, refinamento dos conceitos (historicidade), proposta de explicação para os fenômenos estudados, elaboração da exposição, redação de textos.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 42.

1.4 OBJETIVOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Nesta obra didática, levamos em conta a perspectiva do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (Saeb) no tocante aos objetivos para o ensino de História, seja para nortear a nossa compreensão da História, seja para balizar a nossa prática docente. Segundo as matrizes curriculares de referência para o Saeb, os objetivos do ensino da História são:

- facilitar a construção, por parte do educando, da capacidade de pensar historicamente, sendo que esta operação engloba uma percepção crítica e transformadora sobre os eventos e estudos históricos;
- favorecer a aquisição de conhecimentos sobre diferentes momentos históricos, a fim de desenvolver a habilidade de coordenação do tempo histórico;
- contribuir para a compreensão dos processos da História, através da análise comparada das semelhanças e diferenças entre momentos históricos, de forma a perceber a dinâmica de mudanças e permanências;
- propiciar o desenvolvimento do senso crítico do educando, no sentido de que este seja capaz de formar uma opinião possível sobre os eventos históricos estudados;
- possibilitar a integração dos conteúdos cognitivos com os aspectos afetivos e psicomotores do educando, valorizando as características relacionais nas atividades de ensino-aprendizagem.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá et al. **Matrizes curriculares de referência para o Saeb**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. p. 63.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Atingir esses objetivos, ainda que parcialmente, pode ajudar o aluno a interpretar situações concretas da vida social, posicionar-se criticamente diante da realidade vivida e construir novos conhecimentos.

1.5 CONCEITOS-CHAVE DA ÁREA DE HISTÓRIA

A disciplina História, nos anos finais do Ensino Fundamental, segundo os PCN, não pretende fazer do aluno um historiador. Seu compromisso maior é com a facilitação ao aluno do acesso à construção do conhecimento histórico, por meio do uso e do cruzamento de fontes variadas e de diferentes tipos de documento (BRASIL, 2017, p. 396). Nesta obra, trabalhamos alguns conceitos-chave na nossa disciplina – como o de História, tempo, cronologia, cultura, patrimônio cultural, identidade, memória, política e

cidadania. A seguir, organizamos uma espécie de glossário com esses conceitos, que pode ser útil ao trabalho do professor na preparação de sua aula.

História: Marc Bloch define a História como o estudo das sociedades humanas no tempo. Para ele:

O historiador nunca sai do tempo [...], ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no nó poderoso das consciências.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 135.

Seguindo a trilha aberta por Bloch, o historiador Holien Bezerra afirma que a História busca desvendar "as relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços" (BEZERRA apud KARNAL, 2003, p. 42). Outra definição de História:

[...] A história é a arte de aprender que o que é nem sempre foi, que o que não existe pôde alguma vez existir; que o novo não o é forçosamente e que, ao contrário, o que consideramos por vezes eterno é muito recente. Esta noção permite situarmo-nos no tempo, relativizar o acontecimento, descobrir as linhas de continuidade e identificar as rupturas.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 18. (Explorando o ensino, v. 21).

Há autores atuais, como Hayden White, por exemplo, que entendem a História como um gênero da literatura e querem reduzi-la à ficção. Nós discordamos dessa visão e ressaltamos que a História, ao contrário da Literatura, tem compromisso com a evidência e, parafraseando Marc Bloch, lembramos ainda que, diferentemente do literato, o historiador só pode afirmar aquilo que tem condições de provar.

Tempo: conceito-chave em História. É uma construção humana, e o tempo histórico, uma construção cultural dos povos em diferentes tempos e espaços. As principais dimensões do tempo são: duração, sucessão e simultaneidade. Isso pode ser trabalhado em aula apresentando-se as diferentes maneiras de vivenciar e apreender o tempo e de registrar a duração, a sucessão e a simultaneidade dos eventos – tais conteúdos tornam-se, portanto, objeto de estudos históricos. O tempo que interessa ao historiador é o tempo histórico, o tempo das transformações e das permanências. O tempo histórico não obedece a um ritmo preciso e idêntico como o do relógio e/ou dos calendários. Por isso o historiador considera diferentes temporalidades/durações: a longa, a média e a curta duração.

Cronologia: sistema de marcação e datação baseado nas regras estabelecidas pela ciência astronômica que tenta organizar os acontecimentos em uma sequência regular e contínua.

Cultura: entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas "formas de criar, fazer e viver" (Constituição Federal de 1988, art. 216). A cultura engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam ao longo da existência.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

Segundo os PCN:

[...] cultura é um conjunto de crenças, conhecimentos, valores, costumes, regulamentos, habilidades, capacidades e hábitos construídos pelos seres humanos em determinadas sociedades, em diferentes épocas e espaços.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias: História. Brasília: SEB, 2002. p. 71-72.

DIVULGAÇÃO FTD 2020

Sobre esse conceito, o professor Holien Gonçalves Bezerra afirma:

[...] Cultura não é apenas o conjunto de manifestações artísticas. Envolve as formas de organização do trabalho, da casa, da família, do cotidiano das pessoas, dos ritos, das religiões, das festas etc. Assim, o estudo das identidades sociais, no âmbito das representações culturais, adquire significado e importância para a caracterização de grupos sociais e de povos.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 46.

Patrimônio cultural: segundo uma estudiosa:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial [...] nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 134. (Repensando o ensino).

Identidade: pode ser definida como a construção do "eu" e do "outro" e a construção do "eu" e do "nós", que têm lugar nos diferentes contextos da vida humana e nos diferentes espaços de convívio social. Essa construção baseia-se no reconhecimento de semelhanças/diferenças e de mudanças/permanências. Sobre o assunto, disse uma ensaísta:

Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades. A identidade nacional, nessa perspectiva, é uma das identidades a ser constituídas pela História escolar, mas, por outro lado, enfrenta ainda o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial. A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 121. (Docência em formação).

A construção de identidades está relacionada também à memória.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Memória: segundo Pedro Paulo Funari:

A memória [...] é uma recriação constante do presente, do passado enquanto representação, enquanto imagem impressa na mente.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 16.

Memória pode ser definida também pelo modo como os seres humanos se lembram ou se esquecem do passado; já a História pode ser vista como a crítica da memória. Em sociedades complexas, como esta em que vivemos, a memória coletiva dá origem a lugares de memória, como museus, bibliotecas, espaços culturais, galerias, arquivos ou uma "grande" história, a história da nação. A memória nos remete à questão do tempo.

Política: o termo "política" teve sua origem na Grécia antiga e foi sendo ressignificado ao longo do tempo. A palavra "política" está estreitamente relacionada à ideia de poder. Segundo Nicolau Maquiavel (1469-1527), o fundador da política como ciência, a política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder. Já para Michel Foucault (1926-1984), o poder não se concentra somente no Estado, mas está distribuído por todo o corpo social. Seguindo essa trilha, dois estudiosos observaram que:

Há relação de poder entre pais e filhos, alunos e professores, governantes e governados, dirigentes de partido e seus filiados, patrões e empregados, líderes de associações sindicais e seus membros, e assim por diante. A verdade é que tais relações são, no mais das vezes, sutis, móveis, dispersas e de difícil caracterização.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 335.

Cidadania: o conceito de cidadania – chave na nossa proposta de ensino de História – tem como base as reflexões do historiador Jaime Pinsky:

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9.

A compreensão da cidadania em uma perspectiva histórica de lutas, confrontos e negociações, e constituída por intermédio de conquistas sociais de direitos, pode servir como referência para a organização dos conteúdos da disciplina História. Vale lembrar ainda que os conceitos possuem uma história, e que esta variou no tempo e no espaço. Cientes disso, evitamos visões anacrônicas, a-históricas ou carregadas de subjetividade.

2. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O trabalho com História na sala de aula é uma construção coletiva e se faz com base no saber aceito como legítimo pela comunidade de historiadores. Antes de tudo, porém, é preciso considerar que esse saber acadêmico não deve ser confundido com o conhecimento histórico escolar, embora lhe sirva de suporte.

2.1 O CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR

Para Bittencourt, o conhecimento histórico escolar:

[...] não pode ser entendido como mera e simples transposição de um conhecimento maior, proveniente da ciência de referência e que é vulgarizado e simplificado pelo ensino. [...] "Nenhuma disciplina escolar é uma simples filha da 'ciência-mãe'", adverte-nos Henri Moniot, e a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 25. (Repensando o ensino).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Para a construção do conhecimento em sala de aula, a historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira propõe que sejam dados os seguintes passos:

1. elege-se uma problemática (tema, período histórico);
2. tem-se o tempo como categoria principal (como o assunto em estudo foi enfrentado por outras sociedades);
3. dialoga-se com o tempo por meio das fontes (utilizam-se o livro didático, mapas, imagens, músicas [...]);
4. utilizam-se instrumentos teóricos e metodológicos (conceitos, formas de proceder);
5. constrói-se uma narrativa/interpretação/análise (pede-se um texto, um debate, uma peça teatral, uma redação, uma prova).

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 11. (Explorando o ensino, v. 21).

Em outras palavras, seleciona-se o tema e transforma-o em problema por meio de um conjunto de questões. Estuda-se, então, o passado para entrar em contato com as experiências dos seres humanos de outros tempos no enfrentamento desse problema e retorna-se ao presente.

2.2 A NOVA CONCEPÇÃO DE DOCUMENTO

Na visão positivista da História, o documento era visto, sobretudo, como prova do real. Aplicada ao livro escolar, essa forma de ver o documento assumia um caráter teleológico – o documento cumpria uma função bem específica: ressaltar, exemplificar e, sobretudo, dar credibilidade à argumentação desenvolvida pelo autor. Na sala de aula isso se reproduzia: o documento servia para exemplificar, destacar e, principalmente, confirmar a fala do professor durante a exposição.

Com a Escola dos Annales, fundada pelos historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, adveio uma nova concepção de documento que nasceu da certeza de que o passado não pode ser recuperado tal como aconteceu e que a sua investigação só pode ser feita com base em problemas colocados pelo presente. Essa nova corrente historiográfica, que se formou a partir da crítica ao positivismo, propôs um número tão grande e significativo de inovações que o historiador Peter Burke referiu-se a ela como "a Revolução Francesa da historiografia".

Contrapondo-se à escola positivista, tributária do pensamento do filósofo alemão Leopold von Ranke, que via o documento como prova do real e capaz de falar por si mesmo, a Escola dos Annales propunha uma ampliação e um novo tratamento a ser dado ao documento. Eis o que diz Jacques Le Goff, um dos teóricos da Nova História:

> A História Nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos[2], fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a História Nova, documentos de primeira ordem [...].
>
> LE GOFF, Jacques apud MARTINS, Ronaldo Marcos. **Cuidado de si e educação matemática**: perspectivas, reflexões e práticas de atores sociais (1925-1945). Tese (Doutorado). Rio Claro: Unesp, 2007. p. 23.

DIVULGAÇÃO FTD 2020

Mas se, por um lado, é consensual entre os historiadores que estamos vivendo uma "revolução documental"; por outro, a reflexão sobre o uso de documentos em sala de aula merece, a nosso ver, uma maior atenção. Com base nas reflexões daqueles que pensaram sobre o assunto e na nossa experiência docente, recomendamos que, ao trabalhar com documentos na sala de aula, o professor procure:

a) evitar ver o documento como "prova do real", procurando situá-lo como ponto de partida para se construírem aproximações em torno do episódio focalizado;

b) ultrapassar a descrição pura e simples do documento e apresentá-lo aos alunos como matéria-prima de que se servem os historiadores na sua incessante pesquisa;

c) considerar que um documento não fala por si mesmo. É necessário levantar questões sobre ele e a partir dele. Um documento sobre o qual não se sabe por quem, para que e quando foi escrito é como uma fotografia sem crédito ou legenda: não tem serventia para o historiador;

d) levar em conta que todo documento é um objeto material e, ao mesmo tempo, portador de um conteúdo;

e) considerar que não há conhecimento neutro: um documento tem sempre um ou mais autores e ele(s) tem(têm) uma posição que é necessário identificar. Visto por esse ângulo, o trabalho com documentos tem pelo menos três utilidades:

- facilita ao professor o desempenho de seu papel de mediador. A sala de aula deixa de ser o espaço onde se ouvem apenas as vozes do professor e a do autor do livro didático (tido muitas

2 Nomes dos historiadores franceses por meio dos quais a história metódica, mais conhecida como positivista, chegou ao seu auge na segunda metade do século XIX.

vezes como narrador onisciente, que tudo sabe e tudo vê) para ser o lugar onde ecoam múltiplas vozes, incluindo-se aí as vozes de pessoas que presenciaram os fatos focalizados;

- possibilita ao aluno desenvolver um olhar crítico e aperfeiçoar-se como leitor e produtor de textos históricos;
- diminui a distância entre o conhecimento acadêmico e o saber escolar, uma vez que os alunos são convidados a se iniciarem na crítica e na contextualização dos documentos, procedimento importante para a educação histórica.

2.3 O TRABALHO COM IMAGENS FIXAS

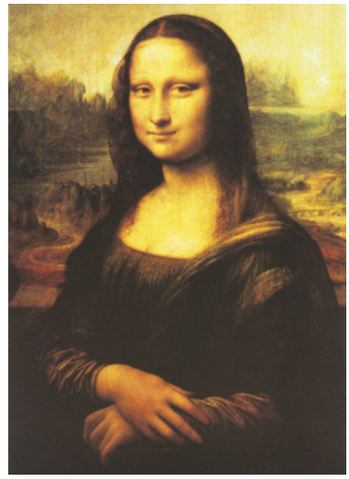
Vivemos em uma civilização da imagem. Uma grande quantidade de imagens é posta diante dos olhos dos nossos alunos todos os dias, em uma velocidade crescente, constituindo importante fonte para o conhecimento da História, o que, certamente, pode ajudar na formação de um leitor atento, crítico e autônomo: um leitor capaz de receber criticamente os meios de comunicação; capaz de perceber que a imagem efêmera que a mídia veicula como verdadeira pode ser – e quase sempre é – a imagem preferida, a que se escolheu mostrar. Esse fato não passou despercebido pelos professores, que, reconhecendo o potencial pedagógico das imagens, passaram a utilizá-las com frequência no ensino de História.

2.3.1 Cuidados ao trabalhar com imagens

Ao se decidir pelo uso de imagens fixas na sala de aula, o professor deve levar em conta que essa prática pedagógica requer vários cuidados, alguns dos quais listaremos a seguir.

A imagem é polissêmica

Misto de arte e ciência, técnica e cultura, a imagem é polissêmica. Até um simples retrato admite várias interpretações. Exemplo disso é ver um álbum de fotografias em família: uma foto que desperta alegria ou satisfação nos avós pode ser causa de inibição ou vergonha para os netos. Outro exemplo dessa característica da imagem é **Mona Lisa**, certamente o quadro mais conhecido do mundo. Já se afirmou que, se estivermos melancólicos, temos tendência a ver, no sorriso enigmático da personagem retratada, melancolia; se estivermos alegres, ela nos parecerá contente. Ou seja, ela expressa os nossos sentimentos no momento em que a vemos.



MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Mona Lisa, pintura de Leonardo da Vinci, c. 1503-1505.

A imagem é uma representação do real

De natureza polissêmica, a imagem é uma representação do real e não a sua reprodução. Sobre isso, relata Pierre Villar que certa vez perguntou a seus alunos: "O que é Guernica?". Eles lhe responderam imediatamente: "Guernica é um quadro!". Daí comenta o arguto historiador Pierre Villar:

> Efetivamente, [...] **Guernica** – no espírito de muita gente que não tem mais o cuidado de saber exatamente de onde isto surgiu – é um quadro de Picasso. [...] Guernica tornou-se a representação de um fato preciso. O fato preciso está esquecido, a representação continua.
>
> VILLAR, Pierre apud D'ALESSIO, Marcia Mansor et al (Org.). **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 30. (Prismas).

O fato preciso a que o historiador está se referindo é, como se sabe, o bombardeio da pequenina cidade espanhola de Guernica pela aviação nazista, a mando de Hitler, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). O fato, o bombardeio, ocorrido em 26 de abril de 1937, foi esquecido; a representação produzida por Picasso, um óleo sobre tela, com o nome de **Guernica**, permaneceu marcando gerações. Não é demais repetir: quando o professor perguntou: "O que é Guernica?", os alunos lhe responderam: "Guernica é um quadro!".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A imagem possui um efeito de realidade

COLEÇÃO PARTICULAR

Retrato de D. Pedro I feito pelo artista Simplício Rodrigues de Sá, c. 1826.

MUSEU IMPERIAL, PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO

Retrato de D. Pedro II feito por Pedro Américo, 1873.

O que torna mais escorregadio o terreno para quem se decide pelo uso de imagens na sala de aula é justamente o fato de a imagem possuir um efeito de realidade, ou seja, a capacidade de se parecer com a própria realidade.

Se apresentarmos ao aluno a imagem de Dom Pedro I e a de Dom Pedro II e perguntarmos qual deles é o pai e qual é o filho, muitos dirão, provavelmente, que Dom Pedro I é filho de Dom Pedro II.

Sobre a construção das imagens de Dom Pedro I, como jovem, e de Dom Pedro II, como velho, observou uma estudiosa:

> A ilustração do pai jovem e do filho velho tem causado certa perplexidade aos jovens leitores e falta a explicação do aparente paradoxo. A imagem de um D. Pedro II velho foi construída no período pós-monárquico e demonstra a intenção dos republicanos em explicar a queda de uma monarquia envelhecida que não teria continuidade. É interessante destacar a permanência dessas ilustrações na produção atual dos manuais, reforçando uma interpretação utilizada pelos republicanos no início do século XX, mesmo depois de variadas pesquisas e publicações historiográficas sobre os conflitos e tensões do período.
>
> BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 80. (Repensando o ensino).

Ver não é sinônimo de conhecer

Vivemos em um tempo em que se busca reduzir o acontecimento à sua imagem, em vez de explicá-lo e contextualizá-lo historicamente, isto é, em uma época em que querem nos fazer crer que ver é sinônimo de conhecer. No entanto, é preciso que se repita à exaustão: "eu vi" não significa "eu conheço". Assim, ver no noticiário televisivo um episódio do conflito no Oriente Médio não significa conhecer aquele conflito, seus motivos, seu contexto, o teatro de operações etc. Sobre isso, disse um estudioso:

PIVILEGIADO FNLD 2020 FTD

> Os historiadores se deparam hoje com este fenômeno histórico inusitado: a transformação do acontecimento em imagem. [...] Não se busca mais tornar politicamente inteligíveis uma situação ou um acontecimento, mas apenas mostrar sua imagem. Conhecer se reduz a ver ou, mais ainda, a "pegar no ar", já que a mensagem da mídia é efêmera. [...]
>
> SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 122. (Repensando o ensino).

Um equívoco recorrente quando o assunto é imagem é a afirmação de que a imagem fala por si mesma. Como lembrou uma ensaísta:

> É ilusório pensar-se que as imagens se comuniquem imediata e diretamente ao observador, levando sempre vantagem à palavra, pela imposição clara de um conteúdo explícito. Na maioria das vezes, ao contrário, se calam em segredo, após a manifestação do mais óbvio: por vezes, [...] em seu isolamento, se retraem à comunicação, exigindo a contextualização, única via de acesso seguro ao que possam significar. Por outro lado, são difíceis de se deixarem traduzir num código diverso como o da linguagem verbal.
>
> LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993. p. 12. (Texto e Arte, v. 9).

De fato, a imagem é captada pelo olho, mas traduzida pela palavra. Tomá-la como fonte para o conhecimento da História envolve vê-la como uma representação, uma estratégia, uma linguagem com sintaxe própria. Para obter as informações a partir dela é indispensável desnaturalizá-la e contextualizá-la, interrogando-a com perguntas, tais como: por que, por quem, em que contexto foi produzida. É indispensável, enfim, perceber que a imagem não reproduz o real. Ela congela um instante do real, "organizando-o" de acordo com uma determinada estética e visão de mundo.

2.3.2 Imagens fixas na sala de aula

O trabalho com imagens pode ajudar no desenvolvimento da competência de ler e escrever a partir do registro visual, bem como estimular as habilidades de observar, descrever, sintetizar, relacionar e contextualizar. Além disso, contribui decisivamente para a "educação do olhar", para usar uma expressão cunhada por Circe Bittencourt.

Com base nas reflexões de alguns estudiosos e na nossa experiência didática, e cientes de que essa tarefa não é das mais fáceis, propomos a seguir alguns **procedimentos** para introduzir a leitura de imagens fixas na sala de aula:

Passo 1: apresentar ao aluno uma imagem (fotografia, pintura, gravura, caricatura etc.) sem qualquer legenda ou crédito. A seguir, pedir a ele que observe a imagem e **descreva livremente** o que está vendo. A intenção é permitir ao aluno que associe o que está vendo às informações que já possui, levando em conta, portanto, seus **conhecimentos prévios**. Nessa leitura inicial, o aluno é estimulado a identificar o tema, as personagens, suas ações, posturas, vestimentas, calçados e adornos, os objetos presentes na cena e suas características, o que está em primeiro plano e ao fundo, se é uma cena cotidiana ou rara. Enfim, estimular no aluno a capacidade de observar, identificar e traçar comparações.

Passo 2: buscar com os alunos o máximo de informações **internas** e **externas** à imagem.

Para obter as **informações internas** (quando o destaque forem as pessoas), fazer perguntas como: quem são? Como estão vestidas? O que estão fazendo? Quem está em primeiro plano? E ao fundo? Já quando o destaque for um objeto, perguntar: o que é isto? Do que é feito? Para que serve ou servia? Onde se encontra?

Quanto às **informações externas**, perguntar: quem fez? Quando fez? Para que fez? Em que contexto fez?

Passo 3: de posse das informações obtidas na pesquisa, pedir que o aluno, ele próprio, produza uma legenda para a imagem. A legenda pode ser predominantemente descritiva, explicativa, analítica e/ou ainda conter uma crítica.

Professor, na produção da legenda pelo aluno estaremos trabalhando principalmente as habilidades de reconhecer, descrever, associar, relacionar, sintetizar e, por fim, contextualizar; levar os alunos a contextualizar o oceano de imagens que seus olhos absorvem a todo instante numa velocidade crescente talvez seja um dos maiores desafios do professor de História.

Por fim, uma pergunta: por que trabalhar com imagens em sala de aula?

Trabalhamos com imagens na sala de aula com três propósitos: a) educar o olhar; b) contribuir para a formação ou consolidação de conceitos; c) estimular a competência escritora.

Na nossa prática docente, nós, professores de História, habitualmente propomos um texto, interrogamos o texto e, assim, estimulamos o alunado a produzir textos a partir de um texto. O que estamos propondo é, além de continuar estimulando a produção de textos a partir de um texto, levar o alunado a produzir um texto a partir da imagem (texto para ela, sobre ela, a partir dela).

Quando usar uma imagem na aula de História? O trabalho com imagens em História pode ser feito:

a) No início de um bloco de conteúdos, para introduzir um assunto e estimular o interesse do aluno. Por exemplo, pode-se usar uma imagem atual de uma votação em sala de aula para introduzir o trabalho com o conceito de democracia na Grécia Antiga e também para evidenciar os laços que unem o passado ao presente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

BELMONTE

Tirinha de Belmonte, **História de um governo**, na qual aparecem diversas caricaturas de Getúlio Vargas.

b) Durante a exposição dialogada, como forma de elucidar um aspecto do conteúdo. No caso da prática do contrabando/desvio nas Gerais do século XVIII, por exemplo, imagens dos santos ilustram um dos recursos usados pela população das Minas para burlar o fisco, fazendo o ouro e os diamantes passarem pelas autoridades.

c) No início e no final de um bloco de conteúdos. Um exemplo é a imagem intitulada **História de um governo**, de Belmonte. No início, pode ser utilizada para provocar o aluno a falar sobre o que ele sabe ou imagina saber a respeito da personagem e sobre a relação entre a expressão fisionômica desta em cada um dos quadrinhos e as datas que aparecem neles. No final, pode ser usada para cotejar as hipóteses levantadas inicialmente pelo aluno com o conhecimento construído durante o estudo do tema.

2.4 O TRABALHO COM IMAGENS EM MOVIMENTO (O CINEMA NA SALA DE AULA)

Ao se decidir pelo uso de filmes ou vídeos em sala de aula, o professor deve levar em conta que o cinema é um misto de arte e técnica, um artefato construído para agradar e vender, que envolve equipes numerosas e altos custos de produção. Seu compromisso, muitas vezes, é com o espetáculo e não com a verdade. O ritmo com que as imagens se sucedem, e tudo o mais, é cuidadosamente pensado para esse fim. Mas o cinema é também um produto e uma expressão cultural do modo como a sociedade se vê, uma forma de lazer e de informação universal cotidianamente consumida.

2.4.1 O cinema serve ao professor de História?

Sim, certamente, mas de uma maneira muito peculiar. Daí a necessidade de tomarmos alguns cuidados ao utilizá-lo.

Primeiro, é preciso levar em conta que toda imagem cinematográfica é testemunho de uma presença: a da câmera e a da equipe que realizou a filmagem. O que vemos na tela é um registro fotomecânico, reproduzido por um projetor. Essa evidência geralmente não é percebida pelo espectador comum, ou simplesmente não interessa a ele, que busca no filme diversão e emoção por algumas horas ou minutos. Já o professor de História vê o mesmo filme com outros olhos, pois o que pretende é tratar o cinema como uma das fontes para o seu trabalho de construção/reconstrução da História.

Todo filme, seja ele ficcional ou documental, é uma fonte a ser considerada pelo historiador, pois o que se vê na tela é um tipo de registro do que aconteceu em algum lugar, em algum momento.

No gênero ficcional, temos o registro de atores, figurinos, cenários, luzes etc., filmados numa ordem diversa da que vemos na tela. A ordenação das sequências é arranjada depois, no momento da montagem. No filme documental, a câmera registra imagens selecionadas pelo documentarista, previamente ou no calor da hora. Depois de revelados os negativos, o realizador os monta, corta o que não lhe agrada, coloca-os em uma determinada ordem, dá-lhes certo ritmo, insere trechos de outros filmes, depoimentos etc. A isso se chama editar. Se ele não age assim, não temos filme, mas o que os profissionais chamam de "material bruto", algo parecido com um automóvel inteiramente desmontado que não serve a nenhum motorista.

O filme editado expressa a visão de um indivíduo ou grupo que quer nos convencer da versão que arrumou para mostrar na tela (ou no vídeo).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020

No filme **O menino do pijama listrado**, o diretor quis mostrar que a amizade entre duas crianças pode superar todas as barreiras (sociais, políticas, culturais…) e que o ódio pode ferir mortalmente aquele que odeia. Nessa obra, o filho de um oficial nazista veste uma roupa listrada para entrar, sem ser notado, onde está o seu amiguinho judeu, e acaba sendo morto pelos nazistas liderados por seu pai. Ao fazer uso do filme ficcional, sugerimos lembrar ao estudante que se está diante de uma versão, de uma representação, e não dos fatos históricos tal como eles ocorreram.

Mas nem por isso a ficção "de época" deve ser tratada como uma mentira inconsequente, interesseira. Ela é uma narrativa que procura transformar em imagens verossímeis o acontecido, ou imaginar como pode ter acontecido, servindo-se dos meios disponíveis na ocasião em que o filme foi realizado. Assim, desqualificar um filme porque não apresenta a "verdade" é uma ingenuidade. Ora: o que é uma verdade acabada do ponto de vista histórico?

O MENINO DO PIJAMA LISTRADO. MARK HERMAN. IMAGEM FILMES. EUA, 2008.

Cartaz do filme **O menino do pijama listrado**, 2008.

Geralmente, o filme histórico revela mais sobre a época em que foi feito do que sobre a época que pretendeu retratar. Um exemplo: **Danton, o Processo da Revolução** (1983), de Andrzej Wajda, é um filme sobre a Revolução Francesa de 1789, mas a obra que Wajda realiza é mais uma crítica ao autoritarismo e ao clima de medo vivido na Polônia dos anos 1980 (lugar e tempo em que o diretor viveu) do que uma narrativa sobre o episódio vivido pelos franceses em 1789 (época em que o filme foi ambientado).

2.4.2 Alguns outros cuidados...

O uso de filmes na sala de aula exige:

a) muitas horas de preparo. Decidindo por um filme, o professor deve assistir a ele pelo menos duas vezes. Na segunda, deve marcar, com muita atenção, as principais sequências, cenas e planos, para saber repeti-los no momento adequado da aula, comentando-os;

b) clareza da parte do professor sobre a época em que o filme foi realizado, os objetivos dos responsáveis por sua realização, sua inserção como produto de cultura entre outros do mesmo período. Chamando a atenção do aluno para essas informações, você o estará estimulando a ver os filmes com outros olhos;

c) consciência de que o filme ficcional se comunica por meio de procedimentos artísticos. O educador deve libertar-se de um costume muito presente na atividade didática que é o de tratar o romance, a poesia, a pintura e mesmo o cinema como meros suportes de um conteúdo. Caso contrário, o espectador ficará preso apenas ao enredo e não prestará atenção à forma como este lhe foi apresentado;

d) percepção de que o sentido de um filme narrativo está no modo como ele conta a história, seu ritmo, a duração e a sucessão dos planos, o posicionamento da câmera, os tipos de luz e de fotografia escolhidos, o uso ou não da música, o estilo de interpretação dos atores, e assim por diante. Tudo isso muito bem amarrado é que nos dá a significação e o prazer de um bom filme. Um bom livro não se transforma necessariamente em um bom filme.

Concluindo, cada forma de arte possui procedimentos e linguagem específicos. Por isso, o educador que faz uso do cinema e de outros recursos audiovisuais deve levar em conta todos esses aspectos. Somente assim o cinema pode ser aproveitado duplamente: como arte espetacular e como fonte para o conhecimento da História.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Sugestões de leitura

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **O olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Edusp, 1994.

D'ALESSIO, Márcia Mansor (Org.). **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1996. (Ofício de Arte e Forma).
KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989. (Princípios).
LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993.
NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre a arte brasileira. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, v. 18, n. 35, 1998.
SALIBA, Elias Thomé. **As imagens canônicas e o ensino de História**. Texto preparado para a mesa-redonda "Linguagens e ensino de história". In: III ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA. Curitiba: UFPR, 1998. Mimeografado.
SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

2.5 O PISA E A COMPETÊNCIA LEITORA

O Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos – tradução da sigla em inglês) é um exame que busca medir o conhecimento e a habilidade em leitura, matemática e ciências de estudantes com 15 anos de idade. Ele é organizado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e ocorre de três em três anos. O critério de correção obedece à Teoria de Resposta ao Item, o mesmo utilizado na correção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), e a posição dos participantes é definida em relação à média.

Na primeira edição do Pisa, em 2000, o Brasil obteve 396 pontos em leitura; na quinta, ocorrida em 2012, atingiu a casa dos 410 pontos. Na edição de 2015, a média dos estudantes brasileiros foi a 407 pontos, um pequeno recuo em relação ao exame de 2012. É certo que houve uma melhoria desse indicador em relação à primeira edição, quando o resultado do Brasil foi de 396 pontos, mas essa elevação, segundo critérios da OCDE, não é estatisticamente relevante. Portanto, a situação de dificuldade com a competência leitora entre nossos estudantes tem permanecido estável por muito tempo, por isso o assunto merece atenção.

Sabendo que o Pisa constrói as questões das provas de leitura com o objetivo de medir a compreensão e a interpretação de textos e imagens e o grau de autonomia do aluno para compreender a realidade e reconhecê-la por meio da representação gráfica, conclui-se que nossos alunos precisam muito desenvolver tanto a competência leitora quanto a escritora. Daí a ênfase que demos a esse trabalho.

Apresentamos, a seguir, alguns textos que subsidiam a nossa decisão de assumir que ler e escrever também são compromissos da área de História.

Texto 1

Ler e escrever: um compromisso de todas as áreas

O que seria ler e escrever nas diferentes áreas do currículo escolar? Esse é um dos objetivos que estabelecemos para este livro: desconfinar a discussão sobre leitura e escrita, ampliando o seu âmbito desde a biblioteca e a aula de português para toda a escola. E um dos méritos desse desconfinamento foi a descoberta da leitura e da escrita como confluências multidisciplinares para a reflexão e ação pedagógica.

[...]

Temos claro que ler e escrever sempre foram tarefas indissociáveis da vida escolar e das atribuições dos professores. Ler e escrever bem forjam o padrão funcional da escola elitizada do passado, que atendia a parcelas pouco numerosas da população em idade escolar. Ler e escrever massiva e superficialmente tem sido a questão dramática da escola recente, sem equipamentos e estendida a quase toda a população.

A sociedade vê a escola como o espaço privilegiado para o desenvolvimento da leitura e da escrita, já que é nela que se dá o encontro decisivo entre a criança e a leitura/escrita. Todo estudante deve ter acesso a ler e escrever em boas condições, mesmo que nem sempre tenha uma caminhada escolar bem traçada. Independente de sua história, merece respeito e atenção quanto as suas vivências e expectativas. Daí a importância da intervenção mediadora do professor e da ação sistematizada da escola na qualificação de habilidades indispensáveis à cidadania e à vida em sociedade, para qualquer estudante, como são o ler e o escrever.

NEVES, Iara C. Bitencourt (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 15-16.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto 2

Para uma boa formação, os alunos precisam entender bem o que leem e saber pensar e escrever.

Não basta ensinar História

Ensinamos História por dois motivos principais: iniciar os jovens no conhecimento da história da humanidade (ou de parte dela) e transmitir-lhes informações indispensáveis à construção da tão desejada cidadania, ou seja, a formação de uma sociedade de indivíduos conscientes, responsáveis, autônomos. Este ideal, não por acaso, está expresso no artigo 2º da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, como também é enfatizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, instrumento criado pelo Ministério da Educação para orientar os professores a aperfeiçoar os currículos escolares. [...]

Gostaria de tratar aqui particularmente desse princípio – educar para cidadania –, sempre reafirmado por aqueles que refletem sobre educação, mas talvez ainda não suficientemente compreendido e desenvolvido. Felizmente não precisamos mais imaginar, como muitos de nós fazíamos em tempos de ditadura, que o ensino de História destina-se a formar rebeldes, nem acreditar que o seu objetivo, segundo antigos pressupostos conservadores, seria estimular o amor à pátria e aos seus heróis.

[...] Num país onde a grande maioria da população não sabe ler, ou mal entende o que lê (logo não sabe também escrever), o ensino de História, e de outras disciplinas, deve, em consequência, vir acompanhado de investimentos permanentes em leitura, redação e reflexão – competências que as aulas expositivas e o tradicional sistema de perguntas e respostas não ajudam a desenvolver.

[...] Ao reduzir o aprendizado a uma série de questões isoladas umas das outras, o método não favorece a compreensão da dinâmica histórica, isto é, do todo formado pelas múltiplas relações entre situações, acontecimentos, agentes sociais e suas respectivas motivações, período histórico, ou seja, a complexidade e a lógica inerentes ao fato histórico. [...]

Há muitas formas de orientar os alunos a ler o texto histórico, desviando-os da terrível decoreba. Um exemplo, à maneira de um jogo de desconstrução e reconstrução, é propor-lhes que identifiquem, a partir de uma espécie de "perguntas-chaves", as informações básicas existentes, digamos, num capítulo do livro didático: o acontecimento principal e os secundários (o quê?); os agentes históricos envolvidos – grupos sociais, instituições, indivíduos e seus respectivos interesses e motivações (quem?); o período histórico e as datas mais importantes (quando?); o lugar geográfico, político, social (onde?). Com base nessas respostas, que mais adiante serão enriquecidas com respostas de outras perguntas (como? e por quê?), o aluno poderá redigir seu texto-resumo, no qual irão figurar as informações essenciais. Essa sinopse do fato histórico é o "esqueleto", o núcleo desse fato, e é também o que vai possibilitar ao aluno se situar no tempo, no espaço, na história, é o seu "chão" histórico, é a base para argumentação.

Outro procedimento importante é levar os alunos a diferençar as noções **gerais** das **particulares**, operação mental que os ajuda a hierarquizar os fatos. O modo mais simples de trabalhar tais noções é, neste caso também, orientar a leitura. Num texto em que o assunto, por exemplo, seja **mudanças**, pedir que registrem os tipos de mudanças (econômicas, políticas, culturais); em seguida, que identifiquem ou detalhem as inúmeras mudanças e as enquadrem nos tipos gerais. É preciso ainda deixar claro para os alunos que o texto histórico, como qualquer texto científico ou didático, contém uma série de categorias de análise e conceitos próprios ao conhecimento. São **condições do conhecimento**. Determinar que façam um glossário, consultando o próprio livro e o dicionário, ao invés de se limitarem ao vocabulário existente em alguns livros, é outra forma de enfatizar que cabe a eles o ato de conhecer.

Longe de dificultar a aprendizagem, tais procedimentos desenvolvem e valorizam a inteligência dos alunos, fazendo-os se sentir pensantes, produtivos, capazes de compreender, reproduzir, e até mesmo refazer, na forma de textos, uma certa lógica da história. Os primeiros textos, redigidos sob a orientação do professor, são o primeiro ponto de chegada, que se tornará novo ponto de partida quando os alunos sentirem-se em condições de escrever com mais autonomia, já tendo assimilado os conceitos necessários, já estando mais familiarizados com o texto histórico e, estimulados pelo professor, cada vez mais aptos a fazerem suas próprias deduções, seus questionamentos à própria História etc.

"Escrever para aprender", lembra Gisele de Carvalho, que assim recupera algumas das grandes tarefas do educador: "Se [...] escrever significa registrar os caminhos da reflexão, parece que nós, professores, independentemente da matéria que ensinamos, temos uma tarefa em comum [...]: se todos nós, de uma forma ou de outra, ensinamos a pensar, logo todos nós ensinamos a escrever...".

Admiramos hoje a desenvoltura com que os jovens manejam seus computadores, navegam nesses mares antes inimagináveis da Internet, criam seus *blogs*, repaginam-se permanentemente, enviam e recebem mensagens

DIVULGAÇÃO PRELIMINAR FTD

em tempo real (usando uma língua um tanto estranha, é bem verdade!). Aparentemente nenhum mistério os detém, e eles nos dão demonstrações diárias de habilidade, curiosidade, criatividade. Nosso desafio, prepará-los nessa era planetária para a grande aventura do conhecimento e da lucidez, talvez seja mais fácil de superar do que pensamos.

Trechos do artigo de: RIBEIRO, Marcus Venicio. Não basta ensinar história. **Nossa História**, ano 1, n. 6, p. 76-78, abril de 2004.

Texto 3

O texto a seguir é de Fernando Seffner, mestre em Sociologia e doutor em Educação pela UFRGS.

O que se espera que o aluno escreva em história?

A leitura e a escrita de textos históricos devem levar em conta a necessidade de explicação e utilização de conceitos. Conceitos entendidos aqui como ferramentas de análise, e como possibilidade de universalizar uma discussão. Trabalhamos em história sempre com a análise de situações determinadas. Discutir a qualidade da escrita histórica envolve analisar os recursos conceituais utilizados, as fontes consultadas, a problemática construída, as questões propostas e o estilo narrativo.

Digamos que a situação em estudo seja o 31 de março de 1964 no Brasil. O professor seleciona questões e prepara atividades de leitura sobre o tema, a partir de trechos de livros didáticos, notícias de jornais da época, depoimentos colhidos pelos alunos com seus pais, parentes e vizinhos, observação e descrição de fotos e imagens do movimento militar, trechos de discursos e outras falas de época e trechos de filmes que transitam por este acontecimento. Enriquecida a discussão com essa variedade de material, o professor busca com os alunos os conceitos que melhor podem expressar a análise do período estudado. Nesse caso, uma possibilidade seria trabalhar os conceitos de mudança e permanência (o que deveria mudar, na opinião de cada um dos grupos envolvidos no episódio? O que deveria permanecer como estava, na opinião de cada um dos grupos envolvidos?), e os conceitos de golpe militar, revolução e contrarrevolução.

Finalizando a discussão, o professor pode propor a cada aluno uma produção escrita, analisando a situação estudada. Essa análise deve ser feita a partir dos conceitos estudados e questões discutidas. Uma boa proposta é pedir ao aluno que relacione o 31 de março de 1964 com outros episódios da história brasileira, nomeados como revolução ou golpe, nos quais também houve um tensionamento entre grupos que propunham mudanças ou permanências na estrutura política brasileira. Dessa maneira, a escrita de textos de análise histórica pelo aluno possibilita operar com conceitos que permitem a comparação entre características de diferentes períodos históricos.

Ler é compreender o mundo, e escrever é buscar intervir na sua modificação. Ao pedir que o aluno escreva um texto de análise histórica, estaremos sempre buscando extrair dele uma posição frente à discussão. Portanto, estamos trabalhando no sentido de que cada aluno desenvolva uma capacidade argumentativa própria, utilizando conceitos claros, num ambiente democrático de troca de ideias e convívio de opiniões diferenciadas. Isso colabora para a formação da identidade política de cada aluno. O que não podemos permitir é que as atividades de leitura e escrita na aula de história se transformem num ritual burocrático, em que o aluno lê sem poder discutir, responde questionários mecanicamente e escreve texto buscando concordar com o professor para ter sua boa nota assegurada. Aqui, vale parodiar a frase de Dante Alighieri, ao descrever as diferentes partes do inferno: "os níveis mais baixos do inferno estão reservados para aqueles que, em tempos de crise moral, se mantiveram neutros ou indiferentes". Temos que lutar para a construção de uma postura crítica e filosófica frente aos textos, fugindo da leitura instrumental ou dogmática, que termina sempre em "decoreba". Uma postura que exija do aluno leitor uma posição, uma opinião fundamentada. Buscamos formar alunos que elaborem seu projeto de vida, posicionando-se frente às questões polêmicas da vida social, construindo alternativas políticas viáveis e manifestando com clareza e argumentação coerente suas opiniões.

SEFFNER, Fernando. Leitura e escrita na história. In: NEVES, Iara C. Bitencourt (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 119-120.

2.6 A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES/ESCRITORES

O desenvolvimento da competência leitora e escritora é responsabilidade de todas as áreas de conhecimento e não somente da área de Língua Portuguesa. A História, importante ciência humana, pode e deve dar uma contribuição decisiva nesse processo, e uma das condições para isso é o trabalho

planejado com diferentes tipos de textos e com uma diversidade de linguagens (cinematográfica, fotográfica, pictórica; a dos quadrinhos, a do desenho, a da charge, entre outras).

Boa parte do que os alunos aprendem em História na escola é resultado da leitura (de textos e imagens), daí a importância de familiarizá-los também com os procedimentos de leitura, específicos e diferenciados, adequados a cada um desses registros. Sem adentrarmos na discussão teórica sobre o assunto, é importante lembrar que imagem e texto possuem estatutos diferentes e demandam tratamentos e abordagens diferenciadas.

Sabendo-se que a leitura possibilita o acesso a conteúdos e conceitos históricos, a tarefa de ensinar a ler e escrever deve ser vista como parte integrante da disciplina História durante os anos finais do Ensino Fundamental. Ao receberem um tratamento adequado, os textos e as imagens deixam de servir só para ilustrar ou exemplificar um determinado tema e passam a ser materiais a serem interrogados, confrontados, comparados e contextualizados.

Com esse objetivo, estimulamos a leitura de diferentes gêneros de texto e exploramos de forma sistemática a leitura e interpretação de imagens fixas. Além disso, incentivamos a escrita, inclusive porque ler e escrever são competências interdependentes e complementares. Daí termos usado na obra textos historiográficos, históricos, literários, oficiais, biográficos, científicos, depoimentos, entrevistas, notícias, obras de arte, fotografia, desenho, charges, caricaturas, tiras de quadrinhos, mapas, gráficos, tabelas, cartazes de propaganda, entre outros.

Mas somente o trabalho sistemático e planejado permite aos alunos leitores e escritores, com a mediação do professor, conquistar autonomia para ler e contextualizar textos e imagens.

2.7 A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Como vimos, com base na reflexão de Jaime Pinsky, o termo "cidadania" pode ser definido como condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais. Para uma maior compreensão do conceito e da prática da cidadania na história recente do Brasil, vamos apresentar de modo breve uma importante experiência cidadã da nossa história: a luta do Movimento Negro pela inserção da África nos currículos escolares.

2.7.1 Por que estudar a temática afro e a temática indígena?

Desde 1981, o mais destacado dos movimentos sociais de defesa dos direitos das populações negras no Brasil já reivindicava a inserção da História da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolares, o que, por si só, evidencia sua importância nas conquistas posteriores envolvendo legislação e Estado. Nas décadas seguintes, o Movimento Negro manteve-se ativo e, juntamente com seus aliados da sociedade civil, conseguiu uma grande conquista em 2003, quando, coroando uma luta de décadas, foi promulgada a Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileiras.

A Lei n. 11.645/2008 modificou a Lei n. 10.639/2003 e acrescentou a obrigatoriedade de também se estudar história e cultura dos povos indígenas no Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e particulares.

Então, perguntamos nós, é por obediência à lei que se deve estudar a temática afro e a temática indígena?

Não só, pois, além de obedecer à lei e contribuir, assim, para a construção da cidadania, há razões para se trabalhar a temática afro e a indígena na escola que merecem ser explicitadas, a saber:

a) o estudo da matriz afro e indígena é fundamental à construção de identidades;

b) esse trabalho atende a uma antiga reivindicação dos movimentos indígenas e dos movimentos negros: "o direito à história";

c) o estudo dessas temáticas contribui para a educação voltada à tolerância e ao respeito ao "outro" e, assim sendo, é indispensável a toda população brasileira, seja ela indígena, afro-brasileira ou não.

DIVULGAÇÃO FTD

Cabe lembrar também que a população indígena (817 mil pessoas), segundo o Censo do IBGE (2010), vem crescendo e continua lutando em defesa de seus direitos à cidadania plena. Já os afro-brasileiros (pardos e pretos, segundo o IBGE) constituem cerca de metade da população brasileira. Além disso, todos os brasileiros, independentemente da cor ou da origem, têm o direito e a necessidade de conhecer a diversidade étnico-cultural existente no território nacional. Sobre esse assunto, o historiador Itamar Freitas disse:

> Em síntese, nossos filhos e alunos têm o direito de saber que as pessoas são diferentes. Que o mundo é plural e a cultura é diversa. Que essa diversidade deve ser conhecida, respeitada e valorizada. E mais, que a diferença e a diversidade são benéficas para a convivência das pessoas, a manutenção da democracia, e a sobrevivência da espécie. [...]
>
> FREITAS, Itamar apud OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 161. (Explorando o ensino, v. 21).

2.7.2 Festival Afro-Arte: Expressões culturais Afro-brasileiras no ambiente escolar

Apresentamos a seguir uma ação pedagógica implementada no âmbito do Festival Afro-Arte, realizado anualmente desde 2010 nas escolas do município de Maracanaú (CE). A proposta deste festival é colaborar para um projeto pedagógico que promova o respeito à diversidade e à diferença, em perspectiva interdisciplinar.

Construir o Álbum Cultura, Memória e Identidade

O Álbum Cultura, Memória e Identidade é um mostruário da expressão cultural escolhida pelo grupo mobilizador da escola para representá-la nas próximas etapas de seleção e participação da culminância do IX Festival Afro-Arte: Expressões Culturais Afro-brasileiras no Ambiente Escolar. No álbum pode conter todos e quaisquer materiais complementares úteis para uma avaliação detalhada do trabalho realizado na escola. Referimo-nos a tudo aquilo que pode ilustrar e acrescentar informações à experiência; tais como: as atividades desenvolvidas pelos alunos, registros escritos, fotográficos, registros em vídeos, áudio e outras formas de registro que demonstrem como é a expressão e o que a constitui, como cores, sons, figurino, instrumentos, objetos utilizados, o envolvimento dos alunos e comunidade escolar.

PRISCYLA ARAUJO DE OLIVEIRA

Uma das ações do Festival Afro-Arte é o projeto "saias que contam". Fotografia de alunas da rede pública participantes desse projeto. Maracanaú, CE. 2018.

Considerando a diversidade de expressões culturais possíveis, não há um modelo padrão para a confecção do álbum. Cada escola irá definir a melhor forma de documentar a expressão cultural selecionada, usando sua criatividade, mas informando de modo bastante preciso como ela é e como se apresenta na região. A ficha de identificação da expressão cultural será anexada ao álbum.

Para a construção do álbum (Portfólio), os passos são:

- Fotografar, filmar e gravar a expressão cultural selecionada.
- Arquivar, separadamente, as fotos, produções textuais de diversos gêneros (dissertação, cordel, poesias...) e gravação.
- Selecionar o material que fará parte do álbum.
- Definir a forma de apresentação dos registros.
- Organizar o álbum de forma ordenada e lógica.
- Preencher e anexar a ficha de identidade da expressão cultural.

Monitorando e avaliando

Durante todo o processo, as ações desenvolvidas serão monitoradas e avaliadas pelos/as participantes, podendo ser redirecionadas, sempre que necessário. No final, uma avaliação geral também pode ser feita, para dimensionar os resultados alcançados, as dificuldades, as ações futuras, os ganhos relacionados ao trabalho desenvolvido em torno da valorização dos conhecimentos e da cultura afro-brasileira na comunidade escolar do município.

VULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A mobilização cultural pode se transformar em uma ação forte e poderosa de educação das relações étnico-raciais, bem como as atividades do IX Festival Afro-Arte no Ambiente Escolar no município de Maracanaú. É muito importante que esta mobilização contribua para o desenvolvimento de políticas públicas que afirme direitos historicamente negados, ao mesmo tempo em que desmobilizem preconceitos, desigualdades e discriminação de toda ordem. Por isso, é fundamental que todo o processo seja documentado e o material produzido colocado à disposição da comunidade escolar em feiras culturais nas escolas, bibliotecas e demais lugares públicos no município, inclusive na internet.

É preciso também monitorar os efeitos gerados e dar continuidade à mobilização cultural nesta proposta. Essas medidas pretendem estabelecer uma cultura de respeito à diversidade de afirmação dos direitos de todas as pessoas no Brasil, independente da etnia ou cor da pele.

GRANGEIRO, Ilza (Coord.); BRAGA, Marigel; LIMA, Glaudia de; MIRANDA, Marcos; MURILO, Sérgio. **Guia metodológico para preparação do IX Festival Afro-Arte**: expressões culturais afro-brasileiras no ambiente escolar. Diretoria de Educação: Coordenadoria de desenvolvimento curricular: Maracanaú, 2018. p. 9-10.

2.8 TEXTOS DE APOIO

O objetivo desta seção é oferecer alguns textos relevantes sobre História e ensino de História.

Texto 1

O conhecimento

O conhecimento antigamente era estável, as transformações ocorriam muito lentamente. Para obter conhecimento, o homem se dedicava a uma série de exercícios mentais que se repetiam em livros, na sala de aula e no cotidiano. Podíamos memorizar uma série de informações, aprender regras de retórica, decorar tabuadas e seríamos reconhecidos pela comunidade como homens cultos, ponderados nas decisões, prováveis "vencedores". Nesse mundo marcado pela tranquilidade, pela repetição, pelas relações sensoriais e não virtuais, nesse mundo antigo sobrava tempo até para amar. Os ancestrais deixavam como herança modelos que serviam de modelo para uma vida. Não era dinheiro mas gerava tranquilidade. Existia nesse velho mundo um horizonte seguro para onde devíamos caminhar.

Hoje é assim?

Não.

Como as mudanças eram lentas, o homem podia perpetuar formas de comportamento, podia ensinar fórmulas, sugerir procedimentos ou ainda contar fábulas exemplares. Casamento era para a vida toda, emprego público significava segurança na velhice, diploma, um eterno seguro-desemprego.

Como cada coisa ocupava, por muito tempo, o mesmo lugar nós podíamos ensinar uma receita adequada para o sucesso: estude! Tenha um diploma! Vá para a cidade! Tome Biotônico Fontoura! A relação entre expectativa e resultado era, quase, linear.

[...]

E agora como ficam os modelos?

Primeiro, nós temos que descobrir o que são modelos. E isso representa um longo aprendizado, tarefa para um professor.

[...]

Se não sabemos colocar o problema, observar uma situação por diferentes ângulos, trabalhar inúmeras variáveis, estabelecer relações, discutir as premissas, não encontraremos o campo da provável solução. Se não sabemos questionar hipóteses também não saberemos enfrentar mudanças.

Como enfrentar a mudança?

Identificando, comparando, relacionando, traduzindo e abstraindo.

THEODORO, Janice. Educação para um mundo em transformação. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 51-53.

DIVULGAÇÃO PNLD 2023 FTD

Texto 2

O papel do professor de História

É necessário [...] que o ensino de História seja revalorizado e que os professores dessa disciplina conscientizem-se de sua responsabilidade social perante os alunos, preocupando-se em ajudá-los a compreender e – esperarmos – a melhorar o mundo em que vivem.

Para isso, é bom não confundir informação com educação. Para informar aí estão, bem à mão, jornais e revistas, a televisão, o cinema e a internet. Sem dúvida que a informação chega pela mídia, mas só se transforma em conhecimento quando devidamente organizada. E confundir informação com conhecimento tem sido um dos grandes problemas de nossa educação... Exatamente porque a informação chega aos borbotões, por todos os sentidos, é que se torna mais importante o papel do bom professor.

[...]

Mais do que livro, o professor precisa ter conteúdo. [...] É inadmissível um professor que quase não lê. Se o tempo é curto, se as condições de trabalho são precárias, se o salário é baixo, se o Estado não cumpre sua parte, discuta-se tudo isso nas esferas competentes e lute-se para melhorar a situação dos docentes, em vez de usar isso tudo como desculpa para a falta de empenho pessoal em adquirir conhecimento, entrar em contato com uma bibliografia autorizada, conhecer novas linhas de pensamento e discutir com os colegas estratégias para melhor operacionalizar nas salas de aula o patrimônio cultural e histórico.

[...]

Valendo-se dessas considerações, é preciso que o professor tenha claro o que e como ensinar.

Pela volta do conteúdo nas aulas de História

O passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente (caso contrário, estudá-lo fica sem sentido). Portanto, as aulas de História serão muito melhores se conseguirem estabelecer um duplo compromisso: com o passado e o presente.

Compromisso com o presente não significa, contudo, presentismo vulgar, ou seja, tentar encontrar no passado justificativas para atitudes, valores e ideologias praticados no presente [...]. Significa tomar como referência questões sociais e culturais, assim como problemáticas humanas que fazem parte de nossa vida [...].

[...] Compromisso com o passado é pesquisar com seriedade, basear-se nos fatos históricos, não distorcer o acontecido, como se esse fosse uma massa amorfa à disposição da fantasia de seu manipulador. Sem o respeito ao acontecido a História vira ficção. Interpretar não pode ser confundido com inventar. E isso vale tanto para fatos como para processos. [...]

Afirmações baseadas apenas em filiações ideológicas são, no mínimo, desprezíveis, podendo tornar-se perigosas quando, além de não verdadeiras, acabam se tornando veículos do preconceito e da segregação. É o caso de, por exemplo, "verdades" como "os índios não são bons trabalhadores", "as mulheres são inferiores", "os jovens são sempre revolucionários" [...].

[...] Defendemos, pois, a "volta" do conteúdo às salas de aula, da seriedade. E, do óbvio: a tentativa de interpretação deve, necessariamente, ser precedida pelo entendimento do texto.

[...]

Um modo mais construtivo (sem trocadilhos) seria adotar como postura de ensino (que se quer crítico) a estratégia de abordar a História a partir de questões, temas e conceitos. [...]

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 22-25.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto 3

Exploração do espaço e dos objetos

Os projetos de Educação em ambientes de museus sistematizaram uma metodologia cujas etapas podem ser sintetizadas em: *observação, registro, exploração e apropriação [...]*. Essas etapas não precisam ser trabalhadas separadamente. É possível realizar uma abordagem simultânea ou enfatizar um dos aspectos, o que dependerá dos objetivos definidos, da faixa etária dos alunos e do tempo e dos recursos disponíveis para a atividade.

Construção do conhecimento

A finalização do trabalho deve ocorrer, necessariamente, com produções dos alunos. Nessas produções, os estudantes deverão sintetizar o processo vivenciado e avaliar tanto a experiência como a si mesmos em relação ao desenvolvimento da atividade. Assim, sugerimos a produção de caderno de textos, desenhos, gráficos, painéis, jornal-mural, vídeos e a organização de uma exposição com objetos e imagens. A seguir, propomos duas atividades que podem ser realizadas em grupos e por diferentes faixas etárias:

- Colagem com recortes de revistas e papel colorido, além de desenho e pintura para criar uma imagem a respeito da visita da turma à exposição.
- Elaboração de uma história com os objetos da exposição que suscitaram mais interesse.

- Em grupo: Se pudessem criar um museu, como ele seria? Sobre qual tema? Que elementos – objetos e imagens – escolheriam para uma exposição?

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 141-143. (Coleção Ideias Em Ação, coordenada por Anna Maria Pessoa de Carvalho).

Texto 4

Visita a museu

A partir de nossa experiência como educadores de museu, gostaríamos de apresentar alguns pontos fundamentais que devem ser levados em conta no planejamento de uma visita:

- Definir os objetivos da visita;
- Selecionar o museu mais apropriado para o tema a ser trabalhado; ou uma das exposições apresentadas, ou parte de uma exposição, ou ainda um conjunto de museus;
- Visitar a instituição antecipadamente até alcançar uma familiaridade com o espaço a ser trabalhado;
- Verificar as atividades educativas oferecidas pelo museu e se elas se adéquam aos objetivos propostos e, neste caso, adaptá-las aos próprios interesses;
- Preparar os alunos para a visita através de exercícios de observação, estudo de conteúdos e conceitos;
- Coordenar a visita de acordo com os objetivos propostos ou participar de visita monitorada, coordenada por educadores do museu;
- Elaborar formas de dar continuidade à visita quando voltar à sala de aula;
- Avaliar o processo educativo que envolveu a atividade, a fim de aperfeiçoar o planejamento das novas visitas, em seus objetivos e escolhas.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 114.

Texto 5

Orientações para o uso da internet

Se a utilidade da internet é consenso entre os educadores, os procedimentos para seu uso têm sido alvo de acalorados debates. Uma das questões que mais têm preocupado os educadores é que, se por um lado a internet facilita o acesso a um leque amplo de textos e imagens, por outro, pode criar o hábito de buscar o "trabalho pronto", usando o famoso copiar/colar/imprimir; ou seja, encerrando a pesquisa naquele que deveria ser o seu primeiro passo. No que tange ao nosso campo de atuação, a questão pode ser resumida na seguinte pergunta: a internet serve ao professor de História?

Sim, certamente; para isto sugerimos alguns procedimentos:

a) Definir previamente os objetivos da pesquisa e solicitar aos alunos que, enquanto estiverem pesquisando, não desviem a atenção da proposta inicial, entrando em salas de bate-papo ou locais para ouvir música ou jogar.

b) Encorajar a problematização dos materiais encontrados na rede; depois de localizar os *sites* que tratam de um mesmo assunto ou tema, estimular o alunado a questionar as fontes em que os *sites* se apoiam, identificar as ausências de informações significativas sobre o assunto, confirmar a veracidade das informações veiculadas, e, por fim, estimular o posicionamento crítico frente às informações e análises ali disponíveis.

c) Sugerir ao aluno que relacione os *sites* encontrados a outros materiais sugeridos em aula, favorecendo a percepção de que *sites*, livros, revistas científicas e entrevistas são fontes complementares. Isto poderá facilitar a percepção de que um tema histórico pode ser melhor compreendido se recorrermos a diferentes fontes e à crítica das mesmas.

d) Alertar o alunado para o fato de que nem tudo o que está na Rede é verdade e que as *homepages* são por vezes muito pouco consistentes. Por isso, a indicação do tema deve vir acompanhada de perguntas que orientem o aluno a investigar. Sugerimos, quando possível, oferecer um conjunto de *sites* confiáveis sobre o assunto.

e) Incentivar os alunos a trocarem informações com colegas de outras escolas do Brasil e/ou de outros países via redes sociais. Através delas, os alunos poderão também entrar em contato com autores, órgãos governamentais, instituições privadas, *blogs* de professores, entre outros. Esse acesso a informações/versões significativas é, com certeza, útil à educação histórica.

PNLD Ação PNLD 2020

Assim utilizada, a internet pode ajudar os educandos a desenvolverem competências e habilidades que lhes permitam apreender as várias durações temporais nas quais os diferentes atores sociais desenvolveram ou desenvolvem suas ações, condição básica para que sejam identificadas semelhanças/diferenças, mudanças/permanências e dominações/resistências existentes no processo histórico.

Texto do autor.

3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O CONTEXTO ATUAL

Esta coleção, que agora oferecemos à leitura, foi escrita no contexto de um amplo debate nacional em torno da construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define as aprendizagens essenciais a que todos os alunos devem ter direito ao longo da Educação Básica.

3.1 A LEGISLAÇÃO QUE DÁ SUPORTE À BNCC

A BNCC está respaldada em um conjunto de marcos legais. Um deles é a Constituição de 1988, que, em seu Artigo 210, já determinava que: "serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais"[3].

Outro marco é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), que no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma:

> cabe à União [...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum[4].

A LDB determina também que as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos.

Esta relação entre o básico-comum e o que é diverso está presente no Artigo 26 da LDB, que diz que "os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos"[5].

Disto decorre que o currículo a ser construído deve, então, ser contextualizado. Entende-se por contextualização: a inclusão e a valorização das diferenças regionais, ou mesmo locais, e o atendimento à diversidade cultural[6]. Isso é coerente com o fato de que o foco da BNCC não é o ensino, mas a aprendizagem como estratégia para impulsionar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades.

3.2 A BNCC E A BUSCA POR EQUIDADE

A busca por equidade na educação demanda currículos diferenciados e afinados com as inúmeras realidades existentes no país. A equidade leva em conta também a variedade de culturas constitutivas da identidade brasileira. E, além disso, reconhece a diversidade de experiências que os alunos trazem para a escola e as diferentes maneiras que eles têm de aprender.

DIVULGAÇÃO FNDE 2020 FTD

3 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

4 BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

5 BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

6 Outro marco legal em que a BNCC se apoia é na Lei n. 13.005 de 2014, que promulgou o Plano Nacional de Educação: BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

A busca por equidade visa também incluir grupos minoritários como indígenas, ciganos, quilombolas e o das pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola. E se compromete com alunos portadores de deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

A busca por equidade quer, enfim, propiciar igualdade de oportunidades para que todos possam ingressar, aprender e permanecer na instituição escolar. Uma escola pensada e organizada com base nesse princípio estará aberta à pluralidade e à diversidade, garantindo, assim, que todos possam desenvolver habilidades e competências requeridas no mundo contemporâneo. E conseguirá acolher e estimular a permanência dos estudantes na instituição escolar, independentemente de etnia, religião ou orientação sexual.

3.3 BNCC E CURRÍCULOS

A BNCC e os currículos estão afinados com os marcos legais citados no item 3.1 deste manual e têm papéis complementares. E, para cumprirem tais papéis, o texto introdutório da BNCC propõe as seguintes ações:

> - contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares [...];
> - decidir sobre as formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares [...];
> - selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas [...];
> - conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
> - construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou resultado [...];
> - selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos [...];
> - criar e disponibilizar materiais e orientações para os professores [...];
> - manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular [...];
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017. p. 16-17.

A implementação da BNCC deverá levar em conta, então, os currículos elaborados por estados e municípios, bem como por escolas. Além de incorporar essas contribuições, a BNCC recomenda contemplar também temas relevantes para o mundo em que vivemos e dar a esses temas um tratamento interdisciplinar. Entre esses temas, merecem especial atenção:

- Direitos das crianças e adolescentes (Lei n. 8.069/1990);
- Educação para o trânsito (Lei n. 9.503/1997);
- Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003);
- Preservação do meio ambiente (Lei n. 9.795/1999);
- Educação alimentar e nutricional (Lei n. 11.947/2009);
- Educação em direitos humanos (Decreto n. 7.037/2009).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

3.4 BNCC E A ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS

No aspecto pedagógico, os conteúdos curriculares deverão estar a serviço do desenvolvimento de competências. Competência pode ser definida como possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem sua aplicação para tomar decisões pertinentes.

Não é demais lembrar que a elaboração de currículos com base em competências está presente em grande parte das reformas curriculares de diversos países do mundo. É esta também a abordagem adotada nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês).

3.5 O PODER TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO

Por acreditarmos no poder transformador da educação, buscamos somar nossos esforços aos dos educadores preocupados com igualdade, equidade, definição de aprendizagens essenciais a que todos devem ter direito, além de respeito à diversidade e às histórias e culturas locais.

Nesse contexto, acreditamos que, se tais princípios e pressupostos pautarem a construção dos currículos nos níveis estadual e local, vão colaborar para a formação integral do ser humano, posicionando-o como protagonista no processo complexo de construção do conhecimento. E podem, além disto, contribuir também para aumentar a capacidade do alunado de mobilizar esse conhecimento e aplicá-lo na busca de soluções para os desafios que lhe são postos pela realidade.

Sabemos que, em educação, toda mudança é um processo longo e complexo, que envolve vários atores sociais. Mas esperamos que esse esforço conjunto, do qual nos dispusemos a participar, empreste maior qualidade à educação e ajude a equalizar oportunidades e reduzir as desigualdades hoje existentes no nosso país.

3.6 A NOSSA COLEÇÃO E A BNCC

Nesse contexto pautado por reflexão, debates e mudanças, e valendo-nos de uma experiência com a escrita da História acumulada ao longo dos anos, buscamos produzir materiais impressos e digitais alinhados aos pressupostos da BNCC, tais como: respeito à pluralidade e à diversidade; busca por equidade e alinhamento a uma educação voltada para a inclusão.

Durante a escrita da nossa coleção didática de História, buscamos afinar a nossa sensibilidade a essas intenções nas escolhas iconográficas, nas abordagens culturais e na seleção de conteúdos, oferecendo assim à leitura uma obra capaz de contribuir efetivamente para a formação integral do ser humano, independentemente de sua origem ou condição social.

É um dos propósitos da nossa obra que esses princípios cheguem à carteira do aluno, de norte a sul do país, em forma de textos, imagens e atividades escolares. E, assim, somar nossos esforços aos dos educadores, pensadores e professores que, de fato, querem contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Acreditamos que essas escolhas vão impactar positivamente a aprendizagem dos alunos. E isso não é pouco quando se sabe que os leitores (alunos e professores) são a razão principal da nossa existência. Voltando-nos aos nossos colegas professores, criamos o Livro do professor com formato em "U" e orientações página a página, que incorporam experiências e reflexões oriundas da pesquisa acadêmica e do dia a dia da sala de aula.

Por fim, vale dizer que Austrália, Chile, Reino Unido e Estados Unidos construíram e implementaram uma base curricular nacional que tem favorecido a diminuição das discrepâncias educacionais e a melhoria da qualidade da educação. Por que nós não havemos de conseguir?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

3.7 AS 10 COMPETÊNCIAS GERAIS PROPOSTAS PELA BNCC

Alinhados à preocupação com o desenvolvimento global do estudante, elencamos a seguir as 10 competências gerais presentes na BNCC que subsidiaram a produção da coleção de História que ora oferecemos à leitura:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017. p. 9-10.

4. AS SEÇÕES DO LIVRO

A coleção é composta de quatro volumes que buscam apresentar os conteúdos relativos à História do Brasil e à História Geral de forma integrada. Disse uma historiadora que:

> O objetivo central da História Integrada reside na superação da divisão entre História Geral, das Américas e História do Brasil. Nessa perspectiva, a História Integrada busca fornecer um estudo que possibilite ao aluno entender a simultaneidade dos acontecimentos históricos em espaços diferentes. Pode-se perceber, entre outros aspectos, que em um mesmo tempo histórico foram vivenciadas situações diferentes em diversas sociedades. Assim, enquanto em parte da Europa desenvolvia-se o sistema feudal e sedimentava-se o cristianismo, na América, povos como os maias e incas organizavam-se em sociedades com características próprias, construindo cidades e templos, com outra lógica religiosa.
>
> BITTENCOURT, Circe. Desafios da História Integrada. **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas**, São Paulo, v. 1, p. 5, 2001.

DIVULGAÇÃO PNLD 2025 FTD

Os livros estão organizados em unidades temáticas que abrigam um conjunto de capítulos. Vejamos sua estrutura.

4.1 PÁGINA DE ABERTURA DE CAPÍTULO

Cada capítulo se inicia com uma página de abertura, que cumpre a função de introduzir a exposição dialogada. Esta página tem funções semelhantes às da página de abertura de unidade, sendo o seu foco voltado para o assunto a ser trabalhado no capítulo.

4.2 CORPO DO CAPÍTULO

Construímos o corpo do capítulo entrelaçando texto e imagem e intensificando a exploração pedagógica do registro visual, que está no cerne de nossa proposta de ensino-aprendizagem. Nesta coleção, a imagem não serve apenas para reforçar o texto ou dialogar com ele, mas também para a formação de conceitos.

No corpo do capítulo buscamos também adotar uma linguagem e um tamanho de letra e de entrelinhamento adequados aos anos finais do Ensino Fundamental. Atentos ao fato de que muitos alunos têm chegado ao 6º ano com menos de 10 anos de idade e que a maturidade de um aluno de 6º ano é bem diferente da de um aluno de 9º ano, trabalhamos com diferentes corpos de letra e entrelinhamentos variados. Assim, no texto principal do 6º e do 7º anos trabalhamos com corpo 12,5 e entrelinhamento 18; no 8º e 9º anos trabalhamos com corpo 11,5 e entrelinhamento 17.

Buscamos também fundamentar o texto didático com uma produção historiográfica qualificada. Nossa preocupação não foi incorporar ao texto didático a última pesquisa acadêmica publicada sobre cada assunto abordado na obra, mesmo porque isto seria impossível, mas incorporar um conhecimento consolidado e reconhecido pela comunidade de historiadores profissionais e pesquisadores do ensino de História.

Entre os exemplos desse esforço de atualização historiográfica podemos citar a incorporação que fizemos da crítica de Cláudia Viscardi ao conceito de "política do café com leite" e de sua proposta de se pensar a força de outros quatro estados, além de São Paulo e Minas Gerais, na política da Primeira República; da crítica de Jorge Ferreira ao conceito de populismo e de sua instigante e original interpretação do golpe civil-militar de 1964; da interpretação de Ângela de Castro Gomes sobre o significado político da morte de Vargas, entre outras. Do questionamento posto pelo historiador e antropólogo britânico Jack Goody (*Renascimento ou Renascimentos?*), bem como sua análise das raízes históricas e culturais do Renascimento italiano, e dos outros renascimentos havidos à época em outras partes do mundo; do novo olhar sobre a conquista espanhola da América, presente na obra **Sete Mitos da Conquista Espanhola**, do historiador inglês Matthew Restall; da perspectiva inovadora do historiador David Abulafia, que desloca sua câmera da terra firme para as águas salgadas, a fim de ver e escrever a partir do Mediterrâneo uma obra monumental: **O grande mar: uma história humana do Mediterrâneo**. E, por fim, mas não menos importante, do instigante **Dicionário da escravidão e liberdade**, que reúne brilhantes estudiosos das histórias e das culturas que atam a África ao Brasil.

4.3 BOXES

Intercalados ao texto principal inserimos os boxes **Dialogando**, **Para refletir** e **Para saber mais**, os dois primeiros são acompanhados de questões objetivas e/ou reflexivas.

Dialogando

Este boxe é um convite à participação oral dos alunos; estes são desafiados a responder a uma questão objetiva, a opinar, a interpretar uma imagem, um gráfico, uma tabela, um texto etc. Essa interrupção do texto principal funciona como uma oportunidade para os alunos colocarem-se como sujeitos do conhecimento e para dinamizar a aula.

Dica!

Sugestões de vídeos ao longo da obra para ampliar a abordagem do assunto estudado.

Para saber mais

Neste boxe são apresentados textos e imagens com o objetivo de ampliar ou detalhar um assunto derivado do tema principal que possa interessar ao aluno.

Para refletir

Este boxe traz textos e imagens sobre os conteúdos estudados que, acompanhados de questionamentos diretos, estimulam os alunos a refletir e discutir sobre os temas abordados.

4.4 ATIVIDADES

Aprender História depende da leitura e da escrita. E ler e escrever implicam compreensão, análise e interpretação de uma diversidade de gêneros de textos e de imagens fixas (pintura, fotografia, charge) e em movimento (filmes), além de gráficos, tabelas e mapas. As atividades desta coleção visam, sobretudo, auxiliar o aluno a desenvolver as competências leitora e escritora, que são complementares e interdependentes, e a capacitar o alunado para o exercício da cidadania. As imagens podem ser mais bem exploradas com a leitura do texto instrucional sobre o assunto contido nestes Materiais de Apoio ao Professor.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

As atividades estão distribuídas em quatro seções, que consideramos importantes no nosso alinhamento à tese de que ler e escrever é um compromisso de todas as áreas. São elas:

I. Retomando

As questões variadas desta seção, apresentada em todos os capítulos, visam retomar e organizar o estudo do tema abordado.

II. Leitura e escrita em História

a) Leitura de imagem

Esta seção visa à educação do olhar, à formação de conceitos e ao estímulo à produção escrita (escrever a partir da imagem).

b) Leitura e escrita de textos

Visa familiarizar o aluno com diferentes gêneros textuais e estimulá-lo a perceber quem está falando, de que lugar fala, e capacitá-lo a identificar, relacionar e a contextualizar (habilidades das mais importantes em História). Dividimos esta seção em dois itens:

- **Vozes do passado**, que dá voz aos sujeitos históricos que viveram as experiências sociais de outros tempos e espaços;
- **Vozes do presente**, em que geralmente convidamos um(a) especialista a falar sobre um dos assuntos relacionados ao tema eleito.

Partindo do pressuposto de que qualquer documento possui autoria, público e objeto específico, apresentamos a seguir um roteiro construído a partir de nossas reflexões e da nossa prática docente.

Roteiro para leitura e análise de documentos escritos

1. Título e fonte de onde foi extraído.
2. Tipo de documento [carta, artigo de jornal, legislação, entrevista etc.].
3. Quando, por quem e onde foi produzido.
4. Quem fala [o(a) autor(a)].
5. De onde fala [posição que ocupa na sociedade].
6. Para quem fala? [Para o público em geral? Para seus pares? Para os seus subalternos? Para as autoridades?].
7. Principais ideias e conceitos no texto.
8. Conclusões a que a leitura permite chegar, considerando-se o que está explícito.
9. Conclusões a que a leitura permite chegar, considerando o que está implícito (lembrar que os silêncios de um texto podem ser tão ou mais importantes do que aquilo que é dito).
10. Cruzar com outras fontes sobre o mesmo assunto.
11. Relacionar o texto com o contexto, salientando a importância dele para o estudo de determinada questão ou época.
12. Outras conclusões e/ou observações sobre o texto que se considere importante registrar.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Com esse roteiro espera-se ajudar o aluno a conhecer as condições de produção do texto em foco, o lugar de onde se fala, o que foi dito e o que deixou de ser dito, e, aos poucos, permitir que ele(a) vá percebendo a História como construção. Ao mesmo tempo, espera-se que o alunado consiga contestar versões que apresentam verdades acabadas e definitivas sobre o assunto estudado.

c) Cruzando fontes

Esta seção apresenta diferentes tipos de fontes históricas visando introduzir o alunado na análise e comparação de fontes, aproximando-o ao modo de construção do conhecimento histórico; lembre-se aqui de que a crítica e cruzamento das fontes é um procedimento inerente ao ofício do historiador.

III. Integrando com...

Com a seção Integrando com..., nos esforçamos para dar um passo, ainda que tímido, em direção à adoção de uma perspectiva interdisciplinar. As atividades desta seção estimulam o aluno a mobilizar conhecimentos e conceitos de outras disciplinas, como Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, Arte, entre outras.

IV. Você cidadão!

Esta seção quer estimular o aluno: **a)** a traçar paralelos entre o passado e o presente; **b)** a interrogar o presente, debater e, sobretudo, a se posicionar diante de uma questão social, ajudando-o a se preparar para o exercício da cidadania.

Nesta coleção, o número de atividades – incluindo as das várias seções – é propositadamente grande, com vistas a oferecer ao educador um leque amplo de possibilidades de escolha. Sabemos que não há tempo hábil para que os alunos se dediquem a todas elas em sala de aula. Sugerimos, então, que o professor escolha as atividades mais adequadas à sua proposta de ensino-aprendizagem, ao projeto político-pedagógico da escola e à quantidade de horas-aula de que dispõe.

4.5 MATERIAIS DE APOIO AO PROFESSOR

As orientações pedagógicas presentes neste Manual do Professor também contam com uma parte específica, que diz respeito a cada um dos volumes da coleção.

A parte específica é organizada em formato "U" e nela constam as indicações de habilidades da BNCC que serão trabalhadas em cada capítulo; encaminhamentos para ajudar o professor a desenvolver os conteúdos e a destacar aquilo que merece especial atenção; textos de apoio que visam complementar e enriquecer a aula; atividades complementares e indicações de vídeos.

A coleção apresenta também material complementar, em formato digital, com Planos de desenvolvimento bimestrais, Projetos integradores, Sequências didáticas e Propostas de acompanhamento de aprendizagem. Cada bimestre deste material corresponde a uma das unidades do livro impresso. A coleção oferece também audiovisuais com acadêmicos renomados explorando aspectos relevantes dos temas abordados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

5. PROJETOS DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR

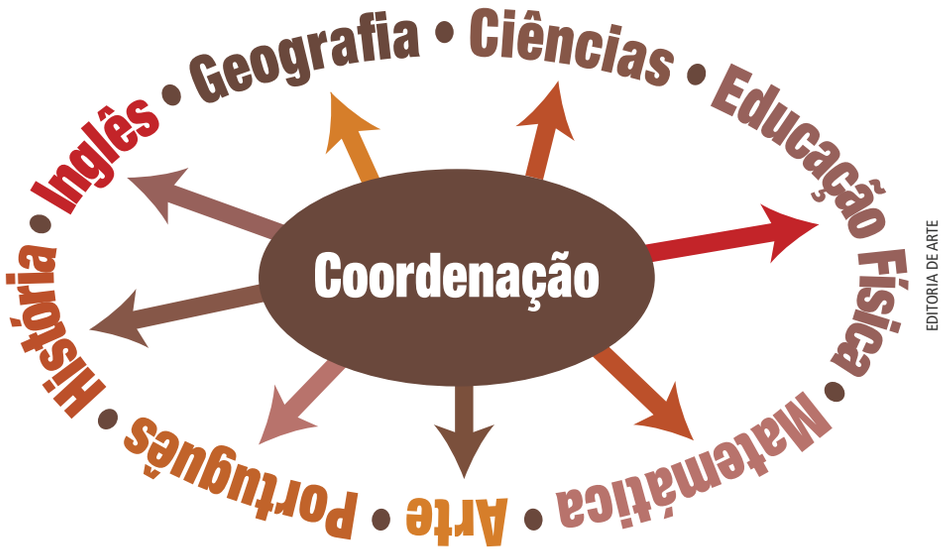
Com o objetivo de colaborar para a aplicação de um Projeto de Trabalho Interdisciplinar na escola elaboramos: **a)** um texto com orientações para a confecção de um Projeto Interdisciplinar; **b)** um Projeto que pode ser aplicado pelos professores desde que adaptado à realidade da escola onde lecionam. O trabalho com Projetos permite: superar a representação do conhecimento como algo fragmentado e distanciado das vivências dos alunos; levar em conta o que acontece no mundo social e do conhecimento; receber criticamente a avalanche de informações disponibilizadas pelos meios de comunicação.

5.1 O QUE É UM PROJETO DE TRABALHO?

Segundo o educador espanhol Fernando Hernández, um dos precursores do ensino por projetos, o projeto de trabalho é um percurso por um tema-problema, que favorece a análise, a interpretação e a crítica (como contraste de pontos de vista), além de uma atitude interdisciplinar. A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma proposta de trabalho coletivo em que cada disciplina observa o mesmo objeto de estudo a partir de seus referenciais sem, no entanto, perder suas especificidades. Como disse um estudioso:

> A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa.
>
> NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001. p. 143.

A figura a seguir é uma representação esquemática e simplificada da interdisciplinaridade.



EDITORIA DE ARTE

Orientações para a elaboração de um Projeto de trabalho interdisciplinar

O primeiro passo é compor uma equipe interdisciplinar que coordenará o Projeto. Essa equipe deverá ajudar a integração e a correlação das disciplinas envolvidas, bem como o desenvolvimento das múltiplas inteligências (MIs) dos alunos. Formada por profissionais de diferentes áreas, essa equipe deverá reunir-se regularmente com os seguintes propósitos: delimitar o tema e definir como cada disciplina pode contribuir para investigá-lo; estabelecer os objetivos e coordenar o processo; desafiar e apoiar os alunos, estimulando a troca de informações entre eles e propondo novas questões; avaliar o processo e auxiliar na avaliação das aquisições dos alunos; estimular o professor a ver-se como pesquisador e produtor do saber escolar (e não como divulgador de um conhecimento produzido na universidade).

- Etapas de um Projeto

Grosso modo, o Projeto pode ser desenvolvido em quatro etapas:

a) Escolha do tema ou objeto de estudo:

Esta escolha deve ser feita por meio de um amplo debate com os alunos, incorporando seus desejos e interesses, pois o sucesso do Projeto dependerá, em boa parte, do envolvimento deles no processo. Para a escolha do tema, propomos que se adotem os seguintes critérios:

1. É relevante, do ponto de vista do aluno?
2. Estimula a adoção de uma atitude investigativa?
3. Facilita o trabalho com valores e atitudes?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Sugestão: escolhido o tema, afixar uma faixa ou painel na entrada da escola com o título do Projeto, com o objetivo de manter a comunidade externa informada e estimular sua participação.

b) Planejamento efetivo do Projeto, que inclui:

- **definir** as áreas de estudo. Envolver o maior número de disciplinas possível, estimulando as trocas, a integração e a correlação das disciplinas no interior do Projeto;
- **delimitar** o tempo requerido. O tempo poderá variar de um bimestre a um ano letivo;
- **estabelecer** os objetivos gerais. Os objetivos devem contemplar o estímulo à troca, à pesquisa, à reciprocidade, à curiosidade e ao compromisso diante do saber;
- **fixar** os objetivos específicos por área. Os objetivos específicos de cada disciplina devem manter relação estreita com o tema do Projeto;
- **planejar** e propor ações para envolver professores, alunos e comunidade externa.

Professores – Selecionar e oferecer aos professores textos científicos, jornalísticos e literários, acompanhados de imagens, visando provocar a curiosidade e o interesse deles pelo tema e estimular seu posicionamento frente ao assunto. Este material poderá também ser afixado em quadros situados na sala dos professores, na sala da coordenação, na secretaria da escola. Posteriormente, então, convidá-los para trabalhar com esta temática.

Alunos – Debater o tema com os alunos em sala de aula, realizar entrevistas e coletar dados. O debate pode ser estimulado pela visita de um palestrante ou alguém da comunidade, que venha à escola falar aos alunos sobre o tema. Podem-se também espalhar pela escola frases curtas, interrogativas e/ou reflexivas, questionando o que se sabe sobre o tema, instigando os alunos a quererem conhecê-lo melhor.

Comunidade externa – Ao longo do trabalho, pedir aos alunos que elaborem cartazes e folhetos explicativos à comunidade externa, mostrando a importância do tema e solicitando a participação dela no Projeto.

c) Elaboraração de um Roteiro de Trabalho:

O Roteiro – construído coletivamente a partir das demandas dos alunos e sob a supervisão da equipe interdisciplinar – compreende as atividades a serem desenvolvidas, deve contemplar o uso de diferentes linguagens e prever atividades extraclasse. Deverá também ser flexível o suficiente para ser alterado/reelaborado de acordo com novos problemas colocados pela pesquisa.

d) Apresentação/exposição do Projeto:

• Exposições científicas e/ou artísticas, abertas à comunidade, onde se exibirão cartazes, vídeos, *slides*, maquetes, mapas, histórias em quadrinhos, charges, tabelas, gráficos, estatísticas, fotos, textos, cartilhas, encenações e outros trabalhos de autoria dos alunos; apresentação oral, conduzida pelos próprios alunos, dos trabalhos realizados por eles (individuais ou em grupo).

5.2 PROJETO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Título: Paz, Respeito e Tolerância

Em um mundo assombrado pela intolerância, pelo desrespeito entre pessoas e povos e por diferentes tipos de guerra, o debate sobre violência, desrespeito e intolerância torna-se decisivo para a formação de uma cultura da paz. Partimos do suposto de que só o conhecimento e a reflexão permanente podem inspirar atitudes de respeito e de tolerância e difundir a cultura da paz.

Como o tema é muito amplo, a escola poderá trabalhar o que considerar mais interessante ou necessário: priorizar, por exemplo, o desrespeito e a intolerância entre pessoas e/ou etnias; ou a violência entre povos e Estados Nacionais; as agressões dos seres humanos à flora/fauna/mares e rios. Cada um desses subtemas pode ser transformado no tema de um novo Projeto. Seja qual for a abordagem e o recorte temático, é importante historiar o tema e contextualizá-lo, levando em conta, portanto, as dimensões tempo e espaço.

Este nosso Projeto foi pensado para os anos finais do Ensino Fundamental. E pode ser dividido em dois momentos; num primeiro momento, os alunos dos quatro anos vão trabalhar a violência, o desrespeito e a intolerância na sua sala de aula, na sua escola e no seu bairro; num segundo momento, os alunos do 6º ano vão investigar o tema no município; os do 7º ano, no âmbito do estado, os do 8º ano, no país como um todo, e os do 9º ano, no âmbito mundial.

- Equipe interdisciplinar

O Projeto deve ser coordenado por uma equipe interdisciplinar composta de 4 a 5 pessoas de diferentes áreas, que devem atuar integrando atividades e procedimentos de modo a facilitar a troca e o diálogo entre os envolvidos. Escolhido o tema, passa-se para a segunda etapa, isto é, o planejamento efetivo do Projeto, que inclui:

DIVULGAÇÃO PROIBIDO

Áreas de estudo

Neste Projeto, previu-se o trabalho para as seguintes disciplinas: História, Ciências, Educação Física, Português, Arte, Matemática, Geografia, Informática, Inglês e Espanhol. O ideal é planejar ações para envolver o máximo possível de disciplinas.

Tempo requerido

Um semestre ou um ano, a depender da decisão conjunta dos envolvidos.

Objetivos gerais

1. Ressaltar e estudar os casos de violência, desrespeito e intolerância nos espaços propostos pelo Projeto;
2. Favorecer atitudes de tolerância e respeito e difundir a cultura da paz tal como proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas);
3. Questionar o uso da violência para a solução de problemas entre pessoas, povos e Estados Nacionais;
4. Conscientizar para o fato de que vivemos em uma sociedade multicultural e pluriétnica e incentivar o respeito pelas culturas e artes dos diferentes grupos étnicos que viveram e vivem no território onde é hoje o Brasil;
5. Conhecer e respeitar as culturas dos diferentes povos da Terra;
6. Facilitar a percepção de que é o conhecimento que favorece o respeito e a tolerância e de que não há cultura superior à outra.

- Objetivos por área de estudo

História:

- situar a violência, o desrespeito e a intolerância no tempo e no espaço;
- trabalhar os conceitos de paz, respeito, tolerância; mudanças/permanências; preconceito, discriminação e racismo;
- estimular o repúdio a todos os tipos de preconceito (de raça, de classe, de gênero, de religião etc.).

Ciências:

- compreender a saúde como bem individual e coletivo que deve ser promovido pela ação de diferentes agentes;
- desenvolver o autocuidado, a autoestima e o respeito pelo próprio corpo e pelo do outro;
- reconhecer que a violência e o alto nível de estresse desencadeiam doenças, como hipertensão, síndrome do pânico, entre outras.

Educação Física:

- compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, como fator de integração social e de formação da identidade;
- reconhecer a importância de atitudes pacíficas e do espírito de equipe para o crescimento individual e coletivo durante a prática do esporte;
- participar de atividades coletivas, sendo solidário com os companheiros e cultivando o respeito ao adversário.

Língua Portuguesa:

- incentivar a leitura, a interpretação e, sobretudo, a produção de textos de diversos gêneros;
- desenvolver o trabalho com diferentes linguagens (escrita, oral, gestual, visual etc.);
- selecionar, organizar e confrontar informações textuais relevantes sobre o tema do Projeto para interpretá-las e avaliá-las criticamente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Arte:

- Estimular a educação do olhar e a produção artística, pondo os alunos em contato com a arte de povos que constituíram o que é hoje o Brasil, incentivando o alunado a se expressar por meio de desenhos, maquetes, pinturas, esculturas, peças teatrais, criações musicais etc.

Matemática:

- Desenvolver ou acompanhar cadeias de raciocínios;
- Lidar com cálculos e números;
- Resolver problemas lógicos, produzir e interpretar tabelas e gráficos.

Geografia:

- Levantar hipóteses sobre as possíveis razões da violência no meio urbano e rural;
- Discutir a situação da flora e da fauna;
- Trabalhar os conceitos de espaço, cidade, fauna, flora, desenvolvimento sustentável e degradação ambiental e estimular a alfabetização cartográfica.

Informática:

- Conhecer e praticar o uso da internet, como ferramenta aplicada à comunicação, à pesquisa escolar e ao desenvolvimento do conhecimento.

Inglês/espanhol:

- Conhecer e usar as línguas inglesa/espanhola como instrumento de acesso a informações sobre diferentes culturas e grupos sociais;
- Estimular nos alunos a produção oral e escrita e a interpretação nestas duas línguas.

- Roteiro de trabalho

O roteiro de trabalho proposto a seguir pode e até mesmo deve ser adaptado às necessidades de cada escola. Ele contém dois tipos de atividades: **parte 1**: atividades destinadas a alunos de todos os anos; **parte 2**: atividades diferenciadas para cada um dos anos, visando investigar, mapear e debater o tema. Durante este processo os alunos irão testar suas hipóteses e sugerir soluções para os problemas levantados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

PARTE 1 – ATIVIDADES DESTINADAS A TODOS OS ANOS

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
1. Concurso de elaboração de um logotipo para o Projeto.	Espacial	Arte e Informática
2. Pesquisa e registro do significado dos substantivos "paz", "respeito" e "tolerância" em português/inglês e/ou espanhol.	Linguística	Português, Inglês e Espanhol
3. Reflexão individual e/ou em grupos: "Sou uma pessoa preconceituosa? E tolerante? Por quê?".	Intrapessoal e Linguística	História e Português
4. Entrevista com alunos da classe seguidas de relatos de casos de violência e/ou desrespeito havidos entre eles (brigas, xingamentos, apelidos) • As pessoas têm respeitado seu próprio corpo e o das outras pessoas? Tem havido respeito pessoa/pessoa na sala de aula? Na escola? No bairro? • O ser humano tem apresentado respeito e tolerância em relação à fauna, à flora e ao planeta? • Como você está contribuindo ou pode contribuir para ajudar melhorar a situação atual?	Linguística, Interpessoal e Naturalista	Português, Ciências, História e Geografia

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
5. Pesquisa e tradução de textos em inglês e/ou espanhol envolvendo preconceitos vivenciados ou presenciados.	Linguística e Interpessoal	Português, Inglês e Espanhol
6. Elaboração de histórias em quadrinhos sobre a prática da violência, do desrespeito e da intolerância na atualidade. A história pode ser feita em grupo. Um aluno faz o papel de roteirista; outro, de desenhista; outro responde pelo preenchimento dos balões de fala; outro faz o papel de editor (comenta/critica a obra, a fim de aperfeiçoá-la).	Linguística, Espacial e Naturalista	Arte/Português e Ciências
7. Coleta de dados sobre a violência no bairro/lugar onde a escola está situada; organizá-los na forma de tabela.	Lógico-matemática e Interpessoal	História, Geografia e Matemática
8. Levantamento das espécies animais e vegetais que correm risco de extinção no Brasil; apontar as razões principais deste fenômeno.	Naturalista e Linguística	Ciências e Português
9. Levantamento das indústrias mais próximas da escola causadoras de poluição do ar e/ou rios, indicando por escrito quais são os agentes poluidores e as consequências e prejuízos causados por eles às pessoas e ao ambiente.	Lógico-matemática, Naturalista e Linguística	Matemática, Ciências, Geografia e Português
10. Transformação dos dados coletados nas questões 7 a 9 em porcentagens e gráficos na forma de *pizza*, barras ou colunas que poderão ser expostos nas paredes da sala de aula e/ou da escola.	Lógico-matemática, Matemática e Informática	Matemática e Informática
11. Elaboração e encenação de uma peça sobre a violência, o desrespeito e a intolerância, situando a questão no tempo e no espaço.	Lógico-matemática, Naturalista e Linguística	Matemática, Ciências, Geografia e Português
12. Pesquisa de letras de músicas em português, inglês ou espanhol que falem de paz, tolerância e respeito, explorando os recursos estilísticos, semânticos, gramaticais e poéticos presentes nas letras das canções. Promoção de um festival com prêmios para melhor intérprete, melhor música, melhor arranjo.	Linguística e Musical	Português, Arte, História e Geografia
13. Concurso para premiar o melhor texto contendo um pedido de paz ao mundo.	Linguística	Português
14. Produção e exposição de um painel fotográfico sobre diferentes tipos de violência, desrespeito e intolerância ocorridos na História. As fotos deverão conter o nome do fotógrafo, data e legenda.	Espacial e Linguística	Arte, História e Português
15. Investigação da situação da vegetação típica do estado onde se encontra a escola. Elaborar dois mapas: um indicando a área de ocorrência desse tipo de vegetação em 1500 e outro mostrando sua situação no presente. Levantar hipóteses e formular explicações sobre o que levou a isso e o que tem sido feito em favor do desenvolvimento sustentável no estado.	Espacial, Naturalista e Lógico-matemática	Geografia, História e Matemática
16. Investigação das doenças com grande incidência no Brasil, causadas por poluição do ar (como a asma) e das águas (como o cólera e a leptospirose), e o que pode ser feito para evitar ou minimizar o problema.	Linguística, Espacial, Interpessoal e Naturalista	Ciências, Português, Arte, Informática e História

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
17. Entrevista com alunos com deficiência, procurando conhecer e aprender um pouco mais sobre cada uma de suas limitações e registrar por escrito se já sofreram algum tipo de preconceito. Qual? Onde? Como?	Linguística	Português e História
18. Interpretação e comentário do artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, que determina que: "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".	Linguística e Naturalista	Português, Ciências e História
19. Campanha de conscientização, contendo material escrito e iconográfico, para incentivar a comunidade externa a ter atitudes de respeito e solidariedade com as pessoas com deficiência.	Espacial, Linguística e Interpessoal	Arte e Português
20. Debate sobre a afirmação do Barão de Coubertin que sintetiza o espírito olímpico: "O essencial não é vencer, mas competir com liberdade, cavalheirismo e valor". Depois responder e comentar se este princípio tem presidido a prática do esporte nos Jogos Olímpicos da atualidade.	Linguística	Português, Educação Física
21. Organização de uma olimpíada escolar, resgatando o espírito olímpico, ressaltando o respeito entre os atletas e a tolerância entre as diferentes torcidas. Elaboração de um jornal escolar sobre o evento.	Cinestésica-corporal e Linguística	Educação Física e Português
22. Elaboração de coreografias inspiradas em músicas e danças do folclore brasileiro, resgatando a diversidade cultural existente no Brasil, registrando por meio de vídeos, fotos, textos, as diferenças entre elas e chamando a atenção para a sua beleza.	Cinestésica-corporal, Musical e Linguística	Arte, Educação Física e Português
23. Promoção de um amplo debate sobre o estatuto do torcedor, Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003*, no que se refere aos direitos e deveres dos torcedores e à atitude das torcidas organizadas dentro e nas imediações dos estádios. Apresentar o resultado do debate e fornecer sugestões em cartazes com fotos legendadas, mapas e comentários sobre a violência nos estádios, suas razões e as formas de evitá-la.	Linguística, Espacial e Interpessoal	Português, História, Geografia e Arte

*Observação: para colher elementos e comentários sobre o estatuto do torcedor, pesquise em: BRASIL. **Estatuto de Defesa do Torcedor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 19 out. 2018.

DIVULGAÇÃO PNED 2020 FTD

PARTE 2 – ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Atividades	Áreas das Múltiplas Inteligências (MIs) trabalhadas	Disciplinas envolvidas
1. Pesquisar e debater os problemas causados aos seres humanos pela ocorrência dos mais variados tipos de violência (social, econômica, política, simbólica, étnica etc.). O 6º ano pesquisará a situação no município; o 7º ano no estado; o 8º ano no país; e o 9º ano no mundo.	Linguística	Português, História e Geografia
2. Elaborar um mapa da violência no município (6º ano), no estado (7º ano), no Brasil (8º ano) e no mundo (9º ano).	Espacial, Lógico-matemática e Linguística	Geografia, Matemática e Português
3. Produzir um boletim informativo sobre a evolução da violência contra pessoas no município (6º ano); no estado (7º ano); no Brasil (8º ano); e no mundo (9º ano). Apresentar à classe na forma de um jornal falado as notícias e os dados pesquisados.	Linguística e Interpessoal	Português, História e Informática

4. Governante por um dia: que medidas você proporia para solucionar o problema da violência, do desrespeito e da intolerância? Os alunos do 6º ano vão se colocar no lugar do(a) prefeito(a); os do 7º ano no lugar do(a) governador(a); os do 8º ano no lugar do(a) presidente(a) da República; e os do 9º ano no lugar do(a) Secretário(a)-Geral da ONU.	Linguística, Interpessoal e Intrapessoal	História, Geografia e Português

Atividade-síntese do Projeto

Elaborar *slogans*, *folders*, *banners*, cartazes, fotos, mapas, tabelas, gráficos, panfletos, cartilhas e vídeos objetivando uma grande campanha de conscientização sobre a necessidade de desenvolver atitudes de respeito e de tolerância no relacionamento com as pessoas. A campanha deverá enfatizar também a importância do respeito pelo patrimônio cultural[7].

O 6º ano trabalhará a intolerância e o desrespeito na sala de aula, na escola e no bairro; o 7º, as diversas formas de desrespeito a grupos humanos historicamente discriminados no Brasil, como negros, mulheres e índios; o 8º, a agressão e o desrespeito à fauna e à flora; o 9º, a necessidade de paz, respeito e tolerância entre os povos e os Estados Nacionais.

Apresentação/exposição do Projeto:

FICHA nº 1 – Modelo de ficha de observação e avaliação dos educadores

Nome da escola: _____

Tema do Projeto: _____

Período de realização: _____

Ano: _____ Turma: _____ Responsável pedagógico: _____

1. Escolha do tema – você o considerou satisfatório? Por quê?
2. Planejamento (foi amplo, detalhado e flexível?).
3. Envolvimento (foi intenso?).
4. Flexibilidade (houve correção do rumo quando necessário?).
5. Desempenho da Equipe Interdisciplinar durante o processo (foi satisfatório?).
6. A Equipe Interdisciplinar cumpriu a missão de guardiã do processo?
7. Adotou uma postura interdisciplinar e favoreceu a mediação, a pesquisa e o diálogo?
8. O que você aprendeu participando do desenvolvimento de um Projeto Interdisciplinar?
9. Que sugestões críticas você daria para melhorar o planejamento, a execução, a apresentação e a avaliação do próximo Projeto?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

7 Segundo o artigo 216 da Constituição brasileira, constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. as formas de expressão;

II. os modos de criar, fazer e viver;

III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

FICHA nº 2 – Modelo de ficha de observação e avaliação dos alunos

Nome da escola: _____

Tema do Projeto: _____

Período de realização: _____

Ano: _____ Turma: _____ Responsável pedagógico: _____

1. Participação do(a) aluno(a):
   - **a)** na elaboração e execução das atividades;
   - **b)** no desenrolar do processo;
   - **c)** na criação e confecção de produtos e materiais para o Projeto;
   - **d)** na apresentação;
   - **e)** nas atividades que mais exigiam cooperação e solidariedade.

2. Desempenho do(a) aluno(a):
   - **f)** diante de diferentes situações-problema;
   - **g)** quanto à aquisição de conteúdos conceituais e procedimentais;
   - **h)** quanto à atitude;
   - **i)** nas diferentes avaliações;
   - **j)** quanto à capacidade de argumentação, oral e escrita;
   - **k)** quanto à resolução de problemas.

Obs.: Convém verificar também o tipo de inteligência em que o(a) aluno(a) mostrou a maior desenvoltura e aquele no qual mostrou a menor e, ao mesmo tempo, os tipos de estímulo de que necessita.

Autoavaliação

A autoavaliação é um aprendizado fundamental para a construção da autonomia do aluno; além disso, democratiza o processo, pois envolve diferentes pontos de vista.

Sugestão de perguntas para a autoavaliação.

1. Você considerou interessante o trabalho realizado durante o Projeto?
2. Tinha conhecimentos anteriores que o auxiliaram na realização?
3. Foi fácil ou difícil? Se foi difícil, saberia dizer por quê?
4. Como você avalia sua participação no grupo? (realizou tarefas que contribuíram para o trabalho? Sugeriu formas de organizar o trabalho? Colaborou com seus colegas na realização de suas tarefas?).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

6. AVALIAÇÃO

Sabe-se que o processo de construção do conhecimento é dinâmico e não linear, assim, avaliar a aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido. É importante que toda a avaliação esteja relacionada aos objetivos propostos e, para atingi-los, é indispensável que os alunos aprendam mais e melhor. Assim sendo, os resultados de uma avaliação devem servir para reorientar a prática educacional e nunca como um meio de estigmatizar os alunos.

Para pensar a avaliação, cuja importância é decisiva no processo de ensino-aprendizagem, lançamos mão das reflexões de César Coll e dos PCNs. Para César Coll, a avaliação pode ser definida como uma série de atuações que devem cumprir duas funções básicas:

- **diagnosticar** – ou seja, identificar o tipo de ajuda pedagógica que será oferecida aos alunos e ajustá-la progressivamente às características e às necessidades deles.
- **controlar** – ou seja, verificar se os objetivos foram ou não alcançados (ou até que ponto o foram).

Para diagnosticar e controlar o processo educativo, César Coll recomenda o uso de três tipos de avaliação:

	Avaliação Inicial	Avaliação Formativa	Avaliação Somatória
O que avaliar?	Os esquemas de conhecimento relevantes para o novo material ou situação de aprendizagem.	Os progressos, dificuldades, bloqueios etc., que marcam o processo de aprendizagem.	Os tipos e graus de aprendizagem que estipulam os objetivos (finais, de nível ou didáticos) a propósito dos conteúdos selecionados.
Quando avaliar?	No início de uma nova fase de aprendizagem.	Durante o processo de aprendizagem.	Ao final de uma etapa de aprendizagem.
Como avaliar?	Consulta e interpretação do histórico escolar do aluno. Registro e interpretação das respostas e comportamentos dos alunos ante perguntas e situações relativas ao novo material de aprendizagem.	Observação sistemática e pautada do processo de aprendizagem. Registro das observações em planilhas de acompanhamento. Interpretação das observações.	Observação, registro e interpretação das respostas e comportamentos dos alunos a perguntas e situações que exigem a utilização dos conteúdos aprendidos.

COLL, César. **Psicologia e currículo**. São Paulo: Ática, 1999. p. 151. (Fundamentos).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A **avaliação inicial** busca verificar os conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a eles a tomada de consciência de suas limitações (imprecisões e contradições dos seus esquemas de conhecimento) e da necessidade de superá-las.

A **avaliação formativa** visa avaliar o processo de aprendizagem. A avaliação formativa pode ser feita por meio da observação sistemática do aluno, com a ajuda de planilhas de acompanhamento (ficha ou instrumento equivalente em que se registram informações úteis ao acompanhamento do processo). Cada professor deve adequar a planilha de acompanhamento às suas necessidades.

A **avaliação somatória** procura medir os resultados da aprendizagem dos alunos confrontando-os com os objetivos que estão na origem da intervenção pedagógica, a fim de verificar se estes foram ou não alcançados ou até que ponto o foram.

Note-se que os três tipos de avaliação estão interligados e são complementares. Por meio deles o professor colhe elementos para planejar; o aluno toma consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades; a escola identifica os aspectos das ações educacionais que necessitam de maior apoio. A avaliação, portanto, deve visar ao processo educativo como um todo, e não ao êxito ou fracasso dos alunos.

Oferecemos para leitura um texto sobre metacognição, conceito que nos auxilia a pensar de que forma as progressões de conteúdo nos capítulos, unidades e anos podem ser avaliadas durante o ciclo dos anos finais do Ensino Fundamental.

A metacognição

Deve ser ressaltada a importância do trabalho com a metacognição, o qual consiste, fundamentalmente, no processo de autorreflexão por parte do aluno acerca da relação que estabeleceu com os conteúdos específicos de cada unidade ou capítulo. O objetivo da metacognição é que o aluno seja capaz de identificar o que aprendeu, comparando com o que já sabia, informando o que considerou mais significativo na aprendizagem, além de destacar os pontos mais ou menos positivos.

Elementos históricos	Indicadores de compreensão pelo aluno
Cronologia	Tem experiências no estabelecimento de limites históricos, como antes de Cristo e depois de Cristo, geração, década e século. É capaz de: estabelecer sequência de datas e períodos; determinar sequência de objetos e imagens; relacionar acontecimentos com uma cronologia.
Testemunhos	É capaz de compreender tipos de testemunho que o historiador utiliza. Distingue fontes primárias de fontes secundárias. É consciente da necessidade de ser crítico na análise de documento. Tem consciência de como os historiadores empregam os testemunhos para chegar a uma explicação do passado.
Linguagem	Compreende o significado de determinadas palavras num contexto histórico.
Semelhança e diferença	Estabelece comparações simples entre passado e presente com referência a uma diversidade de períodos, culturas e contextos sociais.
Continuidade e mudança	Entende que a História é tanto um estudo da continuidade como da mudança. Compreende que um acontecimento histórico pode responder a uma multiplicidade de causas.
Identificação	É capaz de se identificar com pessoas que viveram no passado e cujas opiniões, atitudes, cultura e perspectiva temporal são diferentes das suas.

O desenvolvimento de múltiplas e diferentes atividades de avaliação pode substituir a antiga prática de avaliar apenas a memorização do conteúdo com testes. Entre as atividades sugeridas para avaliação em História, podem ser citadas:

- atividades realizadas em sala de aula – trata-se de avaliar diariamente, se possível, a participação e o esforço do aluno em sala de aula. Nesse caso, incluem-se os trabalhos produzidos individualmente ou em grupo, os quais são apresentados em sala de aula, seja oralmente, seja por escrito.
- atividades que indiquem capacidades de síntese e redação – nesse caso, são definidos, essencialmente, os aspectos formativos dos critérios, ou seja, a capacidade do aluno para organizar e produzir sua narrativa histórica.
- atividades que expressem o domínio do conteúdo – trata-se de verificar a capacidade do aluno de comunicar o conteúdo que domina e o grau em que desempenha essa comunicação.
- atividades que expressem a aprendizagem – procura-se, aqui, analisar o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno. Por exemplo, quando a proposta de avaliação se referir a um tema tratado no curso, pode ser solicitado ao aluno que:
  - faça uma apresentação o mais geral possível do tema, a qual pode ser empregada para avaliar sua capacidade de explicação e conceituação;
  - referencie o tema estudado do ponto de vista temporal, aplicando noções de tempo como duração, sucessão e simultaneidade;
  - faça uma análise do tema proposto, partindo de questões mais gerais para outras mais específicas e avaliando o estabelecimento de relações de causalidade.
- atividades que explicitem procedimentos – trata-se de evidenciar procedimentos como aqueles que permitem verificar se o aluno adquiriu a capacidade de leitura de linguagens contemporâneas, como o cinema, a fotografia e a televisão.

Essa perspectiva de avaliação permite, inclusive, que se analise a capacidade do aluno para lidar com os processos de produção do conhecimento histórico. Trata-se, por exemplo, de avaliar se ele compreende um documento, ou seja, se ele sabe identificar tipos de documento, explicar seus conteúdos, analisar a forma como o documento apresenta o tema, elaborar questões baseadas no documento, sugerir outras fontes ou documentos que possam ser utilizados para complementar o tema e elaborar conclusões pessoais com base nos documentos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

É importante que se construam procedimentos e estratégias para avaliar se o aluno adquiriu conteúdos e construiu procedimentos e estratégias relativas ao conhecimento histórico. Ademais, torna-se necessário verificar se ele aprendeu a formular hipóteses historicamente corretas; processar fontes em função de uma temática e segundo as hipóteses levantadas; situar e ordenar acontecimentos em uma temporalidade histórica; levar em consideração os pontos de vista, os sentimentos e as imagens próprias de um passado; aplicar e classificar documentos históricos segundo a natureza de cada um; usar vocabulário conceitual adequado; e construir narrativas históricas baseadas em marcos explicativos (de semelhanças e diferenças, de mudança e permanência, de causas e consequências, de relações de dominação e insubordinação).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009. p. 186-187, 189.

6.1 ORIENTAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO

Recomendamos que se empreguem na avaliação:

a) **observação sistemática**: visa trabalhar as atitudes dos alunos. Para isso, pode utilizar o diário de classe ou instrumento semelhante para fazer anotações. Exemplo: você pediu que os alunos trouxessem material sobre a questão do meio ambiente, e um aluno, cujo rendimento na prova escrita não havia sido satisfatório, teve grande participação na execução desta tarefa; isto deverá ser levado em consideração na avaliação daquele bimestre.

b) **análise das produções dos alunos**: busca estimular a competência do aluno na produção, leitura e interpretação de textos e imagens. Sugerimos levar em conta toda a produção, e não apenas o resultado de uma prova, e avaliar o desempenho em todos os trabalhos (pesquisa, relatório, história em quadrinhos, releitura de obras clássicas, prova etc.). Note-se que, para o aluno escrever ou desenhar bem, é necessário que ele desenvolva o hábito.

c) **atividades específicas**: visam estimular, sobretudo, a objetividade do aluno ao responder a um questionário ou expor um tema. Exemplo de pergunta: Pode-se dizer que no dia 22 de abril de 1500 o Brasil foi descoberto? Resposta: Não, pois as terras que hoje são o Brasil eram habitadas por milhões de indígenas quando a esquadra de Cabral aqui chegou. Complemento da resposta: 22 de abril foi o dia em que Cabral tomou posse das terras brasileiras para o rei de Portugal.

d) **autoavaliação**: visa ajudar o aluno a ganhar autonomia e a desenvolver a autocrítica. O aluno avalia suas produções, bem como os critérios usados nas avaliações.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção Ideias Em Ação / Coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. (Docência em formação).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COLL, César. **Psicologia e currículo**. São Paulo: Ática. 1999. (Fundamentos).

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

GRANGEIRO, Ilza (Coord.) et al. **Guia metodológico para preparação do IX Festival Afro-Arte**: expressões culturais afro-brasileiras no ambiente escolar. Maracanaú: Diretoria de Educação: Coordenadoria de desenvolvimento curricular, 2018.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993.
JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do poder**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.
MACHADO, Nilson José. **Educação**: projetos e valores. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2000. (Coleção Ensaios Transversais).
NEVES, Iara Conceição Bittencourt et al. (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.
OFICINA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Rede das culturas populares e tradicionais**, 26 set. 2013. Disponível em: <http://culturaspopulares.org.br/blog/oficina-patrimonio-imaterial/>. Acesso em: 14 jun. 2015.
OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010. (Explorando o ensino, v. 21).
PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá et al. **Matrizes curriculares de referência para o Saeb**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009.
VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1998. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 3).
VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**: do "é proibido reprovar" ao é preciso garantir a aprendizagem. São Paulo: Libertad, 1998. (Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 5).

8. QUADRO DE CONTEÚDOS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Procuramos organizar as unidades e, dentro das Unidades, os capítulos, de modo a facilitar a professores e alunos a percepção da relação entre os conhecimentos construídos anteriormente, os abordados no momento e os posteriores.

A seguir, vamos dar alguns exemplos desta conduta:

1º) Na Unidade II do 6º ano, por exemplo, agrupamos os capítulos sob o grande guarda-chuva proposto pela BNCC e intitulado "A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades". A nossa estratégia, nesse caso, foi introduzir o trabalho com esses capítulos por uma página dupla em que discutimos "o conceito de Antiguidade Clássica, seu alcance e limite na tradição ocidental, assim como os impactos sobre outras sociedades e culturas", a exemplo das da África, do Oriente e da América na Antiguidade. E, na página seguinte, para introduzir o capítulo sobre Egito e Kush na Antiguidade, trabalhamos as diferentes formas de organização política na África: aldeia, cidade-Estado, reino e império. Dessa forma, buscamos preparar o alunado para a compreensão dos capítulos da unidade (que envolvem o Império Egípcio, os impérios mesopotâmicos, o Império Inca, entre outros), bem como adubar o terreno para retomar e aprofundar o conceito de Império e seu uso no caso da história romana.

2º) Na Unidade II do 9º ano, por exemplo, agrupamos os capítulos sob o grande guarda-chuva proposto pela BNCC e intitulado "Totalitarismos e conflitos mundiais"; capítulos que vão da Primeira Guerra Mundial à criação da Organização das Nações Unidas. Nos esforçamos para ordenar os capítulos obedecendo não apenas a uma sequência temporal, mas também facilitar a alunos e professores a percepção dos nexos entre determinados conhecimentos e acontecimentos anteriores e posteriores a ele. Por exemplo, no tópico sobre rivalidades imperialistas retomamos o conceito de imperialismo trabalhado no último capítulo do 8º ano e, ao mesmo tempo, preparamos o terreno para o aluno compreender – por meio do debate em torno do Tratado de Versalhes – a ascensão do nazismo na Alemanha, a ser trabalhado no Capítulo 7.

Por fim, vale dizer, que nos esforçamos para adotar esse procedimento em todos os livros da coleção, com vistas a ajudar o alunado a estabelecer relações entre passado e presente e incentivá-lo a desenvolver as competências gerais propostas pela BNCC, especialmente as numeradas como 1, 7 e 9.

PUBLICAÇÃO PNLD 2020 FTD

CONTEÚDOS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES DO 8º ANO

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
I	1. Iluminismo	A questão do iluminismo e da ilustração	(EF08HI01) Identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo.
		CONTEÚDOS: Iluminismo; Razão; Autoridade e tradição; Progresso, otimismo e Deus; John Locke e o liberalismo político; Voltaire: liberdade de expressão e tolerância; **Cartas inglesas**; Montesquieu e a autonomia dos poderes; Executivo, Legislativo e Judiciário; Rousseau e o contrato social; Vontade geral; A enciclopédia dos iluministas; O Iluminismo na economia; Adam Smith e o liberalismo econômico.	
	2. Revoluções na Inglaterra	As revoluções inglesas e os princípios do liberalismo	(EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa.
		CONTEÚDOS: Política e sociedade na Inglaterra do século XVI; Política mercantilista; Cercamentos; Monarquia × Parlamento no século XVII; A Era Cromwell; *New Model Army*; Os Atos de Navegação; Niveladores e cavadores; A deposição de Ricardo Cromwell e a volta da monarquia na Inglaterra; A Revolução Gloriosa; O significado da Revolução Gloriosa.	
	3. Revolução Industrial	Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas	(EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas.
		CONTEÚDOS: Do artesanato à maquinofatura; O pioneirismo inglês; As máquinas; Inventos aplicados à indústria; Indústria e mudanças socioeconômicas; Impactos da Revolução Industrial; O tempo da fábrica.	
	4. A Revolução Francesa e a Era Napoleônica	Revolução Francesa e seus desdobramentos	(EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.
		CONTEÚDOS: O Antigo Regime; Os três estados; França do Antigo Regime; A convocação dos Estados Gerais; O processo revolucionário; A Assembleia Nacional Constituinte; A Monarquia Constitucional; A Convenção Nacional; Os jacobinos no poder; O Diretório; A Era Napoleônica; O Consulado; Economia; Educação e Direito; O Império; O expansionismo militar; Reações ao militarismo bonapartista; O governo dos Cem Dias; O Congresso de Viena.	

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
II	5. Rebeliões na América portuguesa	Rebeliões na América portuguesa: as conjurações mineira e baiana Os caminhos até a independência do Brasil A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão	(EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas. (EF08HI06) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões. (EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.
		CONTEÚDOS: A Revolta de Beckman; A Guerra dos Emboabas; A Guerra dos Mascates; A Revolta de Vila Rica; Impostos; Cobrança e desvios; Mineração e mercado interno; A Conjuração Mineira; Denúncia, prisão e sentença; Tiradentes; A Conjuração Baiana.	
	6. A formação dos Estados Unidos	Independência dos Estados Unidos da América	(EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais.
		CONTEÚDOS: Colonização inglesa da América; Os indígenas; Companhias de comércio e colonização; As Trezes Colônias; Economia colonial; A Inglaterra aperta o laço; O processo de independência; O movimento de independência; A Constituição dos Estados Unidos; Uma cidadania limitada.	
	7. Independências: Haiti e América espanhola	Independências na América espanhola • A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti	(EF08HI08) Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram à independência das colônias hispano-americanas. (EF08HI09) Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-americanismo. (EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações. (EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.
		CONTEÚDOS: Independência em São Domingos (atual Haiti); Toussaint L´Ouverture; A formação do Haiti; A Revolta de Túpac Amaru; América espanhola: população e etnias; O Império espanhol em crise; Guerras de independência na América; As independências na América do Sul; José de San Martín; O projeto e a luta de Simón Bolívar; A independência do México; Exclusão e marginalização na América.	
	8. A chegada da família real e a emancipação política do Brasil	Os caminhos até a independência do Brasil	(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti. (EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira. (EF08HI13) Analisar o processo de independência em diferentes países latino-americanos e comparar as formas de governo neles adotadas.
		CONTEÚDOS: A vinda de D. João para o Brasil; A interiorização da metrópole; A abertura dos portos; O Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra; A administração joanina; Insurreição Pernambucana (1817); A Revolução Liberal do Porto; A emancipação política do Brasil.	

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 EF

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
III	9. O reinado de D. Pedro I: uma cidadania limitada	Brasil: Primeiro Reinado	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.
		CONTEÚDOS: As lutas pela independência; O reconhecimento e o preço da independência; Uma constituição para o Brasil; A Constituição do Império; A Confederação do Equador; D. Pedro I, cada vez mais impopular; A Questão da Cisplatina; A sucessão do trono português; A abdicação de D. Pedro I.	
	10. Regências: a unidade ameaçada	O Período Regencial e as contestações ao poder central	(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.
		CONTEÚDOS: Regências: um período movimentado; História política; Regência Trina Permanente; O Ato Adicional de 1834; Regência Una de Feijó; A Regência de Araújo Lima; As rebeliões regenciais; Cabanagem (1835-1840): Grão-Pará; Guerra dos Farrapos (1835-1845): Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Revolta dos Malês (1835): Bahia; Sabinada (1837-1838): Bahia; Balaiada (1838-1841): Maranhão e Piauí.	
	11. Segundo Reinado: política, economia e guerra	O Brasil do Segundo Reinado: política e economia • A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado • Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. (EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império. (EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.
		CONTEÚDOS: O golpe da maioridade; Política, violência e fraude no Império; A Revolução Praieira; O poder do imperador; Economia do Segundo Reinado; O café na liderança; O mercado interno no Império; Modernização do Império: indústrias e ferrovias; A pressão inglesa e o fim do tráfico; A *Bill Aberdeen*; A Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras; O tráfico interprovincial; A Guerra do Paraguai; Consequências da guerra.	
	12. Abolição, imigração e indigenismo no Império	O escravismo no Brasil do século XIX: *plantations* e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial Políticas de extermínio do indígena durante o Império A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil	(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas. (EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. (EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império. (EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.
		CONTEÚDOS: A Abolição; A resistência dos escravizados; O movimento abolicionista; As leis e a realidade; A Lei Áurea: 13 de maio de 1888; A vida difícil dos recém-libertos; Sobre a política de cotas; Imigração; O sistema de parceria: uma experiência pioneira; Alemães, italianos e poloneses; Romantismo.	

EDIÇÃO PNLD 2020 FTD

UNIDADE	CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
IV	13. Industrialização, imperialismo e resistência	Nacionalismo, revoluções e as novas nações europeias Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais O imperialismo europeu e a partilha da África e da Ásia	(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia. (EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica. (EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.
		CONTEÚDOS: Segunda fase da Revolução Industrial; A concentração de capital; O imperialismo; Teorias racistas do século XIX; O imperialismo na África; Franceses onde hoje é a Argélia; Belgas na bacia do rio Congo; Britânicos na África; A resistência africana; A Rebelião Ashanti; Alemães, portugueses e espanhóis na África; A Conferência de Berlim; Partilha da Ásia; Britânicos na Índia; Britânicos na China.	
	14. Estados Unidos e América Latina no século XIX	Os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória	(EF08HI25) Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX. (EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas.
		CONTEÚDOS: A Marcha para o Oeste; Acordos, guerra e ouro; A guerra civil norte-americana; Cidadania *versus* racismo; Prosperidade e intervencionismo; O imperialismo estadunidense.	

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

História
Sociedade & Cidadania

8

ALFREDO BOULOS JÚNIOR
Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo.

DIVULGAÇÃO
PNLD 2020
FTD

Ensino Fundamental – Anos Finais
Componente curricular: História

4ª edição – São Paulo – 2018

FTD

Copyright © Alfredo Boulos Júnior, 2018.

Diretor editorial	Antonio Luiz da Silva Rios
Diretora editorial adjunta	Silvana Rossi Júlio
Gerente editorial	Flávia Renata P. A. Fugita
Editor	João Carlos Ribeiro Jr.
Editores assistentes	Bárbara Berges, Maiza Garcia Barrientos Agunzi, Rui C. Dias
Assistente editorial	Carolina Bussolaro Marciano
Assessoria	Cláudio A. V. Cavalcanti
Gerente de produção editorial	Mariana Milani
Coordenador de produção editorial	Marcelo Henrique Ferreira Fontes
Gerente de arte	Ricardo Borges
Coordenadora de arte	Daniela Máximo
Projeto gráfico	Sergio Cândido
Projeto de capa	Sergio Cândido
Foto de capa	Daniel Iglesias/G Tempo/Futura Press
Supervisor de arte	Vinícius Fernandes
Editores de arte	Edgar Sgai, Felipe Borba
Diagramação	Claritas Comunicação
Tratamento de imagens	Ana Isabela Pithan Maraschin, Eziquiel Racheti
Coordenadora de ilustrações e cartografia	Marcia Berne
Ilustrações	Carlos Bourdiel, Editoria de arte, Getulio Delphim, HECTOR GOMEZ, Manzi, Marcelo Camacho/Conexão, Mozart Couto, Osvaldo Sequetin, Renato Bassani
Cartografia	Allmaps, Studio Caparroz, Vespúcio Cartografia
Coordenadora de preparação e revisão	Lilian Semenichin
Supervisora de preparação e revisão	Viviam Moreira
Revisão	Adriana Périco, Camila Cipoloni, Carina de Luca, Célia Camargo, Felipe Bio, Fernanda Marcelino, Fernanda Rodrigues, Fernando Cardoso, Heloisa Beraldo, Iracema Fantaguci, Paulo Andrade, Pedro Fandi, Rita Lopes, Sônia Cervantes, Veridiana Maenaka
Supervisora de iconografia e licenciamento de textos	Elaine Bueno
Iconografia	Amanda Loos Von Losimfeldt, Caio Mazzilli, Daniel Cymbalista, Priscilla Liberato Narciso
Licenciamento de textos	Erica Brambila, Vanessa Trindade
Supervisora de arquivos de segurança	Silvia Regina E. Almeida
Diretor de operações e produção gráfica	Reginaldo Soares Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boulos Júnior, Alfredo
História sociedade & cidadania : 8º ano : ensino fundamental : anos finais / Alfredo Boulos Júnior. — 4. ed. — São Paulo : FTD, 2018.

"Componente curricular: História."
ISBN 978-85-96-01978-1 (aluno)
ISBN 978-85-96-01979-8 (professor)

1. História (Ensino fundamental) I. Título.

18-20756 CDD-372.89

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino fundamental 372.89

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB–8/9427

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Imagem de capa:

O Arraial de Belô é uma das maiores festas populares do Sudeste. Nele ocorrem apresentações típicas das festas juninas, festas essas que homenageiam santos católicos e têm suas raízes em Portugal, mas que foram reinventadas no Brasil.

Um ponto alto da festa é a apresentação de grupos de quadrilha de vários bairros de Belo Horizonte. A quadrilha é originária do interior da França e chegou ao Brasil por volta de 1820, após a instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro. Comum nos bailes da Corte, a dança deixou aos poucos os salões palacianos para animar festas populares. Algumas marcações da dança demonstram a origem francesa: balancê (de *balancer*), anavan (de *en avant*), travessê (de *traverser*).

Outro ponto ainda são as barraquinhas coloridas, que oferecem doces e salgados famosos na cidade. Mas há também aquelas que oferecem quitutes próprios do interior mineiro, comprovando assim o que disse Guimarães Rosa: "as Minas são muitas".

Reprodução proibida: Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Todos os direitos reservados à

EDITORA FTD.
Rua Rui Barbosa, 156 – Bela Vista – São Paulo – SP
CEP 01326-010 – Tel. 0800 772 2300
Caixa Postal 65149 – CEP da Caixa Postal 01390-970
www.ftd.com.br
central.relacionamento@ftd.com.br

Em respeito ao meio ambiente, as folhas deste livro foram produzidas com fibras obtidas de árvores de florestas plantadas, com origem certificada.

Impresso no Parque Gráfico da Editora FTD
CNPJ 61.186.490/0016-33
Avenida Antonio Bardella, 300
Guarulhos-SP – CEP 07220-020
Tel. (11) 3545-8600 e Fax (11) 2412-5375

APRESENTAÇÃO

Caro aluno, cara aluna,

Quero lhe dizer algo que para mim é importante e por isso gostaria que você soubesse: para que este livro chegasse às suas mãos, foram necessários o trabalho e a dedicação de muitas pessoas: os profissionais do mundo do livro.

O autor é um deles. Sua tarefa é pesquisar e escrever o texto e as atividades, além de sugerir as imagens que ele gostaria que entrassem no livro. A essas páginas produzidas pelo autor damos o nome de originais.

O editor e seus assistentes leem e avaliam os originais. Em seguida, solicitam ao autor que melhore ou corrija o que é preciso no texto. Por vezes, pedem que o autor refaça uma ou outra parte. Daí entram em cena outros trabalhadores do mundo do livro: os profissionais da Iconografia, da Arte, da Revisão e do Jurídico, entre outros.

Os profissionais da Iconografia pesquisam, selecionam, tratam e negociam as imagens (fotografias, desenhos, gravuras, pinturas etc.) que serão aplicadas no livro. Algumas dessas imagens são os mapas, feitos por especialistas (os cartógrafos), e desenhos baseados em pesquisas históricas, feitos por profissionais denominados ilustradores.

Os profissionais da Arte criam um projeto gráfico (planejamento visual da obra), preparam e tratam as imagens e diagramam o livro, isto é, distribuem textos e imagens pelas páginas para que a leitura se torne mais compreensível e agradável.

Os profissionais da Preparação e Revisão corrigem palavras e frases, ajustam e padronizam o texto.

A equipe do Jurídico solicita a autorização legal para o uso de textos de outros autores e das imagens que irão compor o livro.

Todo esse trabalho é acompanhado pela Gerência Editorial.

Em seguida, esse material todo, que é um arquivo digital, segue para a gráfica, onde é transformado em livro por técnicos especializados do setor Gráfico. Depois de pronto, o livro chega às mãos da equipe de Divulgação, que o apresenta aos professores, personagens que dão vida ao livro, objeto ao mesmo tempo material e cultural.

Meu muito obrigado do fundo do coração a todos esses profissionais, sem os quais esta Coleção não existiria! E obrigado também a você, leitor.

O autor

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

SUMÁRIO

UNIDADE I

CAPÍTULO 1 ILUMINISMO 6
Progresso, otimismo e Deus 8
Alguns pensadores iluministas 8
A enciclopédia dos iluministas 11
O Iluminismo na economia 14
Adam Smith e o liberalismo econômico 14
ATIVIDADES 15

CAPÍTULO 2 REVOLUÇÕES NA INGLATERRA 18
Política e sociedade na Inglaterra do século XVI 19
Monarquia × Parlamento no século XVII 20
A Era Cromwell 22
A república de Cromwell 22
A deposição de Ricardo Cromwell e a volta da monarquia na Inglaterra 24
A Revolução Gloriosa (1688) 25
O significado da Revolução Gloriosa 26
ATIVIDADES 27

CAPÍTULO 3 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 31
Do artesanato à maquinofatura 32
O pioneirismo inglês 33
As máquinas 33
Inventos aplicados à indústria 34
Indústria e mudanças socioeconômicas 36
Impactos da Revolução Industrial 36
ATIVIDADES 39

CAPÍTULO 4 A REVOLUÇÃO FRANCESA E A ERA NAPOLEÔNICA 44
O Antigo Regime 45
França do Antigo Regime 46
A convocação dos Estados Gerais 47
O processo revolucionário 48
A Assembleia Nacional Constituinte 48
A Monarquia Constitucional 49
A Convenção Nacional 50
A Era Napoleônica 54
O Consulado 54
O Império 57
O Congresso de Viena 61
ATIVIDADES 62

UNIDADE II

CAPÍTULO 5 REBELIÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA 68
A Revolta de Beckman (1684) 69
A Guerra dos Emboabas (1707-1709) 70
A Guerra dos Mascates (1710-1711) 71
A Revolta de Vila Rica (1720) 72
Impostos e mais impostos 73
Cobrança e desvios 73
Mineração e mercado interno 74
A Conjuração Mineira (1789) 76
Denúncia, prisão e sentença 79
A Conjuração Baiana (1798) 79
ATIVIDADES 82

CAPÍTULO 6 A FORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS 89
Colonização inglesa da América 90
A segunda tentativa inglesa 91
Economia colonial 92
A Inglaterra aperta o laço 94
O processo de independência 95
O movimento de independência 96
A Constituição dos Estados Unidos 96
Uma cidadania limitada 97
ATIVIDADES 98

CAPÍTULO 7 INDEPENDÊNCIAS: HAITI E AMÉRICA ESPANHOLA 103
Independência em São Domingos (atual Haiti) 104
A formação do Haiti 106
A Revolta de Túpac Amaru 107
América espanhola: população e etnias 108
O Império espanhol em crise 109
Guerras de independência na América 110
As independências na América do Sul 110
A independência do México 113
Exclusão e marginalização na América 114
ATIVIDADES 116

CAPÍTULO 8 A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL 120
A vinda de D. João para o Brasil 121
A interiorização da metrópole 122
A abertura dos portos 122
O Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra 123
A administração joanina 124
Insurreição Pernambucana (1817) 126

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A Revolução Liberal do Porto 128
A emancipação política do Brasil 129
ATIVIDADES 131

UNIDADE III

CAPÍTULO 9 O REINADO DE D. PEDRO I: UMA CIDADANIA LIMITADA 136
As lutas pela independência 137
O reconhecimento e o preço da independência 139
Uma constituição para o Brasil 140
A Constituição do Império 141
A Confederação do Equador 142
D. Pedro I, cada vez mais impopular 144
A Questão da Cisplatina 145
A sucessão do trono português 145
A abdicação de D. Pedro I 146
ATIVIDADES 147

CAPÍTULO 10 REGÊNCIAS: A UNIDADE AMEAÇADA 152
Regências: um período movimentado 153
História política 153
Regência Trina Permanente 154
O Ato Adicional de 1834 155
Regência Una de Feijó 156
A Regência de Araújo Lima 156
As rebeliões regenciais 157
Cabanagem (1835-1840): Grão-Pará 158
Guerra dos Farrapos (1835-1845): Rio Grande do Sul e Santa Catarina 160
Revolta dos Malês (1835): Bahia 164
Sabinada (1837-1838): Bahia 166
Balaiada (1838-1841): Maranhão e Piauí 167
ATIVIDADES 169

CAPÍTULO 11 SEGUNDO REINADO: POLÍTICA, ECONOMIA E GUERRA 178
O golpe da maioridade 179
Política, violência e fraude no Império 180
A Revolução Praieira 181
O poder do imperador 182
Economia do Segundo Reinado 183
O café na liderança 183
O mercado interno no Império 184
Modernização do Império: indústrias e ferrovias 186
A pressão inglesa e o fim do tráfico 188
A Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras 190
O tráfico interprovincial 190
A Guerra do Paraguai 192
Consequências da guerra 195
ATIVIDADES 196

CAPÍTULO 12 ABOLIÇÃO, IMIGRAÇÃO E INDIGENISMO NO IMPÉRIO 203
A Abolição 204
A resistência dos escravizados 204
O movimento abolicionista 206
As leis e a realidade 208
A vida difícil dos recém-libertos 210
Imigração 214
O sistema de parceria: uma experiência pioneira 214
Alemães, italianos e poloneses 217
Romantismo 218
ATIVIDADES 219

UNIDADE IV

CAPÍTULO 13 INDUSTRIALIZAÇÃO, IMPERIALISMO E RESISTÊNCIA 226
Segunda fase da Revolução Industrial 227
A concentração de capital 229
O imperialismo 230
Teorias racistas do século XIX 231
O imperialismo na África 232
Franceses onde hoje é a Argélia 232
Belgas na bacia do rio Congo 233
Britânicos na África 234
A resistência africana 235
A Rebelião Ashanti 235
Alemães, portugueses e espanhóis na África 236
A Conferência de Berlim 236
Partilha da Ásia 238
Britânicos na Índia 238
Britânicos na China 239
ATIVIDADES 241

CAPÍTULO 14 ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XIX 247
A Marcha para o Oeste 248
Acordos, guerra e ouro 250
A guerra civil norte-americana 252
Prosperidade e intervencionismo 256
O imperialismo estadunidense 257
ATIVIDADES 259
BIBLIOGRAFIA 265
MAPAS 268

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF08HI01** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo.

ENCAMINHAMENTO

A ideia aqui é estimular o aluno a comparar a Wikipédia, uma invenção recente, com a **Enciclopédia**, inventada pelos franceses no século XVIII, acentuando as diferenças entre uma e outra. Consideramos importante destacar que a **Enciclopédia**, modelo para quase todas as enciclopédias posteriores, foi feita por especialistas franceses de diferentes áreas, buscava organizar e sistematizar o conhecimento e, além disso, rendeu um lucro fabuloso aos seus produtores. Já a Wikipédia é um empreendimento sem fins lucrativos, tem sido escrita a muitas mãos e vem sendo permanentemente atualizada. Esse paralelo pode alavancar uma aula dialogada sobre o Iluminismo.

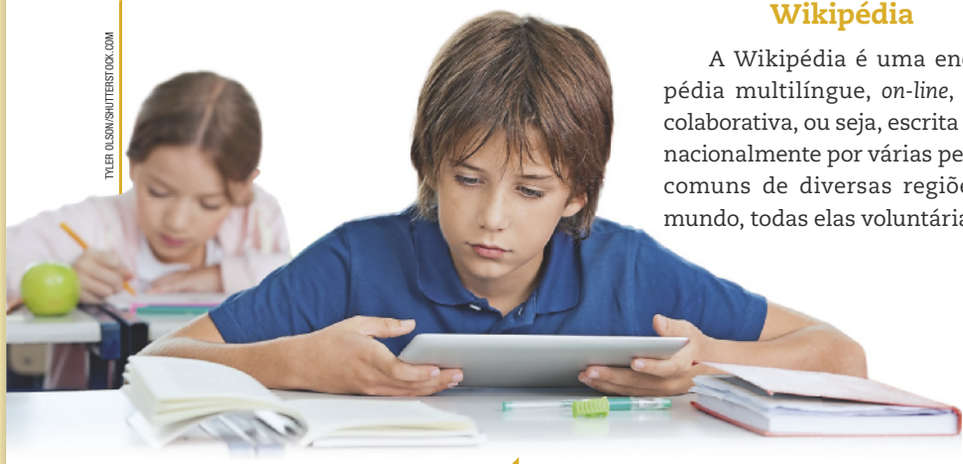
- Explicar que a Wikipédia é uma plataforma colaborativa, ou seja, seu conteúdo é livre e aberto, dando o direito a qualquer pessoa de acessar e modificar seus conteúdos, com o objetivo de aprimorá-los.
- Evidenciar que a Wikipédia tem caráter educacional.
- Ressaltar que as enciclopédias existentes hoje se basearam no modelo da **Enciclopédia**, a primeira enciclopédia, que foi feita pelos franceses.
- Comentar que, devido à evolução das ferramentas digitais, muitas enciclopédias deixaram de existir em seu formato impresso e seu conteúdo foi disponibilizado na versão *on-line*, a exemplo da **Enciclopédia britânica**.
- Criar um debate, questionando os alunos: "Se o acesso e a modificação dos artigos da Wikipédia são livres, podemos considerar seu conteúdo confiável?".
- Aprofundar o assunto acessando os textos: A WIKIPÉDIA é feita por milhões de usuários. Disponível em: <http://livro.pro/wbbkgk>; e ENCICLOPÉDIA britânica anuncia fim da edição impressa após 244 anos. Disponível em: <http://livro.pro/2ctx43>. Acessos em: 13 set. 2018.

UNIDADE I

CAPÍTULO 1

ILUMINISMO

O texto a seguir é sobre a Wikipédia, um projeto sem fins lucrativos que já está disponível em centenas de idiomas. Leia-o com atenção.



TYLER OLSON/SHUTTERSTOCK.COM

Aluno consultando a Wikipédia em um *tablet*.

Wikipédia

A Wikipédia é uma enciclopédia multilíngue, *on-line*, livre, colaborativa, ou seja, escrita internacionalmente por várias pessoas comuns de diversas regiões do mundo, todas elas voluntárias. [...]

[...] Este é o fator que distingue a Wikipédia de todas as outras enciclopédias: qualquer pessoa com acesso à *internet* pode modificar qualquer artigo, e cada leitor é potencial colaborador do projeto.

WIKIPÉDIA. **Portal Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Wikip%C3%A9dia>. Acesso em: 11 jun. 2018.

LOGOTIPO WIKIPEDIA

- **Você já consultou a Wikipédia?**
  - » **Acha interessante que cada leitor seja um colaborador em potencial?**
  - » **O que você pensa de a Wikipédia não ter fins lucrativos?**
  - » **Sabe quando foi criada a enciclopédia? Onde? Por quem?**

Dica! Vídeo sobre a criação e o funcionamento da Wikipédia. Duração: 7 min. Disponível em: <http://livro.pro/w6uzb6>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é de Natalia Trevisan Cezario, mestra em Educação pela Unesp.

É declarada a proposta do *site* e dos criadores da Wikipédia de reunir todas as produções que aglutinam a cultura e o saberes originados nas mais remotas épocas, ao redor do planeta. A ***Encyclopédie*** de Diderot e D'Alembert almejava o mesmo objetivo, tendo contado com obstáculos e intervalo de tempo muito maiores para chegar a encaixar uma concretização de sua ambição. É nestes termos que a nova e antiga enciclopédia se entrelaçam, buscando propagar conhecimento a todos, procurando socializar os saberes. Ambas produzidas por um grande número de pessoas, com informações de diferentes assuntos e com grande número de leitores em seu público, a obra ancestral e a atual contam com o desafio de compartilhar com o público escritos que sintetizam milênios de histórias e estudos; a diferença entre ambas é que o suporte da tecnologia

O **Iluminismo**, ou Ilustração, foi um movimento de ideias que se desenvolveu na Europa nos séculos XVII e XVIII e que continua influenciando o mundo atual.

Mas no que os iluministas acreditavam? Qual era para eles o valor supremo?

A razão era, para os iluministas, o valor supremo. Só por meio da razão e da sua aplicação, isto é, do ato de pensar, a humanidade alcançaria a luz, o esclarecimento. Para os iluministas, a maioria das pessoas estava mergulhada na ignorância, no fanatismo religioso; só a razão as esclareceria.

Para os iluministas, devia-se duvidar de tudo o que era aceito porque tinha sido sempre assim (tradição), ou porque tinha sido dito por alguém com poder ou prestígio (autoridade). Eles opunham-se, portanto, ao conhecimento baseado na "autoridade", na "tradição", e propunham a busca de um novo conhecimento baseado na razão.

Iluminismo: o nome Iluminismo deriva do fato de os homens que fizeram esse movimento verem a si mesmos como os defensores da luz (razão) contra as trevas (tradição e autoridade).

Gravura de Simon Louis Boizot, 1793. Na imagem, vê-se a Liberdade, munida com o cetro da razão, lançando raios sobre a Ignorância e o Fanatismo.

MUSEU CARNAVALET, PARIS.
FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Texto de apoio (continuação)

facilita no tratamento com o objeto de conhecimento. [...] O meio *on-line* apresenta as coleções mundiais reunidas em hipertexto. E é com este meio que a cada dia nos vemos mais intimamente ligados, mesmo que sem total aquiescência de nossa parte. Portanto, torna-se necessário que voltemos nossos olhos mais atentamente a todo o processo que envolve a relação entre conhecimento e mundo virtual. [...]

CEZARIO, Natalia Trevisan. **Da Enciclopédia à Wikipédia**: o conhecimento em circulação. 2002. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar)–Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002. p. 102. Disponível em: <http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/2470.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

Esta página fornece elementos para ajudar na construção do conceito de Ilustração e na identificação das características desse movimento de ideias.

- Destacar que o Iluminismo, ou Ilustração (palavra mais apropriada, segundo os especialistas), foi um movimento de ideias desenvolvidas nos séculos XVII e XVIII, na Europa ocidental, sendo a França seu principal centro de produção e divulgação.
- Ressaltar que a principal característica do Iluminismo era a crença na razão humana e no seu potencial. Para os iluministas, os homens só podiam alcançar o esclarecimento e a luz por meio da razão, que deveria ser aplicada a todas as atividades humanas, destruindo a ignorância e combatendo os preconceitos e o fanatismo religioso.
- Refletir sobre o que disse o historiador Francisco José Calazans Falcon:

Princípio de toda verdade, autônoma por definição, a razão iluminista se opõe a tudo que [...] se oculta sob as denominações vagas de "autoridade", "tradição" e "revelação".

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1994. p. 36.

Dica de leitura

- BETTIOL, Maria Regina Barcelos; HOHLFELDT, Antonio (Org.). **O século das luzes**: uma herança para todos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

Partindo da reflexão sobre as ideias iluministas, o livro aborda o legado desses pensamentos na visão de diferentes intelectuais.

TOMO EDITORIAL

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

ENCAMINHAMENTO

Sugerimos destacar que a crença no progresso constante da humanidade é uma ideia-chave do Iluminismo: com o tempo, a ignorância, o obscurantismo e a superstição – frutos da irracionalidade – iriam ceder lugar ao esclarecimento, às luzes.

- Evidenciar que, para os iluministas, o triunfo da humanidade era uma certeza, daí o otimismo que caracteriza o movimento.
- Informar que os iluministas acreditavam também que o mundo era regido por leis naturais. Conhecer essas leis era sinal de progresso; daí o ardor com que se dedicaram à ciência, o que resultou em importantes descobertas científicas, como as realizadas à época por Lavoisier.
- Explicar que o Iluminismo foi também uma reação ao Antigo Regime: monarquias absolutistas em que o rei, a nobreza e o clero acumulavam poder e privilégio.
- Apresentar as ideias de alguns iluministas, salientando suas singularidades e facilitando a percepção de que algumas delas, por sua permanência e atualidade, continuam suscitando interesse e debate.

Dialogando

Resposta pessoal.

Progresso, otimismo e Deus

Os iluministas acreditavam que a razão conduziria os seres humanos ao **progresso**. Com o passar do tempo, a ignorância, fruto da irracionalidade, desapareceria e teríamos então uma humanidade esclarecida. Essa crença no progresso constante da humanidade os fazia **otimistas**. A maioria deles acreditava em Deus (o relojoeiro do universo), aquele que criou o mundo e o pôs para funcionar. Os iluministas acreditavam que o mundo era regido por leis naturais. E que era preciso conhecê-las; por isso, se dedicavam à ciência.

Os iluministas também reagiram ao **Antigo Regime**. Opunham-se ao absolutismo, aos privilégios da nobreza e do clero, à intolerância religiosa e à falta de liberdade.

> **Antigo Regime:** monarquias absolutistas em que o rei, a nobreza e o clero acumulavam poder e privilégio, e as pessoas eram proibidas de dizer o que pensavam.

DIALOGANDO

Para os iluministas, o acesso ao conhecimento conduzia inevitavelmente ao progresso e à felicidade. Você concorda com isso?

CARNAVALET MUSEUM, PARIS, FRANÇA.

O indivíduo representado na imagem de 1794 é Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794), um dos mais importantes iluministas no campo da ciência. Graças às suas descobertas, a Química transformou-se em uma ciência moderna.

Alguns pensadores iluministas

Entre os pensadores iluministas mais conhecidos estão Locke, Voltaire, Montesquieu e Rousseau.

John Locke e o liberalismo político

O inglês John Locke (1632-1704) dizia que todas as pessoas, ao nascerem, tinham os mesmos direitos: direito à vida, à liberdade e à propriedade. Para garantir esses direitos naturais, os indivíduos haviam criado governos. Mas, se o governante tentasse impor o absolutismo, eles poderiam rebelar-se e retirá-lo do poder pela força das armas. Por essas suas ideias, Locke foi considerado um dos "criadores" do liberalismo na política.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Jorge Grespan.

Conceito de Iluminismo

[...] a crítica constituiu, sem dúvida, um elemento fundamental no movimento de ideias, imprimindo-lhe uma dinâmica, impedindo que se cristalizasse numa totalidade estática, pronta. O Iluminismo não podia ter uma forma sistemática, portanto, já que se definia justamente pelo repúdio de todo e qualquer sistema rígido e acabado de pensamento.

Mais do que uma atitude mental, o Iluminismo foi movimento de ideias, no sentido forte de um processo de constituição e acumulação de saber sempre renovado e sempre capaz de ser modificado até nos fundamentos. Este é o significado da máxima latina com a qual Kant definiu o Iluminismo na sua resposta à polêmica de 1784 [...]: "*sapere aude*" – "ousa saber", isto é, "ousa servir-te do teu próprio entendimento", sem imitar ou aceitar passivamente as ideias das autoridades reconhecidas e temidas. Mais do que um convite ao estudo, o lema é uma convocação à independência intelectual diante dos demais, incluindo aí os grandes filósofos; independência diante dos consagrados modos de ver o mundo, diante de todo o conhecimento que se apresenta como definitivo, diante dos pressupostos em que se assenta o saber, inclusive o saber próprio.

GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 15-16.

Voltaire: liberdade de expressão e tolerância

O francês Voltaire, cujo nome era François-Marie Arouet (1694-1778), tornou-se conhecido por suas críticas à Igreja Católica e à monarquia absolutista francesa, por seu combate à ignorância, ao preconceito e ao fanatismo religioso. Por dizer o que pensava, foi preso duas vezes e, para escapar de uma nova prisão, refugiou-se na Inglaterra. Durante os três anos em que permaneceu naquele país, conheceu e passou a admirar as ideias políticas de John Locke. Com base nessa vivência, Voltaire escreveu **Cartas inglesas**, obra na qual elogia a Inglaterra por ser um país em que havia liberdade de expressão, de religião e o poder do rei era limitado. Ao elogiar a Inglaterra, Voltaire pretendia criticar a intolerância e o absolutismo existentes na França.

Voltaire também se destacou por sua luta em favor da liberdade de expressão. É atribuída a ele a conhecida frase "Posso não concordar com nenhuma palavra do que você disse, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-las".

DIALOGANDO

Você tem respeitado o direito de seu colega, irmão ou irmã de discordar de você?

SÉC. XIX. COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: STEFANO BIANCHETTI/CORBIS/GETTY IMAGES

Filósofos na escada com Voltaire (de boina escura, segurando uma pena).

IMAGENS EM MOVIMENTO

- VOLTAIRE: prece pela tolerância. Duração: 2min45s. Disponível em: <http://livro.pro/vvkm4x>. Acesso em: 13 set. 2018.

Vídeo com crítica de Voltaire ao fanatismo religioso.

- VOLTAIRE. Duração: 12min14s. Disponível em: <http://livro.pro/e5h5ff>. Acesso em: 13 set. 2018.

Vídeo sobre a história de Voltaire.

AUDIOVISUAL

O Iluminismo e a liberdade de imprensa.

ENCAMINHAMENTO

Sugerimos utilizar os conceitos de liberdade de expressão e de tolerância religiosa defendidos por Voltaire para discutir o mundo contemporâneo. Para isso, salientar que vivemos em um tempo em que a intolerância religiosa e a falta de liberdade de expressão continuam vigorando sob diferentes formas em diferentes partes do mundo.

- Comentar que o francês François-Marie Arouet – mais conhecido como Voltaire (1694-1778) – é um representante de peso da geração iluminista e considerado por muitos como o maior propagandista do novo ideário.
- Destacar que Voltaire engajou-se nos debates políticos do seu tempo, criticando a Igreja Católica e o Antigo Regime, condenando, por meio de sátiras, anedotas e ensaios, o fanatismo, o preconceito religioso e a infalibilidade do papa.
- Ressaltar que, devido aos seus escritos, Voltaire foi preso duas vezes. Refugiou-se na Inglaterra para evitar uma nova prisão e, durante esse exílio, escreveu a sua obra **Cartas inglesas**, na qual fazia apologia da monarquia constitucional inglesa e do liberalismo político defendido por Locke.
- Chamar atenção para o fato de que, mesmo tecendo duras críticas à Igreja Católica, Voltaire, assim como a maioria dos iluministas, acreditava na existência de Deus, visto como Ser Supremo, arquiteto ou relojoeiro do Universo.
- Refletir com os alunos sobre a frase atribuída a Voltaire: "Posso não concordar com nenhuma palavra que você disse, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-las".
- Aprofundar o assunto acessando os textos: VOLTAIRE: o versejador, o literato, o comunicador. Disponível em: <http://livro.pro/iej5za>; e PRINCIPAIS obras do Iluminismo. Disponível em: <http://livro.pro/9i53jm>. Acessos em: 13 set. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal. O objetivo é estimular o respeito a opiniões divergentes.

DIGITAL PNED FTD

ENCAMINHAMENTO

É importante levar em conta que a teoria dos três poderes, atribuída a Montesquieu, não foi formulada por ele, mas sim pelos estadunidenses Alexander Hamilton e James Madison. Mas é preciso dizer também que Montesquieu lançou as bases dessa teoria, conforme comprova o trecho que selecionamos a seguir:

A liberdade política [...] é esta tranquilidade de espírito que provém da opinião que cada um tem sobre a sua segurança; e para que se tenha esta liberdade é preciso que o governo seja tal que um cidadão não possa temer outro cidadão.

Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado crie leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do poder legislativo e do executivo. Se estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes [...].

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 168.

- Ressaltar que uma ideia importante dessa obra é a de que as leis mantêm estreitas relações com a história e a realidade do povo submetido a elas. Dessa forma, não há leis justas ou injustas, mas leis adequadas ou não a um determinado povo, tempo e lugar.
- Frisar que, inspirados nas ideias de Montesquieu, os estadunidenses Alexander Hamilton e James Madison criaram a teoria da divisão dos poderes em três: Executivo (para administrar o país e executar as leis), Legislativo (para elaborar e aprovar as leis) e Judiciário (para fiscalizar o cumprimento das leis e julgar os conflitos).

Montesquieu e a autonomia dos poderes

O jurista francês Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu (1689-1755), não se contentou apenas em apontar problemas da sociedade em que vivia; apresentou também soluções para resolvê-los.

Em sua principal obra, **O espírito das leis**, defende a ideia de que, quando as pessoas têm poder, tendem a abusar dele, então era preciso evitar que o poder se concentrasse nas mãos de uma só pessoa ou um só grupo de notáveis.

Inspirados nas ideias de Montesquieu, os estadunidenses Alexander Hamilton e James Madison formularam a teoria da divisão dos poderes em três: **Executivo** (para administrar o país e executar as leis), **Legislativo** (para elaborar e aprovar as leis) e **Judiciário** (para fiscalizar o cumprimento das leis e julgar os conflitos).

Segundo essa teoria, o governo assim dividido só funcionaria bem se os três poderes fossem autônomos, isto é, se um não se intrometesse na área do outro.

1

JUAN PRATGINESTÓS/OLHAR IMAGENS

2

TADEU PHILIP SANSONOVSKI/SHUTTERSTOCK.COM

Na fotografia 1, vemos a sede do poder Executivo em Brasília, 2013. Na fotografia 2, os dois prédios do Congresso Nacional (o do Senado e o da Câmara dos Deputados), onde ficam os representantes do poder Legislativo, 2013. Na fotografia 3, o edifício do Supremo Tribunal Federal, órgão do poder Judiciário brasileiro, 2008.

3

OSTILL/SHUTTERSTOCK.COM

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

- Aprofundar o assunto acessando os textos: TEORIA da divisão dos poderes: antecedentes históricos e principais aspectos. Disponível em: <http://livro.pro/b5qqbn>; e MONTESQUIEU e o pensamento político. Disponível em: <http://livro.pro/9dusuu>. Acessos em: 13 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- O QUE são os três poderes. Duração: 2min35s. Disponível em: <http://livro.pro/5gvmxk>. Acesso em: 13 set. 2018.

Mas, afinal, o que são os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário? O vídeo aborda esse tema de forma educativa.

Rousseau e o contrato social

Muitas ideias do suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) continuam sendo atuais.

Em uma de suas principais obras, **O contrato social**, Rousseau defende a ideia de que a **vontade geral** é soberana, ou seja, só o povo é soberano. Assim, para esse pensador, se o governo escolhido por um povo não o estiver representando, o povo não só pode como deve substituí-lo. Essas suas ideias influenciaram movimentos revolucionários dentro e fora da França, onde passou a viver em 1742. Os escritos de Rousseau foram, por exemplo, uma das fontes de inspiração da Revolução Francesa, cujo lema era: **liberdade**, **igualdade** e **fraternidade**. E inspiraram também a Conjuração Baiana, de 1798.

Rousseau acreditava na ideia de que o ser humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe. Por isso, para Rousseau, as crianças deviam viver durante o maior tempo possível em seu estado "natural" de inocência.

Vontade geral: para Rousseau, a vontade geral era resultado dos interesses comuns a todos, e não a simples soma das vontades individuais.

Dica! Vídeo sobre a vida e obra de Rousseau. Duração: 9 min. Disponível em: <http://livro.pro/6be2hu>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SÉC. XVIII. BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS. FOTO: PHOTO12/UIG/GETTY IMAGES

Ilustração da obra **Emílio**, uma novela pedagógica de Jean-Jacques Rousseau.

A enciclopédia dos iluministas

A partir de 1751, foi publicada na França uma obra chamada **Enciclopédia**, composta de 35 volumes, que levou 21 anos para ser editada. A ideia era reunir nela todo o conhecimento até então produzido e, ao mesmo tempo, divulgá-lo para muitas pessoas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

Por sua originalidade e atualidade, o pensamento do suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo, escritor e compositor musical, continua a ser estudado e a despertar debates acalorados em todo o mundo. Após o trabalho com **O contrato social**, pode-se ampliar o estudo desse autor comentando a obra **Emílio ou Da educação**. Nessa obra, Rousseau reflete sobre diversos temas a partir da educação de um garoto por seu tutor. O autor inova ao ver a criança como um ser singular e não como um adulto em miniatura, como até então ela era vista. Sua premissa filosófica é a de que o homem nasce bom e a sociedade o corrompe.

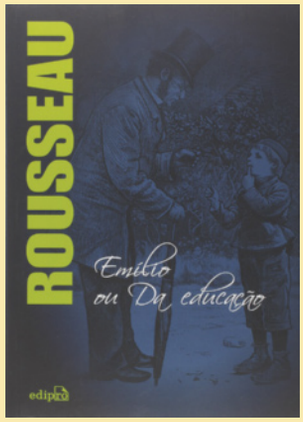
Pode-se debater o presente com os alunos a partir da seguinte frase do personagem Emílio: "Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos dos homens".

- Explicar que, em seu clássico **O contrato social**, Rousseau diz que só o povo é soberano; o governo é apenas delegado, comissário do povo. Sendo o único detentor da soberania, o povo pode estabelecer e destituir o governo quando julgar necessário.
- Comentar que Rousseau era opositor convicto da monarquia absolutista, que, com suas ideias, ajudou a derrubar.
- Chamar a atenção para o fato de que as ideias de Rousseau influenciaram movimentos revolucionários tanto na Europa como em outros continentes. No continente americano, seu pensamento insuflou, entre outros, o movimento de independência das Treze Colônias e a Conjuração Baiana.
- Acentuar a faceta comercial da **Enciclopédia**: ela foi considerada por seus editores, antes de tudo, um negócio altamente lucrativo.
- Informar que a produção literária iluminista abrangia panfletos, livretos, jornais clandestinos etc., sendo divulgada inclusive entre os populares que não sabiam ler, pois muitos dos escritos eram lidos em voz alta nas praças públicas por "pregadores iluministas". Lembrar ainda que os autores iluministas nem sempre eram burgueses; entre eles era possível encontrar também aristocratas, membros do clero e funcionários públicos pouco graduados.
- Explicar que, em 1751, quando a **Enciclopédia** começou a ser publicada na França, foi considerada perigosa e chegou a ser proibida e retirada de circulação. Mas, mesmo tendo à época número de leitores proporcionalmente muito menor do que o de hoje, a obra foi um sucesso de vendas.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: DO CONTRATO social: Jean-Jacques Rousseau. Disponível em: <http://livro.pro/mmekay>; NOTAS sobre Rousseau. Disponível em: <http://livro.pro/ez7x7h>; ENCICLOPÉDIA iluminista de Diderot e D'Alembert. Disponível em: <http://livro.pro/vrcbmw>; e A ENCICLOPÉDIA no século XIX e primeira metade do século XX. Disponível em: <http://livro.pro/eeia8f>. Acessos em: 13 set. 2018.

Dica de leitura

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Edipro, 2017.

Essa obra clássica do filósofo Rousseau aborda o princípio da educação segundo a natureza, sem a interferência dos vícios da sociedade.



EDITORA EDIPRO

IMAGENS EM MOVIMENTO

- FILOSOFIA da educação: Rousseau. Duração: 8min56s. Disponível em: <http://livro.pro/6be2hu>. Acesso em: 13 set. 2008.

Vídeo sobre a vida e a obra de Rousseau.

- ILUMINISMO e Ilustração. A filosofia no palco. Duração: 49min50s. Disponível em: <http://livro.pro/8g6xm8>. Acesso em: 13 set. 2018.

Vídeo com Luiz Fernando Franklin de Matos, Prof. Dr. de Filosofia da Arte da Universidade de São Paulo.

+ATIVIDADES

- Confira o verbete "Humanidade", presente na **Enciclopédia** iluminista de Diderot e D'Alembert:

Humanidade (Moral), Diderot [8, 348]

Humanidade é um sentimento de benevolência por todos os homens que somente se inflama numa alma grande e sensível. Esse nobre e sublime entusiasmo atormenta-se com os sofrimentos dos outros e a necessidade de aliviá-los; desejaria percorrer o universo para abolir a escravidão, a superstição, o vício e o mal.

Ele esconde-nos os erros de nossos semelhantes ou nos impede de senti-los. Mas nos torna severos para com os crimes: arranca das mãos do celerado a arma que seria funesta ao homem de bem. O que ele faz não é nos afastar de elos particulares, mas, ao contrário, torna-nos amigos melhores, cidadãos melhores, esposos melhores. Ele se apraz em expandir-se pela benevolência em relação aos seres que a natureza aproximou de nós. Vi essa virtude, fonte de tantas outras, em muitas cabeças e em poucos corações.

HUMANIDADE. In: DIDEROT; D'ALEMBERT. **Enciclopédia**. Organização de Pedro Paulo Pimenta e Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. v. 5, p. 72. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/blog/confira-o-verbete-humanidade-presente-na-enciclopedia-iluminista-de-diderot-e-dalembert>. Acesso em: 13 set. 2018.

- A quem o autor do verbete está se referindo quando diz: "Ele esconde-nos os erros de nossos semelhantes ou nos impede de senti-los"?

Ele está se referindo ao "sentimento de benevolência por todos os homens".

- Reflitam, debatam e opinem: vocês concordam com a definição de humanidade presente no texto?

Resposta pessoal.

O filósofo Denis Diderot (1713-1784) e o matemático Jean D'Alembert (1717-1776) coordenaram a edição da obra e convidaram artistas, filósofos, cientistas, médicos, teólogos, entre outros profissionais, para escrever os verbetes. Diderot escreveu que seu objetivo era tornar as pessoas mais instruídas, tornando-as assim mais virtuosas e mais felizes.

Por fazer sérias críticas aos reis absolutistas e à Igreja, a obra chegou a ser proibida e retirada de circulação pelas autoridades francesas.

Na época, o número de pessoas que sabia ler era proporcionalmente muito menor do que hoje; apesar disso, a **Enciclopédia** foi um sucesso de vendas.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: DEAGOSTINI/GETTY IMAGES

TETRA IMAGES/GETTY IMAGES

À esquerda, vê-se uma pintura do século XX em que Diderot é mostrado organizando a sua **Enciclopédia** (em papel); à direita, foto atual de estudante consultando uma enciclopédia digital.

PARA SABER MAIS

Os "rousseaus" da sarjeta

As ideias dos pensadores iluministas se espalharam por cidades de reinos distantes graças ao trabalho de pessoas comuns que ganhavam dinheiro simplificando e resumindo essas ideias em panfletos e jornais proibidos. Muitos autores desses materiais de divulgação eram bons oradores e expunham suas ideias em praças públicas, bares e cafés. Eles não conseguiram fama e nem ficaram para a posteridade como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, mas contribuíram muito para a divulgação das novas ideias. Daí serem apelidados pelo historiador Robert Darnton de "rousseaus da sarjeta".

ANÔNIMO. 1705. COLEÇÃO PARTICULAR

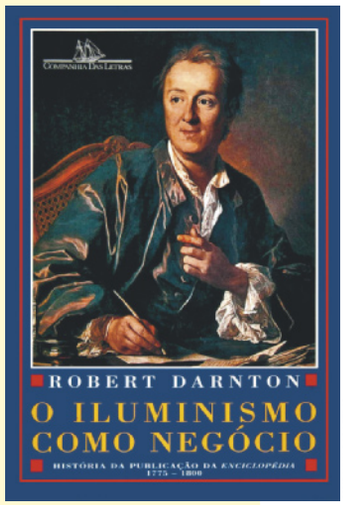
As ideias iluministas foram divulgadas nas ruas, praças e cafés, e não apenas nos salões dos nobres ou nas residências de burgueses enriquecidos. Diferentemente do que mostra a gravura, o público que frequentava esses lugares era de diversas origens sociais, com grande número de trabalhadores pobres e de excluídos.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

PARA REFLETIR

O texto a seguir, do historiador estadunidense Robert Darnton, é sobre a **Enciclopédia** criada pelos iluministas franceses. Leia-o com atenção.

[...] é importante salientar um fato fundamental que se tornou evidente para as autoridades francesas tão logo o primeiro volume da primeira edição chegou às mãos dos assinantes: a obra era perigosa. Não se tratava meramente de uma coleção, em ordem alfabética, de informações a respeito de tudo; a obra registrava o conhecimento segundo os princípios filosóficos expostos por D'Alembert no Discurso Preliminar. Embora reconhecesse formalmente a autoridade da Igreja, D'Alembert deixava claro que o conhecimento provinha dos sentidos, e não de Roma ou da Revelação. O grande agente ordenador era a razão, que combinava as informações dos sentidos, trabalhando com as faculdades irmãs, memória e imaginação. Assim, tudo o que o homem conhecia derivava do mundo que o cercava e do funcionamento de sua própria mente. [...]



Fac-símile da capa do livro **O iluminismo como negócio**.

DARNTON, Robert. **O iluminismo como negócio**: história da publicação da **Enciclopédia** (1775-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17-18.

a) Qual era o regime político adotado na França quando a **Enciclopédia** dos iluministas foi publicada, em 1751?

b) Como a **Enciclopédia** dos iluministas foi vista pelas autoridades e por quê?

c) O que tornou a **Enciclopédia** tão "herética", isto é, tão revolucionária?

d) **Em dupla.** O governo francês chegou a proibir a **Enciclopédia** e a retirá-la de circulação, o que só fez aumentar a popularidade dela. Pesquisem e encontrem um exemplo na história do Brasil de livro, revista ou jornal que, ao ser proibido pela censura, ganhou popularidade.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A monarquia absolutista.

b) A **Enciclopédia** foi vista como uma obra perigosa por contestar os fundamentos do Antigo Regime. Ou seja, embora D'Alembert reconhecesse a autoridade da igreja no plano formal, na realidade ele afirmava que o conhecimento provinha dos sentidos e não da Revelação, como queriam as autoridades religiosas da época.

c) O rompimento com verdades estabelecidas (conhecimento tradicional) e com a ideia de que uma afirmação é verdadeira porque foi uma autoridade que disse.

d) Resposta pessoal.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador norte-americano Robert Darnton e foi extraído de seu livro **O Iluminismo como negócio**. Nele, Darnton narra a história da **Enciclopédia**, organizada por Diderot e D'Alembert, obra contestadora, considerada perigosa pela Igreja e pelo Estado, mas altamente lucrativa para os seus editores.

É difícil acreditar que os leitores setecentistas não buscavam informação na **Enciclopédia**, mas seria um anacronismo supor que eles a usavam da mesma maneira que os leitores de hoje em dia consultam as enciclopédias atuais. Diderot e D'Alembert tencionavam informar e ao mesmo tempo iluminar o espírito. [...] Embora seja impossível penetrar-lhes na mente, podemos entrar em suas bibliotecas e ocasionalmente vislumbrá-los, debruçados sobre as páginas da **Enciclopédia**. Eis, por exemplo, uma cena extraída da autobiografia de Stendhal:

"Meu pai e avô tinham a **Enciclopédia** in-fólio de Diderot e de D'Alembert; esta é, ou antes, era uma obra de setecentos a oitocentos francos. É preciso uma terrível influência para incitar um provinciano a colocar tal capital em livros, donde concluo, hoje, que era preciso que antes de meu nascimento meu pai e meu avô houvessem sido inteiramente do partido filosófico.

Meu pai não me via folhear a **Enciclopédia** senão com desgosto. Eu tinha a mais inteira confiança nesse livro em razão do afastamento de meu pai e do ódio decidido que ele inspirava aos p[adres] que frequentavam a casa. O vigário-geral e cônego Rey, grande figura amarfanhada, com cinco p[és] e dez polegadas de altura, fazia uma singular careta ao pronunciar atravessadamente os nomes de Diderot e de D'Alembert. Essa careta dava-me um gozo íntimo e profundo."

Eram essas as sensações de um jovem leitor da **Enciclopédia** pertencente a uma abastada família burguesa de Grenoble durante a década de 1790. Outros leitores, em cenários diferentes, provavelmente viveram experiências diversas, que jamais poderão ser reconstituídas e catalogadas. Mas seja o que for que sentiram, devem ter sabido que tinham nas mãos uma das obras mais contestadoras de sua época, que prometia reordenar o universo cognitivo e com isso fazer rangerem os dentes dos padres locais – se eles também não fossem assinantes.

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da **Enciclopédia**, 1775-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 253-254.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que a revolução intelectual iluminista não se restringiu a criticar o absolutismo monárquico: atacou também sua política econômica, o mercantilismo, fazendo críticas a sua principal característica: a intervenção do Estado na economia.
- Frisar que os primeiros a criticarem o mercantilismo foram os fisiocratas franceses; para eles, as únicas fontes de toda a riqueza eram a terra e a agricultura, sendo a manufatura e o comércio atividades secundárias, pois não faziam nada mais que transformar e trocar as riquezas oriundas da terra.
- Comentar que o principal representante da fisiocracia foi o economista François Quesnay; ele compara o organismo econômico ao corpo humano, afirmando que ambos são regidos por leis naturais e que a agricultura é o coração da economia.
- Ressaltar que, para Quesnay, a lei mais importante do organismo econômico é a "lei da oferta e da procura": quando a oferta é maior que a procura, o preço tende a baixar; quando ocorre o oposto, tende a subir; dessa forma, caso o Estado interviesse na economia, estaria contrariando as "leis naturais".
- Destacar que, nesse caso, Quesnay considerava que o Estado deveria restringir-se a incentivar o progresso e eliminar as regulamentações mercantilistas.
- Informar que Adam Smith foi considerado por muitos o fundador da ciência econômica.
- Esclarecer que, em sua obra **A riqueza das nações** (1776), A. Smith fez uma descoberta científica: somente o trabalho cria riqueza (e não o comércio, como acreditavam erroneamente os mercantilistas; ou a agricultura, como pensavam os fisiocratas).
- Comentar que, para Smith, o valor do trabalho seria determinado pela lei da oferta e da procura, garantindo, assim, a evolução "natural" e saudável da economia, ou seja, a "mão invisível" do mercado conduziria ao progresso econômico sem que fosse necessária a "mão pesada" do governo.
- Destacar que Smith defendia a livre concorrência e o livre comércio entre as nações; se todas as nações comerciassem entre si, todas elas sairiam lucrando, pois cada uma produziria somente aquilo que conseguisse fazer melhor. As nações com perfil agrícola se dedicariam à agricultura e as mais industrializadas se especializariam na indústria.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: PROGRESSO natural e ação política em Adam Smith. Disponível em: <http://livro.pro/wdxjp4>. Acesso em: 13 set. 2018.

O Iluminismo na economia

Mercantilismo: conjunto de ideias e práticas econômicas adotadas pelos reis absolutistas.

Fisiocracia: palavra grega que significa "governo da natureza".

Os iluministas criticavam também o **mercantilismo** e sua principal característica, a intervenção do governo na economia.

Os primeiros a criticar o mercantilismo foram os fisiocratas franceses. Para os fisiocratas, a única fonte de riqueza era a terra; por isso a agricultura era a mais importante das atividades econômicas. O criador da **fisiocracia**, **François Quesnay** (1694-1774), afirmava que a economia era regida por leis, e a mais importante delas era a lei da oferta e da procura. Quando a oferta é maior que a procura, o preço tende a baixar; quando ocorre o oposto, tende a subir.

Por isso, dizia Quesnay, o governo não devia intervir na produção ou no comércio de mercadorias; devia apenas incentivar o progresso. Os fisiocratas criaram o lema que resumia seu pensamento: "*laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui-même*" ("deixai fazer, deixai passar, que o mundo caminha por si mesmo").

Adam Smith e o liberalismo econômico

Diferentemente dos fisiocratas, Adam Smith (1723-1790) afirmou, com base em pesquisa, que só o trabalho cria riqueza. Portanto, para ele, a única fonte de riqueza é o trabalho, e não a terra.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: LOOK AND LEARN/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Gravura de Adam Smith no livro **Os maiores benfeitores da humanidade**, de Samuel Adams Drake, século XIX.

Mas, assim como os fisiocratas, Smith também defendia a livre concorrência e o livre comércio entre as nações. Com isso, todas elas sairiam lucrando, pois cada uma produziria somente aquilo que conseguisse fazer melhor. As nações com perfil mais agrícola se dedicariam à agricultura, e as mais industrializadas se especializariam na indústria.

Essa ideia foi muito bem recebida pela burguesia da Inglaterra, pois esse país estava se industrializando rapidamente e desejava ampliar o mercado para os seus produtos industrializados. Por defender a livre concorrência entre nações, indivíduos e empresas e por ser contrário à intervenção do Estado na economia, Adam Smith ficou conhecido como o "pai do liberalismo econômico".

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

+ATIVIDADES

- **Refletir e opinar**: o presidente eleito em 2016 nos Estados Unidos, Donald Trump, se declarou liberal, mas adotou, em 2018, o protecionismo alfandegário, elevando as taxas sobre os produtos estrangeiros e afetando a economia de países como Brasil e China. Como você vê essa política?

  Resposta pessoal.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.

Para os iluministas:

a) A razão é um valor secundário; e com ela ou sem ela, os homens poderiam alcançar o esclarecimento.

b) A razão devia penetrar todas as atividades humanas, para destruir os preconceitos e a ignorância.

c) Devia-se duvidar de tudo o que era aceito simplesmente porque havia sido dito por uma autoridade.

d) Todo conhecimento devia ser aberto à crítica.

2. A imagem é um grafite de autor desconhecido. Observe-a com atenção.

SHAMTI HESSE/SHUTTERSTOCK.COM

Grafite em um muro na cidade de Berlim. Alemanha, 2015.

a) O que essas mãos desenhadas ao centro lembram a você?

b) O que o olhar da personagem sugere a você?

c) A que princípio iluminista podemos associar a imagem?

d) **Em dupla**. Debatam e opinem: o que se pode fazer para resguardar a prática desse princípio no Brasil de hoje?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O século XVIII, conhecido como o Século das Luzes ou do Iluminismo, é o período em que surgem as correntes de ideias de enciclopedistas como Voltaire e Diderot, que discutem e propõem valores civilizatórios que inauguram a modernidade, não só como projeto filosófico, mas também como regras e normas a serem adotadas num determinado período histórico, quando surgem os "herdeiros" dessa corrente, como o liberalismo e o socialismo, os quais – a partir da incorporação de certas ideias do Enciclopedismo, ou da Ilustração, como é também denominado – levaram a cabo uma proposta de emancipação do homem. Mas quais são os valores civilizatórios propostos pela modernidade? Segundo Sérgio Paulo Rouanet, a herança do Iluminismo para a sociedade moderna consiste em três conceitos fundamentais: universalidade, individualidade e autonomia. A universalidade visa a atingir todos os homens, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade considera os seres humanos como pessoas concretas, e não como integrantes de uma coletividade, e estimula a crescente individualização. A autonomia baseia-se no princípio de que todos os indivíduos são aptos a pensar por si mesmos, sem a tutela da religião ou de uma ideologia, a agir no espaço público e pelo seu trabalho adquirir os bens e serviços necessários à sobrevivência material.

Cabe observar que Rouanet compreende o Iluminismo não como uma época ou um movimento, mas como um projeto de civilização neomoderna capaz de manter o que há de positivo na modernidade e corrigir suas patologias [...]. O Iluminismo, portanto, é entendido como um campo conceitual, um conjunto de ideias que emergiu da Ilustração no século XVIII, este sim um momento na história cultural do Ocidente e que, assim como o liberalismo e o socialismo, realizou parcialmente os ideais iluministas.

RONCAGLIO, Cynthia. Modernidade, racionalidade e ordem. **Sociedade contemporânea e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www2.videolivraria.com.br/pdfs/14866.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa A. Justificativa: A razão é um valor supremo. Só por meio dela os homens poderiam alcançar o esclarecimento.
2. a) Resposta pessoal. Respostas possíveis: repressão, censura.
   b) Resposta pessoal. Respostas possíveis: medo, angústia.
   c) Ao princípio de liberdade de pensamento e de expressão. A imagem transmite a ideia de desrespeito a esse princípio.
   d) Resposta pessoal.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ADAM Smith e Karl Marx: Liberalismo e Socialismo. Duração: 20min3s. Disponível em: <http://livro.pro/7fufsq>. Acesso em: 13 set. 2018.

Vídeo, do programa televisivo Globo Ciência, sobre o liberalismo de Adam Smith e o socialismo de Karl Marx.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. O racionalismo (a crença inabalável na razão) e o otimismo no progresso da humanidade.
4. Nessa sua célebre frase, Voltaire defende a liberdade de pensamento e expressão; essa sua ideia serviu de bandeira para vários movimentos de resistência à opressão política ao longo dos séculos XIX e XX.
5. a) A concentração de poderes nas mãos de uma só pessoa ou de um grupo de pessoas, sejam elas da nobreza, sejam do povo.
   b) Eles formularam a teoria dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Montesquieu dizia que todo indivíduo que detém o poder tende a abusar dele; portanto, tudo estaria perdido se o mesmo indivíduo exercesse o poder de fazer leis, o de executar e o de julgar. Por isso, era necessária a separação e a distinção dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário. **Professor**: tais poderes eram chamados por Montesquieu de potências.
6. a) Os princípios básicos do liberalismo econômico são a não intervenção do Estado e a livre concorrência entre indivíduos, empresas e nações.
   b) Entre os principais defensores do liberalismo econômico estão Adam Smith (1723-1790); Thomas Robert Malthus (1766-1834); David Ricardo (1772-1823); Stuart Mill (1806-1873), integrantes da chamada escola clássica da economia.
   c) Resposta pessoal.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• KARNAL: liberdade de expressão nos tira da selvageria. Duração: 2min32s. Disponível em: <http://livro.pro/nyh5wr>. Acesso em: 13 set. 2018.

A liberdade de expressão na visão do historiador Leandro Karnal.

Texto de apoio

O Estado e os poderes

O regime inglês assume então o papel de modelo, donde o famoso Livro XI de **O espírito das leis**, que trata "da Constituição da Inglaterra", sem que seja diminuída a coerência do conjunto do raciocínio. Montesquieu distingue três espécies de poderes que ele chama de potências [...].

[...] a potência de julgar é "invisível e nula", uma vez que não apresenta nenhum problema de destinação: ela não é dada a um "senado permanente" e "teme-se a magistratura e não os magistrados". Em contrapartida, as duas outras potências são divididas por três forças: o povo, a nobreza e o monarca. Essa partilha deve obedecer a certas regras: a potência legislativa é confiada, por um lado, a um corpo de representantes, pois sua grande vantagem "[...] é que eles são capazes de discutir as questões. O povo, por si só, não é capaz de fazê-lo"; por outro, aos representantes da nobreza, que não podem se ver confundidos com o povo, pois, se acontecesse, "[...] a liberdade comum seria sua escravidão e eles não teriam nenhum interesse em defendê-la: A parte que lhes toca na legislação deve, então, ser proporcional às outras vantagens que eles têm no Estado: é o que acontecerá se eles formarem um corpo que tenha o direito de conter as deles". [...]

PISIER, Evelyne. **Histórias das ideias políticas**. São Paulo: Manole, 2004. p. 74-75.

3. Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

EDITORA COMPANHIA DAS LETRAS

Fac-símile da capa do livro **O mundo de Sofia**.

> [...] A maioria dos filósofos do Iluminismo tinha uma crença inabalável na razão humana. Isto era algo tão evidente que muitos chamam o período do Iluminismo francês simplesmente de "racionalismo". [...]
>
> Entre o povo, porém, imperavam a incerteza e a superstição. Por isso, dedicou-se especial atenção à educação. [...] Os filósofos iluministas diziam que [...] a humanidade faria grandes progressos. Era apenas uma questão de tempo para que desaparecessem a irracionalidade e a ignorância e surgisse uma humanidade iluminada, esclarecida. [...].
>
> GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 338, 340.

• O texto nos permite conhecer duas características do Iluminismo. Quais são elas?

4. É atribuída ao pensador iluminista Voltaire a seguinte frase: "Posso não concordar com nenhuma palavra do que você disse, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-las". O que ele quis dizer com isto?

5. O pensador iluminista Montesquieu escreveu:

> [...] tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as disputas de particulares.
>
> MONTESQUIEU, Livro XI apud PISIER, Evelyne. **História das ideias políticas**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004. p. 74.

a) O que ele critica neste trecho?
b) Que teoria os estadunidenses Alexander Hamilton e James Madison formularam a partir dessa crítica de Montesquieu? Explique.

6. Escreva um pequeno texto sobre o liberalismo econômico com base no seguinte roteiro:
a) Seus princípios básicos;
b) Seus principais defensores;
c) Sua opinião sobre o liberalismo e o Brasil atual.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir é do filósofo Sergio Paulo Rouanet. Leia-o com atenção.

O legado da Ilustração

[...] teria ainda a Ilustração forças para influenciar o nosso presente? Seu **legado** ainda existe, mas está em crise. Sua bandeira mais alta, a da razão, está sendo contestada. Sua fé na ciência é denunciada como uma ingenuidade perigosa, que estimulou a destrutividade humana e criou novas formas de dominação, em vez de promover a felicidade universal. [...]

Legado: herança.
Unilaterais: parciais; que só abordam um lado.

Essas críticas não são de todo falsas, mas são **unilaterais**. A Ilustração foi, apesar de tudo, a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano. Ela acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz e tolerância [...] Seu ideal de ciência era o de um saber posto a serviço do homem, e não o de um saber cego [...]. Sua moral era livre [...] pregando uma ordem em que o cidadão não fosse oprimido pelo Estado, o fiel não fosse oprimido pela religião, e a mulher não fosse oprimida pelo homem. [...]

Esses temas são [...] importantes e correspondem [...] de perto às exigências contemporâneas [...].

ROUANET, Sergio P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 26-27.

1. Para os adeptos da Ilustração, também chamados de iluministas, a ciência era capaz de:

a) criar novas formas de dominação.
b) estimular a destrutividade humana.
c) favorecer a opressão religiosa.
d) promover a felicidade universal.

2. Como o autor do texto se posiciona ante as críticas à Ilustração?

a) Concorda porque os ideais da Ilustração não ajudam a resolver problemas atuais.
b) Concorda parcialmente porque temas como liberdade e paz são ainda atuais.
c) Discorda porque a Ilustração foi uma proposta de emancipação sem sucesso.
d) Discorda porque tais críticas são falsas e incapazes de promover a felicidade universal.

3. No texto, a palavra **emancipação** pode ser associada à ideia Iluminista de:

a) libertação. **b)** progresso. **c)** razão. **d)** tolerância.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• DIÁLOGOS: as filósofas e a filosofia. Duração: 21min42s. Disponível em: <http://livro.pro/3dgegh>. Acesso em: 13 set. 2018.

Os professores de filosofia Pedro Gontijo e Ana Míriam Wuensch, do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), debatem sobre a participação feminina na área.

RESPOSTAS

1. Alternativa D.
2. Alternativa B.
3. Alternativa A.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Anadir dos Reis Miranda, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná.

Pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres

Ao analisar os discursos iluministas sobre as mulheres percebemos que, nesse ponto, o pensamento das Luzes torna-se extremamente ambíguo e contraditório. Nos parece que, mesmo declarando guerra aos preconceitos e às tradições, os filósofos ilustrados não conseguiram libertar-se deles no que se referia às mulheres. [...]

Não podemos pensar, entretanto, que esta visão sobre o feminino [...] tenha sido a única a surgir dentro do pensamento ilustrado. Pensadores como Condorcet, Helvétius e Mary Wollstonecraft apresentaram concepções distintas e, a nosso ver, em maior consonância com os ideários das Luzes. Todos estes defenderam a igualdade entre os sexos, mas sob enfoques diferenciados. A escritora inglesa Mary Wollstonecraft, por exemplo, não só defendeu esta causa, como criticou os estereótipos femininos vigentes naquele contexto, reivindicando um novo lugar às mulheres.

Tal autora, pouco conhecida fora dos círculos de estudos feministas, desempenhou um importante papel no Iluminismo.

Além de formular um discurso bastante peculiar sobre o feminino, distinto daqueles que legitimavam o tradicional lugar das mulheres e mesmo daqueles que defendiam a igualdade entre os sexos, também participou ativamente dos círculos radicais ingleses (locais onde se disseminaram os ideários iluministas no contexto inglês).

Podemos dizer que Wollstonecraft teve uma trajetória singular em relação à maioria das mulheres de sua época. Num contexto em que as mulheres eram submetidas quase que exclusivamente ao espaço doméstico, consideradas como incapazes de qualquer tipo de reflexão ou atividade intelectual, ela alcançou um significativo reconhecimento como escritora e intelectual, sobrevivendo muitos anos de sua escrita. Como se não fosse o bastante, também vivenciou e opinou em acontecimentos políticos importantes, como a Revolução Francesa.

MIRANDA, Anadir dos Reis. Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres. **Revista Vernáculo**, n. 26, p. 111-113, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20742/20618>. Acesso em: 11 set. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF08HI02** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa.

O estudo da Revolução Inglesa poderá preparar os alunos para a percepção da monarquia constitucional inglesa como produto de lutas, conflitos e, por vezes, de guerras entre grupos que desejavam impor aos outros seus interesses e/ou suas crenças.

• Entre os quase 30 países que ainda adotam a monarquia, podemos citar Japão, Espanha, Marrocos, Tailândia e Holanda. No Reino Unido, a monarquia é constitucional desde a Revolução Gloriosa (1688): nesse modelo, os monarcas têm seus poderes limitados e devem obedecer às leis.

CAPÍTULO 2

REVOLUÇÕES NA INGLATERRA

Abaixo, vemos uma fotografia do casamento de um príncipe com uma atriz. A cena parece ser de um conto de fadas, mas não é; o príncipe é neto de Elizabeth II, rainha do Reino Unido (observe o mapa).

ANDREW MATTHEWS/POOL/REUTERS/GLOW IMAGES

Príncipe Harry e Meghan Markle no casamento deles no castelo de Windsor. Inglaterra, 2018.

Reino Unido atualmente

Fonte: REFERENCE World Atlas. London: Dorling Kindersley, 2010. p. 96-97.

Dica! O sistema político britânico. Animação sobre o sistema político britânico nos dias atuais. Duração: 1min21s. Disponível em: <http://livro.pro/vhet8y>. Acesso em: 13 set. 2018.

» **Você conhece outros países que adotam a monarquia na atualidade?**
» **Qual será o modelo de monarquia adotado no Reino Unido atualmente?**
» **Como será que ele funciona?**
» **Como e quando o país terá adotado esse modelo de monarquia?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

• Solicitar aos alunos que observem a imagem do casamento do príncipe Harry e o mapa, que constam na página de abertura; essa análise pode ser uma oportunidade de os alunos perceberem as "permanências" na História, bem como os nexos entre passado e presente.

• Realizar um debate, a fim de verificar o que os alunos sabem sobre o tipo de monarquia adotado no Reino Unido.

• Dar início ao trabalho com o conceito de monarquia parlamentar e o processo que levou ao advento desse regime político na Inglaterra.

• Aprofundar o assunto acessando os textos: SISTEMA político inglês: tradição e bom senso. Disponível em: <http://livro.pro/qqqw9f>; e PARLAMENTO britânico: sistema político no Reino Unido. Disponível em: <http://livro.pro/bwfi25>. Acessos em: 13 set. 2018.

Dica de leitura

• CHURCHILL, Winston S. **Uma história dos povos de língua inglesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Churchill mostra a criação da monarquia constitucional e seu sistema parlamentar.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O REINADO da Rainha Elizabeth II. Duração: 54min40s. Disponível em: <http://livro.pro/shrwxs>. Acesso em: 13 set. 2018.

Documentário sobre o reinado da Rainha Elizabeth II.

Política e sociedade na Inglaterra do século XVI

No século XVI, a monarquia inglesa era absolutista. Seus governantes tinham um enorme poder. Esse era o caso, por exemplo, da rainha Elizabeth I (1558-1602). Adotando uma **política mercantilista** e associando-se a **corsários**, o governo de Elizabeth I contribuiu para que a Inglaterra se tornasse uma grande potência econômica e naval.

Política mercantilista: política econômica promovida pelo Estado de incentivo e proteção ao comércio e às manufaturas.

Corsários: piratas que tinham licença real (carta de corso) para a prática da pirataria.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Nesta tela de George Gower de 1588, o tamanho de Elizabeth I é a expressão de seu poder.

No reinado de Elizabeth I e nas décadas seguintes ocorreu o enriquecimento da burguesia (comerciantes e donos de manufaturas), da pequena nobreza rural (*gentry*, em inglês) e dos pequenos proprietários rurais (*yeomen*, em inglês). Esses grupos sociais produziam e exportavam alimentos e tecidos de lã e/ou de algodão para várias partes do mundo.

No campo, a agricultura de subsistência cedeu lugar à agricultura comercial; para criar ovelhas (e extrair a lã), a *gentry* e os *yeomen* cercaram seus domínios, expulsando as famílias de camponeses que lá viviam. A essa prática deu-se o nome de **cercamento**.

Cercamento: consistia em cercar as terras de uso comum, de onde os camponeses retiravam sua subsistência, para transformá-las em pastos para a criação de ovelhas (produtoras de lã) ou em áreas de produção de gêneros comerciais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- O JEITO britânico de fazer política. Duração: 2min37s. Disponível em: <http://livro.pro/h7dvmt>. Acesso em: 13 set. 2018.

A reportagem mostra o interior da Câmara dos Comuns durante uma sessão.

ENCAMINHAMENTO

O assunto abordado na página permite ao alunado associar a prática do cercamento à mudança do sistema econômico na Inglaterra e às suas consequências na sociedade da época.

- Destacar que o pano de fundo do processo revolucionário inglês foram as mudanças socioeconômicas ocorridas na Inglaterra durante os séculos XV e XVI. A respeito delas, disse um historiador:

> Em resumo, o que se produziu foi um deslocamento maciço das riquezas da Igreja e da Coroa, e das pessoas muito ricas ou muito pobres, para as mãos da classe média e da classe média alta.

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 70. (Tudo é História).

- Informar que a maioria dessas mudanças teve por base a posse e o uso da terra que, na época, eram a principal fonte de riqueza e davam a quem os tivesse *status* e poder; daí o empenho da burguesia inglesa daqueles tempos em adquirir terras.
- Destacar os grupos sociais mais ativos no processo revolucionário: a *gentry* (pequena nobreza rural com mentalidade empresarial) e os *yeomen* (pequenos e médios proprietários prósperos).
- Explicar que eram comuns também a compra e a venda de terras por parte da *gentry* e dos *yeomen*; essas camadas sociais foram acumulando terras através dos cercamentos e/ou compra, fazendo com que a agricultura de subsistência desse lugar à agricultura comercial com características capitalistas.
- Comentar que Thomas Morus se referiu ao cercamento no seu livro **A Utopia**, ao falar de um estranho país onde as ovelhas devoravam os seres humanos.
- Indicar que, como consequência dessas mudanças, os *yeomen* prosperavam e os camponeses empobreciam, tornando-se andarilhos, mendigos ou migrantes, que iam para as cidades, onde se ofereciam para trabalhar por baixíssimos salários nas manufaturas, oficinas ou estaleiros.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: O ABSOLUTISMO e a formação dos Estados Nacionais. Disponível em: <http://livro.pro/fr9qdw>; e PRIMÓRDIOS da modernidade em Inglaterra: um estudo da cultura inglesa. Disponível em: <http://livro.pro/b6xz9r>. Acessos em: 13 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Salientar que, nas cidades inglesas, especialmente em Londres, se formou, de um lado, uma burguesia mercantil e manufatureira e, de outro, uma massa de trabalhadores urbanos e desempregados. A maior parte da burguesia inglesa era favorável à liberdade de produção e de comércio e considerava a política regulamentadora e monopolista da monarquia inglesa prejudicial aos seus negócios.

• Informar que, no tocante ao processo revolucionário na Inglaterra do século XVII, é importante destacar as relações entre religião e política. A oposição ao absolutismo real partiu, sobretudo, da Câmara dos Comuns, formada majoritariamente por puritanos.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• A HISTÓRIA de Londres. Parte 1. Duração: 49min45s. Disponível em: <http://livro.pro/pxcom4>. Acesso em: 12 set. 2018.

Primeira parte do documentário sobre a história da cidade de Londres.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Daron Acemoglu, professor de Economia, e de James Robinson, professor de Administração Pública em Harvard.

O onipresente conflito político

[...]

[...] Em 1623, o Parlamento obteve uma vitória notável ao conseguir promulgar o Estatuto dos Monopólios, proibindo Jaime I de implementar novos monopólios domésticos. Contudo, ele ainda poderia conceder monopólios no campo do comércio externo, visto que a autoridade do Parlamento não se estendia às relações internacionais. Assim, os monopólios já existentes, internacionais ou não, permaneceram intactos.

O Parlamento não tinha reuniões regulares, precisando ser convocado pelo rei. Segundo a convenção determinada pela Magna Carta, a convocação era necessária para que o Parlamento avaliasse novos impostos propostos pelo rei. Carlos I foi coroado em 1625, recusou-se a convocar o Parlamento a partir de 1629 e intensificou os esforços de Jaime I no sentido de consolidar o regime absolutista. Impôs empréstimos forçados, ou seja, forçou a população a "emprestar-lhe" dinheiro, modificando unilateralmente os termos dos acordos e recusando-se a quitar suas dívidas. Criou e vendeu monopólios no âmbito que o Estatuto dos Monopólios lhe havia deixado: o das empreitadas comerciais no estrangeiro. Solapou a independência do Judiciário e tentou intervir e influenciar no resultado de julgamentos. Instituiu diversas multas e taxas, das quais a mais polêmica foi a "tarifa naval" – cobrando dos condados litorâneos, a partir de 1634, uma taxa para sustentar a Marinha Real e, no ano seguinte, estendendo a cobrança aos condados do interior. Essa tarifa naval seria coletada anualmente até 1640.

Sem terra onde plantar ou criar, os camponeses vagavam pelas estradas ou iam para as cidades, sobretudo para Londres, onde se ofereciam para trabalhar por baixíssimos salários.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Camponeses ingleses de um vilarejo. Esta obra do século XIX ajuda-nos a imaginar um fenômeno típico do século XVII, na Inglaterra: a migração de famílias do campo para as cidades.

Puritanismo: ramo do protestantismo que tem como principal líder o reformador João Calvino. Na Inglaterra, os calvinistas são chamados de puritanos.

Anglicanismo: religião fundada pelo rei da Inglaterra Henrique VIII e que adota rituais católicos e doutrina protestante.

Monarquia × Parlamento no século XVII

Com a morte de Elizabeth I, seu primo Jaime, rei da Escócia, assumiu o trono da Inglaterra como **Jaime I**, dando início à dinastia Stuart. Durante essa dinastia, ocorreram intensos conflitos envolvendo diferentes grupos sociais e religiões.

A maior parte da burguesia e a *gentry* seguiam o **puritanismo** e defendiam que cada um deveria agir conforme a **Bíblia** e a sua própria consciência, e a Igreja devia ser independente do Estado. Já a alta nobreza e os reis ingleses praticavam o **anglicanismo**, religião na qual o chefe da Igreja é o próprio rei.

O Parlamento inglês também se encontrava dividido: na **Câmara dos Lordes** estavam os representantes da alta nobreza, e na **Câmara dos Comuns**, os representantes da burguesia e da *gentry*.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Considerando-se rei por direito divino, Jaime I tentou impor o anglicanismo a todos os seus súditos. E, além disso, criou novos impostos e aumentou os existentes. Mas, como o Parlamento, que tinha um grande número de puritanos, se opôs a essas medidas, o rei mandou fechá-lo, revelando assim seu absolutismo.

Carlos I, sucessor e filho de Jaime I, deu continuidade à política absolutista de seu pai: concedeu **monopólios** a alguns grupos burgueses, vendeu cargos públicos e criou novos impostos. Um desses impostos, ***ship money***, antes pago apenas pelas cidades portuárias, passou a ser nacional.

Monopólio: exclusividade em um determinado ramo de negócios.
***Ship money*:** imposto destinado à defesa naval.

ROYAL COLLECTION TRUST. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Carlos I em três posições. Anthony van Dyck, século XVIII.

Como a oposição ao seu governo no Parlamento aumentou, Carlos I invadiu a Câmara dos Comuns com sua guarda pessoal para prender os líderes oposicionistas. Avisados de antemão, estes se retiraram e se uniram às tropas armadas organizadas para lutar contra o absolutismo.

Iniciou-se então uma guerra civil (1642-1649) durante a qual os ingleses estiveram divididos em dois grandes grupos rivais. Observe o esquema.

	Rei		Parlamento
Grupos sociais	Alta nobreza + burguesia monopolista	×	Burguesia comercial e manufatureira + *gentry* + *yeomen*
Religião	Anglicanos ou católicos		Puritanos ou presbiterianos

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Salientar que as violentas disputas entre a Monarquia e o Parlamento, iniciadas no governo de Jaime I, prosseguiram no reinado de seu filho e sucessor Carlos I.
- Considerar que, em 1628, reagindo à política fiscal opressiva do rei Carlos I, o Parlamento conseguiu aprovar a **Petição de Direitos**, que declarava ilegal qualquer tributação sem o seu consentimento e condenava as prisões arbitrárias efetuadas a mando do rei.
- Destacar que, em represália, nos 11 anos seguintes, Carlos I governou sem convocar o Parlamento e tomou uma série de medidas arbitrárias: restaurou taxas e tributos que haviam sido extintos, concedeu monopólios, vendeu cargos públicos, impôs multas e criou novos impostos. Um deles, o *ship money*, pago apenas pelas cidades portuárias, passou a ser de âmbito nacional.
- Comentar que a imposição do *ship money* desencadeou uma onda de protestos em todo o país; muitos líderes da oposição foram encarcerados e mortos a mando do rei.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: PETIÇÃO de direitos: 1628. Disponível em: <http://livro.pro/rwkbto>. Acesso em: 13 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CARLOS I. Duração: 44min43s. Disponível em: <http://livro.pro/g2ykxt>. Acesso em: 13 set. 2018.

A trajetória de Carlos I até sua morte, narrada por historiadores ingleses.

Texto de apoio (continuação)

O comportamento cada vez mais absolutista de Carlos e suas políticas extrativistas fomentaram o ressentimento e geraram resistência em todo o país. Em 1640, estalou o conflito com a Escócia e, sem dinheiro para aparelhar o exército, o rei foi forçado a convocar o Parlamento e solicitar aumento dos impostos. O chamado Parlamento Breve reuniu-se por apenas três semanas. Os parlamentares que se apresentaram em Londres não só se recusaram a discutir os impostos, como expressaram uma série de queixas, até que Carlos optou por dispensá-los. Os escoceses, percebendo que Carlos não contava com apoio em seu país, invadiram a Inglaterra, ocupando a cidade de Newcastle. Carlos entabulou negociações, e os invasores exigiram a participação do Parlamento, obrigando-o a convocar o que ficou então conhecido como Parlamento Longo, pois continuaria reunido até 1648, recusando-se a dissolver-se mesmo quando o rei assim o determinou.

Em 1642, irrompeu a Guerra Civil entre o monarca e o Parlamento [...]

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 189.

ENCAMINHAMENTO

O tema abordado sobre os novos critérios de promoção no exército estipulados por Cromwell pode ser trazido para o presente, promovendo-se um debate a respeito do nepotismo e de outras práticas desonestas usadas no preenchimento de cargos, postos ou promoção de funcionários.

- Comentar que Oliver Cromwell (1649-1658), um republicano moderado, foi um dos governantes mais autoritários da história inglesa.
- Ressaltar que, externamente, ele sufocou o levante dos católicos da Irlanda e o dos separatistas da Escócia; internamente, combateu os movimentos populares puritanos que exigiam reformas radicais. As terras dos partidários do rei e da Igreja Anglicana foram confiscadas e vendidas para a burguesia manufatureira, para os *gentry* e para os *yeomen*, os vencedores da Revolução Puritana.
- Chamar a atenção para a reforma realizada por Cromwell no exército e utilizar como reflexão a promoção baseada na competência em oposição à que se fundamentava no nascimento.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

Os soldados sentiam-se motivados a ganhar batalhas. E, de fato, ganharam. **Professor**: ao adotar o critério de competência e não mais o de nascimento, Cromwell democratizou o exército, cujos postos mais altos eram ocupados pela nobreza, e valorizou o profissionalismo.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O JEITO inglês de contar a história: José Luís Fiori. Disponível em: <http://livro.pro/rkws6r>. Acesso em: 13 set. 2018.

A Era Cromwell

O deputado e líder puritano Oliver Cromwell remodelou o exército e, à frente dele, venceu várias batalhas; os soldados passaram a ser promovidos com base na competência e não mais por terem nascido em uma família de prestígio. Ou seja, o critério de nascimento foi substituído pelo de merecimento. Esse novo exército (***New Model Army***) venceu o exército do rei na Batalha de Naseby (1645), que pôs fim à luta. O rei Carlos I foi condenado à morte e executado. A república foi proclamada e Cromwell assumiu o governo do país.

Dica! Cromwell e a conquista da Irlanda. Duração: 45 min. Disponível em: <http://livro.pro/5fnxbx>. Acesso em: 13 set. 2018.

JOZEF SEDMAK/ALAMY/FOTOARENA

Estátua de Oliver Cromwell na Câmara dos Deputados do Reino Unido, Palácio de Westminster, Londres. A estátua foi esculpida por Hamo Thornycroft em 1899. Na época, ela gerou uma grande polêmica por conta da oposição de Cromwell à monarquia britânica. Fotografia de 2009.

PARA REFLETIR

Cromwell disse:

> Prefiro ter um capitão simples e rústico, que saiba por que luta e ame aquilo que sabe, do que um daqueles a quem chamas gentis-homens e que não passa disso.
>
> FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 105.

Gentis-homens: homens da nobreza; fidalgos; cavalheiros.

Que relação há entre essa frase e a reforma efetuada por Cromwell no interior do Exército?

A república de Cromwell

No governo, Cromwell combateu duramente seus inimigos internos e externos, confiscou as terras dos aliados do rei e da Igreja Anglicana e vendeu-as para seus aliados, membros da burguesia e da *gentry*.

IMAGENS EM MOVIMENTO

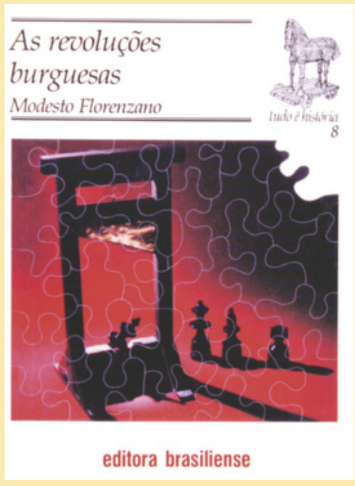
- MONARQUIA inglesa e revoluções inglesas. Duração: 32min24s. Disponível em: <http://livro.pro/hwxczv>. Acesso em: 13 set. 2018.

O vídeo aborda a crise do Absolutismo inglês e as revoluções inglesas.

Dica de leitura

- FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Tudo é História).

O autor descreve como se criaram todos os instrumentos institucionais que permitiram e garantiram à burguesia a dominação e a hegemonia política no mundo contemporâneo.



EDITORA BRASILIENSE

Além disso, visando fortalecer o comércio exterior inglês, Cromwell promulgou, em 1651, leis conhecidas como **Atos de Navegação**. Essas leis diziam que todas as mercadorias que entrassem ou saíssem pelos portos da Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e Escócia) só podiam ser transportadas em navios ingleses ou pertencentes aos países produtores.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: DE AGOSTINI/GETTY IMAGES

Vista do Rio Tâmisa, de Jan the Elder Griffier, século XVII, Inglaterra. Naquele tempo, Londres era o centro de um importante núcleo capitalista e a maior cidade da Europa. No comércio pelos mares, perdia apenas para a Holanda, a maior potência naval da época.

Os Atos de Navegação favoreceram a acumulação de capitais por parte da burguesia britânica e prejudicaram os comerciantes holandeses, que lucravam com o transporte de produtos negociados com a Inglaterra. Esse conflito de interesses provocou uma guerra entre os dois países (1651-1654). A Holanda foi vencida e a Inglaterra passou a liderar o comércio nos mares; tornou-se a maior potência naval daqueles tempos, sendo conhecida a partir de então como "rainha dos mares".

Cromwell aproveitou-se da guerra contra a Holanda para ampliar seu poder: tornou seu cargo hereditário (que passa de pai para filho) e vitalício (para toda a vida). Por isso, com a sua morte, em 1658, foi sucedido por seu filho Ricardo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Na prática, o governo de Cromwell foi muito parecido com o de um clássico governante absolutista. Rebeliões foram sufocadas impiedosamente, sendo a violência utilizada contra católicos irlandeses e contra os escoceses, com ambições separatistas. Além disto, ele agiu sobre a esfera da vida cotidiana, proibindo tudo o que fosse considerado costume mundano, como os bailes, por exemplo. Desde o teatro até todos os tipos de jogos, e até mesmo rir em voz alta, foram proibidos.

Porém, é importante observar que Cromwell não foi um absolutista. Ele recusou a coroa, além de identificar-se muito mais com os valores da burguesia urbana e com camadas médias do campo, em lugar de promover uma aproximação com a aristocracia.

O novo governante, que se proclamou Lorde Protetor da Comunidade Britânica, dividiu a Inglaterra em 12 províncias, estabelecendo um administrador militar para cada uma delas.

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que, para fortalecer o comércio exterior da Inglaterra, Cromwell promulgou, em 1651, os famosos **Atos de Navegação**.

> [...] as mercadorias europeias não podiam ser transportadas para a Inglaterra, a não ser em navios ingleses ou em navios do país de origem; do mesmo modo os produtos da Ásia, da América ou da África não podiam ser importados senão pela marinha britânica ou colonial.
>
> DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 33.

- Salientar que os **Atos de Navegação** favoreceram a acumulação de capitais por parte da burguesia britânica e excluíram a Holanda do lucrativo transporte de mercadorias para a (ou da) Inglaterra, precipitando uma guerra entre os dois países (1651-1654). A Inglaterra venceu a Holanda, assumindo a liderança marítimo-comercial no mundo daquela época; a burguesia inglesa ligada ao comércio exterior prosperou.

Buscando manter o poderio britânico nos mares, Cromwell estabeleceu os **Atos de Navegação**. Por meio destes documentos, a Inglaterra aprofundava suas relações mercantis e desenvolvia sua frota naval, ao mesmo tempo em que lançava um expediente claramente nacionalista. Afinal de contas, pelos Atos qualquer transporte de mercadorias para a Inglaterra deveria ser feito unicamente por navios ingleses ou por embarcações dos países de origem do produto.

No plano das relações internacionais, um dos desdobramentos iniciais dos Atos de Navegação foi a guerra contra a Holanda. [...]

MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **História Moderna I**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe: CESAD, 2009. p. 88-89. Disponível em: <https://www.academia.edu/4469976/historia_moderna_maynard>. Acesso em: 13 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que Ricardo não tinha o apoio do exército e, além disso, mostrava-se incapaz de fazer alianças e de controlar as oposições. Ao mesmo tempo, os movimentos populares liderados por grupos político-religiosos puritanos, como os *levellers* (niveladores) e os *diggers* (cavadores), pressionavam por mudanças.
- Refletir sobre a fala de um historiador sobre os *diggers*:

> Os *diggers* exigiam que todas as terras e florestas da Coroa, os terrenos comunais e ociosos fossem cultivados pelos pobres, através da posse comunitária, e que a compra e venda da terra deveria ser proibida por lei.
>
> HILL, Christopher. **O eleito de Deus**: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 18.

- Destacar que a oposição ao rei **não** era formada por um bloco homogêneo. Durante o processo revolucionário, emergiram grupos políticos e religiosos que fizeram oposição à República de Cromwell, entre os quais os niveladores e os *diggers*; estes se diferenciavam dos primeiros pelas suas propostas radicais de reforma agrária e abolição da propriedade privada, constituindo-se, para alguns historiadores, em precursores das ideias socialistas.
- Explicar que, temendo a força desses movimentos populares radicais, o Parlamento aprovou a volta à monarquia, convidando o filho de Carlos I (executado pela Revolução Puritana) a ocupar o poder.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: *LEVELLERS* e os direitos e liberdades constitucionais. Disponível em: <http://livro.pro/bo4eby>; e AS ARMAS da política: os *Levellers* e o exército parlamentar. Disponível em: <http://livro.pro/wt4uzw>. Acessos em: 13 set. 2018.

Niveladores: o nome niveladores (*levellers*) foi dado por seus adversários: dizia-se que eles queriam nivelar todos os homens por baixo, ou seja, tirar os bens dos ricos para que todos fossem pobres e iguais.

Cavadores: os *diggers*, isto é, "cavadores", receberam esse nome porque, durante um ato de protesto, começaram a capinar as terras públicas.

A deposição de Ricardo Cromwell e a volta da monarquia na Inglaterra

No governo, o filho de Cromwell enfrentou forte oposição de grupos políticos e religiosos surgidos durante a Revolução Puritana (1642-1649). Dois deles se destacaram pela ousadia de suas propostas: os **niveladores** e os **cavadores**.

Os **niveladores** defendiam:

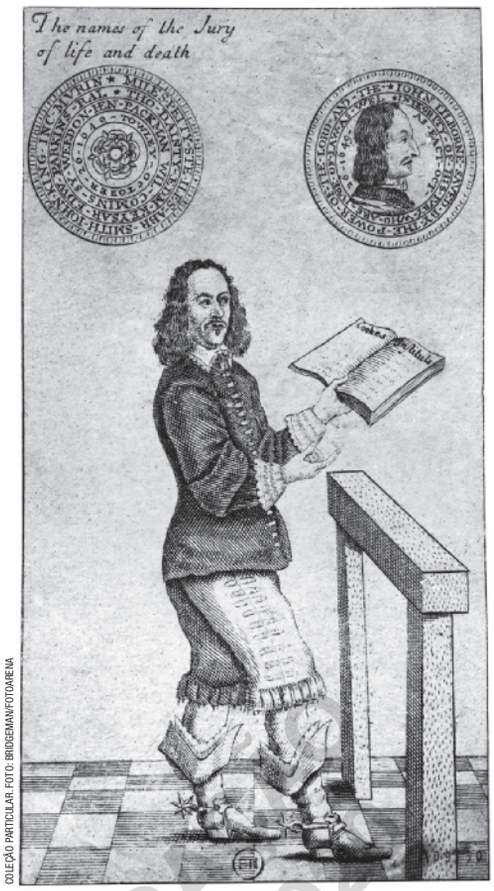
- a dissolução da Câmara dos Lordes e todo o poder para a Câmara dos Comuns;
- o direito de voto a todos os homens e a liberdade de cada um seguir a sua própria religião;
- o fim dos dízimos cobrados pela Igreja Anglicana e dos monopólios comerciais;
- o direito à propriedade privada e a proteção à pequena propriedade.

Os **cavadores**, por sua vez, defendiam:

- uma reforma agrária radical com o confisco das terras da Igreja, do governo e dos grandes proprietários;
- a entrega das terras confiscadas aos pobres, para que eles as cultivassem e ficassem com os frutos de seu trabalho.

Os cavadores se espelhavam em Jesus Cristo, que, diziam eles, esteve sempre ao lado dos mais pobres.

A força desses movimentos populares amedrontou o Parlamento, que decidiu destituir Ricardo Cromwell e **restaurar a monarquia**. Em 1660, com Carlos II, filho do rei decapitado, a dinastia Stuart voltou ao poder.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

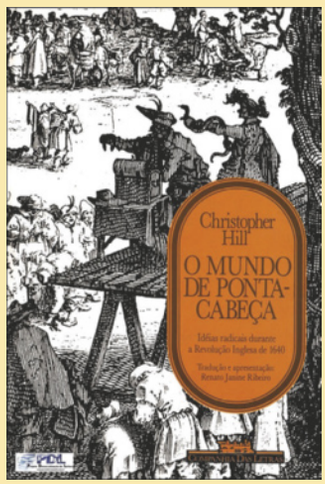
John Lilburne, líder dos niveladores. Escola Inglesa, 1649.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Dica de leitura

- HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O livro aborda um outro lado da Revolução de 1640: a insatisfação por parte dos grupos radicais, formados por homens e mulheres pobres, dispostos a lutar por mudanças na sociedade da época.



COMPANHIA DAS LETRAS

A Revolução Gloriosa (1688)

Carlos II se declarava rei por direito divino, embora soubesse que, de fato, era rei por vontade do Parlamento. E, durante todo o seu reinado, tentou promover a volta do absolutismo. Jaime II (1685-1688), seu irmão e sucessor, fez o mesmo e, para isso, pediu apoio a Luís XIV, da França, o rei mais poderoso da Europa.

Reagindo a isso, o Parlamento, formado em sua maioria pela burguesia e pela *gentry*, reuniu tropas para derrubar o rei Jaime II, que deixou o trono antes que os soldados chegassem. O Parlamento, então, entregou o governo da Inglaterra ao genro de Jaime II, o príncipe holandês Guilherme de Orange.

Esse movimento ficou conhecido como **Revolução Gloriosa**, pois o Parlamento venceu a disputa sem derramamento de sangue. Antes de ser coroado rei, Guilherme de Orange teve de jurar obediência à Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), vigente na Inglaterra até hoje.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: PRINT COLLECTOR/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Na imagem de 1753, vemos um membro do Parlamento lendo a Declaração dos Direitos para o príncipe Guilherme de Orange e sua esposa Maria, filha do rei deposto.

PARA SABER MAIS

Pela Declaração de Direitos, a Monarquia precisava da aprovação da maioria dos parlamentares para tomar as decisões mais importantes, como convocar o exército, criar impostos ou suspender leis. Caberia também ao Parlamento fiscalizar os atos do rei. Por isso, na Inglaterra tornou-se comum dizer: "O rei reina, mas quem governa é o Parlamento".

O processo revolucionário inglês foi inspirado nas ideias do importante pensador político John Locke. Ele defendia o direito de cada pessoa escolher sua religião, apoiar um grupo político, defender suas ideias em público ou por meio da imprensa. Esses direitos individuais deveriam ser respeitados e protegidos pelos governantes.

DIALOGANDO

Você já imaginou como seria viver em um país onde você não pudesse escolher sua religião ou dizer o que pensa por meio da imprensa? O que você pensa sobre isso?

Dica! A História dos Direitos Humanos. Animação sobre a história dos Direitos Humanos. Duração: 3min58s. Disponível em: <http://livro.pro/fwym2c>. Acesso em: 13 set. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que, com Carlos II (1660-1685), as tensões entre a monarquia e o Parlamento voltaram a dominar a cena política. Uma vez entronado, Carlos II buscou se impor ao Parlamento.
- Comentar que Jaime II (1685-1689) foi mais longe: tentou impor o catolicismo aos ingleses desafiando o Parlamento, de maioria protestante. E também aliou-se a Luís XIV, da França, o monarca absolutista mais poderoso da Europa.
- Esclarecer que o Parlamento reagiu às imposições de Jaime II reunindo tropas para destroná-lo. O rei, por sua vez, preferiu deixar o trono a resistir.
- Informar que os líderes do Parlamento, então, convidaram o príncipe holandês Guilherme de Orange, casado com a filha protestante de Jaime II, a ocupar o trono inglês. Em 1688, Guilherme de Orange entrou na Inglaterra com o seu exército, destronou o sogro e, por ato do Parlamento, foi declarado rei.
- Chamar a atenção para o fato de que, no processo revolucionário, a luta no campo das ideias e da cultura é tão importante quanto a luta nos campos de batalha ou no Parlamento.
- Propor ao alunado uma reflexão sobre o significado da Revolução Inglesa, que pode ser útil à sua caracterização e compreensão, através do trecho a seguir.

> A revolução inglesa tornou possível pela primeira vez à sociedade, e dentro dela particularmente aos homens de propriedade, a conquista e o gozo da liberdade civil e política. A garantia desta liberdade (concebida como natural), destes direitos civis e políticos, era agora assegurada pelos próprios indivíduos (transformados em cidadãos) e não mais por uma autoridade monárquica de origem divina ou humana. A teoria da liberdade civil e política foi formulada por J. Locke, o primeiro grande filósofo do liberalismo, na segunda metade do século XVII, com base nos resultados decorrentes da Revolução de 1640 e 1688.
>
> FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 117-118. (Tudo é História).

- Aprofundar o assunto acessando os textos: PERSPECTIVAS da Revolução Inglesa: José Jobson de Andrade Arruda. Disponível em: <http://livro.pro/gptqme>; e A DECLARAÇÃO inglesa de direitos – 1689. Disponível em: <http://livro.pro/8f36o4>. Acessos em: 13 set. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal. O objetivo é incentivar a autonomia de juízo e valorizar a liberdade de escolha e de expressão.

ENCAMINHAMENTO

- Salientar que, a partir da Revolução Gloriosa, tornou-se comum dizer: "o rei reina, mas quem governa é o Parlamento". Embora a afirmação não deva ser tomada ao pé da letra, o fato é que a Inglaterra deixava de ser uma monarquia absolutista e passava a ser uma monarquia parlamentar.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Carolina Alves de Souza Lima, doutora em Direito pela PUC.

Revoluções burguesas: contribuições para a conquista da cidadania e dos direitos fundamentais

[...]

A Revolução Inglesa foi a primeira revolução burguesa a pôr fim ao regime absolutista, sendo finalizada com a promulgação do *Bill of Rights* inglês. Apesar de não ter sido uma declaração ampla de direitos fundamentais – como o foi, no século seguinte, a Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 –, estabeleceu vários direitos e garantias fundamentais. Estes foram, nos séculos seguintes, somados a outros direitos e garantias, formando o atual sistema inglês de proteção dos direitos fundamentais. [...]

O *Bill of Rights* trouxe muitas inovações no âmbito da proteção dos direitos fundamentais. Dentre elas, os poderes de legislar e criar tributos ficaram a cargo do Parlamento e não do monarca [...]. A Declaração Inglesa também estabeleceu regras específicas para o exercício das funções parlamentares, com o objetivo de preservar a liberdade de atuação do Parlamento em face do monarca. Dentre elas, preceituou que a eleição dos membros do Parlamento era livre, assim como as manifestações dos parlamentares no exercício das suas funções.

Estabeleceu, outrossim, que o Parlamento deveria ser convocado com frequência para a garantia da justiça e da aplicação da lei. Todos esses dispositivos demonstram que a Revolução Inglesa estabeleceu uma monarquia constitucional limitada pela própria soberania parlamentar.

O significado da Revolução Gloriosa

Com a Revolução Gloriosa, a Inglaterra deixava de ser uma monarquia absolutista e tornava-se uma monarquia parlamentar. O Parlamento então passava a ter um grande poder de decisão, e os ingleses deixavam de ser apenas súditos do rei e passavam a ser cidadãos, com direitos e deveres.

A Revolução Gloriosa, além disso, favoreceu o desenvolvimento do **capitalismo**. A partir de então, foram tomadas várias medidas favoráveis ao crescimento das manufaturas, das empresas rurais e da indústria naval. Tudo isso contribuiu para a liderança econômica e política da burguesia inglesa e para a Revolução Industrial, assunto do nosso próximo capítulo.

Capitalismo: sistema econômico em que predominam a propriedade privada dos meios de produção – terras, fábricas, equipamentos etc. –, as relações assalariadas de trabalho e a produção visando ao lucro.

O *Big Ben* e a sede do Parlamento inglês. Londres, 2007.

MARCIO NEL GIMAITTI/OLHAR IMAGEM

A Declaração garantiu o direito de petição a todo súdito, assim como estabeleceu a ilegalidade de todas as prisões e perseguições realizadas contra o exercício desse direito. No âmbito penal, a Declaração teve grande importância, ao vedar a exigência de cauções e multas excessivas, assim como a aplicação de penas inusitadas ou cruéis. Ainda dentre os direitos fundamentais, preceituou "que todas as aplicações ou cominações de multas e penas sem culpa formada são ilegais e nulas".

LIMA, Carolina Alves de Souza. Revoluções burguesas: contribuições para a conquista da cidadania e dos direitos fundamentais. **Unisul de Fato e de Direito: Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, v. 7, n. 16, p. 99-100, 2016. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/3588/2559>. Acesso em: 13 set. 2018.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Assinale a afirmativa **INCORRETA** e justifique a sua escolha:

a) No século XVI, a Inglaterra foi governada por monarcas absolutistas, com destaque para Henrique VIII e sua filha Elizabeth I (1558-1602).

b) A rainha Elizabeth I adotou uma política de incentivo e proteção ao comércio e às manufaturas inglesas.

c) Associando-se aos corsários em empreendimentos lucrativos, o governo de Elizabeth I contribuiu para tornar a Inglaterra uma potência econômica e naval.

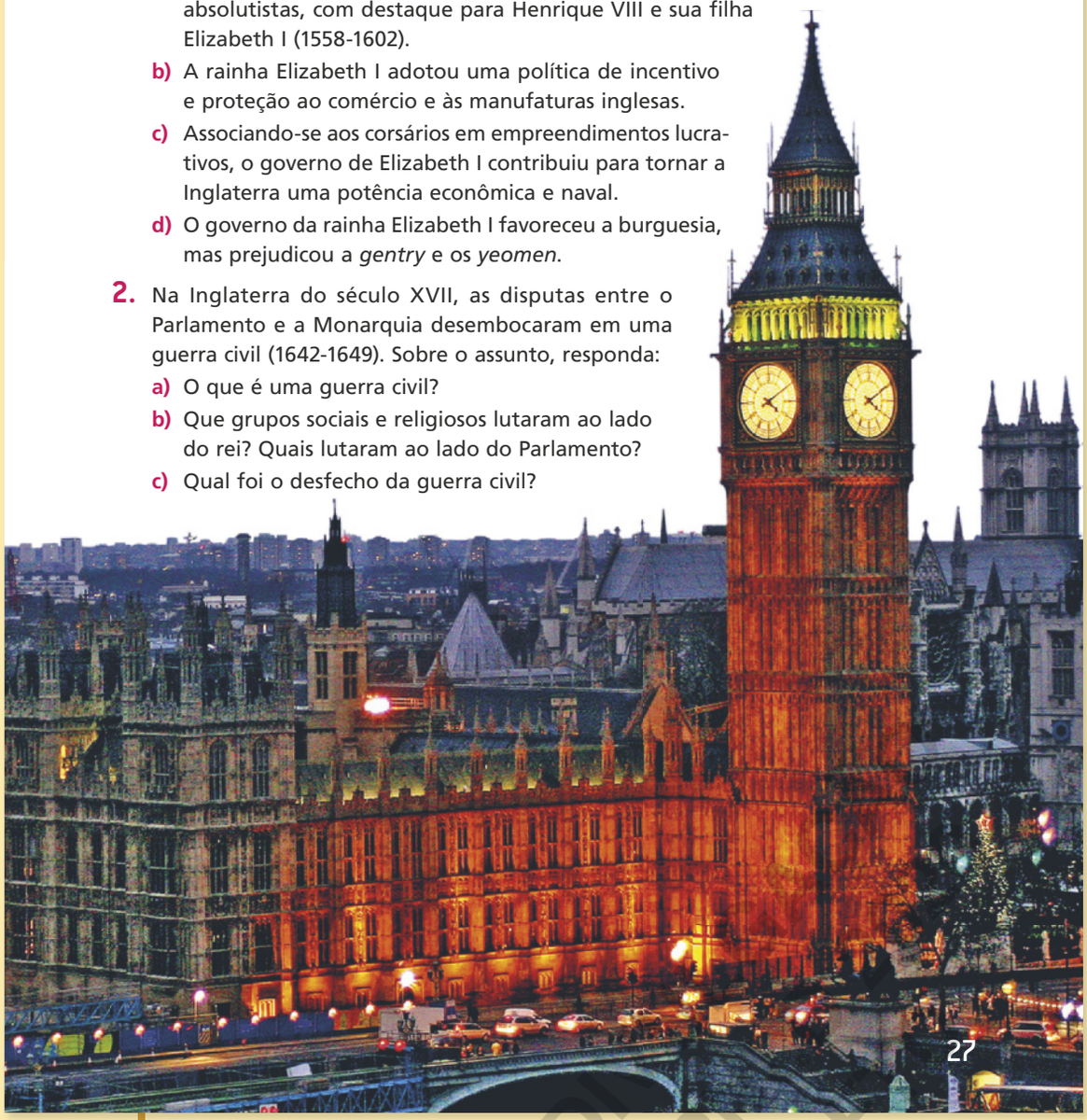
d) O governo da rainha Elizabeth I favoreceu a burguesia, mas prejudicou a *gentry* e os *yeomen*.

2. Na Inglaterra do século XVII, as disputas entre o Parlamento e a Monarquia desembocaram em uma guerra civil (1642-1649). Sobre o assunto, responda:

a) O que é uma guerra civil?

b) Que grupos sociais e religiosos lutaram ao lado do rei? Quais lutaram ao lado do Parlamento?

c) Qual foi o desfecho da guerra civil?



Texto de apoio

O texto a seguir é de Ricardo Oliveira da Silva, doutor em História pela UFRGS.

Revolução, história e tempo

[...]

O conceito moderno da palavra revolução foi concebido no transcurso dos acontecimentos políticos do século XVIII, que levaram à crise e à derrocada da sociedade do Antigo Regime na Europa, e esteve associado à experiência da modernidade e sua ênfase na história como um processo com uma finalidade:

Se foi possível caracterizarmos a história moderna [*neuzeitliche Geschichte*] como uma era de revolução, [...], é porque a essas formulações subjaz uma determinada experiência imediata. [...] O conceito de "revolução" é um produto linguístico de nossa modernidade [*Neuzeit*]. Desde o século XIX tornou-se comum distinguir entre uma revolução política, uma revolução social ou uma revolução técnica e industrial (KOSELLECK, 2006, p. 62).

[...]

Neste caso, um significado distinto da ideia do fim definitivo de uma ordem antiga e do nascimento de um mundo novo. O vocábulo revolução foi utilizado como termo político no século XVII, porém seu conteúdo naquele período esteve próximo do significado original do termo, ou seja, designar um movimento de retorno a algum ponto preestabelecido e, por extensão, de volta a uma ordem predeterminada. O termo foi usado para se referir aos acontecimentos políticos desencadeados na Inglaterra do século XVII. No entanto, seu uso não foi para se referir a Cromwell e à instalação da República, mas para apontar a restauração da monarquia em 1660.

Os embates políticos e sociais que atingiram a Europa, nos séculos XVI e XVII, eram identificados, até então, por meio de expressões que iam desde motim e sublevação, passando por insurreição, tumulto e rebelião. No século XVIII, com os iluministas, o termo revolução se tornou uma "palavra da moda" para denominar tudo que tinha caráter de transformação e comoção, inaugurando um novo horizonte de expectativa que, a partir dos acontecimentos políticos na França, em 1789, não mais conduziam de volta a situações anteriores, mas para um futuro inédito.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Revolução, história e tempo. **História**: debates e tendências, v. 15, n. 1, p. 255-256, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5965903.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa D. Justificativa: O governo da rainha Elizabeth I favoreceu a burguesia, a *gentry* e os *yeomen*.
2. a) É uma guerra interna, um conflito entre facções e/ou grupos de um mesmo país.
   b) A alta nobreza e a burguesia monopolista, de religião anglicana ou católica, lutaram ao lado do rei; já a burguesia comercial e manufatureira e a *gentry*, de religião puritana ou presbiteriana, lutaram ao lado do parlamento.
   c) O rei foi decapitado, a República foi proclamada e Cromwell assumiu o poder.

DIGITAL

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Foi um conjunto de leis determinando que todas as mercadorias que entrassem ou saíssem pelos portos da Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e Escócia) só podiam ser transportadas em navios pertencentes aos países produtores.
   b) Os Atos de Navegação favoreceram a acumulação de capitais por parte da burguesia britânica e prejudicaram os comerciantes holandeses, que lucravam com o transporte de produtos negociados com a Inglaterra. Esse conflito de interesses provocou uma guerra entre os dois países (1651-1654). A Holanda foi vencida e a Inglaterra passou a liderar o comércio nos mares; tornou-se a maior potência naval daqueles tempos, sendo conhecida, a partir de então, como "rainha dos mares".
4. **O que foi?** Foi um movimento revolucionário liderado pelo parlamento inglês, que depôs o rei absolutista Jaime II e entregou a coroa da Inglaterra a Guilherme de Orange (genro de Jaime II).
   Mudanças decorrentes dessa revolução: A Inglaterra deixava de ser uma monarquia absolutista e tornava-se uma monarquia parlamentar; os ingleses deixavam de ser apenas súditos do rei e passavam a ser cidadãos, com direitos e deveres; o capitalismo inglês ganhou novo impulso e isso favoreceu a liderança econômica e política da burguesia inglesa nos séculos seguintes.
   Relação entre a Revolução Gloriosa e a Revolução Industrial na Inglaterra: A Revolução Gloriosa favoreceu o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e a expansão dos negócios da burguesia e da *gentry,* contribuindo, assim, para o advento da Revolução Industrial.
5. a) Puritanismo: ramo do protestantismo liderado pelo reformador João Calvino.
   b) Cercamento: consistia em cercar as terras de uso comum, de onde os camponeses retiravam sua subsistência, para transformá-las em pastos para a criação de ovelhas (produtoras de lã) ou em áreas de produção de gêneros comerciais.
   c) Niveladores: o nome niveladores (*levellers*) foi dado por seus adversários: dizia-se que eles queriam nivelar todos os homens por baixo, ou seja, tirar os bens dos ricos para que todos fossem pobres e iguais.
   d) Cavadores: os *diggers*, isto é, "cavadores", receberam esse nome porque, durante um ato de protesto, começaram a capinar as terras públicas.
   e) Absolutismo: regime político adotado pela Inglaterra no século XVI.
   f) Stuart: nome da dinastia que foi deposta do poder pela Revolução Gloriosa.
   g) Atos de navegação: leis que favoreceram a marinha britânica e prejudicaram os mercadores holandeses.
   h) Revolução Gloriosa: movimento que derrubou a dinastia Stuart e deu início à monarquia parlamentarista na Inglaterra.
   i) Capitalismo: sistema econômico em que predominam a propriedade privada dos meios de produção (terras, fábricas, equipamentos etc.), as relações assalariadas de trabalho e a produção visando ao lucro.

3. Sobre os Atos de Navegação, responda:

a) O que foram esses atos?

b) Que relação se pode estabelecer entre os Atos de Navegação e a ascensão da Inglaterra à condição de "rainha dos mares"?

4. Elabore em seu caderno uma ficha sobre a Revolução Gloriosa de 1688.

Revolução Gloriosa de 1688	
O que foi?	
Mudanças decorrentes dessa revolução	
Relação entre a Revolução Gloriosa e a Revolução Industrial na Inglaterra	

NÃO ESCREVA NO LIVRO. FAÇA EM SEU CADERNO.

5. Temos aqui um diagrama invertido! A palavra-chave é **revolução**. Elabore e escreva em seu caderno as questões ou "dicas" que resultaram nas respostas do diagrama.

a)	P	U	R	I	T	A	N	I	S	M	O
b)	C	E	R	C	A	M	E	N	T	O	
c)	N	I	V	E	L	A	D	O	R	E	S
d)	C	A	V	A	D	O	R	E	S		
e)	A	B	S	O	L	U	T	I	S	M	O
f)	S	T	U	A	R	T					
g)	A	T	O	S	*	D	E	*	N	A	V	E	G	A	Ç	Ã	O
h)	R	E	V	O	L	U	Ç	Ã	O	*	G	L	O	R	I	O	S	A
i)	C	A	P	I	T	A	L	I	S	M	O						

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

28

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir é do historiador Modesto Florenzano. Leia-o com atenção e responda às perguntas da página seguinte.

As Revoluções Burguesas

[...] Cromwell estimulava as discussões religiosas entre os soldados a fim de que todos tivessem as raízes da questão, isto é, a convicção da causa pela qual lutavam: "prefiro ter um capitão simples e rústico, que saiba por que luta e ame aquilo que sabe, do que um daqueles a quem chamais gentil-homem e que não passa disso."

Este novo exército (democrático e revolucionário), *New Model Army*, era visto com desconfiança pelo partido presbiteriano, cujos chefes militares eram escolhidos [...] por critérios aristocráticos (nascimento, condição social etc.). [...]

Mas os primeiros sucessos militares do *New Model Army*, imbatível no campo de batalha, e a própria lógica dos acontecimentos que exigiam uma definição da luta (a demora em encerrar a guerra aumentava seus custos e irritava os contribuintes que a sustentavam) forçaram os resultados: "chegou a hora de falar, ou de calar a boca para sempre", disse Cromwell no Parlamento. De sorte que os líderes presbiterianos do Parlamento foram obrigados a aceitar a reorganização e a unificação de todas as forças militares nos moldes de *New Model Army*. Em 1645, o Parlamento aprovou o Ato de Abnegação *(Self Denying Act)*, pelo qual renunciava ao comando do exército, entregando-o aos militares, aos generais. [...]

Graças a estas medidas [...] impostas pelo partido [...], "da guerra até a vitória" o exército realista foi [...] derrotado em 1645 na batalha de Naseby.

FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 105-106.

MUSEU E GALERIA DE ARTE DE TOWNELEY HALL, BURNLEY FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

O artista inglês Ernest Crofts recria o momento em que os soldados de Cromwell prendem o rei Carlos I, visto ao centro. Inglaterra, c. 1908.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: SOBRE a relação entre Rei, Lei e Parlamento no Antigo Regime. Disponível em: <http://livro.pro/imp29k>; REVOLUÇÕES inglesas do século XVII. Disponível em: <http://livro.pro/9ubnub>; e CRONOLOGIA de Inglaterra na 2ª metade do século XVII. Disponível em: <http://livro.pro/5k3vcv>. Acessos em: 13 set. 2018.

Texto de apoio

O texto a seguir é de J. Carlos Viana Ferreira.

Oliver Cromwell

Em grande medida, Cromwell simboliza a fractura entre uma estrutura social feudal e respectivos códigos éticos, e a nova sociedade comercial que se desenvolve ao mesmo tempo da Revolução Científica e de teorias inovadoras sobre as leis naturais e origens do poder político, da autoria de Grócio, Hobbes e dos *Levellers*. Além disso, Cromwell é herdeiro dessa outra revolução político-religiosa, levada a cabo pela Reforma em Inglaterra, que combinou a afirmação da independência política e religiosa de Inglaterra relativamente ao Papado com a reivindicação de um papel particular a desempenhar pela nação inglesa no âmbito da luta cósmica entre Cristo e o Anticristo. Aos olhos de teólogos e políticos protestantes ingleses, o fracasso da Armada Invencível em 1588 constituíra a prova decisiva e insofismável de a Inglaterra gozar do estatuto de nação eleita, a quem Deus teria atribuído o desempenho de tarefas extraordinárias, nomeadamente a de vencer o exército do Anticristo, gradualmente identificado com Espanha e o Papado.

Por tudo isto, pareceu-me relevante explorar o modo como a formação puritana de Cromwell nos permite entender a constante invocação da Providência divina para interpretar os acontecimentos da sua época e para justificar decisões e procedimentos adotados que, por diversas vezes, motivaram reservas, mesmo entre os seus correligionários, perante expectativas frustradas. Afinal, como explicar a noção de Cromwell se sentir um instrumento de Deus? Como conciliar a extrema crueldade de Cromwell e do seu exército na Irlanda, tratando-se de um acérrimo defensor da liberdade de consciência e que viria a revelar-se contemporizador com os católicos e anglicanos em Inglaterra durante o Protetorado?

FERREIRA, J. Carlos Viana. Cromwell: puritanismo, providencialismo e pragmatismo. **Via Panorâmica**: Revista de Estudos Anglo-Americanos, v. 2, p. 90, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1671.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

RESPOSTAS

1. Alternativa A.
2. Alternativa B.
3. Alternativa A.
4. Alternativa B.

Texto de apoio

Oliver Cromwell: o braço de Deus, o punho do exército

[...]

Oliver Cromwell esteve no cerne do *New Model Army* e de todo um novo método de organização militar. Este novo modelo militar distinguia-se sob muitos aspectos da tradicional milícia inglesa. Esta era um corpo militar temporário e local, criado com o objetivo de defender o condado, logo possuindo um carácter regionalista em vez de nacional. Este fator era de suma importância, uma vez que a milícia era muito propensa à deserção dos seus elementos quando era obrigada a lutar a longas distâncias. Além disso, faltava-lhe uma ideologia, um objetivo comum. Um último aspecto ainda importante a salientar é a organização da milícia propriamente dita, que dependia do estatuto social e não das capacidades militares dos elementos. Com a criação do *New Model Army*, esta situação alterou-se consideravelmente [...].

O *New Model Army* foi o instrumento que derrubou Carlos I e a monarquia. Ao contrário do modelo militar usado anteriormente, o *New Model Army* era caracterizado pela solidez e a unidade dos comandos, pela força centralizada dos vários regimentos e pelo profissionalismo dos soldados. Os militares eram contratados com termos de exclusividade e eram-lhes oferecidos bons salários. Por outro lado, a promoção dos soldados era baseada no mérito e não no estatuto social ou no nascimento, princípio que granjeou uma forte motivação. Os exércitos parlamentaristas tornaram-se o exemplo supremo da mobilidade social e ainda, devido à liberdade de organização e de discussão, o seio de ideais políticos [...]. Fator ainda muito relevante foi igualmente o fato de o exército partilhar um objetivo: servir Deus.

[...]

O *New Model Army* foi, portanto, um encontro entre uma nova organização militar, construída sob uma disciplina rígida, e um objetivo único literariamente suportado por textos bíblicos e sermões inflamados de orientação escatológica. Cromwell e os seus regimentos acreditavam que, através de uma nova forma de organização marcial, iriam conduzir a Inglaterra ao Milênio [...], libertando-a, em primeiro lugar, da opressão exercida pela monarquia. [...]

[...]

Embora Cromwell defendesse que seria o corpo militar como um todo o verdadeiro instrumento de Deus, independentemente do seu líder [...], o fato de ele ter conseguido impor uma disciplina severa no seu regimento ao mesmo tempo que oferecia liberdade aos militares para defenderem os seus ideais radicais granjeou-lhe uma posição de autoridade e de reverência, antes ainda de se tornar o comandante supremo do *New Model Army* em 1649. [...]

CAETANO, Joana. Oliver Cromwell: o braço de Deus, o punho do exército. **E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia**, n. 14, p. 3-4, 2013.

1. O novo exército, conhecido como *New Model Army*, instituído por Cromwell, se destacava por ser:

a) democrático e revolucionário.
b) elegante e aristocrático.
c) pequeno, mas organizado.
d) puritano e presbiteriano.

2. Cromwell remodelou o exército, introduziu o critério de competência e substituiu o de nascimento, democratizando, assim, o exército inglês. Com isso, os soldados sentiram-se motivados a ganhar batalhas. O trecho do texto que confirma essa ideia é:

a) "Mas os primeiros sucessos militares do *New Model Army,* imbatível no campo de batalha, e a própria lógica dos acontecimentos que exigiam uma definição da luta".

b) "[...] 'prefiro ter um capitão simples e rústico, que saiba por que luta e ame aquilo que sabe, do que um daqueles a quem chamais gentil-homem e que não passa disso'".

c) "De sorte que os líderes presbiterianos do Parlamento foram obrigados a aceitar a reorganização e a unificação de todas as forças militares nos moldes de *New Model Army*".

d) "Este novo exército (democrático e revolucionário), *New Model Army,* era visto com desconfiança pelo partido presbiteriano, cujos chefes militares eram escolhidos [...] por critérios aristocráticos".

3. Sobre o modelo de exército anterior a Cromwell, é correto afirmar que:

I. Os soldados eram indicados por critérios aristocráticos, ou seja, eram escolhidos e promovidos por terem nascido em uma família de prestígio.

II. A competência era um fator determinante para que o soldado alcançasse uma promoção na carreira militar.

III. Os critérios de escolha dos soldados nesse modelo desagradaram o partido presbiteriano no Parlamento.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e III, apenas.
b) II e III, apenas.
c) I e II, apenas.
d) I, II e III.

4. Segundo o texto, a remodelação do exército por Cromwell influenciou na derrota do exército do rei na Batalha de Naseby?

a) Não.
b) Sim.
c) Em parte.
d) Muito pouco.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

CAPÍTULO

3 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

RONALD GRANT/MARY EVANS/EASYPIX BRASIL

Cena do filme **Oliver Twist**. Direção de Roman Polanski. EUA, 2005.

A fotografia é de cena do filme **Oliver Twist**, uma adaptação da obra do romancista inglês Charles Dickens. Você já ouviu falar desse filme? O que parece estar acontecendo na cena mostrada na imagem? Será que a época retratada no filme é antiga ou recente? A história do menino Oliver Twist é ambientada na Inglaterra dos tempos da Revolução Industrial; você sabe que revolução foi essa? O que ela significou para as pessoas que a vivenciaram?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF08HI03** da BNCC, citada a seguir:

– Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas.

A página tem como objetivo integrar o alunado ao tema do capítulo através do uso de imagem. A fotografia da página é cena do filme **Oliver Twist**, adaptação do romance de Charles Dickens, que trata do período da Revolução Industrial. O filme ajuda a conhecer as práticas de repressão empregadas pela monarquia inglesa, incluindo-se aí a Lei dos Pobres, que ameaçava os desocupados com a prisão nas ***workhouses*** ou a condenação à forca se tivessem praticado furtos e/ou outras contravenções; o filme pode, enfim, interessar o alunado pelo impacto social da Revolução Inglesa sobre a vida das pessoas que a vivenciaram.

Na cena vê-se Oliver Twist na primeira fileira olhando para as mãos do colega ao lado a fim de aprender com ele a fazer o trabalho a que crianças, mulheres e homens eram obrigados nas **casas de correção**. Note que há mulheres (ao fundo à esquerda) e homens dividindo com as crianças o espaço e o trabalho. No filme, assim que o menino Twist chegou a este local, teve este diálogo com o capataz:

"– Olhe e aprenda com quem está sentado ao seu lado.

Ele respondeu: – O que devo aprender, senhor?

– Aprender a não fazer tantas perguntas, a como soltar as fibras das cordas velhas a serem utilizadas novamente nos navios da sua Majestade. Você está servindo seu país."

Na Inglaterra daqueles tempos, a condição de vida de uma criança dependia muito do grupo social a que ela pertencia; disso dependia seu direito a banho diário, alimento e roupa limpa, uma vez que o contraste entre ricos e pobres era gritante.

Dica de leitura

- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

Nesse livro, o autor aborda as revoluções como um marco para a evolução da ciência, filosofia, religião e artes.

EDITORA PAZ & TERRA

Dica de filme

- OLIVER Twist. Direção: Roman Polanski, 2005. Duração: 2h5min.

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que a Revolução Industrial pode ser definida como uma transformação sem precedentes no modo de produzir mercadorias, de viver e de pensar, que impressionou muito os homens e as mulheres que a vivenciaram. Essa Revolução teve início na Inglaterra na década de 1760 e se propagou pela Europa nas décadas seguintes.
- Ressaltar que as primeiras máquinas movidas a vapor se desenvolveram na Inglaterra. Foi lá também que se viram pela primeira vez fábricas enormes que reuniam muitos trabalhadores ocupados na produção sob o olhar vigilante de seus chefes.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- REVOLUÇÃO Industrial na Inglaterra. Duração: 25min20s. Disponível em: <http://livro.pro/5p8frq>. Acesso em: 11 set. 2018.

Vídeo sobre o começo da Revolução Industrial na Inglaterra.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra por volta de 1760, foi um conjunto de mudanças profundas no modo de os seres humanos produzirem mercadorias, viverem e se relacionarem uns com os outros.

Do artesanato à maquinofatura

Antes da Revolução Industrial, as formas de produção predominantes nas cidades europeias eram o artesanato e a manufatura.

No **artesanato**, as tarefas eram feitas geralmente pela mesma pessoa. No caso da confecção de sapatos, por exemplo, era o sapateiro quem criava o modelo, cortava, costurava e colava o couro. O artesão era o dono da matéria-prima e das ferramentas; a oficina ficava na sua própria casa.

A partir do século XV, com as Grandes Navegações e as conquistas de mercados na África, na Ásia e na América, aumentou muito a procura por produtos europeus. Muitos negociantes da Europa passaram, então, a reunir trabalhadores em grandes oficinas e a oferecer-lhes a matéria-prima e uma remuneração pelo serviço realizado. Essa forma de produção é chamada de **manufatura**. Nela, a oficina e as ferramentas pertencem ao capitalista e cada trabalhador faz uma parte do trabalho.

MUSEU DO PRADO, MADRID. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

A obra **As fiandeiras**, do pintor espanhol Diego Velázquez (1599-1660), representa uma manufatura em que se veem mulheres produzindo tapetes. Note que cada uma faz uma tarefa.

Depois, com a criação de máquinas industriais movidas a vapor, ocorreram mudanças profundas. Cada uma dessas máquinas substituía diversas ferramentas e realizava o trabalho de várias pessoas. As pessoas foram deixando de trabalhar em casa, ou em oficinas, e passaram a trabalhar em fábricas para um patrão em troca de salário. Essa nova forma de produção recebeu o nome de **maquinofatura**.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O trabalho durante a Revolução Industrial inglesa

[...] O trabalho artesanal, principalmente na tecelagem, foi gradativamente suplantado pelo tear mecânico, embora a tecelagem manual fosse o último refúgio dos operários expulsos dos outros ramos produtivos. [...]

Posteriormente o trabalho passou a ser feito em manufaturas. Para diminuir os custos, aumentar a produtividade e assim ter lucros mais elevados, os mercadores passaram a concentrar os trabalhadores numa oficina e a fornecer-lhes matéria-prima e as ferramentas para a fabricação dos produtos. O artesão deixa de ser o dono dos meios de produção e do local de trabalho e passou a trabalhar em troca de um salário [...]. Cada artesão passou a cumprir uma tarefa específica dentro do processo de fabricação de uma mesma mercadoria; tem início a divisão do trabalho. O processo de produção era controlado pelos negociantes. Esse processo, embora continuasse a ser manual e artesanal, deu origem às primeiras unidades de produção capitalista.

Dessa forma as relações sociais de produção foram transformadas; no lugar do trabalhador na manufatura, forma-se uma nova classe social de trabalhadores assalariados, o proletariado, que foi submetido a condições dramáticas, precárias e degradantes. Para Hobsbawm, a Revolução Industrial representou uma mudança social fundamental. "[...] Ela transformou a vida dos homens a ponto de torná-los irreconhecíveis [...] destruiu seus antigos estilos de vida, deixando-os livres para descobrir ou criar outros novos, se soubessem ou pudessem". [...]

BOTTINI, Lucia Mamus; BATISTA, Roberto Leme. O trabalho da mulher durante a Revolução Industrial inglesa. In: PARANÁ. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. Curitiba: SEED, 2016. v. 1. (Cadernos PDE).

O pioneirismo inglês

Foi na Inglaterra que se desenvolveram as primeiras máquinas movidas a vapor. Foi lá também que se viram pela primeira vez as fábricas. Entre os fatores que favoreceram o pioneirismo inglês na Revolução Industrial, podemos citar:

- os capitais acumulados por meio da pirataria na costa da Ásia, da África e da América e do comércio (incluindo o tráfico de escravos) com as colônias e outros países;
- a mão de obra farta e barata, uma vez que milhares de camponeses haviam sido obrigados a se mudar para as cidades por causa dos cercamentos, que os expulsaram de suas terras;
- a existência de ricas minas de carvão e de ferro (necessários para a indústria) e de um comércio interno que se desenvolveu bastante, graças à abolição dos antigos direitos feudais;
- a força do puritanismo, que não condenava o lucro e que pregava uma vida disciplinada e voltada para o trabalho e para a oração;
- a Revolução Gloriosa (1688), que conferiu estabilidade política e criou condições para o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Londres no início do século XVII, obra do pintor Claes Jansz Visscher, 1616. Os navios da Inglaterra, como esses que você vê na tela, chegavam aos lugares mais distantes do mundo, levando e trazendo mercadorias.

As máquinas

Na Inglaterra, a primeira indústria a utilizar máquinas – ou seja, a se mecanizar – foi a de tecidos de algodão. O empresariado inglês interessou-se por esse ramo porque havia uma grande procura por esses tecidos em todo o mundo. Além disso, o algodão vindo do Oriente, dos Estados Unidos e do Brasil (produzido por escravizados) era relativamente barato. Visando produzir tecidos de boa qualidade a um custo mais baixo, os capitalistas ingleses passaram a oferecer prêmios em dinheiro para quem inventasse máquinas de fiar e tecer.

Inicialmente, as máquinas eram feitas, basicamente, de madeira. A utilização do vapor, contudo, exigia material mais resistente. Essa necessidade levou ao aperfeiçoamento da **metalurgia**. Aos poucos, as máquinas passaram a ser feitas com ferro, e a energia do vapor pôde ser aplicada a diversos ramos da indústria. Daí a criação do **barco** e da **locomotiva a vapor**, inventos que revolucionaram os meios de transporte no século XIX.

Dica! Vídeo sobre as máquinas que tornaram possível a Revolução Industrial. Duração: 29 min. Disponível em: <http://livro.pro/77yjcb>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Metalurgia: conjunto de tratamentos físicos e químicos usados para se produzir metais como, por exemplo, o ferro.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que o pioneirismo inglês na Revolução Industrial deveu-se a um conjunto de fatores inter-relacionados, a saber:

a) **Acúmulo de capitais** – A partir do governo de Elizabeth I (1558-1603), a economia inglesa ganhou forte impulso. A Inglaterra acumulou capitais por meio do comércio, da pirataria, da guerra e da exploração colonial. E, na segunda metade do século XVII, assumiu a liderança marítimo-comercial que, até então, cabia à Holanda.

b) **Modernização da agricultura** – O empresariado rural inglês introduziu a rotação continuada de culturas e novas técnicas de drenagem e adubação, que aumentavam a produtividade do solo. Além disso, por meio dos cercamentos, apropriou-se de terras antes utilizadas por camponeses e, com isso, aumentou a oferta de alimentos e de matérias-primas para as cidades.

c) **Mão de obra farta e barata** – Sem terra e sem trabalho, os camponeses mendigavam pelas estradas ou iam para as cidades, onde se ofereciam para trabalhar por baixos salários nas fábricas que então começavam a surgir. O desespero levava os desempregados a aceitarem qualquer serviço, pois a Legislação dos Pobres, vigente na Grã-Bretanha à época, determinava que todo indivíduo sem trabalho ou ocupação poderia ser preso e chicoteado.

d) **Abundância de carvão mineral e de ferro no subsolo inglês** – O ferro era a matéria-prima básica para construir máquinas, e o carvão mineral era a fonte de energia que garantia seu funcionamento.

e) **O puritanismo** – Não condenava o lucro e pregava uma vida voltada para o trabalho e a oração.

f) **A Revolução Gloriosa** – Deu estabilidade política e favoreceu o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. A monarquia parlamentar inglesa tomou várias medidas favoráveis ao crescimento das manufaturas, das empresas rurais e da indústria naval, estimulando, portanto, os negócios da burguesia.

- Comentar que o advento das fábricas engendrou também uma nova maneira de se perceber e usar o tempo. Daí a expressão "ganhar tempo".
- Esclarecer que a industrialização inglesa começou pela indústria de tecidos de algodão; a crescente procura mundial por esses tecidos e o baixo preço da matéria-prima usada na sua confecção estimularam a invenção de máquinas de fiar e de tecer em um curto espaço de tempo.
- Destacar, entre as máquinas, a *water-frame*, que necessitava de grandes espaços para sua instalação e levou ao surgimento das fábricas, às quais, por sua vez, propiciaram um maior controle sobre os trabalhadores ali reunidos.

ENCAMINHAMENTO

• Explicar que os fios da *water-frame* eram resistentes, porém grossos. A solução para isso foi dada pela *mule*, inventada por Samuel Crompton, em 1779. A *mule* – uma máquina híbrida (combinação das duas anteriores) – produzia fios finos e resistentes, com os quais se podia fabricar tecidos de uma leveza que superava a dos importados da Índia, a maior produtora de tecidos do Oriente. Com a *mule*, a fiação tornou-se efetivamente uma atividade predominantemente industrial.

• Esclarecer que a *water-frame* e outras máquinas tornaram-se muito mais produtivas ao serem acopladas à **máquina a vapor**, aperfeiçoada por James Watt em 1765. Nessa máquina, a força de expansão do vapor substituía a força do homem, do vento ou da água.

• Comentar que o uso da energia a vapor causou grande impacto durante a Revolução Industrial. Além de substituir com vantagem a energia eólica e a força muscular (humana ou animal), a energia a vapor estimulou o desenvolvimento da indústria metalúrgica, em decorrência da necessidade de se substituir a madeira pelo ferro, material mais resistente ao vapor.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: REVOLUÇÃO Industrial na Inglaterra: um novo cenário na Idade Moderna. Disponível em: <http://livro.pro/6nbjaz>. Acesso em: 11 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• LOCOMOTIVA a vapor BigBoy e Challenger. Duração: 7min48s. Disponível em: <http://livro.pro/4jwnvd>. Acesso em: 11 set. 2018.

Documentário sobre as características e o funcionamento das locomotivas a vapor ao longo do tempo.

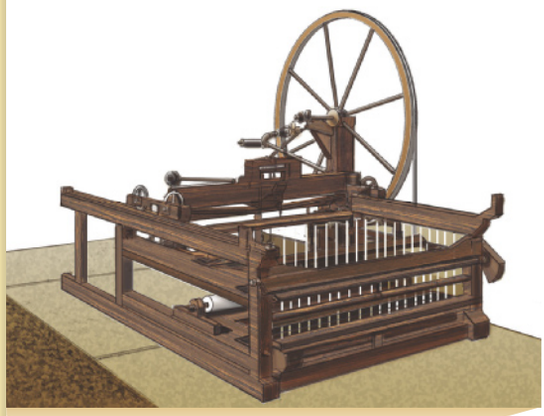
• JAMES Watt e a máquina a vapor. Legendado. Duração: 14min28s. Disponível em: <http://livro.pro/6bdg6p>. Acesso em: 11 set. 2018.

O vídeo aborda o processo de invenção da máquina a vapor.

Inventos aplicados à indústria

As máquinas mostradas nesta dupla de páginas aumentaram muito sua capacidade ao serem acopladas à máquina a vapor.

A *spinning-jenny* foi inventada pelo carpinteiro James Hargreaves. Era uma roda de fiar que funcionava à mão, mas já produzia oito fios ao mesmo tempo e fazia o trabalho de dezenas de pessoas. A *jenny* podia ser instalada em casa: era pequena e não precisava de força motriz especial.



1764

James Watt estudando melhorias para a máquina a vapor, aperfeiçoada por ele em 1765. O uso do vapor como fonte de energia tornava possível substituir a energia muscular, a do vento e a da água por uma energia mecânica. Daí sua importância.

1765

Nesta coleção as linhas do tempo não estão em escala.

1769

A *water-frame*, cuja invenção é atribuída a Richard Arkwright, era uma máquina de fiar movida a água, mais rápida que a *jenny* e que produzia fios grossos e resistentes, necessários à produção de tecidos de algodão puro. Pelo fato de a *water-frame* utilizar água como força motriz, ela não podia ser instalada nas casas; necessitava de espaço, como uma fábrica ou um moinho. Por isso, costuma-se dizer que ela contribuiu para o surgimento do sistema fabril.

DIVULGAÇÃO PNLD 2018 FTD

+ATIVIDADES

Em 1801, na França, durante a Revolução Industrial, Joseph Marie Jacquard (1752-1834) inventou um tear mecânico controlado por grandes cartões perfurados. Sua máquina era capaz de produzir tecidos com desenhos bonitos e intrincados. Foi tamanho o sucesso que Jacquard foi quase morto quando levou o tear para Lyons: as pessoas tinham medo que o tear lhes fizesse perder o emprego. Em 7 anos, já haviam 11 mil teares desse tipo operando na França.

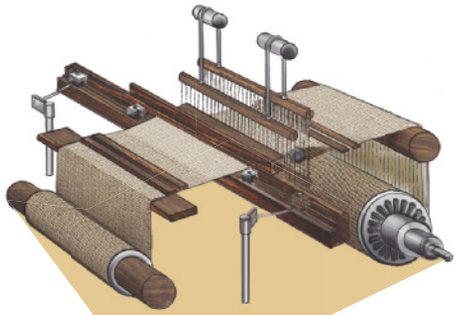
INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Projeto MAC Multimídia: A revolução Industrial**. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~macmulti/historico/histcomp1_5.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

• Homens, máquinas e futuro. Será que um dia seremos substituídos pelas máquinas? Esse temor assombra os trabalhadores desde o século XVIII. Qual o seu ponto de vista em relação a esse assunto?

Resposta pessoal.

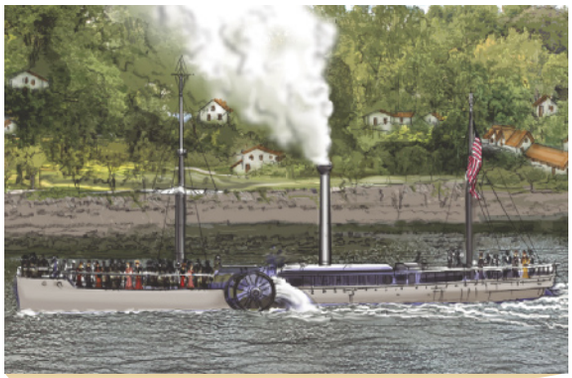
Com essas invenções, o transporte de pessoas e de mercadorias tornou-se mais rápido, mais barato e mais seguro, o que contribuiu decisivamente para ampliar os mercados e impulsionar a industrialização.

O tear mecânico, inventado por Edmund Cartwright, iniciou a mecanização da tecelagem.



1785

Barco a vapor.



1807

1814

Locomotiva a vapor. Representação baseada em litogravura de 1894.

ILUSTRAÇÕES GETÚLIO DELPHIM

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Barsanufo Gomides Borges.

A ferrovia

No século XIX, os caminhos de ferro simbolizavam o progresso material das nações. O mundo ocidental conheceu um fenômeno denominado coqueluche ferroviária para expressar a grande expansão das vias férreas, na época. Esse crescimento extraordinário das estradas de ferro intensificou a propagação de ideias e culturas, fecundando as civilizações uma pelas outras. Os trilhos foram um poderoso instrumento de unidade econômica e social, linguística e cultural, bem como de propagação de ideias, crenças, sentimentos e costumes. Por outro lado, não há como negar que as ferrovias serviram de instrumentos de colonização e dominação utilizados pelas grandes potências. A história nos revela que as vias férreas sempre estiveram sob a tutela do poder de Estados ou de grupos econômicos, e serviram de elemento modernizador e civilizador, segundo os interesses dominantes. Isto é, as vias férreas expandiram-se a serviço da hegemonia política das grandes potências e da acumulação capitalista.

As construções ferroviárias, nesse período, consumiram investimentos de capitais que ultrapassaram, em grandeza e importância, qualquer tipo anterior de despesa e investimento. O resultado foi a acumulação do capital em larga escala, especialmente na Inglaterra, gerando excedentes para investimentos no exterior. A indústria ferroviária cresceu e representou para a economia moderna vantagens inestimáveis para o grande investidor.

A economia fundamentada no valor de troca tem nos meios de transportes um fator importante na composição final dos preços das mercadorias. O desenvolvimento das comunicações tornou-se imprescindível para o avanço do capitalismo à medida que reduzia os custos da circulação e permitia a conquista de novos espaços. E a ferrovia foi o primeiro meio de transporte moderno utilizado pela economia de mercado como instrumento no seu processo de expansão; ela reduziu o tempo e o espaço entre os povos.

Os caminhos de ferro, além de resolverem o problema do transporte e comunicação da sociedade moderna, impulsionaram a indústria de bens de capital, acelerando, assim, a transformação na indústria metalúrgica. A Inglaterra – berço das ferrovias – exportou grande soma de capital e tecnologia para o resto do mundo. Alguns números comprovam tal fato. Entre 1850 e 1875, o país exportou anualmente uma média de 15 milhões de libras. Em 1880, os aportes de capitais ingleses alcançam a cifra de 179 milhões de libras na América Latina. Desse montante, 35,8 milhões foram investidos no Brasil. E a maior parte desses investimentos destinava-se à construção ferroviária.

BORGES, Barsanufo Gomides. Ferrovia e modernidade. **Revista UFG**, v. 13, n. 11, p. 27-36, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48382/23717>. Acesso em: 21 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

Nesta página e na seguinte, abordamos alguns fenômenos relacionados ao período da Revolução Industrial, dentre eles o aumento da população mundial. A explicação para esse fenômeno requer certo cuidado, pois pode parecer contraditório ao aluno que a população tenha aumentado justamente quando uma parte dela foi trabalhar em fábricas totalmente insalubres.

Embora ninguém discorde da importância dos avanços na medicina para as transformações das sociedades humanas, o assunto é muitas vezes relegado a segundo plano. Além disso, esse assunto se constitui em uma oportunidade de interface com o tema Saúde.

Dialogando

A cena mostra, de forma bem-humorada, que o operário havia perdido o controle sobre o seu trabalho; a máquina passava a ditar o ritmo e o modo de trabalho. Charles Chaplin critica a alienação do trabalhador.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Tânia Franco, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.

As transformações geradas pela Revolução Industrial

Trata-se de um processo multidimensional que inaugurou transformações – profundas e radicais – nas formas de viver e trabalhar, assentadas em relações sociais capitalistas dos homens entre si e na (com a) Natureza. Assim, grandes rupturas com as formas civilizatórias anteriores foram operadas, com destaque para três dimensões: I) relações sociais: configurações societais e relações dos homens entre si, estabelecendo novas mediações entre indivíduo e sociedade; II) bases tecnológicas, com o uso de fontes de energia cada vez mais potentes, mecanização e automatização crescentes do trabalho e da vida extratrabalho; III) relações entre as atividades humanas na (com a) Natureza [...]

A consolidação das sociedades urbano-industriais capitalistas ocidentais está assentada em vários processos históricos interligados, dentre os quais destacamos, primeiramente, a crescente mercantilização da vida social (o mercado, de secundário, passa a ser central na arquitetura social). [...] Essa configuração societal operou uma ruptura radical e profunda com as civilizações anteriores. Trata-se do rompimento com fundamentos milenares da relação entre natureza e sociedade, solidificando, doravante, uma razão instrumental, utilitarista, que cria uma segunda natureza e impõe novos tempos à vida social, ao trabalho e à produção. São tempos do capital, cada vez mais velozes, em profunda contradição com os tempos naturais – seja dos ciclos da Natureza, seja dos biorritmos humanos –, imprimindo novos *habitus* (conjunto de práticas sociais) que vão sendo incorporados e naturalizados no cotidiano da vida.

FRANCO, Tânia. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 171-191, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a12v24nspe1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

Indústria e mudanças socioeconômicas

A Revolução Industrial contribuiu para a consolidação do **capitalismo** – modo de produzir mercadorias que se baseia no trabalho assalariado e na busca do lucro. Formaram-se duas novas camadas sociais: a **burguesia** industrial (donos das matérias-primas, das fábricas e das máquinas) e o **operariado** (que trocava sua força de trabalho por um salário). Com o advento da fábrica, ocorreram uma divisão muito maior do trabalho e, consequentemente, um aumento da produtividade, isto é, passou-se a produzir mais em menos tempo. E o trabalhador perdeu o conhecimento do processo de produção como um todo.

DIALOGANDO

O que a cena mostra? O que o autor do filme quis criticar?

BETTMANN/GETTY IMAGES

Cena colorizada do filme **Tempos modernos**, de Charles Chaplin, 1936.

Impactos da Revolução Industrial

As mudanças provocadas pela Revolução Industrial foram muitas e aconteceram em ritmo acelerado.

Entre essas mudanças, podemos citar:

1ª) **Aumento da população mundial**. Nos 100 primeiros anos da Revolução Industrial, a população mundial subiu de 600 milhões para 1,2 bilhão de habitantes. A população da Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e Escócia) aumentou mais de três vezes. Esse aumento deveu-se, sobretudo, às melhorias técnicas ocorridas na agricultura e ao desenvolvimento da medicina.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

2ª) **Crescimento dos transportes terrestres.** Em meados do século XIX, as ferrovias e o trem já tinham uma importância enorme na Europa e nos Estados Unidos. Uniam campos a cidades, diminuíam o tempo das viagens e agilizavam o transporte de alimentos, contribuindo para evitar as crises de fome que atingiam os europeus com frequência. Crescia, assim, a passos largos, a circulação de pessoas e mercadorias.

3ª) **Desenvolvimento do transporte por rios e mares**. Diante do custo do transporte terrestre, os europeus voltaram-se para o transporte por rios e mares. Os habitantes da Inglaterra e da França foram os primeiros a construir canais unindo as cidades fabris; já a ligação entre esses dois países era marítima e se fazia em navios a vapor. Em 1860, as grandes companhias londrinas de navegação a vapor transportavam produtos, pessoas e notícias para diversas partes da Terra, do Ocidente ao Oriente.

No tocante às migrações, entre 1850 e 1880, cerca de 22 milhões de pessoas partiram da Europa em busca de uma vida melhor em outros continentes. Parte delas veio para o Brasil. Os imigrantes europeus aqui chegados trouxeram, em suas bagagens, costumes, alimentos, técnicas e linguagens que tornaram a nossa cultura mais rica e mais variada.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Famílias de imigrantes europeus chegando aos Estados Unidos, c. 1900.

O crescimento da população, da produção e do consumo, o desenvolvimento dos transportes (trem e barco a vapor) e o aumento crescente da circulação de pessoas, produtos e ideias – tudo isso mudou o modo de os seres humanos viverem e perceberem o tempo. As pessoas tornaram-se mais apressadas. Era preciso negociar: vender e comprar com mais agilidade e em maiores quantidades, o que levou ao grande desenvolvimento do comércio internacional.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que o trem e a ferrovia inauguravam uma nova era marcada pela velocidade. O transporte de pessoas e de mercadorias tornou-se mais rápido, mais barato e mais seguro, o que contribuiu para que, no século XIX, a Inglaterra passasse a abastecer com seus produtos boa parte do mercado mundial. Ela tornou-se, como se disse mais tarde, a "oficina do mundo".

IMAGENS EM MOVIMENTO

- AS CONSEQUÊNCIAS da Revolução Industrial: criando maravilhas. Episódio 2. Duração: 29min25s. Disponível em: <http://livro.pro/77yjcb>. Acesso em: 11 set. 2018.

Vídeo sobre as máquinas que tornaram possível a Revolução Industrial.

- AS CONSEQUÊNCIAS da Revolução Industrial: medicina moderna. Episódio 1. Duração: 29min19s. Disponível em: <http://livro.pro/6cjpuu>. Acesso em: 11 set. 2018.

Documentário sobre as mudanças na medicina a partir da Revolução Industrial.

Texto de apoio

Migrações e trabalho no século XIX

[...]

Como se sabe, o século XIX conheceu um fenômeno importante que esteve intimamente ligado à expansão do capitalismo em escala mundial: a migração. [...] Os números dos deslocamentos populacionais ultrapassaram a casa dos milhões em muitos casos. Muitos fatores provocaram os movimentos (voluntários ou não) de pessoas para diversas partes do mundo. Os resultados visíveis da Revolução Industrial cumpriram seu papel ao facilitar o deslocamento de pessoas. O desenvolvimento tecnológico, com os barcos a vapor, o telégrafo e as ferrovias não somente aceleraram o escoamento de produtos e baratearam seus custos, como também facilitaram os movimentos migratórios, a circulação de informações e os contatos com regiões outrora distantes em diversos continentes. [...] Por outro lado, as melhorias nas condições sanitárias e de alojamento dos navios e o aumento das regulamentações para as viagens marítimas diminuíram os índices de mortalidade, especialmente se comparados àqueles do tráfico de escravos [...]. Nesse sentido que é imperioso considerar os movimentos populacionais, as migrações internacionais, as políticas imigratórias e o tráfico (migração não voluntária) de seres humanos como componentes explicativos para se entender o funcionamento da economia-mundo capitalista, especialmente a partir do século XIX. Não somente uma ânsia por trabalho de baixo custo moveu os capitalistas de várias partes do globo. Também a vontade de milhões de trabalhadores por oportunidades em terras estrangeiras levou o movimento populacional ao redor do mundo a níveis altíssimos. [...]

SANTOS, Marco Aurélio. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. **História**, v. 36, p. 4-5, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v36/0101-9074-his-36-e12.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Ao surgimento das fábricas e do trabalho assalariado.
2. Para os patrões: medir o tempo de trabalho gasto para fabricar os produtos. Para os trabalhadores: saber a hora de levantar e ir para o trabalho.
3. Foi decorrência de patrões e empregados passarem a usar relógios no seu dia a dia.

• Aprofundar o assunto acessando os textos: O RELÓGIO mais exato do mundo. Disponível em: <http://livro.pro/gkcgxg>; O TEMPO do trabalho. Disponível em: <http://livro.pro/ijhnpu>. Acessos em: 15 out. 2018.

Texto de apoio

A construção do tempo de trabalho

[...] Ao contextualizar a mudança do tempo com o uso das máquinas a partir da Revolução Industrial, Attali (1982, p. 199) faz o seguinte relato:

"Pouco a pouco, a burguesia se instala no poder e organiza a vida dos outros e sua própria em uma corrente contínua de eventos datados: o tempo para o trabalho, o tempo para o repouso, o tempo para o prazer [...]. Economizar, ter uma renda, acompanhar o progresso, torna-se uma obsessão das pessoas bem-nascidas deste século. [...] O repouso faz temer o desperdício de tempo, a preguiça e a greve. A ociosidade é ao mesmo tempo útil e perigosa."

Segundo Cardoso (2007), as sociedades industriais utilizaram o tempo do relógio como principal referência, um tempo preciso, abstrato, vazio de conteúdo, independente de qualquer evento, fracionado, mensurável e universal. [...] essa temporalidade mecânica do relógio se expandiu para os diversos espaços e tempos da vida cotidiana, de forma que a atitude instrumental que consiste em considerar o tempo como um recurso raro não se destinou a limitar e orientar apenas o espaço e o tempo de trabalho industrial.

"A sociedade passa a lidar com o tempo da mesma forma como lida com o dinheiro, atribuindo a ele também qualidades objetivas e impessoais, como, por exemplo, a escassez. Como consequência, o tempo pode ser utilizado, pode ser gasto ou rentabilizado" (Cardoso, 2007, p. 26).

Diante dessas considerações, é possível deduzir que o trabalho na linha de produção fez com que o trabalhador perdesse quase que totalmente sua autonomia em relação ao tempo e ao próprio trabalho. [...] O controle do tempo de trabalho é também o controle do trabalho.

FARIA, José Henrique de; RAMOS, Cinthia Letícia. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, 15 (4), p. 47-74, jul./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n4/03.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

PARA REFLETIR

O tempo da fábrica

A obra estimula-nos a refletir sobre a vida nas grandes cidades. Phil & Jim Bliss, século XX.

Como observou o historiador E. P. Thompson, a Revolução Industrial mudou também a maneira de ver e de usar o tempo.

Com o surgimento da fábrica e do trabalho assalariado, passou a haver a necessidade de controlar o tempo: o trabalhador, por exemplo, precisava saber a hora de levantar; ao patrão interessava saber quanto tempo os trabalhadores levariam para fabricar determinado produto. Assim, o relógio passou a ser uma necessidade dentro e fora das fábricas e foi sendo adquirido por um número maior de pessoas (até o século XIX, só os milionários possuíam relógio). Enfim, com a Revolução Industrial, o tempo passou a ser um bem precioso. Nesta época, e não por acaso, surgiram expressões como: "perder tempo", "ganhar tempo", "economizar tempo" etc. As pessoas passaram a se guiar pelo tempo da fábrica.

1. De acordo com o texto, a necessidade de controlar o tempo está relacionada a que fato?
2. Com a Revolução Industrial, a vida nas fábricas passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. Novas necessidades surgiram, tanto para patrões quanto para empregados. Cite uma necessidade que diz respeito a patrões e outra a empregados.
3. Segundo o texto, o surgimento das expressões "perder tempo" e "ganhar tempo" foi decorrência de que fato?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. Copie o quadro a seguir em seu caderno e complete a segunda coluna.

Revolução Industrial	
Onde e quando começou	
Razões do pioneirismo inglês	
Máquina que se tornou um marco da Revolução Industrial	
Inventos que revolucionaram os meios de transporte no século XIX	
Grupos sociais que se formaram com a Revolução Industrial	

NÃO ESCREVA NO LIVRO. FAÇA EM SEU CADERNO.

2. Observe a tabela com atenção e responda ao que se pede.

Construção mundial de estradas de ferro (em milhas)				
Década	Reino Unido	Europa (com Reino Unido)	Estados Unidos	Resto do mundo
1840-1850	6000	13000	7000	–
1850-1860	4000	17000	24000	1000
1860-1870	5000	31000	24000	7000
1870-1880	2000	39000	51000	12000

Fonte dos dados: HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 106.

a) O que a tabela mostra?

b) Pode-se se dizer que, entre 1840 e 1880, a construção mundial de ferrovias apresentou um crescimento progressivo?

c) O que se pode dizer sobre o crescimento de ferrovias no Reino Unido e nos Estados Unidos?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1.
- Segunda metade do século XVIII, na Inglaterra.
- Acúmulo de capitais; mão de obra farta e barata; a existência de ricas minas de carvão; a força do puritanismo, que não condenava o lucro; a Revolução Gloriosa.
- Máquina a vapor – James Watt.
- Barco e locomotiva a vapor.
- Burguesia industrial e operariado.

2. **a)** Mostra a construção de ferrovias no mundo nas décadas de 1840 a 1880.

b) Sim; tomando por base a década de 1840, pode-se afirmar que: houve um crescimento razoável na década de 1850, mais que dobrou na década de 1860, e triplicou na década de 1870.

c) Pode-se afirmar que, enquanto no Reino Unido a construção de ferrovias decresceu, nos Estados Unidos apresentou um crescimento vertiginoso. Tomando por base a década de 1840, cresceu mais de sete vezes.

Texto de apoio

A primeira e a segunda Revolução Industrial

O setor industrial que melhor exprimiu o impacto do comércio colonial foi o têxtil, particularmente a indústria do algodão, que fincara raízes na Inglaterra não antes de finais do século XVII, com a tentativa de substituição dos tecidos de algodão baratos importados da Índia. [...]

As transformações produzidas no setor têxtil implicaram um aumento significativo da produtividade e dos ganhos: nas últimas décadas do século, os lucros chegavam a surpreendentes 450% do valor investido. Isso fez desse setor um polo de atração crescente para capitais privados em busca de investimento lucrativo, apostando tanto na ampliação das fábricas já estabelecidas como na constituição de novas unidades de produção. [...]

Era o setor têxtil que ditada o ritmo do desenvolvimento da fatia industrial da economia até a década de 1830. [...]

Entre os anos 1840 e 1850, os capitais gerados por meio dos têxteis foram redirecionados para ramos de produção que, naquele momento, eram mais atrativos: a indústria mecânica e a siderurgia, que abasteciam a crescente demanda por máquinas. A procura cada vez maior por ferro e carvão deu um enorme impulso à mineração e aos transportes, que vivem sua própria revolução, com a ampliação do uso da máquina a vapor para a navegação e nas ferrovias. Foram as ferrovias que, de fato, se mostraram altamente sedutoras, tanto pelos lucros que o investimento prometia quanto pela aura que as cercava: a estrada de ferro se tornou a expressão de uma Europa que se fazia moderna e civilizada.

MORAES, Luís Edmundo. **História Contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2017. p. 58-59.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Pode-se concluir que as ferrovias afetaram a vida do cidadão comum. O trem provocou em Michelet um enorme entusiasmo e mexeu com a imaginação dele. Outros relatos como este sugerem que esse entusiasmo pelo trem na época foi generalizado.
   b) O trem diminuiu o tempo gasto nos percursos, o custo e o risco das viagens. Além disso, alterou o ritmo de vida, que, em muitos lugares, passou a ser regulado pelos horários dos trens.
4. a) Que, nos 100 primeiros anos da Revolução Industrial, a população da Grã-Bretanha cresceu mais de três vezes. **Professor**: comentar que os processos de industrialização, urbanização e aumento demográfico se desenvolveram simultaneamente.
   b) Deve-se a vários fatores, entre os quais cabe destacar: as melhorias ocorridas na agricultura, em função da introdução de máquinas no campo, e o consequente aumento da quantidade e variedade de alimentos (as pessoas se alimentavam mais e melhor e viviam mais tempo); e o desenvolvimento da medicina (um dos marcos desse desenvolvimento foi a descoberta da primeira vacina: a vacina contra a varíola).
5. Com o advento das ferrovias e do trem na Europa e nos Estados Unidos, os transportes por terra ganharam vida: uniram campo e cidade, diminuíram o tempo das viagens e possibilitaram um crescimento acelerado da circulação de pessoas e mercadorias. Diante do custo do transporte terrestre, os europeus investiram também no transporte fluvial e marítimo. Em 1860, por meio da navegação a vapor, a Inglaterra fazia chegar produtos, pessoas e notícias aos mais diferentes pontos da Terra.

Texto de apoio

Edward Jenner (1749-1823)

Edward Jenner nasceu na localidade inglesa de Berkeley, em 17 de maio de 1749. Com apenas treze anos de idade já ajudava um cirurgião em Bristol. Formou-se em Medicina em Londres, e logo em seguida retornou a sua cidade natal, onde realizou experimentos relativos à varíola, na época uma das doenças mais temidas pela humanidade.

Ao observar que pessoas que ordenhavam vacas não contraíam a varíola, desde que tivessem adquirido a forma animal da doença, Jenner extraiu o pus da mão de uma ordenhadora que havia contraído a varíola bovina e o inoculou em um menino saudável, James Phipps, de oito anos, em 4 de maio de 1796. O menino contraiu a doença de forma branda e logo ficou curado. Em 1º de julho, Jenner inoculou no mesmo menino líquido extraído de uma pústula de varíola humana. James não contraiu a doença, o que significava que estava imune à varíola.

A princípio, a experiência não obteve reconhecimento, apesar de, em 1878, Jenner ter publicado sua pesquisa [...].

O reconhecimento em seu país só foi alcançado após médicos de outros países adotarem a vacinação e obterem resultados positivos. A partir de então, Edward Jenner ficou famoso por ter inventado a vacina.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro Cultural da Saúde. Edward Jenner (1749-1823). **Revista da Vacina**. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/personas/jenner.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

3. Veja como um homem do século XIX descreveu o trem que o conduziu de Londres a Liverpool.

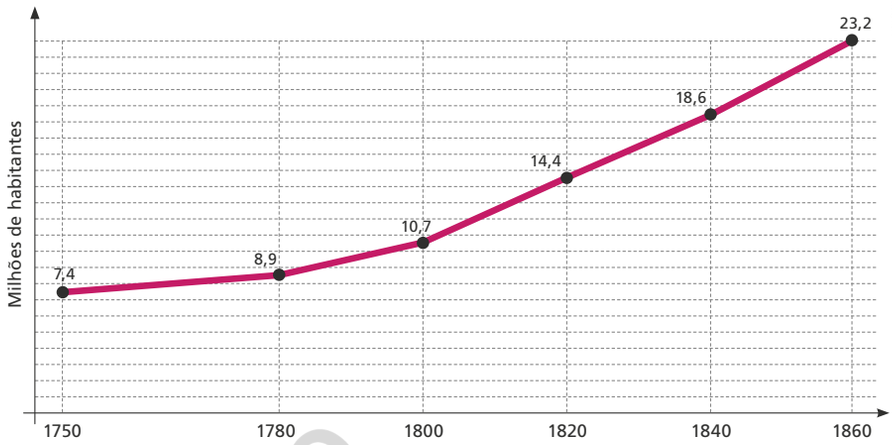
> Cinquenta léguas em quatro horas. Nada pode dar a ideia da fulminante velocidade com que se desenrola, como num conto de fadas, este surpreendente panorama. Não corremos, mas voamos por cima dos campos, dos rochedos, dos pântanos, através de pontes suspensas [...]. Planamos sobre os abismos.
>
> MICHELET apud CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Atual, 1994. p. 50. (Discutindo a História).

a) O que se pode concluir da leitura deste texto e está explícito?

b) De que forma o trem afetou o transporte de pessoas e mercadorias?

4. Observe o gráfico com atenção.

Crescimento demográfico da Grã-Bretanha (em milhões de habitantes)



Fonte: NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Difel, 1969. p. 25.

a) O que se pode concluir pela leitura desse gráfico?

b) A que se deve o fenômeno representado no gráfico?

5. Entre os desdobramentos da Revolução Industrial, podemos citar, também, o crescimento dos transportes terrestres, fluviais e marítimos. Explique.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

II Leitura e escrita em História

a. Leitura de imagem

O cartaz que você vê foi produzido pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT), uma associação de vários sindicatos da França, em 1914. Observe-o com atenção.

SWIM INK 2 LLC/CORBIS/GETTY IMAGES

a) Quais são os grupos sociais representados na cena?

b) Como você chegou a essa conclusão?

c) O que eles estão fazendo?

d) No interior do relógio, em vez de números, vemos letras que, juntas, formam a palavra *appliquera*; a seguir, vê-se escrito: "*les 8 heures*". Qual será o significado da frase "*appliquera les 8 heures*"?

e) Observando o cartaz, é possível saber em que contexto foi produzido?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O da esquerda é o dos operários, e o da direita, o dos patrões.

b) Resposta pessoal. No cartaz há indícios disso: o avental do operário de calça verde, sua boina simples, e o esforço do grupo pela jornada de 8 horas indicam que o grupo à esquerda é o dos operários. Já os casacos longos, a cartola, peças típicas do vestuário dos europeus ricos, e o esforço que fazem em direção contrária à dos operários sugerem que o grupo representado à direita é o dos patrões.

c) Os operários puxam o ponteiro do relógio para as "8 horas"; os patrões querem aumentar o número das horas a serem trabalhadas, por isso puxam o ponteiro em sentido contrário. Note também que um pedaço da corda dos patrões está roído, o que transmite a ideia de que eles vão ter de ceder. Em ambos os grupos há mulheres.

d) *Appliquera les 8 heures* pode ser traduzido por "adotemos a jornada de 8 horas".

e) Sim, foi produzido no contexto das lutas operárias pela jornada de 8 horas, ocorridas desde a segunda metade do século XIX nos países europeus em processo de industrialização, como Inglaterra, França e Bélgica, e também nos Estados Unidos.

Texto de apoio

Luta dos trabalhadores resultou em menor duração da jornada

Tempos modernos, o genial filme do britânico Charles Chaplin, lançado em 1936, tornou-se ícone para retratar a exploração do trabalho imposta pela Revolução Industrial. Chaplin, no papel principal, eternizou a figura do operário que não consegue parar de repetir os movimentos mecânicos da atividade na fábrica. É considerado até hoje um libelo contra as jornadas extenuantes e as péssimas condições de trabalho nas indústrias da época.

A história mostra que, no final do século 18, com a duração frequente de 18 horas diárias, eram comuns mutilações e mortes de operários que desmaiavam ou dormiam sobre as máquinas. É difícil imaginar que na Inglaterra medieval o tempo de trabalho fosse menor do que nos primórdios do capitalismo. No entanto, foi o que ocorreu. [...]

Mesmo inferior às jornadas impostas pela Revolução Industrial, relatos da época contestam durações tão longas, atestando 10 horas diárias em média para homens adultos, com exceção dos domingos, registra o economista Paulo Sérgio Fracalanza. [...] Quase quatro séculos depois, os empregados ainda eram obrigados a trabalhar 12 horas diárias. Como não havia fiscalização organizada, esse limite legal não era cumprido.

A pressão dos movimentos de trabalhadores ingleses por melhores condições de vida resultou em cinco leis após 1802. Mas só a Lei Fabril de 1833 vingou. Definiu jornada normal de trabalho entre 5h30 e 20h30, com intervalos.

SASSE, Cintia. Luta dos trabalhadores resultou em menor duração da jornada. **Senado notícias**, 25 fev. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/02/25/luta-dos-trabalhadores-resultou-em-menor-duracao-da-jornada>. Acesso em: 11 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ele viu "uma floresta de chaminés expelindo vapor e fumaça". E essa imagem continuou na sua mente por muito tempo.
b) O que chamamos hoje de "questão ambiental" teve sua origem na Revolução Industrial, quando as fábricas passaram a lançar grossos rolos de fumaça no ar e lixo industrial nos rios.
c) Geralmente não; atualmente as fábricas estão estabelecidas nos arredores das grandes cidades.
d) Resposta pessoal.

Integrando com Ciências

a) A tuberculose é uma doença infecciosa e contagiosa (que passa de uma pessoa para outra) causada por um micróbio chamado bacilo de Koch. Ela atinge principalmente os pulmões, mas pode ocorrer também em outras partes do nosso corpo, como nos gânglios, rins, ossos e intestinos.
b) O bacilo de Koch é transmitido pela respiração, por espirros e pela tosse. Para que o contágio ocorra, é necessário que ele chegue aos pulmões.
c) Segundo o Dr. Drauzio Varella, os principais sintomas da tuberculose são: tosse por mais de duas semanas, produção de catarro, febre, sudorese, cansaço, dor no peito, falta de apetite e emagrecimento. Nos casos mais avançados, pode aparecer escarro com sangue.
d) Isso se deu em um contexto em que as condições de trabalho e de vida dos operários ingleses eram bastante precárias. O ambiente das fábricas era insalubre. As casas em que os operários viviam abrigavam muitas pessoas, que dormiam amontoadas em um mesmo cômodo. A sujeira e a falta de ventilação e de tratamento da água facilitavam a ocorrência e a propagação da tuberculose. **Professor**: comentar que as doenças se manifestam de diferentes modos em diferentes tempos e sociedades.
e) Sim, a tuberculose é, provavelmente, a doença infectocontagiosa que mais mortes ocasiona no Brasil.

b. Leitura e escrita de textos

VOZES DO PASSADO

A descrição da cidade de Manchester é de William Cooke Taylor (1800-1849), feita em 1842. Leia-a com atenção:

> Lembro-me muito bem do efeito que causou em mim minha primeira visão de Manchester, quando olhei para a cidade pela primeira vez do final da linha férrea que vinha de Liverpool, e vi uma floresta de chaminés expelindo vapor e fumaça, formando uma cobertura escura que parecia abraçar e envolver todo o lugar... Muitos anos se passaram desde aquela manhã, mas repetidas visitas a Manchester não diminuíram os efeitos daquela primeira impressão.

BRADSHAW (Org.) apud DE DECCA, Edgar. **Fábricas e homens**: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. São Paulo: Atual, 1999. p. 47. (História geral em documentos).

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: LEEMAGE/CORBIS/GETTY IMAGES

Vista de Sheffield, Inglaterra, cujo centro fabril era muito semelhante ao de Manchester. Gravura inglesa, 1879.

a) Identifique e transcreva o que ele "viu" ao olhar para a cidade.
b) Que relação se pode estabelecer entre o texto e a questão ambiental, que tanto nos preocupa atualmente?
c) Atualmente, as fábricas se localizam no centro das grandes cidades, como na Inglaterra do século XIX?
d) **Em dupla**. Debatam e opinem: o que fazer para diminuir a poluição do ar?

III Integrando com Ciências

Sabe-se que, no início da Revolução Industrial, aumentou muito o número de mortes por tuberculose. Pesquise e responda:

a) O que é tuberculose?
b) Como alguém contrai a doença?
c) Quais são os sintomas da tuberculose?
d) Por que aumentaram as mortes por tuberculose durante a Revolução Industrial?
e) Ela continua ocasionando mortes no Brasil?

Site para a sua pesquisa: <http://livro.pro/v23rm3>. Acesso em: 10 out. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IV Você cidadão!

Entrevista concedida por Hannah Brown para o Comitê da Câmara de Comuns, em 13 de junho de 1832.

Pergunta: Com quantos anos você começou a trabalhar em fábricas de fiação?
Resposta: Aos nove anos de idade.
P: Qual era seu horário de trabalho?
R: Eu começava às seis horas da manhã e trabalhava até às nove da noite.
P: Havia um horário para as refeições?
R: Não, não tinha.
P: Este trabalho afetou seus membros? [...]
R: Sim; meus dois joelhos são meio virados pra dentro. [...]
P: Sr. Ackroyd alguma vez castigou você?
R: Sim; ele me segurou pelo cabelo e pela orelha, me puxou e me bateu.
P: Você o viu adotar um tratamento semelhante com alguém mais?
R: Sim. Eu tinha visto ele puxar uma parente minha pelo cabelo.
P: Você quer dizer que ele a arrastou pelo cabelo?
R: Sim, por vários metros.

BRIDGEMAN/FOTOARENA

Menina trabalhadora. Estados Unidos, 1910.

HANNAH BROWN (*child factory worker*). ***Spartacus Educational***. Disponível em: <http://spartacus-educational.com/IRbrown.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018. (Tradução do autor.)

a) Quem está falando no texto?

b) De que tempo ela está falando?

c) Como era o cotidiano da entrevistada nesta época?

d) O que levava os empregadores a optarem pelo trabalho infantil?

e) O uso da violência contra a criança é um dos problemas sociais brasileiros. Pesquise e opine sobre o assunto.

Indicação de *sites* para pesquisa:

- Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://livro.pro/8y8a7i>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://livro.pro/2qj6jk>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: <http://livro.pro/wqw9az>. Acesso em: 9 nov. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A operária inglesa Hannah Brown.

b) Do passado, dos seus tempos de criança, quando trabalhava como operária em uma fábrica inglesa do século XIX.

c) Trabalhava em média 15 horas diárias; não tinha horário para as refeições; o tipo de trabalho feito por ela afetava a saúde; sofria agressões físicas no interior da fábrica. Durante o início da industrialização, os donos de fábricas exploraram intensamente o trabalho infantil e feminino. **Professor**: fazer uma ponte com a Língua Portuguesa e ampliar o conhecimento dos alunos lembrando que a entrevista é um gênero textual com características próprias.

d) O salário pago às crianças, que, geralmente, era menos da metade do de um adulto.

e) Resposta pessoal. **Professor**: a questão pode ajudar a pensar sobre o uso da violência contra a criança no presente. O art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Questão cultural dificulta erradicação do trabalho infantil

Junto com o fator econômico, a questão cultural, a crença de que trabalhar é bom, é apontada pelos especialistas como um dos mitos que legitimam o trabalho infantil no Brasil.

[...]

Esses mitos como: eu também trabalhei quando criança, meu pai trabalhou... isso só reforça esta cultura de que é normal criança trabalhar.

[...]

Mario Volpi, oficial de programas do Unicef, o Fundo da ONU para a Infância e Adolescência, diz que esta ideia está já incutida na sociedade.

"As famílias, principalmente as mais pobres, veem a questão do trabalho como uma forma de livrar a criança, o adolescente da marginalização, da exclusão social, do envolvimento com drogas. É essa visão cultural que deposita no trabalho uma forma de prevenção dos males.

O trabalho educativo de mostrar para essas famílias que mantêm seus filhos trabalhando que vale mais a pena mandá-los para a escola é o grande desafio. Hoje, há na cultura geral um mito de que o trabalho é bom. O trabalho é bom, desde que ele seja na fase correta, na medida certa, na função adequada à fase da vida que a pessoa vive", completa.

BETTENCOURT, Babeth; JACOBS, Claudia Silva. Questão cultural dificulta erradicação do trabalho infantil. **BBC Brasil**, 19 maio 2003. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030519_tcultural.shtml>. Acesso em: 11 set. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF08HI04** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.

O objetivo desta página de abertura é estimular uma reflexão sobre a importância dessa data para a França e para o mundo inteiro e, com isso, instigar a curiosidade do aluno pelo assunto. Disse um historiador que:

> A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. [...] A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu, pela influência francesa, as antigas civilizações que até então resistiam às ideias europeias. Esta foi a obra da Revolução Francesa.

HOBSBAWM, Eric. **A revolução francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 7-8.

ENCAMINHAMENTO

- Favorecer a percepção dos alunos sobre a oposição entre as grandes festas públicas, que ocorrem no aniversário da Revolução Francesa e que projetam a ideia da Revolução como parteira da França coesa e unificada, e o perfil multidimensional da Revolução, durante a qual os diversos grupos sociais lutaram entre si, cada qual tentando fazer valer os seus interesses.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: A REVOLUÇÃO Francesa e seu eco: Michel Vovelle. Disponível em: <http://livro.pro/oq3j74>. Acesso em: 17 set. 2018.

Dica de leitura

- HILLS, Ken. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Ática, 1997.

O livro conta a história de Joaquim, um estudante brasileiro que participa de um dos episódios mais importantes da História: a Revolução Francesa.

CAPÍTULO

4 A REVOLUÇÃO FRANCESA E A ERA NAPOLEÔNICA

Há mais de dois séculos, todos os anos, no dia 14 de julho, os franceses lotam as ruas, praças e avenidas para comemorar a queda da Bastilha, fato que marca o início da Revolução Francesa. Você sabe o que era a Bastilha? Já tinha ouvido falar dessa revolução? Por que será que os franceses a comemoram com tanto entusiasmo todos os anos? Por que essa revolução ocorrida há tanto tempo continua sendo tão importante para eles? Você sabe se ela também é importante para nós?

GONZALO FUENTES/REUTERS/FOTOARENA

Jatos da Força Aérea Francesa sobrevoando a Avenida Champs-Élysées durante os festejos do dia da Bastilha. Paris, 14 de julho de 2017.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- REVOLUÇÃO Francesa. Duração: 7min18s. Disponível em: <http://livro.pro/yz5g9p>. Acesso em: 17 set. 2018.

Vídeo para melhor compreender a Revolução Francesa.

- REVOLUÇÃO Francesa (1789-1799). Duração: 19min45s. Disponível em: <http://livro.pro/q4iuph>. Acesso em: 17 set. 2018.

Documentário sobre o processo de formação da Revolução Francesa.

O Antigo Regime

Com 28 milhões de habitantes, a França do final do século XVIII era o país mais populoso da Europa e também um dos mais injustos. Os franceses viviam sob o Antigo Regime, uma sociedade em que o clero e a nobreza tinham enormes **privilégios** e o rei se apresentava como representante de Deus na Terra (absolutismo de direito divino).

Naquela época, a sociedade francesa estava dividida em três estados: o **primeiro estado** (o clero); o **segundo estado** (a nobreza); o **terceiro estado** (camponeses, trabalhadores das cidades e os burgueses). O rei, os nobres e o clero possuíam terras, poder e privilégios, como o de não pagar quase nenhum imposto. Já o terceiro estado pagava a maioria dos impostos e sustentava, com o seu trabalho, o primeiro e o segundo estado. Os camponeses, por exemplo, pagavam a **talha** e o **dízimo** e, em caso de uma má colheita, eles passavam fome. Isto gerava frequentes protestos.

A seguir, apresentamos de forma esquemática e simplificada a composição da sociedade francesa às vésperas da Revolução.

Privilégio: direito, vantagem concebida a um grupo ou pessoa em prejuízo da maioria.

Talha: imposto pago em espécie pelos camponeses (uma parte do que produzia no lote reservado ao seu próprio uso).

Dízimo: na época, era um imposto aplicado às colheitas e pago ao clero por toda a população.

	Composição	Número de componentes	Situação socioeconômica
Primeiro Estado	**CLERO** **Alto clero**: cardeais, bispos e abades **Baixo clero**: padres, frades e monges	280 mil pessoas	Possuía muitas terras e cobrava dízimo e taxas sobre batismo, casamento e sepultamento.
Segundo Estado	**NOBREZA** **Família real** + **nobreza cortesã** (vivia na corte) + **nobreza provincial** (vivia em grandes propriedades rurais) + **nobreza de toga** (burgueses que compravam títulos de nobres)	840 mil pessoas	Vivia à custa do Estado ou da exploração do trabalho dos camponeses.
Terceiro Estado	**BURGUESIA** **TRABALHADORES URBANOS** **CAMPONESES**	26 milhões e 880 mil pessoas	Trabalhava para gerar a riqueza e os impostos. Os camponeses constituíam cerca de 80% da população francesa e pagavam impostos ao Estado (governo) e a seus senhores diretos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

+ATIVIDADES

- Responda:

a) Quem na sociedade francesa possuía poder e privilégio?
O rei, o clero e a nobreza.

b) Quem trabalhava para gerar riqueza e pagar impostos?
O Terceiro Estado.

c) Qual era a composição do Terceiro Estado?
Burguesia, trabalhadores urbanos e camponeses.

ENCAMINHAMENTO

- Iniciar a abordagem da Revolução Francesa retomando e aprofundando o conceito de Antigo Regime, conceito-chave para compreender as sociedades ocidentais entre os séculos XVI e XVIII.
- Explicar e detalhar a divisão da sociedade no período pré-Revolução, evidenciando que nessa fase o monarca ainda era visto como um Deus.
- Destacar que, no aspecto econômico, essas sociedades sobreviviam basicamente da agricultura e do comércio. Como os instrumentos de trabalho eram rudimentares, a produção agrícola mantinha enorme dependência das condições naturais; assim, chuvas ou secas prolongadas induziam a más colheitas e facilitavam a ocorrência de fomes e epidemias.
- Ressaltar que o clero e a nobreza detinham enormes privilégios e a distinção era tão ou mais importante que a riqueza.
- Evidenciar que as sociedades se caracterizavam por contrastes: entre o pacato ambiente rural e o dinâmico ambiente urbano; entre a riqueza dos clérigos e nobres e a pobreza dos camponeses; entre a multidão de analfabetos do meio rural e os acanhados núcleos citadinos. Esses contrastes eram vistos como naturais, decorrentes da vontade divina.
- Comentar que os membros do Terceiro Estado, em sua maior parte trabalhadores urbanos e camponeses, eram os que mais sofriam com a crise econômica da época.
- Destacar que, além de uma colheita precária devido às secas, os camponeses precisavam pagar altos impostos ao Segundo e ao Primeiro Estados (rei, clero e senhores), o que os levava à extrema pobreza.
- Evidenciar que as dificuldades econômicas e o sentimento de revolta diante dos privilégios da alta camada da sociedade ocasionaram diversos motins por parte dos membros do Terceiro Estado.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que o Antigo Regime desconhecia a ideia de direitos iguais entre os indivíduos; em vez da noção de direito, baseava-se na de privilégio. Um deles era o de nascimento, que distinguia pelo sangue a nobreza; o outro era o de ocupação, que desvalorizava os serviços manuais e elevava aquele que vivia de rendas.
- Refletir sobre o texto a seguir:

[...]

É a Corte que tem reinado e não o monarca. É a Corte que faz e desfaz, convoca e demite os ministros, cria e distribui lugares etc. Também o povo acostumou-se a separar nos seus murmúrios o monarca dos impulsionadores do poder. Ele sempre encarou o rei como um homem tão enganado e de tal maneira indefeso em meio a uma Corte ativa e todo-poderosa, que jamais pensou em culpá-lo de todo o mal que se faz em seu nome.

SIEYÈS. **Que é o Terceiro Estado?** 1789 apud ARNAUT, Luiz. **Textos e documentos**. Disciplina História Contemporânea – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em:<http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/seyes.PDF>. Acesso em: 17 set. 2018.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O CLIMA revolucionário na França do século XVIII: politização, descristianização e o impacto nas instituições sociais. Disponível em: <http://livro.pro/q45y8n>. Acesso em: 17 set. 2018.

SÉC. XVII. PALÁCIO DE VERSALHES, FRANÇA. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

C. 1787. MUSEU DE BELAS ARTES, QUIMPER, FRANÇA. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

SÉC. XIX. MUSEU DE BELAS ARTES DE LYON, FRANÇA. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Integrantes da sociedade do Antigo Regime: à esquerda, o arcebispo de Sens; ao centro, a nobre Madame Roland, conhecida como Manon Philipon; à direita, uma "mulher do povo". Note que o rosto dessa mulher sugere a insatisfação do povo francês na época.

MUSEU CARNAVALET, PARIS, FRANÇA. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Os pobres da cidade de Paris, que exerciam ofícios como os de serralheiro, pedreiro, ferreiro, sapateiro, entre outros, eram conhecidos como *sans-culottes*, isto é, "sem culote". Culote era uma calça justa que terminava um pouco abaixo do joelho, traje típico dos nobres. Os pobres não usavam esse tipo de calça, nem tinham os privilégios da nobreza (por extensão, as mulheres pobres também eram conhecidas como *sans-culottes*). Obra de c. 1789.

França do Antigo Regime

Na França do Antigo Regime, a maioria da população vivia e trabalhava no campo. Mas, devido à baixa produtividade agrícola, a oferta de alimentos era pequena e seus preços, altos. Como na década de 1780 as inundações e secas foram frequentes, os preços dos alimentos dispararam e a fome atingiu duramente os mais pobres, gerando grande insatisfação social entre eles.

A burguesia também estava insatisfeita com a monarquia absolutista. Para sustentar seus gastos, a monarquia aumentava impostos encarecendo os preços das mercadorias. E, como o poder de compra da maioria da população vinha diminuindo, muitas empresas faliam, gerando com isso desemprego.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Michel Vovelle.

A reunião dos Estados Gerais

[...] Reunir os Estados Gerais era um modo antigo de o rei consultar seus súditos, ou, ao menos, os representantes das três ordens: fazia mais de dois séculos que ocorrera a última reunião. Ao mesmo tempo, uma grande novidade: os franceses tiveram o direito de se manifestar. E fizeram uso desse direito, já que foram estimulados a redigir cadernos de dolências por todo o país. [...]

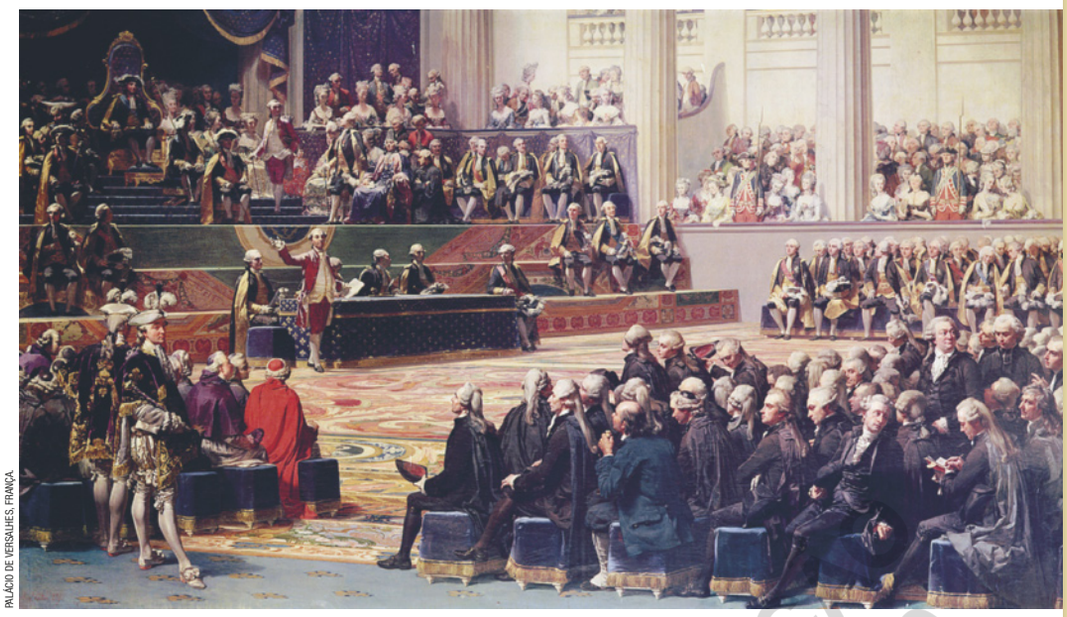
Uma dolência é uma queixa – não se ousa dizer uma reclamação – submetida à boa vontade do rei.

Os franceses levaram muito a sério essa tarefa; cada ordem tinha seu caderno, e os membros do Terceiro Estado, nas aldeias ou nas corporações, relatavam suas misérias de maneira frequentemente emocionante, sendo às vezes "teleguiados" por pessoas instruídas, que faziam

A convocação dos Estados Gerais

Gastando mais do que arrecadava, o governo de Luís XVI precisava cada vez mais de dinheiro para equilibrar suas contas. E, ao mesmo tempo, a fome e o desemprego aumentavam a insatisfação dos franceses com o Antigo Regime. Diante dessa grave situação, o rei convocou a Assembleia dos Estados Gerais. Composta de representantes dos três estados (clero, nobreza e camponeses, trabalhadores urbanos e burguesia), essa assembleia não era consultada há 175 anos!

Nessa assembleia, cada estado tinha direito a um voto. Portanto, clero e nobreza reunidos tinham **dois** votos contra apenas **um** do terceiro estado. Por isso, o clero e a nobreza estavam certos de que teriam o controle da situação. Mas não foi isso o que aconteceu; os membros do terceiro estado lançaram uma campanha em favor da votação por cabeça, isto é, por pessoa, e não por estado. Em maio de 1789, a Assembleia dos Estados Gerais reuniu-se para debater a situação do país.



PALÁCIO DE VERSALHES, FRANÇA.

Sessão de abertura dos Estados Gerais, óleo sobre tela de 1839. Repare na rígida hierarquia do Antigo Regime: no alto à esquerda, o rei e a família real, os marechais e os duques da França; ao pé do estrado, à mesa, o conselho do rei; no plenário, à direita da mesa, o clero; e do lado esquerdo da mesa, no mesmo plano, a nobreza; no lado oposto ao do rei, os deputados do Terceiro Estado.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

passar reivindicações mais gerais. Nessa altura dos acontecimentos, os súditos ainda amam o rei, que é visto como uma espécie de pai, mas eles denunciam os abusos da administração e os direitos senhoriais; não se importam de pagar imposto, mas exigem o direito de controlá-lo por meio de seus representantes, e reivindicam o respeito pelas liberdades e o fim do arbítrio... Você pressente que existem vozes discordantes na nobreza... mas isso representa um testemunho claro da situação da França em 1789. É essa mensagem que os deputados das diferentes ordens foram apresentar em Versalhes, no mês de maio de 1789, após uma campanha eleitoral bastante intensa e disputada. [...]

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa explicada à minha neta**. São Paulo: Unesp, 2007. p. 26-27.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que, desde o século XV, o capitalismo vinha se desenvolvendo a passos largos na França. A burguesia ganhava importância social e prosperava por meio da indústria, do empréstimo de dinheiro a juros e do comércio com o Oriente, a América e a África. Mas o Estado absolutista francês representava um obstáculo aos negócios da burguesia, pois a carga de impostos encarecia os preços das mercadorias.
- Comentar que, nos campos, o desemprego também atingia os mais pobres; os grandes proprietários vinham introduzindo a agricultura capitalista: cercavam as terras de uso comum (campos, matas e pastos) para produzir cereais em larga escala e, consequentemente, os camponeses que delas sobreviviam ficavam sem terra e sem trabalho.
- Informar que, em virtude da concentração das terras e dos pesados impostos cobrados no campo, a oferta de alimentos era pequena e seus preços, elevados.

Dica de leitura

- VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa explicada à minha neta**. São Paulo: Unesp, 2007.

Nesse livro, o historiador Michel Vovelle procura explicar para uma garota de 14 anos o extraordinário e intricado evento que foi a Revolução Francesa. O resultado é ao mesmo tempo uma síntese e uma análise densa dos dez anos cruciais da revolução (1789 a 1799), o que permite compreender mais desse importante momento da história do Ocidente.

EDITORA UNESP

ENCAMINHAMENTO

• Refletir sobre o que diz o historiador britânico Eric J. Hobsbawm sobre a queda da Bastilha:

A contrarrevolução transformou um levante de massa em potencial em um levante efetivo. Sem dúvida era natural que o velho regime oferecesse resistência, se necessário com força armada, embora o exército não fosse mais totalmente de confiança. [...] De fato a contrarrevolução mobilizou contra si as massas de Paris, já famintas, desconfiadas e militantes. O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação. [...]

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 79.

• Destacar a participação dos camponeses nas mudanças profundas ocorridas durante a Revolução, sobre a qual observa um historiador:

[...] sem a revolta dos camponeses o regime feudal não teria sido destruído por completo [...].

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 15-16. (Tudo é História).

• Aprofundar o assunto acessando o texto: DEMOCRACIA na Revolução Francesa: 1791 e 1793. Disponível em: <http://livro.pro/tof7di>. Acesso em: 17 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• FRANCESES comemoram a queda da Bastilha com desfile: centro de Paris. Duração: 50s. Disponível em: <http://livro.pro/55chwx>. Acesso em: 17 set. 2018.

Reportagem sobre o desfile cívico em comemoração à "queda da Bastilha".

• DESVENDANDO a história: queda da Bastilha. Duração: 7min16s. Disponível em: <http://livro.pro/m2kp4f>. Acesso em: 17 set. 2018.

Documentário que desvenda os detalhes da "queda da Bastilha".

O processo revolucionário

Logo no início da assembleia, o rei Luís XVI, apoiado pela nobreza e pelo clero, decidiu que tudo continuaria como antes: a votação continuaria sendo por Estado; com isso, o Terceiro Estado continuaria tendo apenas um terço dos votos. A tensão aumentou; o rei ordenou que os deputados do Terceiro Estado se retirassem do salão. Um deputado do Terceiro Estado, de nome Mirabeau, retrucou: "Estamos aqui pela vontade do povo, e só sairemos com a força das baionetas". Luís XVI reagiu mandando fechar a sala onde os deputados se reuniam. Eles, então, invadiram a sala do **Jogo da Pela** e lá juraram não se separar enquanto não tivessem elaborado uma constituição para a França. Os deputados do Terceiro Estado declararam-se em Assembleia Nacional, com o objetivo de criar uma constituição para a França.

Jogo da Pela: jogo semelhante ao tênis, realizado em quadra coberta.

A Assembleia Nacional Constituinte

No dia 14 de julho de 1789, assim que se espalhou a notícia de que o rei mandaria reprimir a assembleia, populares da cidade de Paris saíram às ruas saqueando depósitos de armas e de alimentos. Com o apoio de soldados do exército, invadiram e tomaram a Bastilha, prisão-símbolo do absolutismo.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

A Tomada da Bastilha, 14 de julho de 1789. Bastilha era onde o rei Luís XVI prendia, sem julgamento, seus adversários políticos e/ou indivíduos de mau comportamento. Bastava um bilhete do rei, com a ordem de prisão, para que um jornalista, por exemplo, fosse preso. Por isso, a Bastilha tornou-se o símbolo do "abuso de poder do rei". A queda da Bastilha marca o início da Revolução Francesa.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Os direitos do homem

No espírito da Declaração de Independência do Estados Unidos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), na França, constituiu outro marco na cruzada iluminista em favor dos direitos humanos. De John Locke e da ***Encyclopédie*** ela derivou suas doutrinas dos direitos naturais; de Jean-Jacques Rousseau, a teoria da vontade geral e da soberania popular; de Beccaria e Voltaire, a noção de salvaguardas individuais contra a ação policial ou judicial arbitrária; e dos fisiocratas, a inviolabilidade dos direitos de propriedade. Especificava os direitos fundamentais dos indivíduos e era, portanto, na opinião dos jacobinos franceses, aplicável universalmente. A Declaração ampliou as liberdades reconhecidas durante a Revolução Americana e tornou-se, nas palavras do historiador francês oitocentista Michelet, "o credo de uma nova era".

A dramaturga e panfletária francesa Olympe de Gouges (1748-1793)

Com a chegada da notícia da queda da Bastilha ao interior, os camponeses passaram a invadir castelos e a pôr fogo nos registros de suas dívidas e nos documentos envolvendo cobrança de impostos. Pressionada pelo avanço da revolução na cidade e no campo, em 4 de agosto de 1789 a Assembleia Nacional Constituinte aboliu a servidão, os dízimos e os privilégios do clero e da nobreza, pondo fim ao que restava do feudalismo na França.

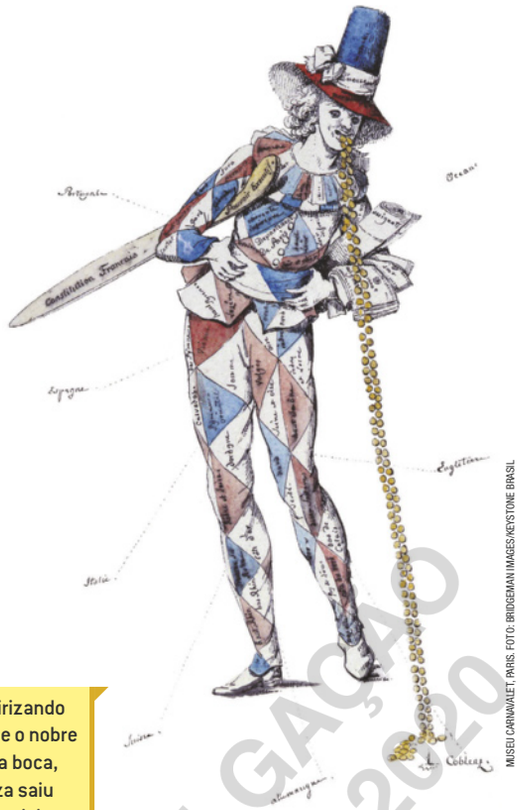
No dia 26 de agosto de 1789, a Assembleia aprovou a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, reconhecendo o direito de todos à liberdade, à segurança, à propriedade, à igualdade perante a lei e a resistir a qualquer tipo de opressão.

Logo depois, um documento aprovado pela assembleia confiscou os bens da Igreja. Os membros do alto clero reagiram ao documento fugindo da França, acompanhados de milhares de nobres, e levando consigo dinheiro e joias. No exterior, começaram a organizar um exército para impedir o avanço da Revolução Francesa.

A Monarquia Constitucional

Em 1791, a Assembleia Nacional aprovou uma constituição, que incorporou a perda dos privilégios do clero e da nobreza e limitou o poder do rei instituindo a Monarquia Constitucional. O rei já não tinha mais o poder de fazer e aprovar leis. Com isso, chegava ao fim a monarquia absolutista na França.

Outros privilégios, porém, foram criados; por exemplo, o voto passou a ser censitário, ou seja, somente os cidadãos que possuíssem uma certa renda podiam votar. Camponeses, artesãos, operários e mulheres, que representavam cerca de 85% da população, foram excluídos do direito de voto. Essa situação atendia aos interesses da burguesia, que agora liderava o processo revolucionário.



MUSEU CARNAVALET, PARIS. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Caricatura francesa de c. 1792 satirizando os aristocratas emigrados; note que o nobre está expelindo moedas de ouro pela boca, para lembrar o fato de que a nobreza saiu da França levando consigo dinheiro e joias.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Ressaltar que, após intensa pressão popular, a Assembleia Nacional Constituinte aboliu a servidão, os dízimos, o direito de mão-morta e a justiça senhorial (todos passavam a obedecer às mesmas leis).
- Comentar que uma mudança de grande impacto ocorrida durante o processo revolucionário foi a conquista dos direitos reunidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789. Esse documento inspirou, por exemplo, a Declaração dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948. Nele era estabelecido o direito à liberdade, à propriedade privada, à segurança, resistência à opressão e o direito à livre comunicação dos pensamentos e das opiniões.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: A DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão – Embaixada da França. Disponível em: <http://livro.pro/yvyjei>. Acesso em: 17 set. 2018.

Texto de apoio (continuação)

encabeçou a luta pelos direitos da mulher durante a Revolução Francesa, criticando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão por ter excluído de seu âmbito os direitos e interesses da mulher. Em sua Declaração dos Direitos da Mulher (1790), dirigida à Maria Antonieta, a quem esperava aliciar para a sua causa feminina, assevera que os direitos naturais da mulher são iguais aos direitos do cidadão do sexo masculino fixados na Declaração de 1789. [...]

Embora deixando de lado os interesses das mulheres, os revolucionários franceses ampliaram sua concepção dos direitos em outra importante direção: a justiça econômica e social. O líder jacobino Maximilien Robespierre (1758-1794) considerava-se o principal defensor das classes populares (os *sans-culottes*). Julgava invioláveis os direitos de propriedade, mas, em seu discurso de 24 de abril de 1793, "Sobre os Direitos de Propriedade", aconselhou os jacobinos a revisarem a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), acrescentando um artigo que impedisse a livre acumulação de riqueza. Alegava que o direito de propriedade "implica responsabilidades morais". Propunha trabalho ou ajuda para os necessitados, um imposto progressivo sobre a renda e uma educação universal, tudo isso proporcionado pelo Estado. Além disso, como partidário do internacionalismo, Robespierre insistia na "obrigação da fraternidade que une os homens de todas as nações, e seu direito à ajuda mútua". Isso porque "aquele que oprime uma única nação tornar-se-á um inimigo de todas. Esses dispositivos progressistas foram, porém, rejeitados pela Constituição de 1793.

ISHAY, Micheline R. (Org.). **Direitos humanos**: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente. São Paulo: Edusp: Núcleo de Estudos da Violência, 2013. p. 27-29.

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre a Constituição francesa de 1791 e sobre como ela se tornou um divisor de águas na história da França, estabelecendo um novo tipo de governo para o país.
- Comentar que, a partir da promulgação da Constituição, o poder do rei foi limitado, transformando a França em uma monarquia constitucional, ou seja, o rei não é mais a autoridade máxima, mas exerce um poder delegado, dando à Assembleia o poder de fazer e aprovar leis.
- Destacar que na Constituição foi estabelecido o voto censitário, ou seja, o povo não tinha poder de voto, ficando a cargo da alta burguesia todo tipo de decisão, demonstrando que o ideal de democracia ainda não tinha se concretizado: os franceses foram divididos em cidadãos "ativos" (os que possuíam a renda exigida para votar e ser votado) e "passivos", ou não votantes (quase 85% da população; pobres, mulheres e não brancos foram excluídos do direito ao voto).
- Esclarecer que a Constituição também proibiu os sindicatos e as greves.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: A REVOLUÇÃO Francesa (1789-1799): História da civilização ocidental. Disponível em: <http://livro.pro/7ef2bo>. Acesso em: 17 set. 2018.

Texto de apoio

A Revolução Francesa

A Revolução Francesa foi um evento de grande alcance na história, ultrapassando as fronteiras da França e produzindo um impacto profundo não apenas na época dos acontecimentos, mas também muito tempo depois. De fato, as referências políticas decisivas daquilo que conhecemos por "sociedade burguesa" – que sintetizam alguns dos valores e das ideias liberais, envolvendo a noção de um Estado laico, regido por uma constituição elaborada por representantes escolhidos pelo povo, prevendo igualdade dos cidadãos perante a lei – foram transformadas em norma pela primeira vez por meio dessa revolução.

Em uma das primeiras Histórias escritas sobre a Revolução Francesa, François-Auguste Mignet, um intelectual liberal na França pós-revolucionária, ao avaliar o processo revolucionário em 1827, concluiu que os resultados alcançados em seu final foram, em maior ou menor grau, aqueles projetados em seu início. Para ele, ainda que tivesse sido necessário "vencer muitos obstáculos", no final de todo o processo, "o objetivo foi alcançado". Essa forma de pensar o processo revolucionário francês passou a ser repetida por muitos depois dele.

Pouco mais de 20 anos depois, Julles Michelet, autor de História da Revolução Francesa, apontou um caminho distinto: no prefácio de seu livro, escrito em 1847, ele afirmou que "os chefes de partido, os heróis da história, nem a previram nem a prepararam", e que "eles não tiveram a iniciativa de nenhuma das grandes coisas, em especial daquelas que foram a obra unânime do povo no início da revolução".

Mas, apesar da advertência de Michelet, muitos historiadores continuaram a falar da Revolução à moda de Mignet, guiando sua reconstrução

A Constituição desagradou profundamente ao rei da França. Ele, então, se aliou aos reis da Áustria e da Prússia (parte da atual Alemanha) e a uma parte da nobreza e do alto clero francês indignada com a perda de privilégios. Aliadas, essas forças montaram um exército e invadiram a França.

A Assembleia declarou "a pátria em perigo", e o povo pegou em armas para defender seu país. O rei fugiu acompanhado de sua família, mas foi reconhecido e preso. Populares se juntaram ao exército francês, que, com isso, ganhou forças para vencer os estrangeiros na Batalha de Valmy, em 20 de setembro de 1792.

A Convenção Nacional

Logo após essa vitória contra a monarquia, elegeu-se às pressas uma Convenção Nacional, isto é, uma assembleia encarregada de elaborar uma nova Constituição. Os membros da Convenção foram eleitos pelo voto universal masculino, e não mais pelo voto baseado na renda do cidadão. A primeira atitude da Convenção foi abolir a monarquia e proclamar a **República**.

PARA SABER MAIS

Composta de cerca de 750 deputados, a Convenção abrigava quatro importantes grupos políticos:

Voto censitário: voto baseado na renda. No caso da França daquela época, só os proprietários pagantes de impostos podiam votar.

Convenção Nacional	
GIRONDINOS	– Representavam sobretudo a alta e média burguesia (banqueiros, armadores, industriais e comerciantes). Defendiam o **voto censitário**, o direito à propriedade privada e eram contrários à participação popular na Revolução.
JACOBINOS	– Representavam sobretudo a pequena burguesia (profissionais liberais, como advogados e médicos), funcionários públicos e lojistas; – Defendiam um governo central forte, o voto universal e a participação popular no processo revolucionário. Eram liderados por deputados eleitos por Paris, como Robespierre.
CORDELIERS	– Defendiam propostas radicais como o fim da propriedade privada e a reforma agrária; eram liderados por Marat e Danton. *Cordeliers* e jacobinos sentavam-se nos bancos mais altos do plenário; por isso, esses dois grupos políticos eram conhecidos como montanheses.
PLANÍCIE	– Era composta de deputados que agiam conforme seus interesses imediatos: ora apoiando os girondinos, ora os jacobinos. Sentavam-se no centro da Convenção.

Os girondinos sentavam-se à direita da mesa diretora da Assembleia, por isso ficaram conhecidos como "grupo de direita". Já os jacobinos sentavam-se à esquerda; e por isso tornaram-se conhecidos como "grupo de esquerda".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O rei Luís XVI, acusado de traição à pátria, foi levado a julgamento. Os girondinos queriam absolvê-lo; os jacobinos desejavam sua condenação. Após um mês de intensos debates, mais de 90% dos deputados da Convenção, com base em provas, declararam Luís XVI culpado. No cofre do rei havia provas dos acordos que ele fizera com os monarcas estrangeiros combinando a invasão da França. Em janeiro de 1793, o rei foi executado em praça pública, sob uma chuva de aplausos dos populares.

Os jacobinos no poder

Após a execução do rei, aumentou a oposição aos jacobinos. Eles, por sua vez, procuraram manter o controle da situação criando órgãos especiais como Comitê de Salvação Pública, à frente do qual estava Robespierre, o verdadeiro chefe de governo.

Para conter a crise social e financeira em que a França estava mergulhada, Robespierre e seus auxiliares distribuíram as terras dos nobres entre milhares de camponeses, aboliram a escravidão nas colônias francesas, tornaram o ensino primário obrigatório e gratuito e tabelaram os preços dos gêneros de primeira necessidade, que vinham subindo diariamente. Essas medidas contentaram as camadas populares mas desagradaram aos girondinos. A tensão entre esses grupos aumentou ainda mais com o assassinato do líder popular Jean Paul Marat por uma mulher ligada aos girondinos.

MUSEU CARNAVALET, PARIS. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

O líder jacobino Jean Paul Marat em uma representação de c. 1792. Marat era médico e cientista, mas ficou mais conhecido por seu jornal **O amigo do povo**, no qual defendia ardorosamente causas populares.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que os jacobinos podem ser considerados um dos primeiros grupos partidários da história contemporânea.
- Informar que os jacobinos organizaram um governo fortemente centralizado, dirigido por Robespierre.
- Comentar que, inicialmente, os jacobinos tiveram apoio popular, em consequência das conquistas a favor das classes populares; no entanto, devido à tirania e à opressão dos jacobinos diante de possíveis conspiradores contra a Revolução, esse apoio foi aos poucos enfraquecendo.

Texto de apoio (continuação)

do passado a partir dos resultados e produzindo a ilusão de que "nas origens" era possível encontrar "o final" em gestação. Contudo, hoje, sabe-se muito bem que o processo que levou a França a se tornar uma sociedade pautada por valores burgueses, no século XIX, não foi projetado por aqueles que, em 1789, quiseram se livrar do Antigo Regime.

A ideia de que se trata de um processo linear, com algum grau de planejamento, e cujos resultados foram derivados das intenções de seus agentes foi sendo deixada de lado quando os historiadores se permitiram observar a incerteza, surpresa e os sobressaltos.

[...]

Mesmo não sendo o primeiro movimento político guiado por ideias liberais, a Revolução Francesa foi diferente de tudo o que a havia precedido, não somente pelas rupturas que provocou na sociedade, mas também pelo fato de que, com ela, os próprios limites daquilo que era, então, imaginável para o mundo social – os limites do possível – foram ultrapassados. O leque de possibilidades de futuro se ampliou de forma significativa e, já no início do movimento revolucionário, passaram a concorrer, lado a lado, projetos de sociedade de matizes distintos: desde aqueles que propunham mudanças mais ou menos superficiais (para que as coisas continuassem a ser, fundamentalmente, como eram antes), até os que imaginavam que os próprios moldes do mundo poderiam ser quebrados e recriados de forma inovadora.

Esses projetos foram se afirmando em momentos diferentes do processo, o que significa que, de fato, tratou-se não de uma, mas de revoluções francesas distintas, concorrentes e sequenciais, com cada uma delas produzindo resultados, em maior ou menor grau, imprevistos e não planejados.

No início, o que reuniu pessoas de aspirações distintas em um campo comum e as fez tomar, em fins do século XVIII, os rumos da revolução foi o fato de elas recusarem o seu mundo, aquilo que ficou conhecido como Antigo Regime.

MORAES, Luís Edmundo. **História contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2017. p. 11-13.

ENCAMINHAMENTO

- O debate sobre o Período do Terror pode levar os alunos a refletirem sobre o conceito de justiça, conteúdo do tema transversal Ética.
- Frisar que esse período foi considerado a fase do Terror devido ao uso indiscriminado da guilhotina como instrumento de punição aos traidores da Revolução.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- REVOLUÇÃO Francesa. Duração: 4min35s. Disponível em: <http://livro.pro/d7tprr>. Acesso em: 17 set. 2018.

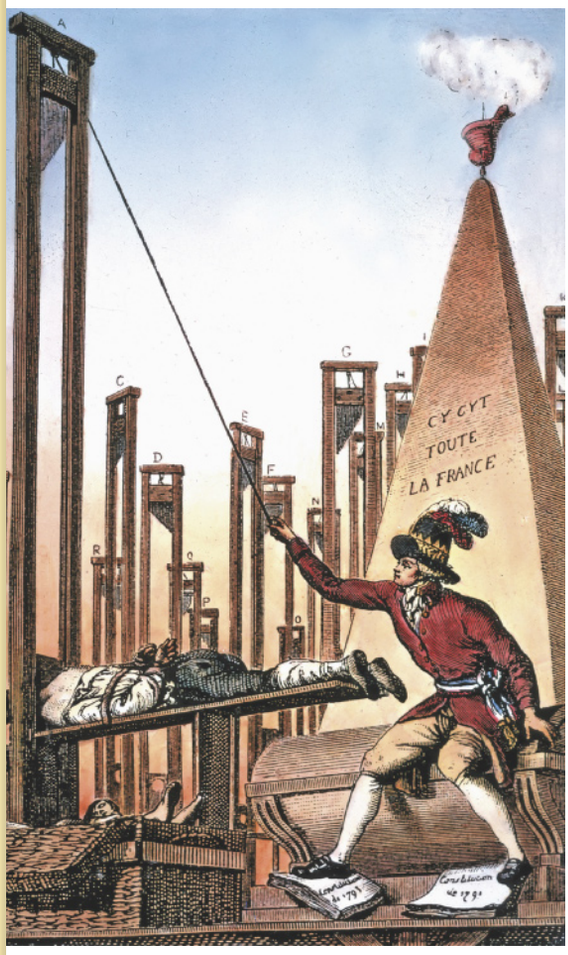
Animação sobre a Revolução Francesa, enfocando o regime do terror.

- O TERROR jacobino. Duração: 5min6s. Disponível em: <http://livro.pro/svbsie>. Acesso em: 17 set. 2018.

O Período do Terror durante a Revolução Francesa.

- DANTON. Duração: 2h16min. Disponível em: <http://livro.pro/7z46nc>. Acesso em: 17 set. 2018.

A história do revolucionário Danton durante a Revolução Francesa.



ALBUM/AKG-IMAGES/ALBUM/FOTOARENA

O assassinato de Marat contribuiu para que o governo jacobino intensificasse a repressão: as pessoas suspeitas de conspirar contra a revolução passaram a ser condenadas à morte, sem interrogatório ou direito de defesa, por um tribunal do governo. Assim, milhares de pessoas foram mortas na guilhotina. Nesse período, conhecido como o **Período do Terror**, o medo tomou conta dos franceses.

Os jacobinos chegaram a guilhotinar até mesmo líderes revolucionários como Danton e Hebert, e com isso foram perdendo o apoio popular e o da maioria dos deputados franceses. Danton, por exemplo, foi decapitado por ser contrário ao aumento da violência. Os deputados girondinos e os da planície aproveitaram esse clima de radicalização política para desfechar um golpe: prenderam Robespierre e os demais líderes jacobinos e os guilhotinaram sem julgamento.

Note que, nesta imagem de um folheto satírico da época, Robespierre está pisando em duas constituições francesas; o folheto tem uma frase que diz: "Robespierre ordenou a execução de todos, e, por fim, mandou executar o carrasco".

O Diretório

Com o golpe que derrubou os jacobinos, o poder passou às mãos dos políticos que representavam, sobretudo, os interesses da alta burguesia: grandes comerciantes, industriais e banqueiros. Como era de se esperar, os novos governantes deram total apoio à burguesia, que ampliou seus negócios e investiu na indústria e no comércio.

Uma nova Constituição, elaborada em 1795, manteve a república, restabeleceu o voto censitário e confiou o governo a um Diretório, composto de cinco deputados. O governo do Diretório também encontrou sérias resistências, tanto por parte dos jacobinos quanto dos monarquistas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Robespierre na Convenção: revolução, política & moral

A Revolução Francesa, desde quando aconteceu, até os dias de hoje, tem sido um objeto maior de disputa na sempre áspera luta pela apropriação e veiculação da memória. Não há consenso, nunca houve, nem provavelmente haverá, em torno do exato significado deste processo histórico, nem a respeito das fases através das quais se desenrolou e se propagou, das luzes e das trevas de cada momento, do valor dos programas, do alcance das decisões.

O mesmo se aplica em relação às lideranças, às *personae*, que exprimiram vontades, aspirações, interesses, sonhos e delírios. Impossível se chegar a um acordo unânime a propósito de Robespierre, Danton [...], entre [...] tantos outros.

[...]

A trajetória de Robespierre seria um enigma fora do contexto da radicalização geral da revolução francesa, das ameaças mortais que sobre ela pesavam, em virtude da coligação internacional de forças que se desencadeava contra suas propostas e perspectivas. Em especial, a sorte do personagem esteve vinculada ao processo da plebe *sans-culotte* insurreta de Paris. Sua ascensão é ritmada pelas *febres* desta plebe, ou seja, pela agressividade com que ela se lançou à luta política, tornando-se, muito rapidamente, e de modo imprevisto, um ator de primeiro plano. Robespierre soube interpretar a cólera, os interesses e os ressentimentos destas gentes obscuras e desprezadas. Por isso mesmo transformou-se num homem todo-poderoso. Mas não soube interpretar o alcance e a consistência do ímpeto que o levou a alturas [...] inimagináveis. Na guilhotina, segundo os termos do seu último discurso, formulado na véspera da execução, deve ter responsabilizado pela sua perda um punhado de traidores e sacripantas viciosos. Mas a população cujas palmas agora decoravam seu

Os monarquistas, com dinheiro e armas recebidos da Inglaterra, lideravam revoltas para levar ao poder o conde de Artois, irmão de Luís XVI; os novos jacobinos atacavam o governo por meio de seus clubes e jornais. Nesse ambiente tenso, Graco Babeuf liderou um movimento popular propondo a abolição da propriedade privada e a igualdade social. Esse movimento, conhecido como **Conspiração dos Iguais**, foi sufocado, e Babeuf e seus aliados foram executados.

O governo endureceu: fechou os jornais de oposição e ameaçou expulsar do país todos os seus adversários. Mas o governo encontrava-se desmoralizado, pois vários de seus membros estavam envolvidos em escândalos e atos de corrupção.

Os jornais diziam que a França precisava de um homem enérgico, respeitado e admirado para "salvar" a pátria. Um jovem general, de nome Napoleão Bonaparte, reunia essas características. Um dos motivos de sua fama era o seu excelente desempenho militar contra os exércitos estrangeiros.

Em 10 de novembro de 1799 – 18 Brumário, segundo o **calendário republicano** –, Bonaparte, apoiado por políticos burgueses e por militares, tomou o poder. Esse episódio passou para a história como o **Golpe de 18 Brumário**. Completava-se assim a Revolução Burguesa, iniciada na França dez anos antes.

Calendário republicano: foi instituído pela Revolução Francesa em 1792, ano da proclamação da república. 1792 passou a ser o ano I da República Francesa e o ano IV da liberdade, porque a revolução se iniciou em 1789. Nesse calendário, os nomes dos meses estavam associados às estações do ano. Assim, 18 Brumário significa o décimo oitavo dia do mês das brumas, ou seja, mês de nevoeiro (outono na Europa), que vai de 22 de outubro a 22 de novembro.

SÉC. XVIII. COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Gravura com o retrato de François-Noel Babeuf (1760-1797), também conhecido como Graco Babeuf, jornalista e político francês, líder da Conspiração dos Iguais.

Texto de apoio (continuação)

momento final não fora a mesma que o elevara ao poder e à glória?

[...]

Num discurso pronunciado em 2 de dezembro de 1792, fala contra a liberdade desabrida do comércio e pela regulamentação da distribuição de gêneros de primeira necessidade. E diz: "Nenhum homem tem o direito de acumular montes de trigo ao lado de um semelhante que morre de fome". E escande perguntas, que ele mesmo responde: "Qual é o primeiro objetivo da sociedade? Manter os direitos imprescritíveis do homem. Qual é o primeiro desses direitos? O de existir." [...]

[...]

[...] Morreu, sem dúvida, por suas ideias, e sobretudo por seus valores.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Robespierre na Convenção**: revolução, política & moral. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv128.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que, ao assumir o poder, em 1794, o novo governo liberou os preços dos alimentos e dos aluguéis e restabeleceu a escravidão nas colônias francesas. Além disso, estimulou o crescimento da indústria do algodão, da metalurgia e da mineração, intensificando o desenvolvimento do capitalismo francês.
- Frisar que, em 1795, aprovou uma nova Constituição que restabeleceu o voto censitário (que excluía a maioria da população do direito ao voto) e confiou o poder Executivo a um **Diretório** formado por cinco deputados escolhidos por sorteio.
- Comentar que o Diretório combateu duramente seus dois principais adversários: os realistas, empenhados na volta à monarquia, e os novos jacobinos, apoiados pelos *sans-culottes*.
- Salientar que os monarquistas, ajudados pela Inglaterra, promoviam levantes para levar ao poder o conde de Artois, irmão de Luís XVI; os novos jacobinos faziam oposição ao governo por meio de seus clubes e jornais.
- Chamar atenção para o fato de que o povo da França precisava de um benfeitor que resolvesse a situação política do país.
- Comentar que Napoleão era visto como um excelente estrategista, devido às suas vitórias como general em lutas contra países absolutistas que invadiram a França. Devido a essa admiração popular, Napoleão foi destacando-se e tornando-se um grande candidato a salvador da pátria.
- Informar que, com apoio da burguesia, dos políticos e do exército, Napoleão deu o golpe de 18 Brumário, estabelecendo a sua liderança e firmando a burguesia no poder.
- Esclarecer que com o golpe ocorreu a queda do Diretório; Napoleão se tornou o primeiro-cônsul da França e deu início a uma nova era na história do país.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: O 18 DE BRUMÁRIO de Luís Bonaparte. Disponível em: <http://livro.pro/5qqgej>. Acesso em: 17 set. 2018.

DIGITAL

IMAGENS EM MOVIMENTO

• A OBSESSÃO de Napoleão: Egito. Duração: 46min29s. Disponível em: <http://livro.pro/36rvph>. Acesso em: 17 set. 2018.

Documentário abordando as conquistas militares de Napoleão no Egito e seus ataques ao Oriente Médio.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Carlos Guilherme Mota.

As novidades da Revolução

Baseados no princípio de que a razão deve conduzir as atitudes dos homens, os revolucionários franceses decidiram modificar o calendário e criar um novo sistema de pesos e medidas. A primeira dessas alterações foi a decretação do fim do calendário gregoriano e a implantação do "Calendário da Razão", lançado em 1792, ano rebatizado com o nome de Ano 1 Revolucionário.

Pelo novo calendário dos franceses, o ano era dividido em 12 meses, todos com 30 dias. Ao final desse período, havia cinco dias extras (ou seis, nos anos bissextos), reservados para os feriados. Os meses tinham três semanas, cada uma com dez dias. Os dias deixaram de ser divididos em 24 horas e passaram a ser divididos em 10 horas. Cada hora durava 100 minutos, e cada minuto, 100 segundos, o que levou à fabricação de novos modelos de relógio. Os meses também ganharam outros nomes, como Brumário, para o mês da neblina, Nivose, para o mês das neves, Termidor, para o mês quente. Esse calendário foi adotado até 1806, quando Napoleão Bonaparte reimplantou o gregoriano.

Melhor resultado teve a unificação no sistema de pesos e medidas. Os franceses procuravam um sistema baseado em grandezas físicas confiáveis. Para isso, eles tomaram como base a própria Terra. A ideia da Academia Francesa de Ciências foi calcular a distância entre o Equador e o Polo Norte, tendo como parâmetro um meridiano que passava por Paris. Eles escolheram duas cidades no nível do mar cruzadas por esse meridiano – Barcelona (Espanha) e Dunquerque (França) – e mediram a distância entre elas. Por projeção descobriram a distância entre o Equador e o Polo Norte. Esse número foi dividido por dez milhões e o resultado obtido era o metro, cujo tamanho foi oficializado em 1799.

A partir dele, a Academia definiu quanto pesava um grama. Ele deveria ser o equivalente à massa de um decímetro cúbico de água pura; já o litro foi definido como o volume equivalente ao de um cubo com 10 centímetros de lado. Apesar das vantagens do sistema métrico, a população levou algum tempo para se acostumar. A partir de 1837, entretanto, ele se tornou compulsório em toda a França e acabou sendo adotado pela maior parte dos países do mundo.

MOTA, Carlos Guilherme. **Revolução Francesa**. São Paulo: Ática, 2011. p. 37.

A Era Napoleônica

O governo de Napoleão durou 15 anos e pode ser dividido em dois períodos: o **Consulado** (1799-1804) e o **Império** (1804-1815).

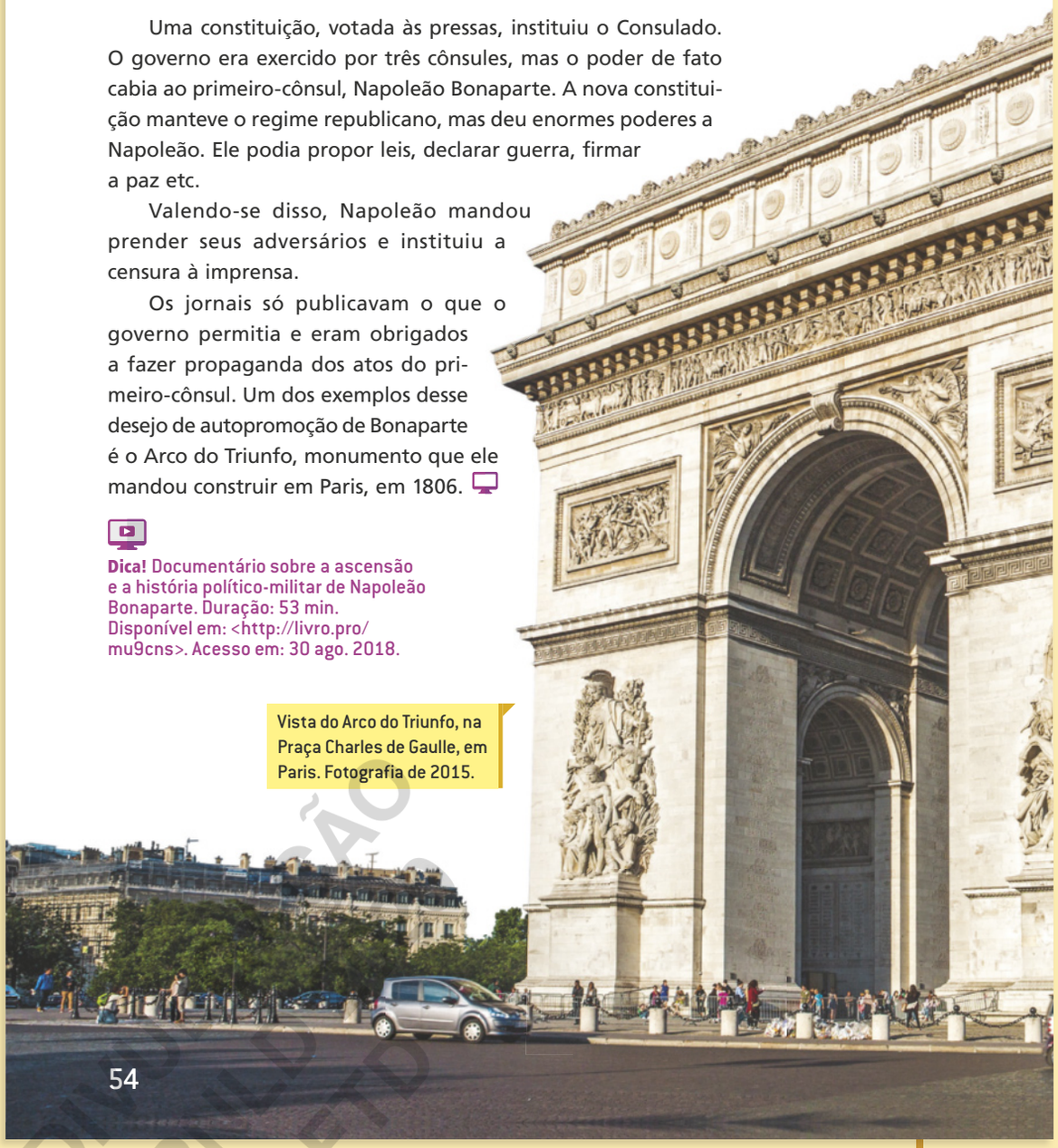
O Consulado

Uma constituição, votada às pressas, instituiu o Consulado. O governo era exercido por três cônsules, mas o poder de fato cabia ao primeiro-cônsul, Napoleão Bonaparte. A nova constituição manteve o regime republicano, mas deu enormes poderes a Napoleão. Ele podia propor leis, declarar guerra, firmar a paz etc.

Valendo-se disso, Napoleão mandou prender seus adversários e instituiu a censura à imprensa.

Os jornais só publicavam o que o governo permitia e eram obrigados a fazer propaganda dos atos do primeiro-cônsul. Um dos exemplos desse desejo de autopromoção de Bonaparte é o Arco do Triunfo, monumento que ele mandou construir em Paris, em 1806.

Dica! Documentário sobre a ascensão e a história político-militar de Napoleão Bonaparte. Duração: 53 min. Disponível em: <http://livro.pro/mu9cns>. Acesso em: 30 ago. 2018.



Vista do Arco do Triunfo, na Praça Charles de Gaulle, em Paris. Fotografia de 2015.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

Economia

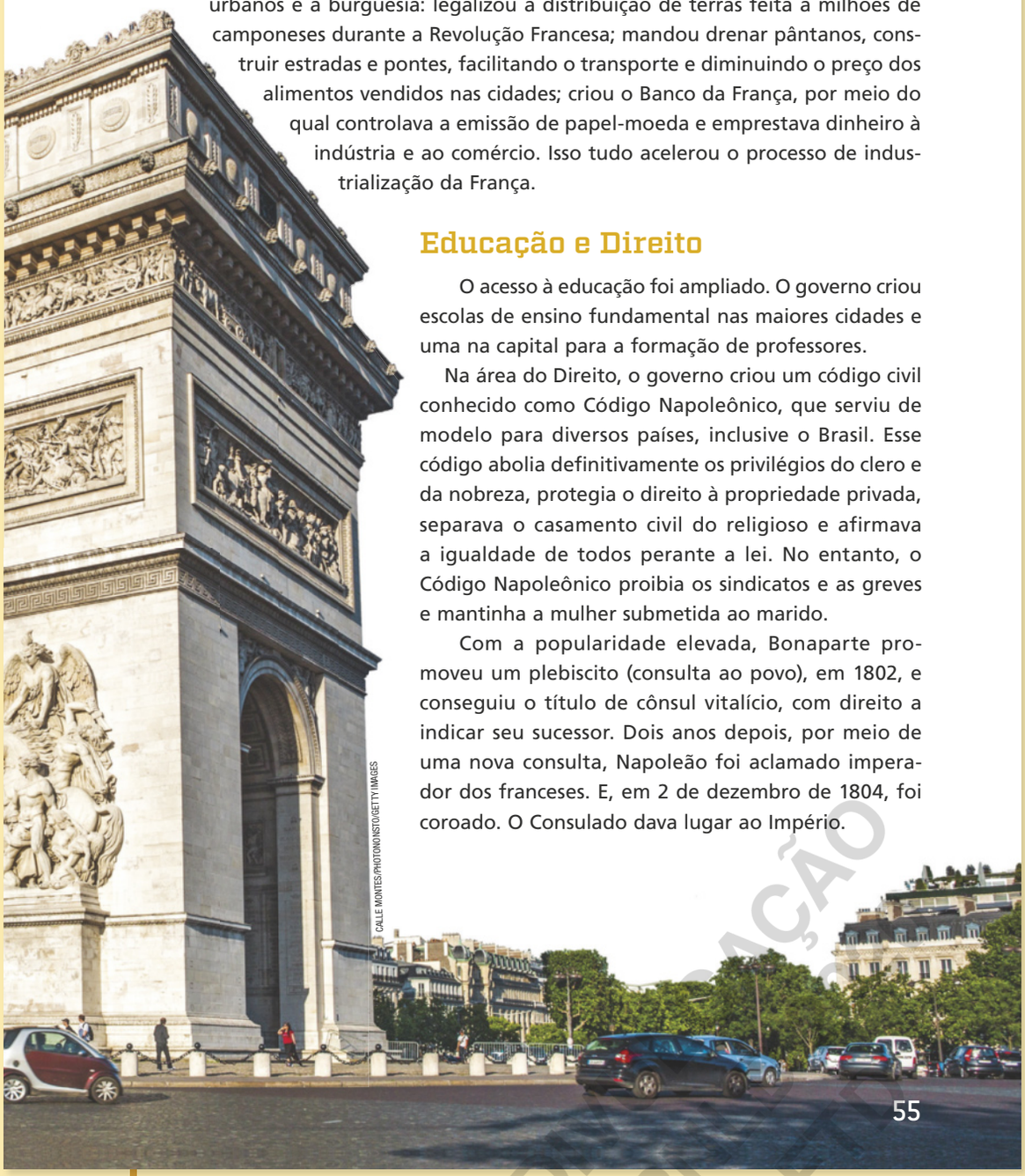
Ao mesmo tempo, Bonaparte adotou uma série de medidas que melhoraram a economia francesa, favorecendo os camponeses, os trabalhadores urbanos e a burguesia: legalizou a distribuição de terras feita a milhões de camponeses durante a Revolução Francesa; mandou drenar pântanos, construir estradas e pontes, facilitando o transporte e diminuindo o preço dos alimentos vendidos nas cidades; criou o Banco da França, por meio do qual controlava a emissão de papel-moeda e emprestava dinheiro à indústria e ao comércio. Isso tudo acelerou o processo de industrialização da França.

Educação e Direito

O acesso à educação foi ampliado. O governo criou escolas de ensino fundamental nas maiores cidades e uma na capital para a formação de professores.

Na área do Direito, o governo criou um código civil conhecido como Código Napoleônico, que serviu de modelo para diversos países, inclusive o Brasil. Esse código abolia definitivamente os privilégios do clero e da nobreza, protegia o direito à propriedade privada, separava o casamento civil do religioso e afirmava a igualdade de todos perante a lei. No entanto, o Código Napoleônico proibia os sindicatos e as greves e mantinha a mulher submetida ao marido.

Com a popularidade elevada, Bonaparte promoveu um plebiscito (consulta ao povo), em 1802, e conseguiu o título de cônsul vitalício, com direito a indicar seu sucessor. Dois anos depois, por meio de uma nova consulta, Napoleão foi aclamado imperador dos franceses. E, em 2 de dezembro de 1804, foi coroado. O Consulado dava lugar ao Império.



CALLE MONTES/PHOTONONSTOP/GETTY IMAGES

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

ENCAMINHAMENTO

• O estudo desta página visa chamar a atenção para o fato de que Napoleão Bonaparte tornou-se, de fato, um ícone da cultura ocidental. Conforme o historiador Eric J. Hobsbawm:

> [...] seu retrato é o que a maioria das pessoas razoavelmente instruídas, mesmo hoje, reconheceria mais prontamente numa galeria de personagens da história, ainda que somente pela tripla marca registrada do tamanho pequeno, do cabelo escovado para frente sobre a testa e da mão enfiada no colete entreaberto. [...]
>
> HOBSBAWM, Eric J. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 53. (Coleção Leitura).

• Esclarecer que, no comando do Estado francês, Napoleão fortaleceu a economia, aumentando sua popularidade e poder; criou uma nova moeda, o franco; e fundou o Banco da França, por meio do qual controlava a inflação e fazia empréstimos à indústria e ao comércio. Além disso, construiu estradas e pontes para facilitar o transporte de mercadorias no país. Essas medidas contribuíram para fortalecer o capitalismo francês.

• Destacar que, por meio da imprensa e da educação, Napoleão procurou conferir legitimidade ao seu governo; a propaganda napoleônica que estimulava o culto ao imperador invadiu as salas de aulas e os jornais.

• Salientar que, na área da educação, incentivou a escola primária gratuita e obrigatória, criou ginásios e liceus nas grandes cidades e um centro de formação de professores em Paris. Além disso, promoveu a criação de uma universidade, subordinada ao Estado, que coordenava as faculdades destinadas a formar quadros técnicos e políticos.

• Comentar que, no tocante à política religiosa, apesar de anticlerical, Napoleão soube conquistar o apoio das igrejas conforme convinha aos seus interesses políticos. A Concordata, assinada com a Igreja Católica em 1801, é exemplo disso. Outro exemplo, raras vezes lembrado, é que Napoleão empenhou-se em conquistar também o apoio de pastores luteranos e calvinistas. Afinal, a presença do protestantismo na França era bastante significativa, não devendo ser subestimada. Tal política ajuda a explicar a enorme popularidade de Napoleão durante o tempo em que esteve no poder.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: A INSTITUIÇÃO escola na sociedade dividida em classes: uma construção histórica. Disponível em: <http://livro.pro/odvegx>. Acesso em: 17 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• CONSTRUINDO um império: Napoleão. Duração: 43min57s. Disponível em: <http://livro.pro/um3jby>. Acesso em: 17 set. 2018.

O vídeo mostra o legado deixado por Napoleão Bonaparte através de suas lutas e conquistas.

• SOB O DOMÍNIO de Napoleão. Parte 1. Duração: 52min41s. Disponível em: <http://livro.pro/mu9cns>. Acesso em: 17 set. 2018.

Documentário sobre a ascensão e a história político-militar de Napoleão Bonaparte.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Antes de se coroar imperador, Napoleão era visto por Beethoven como um herói; depois passou a ser visto como um homem comum que viria a ser um tirano.

b) Ele se referia aos direitos contidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: QUANDO Napoleão virou música. Disponível em: <http://livro.pro/mz3io5>. Acesso em: 17 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• BEETHOVEN *symphony* nº 3: Napoleon Bonaparte. Duração: 10min49s. Disponível em: <http://livro.pro/gimnqa>. Acesso em: 17 set. 2018.

Vídeo com cenas da minissérie **Napoleão** (2002) ao som da 3ª sinfonia de Beethoven (*Eroica*).

Texto de apoio

[...]

Para Beethoven, o ideal romântico da redenção e libertação pela arte foi uma constante. Também partilhava da visão de Goethe, que vislumbrava em Napoleão Bonaparte o 'Prometeu moderno', herói destemido e insubmisso do Iluminismo, que traz a liberdade e o progresso aos homens. Beethoven usará o último tema deste balé no quarto movimento de sua Sinfonia nº 3 (*Eroica*), dedicada inicialmente a Napoleão. Quando Napoleão fez-se imperador, esta mítica é frustrada, e Beethoven rabisca sua dedicatória.

Assim vivia o grande compositor, entre o ódio pela nobreza e a busca da liberdade. Em Viena, Beethoven foi primeiramente celebrado como pianista, para depois revelar-se um grande compositor, passando então a aceitar benefícios de seus patronos para se dedicar somente à composição. Estes mesmos nobres eram menosprezados pelo gênio indomável. Buscando a independência, Beethoven faz seu primeiro concerto em benefício próprio, em abril de 1800. O programa, que incluía uma sinfonia de Mozart e trechos de "A Criação" de Haydn, apresentou sua Sinfonia nº 1 em dó maior, dedicada ao Barão Gottfried van Swieten. Beethoven tinha 30 anos.

PARA REFLETIR

Beethoven e Napoleão

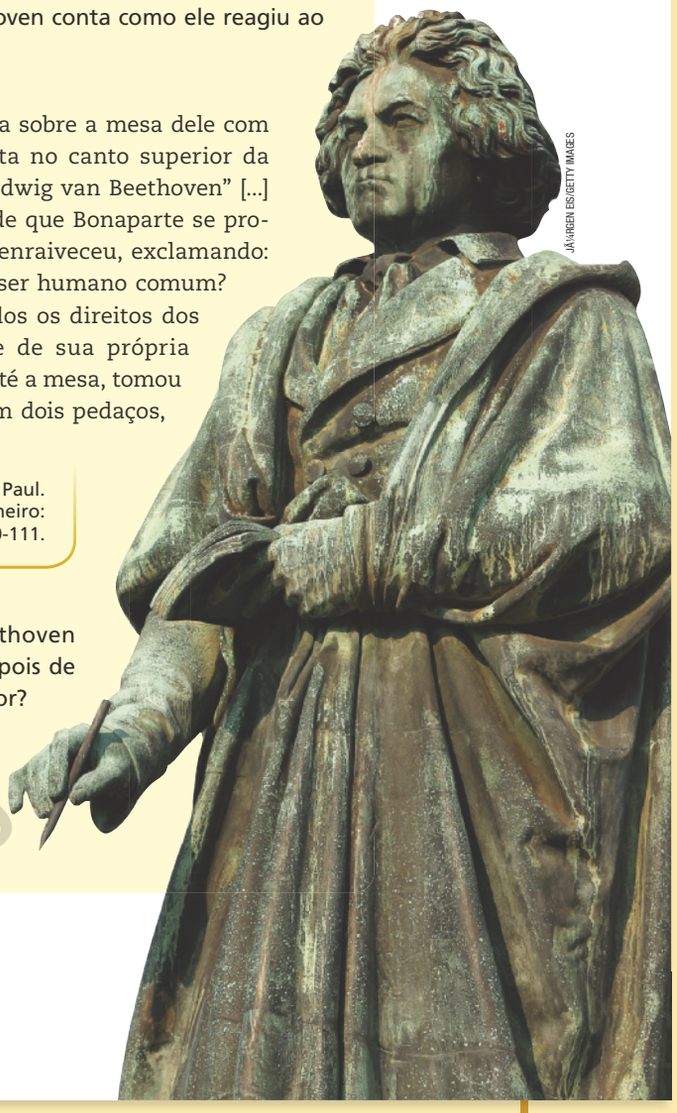
Ludwig van Beethoven (1770-1820) foi um dos maiores compositores e músicos de todos os tempos. Conta-se que ele escreveu uma de suas principais obras – a Sinfonia nº 3, em Mi Bemol Maior – em homenagem a Napoleão, visto por ele como o homem que melhor representava os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade herdados da Revolução Francesa.

Mas Beethoven não esperava que Napoleão se autocoroaria imperador. Um amigo de Beethoven conta como ele reagiu ao fato:

> Vi... uma cópia da música sobre a mesa dele com a palavra "Bonaparte" escrita no canto superior da página [...], e, no inferior, "Ludwig van Beethoven" [...] fui o primeiro a informá-lo de que Bonaparte se proclamara imperador, e ele se enraiveceu, exclamando: "Então ele não passa de um ser humano comum? Agora também pisoteará todos os direitos dos homens e cuidará somente de sua própria ambição. [...]". Beethoven foi até a mesa, tomou a página inicial e rasgou-a em dois pedaços, atirando-a ao chão.
>
> JOHNSON, Paul. **Napoleão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 110-111.

a) Qual era a visão de Beethoven sobre Napoleão antes e depois de ele ter se coroado imperador?

b) A que direitos se referia Beethoven quando disse "todos os direitos dos homens"?



Monumento a Beethoven, na Alemanha. Fotografia de 2014.

JÁVAREN ESS/GETTY IMAGES

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O Concerto para piano nº 3 foi composto provavelmente na mesma época, mas o manuscrito traz a indicação '1803', data da revisão na parte solista e da estreia da obra. Por ironia ou formalidade, outra dedicatória nobiliária: ao Príncipe Louis Ferdinand, da Prússia.

RODRIGUES, Roberto. Programa temporada 2008. Homenagem a Ludwig van Beethoven. **Orquestra de Câmara da ECA/USP**, 17 out. 2008. Disponível em: <http://www.ocam.usp.br/2008/10/17/homenagem-a-ludwig-van-beethoven/>. Acesso em: 17 set. 2018.

O Império

A trajetória do imperador Napoleão Bonaparte foi marcada desde o início pelas guerras, que visavam à expansão do domínio francês.

O expansionismo militar

A Inglaterra, a maior potência industrial da época, temia o poder econômico da França. Com seu desenvolvimento industrial, a França logo seria um concorrente forte no mercado europeu. Além disso, a cada vitória o exército comandado por Napoleão anexava novas terras na Europa. Isso significava mais mercados para seus produtos, o que ameaçava diretamente a Inglaterra.

DIALOGANDO

Observe a imagem com atenção e responda:

a) Quem são os personagens representados?
b) O que estão fazendo?
c) O que o artista está criticando?

1804. COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: HULTON DEUTSCH COLLECTION/CORBIS/GETTY IMAGES

Em 1805, a marinha francesa tentou invadir a Inglaterra, mas foi vencida pela esquadra inglesa do almirante Nelson, na Batalha de Trafalgar. Em compensação, por terra, o exército de Napoleão venceu inimigos mais numerosos e mais bem armados. Em menos de dois anos, a contar de 1805, derrotou a Áustria, a Rússia e a Prússia, que haviam se aliado à Inglaterra.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

• Esclarecer que o expansionismo, um traço do Império Napoleônico, aparece geralmente associado à ideia de sucesso e poder. No entanto, ele significou riqueza e glória para poucos e perdas materiais e humanas enormes para muitos, o que estimulou forte oposição ao Império Napoleônico no exterior e na França.

• Destacar que o expansionismo bonapartista se fez por meio de guerras consecutivas. No mais das vezes, essas guerras tinham, de um lado, a França de Napoleão e, de outro, a Grã-Bretanha e três importantes países absolutistas (a Prússia, a Áustria e a Rússia).

• Salientar que os Estados absolutistas europeus temiam a propagação das ideias revolucionárias francesas em seus territórios; já a Grã-Bretanha, maior potência naval e industrial daquela época, temia a concorrência da França no mercado europeu. As duas nações capitalistas buscavam ampliar territórios e mercados na Europa e em outros continentes. Isso ajuda a explicar a participação da Grã-Bretanha em quase todas as coligações contra a França.

• Informar que as guerras napoleônicas vitimaram principalmente as famílias pobres, que perderam muitos de seus filhos nos campos de batalha. Essas perdas diminuíram a aprovação ao seu governo, levando-o a intensificar a censura aos meios de comunicação.

• Aprofundar o assunto acessando os textos: O NINHO da águia. Napoleão e sua política de lugares: Paris como centro do mundo. Disponível em: <http://livro.pro/9drv2v>; e NAPOLEÃO e a expansão da revolução. Disponível em: <http://livro.pro/gundof>. Acessos em: 17 set. 2018.

Dialogando

a) O primeiro-ministro inglês William Pitt e o líder francês Napoleão Bonaparte.
b) Eles estão dividindo o mundo entre si. Note que Napoleão quer para si a Europa.
c) O artista está ironizando as ambições desmedidas dos dois líderes, por isso a legenda: "O grande globo e tudo que há nele são muito pequenos para satisfazer tão insaciáveis apetites".

IMAGENS EM MOVIMENTO

• LEANDRO Karnal conta história de Napoleão Bonaparte. Duração: 2min21s. Disponível em: <http://livro.pro/wbrhor>. Acesso em: 17 set. 2018.

A história de Napoleão Bonaparte narrada pelo historiador Leandro Karnal.

• CAVALO empalhado de Napoleão Bonaparte é atração de museu em Paris! Duração: 5min10s. Disponível em: <http://livro.pro/qwqu9s>. Acesso em: 17 set. 2018.

Uma viagem no tempo no museu de Paris, com peças do exército da época de Napoleão Bonaparte.

ENCAMINHAMENTO

- Salientar que no exterior os povos reagiam à dominação francesa pegando em armas e erguendo a bandeira do liberalismo e do nacionalismo contra o "estrangeiro", o "invasor".

Mas como vencer a Inglaterra, que, sendo uma ilha, só podia ser atacada por mar? Como vencer por mar a "Rainha dos Mares"?

O plano de Napoleão foi decretar que nenhum país europeu poderia mais comerciar com a Inglaterra ou receber navios ingleses em seus portos. Com esse decreto, conhecido como Bloqueio Continental (1806), Napoleão pretendia arruinar a economia da Inglaterra e, em seguida, conquistá-la.

Inicialmente o plano parecia ter dado certo, mas logo se soube que os produtos ingleses continuavam entrando na Europa por diversos pontos, inclusive por Portugal.

Diante disso, Napoleão ordenou a seus soldados que invadissem Portugal. O príncipe D. João realizou, então, um antigo plano português: transferir a corte portuguesa para o Brasil.

Enquanto isso, os espanhóis lutavam para expulsar as forças napoleônicas de seu território que, à época, era governado pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte.

Apesar da resistência dos povos dominados, seguiram-se várias conquistas do exército francês, e, por volta de 1812, o Império Napoleônico atingiu sua máxima extensão. Observe o mapa.

A Europa napoleônica e o Bloqueio Continental (1812)

Fonte: LEONE, Alba Rosa. **Orientarsi nella storia**. Milão: RCS Libri & Grandi Opere SpA, 1995.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O Bloqueio Continental

Nos primeiros anos do século XIX grande parte da Europa estava sob o domínio de Napoleão Bonaparte, que se tornara imperador francês, em 1804. O único obstáculo à consolidação de seu Império na Europa era a Inglaterra, que, favorecida por sua posição insular, por seu poderio econômico e por sua supremacia naval, não conseguiria conquistar. Para tentar dominá-la, Napoleão usou a estratégia do Bloqueio Continental, ou seja, decretou o fechamento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês. Pretendia, dessa forma, enfraquecer a economia inglesa, que monopolizava o mercado consumidor europeu com seus produtos manufaturados. Com essa medida, Napoleão buscava garantir mercados consumidores para as manufaturas francesas.

[...]

Um grande problema para os planos expansionistas de Napoleão era a posição dúbia do Governo de Portugal, que relutava em aderir ao Bloqueio Continental devido à sua aliança com a Inglaterra, da qual era extremamente dependente. O príncipe D. João, que assumira a regência em 1792, devido ao enlouquecimento de sua mãe, a rainha D. Maria I, estava indeciso quanto à alternativa menos danosa para a Monarquia portuguesa.

[...]

Muitos dos letrados do reino reconheciam que a importância de Portugal no cenário internacional devia-se à sua rica Colônia americana, e a viam como sua tábua de salvação. Para os que defendiam essa ideia, o ideal seria a implantação, no Brasil, de um Império luso-americano. [...]

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. **O Bloqueio Continental**. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/bloqueio_continental.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

Reações ao militarismo bonapartista

Dentro da França, Napoleão Bonaparte era duramente criticado. Dizia-se que as guerras napoleônicas tinham matado milhares de franceses, que ele havia sufocado o ideal de liberdade da Revolução Francesa introduzindo a censura prévia a jornais, revistas e livros, e que fazia de tudo para se autopromover.

Fora da França, os povos dominados pelo império francês reagiam aos conquistadores. Na Espanha, a reação popular foi tão intensa que Napoleão foi obrigado a ceder o trono ocupado por José Bonaparte para a família real espanhola.

Além disso, o Bloqueio Continental não surtiu o efeito desejado. Primeiro, porque os ingleses continuavam conseguindo vender seus produtos industrializados na Europa e na América. Segundo, porque nações agrárias, como a Rússia, vinham tendo prejuízos enormes por não poder vender seus estoques de trigo e madeira para os ingleses, como faziam antes. Por essa razão, a Rússia rompeu o bloqueio no final de 1810 e voltou a negociar abertamente com a Inglaterra.

Na pintura abaixo, criada por Alexandre Veron Bellecourt em 1809, vê-se Bonaparte visitando uma enfermaria onde ficavam os soldados inválidos, uma forma de valorizar sua imagem junto à opinião pública.

CASTELO DE VERSALHES, FRANÇA. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

O uso de símbolos por Napoleão

[...]

A denominação do reinado de Napoleão [...] não pode passar despercebida. Ao adotar a palavra "Império", em referência direta ao modelo romano, além de ilustrar seus planos de hegemonia na Europa, Bonaparte também fazia crer que o restabelecimento monárquico que ele promovia não era uma continuidade, mas uma ruptura. Utilizar o *status* de Imperador também servia como justificativa tanto para a prerrogativa por ele pleiteada de sagração pelo papa, quanto para a condição jurídica superior de que pretendia gozar perante os demais monarcas que, enquanto reis e príncipes, seriam assim considerados seus subordinados, assim como o próprio papa. [...]

É interessante lembrarmos que, em 1804, Napoleão elegeria a águia como símbolo de seu poder, colocando-a como um dos principais elementos da cultura visual de seu império. De fato, a águia imperial romana já havia sido retomada em proveito da figuração política do Sacro Império Romano-Germânico no século X. A opção por esse animal, há muito consagrado no imaginário popular como emblema do poder, da força imperial, espécie de símbolo neorromano, além de afirmar a preeminência imperial de Napoleão, ao jogar com uma forte referência cultural – a ideia universal de dominação –, também trazia a ideia de belicosidade. A águia igualmente poderia simbolizar, de algum modo, a condição de *self-made man* ostentada pelo próprio Napoleão, que nela encontrou um signo de distinção para sua ascensão política pessoal. Basta considerarmos como ela sugere velocidade, velocidade esta que auxilia na perseguição, no agarramento, levando à captura da presa (e quem possui o controle da situação exerce o poder), opondo-se em termos de ação à posição estática do galo, símbolo da monarquia francesa. Assim, nas armas de Napoleão I, a águia seria representada de perfil e com as asas abertas, agarrando um feixe de raios (alusão à sua função guerreira), estendida sobre um campo em torno do qual se vê a condecoração da Legião de Honra.

STOIANI, Raquel; GARRAFFONI, Renata Senna. Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 6, p. 73-74, dez. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%206%20-%20artigo%206.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que o militarismo bonapartista provocou forte oposição dentro da França e intensa resistência armada no exterior.
- Comentar que, na França, o governo era fortemente criticado pelo uso da educação para a autopromoção do imperador (em cada sala de aula de toda a França havia um grande retrato de Napoleão, e os alunos eram doutrinados para enaltecer seus feitos).

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que, diante do rompimento do Bloqueio Continental por parte da Rússia, Bonaparte a invadiu em 1812, com um exército composto de mais de 600 mil soldados, 180 mil cavalos e centenas de canhões.
- Explicar que, diante do avanço dos franceses, os russos adotaram a tática da "terra arrasada": evitavam o confronto, recuando cada vez mais, e, ao mesmo tempo, destruíam as lavouras e tudo o que pudesse ser útil ao inimigo. Visando conseguir suprimentos, Napoleão rumou com seus homens para Moscou, onde esperava se reabastecer. Mas, para sua surpresa, encontrou as casas vazias e a cidade em chamas. Os próprios moscovitas as haviam incendiado. Um mês depois, o rigorosíssimo inverno russo chegou, obrigando o exército francês a bater em retirada, com seus efetivos drasticamente reduzidos por fadiga, doença, fome e deserção.
- Elucidar que a derrota na Rússia quebrou o mito da invencibilidade napoleônica e estimulou a organização de uma nova coligação, formada por Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria. O gigantesco exército dessa coligação venceu as forças de Napoleão na **Batalha das Nações**, em Leipzig, em outubro de 1813, e, no ano seguinte, invadiu e ocupou Paris, o coração do Império Francês.
- Destacar que Napoleão teve de abrir mão do trono, ocupado agora por Luís XVIII, mas ganhou plenos poderes sobre a pequena ilha de Elba, na costa da Península Itálica, para onde foi exilado.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ILHA DA Itália relembra os 200 anos da chegada de Napoleão Bonaparte para cumprir o exílio na ilha de Elba. Duração: 1min53s. Disponível em: <http://livro.pro/pfrw79>. Acesso em: 17 set. 2018.

Reportagem sobre o local onde Napoleão Bonaparte foi exilado, em 1814.

Napoleão respondeu a essa desobediência invadindo a Rússia em 1812, com um poderoso exército formado por 600 mil soldados e 180 mil cavalos. Mas a resistência do povo russo e o rigoroso inverno local acabaram vencendo o general francês. Dos 600 mil soldados que partiram para a Rússia, somente 30 mil retornaram aos seus lares na França. O mito da invencibilidade napoleônica havia sido quebrado.

MUSÉE D'ORSAY, PARIS.

Pintura de Jean-Louis Ernest Meissonier mostrando a retirada das tropas napoleônicas da Rússia.

A derrota na Rússia encorajou os tradicionais adversários da França a se unirem uma vez mais. Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia formaram um gigantesco exército, que, depois de vencer os franceses, invadiu a França e ocupou a capital, Paris, em 1814. Napoleão foi enviado para a ilha de Elba, no mar Mediterrâneo, com mil soldados sob suas ordens. O trono francês foi ocupado por Luís XVIII, irmão de Luís XVI, o rei francês que fora guilhotinado na Revolução Francesa.

O governo dos Cem Dias

No início de 1815, Napoleão fugiu de Elba e, acompanhado de 800 homens, desembarcou na França, onde foi recebido como herói. Enquanto se dirigia a Paris com seus soldados, as tropas que o rei da França enviara para prendê-lo uniram-se a ele. O impopular rei Luís XVIII fugiu do país e Napoleão assumiu o seu lugar.

Napoleão, porém, governou apenas pouco mais de três meses. Os ingleses lideraram uma nova coligação militar com mais de 1 milhão de soldados e derrotaram definitivamente as forças de Bonaparte, na Batalha de Waterloo, em 1815. Preso por seus inimigos, Bonaparte foi mandado para Santa Helena, uma ilha minúscula localizada no Atlântico, onde permaneceu até a morte, em 1821.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O Congresso de Viena

As nações vencedoras – Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia – reuniram-se com a França monárquica no Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, para decidir os rumos da Europa. Ali reunidos, os representantes dessas nações decidiram adotar dois princípios: o princípio da legitimidade e a política de equilíbrio europeu.

O **princípio da legitimidade** dizia ser legítima a volta ao poder das famílias que reinavam antes de 1789. Por esse princípio, as dinastias reinantes só eram consideradas legítimas se já ocupassem o trono antes da Revolução Francesa. Com isso, Luís XVIII, da dinastia de Bourbon, voltou a ocupar o trono da França.

Já a **política de equilíbrio europeu**, formulada pelo príncipe Metternich, da Áustria, defendia o equilíbrio entre as grandes potências dizendo ser necessário evitar a opressão de uma sobre as outras, como aconteceu na época de Napoleão. Para isso, Metternich propôs compensar as grandes potências pelos prejuízos sofridos por elas nas guerras napoleônicas.

MUSEU CARNAVALET, PARIS. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

A gravura de 1815 ilustra os protagonistas do Congresso de Viena. Note que os imperadores da Áustria e da Rússia e o rei da Prússia dançam com desenvoltura; já o representante da França (à esquerda) se vê obrigado a dançar no ritmo dos vencedores. A França perdeu os territórios conquistados por Napoleão, e voltou a ter o que tinha em 1789; além disso, teve de pagar 700 milhões de francos para as grandes potências.

Os novos senhores da Europa – Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia – realizaram uma nova divisão do mapa europeu. Essa divisão os beneficiava, mas não respeitava os interesses dos povos das regiões divididas. Os territórios dos povos alemães que formavam a Confederação Germânica, por exemplo, foram repartidos entre o Império Austríaco e o Reino da Prússia.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que os principais vencedores das guerras napoleônicas – Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia – reuniram-se no **Congresso de Viena**, entre 1814 e 1815, com o objetivo de restaurar a velha ordem (que privilegiava a nobreza e o clero).
- Destacar que uma das decisões do Congresso de Viena foi a adoção do **princípio da legitimidade**, que defendia ser legítima a volta ao poder das famílias que governavam os Estados europeus antes da expansão napoleônica. Assim, as famílias reais destituídas foram recolocadas no trono na França, na Espanha, em Portugal e em vários Estados da Confederação.
- Frisar que uma figura central no Congresso de Viena foi o príncipe Metternich, da Áustria, que defendia a necessidade de se manter o **equilíbrio europeu**, a fim de que nenhum Estado sobrepujasse o outro, como ocorrera durante a expansão napoleônica. Esclarecer que, para manter o equilíbrio de forças entre as grandes potências, o príncipe propunha compensar de forma equitativa as grandes potências pelos prejuízos sofridos nas guerras napoleônicas (**princípio das compensações**).
- Aprofundar o assunto acessando o texto: CONGRESSO de Viena: a primeira declaração internacional sobre a abolição do tráfico de escravos. Disponível em: <http://livro.pro/dxhwpk>. Acesso em: 17 set. 2018.

Texto de apoio

O Congresso de Viena

Reunindo na capital austríaca entre 1814 e 1815 os representantes de todos os países envolvidos nas guerras dos últimos anos, o Congresso de Viena redesenhou o mapa europeu e até mundial depois da derrota do império bonapartista. O espírito conservador predominou no Congresso: combate aos movimentos revolucionários e nacionalistas, defesa dos direitos legítimos das casas reais e união das monarquias europeias. E orientou suas principais decisões: retorno às fronteiras existentes em 1792, criação da Confederação Germânica (Estados alemães e Áustria), autonomia da Polônia e dos Países Baixos, devolução dos territórios coloniais ocupados a suas respectivas metrópoles. No final, Áustria, Rússia e Prússia criaram a Santa Aliança, uma liga político-militar para fazer frente a novas revoluções.

O período que se seguiu ao Congresso de Viena é chamado de Restauração. Parecia que o Antigo Regime havia recuperado força e prestígio, junto com os reis e os nobres que voltavam a seus tronos e palácios. Mas seria por pouco tempo. Já em 1830, e mais intensamente em 1848, o povo estava de novo nas ruas das capitais europeias exigindo liberdade, igualdade e o fim de todo tipo de privilégio social e político. Renasciam nesse movimento os ideais de 1789, que as guerras napoleônicas tinham, sem dúvida, ajudado a aprofundar e universalizar.

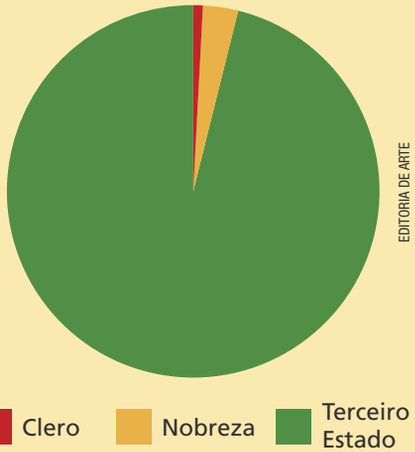
TEIXEIRA, Francisco M. P. **As guerras napoleônicas**. São Paulo: Ática, 1996. p. 36.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa D. **Justificativa**: Não foi isso o que aconteceu; os membros do Terceiro Estado lançaram uma campanha em favor da votação por cabeça, isto é, por pessoa, e não por estado.
2. **a)** clero (1%); nobreza (3%); Terceiro estado (96%).

b)

População francesa às vésperas da Revolução



EDITORIA DE ARTE

c) Resposta pessoal. **Professor**: espera-se que o aluno perceba que os membros do Terceiro Estado produziam riquezas e eram obrigados a pagar quase todos os impostos, ou seja, não possuíam qualquer privilégio. Já o Primeiro e o Segundo Estados não produziam riquezas, eram isentos de impostos, ocupavam altos cargos e recebiam ricas pensões.

+ATIVIDADES

- **Em grupo**. Trabalho com o título: "A Revolução Francesa". Cada grupo deverá se dedicar a explicar uma fase da Revolução Francesa por meio de imagens e textos.

Grupo I – A França pré-revolucionária.

Grupo II – Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791).

Grupo III – Monarquia Constitucional (1791-1792).

Grupo IV – Convenção Nacional (1792-1794).

Grupo V – Diretório (1795-1799).

Grupo VI – Impacto e significado da Revolução Francesa no mundo atual.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.

a) Gastando mais do que arrecadava, o governo de Luís XVI precisava cada vez mais de dinheiro para equilibrar suas contas. E, ao mesmo tempo, a fome e o desemprego aumentavam a insatisfação dos franceses com o Antigo Regime.

b) Diante da grave situação que a França vivia em 1789, o rei convocou a Assembleia dos Estados Gerais. Composta de representantes dos três estados (clero, nobreza e Terceiro Estado), essa assembleia não era consultada há 175 anos.

c) Na Assembleia dos Estados Gerais, cada estado tinha direito a um voto. Portanto, clero e nobreza reunidos tinham dois votos contra apenas um do Terceiro Estado. Por isso, o clero e a nobreza estavam certos de que teriam o controle da situação.

d) Reagindo aos acontecimentos, os membros do Terceiro Estado lançaram uma campanha em favor da votação por estado, e não por cabeça, isto é, por pessoa.

e) Em maio de 1789, a Assembleia dos Estados Gerais reuniu-se para debater a situação do país.

2. Com base na tabela a seguir:

População francesa às vésperas da Revolução	
Clero	280 mil
Nobreza	840 mil
Terceiro Estado	26 milhões e 880 mil
Total	28 milhões

a) Transforme os dados em porcentagens.

b) Transforme as porcentagens obtidas na questão anterior em um gráfico em forma de *pizza*.

c) A partir dos dados obtidos, demonstre a desigualdade existente naquela sociedade.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

3. O texto a seguir é de um autor anônimo da época da Revolução Francesa. Descubra a quem o texto se refere.

> É um ser que só anda a pé, que absolutamente não tem milhões, como todos vós quereis ter, nenhum castelo, nenhum criado para servi-lo, e que mora com sua mulher e seus filhos, quando os tem, num quarto ou quinto andares. Ele é útil porque [...] sabe forjar, serrar, polir, fazer telhados, sapatos e derramar até a última gota de sangue para salvar a República.
>
> ANÔNIMO apud OSTERMANN, Nilse Wink; KUNZE, Iole Carretta. **Às armas, cidadãos!** A França revolucionária (1789-1799). São Paulo: Atual, 1995. p. 69.

4. Leia o texto com atenção.

> **Bloqueio Continental: 1806-1807**
>
> [...] temos decretado e decretamos o que segue:
>
> Artigo 1º As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.
>
> Artigo 2º Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditados [...]
>
> Artigo 4º Qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa. [...]
>
> BONAPARTE, Napoleão. **O decreto de Berlim**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/bloq_cont.pdf>.Acesso em: 28 maio 2018.

a) Quem é o responsável pelo texto e que posição ele ocupava na época?

b) Resuma com suas palavras o conteúdo do documento.

c) Com que intenção Bonaparte decretou o Bloqueio Continental?

d) O bloqueio econômico é uma estratégia que continua sendo usada hoje em dia? Exemplifique.

5. Em 1799, dez anos depois do início da Revolução Francesa, lia-se no jornal francês ***Le Moniteur*** o seguinte comentário:

> A França deseja qualquer coisa de grande e durável. [...] Deseja que seus representantes sejam conservadores pacíficos, e não inovadores turbulentos. Quer, enfim, colher o fruto de dez anos de sacrifícios.
>
> *JOURNAL Le Moniteur*, 1799 apud OSTERMANN, Nilse Wink; KUNZE, Iole Carretta. **Às armas, cidadãos!** A França revolucionária (1789-1799). São Paulo: Atual, 1995. p. 81.

- A qual grupo social essas ideias podem ser associadas?

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. O texto se refere aos populares dos subúrbios de Paris, pessoas com poucas posses que dominavam ofícios e que, na França da época, eram chamadas de *sans-culottes*.
4. a) O responsável pelo texto é Napoleão, então imperador da França.
   b) Proibia os países europeus de comerciar com a Inglaterra ou receber navios ingleses em seus portos.
   c) Napoleão pretendia enfraquecer a Inglaterra para, em seguida, conquistá-la.
   d) Exemplo disso é o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba, que vigorou até o início de 2015.
5. Naquele momento histórico essas ideias podem ser associadas aos interesses da burguesia. **Professor**: sugerimos comentar que essas ideias facilitaram o golpe de Estado desfechado por Napoleão.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão

Entre os diferentes direitos expressos na Constituição, a liberdade de expressão constitui direito especialmente fundamental, pois sua garantia é essencial para a dignidade do indivíduo e, ao mesmo tempo, para a estrutura democrática de nosso Estado. Primeiramente, no âmbito da dignidade humana, é fácil intuir a necessidade de ser assegurada a liberdade de expressão: não há vida digna sem que o sujeito possa expressar seus desejos e convicções. [...]

No que respeita à democracia, a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas. [...]

[...]

Mais do que um direito, a liberdade de expressão pode ser entendida como um conjunto de direitos relacionados às liberdades de comunicação. Sendo diversas as formas de expressão humana, o direito de expressar-se livremente reúne diferentes "liberdades fundamentais que devem ser asseguradas conjuntamente para se garantir a liberdade de expressão no seu sentido total" [...]. Assim, na ordem jurídica contemporânea, a liberdade de expressão consiste, em sentido amplo, num conjunto de direitos relacionados às liberdades de comunicação, que compreende: a liberdade de expressão em sentido estrito (ou seja, de manifestação do pensamento ou de opinião), a liberdade de criação e de imprensa, bem como o direito de informação.

TÔRRES, Fernanda Carolina. O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50, n. 200, p. 61-62, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p61.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

6. **Economia**: confirmou e legalizou a distribuição de terras feita a milhões de camponeses durante a Revolução Francesa; mandou drenar pântanos, construir estradas e pontes, facilitando o transporte e diminuindo o preço dos alimentos vendidos nas cidades; criou o Banco da França, por meio do qual controlava a emissão de papel-moeda, evitava a inflação, emprestava dinheiro à indústria e ao comércio.
Educação: escolas de Ensino Fundamental; escola para formação de professores em Paris.
Direito: Código Civil Napoleônico, o qual serviu de modelo para diversos países, inclusive para o Brasil.

7. a) Napoleão Bonaparte decretou o **Bloqueio Continental**, em 1806, segundo o qual nenhum país europeu poderia mais comerciar com a Inglaterra ou receber navios ingleses em seus portos.
b) Napoleão pretendia enfraquecer a economia da Inglaterra e, em seguida, conquistá-la.
c) Inicialmente o plano parecia ter dado certo, mas logo se soube que os produtos ingleses continuavam entrando na Europa por diversos pontos, inclusive por Portugal.

Leitura de imagem

a) Um camponês, um membro do clero e um nobre.
b) A pessoa montada é um camponês; já o que está servindo de cavalinho é um nobre.
c) Comemora-se o fim da servidão na França; o camponês, que por tanto tempo foi "cavalgado", é agora o que "cavalga".
d) "Nossa vez" pode ser traduzido por "a vez do campesinato".
e) Resposta pessoal. **Professor**: comentar que esta imagem é um registro raro e ilustra uma história do processo revolucionário, a partir da ótica das camadas populares.

6. Monte uma ficha com as realizações do governo de Napoleão durante o Consulado nas áreas de economia, educação e direito.

7. Sobre a rivalidade entre a França e a Inglaterra no início do século XIX, responda:
   a) Como Napoleão reagiu à Inglaterra, ao ser derrotado pelos ingleses em 1805?
   b) O que ele pretendia com isso?
   c) Esse plano deu certo?

II Leitura e escrita em História

a. Leitura de imagem

Observe a posição de cada indivíduo na cena e responda:

1789. MUSEU CARNAVALET, PARIS. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

a) Quem são os indivíduos representados?
b) Quem está servindo de "cavalinho" e quem está montado?
c) O que está sendo comemorado?
d) Qual o significado da "nossa vez" na legenda?
e) Com base no que você estudou, relacione a imagem ao processo da Revolução Francesa.

Na legenda da imagem está escrito: "Eu sabia muito bem que chegaria a nossa vez".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- REVOLUÇÃO Francesa. Duração: 7min18s. Disponível em: <http://livro.pro/yz5g9p>. Acesso em: 17 set. 2018.
Uma revisão para melhor compreender o significado da Revolução Francesa.
- A HISTÓRIA animada da França. Duração: 4min58s. Disponível em: <http://livro.pro/6yykef>. Acesso em: 17 set. 2018.
Animação sobre a história da França.

64

b. Leitura e escrita de textos

VOZES DO PRESENTE

Nem tão livres, nem tão iguais

"Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos". O Artigo Primeiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão cairia bem em qualquer discurso da classe política atual. Mas foi escrito há mais de dois séculos pelos revolucionários franceses de 1789. E, naquela época, os conceitos de liberdade e igualdade não eram compreendidos da mesma forma que hoje.

[...] Em seu monumental tratado **Do espírito das leis** (1748), o Barão de Montesquieu [...] explica que, numa sociedade regida por leis, ser livre não significa fazer tudo o que poderíamos desejar. [...] Ou seja, ser "livre" diz respeito não apenas à vontade, mas também ao dever. O arbítrio – isto é, a decisão sobre o que deve ser feito – jamais se manifesta fora da alçada do direito. Em sua definição lapidar: "A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem".

[...] Na França do Iluminismo, o que está em questão é o estatuto político e social do homem, cuja existência depende das relações estabelecidas com os outros homens. Ser livre, nesse sentido, é ser livre relativamente aos outros, de acordo com as leis da sociedade. Ideia que permanece na sabedoria popular: "Minha liberdade termina onde começa a do outro". Eis uma noção elementar de justiça.

KAWAUCHE, Thomaz M. Nem tão livres, nem tão iguais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 104, p. 30-31, maio 2014.

1. Retome o texto. Segundo o Artigo 1º da Declaração: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos". Hoje essa afirmação:

a) é compreendida da mesma forma que na época da Revolução Francesa;

b) é compreendida de forma diferente do que era naquela época;

c) é muito menos importante do que foi no passado;

d) é muito mais importante do que foi na época.

2. No tratado **Do espírito das leis** (1748), o Barão de Montesquieu define que a "liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem". Essa é a característica de uma sociedade:

a) afastada do império das leis;

b) dominada por homens justos;

c) livre mas injusta;

d) regida por leis humanas.

3. "Minha liberdade termina onde começa a do outro." A partir da frase em destaque é possível concluir que no contexto do Iluminismo ser livre:

a) é ser dependente do outro;

b) é ser igual ao outro;

c) envolve o respeito ao outro;

d) é ser solidário ao outro.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS

1. Alternativa A.
2. Alternativa D
3. Alternativa B.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- DIREITOS humanos na educação: como abordar? Duração: 25min7s. Disponível em: <http://livro.pro/ykokeo>. Acesso em: 17 set. 2018.

Programa Conexão Futura, do Canal Futura, aborda o desafio enfrentado pelos educadores no ensino dos direitos humanos.

Texto de apoio

Liberdade e igualdade como direitos que se opõem ao Antigo Regime

Para os redatores da Declaração dos Direitos de 1789, a legalização da igualdade parece mesmo ser uma condição necessária do Estado de direito que eles querem instaurar. Colocada sob o signo da legalidade – que em breve será signo de constitucionalidade –, a igualdade dos direitos é saudada como portadora de uma estrutura objetiva de normatividade mesmo quando, reconhecida e declarada, ainda não é prescrita ou ordenada. Já que, no Estado, a lei, em sua ampla generalidade, deve emanar de todos e valer para todos, é claro que a igualdade dos direitos é fundamentada na razão: sua institucionalização é a sua racionalização. Mas essa racionalização precisa ter uma dimensão prática, ao mesmo tempo política e jurídica. Tornar os homens iguais em direitos significa politicamente proteger-lhes a liberdade de modo que ninguém possa conspurcá-la: o Antigo Regime está superado. Significa também e sobretudo, juridicamente, "civilizar" o direito natural, isto é, transformar o indivíduo em um cidadão cujos direitos e deveres são determinados, proclamados e garantidos pela lei: o humanismo jurídico é acima de tudo um civismo. Em consequência, o sujeito do direito não é simplesmente o indivíduo: é determinado, em dada situação concreta, pela norma jurídica. Resulta, portanto, de uma qualificação objetiva que o submete a uma regra de direito e faz dele um sujeito de direito.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os fundamentos da ordem jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 87-88.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Mulheres armadas marchando. A expressão delas é de revolta.
b) A imagem reforça e ilustra o texto.
c) A imagem representa a participação das mulheres no processo que conduziu à Revolução Francesa.
d) As mulheres reivindicavam o retorno do rei a Paris, pois a França passava por uma crise e faltava inclusive pão. As mulheres foram vitoriosas, pois o rei retornou à capital francesa, sendo obrigado a residir no Palácio das Tulherias.
e) Resposta pessoal.

Texto de apoio

As mulheres e os ideais revolucionários

As mulheres responsáveis pela alimentação dos filhos sentiam mais os efeitos da escassez de alimentos. Desesperadas, estiveram à frente das revoltadas populares, como coloca Catherine Marand-Fouquet [...]: "elas se tenham sempre encontrado à cabeça dos motins provocados pela carestia ou pela falta de pão. Seja qual for rebelião provocada pela fome, encontraremos sempre as mulheres na primeira linha". [...]

Em meados de 1789, as manifestações continuavam. Novamente a mulher se fez presente, em um motim que reivindicava o preço do pão, alimento básico dos franceses. Marand-Fouquet descreve esse episódio: "No dia 13 de setembro, em Versalhes houve um motim por causa do pão [...]. Nessas multidões em fúria que exigiam o pão, havia sempre mulheres." [...]. Nesse tipo de manifestação popular quem participava eram as mulheres do povo, trabalhadoras que desempenhavam diversas funções, como vendeiras, peixeiras etc.

No dia 5 de outubro, motivadas pela falta de pão e insultadas com o pisoteamento da cocarda (insígnia militar) tricolor, símbolo da revolução, um grupo de mais de 7 000 mulheres guiadas por Maillard, oficial da Guarda Nacional e herói da Bastilha, escolhido por elas para liderá-las, seguiram em direção a Versalhes com a missão de trazer de volta o rei a Paris, acreditando que ele iria resolver os problemas econômicos do pão. Foram catorze quilômetros sob a chuva que essas mulheres, armadas de lanças, machados, foices, puxando um canhão sem munição, seguidas por seus companheiros ou maridos, conseguiram conduzir de volta a Paris a Família Real, com a promessa de resolução dos problemas da crise do pão, que assolava a população. Alguns dias depois a Assembleia também se transferiu para Paris.

O direito às armas também esteve entre os anseios femininos. Em março de 1792, a cidadã Pauline de Léon, liderando um grupo de mulheres, leu aos parlamentares da Assembleia uma petição, que continha 315 assinaturas reivindicando o direito de poderem fazer parte da Guarda Nacional. [...]

Os deputados da Assembleia Nacional negaram o direito às armas a essas mulheres [...].

SCHMIDT, Joessane de Freitas. As mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, v. 9, n. 2, p. 14-15, 2012. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147/67>. Acesso em: 17 set. 2018.

c. Cruzando fontes

Fonte 1

SÉC. XVIII. MUSEU CARNAVALET, PARIS, FRANÇA. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Mulheres armadas indo a Versalhes, a 22 quilômetros de Paris, pressionar o rei.

Fonte 2

As mulheres na revolução

Em 5 de outubro de 1789, as mulheres se levantaram e foram ao mercado, como faziam todas as segundas-feiras, mas não encontraram pão. Decidiram ir à prefeitura para falar com o prefeito, mas ele não estava; decidiram, então, marchar armadas até o Palácio de Versalhes, a 22 km de Paris, e trazer o rei de volta para a capital francesa.

a) O que você vê na imagem?

b) A imagem reforça ou relativiza o texto?

c) A imagem está relacionada a que movimento?

d) Qual a reivindicação feita pelas mulheres? Qual o resultado obtido por elas?

e) As mulheres continuam participando de movimentos sociais da atualidade. Pesquise sobre um movimento social com intensa participação de mulheres e escreva um período sobre ele.

Indicação de *sites* para pesquisa:

- Brasileiras lutam pela igualdade de direitos. Disponível em: <http://livro.pro/3bcm2o>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- Participação feminina em movimentos sociais brasileiros. Disponível em: <http://livro.pro/gvwmov>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

III Integrando com Ciências

A misteriosa surdez de um gênio

Pobre Beethoven. Embora a genialidade do compositor tenha sido reconhecida muito cedo, sua personalidade sempre foi mal interpretada. A imagem que entrou para a posteridade é a de um senhor recluso e rabugento. Nada a ver, entretanto, com o rapaz de bem com a vida que ele demonstrava ser na juventude. A mudança de humor tem explicação: por volta dos 26 anos de idade, Beethoven começou ficar surdo.

[...]

Antes de perder completamente a audição, Beethoven recorreu a vários médicos [...]. Tudo em vão. [...] O compositor morreu, em 1827, sem que ninguém lhe apresentasse um tratamento eficiente, muito menos a cura. E a causa de seu infortúnio até hoje é motivo de controvérsia.

[...] o brasileiro Ricardo Bento, professor [...] da Faculdade de Medicina da USP, [...] acredita que ele sofria de otosclerose clássica – uma doença que leva à má-formação das estruturas internas dos ouvidos. "Ela é altamente incidente na Europa até hoje", afirma Bento, autor de um estudo intitulado A Surdez de Beethoven: O Desafio de um Gênio. [...].

LUCIRIO, Ivonete. 5 mortes misteriosas de grandes personalidades da história. **Superinteressante**, 31 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/5-mortes-misteriosas-de-grandes-personalidades-da-historia/>. Acesso em: 19 set. 2018.

Para o professor Ricardo Bento, Beethoven sofria de otosclerose clássica, uma das causas mais frequentes de perda auditiva. Sobre a otosclerose, pesquise e responda:

a) Quais são os sintomas da doença?

b) A otosclerose é uma doença genética. Pesquise e redija um pequeno texto explicando a diferença entre doença genética e doença hereditária.

c) Outros problemas podem levar à perda da audição, até chegar à surdez completa. Neste sentido, pesquise e cite três atitudes do dia a dia que podem prejudicar a audição de uma pessoa e levar à surdez.

Indicação de *sites* para pesquisa:

- O barulho e seus efeitos sobre a população. Disponível em: <http://livro.pro/2kvnbt>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- Cuidados para ter uma boa audição. Disponível em: <http://livro.pro/3caprt>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Os sintomas são: perda auditiva progressiva uni ou bilateral, os zumbidos e, mais raramente, as vertigens. A doença se manifesta sobretudo nos adultos jovens.

b) A doença genética deriva de uma modificação ou danificação do material genético – DNA. São exemplos de doenças genéticas: a otosclerose, alguns tipos de câncer (como o câncer de pele), anemia falciforme e hemofilia. Diversos são os fatores que podem levar a isso: radiação, infecção, má alimentação, estresse, entre outros. Já a doença hereditária é a que passa dos pais para os filhos. Uma herança que é transmitida de uma geração a outra e que vai se manifestar em algum momento da vida, como o diabetes, obesidade, hipertensão ou as alergias.

c) Ficar exposto ao barulho excessivo; ouvir música em um volume muito alto, em especial utilizando fone de ouvido; limpeza errada dos ouvidos, com o uso de objetos que podem perfurar o tímpano.

Texto de apoio

A surdez de Beethoven

[...]

Na origem da nossa cultura, na metade grega do nosso DNA, está Homero, um poeta cego. O poeta inglês Milton também não enxergava. Os poetas ouvem as palavras e a música dos seus poemas. Escutam as rimas. Medem pelo som a extensão dos versos. Não precisam ver o lançamento das palavras no papel. Essa é a hora em que elas morrem. [...] O Aleijadinho amarrou seu formão e seu malho nos tocos das mãos deformadas e extraiu profetas da pedra-sabão. E esculpiu altares e púlpitos para a maior glória de Deus. As deficiências de todos esses artistas não os impediram de criar a grande beleza. Mas Beethoven era surdo.

Beethoven era surdo – e pianista, e compositor. Não um pianista qualquer. Foi um virtuose, esteve entre os melhores de Viena. [...] O anúncio da fuga do som dos seus ouvidos privilegiados foi muito cedo. Aos 25 anos já se queixava. Aos 31 foi ao médico. E era isso mesmo. Estava perdendo a audição. E a perdeu, progressivamente, até a morte, aos 57 anos, sem distinguir mais nada dessa matéria sonora de que se fez sua vida. O grande Beethoven. O que virou a música de cabeça para baixo. O das 32 sonatas, dos cinco concertos para piano e um para violino, dos quartetos estonteantes. O das nove sinfonias. Surdo. Grande parte da sua obra lhe soou de longe, como de outro mundo, nas suas execuções públicas. Não ouviu mais nada dos quartetos finais. Nem da imensa "Nona Sinfonia". Nada. [...]

D'AMARAL, Marcio Tavares. A surdez de Beethoven. **O Globo**, 25 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/a-surdez-de-beethoven-21110949>. Acesso em: 17 set. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades **EF08HI05, EF08HI06** e **EF08HI14** da BNCC, citadas a seguir:

– Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas.

– Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões.

– Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.

Em pesquisas recentes, os historiadores descobriram que Tiradentes era um homem rico; possuía terras, minerais, cabeças de gado e uma fazenda de cerca de 50 quilômetros quadrados. Então por que será que só ele foi enforcado? Segundo uma historiadora, Tiradentes teve sua pena confirmada provavelmente porque "[...] tomou para si a maior parcela da culpa, dizendo ter, sozinho, dado origem e concebido todo o plano" (LEMINSKI, Cristina. **Tiradentes e a conspiração de Minas Gerais**. São Paulo: Scipione, 1994. p. 67.). É preciso levar em conta também que ele foi, de longe, o maior "propagandista" da Conjuração; divulgando-a como pôde.

UNIDADE II

CAPÍTULO 5

REBELIÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA

Hoje é comum vermos, por todo o país, homenagens a Tiradentes em nomes de ruas, praças e em estátuas.

ALE RUARO/PULSAR IMAGENS

Rua Tiradentes. Colinas (RS), 2009.

O que você sabe sobre Tiradentes? Por que será que ele é tão popular entre nós, brasileiros? Você sabia que Tiradentes e seus companheiros participaram de uma revolta, mas somente ele pagou com a vida? Por que será que isso aconteceu? Durante muito tempo, se disse que ele foi o único a morrer na forca porque era "um pobretão"; será que o motivo foi esse mesmo ou foi outro?

ANA DRUZIANO/FOLHAPRESS IMAGEM

Busto de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) na cidade de Tiradentes (MG), 2012.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Carlos Roberto Ballarotti.

Tiradentes, um símbolo nacional

Tiradentes não foi criado pela República, mas sua imagem foi apropriada pelos vencedores, uma vez que o novo regime necessitava de uma figura forte que apagasse o então herói D. Pedro I, a imagem forte da monarquia: "A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime". O herói republicano deveria ser um instrumento eficaz para atingir a cabeça e o coração do povo. Assim, vários foram os candidatos ao preenchimento da vaga no panteão da República.

O vencedor do concurso, metaforicamente, foi Tiradentes e não poderia ser outro. A República tratou de conferir um rosto ao herói, pois que o mesmo não deixou um retrato. Assim, criou bustos, quadros, data comemorativa e histórias: Tiradentes pode aparecer como Jesus Cristo (de barba e cabelos compridos) ou elegante e bonito em sua roupa de alferes. A imagem não importava, mas, sim, o ideal que Tiradentes representava e que a República queria alcançar.

Hoje, Tiradentes vive no imaginário popular como uma entidade sacrificada a favor do futuro da nação. [...]

BALLAROTTI, Carlos Roberto. A construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade. **Revista Antítese**, Londrina, v. 2, n. 3, p. 202-203, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1946>. Acesso em: 16 out. 2018.

DU ZIPPAN/PULSAR IMAGENS

Guaraná.

Entre 1500 e 1822, no território chamado de América portuguesa, ocorreu uma série de rebeliões, que vamos estudar agora.

A Revolta de Beckman (1684)

No século XVII, a base da economia do Grão-Pará e Maranhão eram as chamadas **drogas do sertão**, como cacau, canela, castanha-do-pará, pequi, guaraná, entre outras. Eram os indígenas escravizados que extraíam essas riquezas da floresta para os colonos da região. Além disso, eram eles também que tocavam os engenhos de açúcar do Maranhão. Assim, ao serem informados da proibição de se escravizarem indígenas, os colonos protestaram e exigiram uma atitude do governo português.

Pensando em contornar a situação, o governo de Portugal criou a Companhia de Comércio do Maranhão, que se comprometeu a vender africanos escravizados para os colonos. A companhia, no entanto, não cumpriu o prometido: além de não trazer a mão de obra africana para o Maranhão, ela falsificava pesos e medidas, cobrava caro pelos produtos que vendia (bacalhau, sal, farinha de trigo) e pagava barato por aquilo que comprava da região.

Os colonos começaram, então, a planejar uma revolta contra a Companhia de Comércio do Maranhão, os **jesuítas** e o governador local, acusado pelos colonos de corrupção e de favorecer seus protegidos.

Liderados por um grande senhor de engenho do Maranhão, chamado Manuel Beckman, os colonos invadiram os armazéns da Companhia de Comércio do Maranhão, destituíram o governador e ocuparam o colégio dos jesuítas em São Luís, obrigando dezenas deles a fugirem; o movimento armado recebeu o nome de **Revolta de Beckman**.

O governo português reagiu prontamente enviando soldados ao Maranhão, que reprimiram os rebeldes e condenaram seu principal líder à morte na forca. Mas, ao mesmo tempo, atendeu às exigências dos colonos: extinguiu a Companhia de Comércio do Maranhão e voltou a permitir a escravização dos indígenas.

Jesuítas: membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola.

JABOTICABA PHOTOSSHUTTERSTOCK.COM

Pequi.

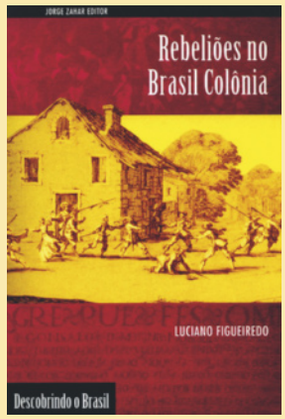
JOHN SEATON CALLAHAN/GETTY IMAGES

Cacau.

Dica de leitura

• FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Descobrindo o Brasil).

Escrito por um especialista e em linguagem acessível, o livro **Rebeliões no Brasil Colônia** introduz um novo olhar sobre o tema. Valorizando a tradição rebelde dos séculos XVII e XVIII na América portuguesa, considera que a insatisfação colonial manifesta nas rebeliões do setecentos e do oitocentos teve um peso maior do que lhe é dado.



EDITORA ZAHAR

IMAGENS EM MOVIMENTO

• HISTÓRIA do Brasil – O que foi a Revolta de Beckman? Duração: 4min55s. Disponível em: <http://livro.pro/n8ggpk>. Acesso em: 10 set. 2018.

Vídeo sobre a Revolta de Beckman.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

Texto de apoio

Rebelião de Beckman

[...] Mas foi no Maranhão, com pouco humor e muita violência, que um dos primeiros ensaios da resistência ao monopólio das companhias de comércio foi escrito. [...]

Recebida com esperanças pela população, a ação da Companhia transformou-se em infortúnio. Administradores foram acusados de fraldar pesos e medidas, trazer do reino produtos de baixa qualidade, adulterar preços, recusar a exportação de produtos pouco lucrativos. Os escravos africanos prometidos não chegavam, e a pouca regularidade das frotas, que com atraso deixavam estragar produtos que ficavam aguardando a exportação, azedava os ânimos. [...]

O protesto armado explodiu na madrugada de 24 de fevereiro de 1684, com planos de, numa só tacada, expulsar os assentistas e os jesuítas e depor o governador e o capitão-mor. [...] Nomearam Manuel Bequimão um dos dois procuradores do povo, convocaram uma junta do "clero, nobreza e povo" na Câmara Municipal e aprovaram as medidas de abolir o monopólio, expulsar definitivamente os padres da Companhia de Jesus e depor o governador.

O governo de Bequimão prolongou-se até a chegada do novo governador do Maranhão, tenente-geral Gomes Freire, em maio de 1685 – mais de um ano depois do início da revolta! –, nomeado pela metrópole. Mal pisou a terra ele mostrou a que viera: restabeleceu a Companhia de Comércio e enforcou os principais líderes, Manuel Bequimão e Jorge Sampaio [...].

FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 60-51. (Descobrindo o Brasil).

IMAGENS EM MOVIMENTO

- GUERRA dos Emboabas. Parte 1. Duração: 9min20s. Disponível em: <http://livro.pro/w7qak8>. Acesso em: 10 set. 2018.

Vídeo da TV Brasil que discute e desvenda os mitos da Guerra dos Emboabas.

A Guerra dos Emboabas (1707-1709)

Por volta de 1693, o paulista Antônio Rodrigues Arzão descobriu ouro perto de onde é hoje a cidade mineira de Sabará. Nos anos seguintes, foram descobertas novas minas de ouro, como as de Vila Rica, hoje Ouro Preto. Daí o nome "minas gerais".

Assim que a notícia se espalhou, milhares de pessoas das mais diversas condições sociais afluíram ao sertão mineiro. Vinham de Portugal, do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo e de vários outros pontos do **território colonial** atraídas pela ideia de enriquecimento fácil. Da África, foram trazidos milhares de indivíduos escravizados para trabalhar na mineração.

Território colonial: parte do território pertencente a Portugal e também chamada de América portuguesa.

Porto de Estrella com vista do rio Inhomirim, em obra de Thomas Ender, século XIX. Esse era o ponto de partida de quem ia do Rio de Janeiro para as Minas.

COLEÇÃO PARTICULAR

Nos primeiros anos de mineração, ocorreram vários conflitos na região das minas. O maior deles teve origem na disputa pelo ouro entre os paulistas, que o descobriram, e os forasteiros (portugueses e pessoas de outras regiões do Brasil), que queriam explorá-lo. Os portugueses foram apelidados pelos paulistas de **emboabas**.

Emboaba: para alguns, o termo significa "forasteiro"; para outros, é uma palavra de origem indígena que significa "ave de pés cobertos", apelido dado pelos paulistas aos portugueses pelo fato de calçarem botas.

Os forasteiros, chamados de emboabas e liderados pelo comerciante português Manuel Nunes Viana, foram proibidos de entrar na região e reagiram pegando em armas; o conflito se estendeu por dois anos (1707-1709) e ficou conhecido como **Guerra dos Emboabas**. Durante os conflitos, os emboabas aclamaram Manuel Nunes governador de todas as Minas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Pobres, rudes e ameaçadores

Em 1706, subiu ao trono de Portugal um novo rei, D. João V, e para ele, como disse um contemporâneo, as minas do Brasil foram uma utilíssima "vaca de leite". Para o rei, para o reino, para o império, que se estendia por três continentes, o século XVII raiou, portanto, sob o impacto da importância crescente da América, onde o ouro começava a ofuscar os demais produtos.

Os sertões onde havia ouro faziam parte da velha capitania de São Paulo, povoada por mamelucos independentes e rudes: homens acostumados a andar no mato e destemidos – pra dizer o mínimo – quando chegava a hora de enfrentar os índios. Os paulistas, como começavam a ser chamados, acreditavam ter direitos especiais sobre a região aurífera, as Minas Gerais, mas a coroa logo cuidou de controlá-la de modo mais firme, enviando autoridades, fundando, no local, as primeiras vilas e acabando por criar uma circunscrição administrativa específica, separada tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro. Era inevitável, entretanto, que a possibilidade da riqueza fácil atraísse gente de todas as partes do Império: as levas humanas foram chegando, os conflitos explodindo, o controle, quase sempre, se esgarçando. Portugal teve que jogar duro nas Minas desde os primeiros tempos, muitas vezes sem êxito, e no decorrer do século XVIII, Estado e sociedade estiveram, várias vezes, em lados opostos. Mais ainda: a própria sociedade mal teve tempo de se acomodar e já se viu às voltas com brigas intestinas em que se opunham paulistas e colonos de outras procedências, como baianos, para não falar dos reinóis, isto é, os nascidos em Portugal. [...]

Nos primeiros tempos, faltaram gêneros para alimentar a gente que despencava sobre as lavras. Mesmo que logo se organizassem roças, se tangessem boiadas e se erguessem moendas e monjolos, não chegava pra tantos. Com a escassez veio a inflação, e uma testemunha contemporânea não deve ter exagerado muito quando disse que vários morreram com um punhado de ouro na mão sem ter espiga de milho para matar a fome. Fortunas se fizeram no controle do abastecimento alimentício, e o açambarcamento de carne esteve na origem de um dos primeiros conflitos, e dos mais graves, que marcaram o nascimento das Minas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709).

SOUZA, Laura de Mello e. Pobres, rudes e ameaçadores. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 311-313.

O conflito foi vencido pelos emboabas. E, para melhor controlar sua colônia, o governo português decidiu:

- enviar ao Rio de Janeiro um novo governador;
- criar a Capitania de São Paulo e a das Minas de Ouro (1710), que até então faziam parte da Capitania do Rio de Janeiro;
- elevar os povoados mais populosos da nova capitania à condição de vila. A primeira vila na região foi a de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, em 1711 (atual **Mariana**); depois surgiram Vila Rica (atual **Ouro Preto**), Sabará, São João del Rei, entre outras.

Áreas de mineração no Brasil (século XVIII)

Fonte: ATLAS geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 25.

A Guerra dos Mascates (1710-1711)

Na segunda metade do século XVII, o açúcar brasileiro vinha perdendo preço na Europa. E, com isso, os senhores de engenho de Olinda contraíram dívidas com os comerciantes de Recife. Assim, esses comerciantes, chamados na época de "**mascates**", foram enriquecendo, enquanto os senhores de engenho de Olinda se endividavam; daí nasceu uma forte rivalidade entre os dois grupos.

Mascates: vendedores ambulantes. Apelido "pejorativo" dado aos comerciantes de Recife pelos senhores de engenho de Olinda.

Embora fossem ricos, esses comerciantes não tinham poder político, pois Recife era controlada pela Câmara Municipal de Olinda, liderada pelos senhores de engenho locais.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: ART COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA

Recife em obra do pintor Frans Post, de 1647. Ao fundo, vê-se o Palácio de Friburgo.

Texto de apoio

Quem eram os mascates?

Os senhores de engenho sentiram-se ameaçados, pois consideravam-se mais "donos" de Pernambuco do que os novos comerciantes. Afinal, haviam gasto seus próprios recursos para expulsar os holandeses do Brasil.

Por isso passaram a chamar os homens de negócio do Recife de mascates, que era uma expressão pejorativa. No sentido original, mascate era o vendedor ou mercador ambulante, que vendia mercadorias sem grande valor de porta em porta. A "nobreza da terra" usava essa palavra para demonstrar o desprezo que tinha pelos novos comerciantes. Os recifenses, por seu lado, respondiam chamando os arruinados de pés-rapados.

SILVA, Luiz Geraldo. **Guerra dos mascates**. São Paulo: Ática, 1995. p. 44.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FNDE

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que, ao final do conflito, vencido pelos emboabas, a Coroa portuguesa enviou ao Rio de Janeiro um novo governador e, para melhor controlar a Colônia, criou a Capitania de São Paulo e a das Minas de Ouro (1710) que até então faziam parte da Capitania do Rio de Janeiro. Além disso, determinou que os povoados mais populosos da nova capitania fossem elevados a vila, a primeira das quais foi a de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, em 1711, atual Mariana; depois surgiram Vila Rica (atual Ouro Preto), Sabará, São João del Rei, Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro).
- Chamar atenção para o mapa que consta na página, demonstrando onde as minas se situavam e o que era extraído naquela região.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: A CONSTRUÇÃO de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba. Disponível em: <http://livro.pro/nd3mdo>; e COM QUANTAS palavras se faz uma revolta? Cultura política e escritos sediciosos na América portuguesa, séculos XVI-XVIII. Disponível em: <http://livro.pro/rimxhi>. Acessos em: 10 set. 2018.
- Esclarecer que, em razão da queda nos preços do açúcar do Brasil no exterior e dos prolongados anos de guerra contra os holandeses, os senhores de engenho de Olinda contraíram dívidas com os grandes comerciantes portugueses. Estes, por sua vez, cobravam juros extorsivos e tomavam terras dos devedores e, assim, faziam fortuna. Com o passar do tempo, as tensões entre os devedores, de um lado, e os credores, de outro, transformaram-se em rivalidade declarada.
- Chamar atenção para o fato de que, com a intenção de ridicularizar os comerciantes de Recife, os senhores de engenho de Olinda os apelidaram de **mascates**.
- Evidenciar que, em busca de poder e prestígio, os comerciantes de Recife pediram ao rei de Portugal para que seu povoado fosse elevado a vila, ganhando assim uma Câmara Municipal própria. Com sua solicitação atendida em 1710, ergueram durante a noite um **pelourinho** no centro de Recife.
- Caracterizar os fatos que deram origem à Guerra dos Mascates.

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que a metrópole interveio no conflito enviando um novo governador a Pernambuco, Félix José Machado, que anunciou o perdão geral aos envolvidos. Quando os proprietários olindenses se desarmaram, o novo governador perseguiu seus líderes, a começar por Bernardo Vieira de Melo, que foi preso e condenado pelo crime de lesa-majestade. Foi a primeira vez que a Coroa portuguesa contrariou de forma explícita os interesses dos senhores de engenho, conhecidos como "nobreza da terra".
- Aprofundar o assunto acessando os textos: BERNARDO Vieira de Melo: história da Guerra dos Mascates. Disponível em: <http://livro.pro/bdfc6j>; O RECIFE: histórias de uma cidade. Guerra dos Mascates. Disponível em: <http://livro.pro/9y5scz>; e GUERRA dos Mascates: chronica dos tempos coloniaes. Disponível em: <http://livro.pro/7kdp89>. Acessos em: 10 set. 2018.

Conscientes de sua força, os comerciantes de Recife pediram ao rei de Portugal que elevasse seu povoado a vila, pois, assim, teriam a sua própria Câmara Municipal. Em 1710, o rei atendeu ao pedido dos comerciantes, muitos deles portugueses, que se apressaram em erguer um **pelourinho** no centro de Recife.

Inconformados, os proprietários olindenses se armaram, invadiram Recife e destruíram o pelourinho, dando início, assim, à Guerra dos Mascates. O governo português interveio em favor dos comerciantes; mandou soldados reprimirem os olindenses e enviou um novo governador. Recife foi confirmada como vila independente e tornou-se capital de Pernambuco.

A Revolta de Vila Rica (1720)

Para controlar a exploração do ouro, cobrar impostos e julgar os crimes praticados na região, o rei de Portugal criou, em 1702, a **Intendência das Minas**. Na fase inicial da exploração do ouro, utilizavam-se a **bateia** e o **almocafre**. Depois, passou-se a investir em novas técnicas de extração. Uma delas foi a roda do rosário, mostrada na imagem a seguir.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA USP, SÃO PAULO

Veja como uma historiadora explicou o funcionamento da roda do rosário: "Uma grande roda-d'água aciona um rosário para tirar a água da cata no nível do rio, os escravos apanham o cascalho aurífero na cata para ser lavado na canoa". (RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 2. p. 199.)

Pelourinho: coluna de pedra ou madeira erguida em praça pública, que servia para indicar que determinado local possuía autonomia. Era, portanto, símbolo do poder local (municipal). Era usado também para castigar os escravos publicamente.

Bateia: espécie de prato grande, em forma de chapéu chinês. O trabalhador girava a bateia e, por meio de movimentos circulares, ia separando o cascalho do ouro em pó ou em pepitas, que, por serem mais pesados, ficavam no fundo.

Almocafre: enxada pequena e pontiaguda usada para remover cascalho no leito dos rios e das encostas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A Revolta de Vila Rica

A Revolta foi uma ação de resistência ao aumento do poder régio na região, representado pelo Conde de Assumar. Portanto, não foi uma ação pontual, mas o estopim de um processo apoiado na insatisfação crescente de determinados setores das elites locais. Chegou-se a um ponto em que, para que se restaurassem as competências perdidas por esses grupos, só derrubando o governo.

[...]

O início do motim ocorreu na noite do dia de São Pedro, de 28 para 29 de junho. No dia 25, começaram efetivamente as ações de bastidores, quando João da Silva Guimarães tentou, em vão, amedrontar o Conde de Assumar, dizendo que havia recebido convite para participar de um levante que pretendia matar o ouvidor e expulsar o governador da região. Na noite prevista, os revoltosos desceram ao centro da vila, invadindo a casa do ouvidor, que não estava, matando um criado e violentando sua concubina. A partir destes episódios, desenvolveu-se a revolta e espalhou-se o clima de instabilidade no centro político da região aurífera.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736**. 390 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 228-229. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02062015-174714/pt-br.php>. Acesso em: 16 out. 2018.

Impostos e mais impostos

Ao mesmo tempo em que incentivavam a extração do ouro, as autoridades portuguesas criavam e cobravam impostos sobre homens livres e escravizados, tecidos, ferramentas, gêneros agrícolas e ouro. O mais importante desses impostos era o **quinto** (20% de todo o ouro extraído).

Cobrança e desvios

A cobrança dos impostos era feita, sobretudo, nas estradas que ligavam as minas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia, sempre policiadas por soldados (dragões do Regimento das Minas). Quanto maior a opressão fiscal, mais a população reagia, praticando o contrabando. Escondia ouro entre os dedos dos pés, nos saltos e solas das botas, entre doces e salgados que as quitandeiras carregavam em seus tabuleiros, dentro das estátuas de santos.

ROMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO

O ouro e os diamantes passavam pelas autoridades no interior de estátuas ocas de santos feitas de madeira. Daí a expressão "santinho de pau oco": pessoa que tem aparência de santo, mas que na realidade não é confiável. A imagem ao lado é de Nossa Senhora do Rosário e foi feita em madeira talhada no século XVIII. Encontra-se no Museu da Inconfidência, em Minas Gerais.

O contrabando de ouro aumentava, e o governo português apertava o cerco. Para dificultar o desvio, em 1719 criou as **Casas de Fundição**, locais onde o ouro era transformado em barras, selado e quintado – ou seja, teria extraída a sua quinta parte, como imposto. Das casas de fundição, o ouro seguia para a **Provedoria da Fazenda Real**, de onde era levado para o Rio, sob forte escolta dos Dragões da capitania de Minas Gerais.

Provedoria da Fazenda Real: órgão do governo português responsável pelo recolhimento do ouro no território colonial.

A criação das casas de fundição aumentou a insatisfação das pessoas, que já reclamavam do alto preço dos alimentos, e acabou ocasionando uma revolta em Vila Rica, em 1720. As principais exigências dos rebeldes eram:

- a redução do preço dos alimentos;
- anulação do decreto que criava as Casas de Fundição.

Tropeiro: pessoa que conduz, compra e vende animais.

A revolta foi duramente reprimida. Seus principais líderes, o **tropeiro** Felipe dos Santos e o minerador e comerciante Pascoal da Silva Guimarães, foram presos. Felipe dos Santos foi morto e teve seu corpo feito em pedaços e exposto nas margens das estradas. Para aumentar seu controle sobre a Colônia, o rei separou Minas Gerais de São Paulo, criando, em 1720, a capitania de Minas Gerais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que os principais impostos cobrados pela Intendência eram o **quinto real** (20% de todo o ouro extraído); o **imposto de passagem** (sobre homens e animais em trânsito para as minas); o de **entrada** (sobre mercadorias que entravam para as minas); e os **donativos** (quantia exigida por Portugal para pagar despesas com eventos especiais, como o casamento de uma princesa ou o terremoto ocorrido em Lisboa, em 1755).
- Comentar que o controle sobre a mineração era rigoroso, sendo vigiada por funcionários da Coroa portuguesa; mas, apesar da estruturação da cobrança fiscal, a população praticava o contrabando para não pagar impostos.
- Destacar que a tributação excessiva somada ao alto preço dos alimentos ocasionou várias revoltas nas capitanias do ouro. Uma delas foi a conhecida **Revolta de Felipe dos Santos**, ocorrida em Vila Rica, em 1720. Seus principais líderes, o tropeiro Felipe dos Santos e o minerador Pascoal da Silva, exigiam a redução dos preços dos alimentos e a anulação do decreto que criara as **Casas de Fundição**.
- Salientar que a revolta foi duramente reprimida, e seus líderes, presos. Felipe dos Santos foi morto e teve seu corpo esquartejado e exposto na margem de uma estrada. O morro onde ficava a mina de ouro de Pascoal da Silva, e que levava o seu nome, foi queimado em noite de vento por ordem do governador da região.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A REVOLTA da Vila Rica. Duração: 1min50s. Disponível em: <http://livro.pro/5yx78t>. Acesso em: 10 set. 2018.

Vídeo sobre a Revolta ocorrida em Vila Rica.

- 300 ANOS Vila Rica/Ouro Preto: expedições. Duração: 25min37s. Disponível em: <http://livro.pro/or23ua>. Acesso em: 10 set. 2018.

Uma viagem pela história de Ouro Preto, sua formação e sociedade.

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que as extrações de ouro e de diamante promoveram desenvolvimento econômico e expansão territorial na região das minas, porém foram necessárias importantes transformações para que fosse possível manter a subsistência da população. Foi neste período que se iniciou a produção de alimentos em larga escala.

[...] tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que se chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. [...] mandarem-se às minas gerais as boiadas de Paranaguá, e às do rio das Velhas as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginaram poderia apetecer-se de qualquer gênero de cousas naturais e industriais, adventícias e próprias (1982, p. 78).

ANTONIL, 1982 apud SENA, Romilda Almeida de. Formação territorial da colônia e expansão do mercado interno: o papel da Vila de Cachoeira Bahia (1700-1750). In: I COLÓQUIO BAIANO TEMPOS, ESPAÇOS E REPRESENTAÇÕES: ABORDAGENS GEOGRÁFICAS E HISTÓRICAS, v. 1, n. 1, 2013. **Anais**... Bahia: UESB, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2871/pdf_97>. Acesso em: 11 set. 2018.

- Informar que o Rio de Janeiro se tornou capital por sua melhor localização, segundo os interesses da Coroa.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: A ESTRADA Real. Disponível em: <http://livro.pro/qk9ka3>. Acesso em: 10 set. 2018.

Texto de apoio

Nem tudo que reluz se funde

Quem levasse ouro até uma Casa de Fundição tinha que declarar seu nome, o nome do proprietário do metal (se não fosse o próprio) e onde residia. O escrito anotava estas informações em um livro e acrescentava o número de ordem de registro, a data, o peso do ouro apresentado e sua qualidade (expressa em quilates). No fim do dia, o tesoureiro registrava em um segundo conjunto de livros a movimentação diária do ouro naquela Casa de Fundição e o rendimento do quinto. Terminado um livro, era feito o recenseamento do total apresentado.

[...]

As casas de fundição também deviam ter livros com os nomes das pessoas que fossem comerciar em Minas, para comparar o valor do ouro fundido por eles com os livros dos postos fiscais (registros), que documentavam todos e tudo o que passava nas vias de acesso da capitania. O objetivo era ver se os bens apresentados e declarados pelos comerciantes correspondiam ao valor das fazendas e gêneros que importavam. [...]

CARRARA, Ângelo Alves. Nem tudo que reluz se funde. **Revista da Biblioteca Nacional**, ano 4, n. 38, nov. 2008. p. 18.

PARA SABER MAIS

Os caminhos do ouro

MINERAÇÃO, LITOGRAVURA DE RUGENDAS, SÉCULO XIX/COLEÇÃO PARTICULAR

1. Mineração
A maior parte do ouro era obtida em terrenos de aluvião, no leito dos rios. Com água até a cintura, o trabalhador (livre ou escravo) lavava a terra aurífera utilizando uma bateia. Enquanto os materiais mais leves subiam, o ouro em pó ficava depositado no fundo.

ALDO PAVANI/AGE FOTOSTOCK/EASYPIX BRASIL

2. Ouro em pó
O ouro em pó seguia para as casas de fundição, onde era transformado em barra, selado e quintado, ou seja, descontava-se o quinto (20%) devido para Sua Majestade. Também podia seguir para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, a fim de ser transformado em moeda.

Mineração e mercado interno

A mineração de ouro e de diamantes contribuiu para uma série de mudanças ocorridas no Brasil. Dentre elas cabe destacar:

a) a ocupação e o povoamento de vastas áreas do interior brasileiro;

b) o florescimento da vida urbana, contribuindo para o nascimento de várias vilas e cidades;

c) mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), único porto por onde o governo português permitia que se embarcasse o ouro;

d) crescimento do mercado interno, já que a população da Capitania de Minas Gerais e das áreas onde são hoje Mato Grosso e Goiás comprava com ouro em pó de várias partes do Brasil aquilo de que necessitava. Do **Nordeste** vinham o gado, o couro e a farinha de mandioca; do **Rio de Janeiro**, africanos escravizados e artigos europeus (vidros, louças, tecidos, ferramentas); de **São Paulo**, milho, trigo e marmelada; do **Sul**, cavalos, bois, mulas e charque.

ESCOLTA DOS DRAGÕES DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII/MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

3. Dragões
Das casas de fundição, o ouro era levado para a Provedoria da Fazenda Real, de onde seguia pelo Caminho Novo até o Rio de Janeiro, sob forte escolta dos Dragões da capitania de Minas Gerais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

TORRE DE LONDRES, C. 1700. GRAVURA. O'SHEA GALLERY, LONDRES. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

6. Inglaterra
Cerca de 50% do ouro arrecadado foi repassado à Inglaterra, e aproximadamente 30%, a outros parceiros comerciais.

Os caminhos do ouro (século XVIII)

ALLMAPS

Fonte: REVISTA de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 4, n. 38, p. 27, nov. 2008.

TORRE DE BELÉM, 2017. MK0383 /SHUTTERSTOCK.COM

5. Lisboa
Em Lisboa, o ouro era depositado nos cofres reais e posto em circulação. Só uma pequena parte de ouro ficava em Portugal.

LEANDRO JOAQUIM, SÉCULO XVIII. THE PICTURE ART COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA

4. Frotas
No porto do Rio de Janeiro, o ouro era embarcado na frota, composta de 70 a 90 navios, rumo a Lisboa.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que, segundo estudos recentes sobre a economia de Portugal, verificou-se que, entre 1700 e 1715, conforme a produção brasileira de ouro crescia, o comércio entre Portugal e a Inglaterra também crescia expressivamente.
- Mencionar que uma parte pequena do ouro produzido no centro-sul do Brasil foi usada na construção de obras monumentais portuguesas, como o Palácio-Convento de Mafra, que levou cerca de 30 anos para ser concluído. A maior parte do metal brasileiro, porém, foi usada para saldar a dívida crescente que Portugal contraiu com a Inglaterra.

Dica de leitura

- DIAS, Cláudia Márcia Coutinho. **Tecnologias de extração do ouro em Minas Gerais**: os saberes vindos da África. Belo Horizonte: Difusora Editora Gráfica, 2008.

O livro traz um novo olhar sobre a mineração no Brasil do século XVIII: as técnicas e conhecimentos dos africanos para a extração do ouro, algumas delas em uso até hoje.

EDITORA DIFUSORA

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O ouro cruza o Atlântico

[...] Como qualquer outra mercadoria transportada, também para o ouro era realizado um "manifesto de carga", com indicação das quantidades e valor, da pessoa do emissor, do receptor ou seu procurador e, em muitos casos, onde eram residentes os indivíduos em causa. Portanto, até aqui, nada distingue esses registros dos que seriam correntes entre armadores e carregadores. O elemento diferenciador está na origem fiscal dos mesmos. Na verdade, eles foram executados com caráter sistemático depois de 1720, quando o ouro passou a ser obrigatoriamente embarcado nos navios de guerra que escoltavam as frotas nas quais eram embarcadas as cargas de couros, tabaco, pau-brasil ou algodão.

O transporte do ouro e sua associação ao sistema de frotas comboiadas serão, assim, um dos exemplos da diversidade de estratégias da Coroa para controlar os circuitos desse bem. Em boa verdade, o regime de frotas não nasceu dessa conjuntura de explosão aurífera no Brasil. Desde 1649 que os navios mercantes, viajando [...] escoltados por embarcações de grande porte, bem artilhados, consubstanciaram o essencial do sistema de comunicações no Atlântico luso-brasileiro. [...]

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins. O ouro cruza o Atlântico. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 41, jul./dez. 2005. p. 72, 76. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_ouro_cruza_o_Atlantico.PDF>. Acesso em: 11 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Chamar atenção dos alunos para o gráfico que consta na página, pedindo para se atentarem à sequência da produção de ouro, tanto da sua ascensão quanto da sua queda.
- Frisar que, em julho de 1788, chegou a Minas Gerais um novo governador, o Visconde de Barbacena, que tinha sido encarregado de lançar a derrama do quinto do ouro e investigar a vida dos devedores da Fazenda Real. Na época, Minas Gerais devia a Portugal cerca de 596 quilos de ouro e não tinha como pagar. A derrama afetava o conjunto da sociedade mineira, pois a metrópole considerava que a dívida era de todos.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: CONJURAÇÃO mineira: novos aspectos. Disponível em: <http://livro.pro/aeum7p>. Acesso em: 10 set. 2018.

Nesta página e na próxima, buscamos destacar diferentes versões sobre a Conjuração Mineira, apresentando textos de dois historiadores: João P. Furtado e Luiz Carlos Villalta.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador João P. Furtado.

Não acreditamos ser possível [...] fechar questão quanto ao movimento de 1789, como se ele fosse uno [...], íntegro em seus propósitos [...] e estratégias [...]. Um dos temas centrais de dissenso entre os inconfidentes era precisamente o fato de que alguns eram mesmo movidos por elevadas aspirações políticas reformadoras, para outros, [...] o objetivo da Inconfidência era apenas a suspensão da derrama, efetivamente obtida em 14 de março de 1789. A partir dessa premissa, é possível entender e explicar o arrefecimento dos ânimos e relativo enfraquecimento dos levantes antes mesmo da repressão que se abateu sobre os revoltosos [...] a partir de maio de 1789. [...]

A Conjuração Mineira (1789)

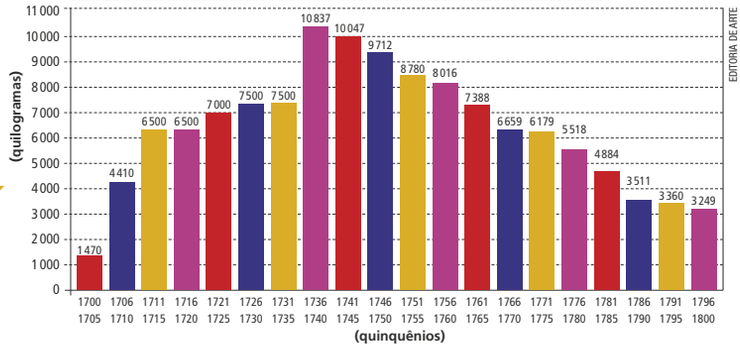
A partir de 1760, as jazidas de ouro mineiras começaram a se esgotar. Apesar disso, o governo português continuou cobrando pesados impostos e fazendo proibições, como impedir a instalação de indústrias no Brasil. Essa política opressiva empobrecia os habitantes da Colônia e aumentava o medo e a insegurança em Minas Gerais.

DIALOGANDO

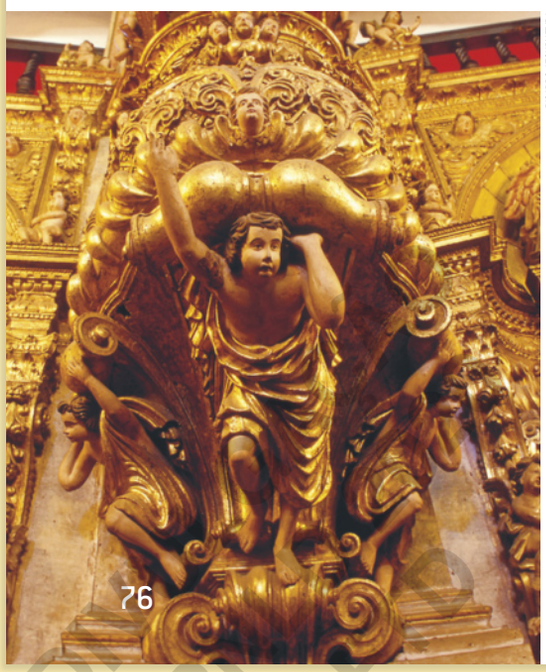
O que o gráfico mostra? Quando se deu o auge da produção de ouro?

Os anos do auge da produção aurífera no Brasil foram também aqueles em que Portugal arrecadou mais ouro.

Produção de ouro de Minas Gerais no século XVIII



Fonte: MAURO, Frèderic (Coord.). O império luso-brasileiro (1720-1750). In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.). **Nova História da expansão portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1991. v. VI.


RICARDO AZOURY/TYBA

Só uma pequena parte do ouro da Capitania de Minas Gerais ficou no interior de suas igrejas, como o usado nas obras da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, construída em 1733, em Ouro Preto (MG).

Em 1788, quando um novo governador enviado por Portugal anunciou que haveria uma **derrama**, ou seja, a cobrança forçada dos impostos atrasados, um clima de revolta tomou conta da população; a capitania de Minas Gerais devia a Portugal mais de cinco toneladas de ouro. Os colonos diziam que não podiam pagar porque o ouro estava se esgotando. As autoridades portuguesas afirmavam que o problema era que o ouro estava sendo desviado.

[...] Não tinham muitas certezas quanto à natureza do próprio levante, mas provavelmente julgavam ter seu lugar assegurado, senão na História, pelo menos num movimento de grandes proporções, que mudaria o destino da capitania. Quanto ao compromisso com a História, cabe mencionar o fato de que o Tiradentes, profundamente observador e intuitivo, dentre os membros desse grupo parecia ser o que tinha a mais clara noção de que o movimento poderia demarcar uma ruptura histórica decisiva. Por outro lado, uma certeza sempre compartilharam com a Rainha de Portugal e seus prepostos na América Portuguesa: a decretação da derrama deixaria "os povos" ou "as gentes" em situação de grande alvoroço e descontentamento. [...]

FURTADO, João P. Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime? In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **Histórias de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica: Cia. do Tempo, 2007. v. 2. p. 636.

Reagindo a esta situação opressiva, um grupo de homens, quase todos da elite de Minas, começou a se reunir em Vila Rica para planejar uma rebelião contra o domínio português. Entre os rebeldes estavam: Tomás Antônio Gonzaga, juiz de Vila Rica; Cláudio Manuel da Costa, advogado e intelectual renomado; Inácio de Alvarenga Peixoto, dono de jazidas e filho de grande fazendeiro e comerciante; padre Oliveira Rolim, chefe político do Arraial do Tijuco, atual Diamantina, **agiota** e negociante de diamantes; padre Carlos Correia de Toledo, dono de terras minerais e de uma grande fazenda que produzia milho e feijão, dentre os mais ricos da capitania; e Joaquim Silvério dos Reis, contratador. Como se vê, eram em sua maioria homens ricos, alguns deles endividados, que temiam perder tudo no dia em que a derrama fosse aplicada.

Dica! Vídeo sobre Tiradentes e a Conjuração Mineira. Duração: 9 min. Disponível em: <http://livro.pro/fjxpcd>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Entre eles estava também um homem que tinha sido dentista prático, tropeiro, garimpeiro e que, aos 30 anos, tornara-se militar: o **alferes** Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por todos como Tiradentes.

Agiota: pessoa que empresta dinheiro a juros altos.

Alferes: cargo que equivale ao que é hoje segundo-tenente.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Joaquim José da Silva Xavier. Não há nenhuma imagem de Tiradentes feita enquanto ele estava vivo. Este quadro, do pintor José Wasth Rodrigues (1891-1957), é uma das poucas obras que representam seu fardamento de modo correto. Essa era a farda de um alferes. Entre o povo, nas tavernas e nas ladeiras da região, Tiradentes era o maior propagandista da independência de Minas Gerais e atraiu para o movimento um grande número de simpatizantes.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- TIRADENTES: mártir da Independência. Duração 7min2s. Disponível em: <http://livro.pro/7ypvcx>. Acesso em: 10 set. 2018.

Vídeo sobre Tiradentes e a Conjuração Mineira.

- TIRADENTES e a Inconfidência Mineira. Parte 1. Disponível em: <http://livro.pro/drumop>. Acesso em: 10 set. 2018.

Primeira parte da entrevista com o Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta, da Universidade de São Paulo, sobre Tiradentes e a Conjuração Mineira.

Texto de apoio

Inconfidentes desde sempre

[...]

A Inconfidência Mineira foi uma conspiração abortada, protagonizada por membros das elites intelectual, política, social e econômica, quase todos brancos [...]. Com a intenção de reter em suas mãos as riquezas geradas na capitania, combatiam o monopólio da Coroa, [...] pediam o perdão de dívidas e defendiam a liberdade para estabelecer manufaturas. O que os inconfidentes queriam era participar do poder e de oportunidades de lucro, fossem elas lícitas ou ilícitas [...]. Para isso, cogitaram diferentes soluções: implantar uma República (sua proposta predominante) [...]. Falavam na transferência da capital para São João del-Rei, na criação de uma Universidade em Vila Rica e na criação de milícias formadas pelos cidadãos, no lugar de um exército permanente. Sonhavam com apoios da França e dos Estados Unidos. [...] A Restauração Portuguesa (1640) e a Independência dos Estados Unidos (1776) foram as fontes inspiradoras do movimento, além das ideias dos pensadores iluministas Raynal (1713-1796) e Montesquieu (1689-1755).

As teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica, cujos expoentes foram os teólogos espanhóis Luís de Molina (1536-1600), Francisco Suárez (1548-1617) e Francisco de Vitória (1483-1546), formavam a base da cultura política na época, e assim também inspiraram Inconfidência Mineira. Segundo elas, o poder vinha de Deus para a comunidade e desta, por meio de um pacto, passava para o soberano – que devia fazer o bem comum, respeitar os privilégios específicos de cada grupo e a religião católica. Caso um rei ou autoridade local se tornasse tirânico, desrespeitando as leis e os privilégios e ignorando o bem comum, poderia ser objeto de rebelião. Alguns teóricos defendiam até mesmo o regicídio. Esses princípios escolásticos embasaram o sermão do padre Antônio Vieira (1608-1697) apropriado por Tiradentes, e estavam implícitos na postura de inconfidentes de se insurgirem contra o poder instituído na capitania – classificado como "tirânico" por Tomás Antônio Gonzaga, e como "despótico" por Tiradentes.

[...]

VILLALTA, Luiz Carlos. Inconfidentes desde sempre. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 9, n. 99, dez. 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160418235221/http://rhbn.com.br/secao/capa/inconfidentes-desde-sempre>. Acesso em: 10 set. 218.

DIGITAL PRO

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que os conjurados planejavam proclamar uma república em Minas Gerais, com capital na próspera São João del Rei, que produzia alimento e gado comercializados com outras capitanias; instalar em Vila Rica uma universidade e uma casa da moeda; introduzir o serviço militar obrigatório e incentivar as manufaturas locais.
- Evidenciar que havia discordância entre os conjurados, principalmente referente à escravidão.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: OS CONJURADOS de 1789 e a Escravidão. Disponível em: <http://livro.pro/3ymf5j>; CONJURAÇÃO Mineira. Disponível em: <http://livro.pro/pavefb>; e MUSEU Padre Toledo. Disponível em: <http://livro.pro/rwba9o>. Acessos em: 10 set. 2018.

PALÊ ZUPPANI/PULSAR IMAGENS

A bandeira dos conjurados é hoje a bandeira do estado de Minas Gerais.

Os conjurados defendiam a independência de Minas Gerais; a proclamação de uma república com capital em São João del Rei, núcleo agropecuário que mantinha intenso comércio com outras regiões brasileiras; e a criação, em Vila Rica, de uma universidade e de uma Casa da Moeda para controlar a emissão de dinheiro.

A bandeira da república mineira teria a inscrição *Libertas quae sera tamen*, que significa: "Liberdade ainda que tardia".

Parte dos conjurados era movida por ideias iluministas e de mudança; outra parte, no entanto, tinha como único objetivo a suspensão da derrama (cobrança forçada dos impostos em atraso devidos a Portugal). Os conjurados divergiam quanto à escravidão: a maioria deles – senhores de terras, mineradores e grandes comerciantes – era favorável à continuidade da escravidão; apenas Alvarenga Peixoto e o padre Carlos Correia de Toledo se disseram favoráveis à Abolição.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Padre Carlos Coreia de Toledo era vigário da Vila de São José, atual Tiradentes. Na fotografia, vemos uma charrete turística em frente ao Museu Casa do Padre Toledo (Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade), em Tiradentes (MG), 2014.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA 2020

Texto de apoio

A derrama

O enorme contrabando de ouro e açúcar – o mais importante produto de exportação, mais relevante do que o próprio ouro –, e o incremento do comércio interno que, como vimos, aumentara e o caráter deficitário das transações metropolitanas com a Colônia, acentuavam as características de uma crise do sistema, que foi explorada por duas conspirações. [...]

A primeira delas ocorreu em Minas Gerais, em 1788-1789, sob os olhos de um governador recém-chegado de Portugal, Furtado de Mendonça. A Inconfidência Mineira registrou articulações e motivações externas e internas ao mundo colonial. [...]

[...] O declínio da extração aurífera, desde 1760, provocava violenta reação da população, permanentemente obrigada ao pagamento anual de 100 arrobas de ouro (1500 quilos) à Real Fazenda. Frente à resistência dos mineiros, foi aprovada desde 1765 a temida derrama, isto é, a cobrança forçada e geral das arrobas deficitárias. Informa um historiador que no ano de 1789, ano da conspiração, o total em atraso era de 596 arrobas e, para cobrá-las, o Secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, havia enviado enérgicas instruções. [...] O novo governador, Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, tornara-se malvisto não só pela expectativa da derrama que estava encarregado de lançar, como por preferir isolamento, na Fazenda da Cachoeira do Campo. [...]

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 175-176.

Denúncia, prisão e sentença

A rebelião foi denunciada por vários indivíduos. Um deles, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, contou o plano dos conjurados ao Visconde de Barbacena (governador) em troca do perdão de uma dívida que tinha com Portugal e foi perdoado; Silvério dos Reis morreu rico quase 30 anos depois.

De sua parte, o governador suspendeu a derrama e ordenou a perseguição aos envolvidos; Tiradentes e os demais conjurados foram presos. A rainha de Portugal, D. Maria I, ordenou a abertura de dois processos, um no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais. O julgamento durou três anos; 11 conjurados foram condenados à forca. Depois as sentenças foram alteradas: somente Tiradentes foi condenado à morte. Os demais receberam a pena de degredo (exílio) nas colônias portuguesas da África. Tiradentes foi enforcado e esquartejado, e as partes de seu corpo foram esparramadas pelo caminho que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, ficando sua cabeça em Vila Rica. A intenção da rainha era lembrar a todos o preço a ser pago por quem se rebelasse contra a Monarquia.

A Conjuração Baiana (1798)

Outro movimento com objetivo de independência foi a Conjuração Baiana, ocorrida em Salvador, em 1798. Na época, a cidade possuía por volta de 60 mil habitantes, dos quais 40 mil eram afrodescendentes. Muitos deles eram escravizados; outros, libertos ou livres, trabalhavam como soldados, artesãos, carregadores, pescadores, pedreiros e vendedores ambulantes.

Em Salvador, no final do século XVIII, a população e o comércio vinham crescendo e levando prosperidade para os senhores de terra e grandes comerciantes. Para a maioria da população, porém, a situação era crítica, pois os preços, principalmente da carne e da farinha de mandioca, vinham subindo mais do que seus ganhos. Os impostos abusivos também contribuíam para a alta nos preços de outros alimentos e, além disso, a obrigação de importar produtos industrializados, já que o Brasil era proibido de fabricá-los, encarecia esses produtos. O racismo contra os afrodescendentes prejudicava a vida em sociedade.

Fac-símile da capa do livro **A Bahia no século XVIII**, de Avanete Pereira Sousa.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito

Após a delação feita por Joaquim Silvério dos Reis, o governador suspendeu a Derrama, o que acabou por arrefecer os ânimos dos possíveis apoiadores. Seguiu-se, então, uma devassa que terminou com a prisão dos envolvidos. Inicialmente, houve uma negativa coletiva da existência de um projeto de insurreição. Tiradentes acabou sendo citado em diversos depoimentos e terminou por admitir tanto o plano de levante quanto sua participação no mesmo, sendo o único a figurar como réu confesso nos autos. [...] Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso, em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte [...] Seguiu-se o recurso à clemência da rainha Maria I, sendo que nove dos dez condenados à morte tiveram suas penas comutadas para o degredo. Tiradentes foi o único que teve o pedido negado. Uma das explicações seria a de que o mesmo não era nobre e, portanto, não gozaria de influência na Corte. Já a teoria defendida por Romeiro é a de que, independentemente da forma como se deram os interrogatórios, ele foi o único a assumir explicitamente seu envolvimento na conspiração; assim, tornara-se, aos olhos da rainha, um vassalo rebelde. Ademais, o fato de ser citado por quase todos os envolvidos como propagador das ideias sediciosas fez dele alguém politicamente perigoso. Assim, na manhã ensolarada de 21 de abril de 1792, era executado Joaquim José da Silva Xavier, após turbulento processo de devassa, incurso no crime de Lesa-Majestade, comparado à lepra, por ser incurável, contagiosa e transmitida à hereditariedade do acusado.

VAL, Andréa Vanessa da Costa; VIANA, Carine Kely Rocha. A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. **Jurisprudência Mineira**, Belo Horizonte, a. 59, n. 187, p. 13-18, out./dez. 2008, p. 16-17. Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/536/1/NHv1872008.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

Estudos recentes indicam que Tiradentes era um homem de posses, e não um "pobretão", como durante muito tempo se acreditou. Portanto, a razão de Tiradentes ter sido o único a pagar com a vida não se deve à sua suposta condição humilde, mas provavelmente ao fato de ter assumido a total responsabilidade pelo movimento e de ter sido o principal propagandista da sedição. A documentação da época atesta que Tiradentes poderia ter evitado sua execução caso tivesse pedido clemência ou declarado arrependimento.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- JULGAMENTO DE Tiradentes. Duração: 4min. Disponível em: <http://livro.pro/sscmq7>. Acesso em: 10 set. 2018.

Vídeo com foco no personagem Joaquim Silvério dos Reis.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que, enquanto os principais envolvidos na Conjuração Mineira eram homens de negócio e intelectuais de origem europeia, os rebeldes baianos eram em sua maior parte mestiços e/ou negros e pobres. Como muitos deles exerciam o ofício de alfaiate, a Conjuração Baiana (1798) ficou conhecida também como **Revolta dos Alfaiates**.
- Chamar atenção para a significativa participação de afrodescendentes na liderança do movimento, o que ajuda a explicar seu propósito de pôr fim à discriminação racial na Bahia.
- Comentar que, na época, a cidade de Salvador e suas cercanias possuíam um comércio movimentado e cerca de 500 engenhos e lavouras em plena atividade. Mas a riqueza achava-se concentrada e contrastava com a enorme pobreza da maioria dos seus cerca de 60 mil habitantes. Alimentos, como carne, sal e azeite, subiam de preço constantemente. Roupas, calçados e ferramentas eram produtos caros e, além disso, raros, pois a rainha de Portugal tinha proibido a instalação de manufaturas no Brasil. Os impostos abusivos também contribuíam para aumentar a insatisfação social.

Texto de apoio

Bahia de Todos-os-Santos e africanos: trabalho escravo em Salvador na primeira metade do século XVIII

"A Bahia de Todos-os-Santos pode passar por uma das maiores e cômodas do mundo". Rodeada por solos férteis de massapé, abria-se ao Recôncavo do açúcar, do tabaco e da mandioca e abrigava a capital da América portuguesa, a cidade do Salvador Bahia de Todos-os-Santos, ou simplesmente Cidade da Bahia. Para alguns viajantes europeus, que aqui aportavam no início dos Setecentos, ela lhes parecia mais uma "Nova Guiné", em virtude da multidão de pretos e mulatos que circulava e dominava as ruas. Era, no mínimo, curioso como uma minoria de brancos colonizadores portugueses e seus descendentes dependia do braço escravo. Seja por avareza, necessidade ou puro ócio — como definiu Frézier — a Cidade da Bahia e seu Recôncavo acordavam todas as manhãs com o burburinho do trabalho negro.

Essa situação gerava uma insatisfação generalizada entre as camadas pobres e médias da população. Isso explica por que, em 1798, as ruas e ladeiras das cidades alta e baixa de Salvador foram palcos de várias agitações políticas. Entre os insatisfeitos estavam alguns intelectuais, como o médico Cipriano Barata e o padre Agostinho Gomes, que começaram a pregar ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, atraindo com isso muitas pessoas pobres (artesãos, soldados, trabalhadores escravizados e libertos). Alguns homens ricos da Bahia também se sentiram atraídos pelo movimento, pela possibilidade de romper com Portugal e estabelecer o livre-comércio com as nações.

Em 12 de agosto de 1798, Salvador amanheceu com dezenas de panfletos afixados em seus prédios públicos, alguns deles com a seguinte mensagem: "O Povo Bahinense e Republicano ordena, manda e quer que para o futuro seja feita a sua digníssima Revolução". Em seus panfletos, os rebeldes defendiam:

a) o fim do domínio português na Bahia;

b) a proclamação de uma república em que todos tivessem igualdade de tratamento;

c) a abertura do porto de Salvador para o livre comércio;

d) a diminuição dos impostos e o aumento dos soldos e da oferta de alimentos;

e) o fim do preconceito contra os negros.

COLEÇÃO PARTICULAR

Enterro de uma mulher negra, obra de J. B. Debret, século XIX. Debret representou diversos aspectos do dia a dia dos afrodescendentes. Repare que as vendedoras à esquerda comparecem ao enterro carregando seus tabuleiros e com trajes típicos de seus povos de origem.

As palavras usadas pelos rebeldes, **liberdade** e **república**, atemorizaram as autoridades dos dois lados do Atlântico; elas sabiam que esses ideais tinham inspirado a Revolução Americana (1776), a Revolução Francesa (1789) e as lutas por liberdade em São Domingos (1791). Isso explica por que a reação do governador-geral da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, foi imediata: mandou prender dezenas de rebeldes e condenou à morte quatro líderes da rebelião, todos afrodescendentes e pobres.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A população escrava na Bahia era alimentada pelo intenso tráfico de escravos que se fazia entre o seu porto e os de África, sobretudo os da Costa da Mina. Devido às péssimas condições de trabalho, má alimentação, poucas horas de sono, lazer e pesados castigos físicos, as taxas de reprodução entre a população cativa eram baixíssimas. A resistência ao cativeiro e as formas de organização da escravaria nas fazendas, engenhos e nas cidades provavelmente contribuíam para isso. Ter filhos significava aumentar a propriedade do senhor e ver sua prole escravizada. Além disso, muitos senhores não estavam interessados nos altos custos e riscos de possuir escravas gestantes e suas "crias", nas quais investiriam anos em alimentação, remédios e roupas até que pudesse tirar-lhes algum proveito. A maioria deles, em especial aqueles que adquiriam cativos para "alugar" nas ruas, ansiava pelo retorno rápido do capital investido. Por isso, a preferência por homens, que empregados em várias atividades poderiam potencializar as expectativas de lucro senhorial.

Em 8 de novembro de 1799, por ordem da rainha de Portugal, D. Maria I, os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens e os alfaiates João de Deus e Manoel Faustino – todos filhos e netos de escravos – foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Uniforme do Regimento dos Henriques Milicianos, 1802. Luís Gonzaga das Virgens era um dos integrantes desse regimento. Ao examinar a caligrafia dos manuscritos apreendidos na cidade de Salvador, as autoridades descobriram que ele era o autor de alguns dos mais importantes desses manuscritos.

PARA REFLETIR

O texto a seguir é um panfleto publicado durante a Conjuração Baiana.

Um panfleto revolucionário

[...]

Ó vós povo que nasceste para seres livre e para gozares dos bons feitos da Liberdade, ó vós Povos que viveis flagelados com o pleno poder do indigno coroado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos veixar, para vos roubar e para vos maltratar.

Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim para ressuscitardes do abismo da escravidão, para levantardes a sagrada Bandeira da Liberdade. A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, finalmente a liberdade é o repouso e a bem-aventurança do mundo. [...]

DEL PRIORE, Mary; NEVES, Maria de Fátima das; ALAMBERT, Francisco. **Documentos de História do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997. p. 38.

a) Os autores do texto se dirigem a seus pares, ao rei, às autoridades ou ao público baiano?

b) Como o rei é descrito no texto? Justifique com passagens do próprio texto.

c) O que é a liberdade para os autores do panfleto?

d) E para você, o que é a liberdade?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que, nesse contexto opressivo, em 12 de agosto de 1798 um grupo de rebeldes baianos afixou em locais públicos "avisos", ou seja, manuscritos anônimos conclamando o "magnífico povo baiano" a participar de uma revolução contra a metrópole.
- Salientar que assim que os cartazes dos rebeldes ganharam as ruas, o governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, ordenou o início das investigações e a prisão de dezenas de rebeldes: alfaiates, soldados, escravos de ganho, além de indivíduos de estratos sociais mais elevados, como o cirurgião Cipriano Barata e o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, em cuja casa funcionava a loja maçônica Cavaleiros da Luz. Estes dois últimos, chamados nos inquéritos de "pessoas de consideração", foram inocentados; os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens e os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: GRUPO de poderosos liderou a Conjuração Baiana de 1798, diz estudo da FFLCH. Disponível em: <http://livro.pro/ydy8ie>; e DA CONTESTAÇÃO à conversão: a punição exemplar dos réus da Conjuração Baiana de 1798. Disponível em: <http://livro.pro/p4wf5e>. Acessos em: 10 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ao público baiano.

b) Ele é descrito no texto como um "tirano", que humilha, rouba e maltrata o povo.

c) O texto define a liberdade como "estado feliz", "doçura da vida", "repouso", "bem-aventurança" etc.

d) Resposta pessoal.

Texto de apoio (continuação)

O trabalho de rua feito por escravos e libertos começava cedo. Pesados fardos precisavam ser carregados e descarregados entre o porto e as casas comerciais. Quitandas, com os mais diversos produtos, eram armadas. Negros e negras com potes sobre a cabeça iam às fontes da cidade buscar água ou despejar as tinas com resíduos no mar. Enquanto outros cativos e libertos posicionavam-se em certos pontos da cidade à espera de fregueses para prestar-lhes os mais diversos serviços. Tudo indica que, na cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII, o trabalho escravo nas ruas já era pautado pelo "ganho", assim como no XIX. [...]

[...] No final do dia ou da semana, pagava ao seu senhor um valor previamente acordado. [...] após conseguir o valor exigido para o dia ou semana, o cativo poderia embolsar o que mais auferisse. O dinheiro, em geral, era gasto com o seu próprio sustento. Os senhores deixavam a cargo do escravo de ganho a alimentação, o vestuário e às vezes até mesmo a moradia. Mas isso não impedia que o cativo investisse em outras possibilidades, como no lazer ou, com muito esforço, na compra de sua alforria.

SOUZA, Daniela Santos de. Bahia de Todos-os-Santos e africanos: trabalho escravo em Salvador na primeira metade do século XVIII. In: IV ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADES NO BRASIL MERIDIONAL. **Anais**... Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. p. 1-2.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Leia o texto a seguir com atenção.

> O movimento fora reflexo do contexto econômico, político e social difícil no qual viviam as capitanias do norte da América Portuguesa. Com atividades voltadas para gêneros de baixa produtividade e comercialização, como as drogas do sertão (anil, canela, cravo, salsaparrilha, alecrim e outros mantimentos), a região tinha uma pequena circulação monetária, o que ocasionava uma intensa utilização da mão de obra **gentia**, já que os negros acabavam se tornando um produto caro para sua aquisição [...].
>
> CAETANO, Antonio Filipe Pereira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 2. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0183.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

Gentia: indígena.

a) O texto citado diz respeito a qual dos movimentos estudados?

I. Revolta de Beckman.

II. Guerra dos Mascates.

III. Guerra dos Emboabas.

IV. Revolta de Vila Rica.

b) O texto explica o uso intenso da mão de obra indígena:

I. argumentando que, na região, a circulação monetária era pequena e, por isso, eram pagos menores salários aos indígenas que aos negros.

II. afirmando que, na região, a circulação monetária era pequena e, por isso, não havia condições de comprar africanos escravizados.

III. comparando a mão de obra indígena à mão de obra negra e concluindo que a indígena era a mais capacitada.

IV. dizendo que a circulação monetária na região era grande e, por isso, a mão de obra indígena era muito usada.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. **a)** Alternativa I. **Professor**: o título do artigo ("A Revolta de Beckman pelo olhar de João Felipe Betendorf e da documentação do Conselho Ultramarino") foi ocultado para que a resposta dessa atividade não ficasse evidente.
   b) Alternativa II.

Texto de apoio

Entre os "movimentos nativistas" e as "revoluções modernas"

A trepidante história das contestações ao domínio português durante a época colonial é campo fértil para a colheita de heróis, batalhas e gestos de coragem. No Maranhão a resistência dos irmãos Beckman às humilhações causadas pela Companhia de Comércio da Metrópole, o apego da nobreza açucareira aos interesses de Pernambuco na Câmara de Olinda, por ocasião do conflito com os mascates de Recife, ou ainda o sacrifício de Felipe dos Santos nas ruas de Vila Rica garantem uma boa dose de emoção e se inscrevem no panteão da memória dos grandes feitos brasileiros. [...]

Como compreender sem anacronismos as contestações e os motins da época? Para avançar neste território temático talvez tenha sentido observar alguns procedimentos.

Reconstituição documental e método. Antes de mais nada, reveste-se de um sentido fundamental a pesquisa documental que permita colher em detalhes os registros sobre os movimentos de protestos. Ainda que não se deva generalizar, as revoltas são processos bem documentados, ao contrário do que se costuma pensar. [...]

O esforço de reconstituição meticulosa do processo de rebelião é decisivo. Ao se conhecer passo a passo as razões que levaram à sua eclosão, como evoluiu, quem participou e como se encerrou, está preparada a matéria básica para responder às perguntas que orientam as pesquisas. [...] É um método de relativa simplicidade: definir as razões e consequências dos protestos, conhecer a composição social e a forma de ação da multidão, analisar as lideranças, buscar a forma de encaminhamento das reivindicações e seus principais alvos e vítimas, como se processou a repressão, seus objetivos sociais e políticos. [...]

O sentido histórico da rebeldia. Da mesma maneira que impõe-se à pesquisa empírica situar com exatidão a organização das revoltas, convém destacar o significado que os protestos conheciam na época moderna sob o Antigo Regime.

Ainda que nos dias atuais existam significados relativamente distintos para revolução, motim, insurreição, revolta, rebelião, no vocabulário político dos séculos XVII e XVIII há dificuldade em separar um do outro. [...] na época não existia tal clareza conceitual. Um mesmo movimento de contestação no século XVII poderia aparecer, a depender da posição de quem escrevia, designado como "revolta", "altercação" ou mesmo "inconfidência", ainda que destituído de pretensões transformadoras. [...]

FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 11-17.

2. Leia a tabela a seguir com atenção e copie a alternativa correta no seu caderno.

Queda do preço do açúcar em Lisboa (por arroba e em réis)	
Ano	**Preço**
1650	3 800
1670	2 400
1680	1 300

Fonte: MAURO, F. In: SILVA, Luiz Geraldo. **Guerra dos Mascates**. São Paulo: Ática, 1995. p. 11.

a) A tabela evidencia a queda do preço do açúcar brasileiro na Europa na segunda metade do século XVII, fato que motivou a invasão dos armazéns da Companhia de Comércio do Maranhão.

b) Na segunda metade do século XVII, a queda do preço do açúcar brasileiro na Europa foi o motivo do endividamento dos senhores de engenho de Olinda. A tabela confirma esse fato.

c) A tabela confirma o principal motivo da Revolta dos Emboabas: a queda do preço do açúcar brasileiro na Europa na segunda metade do século XVII.

d) Na segunda metade do século XVII, a queda do preço do açúcar gerou insatisfação nos comerciantes recifenses. A tabela confirma esse fato.

3. Leia o texto a seguir com atenção e responda:

> Já nos primeiros anos do século XVIII existiam nas Minas três núcleos mineradores principais: Rio das Mortes, gravitando em torno do Arraial Novo (depois São João del Rei); a região de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo, dominada pelos arraiais de mesmo nome (anos depois, Vila Rica e Mariana); Rio das Velhas, que o Arraial do Sabará encabeçava. Nestes três núcleos viviam indivíduos das mais variadas proveniências, e que logo se definiram em dois grupos principais: o dos paulistas, formado pelos descobridores dos primeiros ribeirões auríferos e por seus descendentes; o dos "emboabas", que agrupava os portugueses do Reino e os colonos vindos de regiões outras que São Paulo, sobretudo da Bahia.
>
> MELLO E SOUZA, Laura de. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 20-21.

As divergências entre os dois grupos citados no texto desaguou em um conflito.

a) Que conflito foi esse?

b) O que motivou esse conflito?

c) Como terminou o conflito?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

2. Alternativa B.

3. **a)** Guerra dos Emboabas.

b) A disputa pelo ouro entre os paulistas, que o descobriram, e os recém-chegados (portugueses e pessoas de outras regiões do Brasil), que queriam explorá-lo. Os portugueses calçavam botas altas, por isso foram apelidados pelos paulistas de emboabas, palavra de origem tupi que significa "aves de pés emplumados".

c) Terminou com a vitória dos emboabas. O líder emboaba, o comerciante português Manuel Nunes Viana, foi aclamado governador e a capitania do Rio de Janeiro foi separada das de São Paulo e Minas.

Texto de apoio

Engenhos, açúcares e negócios na capitania de Pernambuco

É difícil não chamar de crise a situação que viveu a economia açucareira da capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Apesar de poucos anos após a Restauração, boa parte dos engenhos serem reativados e a produção voltar a um nível razoável, a conjuntura econômica para o açúcar já era outra. Desalojados de Pernambuco, os holandeses aportam nas Antilhas, passando não só a controlar o comércio como também a produção do açúcar. Dessa forma, o açúcar antilhano produzido pelos holandeses entrou como concorrente do produto pernambucano, afetando sua colocação no mercado europeu.

[...] Na verdade a maior parte do problema esteve ligada às eventuais mudanças na dinâmica do mercado atlântico na segunda metade do século XVII. Segundo Vera Ferlini, o açúcar de Pernambuco e Bahia, por ser de melhor qualidade, continuou mantendo seus consumidores na Europa mesmo com a concorrência antilhana. O que ocorreu, de acordo com a autora, foi uma baixa geral nos preços, afetando inclusive a produção nas Antilhas. A produção continuava razoavelmente próspera, os tempos é que eram outros, agora não tão favoráveis ao comércio do açúcar. Assim, "a crise da economia açucareira não pode ser condicionada, em si, à concorrência dos novos produtos antilhanos. A própria natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar, a partir de 1640, tendia à ampliação da produção, que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil". [...]

Por essas e outras, os preços do açúcar despencaram: em Lisboa, o açúcar custava 3 500 réis a arroba em 1650, enquanto em 1668 caiu para 2 400 réis e em 1688 despencou para 1 300 réis. Já em Amsterdã custava 0,67 florins a arroba do açúcar branco em 1650, descendo para 0,28 florins em 1672.

Antônio Barros de Castro considera que, se há uma crise do açúcar no século XVII, ela se inicia por volta de 1666 e se estende à década de noventa deste mesmo século. [...]

LISBOA, Breno Almeida Vaz. Engenhos, açúcar e negócios na capitania de Pernambuco (c. 1655-c. 1750). **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 32.1, p. 199-200, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/download/24458/19774>. Acesso em: 11 set. 2018.

4. Monte uma ficha sobre a Revolta de Vila Rica informando:

a) quando e onde ocorreu;

b) motivos principais;

c) como terminou;

d) desdobramentos do conflito.

5. O texto a seguir é do historiador João P. Furtado. Leia-o com atenção:

> Não acreditamos ser possível [...] fechar questão quanto ao movimento de 1789, como se ele fosse uno [...], íntegro em seus propósitos [...] e estratégias [...]. Um dos temas centrais de **dissenso** entre os inconfidentes era precisamente o fato de que, enquanto alguns eram mesmo movidos por elevadas aspirações políticas reformadoras, para outros, [...] o objetivo da Inconfidência era apenas a suspensão da derrama, efetivamente obtida em 14 de março de 1789. A partir dessa premissa, é possível entender e explicar o **arrefecimento** dos ânimos e relativo enfraquecimento do levante antes mesmo da repressão que se abateu sobre os revoltosos [...] a partir de maio de 1789.
>
> FURTADO, João P. Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime? In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 636.

Dissenso: discordância.
Arrefecimento: esfriamento.

a) De que forma o autor do texto caracteriza o movimento de 1789?

b) Que distinção ele faz entre os inconfidentes quanto aos seus objetivos?

c) Para o autor do texto, o que explica a perda de entusiasmo por parte dos conjurados a partir de março de 1789?

d) Com base no que você estudou, aponte uma divergência de ideias entre os conjurados.

e) **Em dupla**. Debatam, reflitam e opinem sobre qual era a principal motivação dos conjurados: as ideias de reforma inspiradas no Iluminismo ou a suspensão da derrama? Justifiquem.

6. Crie uma tabela comparando a Conjuração Mineira à Conjuração Baiana. Leve em conta:

a) a origem social e os nomes de seus principais líderes;

b) o que defendiam os rebeldes;

c) o desfecho das revoltas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. **Revolta de Vila Rica**. **Local e Data**: Vila Rica, 1720. **Motivos**: Cobrança de impostos; a criação das casas de fundição; alta dos preços dos alimentos. **Como terminou**: A revolta foi duramente reprimida. Seus principais líderes, o tropeiro Felipe dos Santos e o minerador e comerciante Pascoal da Silva Guimarães, foram presos. Felipe dos Santos foi morto e teve seu corpo feito em pedaços e exposto nas margens das estradas. **Desdobramentos**: Para aumentar seu controle sobre a Colônia, o rei separou Minas Gerais de São Paulo, criando, em 1720, a Capitania de Minas Gerais.

5. **a)** Como um movimento sem unidade quanto aos seus propósitos e estratégias. **Professor**: comentar que o mesmo autor afirma que, entre os protagonistas da Conjuração de 1789, estavam também pessoas de diferentes camadas sociais.

b) Ele os divide em dois grupos: um movido por ideais políticos reformadores e outro que tinha como único objetivo a suspensão da derrama.

c) A suspensão da derrama, cobrança que certamente exaltaria os ânimos de Minas Gerais.

d) Divergiam quanto ao fim da escravidão; a maioria deles era favorável à continuidade da escravidão em Minas Gerais.

e) Resposta pessoal. **Professor**: a intenção é estimular o alunado a reunir e organizar argumentos e expressá-los por escrito em defesa de um ponto de vista.

6.

	Conjuração Mineira (1789, Vila Rica)	Conjuração Baiana (1798, Salvador)
Origem social e nomes de seus líderes	– Os conjurados eram, em sua maioria, membros da elite de Minas; entre eles podem-se citar: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Inácio de Alvarenga Peixoto, Tiradentes, padre Oliveira Rolim e Joaquim Silvério dos Reis.	– A maioria dos conjurados baianos era de homens livres pobres (artesãos, soldados, vendedores ambulantes etc.) e de camadas médias urbanas, como Cipriano Barata e o padre Agostinho Gomes.
O que defendiam os rebeldes	– Independência de Minas Gerais; proclamação de uma república com capital em São João del Rei; criação em Vila Rica de uma universidade e uma Casa da Moeda.	– O fim do domínio português na Bahia; a proclamação de uma república em que todos tivessem igualdade de tratamento; a abertura do porto de Salvador para o livre comércio; a diminuição dos impostos e o aumento dos soldos e da oferta de alimentos; o fim do preconceito contra os negros.
Desfecho	– Tiradentes e os demais conjurados foram presos. Somente Tiradentes foi condenado à morte. Os demais receberam a pena de degredo (exílio) nas colônias portuguesas da África. Tiradentes foi enforcado em 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro.	– Os líderes foram presos; quatro deles foram condenados à morte: os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens e os alfaiates João de Deus e Manoel Faustino, todos pobres e afrodescendentes.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir é de uma especialista em Conjuração Baiana. Leia-o com atenção.

O preço da liberdade

Em 8 de novembro de 1799, quatro homens foram enforcados e esquartejados em praça pública na cidade de Salvador. Condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal, os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira e os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens e Veigas participaram do movimento que ficou conhecido como Conjuração Baiana, ou Conjuração dos Alfaiates. [...] A documentação sugere que a composição social da Conjuração Baiana de 1798 ficou circunscrita às médias e baixas camadas daquela sociedade [...]. No entanto, denúncias sobre a participação de homens ricos e poderosos no movimento chegaram a Lisboa, mas não foram adiante. Os homens de posse ofereceram à Justiça alguns de seus escravos, como se eles fossem, junto com outros suspeitos [...], os únicos participantes da conspiração, permitindo que seus senhores saíssem ilesos da investigação.

A entrega dos escravos seria uma demonstração de fidelidade à Coroa portuguesa, acreditavam alguns senhores contra os quais pesavam acusações não só de participação no movimento, mas também de enriquecimento ilícito, contrabando e, principalmente, de atuação duvidosa à frente dos órgãos da administração local. Depoimentos dos réus no inquérito também destacavam o envolvimento desses senhores em reuniões que discutiam acontecimentos da Revolução Francesa, bem como o prejuízo do comércio diante do aumento da tributação sobre alguns gêneros de exportação [...].

VALIM, Patrícia. O preço da liberdade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, n. 10, p. 68-69, maio-jul. 2006.

COLEÇÃO PARTICULAR

A litografia colorizada mostra indivíduos de diferentes grupos sociais no antigo Largo da Piedade, em Salvador (BA), 1835.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é da doutora em História Social pela USP Marli Geralda Teixeira.

[...]

No final do século 18, os sonhos de liberdade e igualdade tornavam-se a cada dia mais fortes diante das precárias condições de vida da população, forçada não só ao pagamento dos pesados impostos exigidos pela metrópole, mas também castigada pela escassez de alimentos. [...] Nessa mesma época, surgiu na capital baiana a "Academia dos Renascidos", uma associação literária criada pela loja maçônica "Cavaleiros da Luz", de cujo programa de atividades constavam discussões que incluíam temas como a abolição da escravatura, o fim dos privilégios políticos e sociais, o aumento do soldo dos militares, a liberdade do comércio, protestos contra os altos tributos cobrados pela Coroa e outros mais.

Dessas discussões participavam pequenos comerciantes, militares sem patente, artesãos, alfaiates, negros libertos, mulatos e outros cidadãos marginalizados pelo sistema e sem qualquer perspectiva de ascensão social. Todos se mostravam profundamente descontentes com as condições de vida a que se sujeitavam, e por isso mesmo defendiam com veemência a proposta de uma nova sociedade igualitária e democrática. [...] Entre os líderes dessa maquinação secreta destacaram-se João de Deus Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira, além dos soldados Lucas Dantas do Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, [...] além das escravas alforriadas Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento.

No romper do dia 12 de agosto de 1798, as paredes, muros das casas, igrejas e lugares públicos de Salvador mostravam manifestos anunciando à população a chegada da Liberdade e da Revolução. Diziam eles:

"Animai-vos, povo bahiense, que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade: o tempo em que todos seremos iguais". Um outro, intitulado "Aviso ao clero e ao povo bahiense", apresentava o programa da revolução: igualdade de todos perante a lei; independência da Capitania; proclamação da "República Bahiense"; abolição da escravidão; liberdade de comércio; aumento do soldo da tropa; e protestos contra os altos tributos. Os responsáveis por essa distribuição tinham sido Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, que com a panfletagem procuravam obter maior apoio da população. Os panfletos difundiam pequenos textos e palavras de ordem, com base naquilo que as autoridades coloniais chamavam de "abomináveis princípios franceses".

Nessa época o governador da Bahia era D. Fernando José de Portugal e Castro (1788-1801), que ordenou a imediata repressão ao movimento, encarregando o coronel Alexandre Teotônio de Souza dessa missão. Este prendeu inicialmente o escrevente Domingos da Silva Lisboa, cuja letra era semelhante à dos panfletos, mas, como novos manuscritos apareceram, as suspeitas passaram a se concentrar no soldado Luiz Gonzaga

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa B.
2. Alternativa A.
3. Alternativa D.
4. Alternativa C.
5. Nos panfletos pregados nos postes, os conjurados pediam igualdade de tratamento para os homens de cor, leia-se negros. Os quatro sentenciados à morte eram pobres e afrodescendentes. Além disso, numa atitude carregada de violência e preconceito, os senhores do Recôncavo baiano entregaram seus escravos à polícia, esperando, com isso, comprovar sua inocência.

• Aprofundar o assunto acessando os textos: O NEGRO na Bahia: Luiz Viana Filho. Disponível em: <http://livro.pro/mmf2br>; e O SOLDADO Luiz Gonzaga das Virgens. Disponível em: <http://livro.pro/xsjdd5>. Acessos em: 10 set. 2018.

1. "[...] A documentação sugere que a composição social da Conjuração Baiana de 1798 ficou circunscrita às médias e baixas camadas daquela sociedade [...]". O trecho que comprova essa afirmação é:

a) "Em 8 de novembro de 1799, quatro homens foram enforcados e esquartejados em praça pública na cidade de Salvador. Condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal [...]."

b) "[Foram] condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal [...] os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira e os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens e Veigas [...]."

c) "No entanto, denúncias sobre a participação de homens ricos e poderosos no movimento chegaram a Lisboa, mas não foram adiante."

d) "A entrega dos escravos seria uma demonstração de fidelidade à Coroa portuguesa, acreditavam alguns senhores contra os quais pesavam acusações [...]."

2. Alguns senhores entregaram seus escravos à Coroa porque pesavam sobre eles inúmeras acusações, entre elas a de "atuação duvidosa à frente dos órgãos da administração local". Essa acusação pode ser interpretada, sem comprometimento do sentido do texto, como:

a) corrupção.

b) contrabando.

c) desacato.

d) desobediência.

3. As ideias da Revolução Francesa também influenciaram os ricos. O trecho que permite essa dedução diz que:

a) quatro pessoas foram enforcadas em praça pública, causando pânico na população e gerando desconforto entre os escravos.

b) as denúncias que chegaram a Lisboa se referiam à participação de escravos no movimento da Conjuração Baiana.

c) os escravos foram entregues à polícia para que os homens ricos saíssem ilesos das acusações de conspiração.

d) os depoimentos dos réus afirmavam que senhores ricos reclamavam do aumento dos tributos sobre a exportação.

4. A leitura do texto permite inferir que:

a) somente os mais pobres participaram da Conjuração Baiana.

b) somente os ricos participaram da Conjuração Baiana.

c) tanto os ricos quanto os pobres participaram da Conjuração Baiana.

d) a Conjuração Baiana, assim como a Conjuração Mineira, foi liderada pela elite.

5. Dê exemplos de preconceito e violência contra a população negra durante a Conjuração Baiana.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

das Virgens e Veiga, do qual se sabia que gostava de ler e escrever, que enviava ofícios às autoridades, e que era ativo pregador revolucionário. Ele foi preso, e em sua casa as autoridades encontraram documentos revolucionários e cartas comprometedoras. Preocupados, seus companheiros elaboraram um plano para libertá-lo, mas, como foram delatados, também acabaram presos, sendo alguns deles torturados.

Das seiscentas e sessenta e nove (669) pessoas que se dizia estarem envolvidas na conjuração, quarenta e nove (49) foram parar na prisão, a maioria composta por jovens alfaiates, sapateiros, soldados e escravos, mas poucos foram os membros da loja maçônica ou conspiradores de melhor nível social que sofreram a mesma desdita. Dos aprisionados, trinta e quatro acabaram sendo indiciados e punidos severamente por ordem expressa de D. Maria I, rainha de Portugal: os líderes João de Deus Nascimento, Manoel Faustino dos Santos Lira, Lucas Dantas do Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, enforcados e esquartejados em 8 de novembro de 1799, e os demais continuando presos ou condenados ao degredo.

TEIXEIRA, Marli Geralda. **Revolta de Búzios ou Conjuração Baiana de 1798**: Uma chamada para a liberdade. Disponível em: <https://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/revolta-dos-buzios.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

III Integrando com Língua Portuguesa

A obra **Cartas chilenas**, de onde retiramos o trecho a seguir, apresenta dois personagens principais: Critilo, o autor das cartas, e Doroteu, destinatário delas, pseudônimos do próprio autor, Tomás Antônio Gonzaga, e de seu amigo e também escritor, Cláudio Manuel da Costa. As cartas relatam os desmandos do fictício governador chileno Fanfarrão Minésio, pseudônimo de Luís da Cunha Meneses, que governou Minas Gerais de 1783 a 1788. Leia o trecho a seguir com atenção.

[...]
Às vezes, Doroteu, se perde a conta
Dos cem açoites, que no meio estava:
Mas outra nova conta se começa.
Os pobres miseráveis já nem gritam.
Cansados de gritar, apenas soltam
Alguns fracos suspiros, que enternecem.
[...]
Pois és, prezado Amigo, muito fraco;
Aprende a ter o valor do nosso Chefe,
Que à janela se pôs, e a tudo assiste,
Sem voltar o semblante para a ilharga;
E pode ser, Amigo, que não tenha
Esforço para ver correr o sangue,
Que em defesa do Trono se derrama.

GONZAGA, Tomás Antônio. **Cartas chilenas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 126.

Fac-símile da capa do livro **Cartas chilenas**.

Enternecer: tornar(-se) sensível, compassivo; condoer(-se), sensibilizar(-se).
Ilharga: no homem, cada um dos lados do corpo, dos quadris aos ombros.
Ironia: é um recurso de linguagem empregado para se afirmar uma ideia oposta ou diferente daquilo que foi dito.

1. Nos seis primeiros versos, Critilo, o autor da carta, descreve uma cena comovente. Que cena é essa?
2. Na sequência, o autor da carta dialoga com seu destinatário, Doroteu, imaginando a reação dele à cena descrita. Que sentido podemos atribuir à palavra "fraco" no verso: "Pois és, prezado Amigo, muito fraco"?
3. Nos versos sublinhados, Critilo descreve a reação do Chefe, o personagem Fanfarrão Minésio, dando um conselho **irônico** ao seu amigo Doroteu.
   a) Interprete: que característica é atribuída ao Chefe?
   b) Nos dois últimos versos, o autor afirma que se derrama sangue em defesa do Trono. Explique o sentido dessa afirmação de acordo com o contexto da época.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. É a cena de aplicação de castigo físico ("pena de açoite"). As vítimas desse castigo eram os homens livres pobres e os escravos acusados de extraviar ouro e diamante ou de outros atos considerados delituosos. **Professor**: nas minas, os escravos eram as maiores vítimas da repressão.
2. No verso, a palavra "fraco" tem o sentido de sensível a cenas cruéis, como a descrita no trecho citado.
3. a) Atribui-se ao Chefe a indiferença ao sofrimento alheio. O autor disse ao seu destinatário que, se ele fosse indiferente como o "Chefe", não sofreria diante de ações tão cruéis.
   b) Trono é sinônimo de monarquia portuguesa, poder real; o autor afirma que se derrama sangue para se manterem a ordem estabelecida, o poder e o privilégio da monarquia portuguesa.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A relação entre história e literatura: as Cartas chilenas **e a sociedade colonial**

Em geral, quando analisamos a sociedade colonial durante o século XVIII, os principais documentos responsáveis por retratar este período são, em grande parte, caudatários de uma visão oficial dos acontecimentos – por exemplo, os alvarás, relato dos governadores, leis, devassas, entre outros. É, portanto, nesse sentido que as **Cartas chilenas** são revolucionárias, pois, ao permitirem uma aproximação mais sutil e menos enviesada da sociedade colonial, redimensionam, por conseguinte, uma nova percepção das relações entre a população local e o governador ou, ainda, esse tipo de documento é uma peça no mosaico que compõe a dinâmica da sociedade colonial.

Tal aproximação, causada por estas cartas, coadunava, sem dúvida, com o processo de alargamento das fronteiras do conhecimento histórico – mais especificamente, a relação entre história e literatura a partir do momento em que aquela utilizava esta para elaborar um conhecimento sobre o passado. Ao considerar, tanto no âmbito literário como histórico, as **Cartas chilenas** uma fonte histórica, inevitavelmente novas camadas da sociedade são visíveis e possibilitam, a partir de uma problematização refinada e embasada, novos olhares da sociedade colonial. Pode-se falar, sem embargo, de dimensões sensíveis que, dificilmente, aparecem nos documentos formais referentes ao período colonial. [...]

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. A relação entre história e literatura: as **Cartas chilenas** e a sociedade colonial. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 172, p. 77-89, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/27885/15131>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto sobre a relação conflituosa entre colonos e o "gentio" caiapó, nome que se dava aos indígenas que resistiram à circulação de colonos e de ouro nas capitanias de Minas Gerais e de Goiás durante o século XVIII, acessando o artigo: ÍNDIOS e negros nos sertões das minas. Disponível em: <http://livro.pro/bydp25>. Acesso em: 10 nov. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Os indígenas foram vistos como "invasores", quando na verdade eles reagiam à ocupação de suas terras.
b) Muitos deles foram mortos em razão das armas de fogo e das doenças contraídas no contato com os integrantes dessas expedições; além disso, esses grupos perderam a maior parte de seu território.
c) Resposta pessoal.

Texto de apoio

A professora Manuela Carneiro da Cunha apresenta e discute a tutela dos indígenas no século XVIII, importante para o atendimento da habilidade **EF08HI14** da BNCC.

A tutela dos indígenas no período colonial

A questão da origem da figura jurídica da tutela é obscura [...]. Há antes de mais nada que distinguir o regime das sociedades indígenas independentes, que haviam escapado ao processo de aldeamento, daquelas a quem tradicionalmente se impôs uma tutela, ou seja, os índios das aldeias: estes ficavam sob o poder temporal ora dos missionários ora de administradores nomeados pela Coroa, que tinham poder de dispor, sob certas condições, de seu trabalho e dos frutos de tal trabalho. [...] Em 1757, Mendonça Furtado, irmão de Pombal, inicia o Diretório dos Índios deplorando que os principais [líderes da aldeia], mal instruídos até então pelos padres [...], se tivessem mostrado inaptos para o governo das suas povoações: em consequência, os substitui por diretores "enquanto os índios não tiverem capacidade para se governarem".

É essa tutela dos diretores que será ab-rogada, diante da deserção das povoações, pela Carta Régia de 25 de julho de 1798. [...] nessa Carta [...], após declarar a emancipação dos índios aldeados de seus diretores e portanto sua equiparação aos outros habitantes no mercado de trabalho, D. Maria I afirma que aos índios aldeados [...] (e ela cita em exemplo os Munduruku, os Karajá e os Mura), [...] ela concede o privilégio de órfãos. É preciso entender que esse privilégio significa que teoricamente alguém, a saber o juiz de órfãos, deverá zelar para que os contratos sejam honrados, os índios pagos e, ao fim de um tempo, batizados. [...]

De tudo isso resulta que [...] em 1789 se passa a admitir na prática que, à revelia de qualquer administrador oficial (e apenas sob vigilância de um juiz), índios livres possam ser usados diretamente por particulares: é, no fundo, um sistema que vigorou [...] de cerca de 1570 a 1730 [...].

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 83-85.

IV Você cidadão!

Os povos indígenas da região mineira no século XVIII, por exemplo, foram vistos pelos colonos como **invasores**. Na verdade, eles reagiam à escravização e à ocupação de suas terras. Veja o que dois historiadores dizem sobre o assunto.

O ouro vermelho de Minas Gerais

O primeiro nome das terras de Minas Gerais, no início do século XVIII, foi Minas dos Cataguases, uma referência ao grupo indígena de procedência Jê que habitava vastas regiões dos sertões.

[...] Se a história de Minas é relacionada à busca de riquezas minerais e à Inconfidência Mineira, ela também esteve essencialmente associada aos índios – o "ouro vermelho", como a eles se referiam os colonizadores. [...]

[...] Durante a segunda metade do século XVIII, dezenas de bandeiras devassaram todo o território, em uma guerra não declarada que afugentou, exterminou, aprisionou e escravizou populações indígenas de diversas procedências étnicas. [...] A violência contra os índios não ocorreu apenas no início da corrida do ouro, como imaginaram alguns, mas persistiu ao longo de todo o século XVIII.

É verdade que os diversos povos nativos da região – incluindo Coroado, Puri, Botocudo, Kamakã, Pataxó, Maxakali, Caiapó, entre outros – encontraram-se, no fim, em minoria de armas e homens, atacados por doenças e obrigados a se deslocarem continuamente, em face da diminuição da terra e dos recursos naturais. Mesmo assim, eles lutaram tenazmente, sobretudo no caso dos caiapós no oeste e dos botocudos no leste da capitania, em territórios de grande interesse do poder colonial.

RESENDE, Maria L. Chaves de; LANGFUR, Hal. O ouro vermelho de Minas Gerais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, n. 10, p. 58-60, maio-jun. 2006.

a) Como os grupos indígenas foram vistos pelos bandeirantes?

b) De que forma as expedições aos sertões de Minas afetaram os indígenas que lá viviam?

c) **Em dupla**. Façam uma pesquisa sobre problemas atuais dos indígenas brasileiros e suas terras.

Indicação de *sites* para pesquisa:

• Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://livro.pro/n5btmi>. Acesso em: 9 nov. 2018.
• Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://livro.pro/4e2u8m>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

CAPÍTULO

6 A FORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Essa ilustração do século XX recria um episódio do início da colonização da América do Norte envolvendo a indígena Pocahontas e o inglês John Smith. Você já leu um livro ou assistiu a um filme sobre ela? Agora volte a olhar para a imagem: o que está acontecendo na cena? Será que isso de fato aconteceu? Os traços de Pocahontas são de uma indígena ou de uma europeia? E os indígenas a sua volta, como estão representados? Como terá sido o encontro entre os colonos ingleses e os indígenas da América do Norte?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF08HI07** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais.

ENCAMINHAMENTO

Essa ilustração é alusiva à história de amor entre Pocahontas, indígena da nação Powhatan, e o capitão inglês John Smith, que teria sido salvo por ela. Essa história de amor não é comprovada historicamente, mas, ao ser popularizada em gibis, cartazes e no cinema, passou a ideia de que o relacionamento entre os ameríndios e os europeus foi harmonioso e contou com uniões estáveis e filhos mestiços. A história de Pocahontas, se é que aconteceu, foi uma exceção; a regra na colonização da América foi o extermínio de muitos povos indígenas, inclusive o de Pocahontas. Na ilustração, Pocahontas está representada com traços europeus, enquanto os indígenas a sua volta têm uma fisionomia dura e são mostrados como agressores.

- Explicar, por meio do trabalho com a página de abertura do capítulo, a diferença entre memória e história.
- Esclarecer que, na memória construída pelos vencedores da disputa pelas terras da América do Norte, Pocahontas, conhecida de muitos alunos pelo desenho animado homônimo lançado pela Disney, é a personagem que legitima a conquista inglesa; ela aceita pacificamente a presença dos ingleses nas terras de seu povo. Ao viver com um inglês uma união amorosa, ela retira da memória o caráter violento da ação colonizadora.
- Mostrar, com a ajuda do desenho animado, como Pocahontas permite que se invertam os papéis: os indígenas, que se defendiam da ocupação inglesa, tornam-se vilões que, por puro egoísmo e preconceito, rejeitam a paz, optam pela guerra e, no médio prazo, conduzem a si mesmos à destruição. O extermínio acaba sendo responsabilidade dos exterminados.
- Chamar a atenção para o fato de que Pocahontas simboliza o "índio bom", que aceita a chegada dos europeus, contrastando com os "índios maus", que a combatem. Não é preciso dizer que os adjetivos "bom" e "mau" atendem exclusivamente à perspectiva dos europeus.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: POR GLÓRIA, Deus e ouro: a conquista inglesa da América do Norte e a questão indígena nos desenhos animados dos estúdios Disney: Pocahontas I e II (1995 e 1998). Disponível em: <http://livro.pro/afikoa>. Acesso em: 18 set. 2018.

Dica de filme

- POCAHONTAS: o encontro de dois mundos. Direção: Mike Gabriel e Eric Goldberg, 1995. Duração: 1h22min.

Animação que retrata a história de amor entre Pocahontas e John Smith, no início do processo de colonização da América do Norte pelos ingleses e o consequente extermínio das populações nativas.

ENCAMINHAMENTO

Visamos abordar o início da colonização da América do Norte pelos ingleses e suas consequências para os nativos da região.

Orientamos ressaltar a importância da cultura para esses povos. Além de terem perdido o direito às suas terras, a identidade dos povos nativos foi brutalmente invadida.

- Comentar que a primeira expedição liderada por *Sir* Walter Raleight aportou em uma terra que foi batizada de Virgínia, em homenagem a Elizabeth, a rainha virgem. À semelhança do que ocorreu na América portuguesa, a Coroa delegou a particulares os encargos da colonização, reservando para si uma parte das eventuais descobertas de ouro e prata.
- Destacar que o início da vida desses primeiros colonos que vieram para a América inglesa não foi fácil, pois tiveram de enfrentar a fome, o frio, as doenças e a resistência dos indígenas à ocupação de suas terras. Esses fatores levaram ao fracasso da primeira experiência de colonização inglesa em terras americanas.
- Refletir sobre o texto do historiador Leandro Karnal:

O universo inglês, mesmo quando eventualmente favorável à figura do índio, jamais vai promover um projeto de integração. O índio permaneceu um estranho, aliado ou inimigo, mas sempre estranho.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: da colônia à independência. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 28. (Repensando a História Geral).

- Aprofundar o assunto acessando o texto: DECLARAÇÃO americana sobre os direitos dos povos indígenas. Disponível em: <http://livro.pro/6ahye5>. Acesso em: 18 set. 2018.

Colonização inglesa da América

A primeira tentativa inglesa de colonização da América se deu no reinado da poderosa Elizabeth I. Em 1585, essa rainha deu permissão a um nobre inglês, *Sir* Walter Raleigh, para iniciar a colonização da parte norte da América.

Sir Raleigh fundou um pequeno povoado, na costa leste da América, o qual batizou de Virgínia. Mas essa primeira experiência inglesa de colonização da América fracassou, e esse fracasso deveu-se, sobretudo, à fome, às doenças e à resistência indígena.

PARA SABER MAIS

Os indígenas

Centenas de povos indígenas, como cheroquis, comanches e apaches, habitavam a América do Norte quando os europeus lá chegaram. Ainda hoje, muitos lugares dos Estados Unidos têm nomes de grupos indígenas, como Dakota, Massachusetts, Illinois, Missouri, entre outros.

A colonização inglesa na América acabou provocando a morte física e cultural de muitos povos indígenas da região. Os colonos ingleses não fizeram nenhum esforço significativo para integrar os índios. As uniões entre colonos e mulheres indígenas não eram estimuladas. Houve miscigenação, mas em um número bem menor do que na América Espanhola e nas terras onde é hoje o Brasil.

Dica! Os nativos da América do Norte. Documentário sobre os povos nativos da América do Norte. Duração: 21min14s. Disponível em: <http://livro.pro/u6pdbi>. Acesso em: 18 set. 2018.

CORBIS/GETTY IMAGES

Indígena da nação Comanche em fotografia de 1872.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Escravidão e liberdade: o paradoxo americano

[...]

A Virgínia foi desde o início concebida não apenas como um refúgio para os pobres sofridos da Inglaterra, mas também como uma ponta de lança da liberdade inglesa num mundo oprimido. Tal era o sonho. Mas quando começou a concretizar-se em Roanoke Island em 1585, algo deu errado. [...]

O que se perdeu nessa famosa colônia [...] foi mais do que um bando de colonizadores de que nunca mais se teve notícia. O que também se perdeu e nunca mais se recuperou totalmente em aventuras posteriores foi o sonho de ingleses e índios vivendo lado a lado em paz e liberdade. Quando os ingleses finalmente instalaram uma colônia permanente em Jamestown vieram como conquistadores, e seu governo não foi nada gentil. Os índios predispostos a submeter-se a ele eram pouquíssimos e estavam espiritualmente por demais abatidos para desempenhar um papel significativo na colônia.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100007>. Acesso em: 18 set. 2018.

A segunda tentativa inglesa

No início do século XVII, a monarquia inglesa fez uma nova tentativa: confiou a duas grandes companhias de comércio a tarefa de iniciar a colonização da América do Norte. Essas companhias eram formadas por comerciantes interessados no transporte de pessoas e mercadorias com a intenção de lucro; eram, portanto, empresas capitalistas.

Para atrair pessoas, essas companhias lançaram uma propaganda prometendo terras férteis e uma nova vida àqueles que embarcassem para a América. Na Inglaterra, essa propaganda atraiu pessoas de diferentes origens e condições sociais, entre as quais cabe citar: **degredados**; **aventureiros**; **mulheres pobres** (vendidas aos colonos como esposas); **camponeses sem terra**, que, muitas vezes, iam trabalhar como **servos temporários**; **grupos religiosos protestantes ingleses** – puritanos, batistas, presbiterianos e outros que fugiam da Inglaterra devido à perseguição política e religiosa movida pela monarquia inglesa.

Servos temporários: indivíduos que se comprometiam a trabalhar gratuitamente por quatro ou cinco anos na propriedade americana da pessoa que havia pago a passagem deles para a América.

IMAGE ASSET MANAGEMENT/WORLD HISTORY ARCHIVE/EASYPIX, BRASIL

Em 1620, um grupo de puritanos ingleses chegou onde hoje é o estado de Massachusetts, no nordeste da América do Norte, em um navio chamado *Mayflower*, e lá fundou um núcleo de colonização chamado Plymouth. Esses primeiros imigrantes, os chamados "pais peregrinos" (*pilgrim fathers*), viam a si mesmos como "eleitos" por Deus, o que os ajudou a superar as dificuldades dos primeiros tempos. Obra da década de 1940.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

ENCAMINHAMENTO

A página busca elucidar o início do capitalismo na região da América do Norte, por meio das companhias de comércio e do poder de persuasão das narrativas desenvolvidas pelos primeiros emigrantes e viajantes (colonizadores, comerciantes, mercadores, religiosos), com o objetivo de atrair novos emigrantes para a região das colônias. **Professor**: orientamos chamar a atenção para essa forma de comunicação atrativa. Diversas regiões do mundo se formaram a partir da força das narrativas, que atraíram imigrantes em busca de melhores condições de vida, ocupando os continentes e formando novas sociedades.

- Comentar que, no século XVII, a Inglaterra e sua crescente burguesia decidiram ativar os negócios coloniais. Assim, para ocupar efetivamente a costa atlântica da América, o rei inglês Jaime I criou, em 1601, duas companhias de comércio: a Companhia de Londres, que ocuparia a região sul, e a Companhia de Plymouth, que ficaria com o norte. Essas companhias eram formadas por capitalistas interessados em lucrar com o transporte de pessoas e de mercadorias. E, por isso, lançaram uma propaganda prometendo terras férteis e uma nova vida àqueles que embarcassem para a América.
- Salientar que as pessoas atraídas pela propaganda das companhias de comércio eram de diversas origens e condições sociais, entre as quais podemos destacar:

– **Camponeses sem terra** – trabalhadores pobres seduzidos pelas promessas feitas pelas companhias de comércio de terras férteis e abundantes àqueles que embarcassem para a América. Sem ter como pagar a passagem, os camponeses aceitavam embarcar como servos temporários. A servidão temporária (*indenturent servant*) consistia em trabalhar gratuitamente por quatro ou cinco anos na propriedade americana de quem havia pago a passagem do imigrante.

– **Grupos religiosos protestantes** – puritanos, batistas e *quakers* fugidos da perseguição que a monarquia inglesa movia a todos os que contrariavam sua religião (o anglicanismo) e sua política absolutista.

- Ressaltar que o primeiro povoado permanente na América do Norte foi **Jamestown** (1607), na Virgínia. Posteriormente, foram criadas outras colônias, formando as Treze Colônias, que deram origem aos Estados Unidos da América.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: ESTADOS Unidos. Disponível em: <http://livro.pro/5o8vzz>. Acesso em: 18 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Evidenciar que, apesar de estarem submetidas às leis inglesas, pagarem impostos à metrópole e garantirem a posse do território para a Inglaterra, as Treze Colônias da América do Norte viveram, durante o século XVII, uma relativa autonomia; isso possibilitou, por exemplo, desenvolverem a prática de se reunir em assembleias para tomarem decisões sobre as regiões em que viviam.

Dialogando

Não se pode dizer "Estados Unidos Colônia", como dizemos "Brasil Colônia", porque os Estados Unidos só se formaram após a independência das Treze Colônias. Não se tratava de uma unidade: o que havia de fato eram Treze Colônias, localizadas na costa leste da América do Norte.

Texto de apoio

Emigração europeia

A maioria dos emigrantes europeus deixou seu país natal para fugir da opressão política, buscar a liberdade de praticar sua religião ou encontrar aventuras e oportunidades que não teriam no seu próprio país. Entre 1620 e 1635, a Inglaterra foi varrida por dificuldades econômicas. Muitos não conseguiam encontrar trabalho. Até artesãos qualificados ganhavam pouco mais do que o necessário para a subsistência. Essas dificuldades foram ainda agravadas por colheitas decepcionantes. [...]

[...]

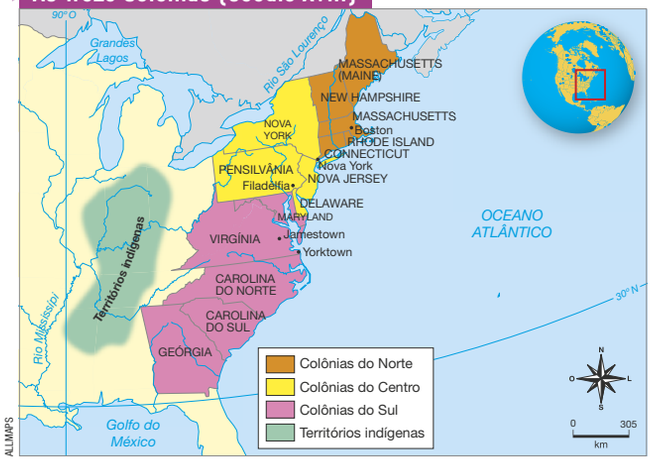
Muitas pessoas foram impelidas a migrar para os Estados Unidos por razões políticas. Na década de 1630, o reinado autocrático de Carlos I da Inglaterra estimulou a migração para o Novo Mundo. A revolta que se seguiu e a vitória dos opositores de Carlos, liderados por Oliver Cromwell, na década de 1640, levou muitos cavalheiros – "homens do rei" – a tentarem a sorte na Virgínia. Nas regiões europeias de fala germânica, as políticas opressoras de vários príncipes locais – sobretudo em relação à religião – e a devastação trazida por uma longa série de guerras ajudaram a engrossar ainda mais o fluxo em direção à América no final do século XVII e no século XVIII.

A vinda dos colonos no século XVII exigia um planeamento e uma administração cuidadosa e implicava também considerável despesa e risco. Os colonos tinham de ser transportados quase 5 000 quilômetros pelo mar. Precisavam de utensílios, roupas, sementes, ferramentas, materiais de construção, pecuária, armas e munição. Diferentemente das políticas de colonização implementadas em outros países e em outros períodos, a emigração da Inglaterra não foi patrocinada diretamente pelo governo, e sim por grupos privados cuja motivação principal era o lucro.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. Escritório de Assuntos Públicos. **Um esboço da história americana**. 2012. p. 11-13. Disponível em: <https://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/OutlineofUSHistory_Portuguese.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

Além dos ingleses, **outros europeus de diferentes origens** (escoceses, irlandeses, alemães, franceses e holandeses) foram para a América do Norte em busca de uma vida melhor. Esses grupos todos constituíram inicialmente a população das **Treze Colônias da América do Norte**, que podemos agrupar em: colônias do Norte ou Nova Inglaterra, colônias do Centro e colônias do Sul. Observe o mapa.

As Treze Colônias (século XVIII)



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício et al. **Atlas histórico escolar**. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 62.

DIALOGANDO

Por que será que dizemos "Brasil Colônia" e não podemos dizer "Estados Unidos Colônia"?

Economia colonial

O desenvolvimento das Treze Colônias variou de acordo com as condições geográficas e os interesses dos colonos.

As **colônias do Sul** se desenvolveram com base na grande propriedade escravocrata, a ***plantation***, onde geralmente se explorava um único produto (tabaco, algodão ou anil) destinado ao mercado externo. Os fazendeiros sulistas vendiam seus produtos para a Inglaterra e dela compravam quase tudo de que necessitavam. Aos poucos, os sulistas foram substituindo os servos brancos por africanos escravizados originários da África ocidental. Entre 1620 e 1860, cerca de 400 mil africanos foram levados para a América do Norte para trabalhar como escravizados. Com isso, formou-se na região uma sociedade escravista marcada por grandes desigualdades.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: PHOTOQUEST/GETTY IMAGES

Litogravura sobre uma plantação de algodão no Mississípi, em 1884. Os africanos e seus descendentes contribuíram com seu trabalho e suas culturas para constituir o que os Estados Unidos são hoje.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FNDE

Já as **colônias do Centro-Norte** desenvolveram-se com base na pequena propriedade, na **policultura**, na produção de manufaturas e no comércio triangular: um comércio lucrativo que envolvia a América do Norte, a África e as Antilhas (na América Central).

Entenda o funcionamento do **comércio triangular**:

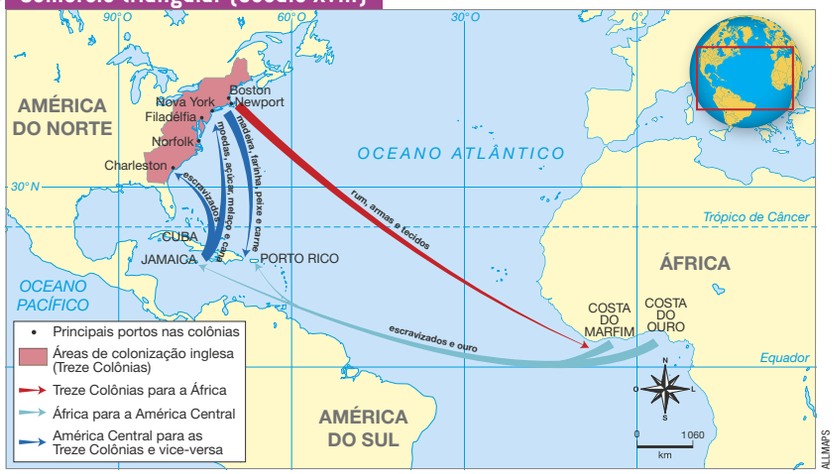
Passo nº 1: usando navios próprios, os colonos do Norte conseguiam melaço nas Antilhas e o transformavam em rum.

Passo nº 2: trocavam rum, armas e tecidos por pessoas escravizadas na costa ocidental da África.

Passo nº 3: em seguida, levavam os escravizados para serem vendidos nas fazendas das Antilhas e de lá voltavam com mais melaço de cana para transformar em rum.

Policultura: a cultura de vários produtos. Cultivavam-se vários tipos de batata e de milho (cultivos aprendidos com os indígenas), além de trigo, cevada, maçã e pêssego (cultivos trazidos da Europa).

Comércio triangular (século XVIII)



Fonte: NARO, Nancy P. S. **A formação dos Estados Unidos**. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Unicamp, 1987. p. 15. (Discutindo a História).

Essas diferenças entre o Centro-Norte e o Sul refletiam-se no relacionamento dessas áreas com a metrópole. Enquanto o Centro-Norte foi se desenvolvendo com certa independência econômica e financeira, o Sul evoluiu mantendo estreita dependência da Inglaterra.

No aspecto político, as Treze Colônias desenvolveram-se com grande autonomia. Cada colônia tinha sua assembleia, que era encarregada de elaborar leis, votar o orçamento e administrar o recolhimento dos impostos. Assim, desde cedo os colonos americanos desenvolveram hábitos e sentimentos de autonomia em relação à metrópole inglesa. A força política e econômica dos colonos americanos ajuda a explicar sua capacidade de resistência e organização.

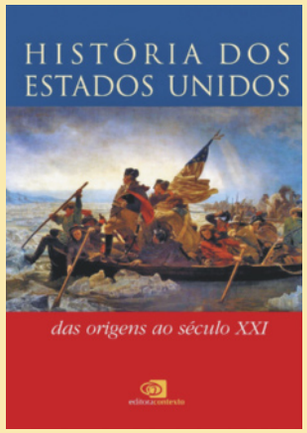
DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

Dica de leitura

- KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

O historiador Leandro Karnal trata da formação dos Estados Unidos a partir da ocupação do território, das relações entre colonos e nativos, das lutas pela independência e da consolidação territorial do continente americano.



Texto de apoio

A vida cotidiana nas colônias

A família das colônias em muito se assemelhava às famílias europeias. Havia uma média de sete filhos por casa, com uma alta taxa de mortalidade infantil. A autoridade residia no pai, mas todos os membros da família deveriam trabalhar.

As mulheres tinham trabalhos dentro e fora de casa. Por suas mãos a família se vestia, comia e obtinha iluminação, tendo em vista que tecidos, alimentos e velas eram geralmente produção caseira. [...]

Mesmo com o desenvolvimento do comércio e das atividades manufatureiras, grande parte da população ligava-se ao campo; a maioria dos homens, portanto, dedicava-se à agricultura. [...]

Nos relatos da vida cotidiana nas colônias há um princípio prático que volta com insistência. Tanto na vida cultural como na econômica, as populações das colônias dedicaram-se pouco a atividades de especulação filosófica ou artística. Poucos documentos ilustrariam tão bem essa característica como uma carta de John Adams, em 1780. [...]

"Eu poderia encher volumes com descrições de templos e palácios, pinturas, esculturas, tapeçarias e porcelanas – se me sobrasse tempo. Mas não poderia fazer isso sem negligenciar os meus deveres... Devo estudar política e guerra para que meus filhos possam ter a liberdade de estudar matemática e filosofia, geografia, história natural, arquitetura naval, navegação, comércio e agricultura, a fim de que deem a seus filhos o direito de estudarem pintura, poesia, música, arquitetura, estatuária, tapeçaria e porcelana."

Logo, na mentalidade de Adams, que não constitui uma exceção nas colônias, a guerra era o primeiro item, depois viriam as atividades econômicas e, por fim, quando tudo isso estivesse feito, sobraria o espaço para a arte formal propriamente dita.

KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 67-69.

ENCAMINHAMENTO

- Frisar que, desde o início da colonização, os habitantes das Treze Colônias da América do Norte desenvolveram sentimentos de autonomia em relação à metrópole e hábitos de autogoverno. A Inglaterra, por sua vez, adotou durante muito tempo a política de **negligência salutar**, isto é, de não interferência nos assuntos internos das Treze Colônias. A partir da segunda metade do século XVIII, no entanto, o governo inglês mudou sua política colonial, passando a oprimir suas colônias.
- Destacar que a Inglaterra venceu as duas guerras travadas na Europa e na América, a **Guerra Franco-Índia** e a **Guerra dos Sete Anos**, mas saiu delas abalada financeiramente. A França, por sua vez, foi derrotada e teve de entregar para a Inglaterra uma parte de suas possessões no Canadá, nas Antilhas e na Índia. Observe o mapa.
- Esclarecer que as relações entre os colonos e a metrópole tornaram-se difíceis na segunda metade do século XVIII, devido à decisão da Coroa em alterar os valores dos impostos com o objetivo de estabilizar a economia inglesa, recuperando-se da enorme dívida contraída durante a Guerra dos Sete Anos.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: 1763: TRATADO de Hubertusburg marca o fim da Guerra dos Sete Anos. Disponível em: <http://livro.pro/d926jx>. Acesso em: 18 set. 2018.

A Inglaterra aperta o laço

No século XVII, primeiro século da colonização da América do Norte, a Inglaterra quase não interferiu nos assuntos internos das Treze Colônias. No século seguinte, porém, a Inglaterra mudou sua política colonial e passou a oprimir suas colônias na América. Entre os motivos que levaram a essa mudança na política colonial inglesa cabe citar:

a) a concorrência que as mercadorias norte-americanas faziam às inglesas no mercado externo;

b) as guerras em que a Inglaterra se envolveu: a **Guerra Franco-Índia**, iniciada em 1754, quando os colonos norte-americanos invadiram as terras indígenas situadas além dos Montes Apalaches, provocando a reação dos franceses que lá viviam e dos indígenas aliados a eles; a **Guerra dos Sete Anos** (1756-1763), motivada pela disputa entre a França e a Inglaterra por terras situadas na África, na Ásia e na América do Norte. A Inglaterra venceu as duas guerras, mas saiu delas financeiramente abalada e, para recuperar-se, aumentou os impostos pagos pelos habitantes das Treze Colônias.

Derrotada na Guerra dos Sete Anos, a França teve de ceder para a Inglaterra possessões na América do Norte e nas Antilhas.

A América do Norte após a Guerra dos Sete Anos (século XVIII)

Fonte: VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. **Atlas histórico**. Lisboa: Círculo do Livro, 1990. p. 208.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Contexto explosivo

Região colonizada por potências europeias a partir do processo de expansão marítima iniciado em meados do século XV, o continente americano viria a ser, muitos anos depois, palco de inúmeros movimentos coloniais emancipacionistas. Mais precisamente ao longo do século XVIII, no mesmo contexto de crise do Antigo Regime na Europa e de fortalecimento dos ideais iluministas, o Novo Mundo foi assolado por diversas insurreições contrárias às determinações das Coroas europeias. [...]

Os movimentos de independência das colônias americanas ganharam força à medida que as Coroas europeias ampliaram a carga tributária cobrada sobre essas regiões, além de expandir todo o sistema de fiscalização que ali funcionava. Tais medidas, que na ótica do colonizador buscavam somente ampliar sua arrecadação, ao olhar do colono se mostravam como ações intoleráveis e que atacavam frontalmente suas liberdades e direitos. [...]

Ao mesmo tempo, a propagação dos valores liberais do Iluminismo nas Américas contribuiu para incendiar ainda mais o cenário explosivo que se desenvolvia nessas colônias. Difundidos por americanos que iam estudar em universidades europeias e depois retornavam, nas lojas maçônicas ou mesmo através de livros e jornais que chegavam a essas regiões, estes ideais foram interpretados pelos colonos como justificativas que legitimavam a luta pela independência.

MARTINS JUNIOR, Leandro Augusto. Independência dos Estados Unidos. **Globo Educação**. Disponível em: <http://educacao.globo.com/historia/assunto/independencia-das-americas/independencia-dos-estados-unidos.html>. Acesso em: 18 set. 2018.

O processo de independência

Na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra impôs uma série de leis opressivas que afetavam duramente os colonos norte-americanos. Conheça, a seguir, algumas delas.

Lei do Açúcar (1764): aumentava os impostos que os colonos deviam pagar sobre o melaço, o vinho, o café, a seda e o linho nos seus portos. Também obrigava os colonos a comprar o melaço (para fazer o rum) das Antilhas inglesas. Antes, os colonos compravam melaço de quem vendesse mais barato, as Antilhas francesas ou as holandesas. Os colonos organizaram vários protestos, mas não foram ouvidos.

Lei do Selo (1765): dizia que todos os contratos, jornais, cartazes, cartas e certidões que circulavam nas Treze Colônias deviam receber um selo, comprado do governo inglês. Os colonos reagiram invadindo agências postais e queimando maços de selos. E iniciaram uma campanha com o lema "**Sem representação não pode haver tributação**", isto é, se não tinham sido consultados, não podiam ser taxados. A Inglaterra acabou suspendendo a lei, mas, no ano seguinte, lançou novos impostos.

Lei do Chá (1773): a Inglaterra entregou à Companhia das Índias Orientais, sediada em Londres, o controle sobre a venda do chá para as Treze Colônias. Disfarçados de índios Mohawk, cerca de 150 colonos invadiram três navios ingleses no porto de Boston e atiraram o chá ao mar. Foi a chamada **Festa do Chá em Boston** (*Boston Tea Party*).

Leis Intoleráveis (1774): em resposta ao episódio do chá, a Inglaterra decretou um conjunto de leis que os colonos norte-americanos consideraram intoleráveis; são elas:

a) o fechamento do porto de Boston até que os colonos pagassem os prejuízos causados com o derramamento do chá no mar;

b) a ocupação de Massachusetts pelo exército inglês;

c) o julgamento dos colonos rebelados por tribunais ingleses.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: POPPERFOTO/GETTY IMAGES

Situado em Massachusetts, o porto de Boston era o mais movimentado das Treze Colônias. Observe os colonos em ação durante o episódio denominado **Festa do Chá em Boston**. Perceba que o navio traz a bandeira inglesa. Ilustração do álbum **Liberdade**, publicado por Kinney Bros por volta de 1889.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A "Festa do Chá"

A historiografia sobre a independência americana oferece muitas descrições sobre as reações coloniais às leis fiscais impostas pelos ingleses. Uma dessas reações merece uma atenção particular, especialmente pelo simbolismo presente no protesto. A famosa *Boston Tea Party*, ou Festa do Chá de Boston, de 1773, foi organizada pelo líder radical Samuel Adams em protesto ao monopólio do chá concedido à Companhia das Índias Orientais. Essa medida obrigava os colonos a comprarem chá apenas da Companhia e gerou um boicote colonial. O chá passou a ser devolvido à Inglaterra, em vez de ser posto à venda.

Vários protestos coloniais daquela época contaram com a participação de organizações secretas constituídas principalmente por artesãos e pequenos comerciantes. A mais famosa dessas organizações era a *Sons of Liberty* (Filhos da Liberdade), protagonista da Festa do Chá. Na noite de 16 de dezembro de 1773, os filhos da liberdade, vestidos como guerreiros indígenas, embarcaram em navios britânicos ancorados no porto de Boston e despejaram a carga de chá ao mar. Um dado interessante nesse acontecimento está na vestimenta indígena escolhida pelos colonos para a ação, indicativa da insatisfação com os desmandos de Londres. Ora, os colonos em protesto vestiram-se como os índios *mohawks*, um temido grupo guerreiro, reputado pela bravura em combate.

Se os colonos, com essa ação, informavam à metrópole sobre a disposição de resistir aos abusos, a Coroa não deixou, também, de se manifestar. O rei, Jorge III, escreveu as seguintes palavras quando recebeu as notícias da *Boston Tea Party*: "A sorte está lançada. Ou as colônias se submetem, ou triunfam".

VIANA, Larissa; CAMPOS, Janille. A Independência das treze colônias inglesas na América. **ANPHLAC**. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/indep_treze_colonias_apresentacao>. Acesso em: 25 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Mostrar aos alunos que o eixo da rebelião se encontrava na oposição dos colonos à imposição de novas taxas e impostos por parte da Coroa.
- Abordar outros fatores que opuseram os colonos norte-americanos ao governo inglês. Neste caso, pode-se chamar a atenção para um aspecto geralmente esquecido, embora bastante importante: a proibição inglesa de os colonos avançarem sobre as áreas indígenas.
- Esclarecer que essa proibição, que atendia aos interesses econômicos da Coroa britânica de continuar lucrando com o comércio de peles fornecidas pelos indígenas, contrariou os colonos e foi decisiva para que tomassem a decisão de lutar pela independência.
- Comentar que, revoltados contra a política fiscal inglesa, alguns colonos lançaram bolas de neve contra um quartel inglês. Assustados, os soldados reagiram matando quatro manifestantes. Esse episódio, conhecido como **Massacre de Boston**, foi amplamente utilizado pela propaganda a favor da independência.

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que as Leis Intoleráveis estimularam nos colonos um forte sentimento antimetrópole. Foram criadas várias sociedades secretas, com destaque para a "Filhos da Liberdade", que uniu os colonos em torno da ideia de independência. Intelectuais e ativistas, adeptos das ideias liberais e iluministas, como Thomas Jefferson, Samuel Adams e Benjamim Franklin, assumiram a liderança do movimento.
- Destacar que os colonos ingleses argumentavam que não tinham representantes no Parlamento inglês; logo, qualquer medida que o governo inglês tomasse referente a eles seria ilegítima e configuraria um ato de tirania. Daí a legitimidade da rebelião.
- Salientar que, em meio ao **Segundo Congresso Continental da Filadélfia** (1775 a 1781), um folheto denominado **Senso comum**, de autoria de Thomas Paine, espalhou-se rapidamente pelas Treze Colônias e foi um poderoso instrumento de propaganda da ideia de independência.
- Informar que o Segundo Congresso acabou optando pela separação. O comando das tropas foi entregue a **George Washington**, um rico fazendeiro do Sul. Uma comissão redigiu a **Declaração de Independência**, publicada em 4 de julho de 1776; seu principal autor foi **Thomas Jefferson**. O texto da Declaração defendia a resistência à tirania e os direitos à vida, à liberdade e à busca da felicidade.
- Frisar que, legalmente, a independência estava proclamada, mas, para conquistá-la, os "patriotas" tiveram de travar uma guerra difícil contra os "jaquetas-vermelhas" – como eram chamados os soldados ingleses.
- Esclarecer que a vitória dos colonos na **Batalha de Saratoga** (1777) atraiu o apoio da França e da Espanha, rivais da Inglaterra, que passaram a auxiliá-los com dinheiro, soldados e navios. Animados pela ajuda externa, os colonos redobraram os esforços e venceram a **Batalha de Yorktown** (1781), decisiva para o desfecho da guerra.
- Ressaltar que em 1783, pelo **Tratado de Paris** (ou **de Versalhes**), a Inglaterra reconheceu a independência das Treze Colônias, a primeira ocorrida no continente americano. Nascia assim um novo país: os Estados Unidos da América.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: GRAPHICAARTIS/GETTY IMAGES

Retrato de Thomas Jefferson por Mather Brown. Washington (EUA), 1786.

O movimento de independência

Naquele mesmo ano, os representantes das colônias organizaram o **Primeiro Congresso Continental da Filadélfia**, no qual redigiram um protesto contra as Leis Intoleráveis.

O governo inglês respondeu ordenando a destruição de um depósito de armas dos colonos; estes reagiram e tiveram início as batalhas de Lexington e de Concord (1775), as primeiras da guerra pela independência.

Os representantes das colônias organizaram, então, o **Segundo Congresso Continental da Filadélfia**, que, depois de intensos debates, optou pela separação: conclamou os cidadãos às armas e nomeou George Washington comandante das tropas norte-americanas. Em 4 de julho de 1776, ficou pronta a **Declaração de Independência**, por meio da qual eles declararam-se "livres e independentes" da metrópole inglesa; seu principal autor foi **Thomas Jefferson**.

Na Declaração de Independência, inspirados nas ideias de John Locke, os colonos defendiam a resistência à tirania e o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

A guerra dos "patriotas" contra os "**jaquetas-vermelhas**" foi difícil e se estendeu por cerca de seis anos. Ao vencer a Batalha de Saratoga (1777), os colonos atraíram o apoio da França, da Espanha e da República das Províncias Unidas (Holanda) – antigas rivais da Inglaterra –, que passaram a ajudá-los com armas, soldados e dinheiro. Com a ajuda externa, os norte-americanos conseguiram vencer a luta e, em 1783, pelo **Tratado de Paris**, a Inglaterra reconhecia a independência das Treze Colônias. Era o primeiro país da América a tornar-se independente.

Jaquetas-vermelhas: apelido dado aos soldados ingleses em razão da cor de seus uniformes.

A Constituição dos Estados Unidos

Os Estados Unidos estavam livres. Era preciso, agora, organizar o novo país, definindo os direitos e deveres dos cidadãos. A Constituição do país ficou pronta em setembro de 1787 e é a mesma até hoje, embora tenha recebido algumas modificações (emendas).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ESTADOS Unidos da América: formação do Estado Nacional. Disponível em: <http://livro.pro/noauja>. Acesso em: 18 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ILUSTRACIÓN. Duração: 3min40s. Disponível em: <http://livro.pro/fbvv6w>. Acesso em: 18 set. 2018.

Vídeo sobre a Declaração de Independência das Treze Colônias, com o áudio em espanhol.

- MARAVILHAS criadas pelo homem: Monte Rushmore. Duração: 10 min. Disponível em: <http://livro.pro/qme9pt>. Acesso em: 18 set. 2018.

Documentário sobre a história do Monte Rushmore.

- A SAGA dos EUA – Episódio 2: Revolução. Duração: 43min39s. Disponível em: <http://livro.pro/g4qr6a>. Acesso em: 18 set. 2018.

Documentário sobre os eventos que culminaram na independência das Treze Colônias.

A Constituição definia os Estados Unidos como uma **república federalista e presidencialista**. Federalista porque as ex-colônias, que passaram a ser estados, ganharam autonomia para criar leis próprias, organizar forças militares e pedir empréstimos no exterior.

Os poderes, seguindo a teoria de Montesquieu, ficaram divididos em Executivo, Legislativo e Judiciário. O poder Executivo cabia ao presidente da República, que era eleito indiretamente; os eleitores de cada estado escolhem seus delegados, que formam um Colégio Eleitoral, que, por sua vez, elege o presidente da República. Para exercer o poder Legislativo foi criado o Congresso, composto por duas câmaras: a Câmara dos Representantes e o Senado. O Judiciário era exercido, no âmbito federal, pela Suprema Corte, que deveria garantir o cumprimento das leis.

Uma cidadania limitada

Logo no início da Constituição americana, lê-se: "Nós, o povo dos Estados Unidos [...]". Será que nesse "nós" estavam incluídos todos os habitantes do novo país?

A resposta é não, a começar pelos indígenas. Para os indígenas, a independência traria prejuízos, pois, a partir de então, aumentou a pressão dos colonos sobre as terras indígenas a oeste do Mississípi. Para os descendentes dos africanos, a independência nada significou. Os negros escravizados (mais de meio milhão de pessoas) continuaram na mesma condição. As mulheres, por sua vez, foram excluídas do direito de voto.

Na prática, portanto, a expressão "Nós, o povo dos Estados Unidos" referia-se apenas aos homens adultos e brancos que possuíssem certa renda (da terra ou de investimentos). A maioria dos habitantes dos Estados Unidos foi excluída do processo político.

DAVID A. DOBBS/AGE FOTOSTOCK/EASYPIX BRASIL

Prédio do Capitólio, sede do poder Legislativo dos Estados Unidos, em 2011.

ENCAMINHAMENTO

A página busca esclarecer o pós-independência dos Estados Unidos e a forma de organização do Estado. **Professor**: orientamos chamar a atenção dos alunos para a divisão de poderes estabelecida nos Estados Unidos, fazendo uma conexão com o sistema político do Brasil. Além disso, consideramos de enorme importância frisar que o direito à cidadania não se estendeu a todos os indivíduos: os indígenas e os negros escravizados, por exemplo, permaneceram excluídos da sociedade.

- Comentar que os primeiros tempos dos Estados Unidos foram difíceis. Os constituintes encontravam-se divididos: alguns, como Thomas Jefferson, defendiam maior autonomia para os estados; outros, como George Washington, eram favoráveis a um governo central.
- Ressaltar que a **Constituição** – em vigor até hoje – foi concluída em 1787 e declarou o país uma República presidencialista e federalista. O **federalismo** é um conceito-chave dessa Constituição: cada Estado passou a ter autonomia para criar leis próprias, organizar forças militares e até mesmo pedir empréstimos no exterior. Ao governo federal cabia a responsabilidade pela política externa, pela defesa e pelo comércio exterior.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América: 1787. Disponível em: <http://livro.pro/p2m2mt>. Acesso em: 18 set. 2018.

+ATIVIDADES

[...]

Um dos grandes desafios para as lideranças negras norte-americanas no século XIX era o de combater a um só tempo a escravidão e o crescente racismo, em parte disseminado por discursos da ciência. Da ciência à política, e vice-versa, uma variedade de imagens, teorias e debates sobre a suposta inadequação dos negros para integrar a república norte-americana invadiu ambientes acadêmicos, jornais, discussões partidárias e o cotidiano das ruas. Líderes negros, radicados sobretudo nas cidades ao Norte do país, onde a escravidão foi abolida nas décadas que se seguiram à Independência, contradiziam e desafiavam a crescente ideia de inferioridade dos negros. Valendo-se muitas vezes da retórica sobre a raça, tão presente naquele contexto, subvertiam-na para reafirmar a noção da igualdade original entre os povos, qualquer que fosse a sua cor. Líderes negros como James McCune Smith iam a público para combater a noção de supremacia branca e defender a cidadania negra em um ambiente de crescente embate racial.

VIANNA, Larissa Moreira. A América negra em tempo de revolução: raça e república nos Estados Unidos (1776-1860). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 153, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/viewFile/1836/1675>. Acesso em: 18 set. 2018.

- A partir do texto, pesquise e disserte sobre os direitos dos cidadãos negros no período pós-independência dos Estados Unidos.

ATIVIDADES

I Retomando

1. O trecho a seguir é de um documento de 1628, que mostra a visão do colono Jonas Michaelius a respeito dos indígenas locais. Leia-o com atenção.

> Quanto aos nativos deste país, encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda decência; mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estacas de jardim, espertos em todas as perversidades [...] homens endemoniados que não servem a ninguém senão ao diabo [...].
>
> KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 59.

a) Que adjetivos Jonas usa para se referir aos indígenas?

b) Qual é a visão dele a respeito dos indígenas?

c) A demonização do indígena pode ter servido para justificar a conquista da América pelos europeus?

2. Faça o que se pede:

a) Conceitue escravo;

b) Conceitue servo temporário;

c) Escreva um período diferenciando escravo de servo temporário, no contexto das Treze Colônias.

3. Escreva um texto sobre a colonização da América do Norte seguindo o roteiro:

- A estratégia usada pelas companhias de comércio para estimular as pessoas a irem para a América;
- Pessoas e grupos atraídos pelas companhias de comércio;
- De que forma os conflitos religiosos na Europa influenciaram a ida de ingleses para a América do Norte.

4. Elabore no caderno um quadro comparativo entre as colônias americanas do Centro-Norte e as colônias do Sul. Considere os aspectos econômicos, políticos e o tipo de relação com a Inglaterra.

5. Na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra impôs às Treze Colônias uma série de leis opressivas. Monte uma ficha com o nome, a data e o que cada uma delas determinava.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. a) "selvagens", "primitivos", "incivilizados", "estúpidos" etc.
   b) A visão dele é etnocêntrica; quem tem uma cultura diferente da dele é visto como inferior, incivilizado. **Professor**: retomar e consolidar o conceito de etnocentrismo; comentar que, para os ingleses, os indígenas sempre foram considerados estranhos.
   c) Sim; a demonização do "outro", do que é diferente serviu para justificar a expropriação das terras indígenas e a violência usada pelos ingleses na relação com os nativos da América do Norte.
2. a) O escravo era um bem pertencente ao seu senhor.
   b) Era um indivíduo que se comprometia a trabalhar gratuitamente por 4 ou 5 anos na propriedade americana da pessoa que havia pago a passagem dele para a América.
   c) Eis algumas diferenças entre essas duas formas de trabalho. O escravo era comprado, vendido, doado; não era dono de si próprio, tinha de trabalhar por tempo indeterminado e era proibido por lei de possuir bens, defender-se na justiça, testemunhar contra homens livres etc.; já o servo temporário deveria trabalhar cerca de quatro ou cinco anos para aquele que havia pagado a sua passagem do país de origem até a América do Norte. A situação do servo temporário era definida por contrato; o trabalho gratuito prestado por ele tinha data para começar e para terminar; além disso, servos e senhores tinham a mesma cor, origem e falavam a mesma língua; nada parecido, portanto, com o que ocorria no Brasil colonial, onde as diferenças de origem, cor e língua tornavam mais tensas ainda as relações entre escravos e senhores.
3. Resposta pessoal. **Professor**: espera-se que o alunado trabalhe: as promessas de terras férteis àqueles que embarcassem para a América; a variedade de pessoas e grupos religiosos que atenderam ao apelo das companhias de comércio; a perseguição religiosa aos grupos protestantes, como os puritanos e os batistas.
4.

Aspectos	Colônias do Centro-Norte	Colônias do Sul
Econômico	Pequena propriedade, policultura, produção de manufaturas e comércio triangular. América do Norte, África e Antilhas.	Grande propriedade escravocrata (*plantation*), monocultura destinada ao mercado externo – Inglaterra.
Político	Autonomia relativa: possuíam assembleias que elaboravam leis, administravam os impostos e votavam o orçamento.	
Relação com a Inglaterra	Relação de relativa independência econômica e financeira com a Inglaterra.	Relação de estreita dependência da Inglaterra.

6. **Em dupla.** No texto a seguir, um indígena da América do Norte descreve a chegada dos brancos. Leiam-no com atenção e, em seguida, reflitam sobre ele e elaborem um comentário sobre seu conteúdo.

> [...] buscavam por todos os lados bons terrenos, e quando encontravam um, imediatamente e sem cerimônias se apossavam dele; nós estávamos atônitos, mas, ainda assim, nós permitimos que continuassem achando que não valia a pena guerrear por um pouco de terra. Mas quando chegaram a nossos terrenos favoritos – aqueles que estavam mais próximos das zonas de pesca – então aconteceram as guerras sangrentas. Estaríamos contentes em compartilhar as terras uns com os outros, mas esses homens brancos nos invadiram tão rapidamente que perderíamos tudo se não os enfrentássemos [...] por fim, apossaram-se de todo o país que o Grande Espírito nos havia dado [...].
>
> KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: da colônia à Independência. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 45-46.

II Leitura e escrita em História

a. Leitura de imagem

O fato representado na imagem a seguir ocorreu em Nova York logo após a Declaração de Independência das Treze Colônias, em 1776.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

a) Quem está derrubando a estátua?

b) Quem é o personagem representado na estátua que está sendo derrubada?

c) Em que contexto esse episódio pode ter ocorrido?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

5.

Lei	Data	O que cada uma determinava
Lei do Açúcar	**1764**	Elevava os impostos sobre o açúcar e derivados da cana, artigos de luxo, vinho e café importados pelos colonos.
Lei do Selo	**1765**	Determinava que todos os contratos, jornais, cartas e documentos públicos deviam receber um selo real.
Lei do Chá	**1773**	O governo inglês adotou outra medida mercantilista: concedeu à Companhia das Índias Orientais o monopólio da venda do chá para as Treze Colônias.
Leis Intoleráveis	**1774**	Interditavam o porto de Boston até que fosse pago o prejuízo causado pelo derramamento de chá; restringiam o direito de reunião; determinavam que todo ato de rebeldia contra a Inglaterra seria julgado por tribunais ingleses.

6. Resposta pessoal.

a) Populares dos Estados Unidos.

b) O personagem representado na estátua que está sendo derrubada é o rei da Inglaterra, Jorge III. A estátua foi fundida e transformada em balas de chumbo para serem usadas nas lutas de independência.

c) No contexto de processo de independência das Treze Colônias.

Texto de apoio

O processo de independência

Tanto o processo de independência quanto a formação do Estado Nacional foram projetos idealizados por líderes locais que – livres da subordinação das potências europeias – pretendiam controlar o poder político e o comércio. [...]

Com a vitória sobre a Inglaterra, boa parte dos realistas que habitava as colônias voltou para a Europa ou mudou-se para as colônias inglesas mais ao Norte, região que se tornaria o Canadá. Outra parte adaptou-se ao novo mundo que ali surgia.

O país recém-criado ocupava uma área quase seis vezes maior que a Inglaterra e era escassamente povoado. A extensão territorial fazia com que se sonhasse com um grande país no Novo Mundo. A população estava por volta de 3 milhões de habitantes: a cidade de Filadélfia, grande centro comercial da época, concentrava 40 mil habitantes; seguia-se Nova York, também importante centro comercial, com 31 mil; Boston com 16 mil; Charleston com 14 mil e Baltimore com 11 mil. O restante da população vivia no campo, perto da Costa Atlântica. Os números são pequenos se compararmos com os habitantes das cidades europeias no final do século XVIII, como Londres, que concentrava 750 mil habitantes, e Paris, com 500 mil.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos**: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 19-20.

RESPOSTA
a) Alternativa II.

Texto de apoio

A independência deles e a nossa

[...]

O lento afastamento dos colonos [...] em relação ao governo de Londres intensificou-se no século 18. A mudança da política fiscal e colonial inglesa foi visível após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). O déficit das Ilhas Britânicas aumentara e, para suprir o rombo nas contas, o Parlamento inglês passou a aprovar novos impostos como a Lei do Açúcar [...] e a Lei do Selo. A guerra, mais as necessidades da jovem Revolução Industrial na ilha da Grã-Bretanha, revisitava uma política mercantilista que feria os interesses diretos dos colonos.

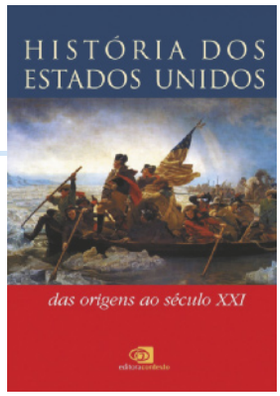
Estudantes da costa atlântica dos atuais Estados Unidos frequentaram universidades nas colônias ou na Europa e tomaram conhecimento da obra de muitos iluministas e novas teorias de direito. Em especial, uma tradição inglesa, de John Locke, falava do direito à rebelião e da própria tradição insular de rejeitar impostos aprovados sem o consentimento dos pagantes diretos. Havia algo de Magna Carta (1215) e de Iluminismo na onda que crescia na América.

Ainda antes do 4 de julho de 1776, data formal da ruptura, já houvera choques armados. Um encontro na Pensilvânia redigiu o documento-chave do verão da independência, invocando, sem citar, toda a teoria de Locke. Tratava-se de uma iniciativa da elite *wasp* (branca, anglo-saxã, protestante) que contava com apoio entusiasmado de outros grupos, inclusive pobres, mulheres e batalhões de negros.

b. Leitura e escrita de textos

VOZES DO PRESENTE

Leia o texto a seguir e responda às perguntas.



EDITORA CONTEXTO

Fac-símile da capa do livro **História dos Estados Unidos**, de Leandro Karnal.

As repercussões da Independência

O primeiro país atingido pela Independência dos Estados Unidos foi a Inglaterra. O rei Jorge III, que vinha tentando uma maior concentração de poderes, ficou extremamente desacreditado com a separação das 13 colônias. A derrota inglesa e o Tratado de Paris abalaram momentaneamente a expansão inglesa.

[...]

Para o resto da América, os Estados Unidos serviriam como exemplo. Uma independência concreta e possível passou a ser o grande modelo para as colônias ibéricas que desejavam separar-se das metrópoles. Os princípios iluministas, que também influenciavam a América ibérica, demonstraram ser aplicáveis em termos concretos. Soberania popular, resistência à tirania, fim do pacto colonial; tudo isto os Estados Unidos mostravam às outras colônias com seu feito.

Para os índios, a Independência foi negativa, pois, a partir dela, aumentou-se a pressão expansionista dos brancos sobre os territórios [...] indígenas.

Para os [...] escravos, foi um ato que em si nada representou. [...]

Com todas as suas limitações, o movimento de independência significava um fato histórico novo e fundamental: a promulgação da soberania "popular" como elemento suficientemente forte para mudar e derrubar formas estabelecidas de governo, e da capacidade, tão inspirada em Locke, de romper o elo entre governantes e governados quando os primeiros não garantissem aos cidadãos seus direitos fundamentais. [...]

KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 93-94.

a) A independência dos Estados Unidos serviu de exemplo para o resto da América, porque:

I. facilitou a expansão dos brancos sobre os territórios indígenas.

II. demonstrou que a independência era ato concreto e possível.

III. favoreceu a Inglaterra e o Tratado de Paris.

IV. representou grande mudança na vida dos escravizados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O que ocorreu na Filadélfia naquele 4 de julho foi uma reunião com debate de argumentos e possibilidades. A Declaração era um arrazoado lógico, racional e didático, relembrando os atos nefandos do rei Jorge III, dos ministros e do Parlamento metropolitano. Desde o início, invocavam o imperativo da prudência e, algo muito inglês, da fleugma e cuidado em não provocar rupturas sem sentido. Se quebravam a tradição, era porque a situação tinha se tornado insustentável.

O documento é um dos marcos da liberdade ocidental, ao lado da já citada Magna Carta e da futura Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Um documento valioso com consequências enormes: a guerra era declarada à maior potência naval do mundo e os colonos sabiam disso. O custo foi enorme. Nova York foi incendiada. A luta arrastou-se por mais cinco anos, encerrada em 1781, mas o tratado de paz foi assinado somente em 1783. [...]

b) As colônias da América espanhola demonstravam grande interesse em separar-se da Espanha. Para isso, contribuíram a independência das Treze Colônias da América do Norte e

I. a expansão inglesa.

II. a aliança com a metrópole.

III. a superioridade de armamentos.

IV. os princípios iluministas.

c) O movimento de independência americana foi um marco histórico e representou grande mudança na sociedade. Ideais como resistência à tirania se mostraram mais vivos do que nunca nas colônias. O trecho do texto que confirma essa ideia é

I. "[...] a promulgação da soberania 'popular' como elemento suficientemente forte para mudar e derrubar formas estabelecidas de governo".

II. "O primeiro país atingido pela Independência dos Estados Unidos foi a Inglaterra. O rei Jorge III, que vinha tentando uma maior concentração de poderes, ficou extremamente desacreditado com a separação das 13 colônias".

III. "Para o resto da América, os Estados Unidos serviriam como exemplo. Uma independência concreta e possível passou a ser o grande modelo para as colônias ibéricas que desejavam separar-se das metrópoles".

IV. "Para os índios, a Independência foi negativa, pois, a partir dela, aumentou-se a pressão expansionista dos brancos sobre os territórios [...] indígenas. Para os [...] escravos, foi um ato que em si nada representou".

d) Sobre as repercussões da independência, escolha as alternativas corretas:

I. Os planos de expansão do rei inglês Jorge III foram prejudicados pela derrota inglesa na guerra de independência das Treze Colônias e pelo Tratado de Paris.

II. Os escravos foram beneficiados pela independência americana, pois ela representava a "soberania popular".

III. Os indígenas viram-se ameaçados pela pressão expansionista dos brancos sobre seus territórios.

IV. A ideia de Locke de romper com o elo entre governantes e governados e a garantia de direitos fundamentais inspiraram a independência americana.

RESPOSTAS
b) Alternativa IV.
c) Alternativa I.
d) Alternativas I, III e IV.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

Desçamos abaixo do Equador. A Independência do Brasil não foi um movimento amplo e nacional, no entanto um pacto de elites escravocratas com o príncipe português. D. Pedro era o herdeiro do trono de Portugal, o que seria mais ou menos semelhante se um dos filhos do rei Jorge III tivesse transposto o Atlântico e gritado "*liberty or death*" nas colinas da Geórgia. A independência brasileira, romantizada no quadro de Pedro Américo, foi um gesto lógico, porém passional, muito centrado na figura do príncipe de Bragança. Na Filadélfia houve uma discussão iluminista; o Ipiranga forneceu suas plácidas margens para um gesto romântico. Sim, houve também luta no Brasil, especialmente na Bahia, no Pará e no Piauí (batalha do Jenipapo). Houve guerra e mortos no nosso país, todavia nada que se compare a um movimento coletivo diante de invasão. O que unia muitos grupos do Brasil era a defesa da escravidão e o grande medo do século 19: o haitianismo, o modelo revolucionário seguido pelos negros no Haiti. Os colonos ingleses receavam Londres; os proprietários brasileiros temiam senzalas e quilombolas. Também havia latifúndio e escravidão no novo país do Norte, mas estavam longe do nosso caráter escravista generalizado e nacional.

D. Pedro encarregou Debret de elaborar uma bandeira que falasse dele e da sua família. Assim foi feito: o verde dos Braganças, o dourado feminino do losango Habsburgo (Leopoldina) e a coroa imperial ao centro. D. Pedro precedia o jovem país. A bandeira dos EUA, possivelmente bordada por Betsy Ross, indicava 13 listras e 13 estrelas, falando da igualdade federativa. O 7 de Setembro fora uma iniciativa estatal; o 4 de Julho ocorreu mais amplo e popular. [...]

KARNAL, Leandro. A independência deles e a nossa. **O Estado de S. Paulo**, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-independencia-deles-e-a-nossa,70002384701>. Acesso em: 18 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Apenas aos homens adultos e brancos que possuíssem certa renda (da terra ou de investimentos). A maioria do povo teria de lutar muito tempo ainda para conquistar a cidadania plena.
b) Essa mulher representa a Constituição dos Estados Unidos.
c) Ele é Thomas Jefferson.
d) "Nós, o povo."
e) Ela reforça o trecho citado, pois ilustra a ideia de povo expressa na fonte 1.

Texto de apoio

Declaração de Independência dos Estados Unidos

[...] No dia 4 de julho, o Congresso aprovou, sem discordância, a Declaração da Independência, escrita em grande parte por Thomas Jefferson.

"[...] – Consideramos as seguintes verdades evidentes por si mesmas, a saber, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. – Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. – Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-lo ou aboli-lo, e instituir novo governo [...]. Quer a prudência, com efeito, que governos estabelecidos há muito tempo não sejam modificados por causas ligeiras e transitórias; e, de acordo com tudo o que a experiência tem mostrado, a humanidade está mais disposta a tolerar, enquanto os males forem toleráveis, do que a corrigi-los, abolindo as formas a que está acostumada. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objetivo, indica o propósito de submetê-lo a um despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever, derrubar esse governo e providenciar novos guardas para sua futura segurança.

Nós, portanto, representantes dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, em congresso geral, reunido, pedindo ao Juiz Supremo do mundo que dê testemunho da retidão das nossas intenções, solenemente publicamos e declaramos, em nome do bom povo destas colônias e pela autoridade que ele nos conferiu, que estas Colônias Unidas são, e por direito devem sê-lo, ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES; que estão liberadas de toda e qualquer Lealdade à coroa britânica, e que toda conexão política entre elas e o Estado da Grã-Bretanha é, e deve ser, totalmente dissolvida; e que, como Estados livres e independentes, elas têm plenos poderes para fazer guerra, concluir paz, contratar alianças, instituir o comércio e fazer todas as outras leis e coisas que os Estados independentes têm o direito de fazer. – E em abono desta declaração, com firme confiança na Proteção da Divina Providência, mutuamente hipotecamos uns aos outros nossas vidas, nossas fortunas e nossa honra sagrada."

SYRETT, Harold C. (Org.). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1960. p. 65-67.

c. Cruzando fontes

Fonte 1

Leia o trecho a seguir, que está no início da Constituição dos Estados Unidos, e observe a imagem.

> Nós, o povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade doméstica, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral e assegurar as bênçãos da liberdade a nós mesmos e à nossa posteridade, ordenamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América. In: SYRETT, Harold C. (Org.). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 83.

Fonte 2

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: SVAM. INK 2 LLC/CORBIS HISTORICAL/GETTY IMAGES

Cartaz de 1926 alusivo à independência das Treze Colônias da América do Norte.

a) A quem se refere a palavra "povo", escrita na fonte 1?
b) Quem ou o que a mulher da fonte 2 representa?
c) O personagem sentado e com a pena na mão é o principal autor da Constituição dos Estados Unidos. Quem é ele?
d) O que está escrito na fita que envolve a figura feminina?
e) A fonte 2 reforça, relativiza ou nega a fonte 1? Justifique.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

CAPÍTULO

7 INDEPENDÊNCIAS: HAITI E AMÉRICA ESPANHOLA

A obra em foco é uma escultura chamada **Mão**, criada pelo arquiteto carioca Oscar Niemeyer (1907-2012). Ela faz parte do complexo arquitetônico do Memorial da América Latina, situado em São Paulo, e é hoje um símbolo da cidade. Observe-a com atenção.

ANTONIO MIOTTO/FOTOARENA

O que essa escultura lembra a você? O que a área coberta de vermelho está representando? O que o artista pode ter sugerido ao pintar essa área de vermelho? Essa escultura pode ser relacionada ao assunto deste capítulo? Já há alguns anos, em 25 de janeiro, data do aniversário de São Paulo, ocorre a cerimônia conhecida como Lavagem da Mão. Faça uma pesquisa rápida sobre essa cerimônia para conhecer seu significado.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC citadas a seguir:

– **(EF08HI08)** Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram à independência das colônias hispano-americanas.

– **(EF08HI09)** Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-americanismo.

– **(EF08HI10)** Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais.

– **(EF08HI11)** Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.

Professor: nesta página visamos abordar os processos de independência na América espanhola através do monumento **Mão**, um dos símbolos que representam as revoltas sangrentas para a emancipação dos países latinos.

Orientamos destacar que a independência nessas regiões não foi uma conquista fácil e que esse monumento está diretamente relacionado ao sofrimento daqueles que lutaram pela liberdade e igualdade na América Latina.

ENCAMINHAMENTO

A **Mão** foi esculpida em concreto e possui ao centro um mapa estilizado da América Latina pintado de vermelho. O vermelho do mapa dá ideia de uma mão que sangra. Com isso, o autor evoca provavelmente a pobreza e a opressão que vitimavam os povos latino-americanos. Lembre-se de que aqui a postura de Niemeyer diante da injustiça social era de indignação. A mão que sangra pode ser associada também às lutas sangrentas e prolongadas ocorridas durante a emancipação política na América Latina. Em 1989, ano em que a obra foi finalizada, o Brasil vivia o desfecho de um processo de redemocratização e foi justamente essa abertura política que criou as condições para a realização de projetos ligados à história e à identidade dos povos latino-americanos. Nesse contexto, Oscar Niemeyer criou a escultura a **Mão**. A cerimônia da Lavagem da Mão é uma homenagem dos sambistas paulistas ao aniversário da cidade de São Paulo e à obra de Oscar Niemeyer. A Fundação Memorial estimula e abriga em suas dependências manifestações artísticas e científicas sobre temas e artistas latino-americanos.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que os franceses ocuparam a porção ocidental da ilha de São Domingos no século XVII e lá, utilizando o trabalho de africanos escravizados, montaram grandes fazendas produtoras de artigos tropicais, como café, algodão, índigo e especialmente açúcar e rum. No fim do século XVIII, a população de São Domingos era formada por mais de 85% de negros e uma minoria de mestiços e de brancos.
- Comentar que a dominação da minoria de senhores de origem europeia sobre os milhares de trabalhadores negros se fazia por meio da violência cotidiana e de doses elevadas de perversidade. A resistência negra na ilha, por sua vez, se manifestava de diversas formas, inclusive por meio de fugas coletivas e da formação de quilombos.
- Evidenciar que, nesse ambiente tenso, em que os quilombos se multiplicavam, explodiu, em 1791, nas fazendas açucareiras do norte da ilha, um grande levante escravo liderado por Toussaint L´Ouverture ("abertura" em francês). Os rebeldes exigiam melhores condições de trabalho nas plantações e mais tempo para cultivar gêneros agrícolas necessários à sobrevivência.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Jacob Gorender.

[...]

À época dos acontecimentos que nos interessam, a ilha de São Domingos se dividia entre o domínio francês (que só mais tarde se chamaria Haiti) e o domínio espanhol. A ilha fora descoberta por Colombo, já na primeira viagem à América, e ele a denominou de *Hispaniola*. Os nativos foram completamente exterminados no processo da colonização europeia.

O meio milhão de escravos negros, que labutavam nas plantagens e nos engenhos, era dominado por trinta mil brancos, incluindo os proprietários e seus auxiliares (feitores, técnicos, vigilantes etc.). Além dos negros e brancos, havia um segmento de poucos milhares de mulatos, já livres, mas submetidos a extorsões e agressões dos brancos escravocratas. Apesar de tal desvantagem, vários mulatos espertos e ambiciosos conseguiam aproveitar as oportunidades de negócios e enriquecer.

Independência em São Domingos (atual Haiti)

A América espanhola, assim como a portuguesa, também foi palco de inúmeras revoltas sociais e lutas pela independência. Inicialmente, vamos estudar o caso do Haiti.

As terras onde hoje é o Haiti faziam parte da ilha de Hispaniola, onde Colombo aportou em 1492. Na segunda metade do século XVII, a parte ocidental da ilha, rebatizada então de São Domingos, foi ocupada pelos franceses. Já a parte oriental continuou com os espanhóis.

Na parte ocupada por eles, os franceses montaram grandes fazendas (***plantations***) cultivadas por africanos escravizados e que produziam gêneros tropicais, como fumo, algodão, açúcar e rum (bebida alcoólica extraída da cana). A exportação dessas mercadorias tornou essa colônia a mais rica das colônias francesas. Em 1789, São Domingos era responsável por dois terços do comércio exterior francês, incluindo-se aí o lucrativo tráfico de africanos pelo Atlântico.

Naquela época, os colonos brancos constituíam 7% da população, enquanto os negros compunham 87% do total. A elite da ilha vivia luxuosamente, enquanto os trabalhadores escravizados eram vítimas de maus-tratos, doenças e/ou fome, sendo alto o índice de mortalidade entre eles.

SÉC. XIX. BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Obra de Jean-François Pourvoyeur retratando uma revolta negra durante as lutas pela independência em São Domingos, atual Haiti.

Reagindo a essa situação opressiva, os escravizados promoviam fugas e a formação de quilombos. Em 1791, os trabalhadores dos canaviais do norte de São Domingos promoveram um levante escravo de grandes proporções. Os rebeldes exigiam melhores condições de trabalho e mais tempo para cultivar a própria roça.

Liderado por Toussaint L'Ouverture, o levante ganhou força no mesmo período em que os jacobinos assumiam o poder na França e aboliam a escravidão nas colônias francesas (1794). Com isso, os escravizados de São Domingos passavam à condição de libertos. Com o apoio deles, L'Ouverture ascendeu ao poder na parte ocidental da ilha e, a seguir, conquistou a parte oriental (pertencente à Espanha), onde também aboliu a escravidão.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O tratamento dado pelos escravistas aos seus servidores era terrivelmente cruel. A par do trabalho, que esgotava rapidamente as energias, pesavam sobre os escravos a alimentação escassa, a moradia sórdida e a inexistência de assistência médica. A labuta diária se processava durante longas jornadas, sob acionamento frequente do açoite dos feitores. Qualquer expressão recalcitrante era logo duramente castigada. Os mais indisciplinados sofriam o castigo de serem enterrados de pé, apenas com a cabeça de fora. Assim imobilizados, acabavam mortos depois de sofrer a horrível tortura de ter o rosto lentamente devorado pelos insetos e abutres.

O regime escravista de São Domingos se identificava, sob muitos aspectos, com o brasileiro. [...]

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100025>. Acesso em: 12 set. 2018.

PARA SABER MAIS

O texto a seguir é de especialistas em História da América. Leia-o com atenção.

François Dominique Toussaint, que mais tarde adotou o nome de Toussaint L´Ouverture (abertura em francês, sinalizando algo de novo), vinha de uma linhagem de chefes da etnia aja, na África. Seu pai fora aprisionado e trazido a São Domingos em navio negreiro. O colono que o comprou [...] percebeu ser ele uma pessoa fora do comum e lhe deu certa liberdade na fazenda de produção açucareira, permitindo que cultivasse uma horta [...]. Casou-se e teve oito filhos. Perto da casa-grande vivia um velho negro chamado Pierre Baptiste [...], escolhido como padrinho do primogênito Toussaint. Ensinou a ele crioulo, francês, um pouco de latim e geometria. O menino cresceu sem trabalhar no eito. Cuidava dos rebanhos e manadas, tornou-se cocheiro do senhor e mais tarde administrador dos bens vivos da fazenda. Quando eclodiu a revolta escrava em 1791, vivia com a esposa e os filhos na *plantation* Bréda, no norte da colônia. Uniu-se aos rebeldes no ano de 1793. [...] Mas, com a invasão napoleônica, foi capturado e deportado para a França, onde faleceu no ano seguinte [...], fragilizado por cruéis torturas.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: 12/MG/GETTY IMAGES

François Dominique Toussaint L'Ouverture, conhecido como Napoleão Negro, em uma pintura de 1875.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 15-16.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

[...]

A escravidão não esteve no centro dos debates de São Domingos até 1791, quando uma grande revolta escrava fez a classe proprietária perceber que os ideais de liberdade foram compreendidos também pelo setor escravo. Embora a sociedade *Amis des Noirs* discutisse o abolicionismo nas colônias francesas desde 1788, a primeira grande revolta contra a escravidão surgida na esteira da Revolução Francesa só ocorreria de fato no verão de 1791, quase no fim da colheita.

Foi, na avaliação de muitos autores, a mais notável rebelião escrava jamais vista no Caribe francês. Segundo a tradição oral, a revolta foi planejada em uma reunião de escravos presidida pelo cocheiro Boukman Dutty, na qual se decidiu a deflagração de revoltas simultâneas em várias das grandes *plantations* da região. Em cerimônias de vodu, os conspiradores faziam juramentos de vitória sobre os brancos que demonstravam um clima de vingança iminente. [...]

Estima-se que 100 000 escravos envolveram-se na revolta, causando enorme destruição e um saldo de 20 000 cativos que deixaram as *plantations* e formaram acampamentos, sobretudo nas áreas ao norte da ilha. Embora um aparente retorno da ordem tenha se seguido à insurreição, hoje sabemos que o levante foi o início do fim da escravidão em São Domingos: os líderes das colunas revolucionárias negras (Biassou, Jean-François, Toussaint Bréda, entre outros) surgiram ali como promessas militares com grande capacidade de liderança. Mas estas promessas só se revelariam integralmente mais tarde, quando os rumos da Revolução Francesa se radicalizaram e as ideias de igualdade civil e liberdade atingiram o ápice. No desfecho da revolta, as lideranças negras negociaram sua própria liberdade e a de seus seguidores mais imediatos, sem se comprometerem com a defesa geral da abolição da escravidão.

A radicalização do processo revolucionário foi crescente após 1792, quando a República foi declarada na França. Ainda em abril deste ano, o ministério jacobino aprovou um decreto que concedia amplos direitos civis e políticos a todos os adultos livres das colônias, sem restrição de cor. [...]

ENCAMINHAMENTO

- Frisar que, no início de 1794, um fato novo ocorrido na França acelerou o curso dos acontecimentos: os jacobinos decretaram o fim da escravidão nas colônias francesas; essa importante decisão da França revolucionária atingiu em cheio a escravidão centro-americana. Potencializando a lei abolicionista, os libertos de São Domingos se mobilizaram para apoiar a ascensão de L'Ouverture ao poder na parte ocidental da ilha. A seguir, ele e seus homens conquistaram a parte oriental (pertencente à Espanha), onde também aboliram a escravidão.
- Destacar que o processo revolucionário sofreu nova reviravolta com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder na França, em 1799. Ele anulou a lei abolicionista e autorizou a invasão da ilha de São Domingos. Mas, nos embates que se seguiram, as tropas francesas foram derrotadas e expulsas da ilha; é que muitos africanos traziam consigo da África a experiência do combate em pequenos grupos e surpreendiam o adversário.
- Propor aos alunos uma reflexão sobre o texto a seguir:

> Ora, perguntavam-se alguns assustados grandes homens que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranquilidade dos ricos proprietários, por que não se repetiria o mesmo aqui? Garantias de que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma (AZEVEDO, 2004, p. 29).

AZEVEDO, 2004 apud NASCIMENTO, Washington Santos. Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791-1840). **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, v. 10, n. 18, p. 472, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/4_washington.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal.

Texto de apoio (continuação)

[...] Um apelo público atribuído a Toussaint, [...] em 1793, mostra que a maré revolucionária estava prestes a [...] incluir a luta pela abolição imediata. O apelo dizia: "Irmãos e amigos, sou Toussaint L'Ouverture, talvez conheçais meu nome. Eu dei início à vingança. Quero que a liberdade e a igualdade reinem em São Domingos. Trabalho para que isso aconteça. Uni-vos a nós, irmãos, e lutai conosco pela mesma causa. Toussaint L'Ouverture, general dos exércitos do rei, pelo bem público". Repare que o antigo nome Bréda, que na verdade era o nome da *plantation* onde Toussaint foi escravo, já estava aqui substituído por aquele que o imortalizaria: L'Ouverture, ou, literalmente, "aquele que abre". Não demorou muito para que L'Ouverture rompesse com os espanhóis e com a defesa da monarquia para aderir aos princípios da República e da emancipação.

VIANA, Larissa. A independência do Haiti na Era das Revoluções. **Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas**. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/indep-haiti-apresentacao>. Acesso em: 12 set. 2018.

A formação do Haiti

Entre 1794 e 1802, a ilha foi governada por Toussaint L'Ouverture, que tentou reorganizar sua economia. Mas o líder negro sofreu forte oposição dos senhores brancos, de parte dos mestiços e teve ainda contra si o fato de os libertos não quererem trabalhar nas fazendas de seus antigos senhores. Enquanto isso, na França, ocorreu uma nova reviravolta no processo: Napoleão Bonaparte tomou o poder, anulou a lei abolicionista aprovada pelos jacobinos e enviou um exército de 25 mil homens para retomar São Domingos. As forças de Bonaparte invadiram a ilha, prenderam o líder negro e o enviaram à França, onde ele foi torturado e morto.

As lutas pela independência, no entanto, continuaram, agora sob o comando do ex-escravo Jean-Jacques Dessalines, que tinha sido general no exército de L'Ouverture. Usando como lema "Liberdade ou Morte!", o exército de Dessalines conseguiu vencer os franceses e proclamar a independência de São Domingos, em 1804. O novo governo optou pelo nome indígena da ilha: Haiti, do aruaque *ahiti*, que significa "terra montanhosa". A **República do Haiti** foi a primeira nação da América a abolir a escravidão e a segunda a se tornar independente. A França, no entanto, só reconheceu a independência do Haiti 21 anos depois e mediante vultosa indenização.

As lutas vitoriosas dos negros escravizados no Haiti espalharam por toda a América o **haitianismo**, isto é, o medo de levantes escravos bem-sucedidos, como os que moveram a luta pela liberdade naquela ilha da América Central.

DIALOGANDO

Para os afrodescendentes do Haiti, liberdade era, antes de tudo, o fim da escravidão. E para você, o que significa a liberdade?

Localização geográfica do Haiti

Fonte: ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 45.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A Revolta de Túpac Amaru

Em fins do século XVIII, as populações indígenas do Vice-Reino do Peru eram lideradas por **curacas**. Um desses curacas, chamado José Gabriel Condorcanqui, era descendente da nobreza inca e recebeu uma educação esmerada, tendo estudado, inclusive, na Universidade de São Marcos, a mais antiga do Império espanhol e existente até hoje. Ele liderava vários povoados (*pueblos*) da província de Tinta, no Vice-Reino do Peru. Cada um desses povoados tinha a obrigação de pagar à monarquia espanhola um imposto e de cumprir com a ***mita***, ou seja, a obrigação de enviar um determinado número de indígenas para trabalhar para os espanhóis durante determinado período do ano.

No reinado de Carlos III (1759-1788), a Espanha aumentou os tributos pagos pelos povoados indígenas, o que contrariou profundamente os curacas. Ao perceber que o prestígio da liderança indígena vinha diminuindo e que a opressão sobre os ***mitayos*** aumentava, o curaca José Gabriel solicitou às autoridades o fim do cumprimento da *mita* pelos índios nas perigosas minas de **São Luís Potosí**.

Ele expôs às autoridades a longa distância que os indígenas tinham de percorrer a pé, as doenças que os acometiam e a ausência prolongada (por meses) desses agricultores nos seus *pueblos*. As autoridades espanholas, no entanto, negaram todos seus pedidos. O líder, então, optou pela revolta.

José Gabriel mudou seu nome para Túpac Amaru II, em homenagem a seu antepassado Túpac Amaru, último imperador inca e líder da resistência aos espanhóis. A revolta começou em 1780 com a captura e a execução de Antonio Arriaga, maior autoridade da província de Tinta, responsável por abusos cometidos contra os índios *mitayos*.

Curacas: líderes de povoados indígenas, que descendiam de indígenas.

Mitayos: trabalhadores indígenas obrigados ao cumprimento da *mita*.

São Luís Potosí: povoado localizado em uma região alta e muito fria, na atual Bolívia. Além de prejudicial à saúde, o trabalho nas minas era muito difícil. As escadas que conduziam ao fundo da mina eram feitas de madeira e couro, o que contribuía para as frequentes mortes por soterramento ocorridas no local.

FRÉDÉRIC SOLTAN/CORBIS/GETTY IMAGES

Mural em Cuzco, no Peru, mostrando Túpac Amaru, o último imperador inca, que serviu de inspiração para José Gabriel Condorcanqui, o líder da revolta de 1780 contra o poder espanhol. Fotografia de 2017.

Texto de apoio

O martírio de Túpac Amaru

O Inca foi julgado a toque de caixa, no início do mês de junho: acusado de assassinato, foi condenado à morte. A severidade da sentença chocou os notáveis. [...] O Inca compareceu finalmente ao patíbulo, diante de uma multidão que cobria a grande praça de Cuzco; com um gesto, deteve o clamor que se elevava, depois pronunciou um discurso cujo teor permanece desconhecido. [...]

Os despojos de Túpac Amaru foram levados para a casa de sua irmã, Cusi Huarcay, que organizou o velório. No dia seguinte, enterraram-no como cristão na catedral. Sua cabeça permaneceu exposta no pelourinho. Ora logo se notou que os traços do Inca se embelezavam dia após dia. À noite, os índios dirigiam-se ao lugar para venerá-la e entregar-lhe oferendas. Mas uma manhã Joan Serra descobriu essas idolatrias e contou-as ao vice-rei. Foi então ordenado que se enterrasse a cabeça com o corpo.

Com sua morte, Túpac Amaru tornou-se um mito e um símbolo. Sua execução confundiu-se com a de Atahualpa, o Inca vítima de Pizarro, e alguns anos mais tarde esqueceram-se de que aquele tinha morrido garroteado. Um quadro executado por um pintor de Cuzco no século XVII representa a decapitação do Inca, cujo cadáver mutilado é enquadrado por um arco-íris de três cores. É possível que a crença de que o Inca ressuscitaria a partir de sua cabeça tenha nascido nessa época. Por razões talvez bem diferentes, a cabeça do Inca fascinou igualmente Loyola, que pediu autorização para inscrevê-la em suas armas. Toledo aquiesceu, mas Felipe II rejeitou o pedido.

BERNARD, Carmen. **História do Novo Mundo**: as mestiçagens. São Paulo: Edusp, 2006. p. 94-95.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ESPERANÇA radical e desencanto conservador na Independência da América espanhola. Disponível em: <http://livro.pro/23savu>. Acesso em: 18 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

A Revolta de Túpac Amaru teve a participação de milhares de pessoas, entre índios, mestiços e negros escravizados. O movimento se alastrou rapidamente. Os rebeldes obtiveram várias vitórias contra as forças **realistas**, mas os reforços enviados pela Espanha decidiram a luta em favor dessas forças. Túpac Amaru foi preso e executado na praça central de Cuzco, que um dia tinha sido capital do Império inca. Assim como Tiradentes, ele foi enforcado e esquartejado.

A Revolta de Túpac Amaru foi sufocada, mas o medo de levantes da maioria indígena continuou atemorizando as elites da América espanhola.

Realistas: representantes do rei da Espanha ou favoráveis a ele.

América espanhola: população e etnias

Por volta de 1810, a América espanhola ocupava boa parte do continente americano e estava organizada em vice-reinos. Seu território possuía uma variedade grande de climas e relevos e sua geografia dificultava a comunicação entre esses vice-reinos. A população, por sua vez, era composta de 18 milhões de pessoas e estava assim distribuída:

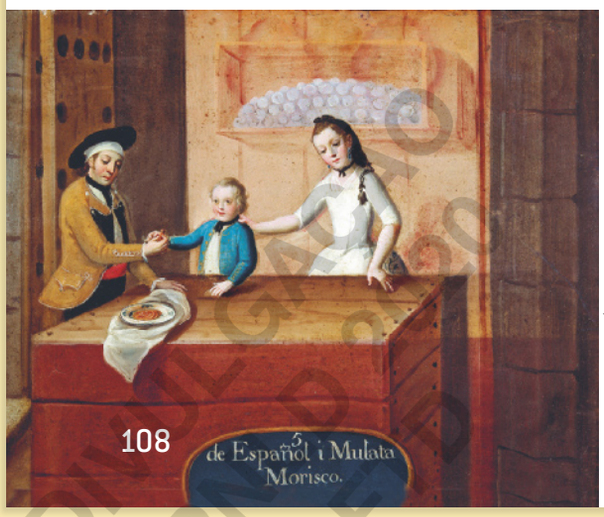
População – América espanhola (1810)	
Indígenas	8 milhões
Mestiços	5 milhões
Brancos	4 milhões
Negros	1 milhão

Fonte: MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de independência na América hispânica: uma reflexão historiográfica. **Revista de História**, n. 159, p. 226, 2008.

A maioria dos brancos pertencia à elite *criolla*, ou seja, era composta de descendentes de espanhóis nascidos na América. E, embora fossem maioria da elite, os ***criollos*** eram impedidos de ascender socialmente.

Nas sociedades hispano-americanas, os principais cargos no governo, no Exército e na Igreja eram reservados aos ***chapetones***. No México de 1808, por exemplo, havia apenas um bispo *criollo*.

Criollos: descendentes de espanhóis nascidos na América.
Chapetones: colonos nascidos na Espanha.



MUSEU DA AMÉRICA, MADRI, ESPANHA.

O menino que se vê ao centro foi descrito pelo pintor como um mestiço, fruto do casamento entre um membro da elite espanhola (à esquerda) e uma nativa da América (à direita). Note, porém, que seus traços são de um europeu. Óleo sobre tela de autor desconhecido, século XVIII. Museu da América. Madri, Espanha.

Texto de apoio

Castas ilustradas: representação de mestiços no México do século XVIII

A partir do século XVI, inicia-se o uso de uma série de nomes para designar as diferentes combinações raciais surgidas nas colônias espanholas, sendo mais difundidos aqueles que descreviam as mesclas entre os três grupos principais: mestiço (espanhol e índio), mulato (espanhol e negro) e zambo ou zambaigo (negro e índio). [...]. Este tipo de sistema de classificação se propunha, ao menos sob o ponto de vista ideológico, a exaltar a suposta superioridade espanhola. O século XVIII presenciou, no México, um crescimento das delimitações sociais como consequência da inevitável mestiçagem, porém também, como resultado da mudança da distribuição de riquezas.

Para a elite colonial, este sistema de classificação era uma forma de impor ordem na sociedade, que se tornava cada vez mais inclassificável. A produção dos quadros de mestiçagem, estilo pictórico que representava os diversos tipos humanos provenientes dos cruzamentos raciais entre brancos, índios e negros na recém-formada sociedade colonial, teve sua produção surgida na segunda metade do século XVIII.

Os quadros de mestiçagem buscavam descrever o avanço da mestiçagem e a vida cotidiana produzida na Ibero-América. A maioria destas pinturas forma séries de 16 a 20 cenas, representando, em cada quadro, um homem e uma mulher de diferentes grupos com seu descendente, resultado da mescla entre eles. Cada uma das personagens é identificada através de uma legenda descritiva. Essa manifestação artística se deu principalmente na Nova Espanha, de onde provêm quase todas as séries de pinturas conhecidas. Foi também naquela região que surgiu o conceito de castas, nome genérico utilizado para identificar os vários tipos mestiços ali presentes e indicar sua posição socioeconômica. [...]

SANTELLI, Ricardo Leme. **Castas ilustradas**: representação de mestiços no México do século XVIII. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298691_ARQUIVO_Anpuh2011.RicardoSantelli.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

O Império espanhol em crise

Entre 1808 e 1824 – um tempo relativamente curto –, o Império espanhol na América desmoronou e, em seu lugar, se formaram quase duas dezenas de países independentes. Os movimentos de independência que deram origem a esses novos países foram motivados por fatores internos e externos.

Internamente, cabe citar os descontentamentos sociais e políticos causados pelas reformas do rei espanhol Carlos III e seu filho Carlos IV, na segunda metade do século XVIII. Com o objetivo de extrair mais riquezas da América, a Monarquia espanhola:

a) impôs monopólios sobre um número crescente de produtos, entre eles o fumo, as bebidas alcoólicas, a pólvora e o sal;

b) reassumiu a administração dos impostos, antes arrendada a contratadores privados, e aumentou o rigor na cobrança;

c) extinguiu o sistema de portos únicos e autorizou 20 outros portos da América a fazerem comércio com a Espanha; esse comércio "livre e protegido" favorecia a Espanha, aumentando a circulação de mercadorias e a arrecadação fiscal.

Os monopólios e a opressão fiscal geravam insatisfação entre os habitantes da América como um todo e frustravam a pretensão dos *criollos* a um livre comércio com todas as nações do mundo. Quanto aos mais pobres, as reformas dos reis espanhóis não melhoraram em nada a vida deles.

Além disso, as diferenças sociais e a discriminação existentes nas sociedades hispano-americanas eram enormes. Nelas, uma maioria composta por indígenas, mestiços e afrodescendentes vivia oprimida por uma minoria branca, formada por *chapetones* e *criollos*.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/UIG/GETTY IMAGES

Mulheres da elite colonial, no Vice-Reino do Peru, em gravura do século XIX.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

A crise na América Hispânica: uma reflexão historiográfica

[...] Em 1810, 18 milhões de habitantes viviam nas Américas sob o governo da Espanha. Destes, oito milhões eram indígenas originários do Novo Mundo; um milhão eram negros trazidos da África; cinco milhões eram mestiços; e a minoria de quatro milhões era de brancos, tanto espanhóis peninsulares, os chamados *chapetones*, como *criollos*, isto é, brancos nascidos nas Américas. Estes últimos viviam uma contraditória situação: estavam no topo da sociedade colonial, mas, no entanto, desempenhavam um papel secundário ante os espanhóis peninsulares em termos de privilégios, acesso à riqueza, aos monopólios, à administração e às decisões políticas. Além disso, sentiam-se ameaçados pelas maiorias não crioulas de índios, negros e mestiços.

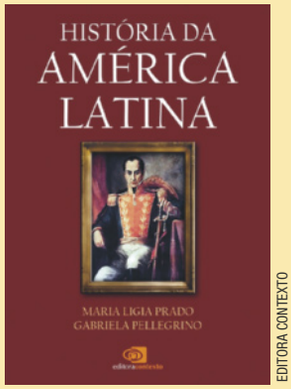
Durante a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o mundo espanhol sofreu uma grande transformação. Os reinados de Carlos III e Carlos IV (1759-1808) testemunharam o desenvolvimento de um pensamento político moderno ilustrado – que enfatizava a liberdade, igualdade, direitos civis, o governo das leis, a representação constitucional e o *laissez-faire* econômico – entre um pequeno, porém significativo, número de espanhóis peninsulares e hispano-americanos. Baseadas nestas ideias, as reformas bourbônicas, impostas pela metrópole espanhola às suas colônias americanas com os objetivos de aumentar a prosperidade econômica da Espanha e manter a sua hegemonia política, aumentaram o descontentamento de grande parte da elite colonial *criolla*. Ao enquadrar o mundo hispano-americano dentro de seus interesses, a Coroa ameaçava os múltiplos interesses locais desenvolvidos durante os três séculos de colonização, seus sentimentos de autonomia e de identidade. [...]

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de indepedência na América hispânica: uma reflexão historiográfica. **Revista de História**, n. 159, p. 225-241, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19094/21157/+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Dica de leitura

• PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

As historiadoras elucidam e detalham a rica história da formação dos Estados nacionais na América Latina.



EDITORA CONTEXTO

IMAGENS EM MOVIMENTO

• HISTÓRIA: século XIX na América Latina – Maria Ligia Prado. Duração: 27min54s. Disponível em: <http://livro.pro/pcp4oc>. Acesso em: 12 set. 2018.

Entrevista com a historiadora Maria Ligia Prado, professora emérita da FFLCH/USP, sobre o período em que ocorreram as independências na América Latina.

ENCAMINHAMENTO

• Destacar que, assim que chegou à América a notícia de que o trono espanhol estava sem seu legítimo rei devido à invasão napoleônica, os *criollos* reagiram formando **Juntas Governativas** e exércitos para lutar pela independência.

• Esclarecer que as Juntas Governativas foram criadas devido à mudança do cenário político-social da época.

• Frisar que as guerras de independência entre os insurgentes e os realistas podem ser divididas em duas fases:

– Na **primeira fase**, de 1810 a 1815, os habitantes das colônias, liderados pelos *criollos* em cidades como Caracas, Buenos Aires, Bogotá e Santiago, formaram exércitos e obtiveram importantes vitórias contra os realistas. Naqueles anos, as forças de Bonaparte controlavam a maior parte do território espanhol, e as lideranças espanholas estavam concentradas na expulsão dos franceses de seu território.

– Já a **segunda fase**, de 1815 a 1824, começou quando o rei Fernando VII – que reassumira o trono espanhol com a queda de Napoleão – anulou a Constituição de Cádiz, reestabeleceu o absolutismo e enviou para a América uma grande expedição com 10 mil homens e 18 navios de guerra para reprimir os movimentos pela independência.

• Informar que, entre as lideranças militares de maior destaque nas lutas pela independência na América do Sul, estão o argentino José de San Martín e o venezuelano Simón Bolívar.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: A VIDA social de um emblema nacional: general José de San Martín (1778-1850). Disponível em: <http://livro.pro/um5h89>. Acesso em: 12 set. 2018.

Guerras de independência na América

Nesse contexto, um fato novo contribuiu para mudar o curso dos acontecimentos: em 1808, as tropas de Napoleão Bonaparte invadiram a Espanha. E, depois de prenderem o rei, colocaram no trono espanhol José Bonaparte, irmão de Napoleão.

Em Madri, os espanhóis pegaram em armas para resistir a Bonaparte. Já na América, ao serem informados de que a Espanha estava sem o seu legítimo rei, os *criollos* formaram **Juntas Governativas** para lutar pela independência.

Juntas Governativas: governos locais autônomos formados a partir dos cabildos (câmaras municipais amplamente dominadas pelos *criollos*).

As guerras de independência podem ser divididas em duas fases:

Na **primeira fase**, de 1810 a 1814, os habitantes das colônias, liderados pelos *criollos* em cidades como Caracas, Buenos Aires, Bogotá e Santiago, formaram exércitos e obtiveram importantes vitórias contra os realistas. Naqueles anos, as forças de Bonaparte controlavam a maior parte da Espanha e os espanhóis estavam ocupados com a expulsão dos franceses de seu território.

Já a **segunda fase**, de 1814 a 1825, começou com a queda de Napoleão e a volta do rei Fernando VII ao trono espanhol. Ao retomar o poder, o rei espanhol reestabeleceu o absolutismo e enviou para a América uma grande expedição com 10 mil homens para combater os movimentos pela independência.

As independências na América do Sul

Dois membros da elite *criolla* tiveram importante papel nas lutas pela independência: José de San Martín e Simón Bolívar.

José de San Martín

DANIEL CYMBALISTA/PULSAR IMAGENS

Obra do escultor Roberto J. Capurro (1903-1971), inaugurada em 1954 durante o governo trabalhista do presidente Juan Perón. Note que o tamanho do cavalo de San Martín na escultura é enorme. O cavaleiro é mostrado como um herói popular. A obra reforça a representação de San Martín presente ainda hoje no imaginário nacional argentino.

José de San Martín nasceu em 1778, onde é hoje a província de Corrientes, na Argentina. Aos 6 anos de idade, foi com a família para a Espanha, onde estudou e seguiu a carreira militar, tendo lutado contra as tropas de Napoleão que tinham invadido o país.

Em 1812, voltou para a região do Prata e assumiu o comando da luta contra os espanhóis, vencendo-os na batalha de São Lourenço. A independência das Províncias Unidas do Rio da Prata foi liderada por San Martín e proclamada em Tucumán, em 9 de julho de 1816.

REPRODUÇÃO PROIBIDA

IMAGENS EM MOVIMENTO

• HISTÓRIA: movimentos de independência na América espanhola. Duração: 30min53s. Disponível em: <http://livro.pro/a5rbrp>. Acesso em: 12 set. 2018.

Entrevista com a professora e especialista em história da América independente Gabriela Pellegrino Soares, livre-docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sobre o processo de independência da América espanhola.

• AS PARALELAS se cruzam. Episódio 1. Duração: 44min43s. Disponível em: <http://livro.pro/n5j757>. Acesso em: 12 set. 2018.

Documentário sobre a história das revoluções na América Latina.

• REVOLUÇÃO haitiana. Duração: 26min31s. Disponível em: <http://livro.pro/hkmit9>. Acesso em: 12 set. 2018.

Debate sobre a experiência constitucional de 1823 diante da revolução haitiana.

Depois, à frente de um exército de 5 mil soldados, José de San Martín consolidou a independência do Chile (1818), proclamada por Bernardo O'Higgins, líder do movimento chileno, dois meses antes. Em seguida, desembarcou com seus soldados na costa peruana com 4 mil homens, protegido por navios ingleses, e colaborou para a independência do Peru (1821). A Inglaterra, como se sabe, tinha interesse em conquistar mercados na América.

O projeto e a luta de Simón Bolívar

Enquanto isso, outro exército de libertação, sob o comando de Simón Bolívar, travava uma guerra dura contra as forças leais à Espanha. O projeto de Bolívar era ver formar-se na América uma **confederação republicana**, isto é, uma associação de Estados independentes unidos por objetivos de cooperação e defesa.

PARA REFLETIR

O projeto de Bolívar de uma América unida em torno de interesses comuns foi registrado por ele na célebre Carta da Jamaica, em 1815. Leia a seguir um trecho desse documento:

> É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar.
>
> BOLÍVAR, Simón apud WASSERMAN, Claudia (Coord.). **História da América Latina**: cinco séculos. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 165.

WATCHTHEWORLD/ALAMY/FOTOARENA

Nesse grafite atual, vemos a imagem de Simón Bolívar sobre a bandeira do Equador. Equador, 2015.

a) O que Bolívar defende nesse trecho da carta?

b) Que argumentos Bolívar utiliza em defesa de sua ideia?

c) Vocês consideram importante a união dos governos latino-americanos em torno de interesses comuns? Por quê?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Destacar os ideais de Simón Bolívar.
- Evidenciar que, enquanto Simón Bolivar sonhava com uma América Latina republicana, San Martín acreditava que só a monarquia colocaria as coisas nos eixos.
- Comentar que uma de suas principais ideias era o pan-americanismo; a sua visão da América espanhola como uma "nação mestiça" não encontrava respaldo na ideologia da elite *criolla*. Lembre-se de que Bolívar era, ele próprio, um mestiço (nos quadros, os artistas embranqueceram sua figura).
- Convidar os alunos a refletir sobre a democracia como valor, a partir das seguintes palavras de Bolívar:

> A continuação da autoridade num mesmo indivíduo frequentemente tem sido o fim dos governos democráticos. As repetidas eleições são essenciais nos sistemas populares, porque nada é tão perigoso como deixar permanecer longo tempo um mesmo cidadão no poder. O povo acostuma-se a obedecê-lo e ele acostuma-se a mandá-lo, de onde se originam a usurpação e a tirania. [...]
>
> CORRÊA, Anna Maria M.; BELLOTTO, Manoel L. **A América Latina de colonização espanhola**: antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1979. p. 163.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Bolívar defende a formação de uma só nação em toda a América (Novo Mundo); uma grande República federativa obediente a um só governo.

b) O fato de os hispano-americanos terem origem, língua, costumes e religião comuns.

c) Resposta pessoal.

ENCAMINHAMENTO

- Ressaltar que, a exemplo do que fizera San Martín, Simón Bolívar atravessou a Cordilheira dos Andes à frente de um exército regular e conquistou Bogotá, em 1819. Dois anos depois, proclamou a República da Grã-Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador), da qual se tornou presidente. Mas ao contrário do que desejou Bolívar, essa unidade política se fragmentou e se formaram então as repúblicas da Colômbia, da Venezuela e do Equador.
- Salientar que, em 1822, as forças de Simón Bolívar e de José de San Martín se encontraram em Guayaquil, no Equador, para discutir a estratégia de combate e a liderança nas lutas contra as tropas espanholas alojadas no Vice-Reino do Peru. O teor da conversa entre eles ainda hoje é um mistério; mas sabe-se que Simón Bolívar assumiu a liderança das guerras de independência na região. Acompanhado do general Antônio Sucre, colaborou para a consolidação da independência do Peru, em 1824, e para a conquista da independência da **Bolívia**, em 1825.

Texto de apoio

Simón Bolívar: a construção do libertador

[...] A guerra de emancipação da Espanha dividiu a história da América em dois tempos: antes e depois da independência. Antes da independência tudo era escuridão, servidão, submissão à monarquia absoluta [...].

Diante dessas relações temporais, entre passado e presente, surge a construção da imagem do "Libertador". Os seus relatos, suas cartas, e boa parte da documentação escrita por ele transmitem uma ideia específica de Bolívar, ou seja, uma construção de si, sendo que essa mesma imagem também aparecia e era reforçada na propaganda de jornais emancipacionistas como o "Correio de Orinoco", publicado em Angostura, entre os anos de 1818 e 1822.

A narrativa construída a respeito de Bolívar seduz, na medida em que ela é reparatória. O seu personagem representa um acerto de contas do continente com o seu próprio passado. Ele encarna, no campo simbólico, a cura das feridas e das mazelas coloniais. Simón Bolívar, "Libertador", estanca o sangue derramado por Hernán Cortés, o "Conquistador". Em seu "Discurso pronunciado em Bogotá sobre a incorporação da Cundinamarca às Províncias Unidas", de 13 de Janeiro de 1815, o general escreveu: "[...] A América inteira está tingida com sangue americano. Ele era necessário para lavar uma mancha tão envelhecida" [...].

A ideia do "Libertador", então, dialogava com a do "Conquistador". Cortés dominou, Bolívar libertou. Era quase como se a imagem de Bolívar precisasse refazer o percurso de Cortés, atravessando o continente, enfrentando perigos, fazendo alianças, recebendo louros por suas vitórias, mas com outro objetivo: em vez de dominar, o de libertar. [...]

MORAIS, Marcus Vinícius de. Simón Bolívar: a construção do libertador. Os usos das crônicas coloniais e o jornal Correio de Orinoco (1805-1825). **XXIX Simpósio Nacional de História**. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1485208256_ARQUIVO_ANPUH_BOLIVAR_MARCUS_VINICIUS_DE_MORAIS.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Rotas das forças de libertação (século XIX)

Fonte: ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1991. p. 68.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

112

A independência do México

Enquanto os afrodescendentes do Haiti lutavam por liberdade e os indígenas do Peru exigiam o fim da exploração no trabalho, no lugar onde hoje é o México os camponeses clamavam por terra. Em 1810, um exército de camponeses pobres, liderados pelos padres Miguel Hidalgo e José María Morelos, sublevou-se. Eles carregavam estandartes de Nossa Senhora de Guadalupe e exigiam **independência com divisão da terra entre os pobres.**

GREG VAUGHN/ALAMY/FOTOARENA

Fotografia recente de mural de azulejos mostrando o padre Hidalgo a conclamar por justiça. A obra está no município de Dolores Hidalgo, no México.

Os rebeldes chegaram a formar um exército com 80 mil pessoas e conquistaram algumas cidades; e, assim, Hidalgo proclamou o fim da escravidão negra e dos tributos indígenas. Unidos contra esse movimento, que punha em risco sua riqueza e privilégios, *criollos* e *chapetones* o reprimiram duramente e, a seguir, fuzilaram o padre Hidalgo.

Durante a repressão ao movimento camponês, as autoridades espanholas confiaram o comando das tropas ao general Agustín de Iturbide. Esse representante das elites locais tomou, então, o poder e proclamou a independência do México (1821). No ano seguinte, ele deu um golpe e proclamou-se imperador com o título de Agustín I. Pouco depois, no entanto, a elite *criolla* do México, com a ajuda do exército, derrubou o imperador e proclamou a República.

Na América espanhola, o projeto de independência que venceu foi o das elites *criollas*; por isso a concentração de terras em mãos de poucos e as enormes diferenças sociais entre ricos e pobres se mantiveram inalteradas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que a primeira tentativa de emancipação política na América espanhola ocorreu no Vice-Reino da Nova Espanha, em 1810, e foi liderada por Miguel Hidalgo, padre do pequeno povoado de Dolores, próximo às minas de Guanajuato. Nas suas marchas reivindicatórias em direção à Cidade do México, os rebeldes ostentavam estandartes de Nossa Senhora de Guadalupe, uma virgem mestiça, morena como milhões de nativos do México.
- Comentar que, para os camponeses que se rebelaram sob o comando dos padres Hidalgo e Morelos, a liberdade significava, sobretudo, o acesso à terra. Já para os *criollos*, que acabaram liderando o processo de independência, a liberdade significava, principalmente, o direito de produzir e comerciar livremente, sem intermediários que onerassem suas exportações e colocassem entraves à sua produção.
- Chamar atenção para o fato de que, no final do século XVIII e início do XIX, vigoravam na América espanhola vários projetos de independência; o projeto vencedor acabou sendo o liderado pela elite *criolla*.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: INDÍGENAS e *criollos* nos processos de independência na América hispânica: interesses e conflitos. Disponível em: <http://livro.pro/6ara8v>. Acesso em: 12 set. 2018.

+ATIVIDADES

- Elabore uma tabela comparando as lutas populares no Haiti, no Peru e no México. A tabela deve conter:
  - Participantes do movimento;
  - Objetivos;
  - Principais líderes;
  - Modo como o movimento terminou.

	Haiti	Peru	México
Participantes	Negros escravizados.	Indígenas, mestiços e uns poucos *criollos*.	Camponeses.
Objetivos	Libertação dos escravos, cerca de 80% da população, e independência.	Fim do trabalho forçado (*mita* e *encomienda*), dos impostos abusivos e da discriminação racial.	Independência com divisão de terras entre os pobres.
Principais líderes	Toussaint L'Ouverture e Jean Jacques Dessalines, líderes populares negros.	José Gabriel Condorcanqui (o Túpac Amaru), mestiço descendente e de família inca.	Os padres Miguel Hidalgo e José Maria Morelos.
Modo como o movimento terminou	Vitória dos rebeldes e independência do Haiti (1804).	O movimento foi derrotado e Túpac Amaru, seu principal líder, foi degolado.	O movimento foi derrotado e o padre Hidalgo foi fuzilado.

Exclusão e marginalização na América

De acordo com a maioria dos analistas, a independência política beneficiou, sobretudo, os *criollos*, que lideraram o processo de lutas e, ao mesmo tempo, definiram os limites dessa "independência". Enquanto as elites dos novos países se ocupavam da grande política, a maioria, formada de pessoas pobres, mantinha a esperança de que a independência lhes trouxesse melhores condições de vida, acesso à terra e participação política. Os povos indígenas e de origem africana e seus descendentes integram essa maioria, que continua lutando por melhores condições de vida e cidadania plena.

ALLEN.G/SHUTTERSTOCK.COM

Mulher de nação quíchua tecendo fibra de alpaca, em 2017. As cores são fornecidas por tinturas vegetais de diferentes plantas.

EARL LEAF/MICHAEL OCHS ARCHIVE/GETTY IMAGES

Descendentes de quilombolas tocando banjo e flauta (ao centro) em um remanescente de quilombo localizado na Jamaica, em uma fotografia de 1946. A Jamaica, assim como o Haiti, recebeu uma grande quantidade de africanos escravizados.

Texto de apoio

Essa primeira América, dominada pelas possessões espanholas, é o teatro de mestiçagens de uma prodigiosa liberdade. O encontro dos europeus e das sociedades índias provocou primeiramente em toda a extensão do continente americano transformações dos modos de vida. Espontâneos ou impostos pela força, lentos ou precipitados, esses ajustamentos recíprocos nasceram dos choques que a Conquista, o pavor, a incompreensão, o simples contato ou ainda a curiosidade multiplicaram. [...] A desordem que destrói os seres e as tradições engendra por fim novas práticas e novas crenças, algumas das quais acabam por se estabilizar antes de, por sua vez, se transformar. Ligadas às necessidades de adaptação e de sobrevivência, essas formas de mestiçagem constituem a trama das culturas que apareceram no século XVI no continente americano. [...]

As mestiçagens americanas são processos irreversíveis [...], não há volta possível a um passado indígena, anterior à irrupção dos europeus [...] Índios aprenderam a economizar, a endividar e se endividar, a receber juros, a garantir, em suma, a manejar a abstração do dinheiro. Foi-lhes preciso plantar [...] açúcar, tabaco, *yerba* mate, para um mercado exterior, em detrimento de suas culturas alimentares. Outros índios, em número crescente, preferiram o trabalho assalariado às obrigações seculares do tributo e da *mita*.

Inversamente, os espanhóis do novo mundo se indianizam e até, por vezes, se africanizam à sua revelia. [...]

Demasiadas vezes se reduz a história do Novo Mundo a um enfrentamento entre civilizações europeias e civilizações índias, rigidamente circunscritas. Isso é negligenciar interações infinitamente mais numerosas e mais intensas que as que se desejou reconhecer. Mas essas diversidades não devem mascarar o desaparecimento de trechos inteiros das culturas vencidas ou das culturas dominadas – índias, africanas, mediterrâneas – nem sua desagregação em contato com os invasores. Ela não poderia tampouco dissimular o movimento que, a longo prazo, arrasta os homens, as memórias e as coisas na esteira do Ocidente. [...]

BERNAND, Carmem; GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo 2**: as mestiçagens. São Paulo: Edusp, 2006. p. 723-726.

PARA SABER MAIS

Por que a América espanhola se dividiu em vários países?

No Congresso do Panamá, em 1826, Bolívar continuou lutando para que as nações livres da América se unissem e formassem um único país, mas não conseguiu realizar seu sonho; a América espanhola se fragmentou em 19 Estados, cada qual com um governo próprio. A fragmentação da América em diversas repúblicas tem sido tema de debates entre os historiadores; as razões mais citadas para explicar essa fragmentação são três:

- os conflitos de interesses entre as elites *criollas*;
- a força dos **caudilhos**, chefes políticos ou militares locais, com grande poder em sua localidade ou província;
- as pressões da Inglaterra e dos Estados Unidos pela fragmentação da América Latina.

Observe o mapa.

Caudilhos: a historiografia recente entende que o poder do caudilho se constrói por meio de relações nos níveis local, nacional e internacional, e se fortalece em contextos históricos específicos nos quais as instituições políticas são frágeis. Uma das características importantes do caudilhismo é o clientelismo – relações pessoais que indivíduos com riqueza, poder e prestígio elevados mantêm com outros relativamente pobres e sem prestígio social. Por exemplo, o cliente, um peão, busca conseguir proteção política e econômica de seu patrão, um criador de gado, e oferece, em troca, sua força de trabalho e lealdade.

Mapa político da América Latina (1830)

O mapa mostra os Estados independentes na América em 1830. Naquela data, apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico continuavam sob o domínio da Espanha.

Fonte: PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 44.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

A historiografia recente entende que o poder do caudilho se constrói por meio de relações nos níveis local, nacional e internacional, e se fortalece em contextos históricos específicos nos quais as instituições políticas são frágeis. Uma das características importantes do caudilhismo é o clientelismo – relações pessoais que indivíduos com riqueza, poder e prestígio elevados mantêm com outros relativamente pobres e sem prestígio social. O cliente, um peão, por exemplo, busca conseguir de seu patrão, um criador de gado, por exemplo, proteção política e econômica e oferece, em troca, sua força de trabalho e lealdade.

- Evidenciar que, por vezes, os caudilhos conseguiram reunir sob seu comando as forças de uma região e, até mesmo, de toda uma república. Foi esse o caso da Argentina, onde, após a independência, a disputa pelo poder político opôs os unitários (favoráveis a centralização) aos federalistas (que defendiam a autonomia das províncias). As divergências entre eles se desdobraram em guerras civis intermitentes. Lá, a presença de caudilhos à frente de grupos armados impediu a organização de um Estado nacional centralizado até 1862, quando Bartolomeu Mitre assumiu a presidência do país como um todo.

Texto de apoio

Por que as terras da Espanha na América viraram vários países?

Por causa de diferenças nos processos de colonização e de independência. "Ao contrário da América portuguesa, não existiu unidade administrativa na América espanhola", diz a historiadora Libertad Borges Bittencourt, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Isso aconteceu porque a Espanha dividiu seus territórios na América em quatro grandes vice-reinados, além de outras capitanias gerais e intendências. No Brasil, a criação das capitanias hereditárias foi uma experiência parecida. Mas esse sistema não deu certo por aqui e a Coroa portuguesa acabou assumindo diretamente o controle da sua colônia. Já nas terras espanholas a divisão administrativa funcionou tão bem que se tornou difícil de ser revertida após o início dos processos de independência.

As áreas sob domínio espanhol eram administradas por vice-reis, que estabeleceram suas próprias estruturas locais de governo, embora mantivessem a fidelidade ao rei da Espanha. Outro fator importante para a fragmentação dos países foi a maneira como aconteceram as independências nas colônias. "Na América espanhola elas ocorreram em contextos de guerra. As classes governantes locais impuseram a fragmentação, num loteamento de espaço e poder", diz Libertad. [...] unir as nações recém-nascidas. Esse era um dos ideais do líder [...] venezuelano Simón Bolívar. [...]

POR QUE as terras da Espanha na América Latina viraram vários países? **Mundo Estranho**, 18 abr. 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/por-que-as-terras-da-espanha-na-america-viraram-varios-paises/>. Acesso em: 26 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa B. Justificativa: Os povoados (*pueblos*) tinham a obrigação de pagar à monarquia espanhola um tributo e de cumprir a *mita*; isto é, a obrigação de enviar um determinado número de indígenas para trabalhar para os espanhóis durante determinado período do ano.
2. Alternativa C. Justificativa: A vitória dos negros escravizados no Haiti espalhou pela América o haitianismo, ou seja, o medo dos levantes escravos.
3. Alternativa D. Justificativa: Os privilégios dados aos *chapetones*.

• Aprofundar o assunto acessando os textos: REVOLUÇÃO e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola. Disponível em: <http://livro.pro/b6g24q> e A ESCRAVIDÃO nas Américas. Disponível em: <http://livro.pro/uxzso7>. Acessos em: 12 set. 2018.

Texto de apoio

O Haiti

A independência do Haiti é um dos episódios mais importantes para a História do continente americano. Seu caráter insurrecional e o fato de ter contado com a participação maciça de escravos despertaram as atenções de amplos setores da sociedade política na América. Para alguns autores, este evento foi decisivo para os destinos emancipatórios da região hispano-americana. Seguindo esta linha de raciocínio, o temor de que um levante "plebeu" ocorresse em outros cantos do continente teria antecipado os movimentos independentistas por parte da classe colonial governante, os *criollos*.

Assim, mais do que uma inspiração, a independência do Haiti servira como uma advertência. Ao mesmo tempo, ficaria impregnada como uma lembrança de que, para o desespero dos senhores de escravos, os cativos eram aptos a comandar uma insurreição capaz de transformar o status quo social, dando liberdade aos cativos e aniquilando os seus donos. A este sentimento de insegurança e temor, deu-se o nome de haitianismo, fenômeno muito comum, principalmente entre parte da elite brasileira do século XIX, mas, também, junto aos aristocratas da Virgínia [...]

Outro fato importante a se destacar no processo de separação do Haiti de sua antiga metrópole, a França, é que esta foi a primeira independência a ocorrer na América Latina e a segunda em todo o mundo, segundo os preceitos modernos de nação. Antes de Santo Domingo, apenas os Estados Unidos haviam encarado o desafio de proclamar a autonomia política e administrativa de seu território.

PINHEIRO, Marcos Sorrilha. As independências do Haiti e da América Hispânica na Correspondência de Thomas Jefferson (1791-1822). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 22, jan./jun. 2017, p. 63-64.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha. Entre as razões da Revolta de Túpac Amaru, pode-se citar:

a) A cobrança abusiva de impostos por parte da Espanha.

b) A obrigação que os povoados (*pueblos*) tinham de pagar à monarquia espanhola um tributo e cumprir a *mita*, isto é, a obrigação de defender os espanhóis em caso de guerra.

c) A longa distância que os indígenas tinham de percorrer a pé, as doenças que os acometiam e a ausência prolongada (meses) desses agricultores nos seus *pueblos*.

d) A decisão das autoridades espanholas de negar o pedido do curaca José Gabriel de pôr fim ao cumprimento da *mita* por parte dos indígenas.

e) A determinação do curaca José Gabriel, que mudou seu nome para Túpac Amaru II, de romper com o poder metropolitano.

2. Sobre o processo de independência do atual Haiti, assinale a alternativa **INCORRETA** e justifique.

a) Foi conduzido por ex-escravos liderados por Toussaint L'Ouverture e Jean-Jacques Dessalines.

b) As lutas antiescravistas se mesclaram à guerra de independência que os ex-escravos moveram contra a França.

c) A vitória dos escravizados no Haiti extinguiu o haitianismo, ou seja, o medo de levantes escravos.

d) O Haiti é a segunda nação a conseguir sua independência na América e a primeira em que os negros chegaram ao poder.

3. Identifique a alternativa **INCORRETA** e justifique. Entre os fatores das independências das colônias espanholas da América, podemos citar:

a) O aumento da opressão espanhola sobre a América.

b) A proibição de se montar manufaturas na América.

c) As enormes diferenças sociais e a discriminação existentes nas sociedades hispano-americanas.

d) Os privilégios políticos dados aos *criollos*.

e) Os interesses dos *criollos* no livre comércio.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

4. Leia a tabela com atenção:

População de São Domingos (final do século XVIII)		
Etnia	**População**	**Em %**
Negros	500 mil	87,75%
Mestiços	30 mil	5,25%
Brancos	40 mil	7,00%
Total	570 mil	100%

Fonte: GUAZZELLI, César A. B. A crise do sistema colonial e o processo de independência. In: WASSERMAN, Claudia (Coord.). **História da América Latina**: cinco séculos (temas e problemas). 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade: UFRGS, 2000. p. 134.

a) O que ela mostra?

b) O que a leitura da tabela permite concluir em relação ao número de negros?

c) Elabore um parágrafo comparando a vida dos negros à dos brancos na ilha de São Domingos na época.

5. Leia o texto com atenção.

> A independência se fez em nome dos ideais liberais, justificando os interesses dos setores dominantes *criollos* que mantiveram a direção política do processo na América Espanhola. Caíam os monopólios reais, abriam-se as linhas de comércio, a economia devia se reger sem a intervenção da antiga metrópole. Algumas concessões aos dominados também foram aceitas, mesmo no período de luta: Bolívar, por exemplo, cedeu em oferecer alforria aos escravos que se ligassem aos exércitos patrióticos.
>
> PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. 18. ed. São Paulo: Atual, 1994. p. 17.

As frases a seguir dizem respeito ao texto. Identifique a **INCORRETA** e justifique sua escolha.

a) A independência da América espanhola foi animada por ideais liberais.

b) A liderança nas lutas pela independência da América espanhola coube aos *criollos*.

c) Mesmo depois da independência, as nações latino-americanas continuaram tendo de comerciar somente com a Espanha.

d) Durante as lutas pela independência, Bolívar ofereceu a liberdade aos escravizados que lutassem ao seu lado.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) A participação de cada grupo étnico no total da população da ilha de São Domingos no final do século XVIII.
   b) Permite concluir que o número de negros na população era de 12,5 vezes maior que o dos brancos, e mais de 16 vezes maior que o de mestiços.
   c) Resposta pessoal.
5. Alternativa C. Justificativa: Com a independência, as nações latino-americanas passaram a comerciar com vários países, sobretudo a Inglaterra.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Textos de apoio

Haiti: do tráfico de escravos à escravatura econômica da dívida

Na noite de 22 para 23 de agosto de 1791 em Santo Domingo, antigo nome do Haiti, 50 mil escravos desencadearam uma insurreição armada, impulsionando um longo processo que levou a que no dia 29 de agosto de 1793 se desse a primeira abolição da escravatura na história e a proclamação da independência. Santo Domingo, então rebatizado como Haiti, converteu-se em 1804 na primeira república negra independente, caso único na história: uma revolta de escravos deu origem a um Estado.

A França provavelmente nunca perdoou essa insurreição, que fez perder abundantes rendimentos ao seu sistema de escravatura e levou a destruição de milhares de plantações de açúcar e café. O Haiti pagou um preço muito alto: em 1825, foi obrigado a pagar à França 150 milhões de francos em ouro para compensar, pelas suas perdas, os antigos colonos que tinham dominado os escravos, em troca do reconhecimento da sua existência como Estado-nação independente. A sanção foi imposta sob a ameaça de uma invasão militar: a 17 de abril de 1825, foi reunida uma frota de 14 barcos de guerra na costa de Porto Príncipe (*Port-au-Prince*), pronta para intervir, e deixando entrever uma possível restauração da escravatura em caso de insubordinação.

Esta sanção, extorquida ao povo haitiano por se ter atrevido a conquistar a independência, foi renegociada treze anos mais tarde, em 1838, baixando para 90 milhões, após um escandaloso "Tratado de Amizade". Fazendo pesar sobre gerações o peso de uma dívida ilegítima, o Haiti, que lutou durante muitos anos por se libertar da tutela e da escravatura francesas, pagou a sanção aos seus antigos colonos desde 1825 a 1883. Até ao último centavo.

DUVAL, Jérôme Duval. **Haiti**: do tráfico de escravos à escravatura econômica da dívida. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/haiti-do-trafico-de-escravos-escravatura-economica-da-divida>. Acesso em 25 set. 2018.

RESPOSTA

6. Resposta pessoal.

AUDIOVISUAL

Mulheres nas lutas de independência.

Texto de apoio

As mulheres e as guerras de independência na América Latina

Segundo Evelyn Cherpak, mulheres tinham participação ativa durante o período de guerras. Atuavam das mais variadas formas possíveis, em primeiro lugar, mais perto do campo de batalha, apareciam lutando no combate corpo a corpo ou atuando como espiãs. Em segundo, poderiam ceder espaços para reuniões ou atuarem como enfermeiras, prestando nesses casos serviços mais parecidos com os que desempenhavam regularmente. Em terceiro, faziam donativos em dinheiro ou com suprimentos para as tropas. E por último, sofriam ainda com a perda de entes queridos, o exílio e o confisco de seus bens. [...]

Várias mulheres ficaram famosas por lutarem como soldados contra os exércitos realistas, algumas comandando até pequenas tropas formadas juntamente com outras mulheres, inclusive ganhando medalhas em certos casos por sua bravura. [...]

Dentre essas muitas mulheres, Manuela Sáenz (que também recebeu de San Martín o título de Caballera de la Orden del Sol, totalizando 112 mulheres que receberam tal condecoração) foi uma das mais famosas, pois além de sua conduta não usual de interessar-se por política e lutar na guerra, ao conhecer Simón Bolívar tornou-se sua companheira durante oito anos, até quando ele faleceu. Pouco tempo depois da morte de Bolívar foi exilada, morrendo na pobreza.

Por sinal, a posição social ainda era fator de diferença na hora dos castigos impostos às insurgentes, castigos mais humilhantes ou cruéis eram impostos às mestiças e pobres, quando comparados aos castigos impostos às *criollas* da alta-sociedade. Castigos esses que iam desde [...] varrer a rua, cuidar de soldados espanhóis feridos, até enforcamento, fuzilamento e toda sorte de castigos físicos.

6. **Em grupo**. Pesquisem sobre um dos países latino-americanos (México, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Argentina, entre outros). Procurem em livros, jornais, enciclopédias, revistas e na internet informações atuais, como:
   a) países com os quais fazem fronteira;
   b) idioma e moeda oficial;
   c) principais atividades econômicas;
   d) forma de governo;
   e) aspectos do cotidiano (habitação, vestuário, alimentação, costumes, festas etc.);
   f) principais problemas sociais, a partir de indicadores como IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), índice de mortalidade infantil, índice de analfabetismo etc.

   Em seguida, montem um seminário com o título: "Países hispano-americanos hoje". Incluam textos, fotos, mapas, ilustrações, gráficos, tabelas etc. sobre o país pesquisado.

II Leitura e escrita em História

VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir é da historiadora Maria Ligia Prado, professora de História da América Latina da Universidade de São Paulo. Leia-o com atenção.

Em busca da participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina

Quando se fala em exército, nesse período, vemos sempre homens marchando a pé ou a cavalo, lutando. Esquecemo-nos de que as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos/soldados; além disso, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam cozinhando, lavando ou costurando, em troca de algum dinheiro. [...]

Entretanto, a figura [...] de mulher/soldado é Juana Azurduy de Padilha, nascida em Chuquisaca (hoje Sucre), em 1780, que, junto com o marido, homem de posses, dono de fazenda, liderava um grupo de guerrilheiros. Lutando pela independência, participou de 23 ações armadas, algumas sob seu comando, perdendo, ao longo desses embates, todos os seus bens. Ganhou fama por sua coragem e habilidade, chegando a obter a patente de tenente-coronel.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

É bom que se ressalte que apenas em Afonso Valencia Llano encontramos uma menção feita acerca de mulheres que tenham lutado a favor do exército espanhol. E, interessantemente, se tratavam de algumas mulheres que faziam parte de um exército com um ar mais profissional, no qual lutavam vestidas como o resto de seus companheiros realistas. O provável motivo da dificuldade de se encontrar registros sobre a existência dessas mulheres é o fato de que elas lutaram do lado que foi derrotado, já que a história oficial costuma ser vista pelo ponto de vista do vencedor.

Mas não nos enganemos ao pensar que as mulheres se colocarem à luta era algo prontamente aceitável, pois muitas delas lutaram disfarçadas de homens, ou pelo menos até serem descobertas. [...]

RODRIGUES, Amanda Maria Lima. As mulheres e as guerras de independência na América Latina no século XIX: invisíveis ou inexistentes? **Ameríndia – História, cultura e outros combates**, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/amerindia/article/view/1569/1421>. Acesso em: 12 set. 2018.

[...] Outra história exemplar é a de Gertrudes Bocanegra, famosa heroína mexicana [...]. Presa com suas três filhas, foi condenada à morte por se recusar a denunciar os companheiros. Foi fuzilada em 1817 [...].

Dessa maneira, **Maria Quitéria de Jesus**, a jovem baiana que "ardia de amor pela pátria", ganha uma perspectiva diversa [...], deixando de ser uma exceção absoluta para ser pensada dentro de um quadro mais amplo de participação das mulheres nesses movimentos. [...]

Dica! As mulheres nas lutas pela independência da América Latina. Duração: 5min12s. Disponível em: <http://livro.pro/enyysk>. Acesso em: 12 set. 2018.

Em uma palavra, foi esquecido ou ocultado que as mulheres participantes dos movimentos pela independência atuaram num circuito claramente identificado como o da política, motivadas por ideias, sentimentos e crenças que as levaram a romper com os padrões sociais e religiosos vigentes. Sua notável coragem – especialmente nos momentos trágicos da prisão e condenação – indica que estavam preparadas para aceitar as consequências das escolhas efetuadas.

Maria Quitéria de Jesus: destacou-se nas lutas pela independência na Bahia.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Em busca da participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivodownload?IDARQUIVO=3713>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ROSARIENE BETANCOURT/ ALAMY/FOTOARENA

Estátua de Juana Azurduy na praça do Centro Cultural Kirchner, em Buenos Aires. Argentina, 2017.

a) O texto é jornalístico, jurídico, filosófico ou historiográfico?

b) Segundo o texto, que papéis as mulheres desempenharam nas lutas pela independência política da América Latina?

c) Com base no texto, é possível dizer que a autora diminui a importância da participação de Maria Quitéria de Jesus nas lutas pela independência? Justifique.

d) **Em dupla**. Reflitam e respondam: a que será que se deve o esquecimento ou ocultamento da participação das mulheres nos movimentos de libertação latino-americanos?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Historiográfico.

b) Elas trabalhavam cozinhando, lavando, costurando; atuavam como soldados combatendo nos campos de batalha, e também como mensageiras, levando notícias dos realistas para as forças de libertação, como foi o caso de Gertrudes Bocanegra.

c) Não, ela insere a participação de Maria Quitéria num quadro mais amplo: o da participação das mulheres latino-americanas no processo de emancipação política da região. Maria Quitéria de Jesus foi uma delas, mas, nem por isso, menos importante. Além dela, como o texto mesmo diz, houve várias outras mulheres latino-americanas que também se destacaram nas lutas pela libertação da América; foi este o caso, por exemplo, de Juana Azurduy e de Gertrudes Bocanegra.

d) A participação política das mulheres nos movimentos de libertação é esquecida ou ocultada principalmente porque a História foi escrita durante muito tempo por homens e sob a ótica masculina. **Professor**: comentar que, dos anos 1960 para cá, com o fortalecimento dos movimentos feministas e a crescente participação da mulher na vida política e social, essa situação vem mudando. Merece menção o desempenho de historiadoras como Mary del Priore na produção e divulgação de uma história da mulher no Brasil.

Texto de apoio

Imagens, conceitos e cultura política: a pintura sobre a independência da Colômbia na primeira metade do século XIX

Em um universo heroico majoritariamente masculino, as mulheres que participaram como financiadoras, informantes, enfermeiras, cozinheiras, auxiliares, mensageiras e combatentes, muitas das quais morreram, também ganham uma pequena representação no panteão nacional de heróis sobre a gesta emancipadora.

Policarpa Salavarrieta é a heroína por excelência [...] A partir de meados do século XIX e especialmente com o primeiro centenário da Independência (1910) e o primeiro centenário da sua morte (1917), multiplica-se consideravelmente sua iconografia e sua efígie vira emblemática da participação da mulher na gesta da Independência [...].

A primeira imagem conhecida de La Pola é uma pintura anônima de 1825 intitulada Policarpa Salavarrieta Marcha ao Suplício, que representa a heroína de Guaduas recebendo consolo do padre com um crucifixo, enquanto um soldado espanhol a leva ao patíbulo [...]. De um lado da pintura se enxerga o estrado onde acontecerá o fuzilamento. No canto esquerdo inferior aparece uma epígrafe que diz: "Policarpa Salavarrieta sacrificada pelos espanhóis nesta praça em 14 de novembro de 1817. Sua memória eterniza entre nós e sua fama ressoa de polo a polo." [...]

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. Imagens, Conceitos e Cultura Política: A pintura sobre a Independência da Colômbia na primeira metade do século XIX. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/07.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC citadas a seguir:

– (**EF08HI11**) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.

– (**EF08HI12**) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

– (**EF08HI13**) Analisar o processo de independência em diferentes países latino-americanos e comparar as formas de governo neles adotadas.

O objetivo desta página foi partir de um monumento e uma pintura relacionados ao Sete de Setembro para iniciar o estudo do processo de emancipação política do Brasil. Na foto de baixo, temos a vista aérea do prédio do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, que foi projetado pelo engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio e construído em cinco anos, de 1885 a 1890. Acima dela, vemos o quadro **Independência ou Morte**, de Pedro Américo (1843-1905). A obra é uma pintura histórica encomendada pelo governo de D. Pedro II para exaltar D. Pedro I, engrandecendo seu gesto e apresentando-o como fundador da Pátria. Essa pintura pode nos ajudar a questionar o culto ao herói e o caráter passivo do povo brasileiro, uma vez que ocorreram intensas lutas pela independência em várias províncias brasileiras.

- Orientar e tornar claro o pensamento histórico a partir de fontes históricas, como a pintura da página.
- Propor uma reflexão sobre o texto da historiadora e doutora pela USP Lucia Bastos Pereira das Neves:

> [...] Consagrado pela História, o Grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, quase não causou repercussão entre seus contemporâneos. Na imprensa do Rio de Janeiro, somente o número de 20 de setembro do jornal **O Espelho** exaltou "o grito acorde de todos os brasileiros". Na prática, a Independência estava longe de chegar.
>
> [...]

O GRITO que não foi ouvido. **Governo do Brasil**, 22 dez. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/02/o-grito-que-nao-foi-ouvido>. Acesso em: 18 set. 2018.

CAPÍTULO

8 A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

A fotografia maior é uma vista aérea do prédio do Museu Paulista, situado no bairro do Ipiranga. Já a menor é da obra de Pedro Américo, **Independência ou Morte**, exposta neste mesmo museu. Você já parou para observar este quadro? Quem é o personagem principal? O que ele está fazendo? Este quadro foi pintado para registrar uma determinada visão da independência; você sabe que visão é essa? Um quadro, como este de Pedro Américo, é uma representação ou uma reprodução da realidade? E a independência política do Brasil, é um acontecimento ou um processo?

MUSEU PAULISTA DA USP, SÃO PAULO.

Ao lado, **Independência ou Morte** (1888), obra de Pedro Américo exposta no Museu Paulista. Abaixo, vista desse museu em São Paulo (SP), 2016.

GUSTAVO FRAZAO/SHUTTERSTOCK.COM

IMAGENS EM MOVIMENTO

- HORIZONTES da memória: o Grito do Ipiranga. Duração: 28min10s. Disponível em: <http://livro.pro/pfxedx>. Acesso em: 18 set. 2018.

Documentário português sobre o Grito do Ipiranga (áudio em português europeu).

A vinda de D. João para o Brasil

Sabe-se que o imperador francês Napoleão Bonaparte construiu, com seus soldados, um grande império. Sabe-se também que, durante seu governo, ele decretou o **Bloqueio Continental**, proibindo os países europeus de comerciarem com a Inglaterra. E sabe-se, ainda, que o príncipe português D. João desobedeceu a essa proibição e, por isso, as tropas de Napoleão invadiram Portugal, precipitando a vinda da família real para o Brasil.

D. João se mudou protegido pela marinha inglesa e acompanhado de 10 a 15 mil pessoas.

Em janeiro de 1808, ele e sua comitiva chegaram a Salvador, na Bahia; e, pouco tempo depois, desembarcaram no Rio de Janeiro. Com a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, o eixo político e econômico do **Império português**, antes situado em Portugal, deslocou-se para o Brasil.

Império português: formação política que compreendia colônias na África, América (Brasil) e Ásia.

DIALOGANDO

Observe esta famosa pintura a óleo representando a partida da família real. Será que a saída de D. João e sua Corte, de Portugal para o Brasil, foi tranquila tal como representada na pintura?

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Embarque de D. João, príncipe regente, de Portugal para o Brasil, pintura de Nicolas-Louis-Albert Delerive, de 1807.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Texto de apoio

Transferência da Corte: um projeto antigo

A transferência da corte portuguesa para o Brasil era um projeto antigo de políticos e intelectuais portugueses favoráveis à formação de um Império luso-brasileiro com sede no Rio de Janeiro. Dentre eles, d. Rodrigo Coutinho, um dos mais importantes e influentes ministros do príncipe d. João.

Dentre as propostas de d. Rodrigo de Souza Coutinho estava a transferência da capital do império para o Brasil. Tal ideia fora aventada anteriormente, em diversos momentos críticos da história portuguesa. Em 1580, quando a Espanha invadiu Portugal, o prior do Crato, pretendente ao trono português, foi aconselhado a viajar para o Brasil, estabelecendo em seu território um grande império. Após a Restauração Portuguesa, num contexto de extremas dificuldades, d. João IV apresentou a proposta de uma aliança entre Portugal e França e de divisão do império português, separando do Reino o Brasil e os Açores. [...] Em 1762, ao que parece, o marquês de Pombal, temendo uma invasão do reino por tropas francesas e espanholas, mandou preparar uma esquadra para trazer o rei d. José I para o Brasil. Em 1801, quando as potências europeias fracassavam em debelar a França napoleônica e a diplomacia francesa fazia pressões sobre Portugal que implicavam a perda de sua soberania, o marquês de Alorna aconselhou o príncipe regente a ameaçar transferir-se para o Brasil, dispondo-se a "ir ser imperador naquele vasto território adonde pode[ria] facilmente conquistar as colônias espanholas e aterrar em pouco tempo todas as potências da Europa.

A estratégia de transferência da Corte para o Brasil – enfim retomada por D. Rodrigo de Souza Coutinho [...] e contando com o apoio da Inglaterra – partia da avaliação de [...] que no Brasil o príncipe regente poderia "criar um poderoso império". Permanecer em Portugal implicaria o risco de ser aprisionado pelos franceses e de ser forçado a abdicar da Coroa, abolindo-se a monarquia e dilacerando-se o império colonial português.

VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808**: o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32-33.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que a transferência da Corte não foi uma decisão repentina: havia tempos, intelectuais e políticos portugueses propunham a formação de um Império Luso-Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro, a fim de proteger os domínios lusos e defendê-los das agressões de potências europeias.

Dialogando

Não; como observa uma historiadora:

[...] o óleo em nada lembra o "tumulto" que foi a saída dos monarcas e de boa parte da corte. Descrito, nos documentos, com cores dantescas – com pessoas se atirando na água, forçando a entrada nos barcos, pais separados de filhos e famílias divididas –, o evento contrasta em tudo com a representação quase bucólica da pintura histórica.

SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. p. 256.

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o texto da historiadora Maria Odila Dias.

A vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada. Seria esta a única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial, agravadas pelas agitações do constitucionalismo português e pela fermentação mais generalizada no mundo inteiro na época, que a Santa Aliança e a ideologia da contrarrevolução na Europa não chegavam a dominar. [...]

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 19.

Texto de apoio

A interiorização da metrópole

O Rio já nasceu cidade e sede de capitania, mesmo sendo apenas um micropovoado. [...]

Daí a virar capital do Brasil foi um pulo. Por simples ato real de nomeação do vice-rei conde da Cunha, em 27 de junho de 1763, o Rio roubava de Salvador o papel que lhe coubera por mais de 200 anos. Em 7 de março de 1808, com a chegada da família real, deu-se outro passe de mágica. Eis que o Rio de Janeiro era capital de uma monarquia europeia. Nenhum dos episódios anteriores foi tão impactante para a cidade.

[...]

A recepção à Corte foi grandiosa. [...]

A cidade do Rio de Janeiro se transfigurara: era agora Corte do reino português, a primeira monarquia da América. Uma mudança de conteúdo, mas não muito de forma: as intervenções arquitetônicas de seus novos administradores foram tímidas. [...]

[...]

Como o poder público não fez quase obras em praças, largos e logradouros importantes da cidade, tudo dependia da iniciativa de particulares. O Rio de Janeiro – que, além de Corte, estava aberto ao comércio e à entrada de estrangeiros – recebeu diversificados grupos de pessoas para as embaixadas, comerciantes, artistas e embarcações estrangeiras, além de ricaços do interior e de outras capitanias que desejavam viver mais próximos do rei. [...]

Esses novos cortesãos construíram ou reformaram seus palacetes, ocuparam a região de São Cristóvão, sede do Palácio da Quinta da Boa Vista, e os bairros da zona Sul: Glória, Catete, Laranjeiras, Botafogo, até as cercanias do novo Jardim Botânico.

Quando foi realizado, a mando de D. João, o arruamento em torno de seu palácio da fazenda de Santa Cruz, nobres e grandes comerciantes construíram lá suas moradias "rurais". Nesse *boom* imobiliário consolidou-se uma nova feição arquitetônica e urbanística do Rio de Janeiro sob a linguagem estilística denominada neoclassicismo.

[...]

CAVALCANTI, Nireu. Cidade aos pedaços. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 3, n. 28, p. 42-45, jan. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160411005501/http://rhbn.com.br/secao/capa/cidade-aos-pedacos>. Acesso em: 18 set. 2018.

A interiorização da metrópole

Com a mudança da Corte para o Brasil, o Rio de Janeiro substituiu Lisboa como cabeça do Império português. Durante sua permanência no Rio, D. João e sua Corte estabeleceram uma aliança com a elite de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essa aliança se deu por meio de negócios entre eles envolvendo terras e comércio de abastecimento (alimentos, ferramentas, tropas de muares trazidas do Sul, entre outros). Deu-se também por meio de casamentos com famílias locais e de empregos concedidos por D. João aos membros dessa elite. Essas relações sociais e mercantis com a elite do Centro-Sul levaram ao enraizamento da Corte portuguesa e ao seu desejo de permanecer no Brasil, fenômeno que a historiadora Maria Odila Dias chamou de **interiorização da metrópole**.

MUSEU HISTÓRICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Chegada do príncipe Dom João à Igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, de Armando de Martins Viana, de 1937.

Dica! Chegada da família real portuguesa. Animação sobre a vinda da família real portuguesa e as transformações por ela provocadas. Duração: 57min22s. Disponível em: <http://livro.pro/qjansc>. Acesso em: 18 set. 2018.

A abertura dos portos

Dias depois de sua chegada, D. João ordenou a **abertura dos portos brasileiros** ao comércio com as nações amigas. Qual o significado dessa abertura?

Para o governo português não havia alternativa, pois Portugal estava ocupado pelas tropas francesas; além disso, a Corte portuguesa no Rio queria continuar se abastecendo de mercadorias importadas. Para o Brasil, a abertura dos portos significou o fim do **exclusivo comercial metropolitano** (isto é, do controle do comércio do Brasil pelos portugueses) e a liberdade de comerciar com outros países. Para a Inglaterra, a abertura também foi vantajosa, pois agora poderia vender suas mercadorias diretamente para o Brasil.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra

Logo que se instalou no Rio de Janeiro, D. João autorizou a criação de indústrias no Brasil. Essa autorização, no entanto, não teve o resultado esperado devido à falta de capital e à dificuldade de concorrer, em preço e qualidade, com produtos estrangeiros, sobretudo os ingleses. Ainda mais depois que D. João assinou com a Inglaterra o **Tratado de Comércio e Navegação (1810)**, extremamente favorável aos interesses ingleses. O principal artigo desse tratado dizia que, para entrar no Brasil, as mercadorias inglesas deveriam pagar um imposto de **15%**, as portuguesas, de **16%**, e as de outras nações, de **24%**. Pagando impostos menores, os produtos ingleses podiam ser vendidos no mercado brasileiro a preços mais baixos que os de outras nações.

Com a abertura dos portos e o Tratado de 1810, dezenas de navios entraram nos portos brasileiros; traziam tecidos, caixões mortuários, ferragens, louças, pentes, além de produtos desnecessários, como carteiras para notas (no Brasil só havia moedas). Mercadorias inglesas de luxo, como candelabros, louças e cigarreiras, inundaram o Rio de Janeiro.

Tratado de Comércio e Navegação de 1810: resultou da pressão inglesa. Antes de vir para o Brasil, D. João prometeu que, em troca da escolta da família real lusa na viagem pelo oceano Atlântico, daria aos ingleses vantagens e privilégios no Brasil.

ROMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO

Louça inglesa do início do século XIX que faz parte do acervo do Museu do Estado de Pernambuco, em Recife.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A ECONOMIA no tempo de Dom João. Duração: 21min. Disponível em: <http://livro.pro/mx2c4z>. Acesso em: 18 set. 2018.

Documentário sobre a economia brasileira nos tempos de D. João.

- A CORRUPÇÃO no tempo de Dom João. Duração: 20min35s. Disponível em: <http://livro.pro/cs2u2c>. Acesso em: 18 set. 2018.

Documentário sobre a corrupção no período do reinado do D. João. Episódio 9 da série 1808 – A Corte no Brasil.

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que, para a Inglaterra, a abertura dos portos brasileiros foi extremamente vantajosa, pois o governo inglês havia negociado com Portugal certos privilégios no comércio com o Brasil, em troca da proteção dada à família real.
- Frisar que, naquele mesmo ano, chegaram ao Brasil dezenas de navios estrangeiros, ingleses em sua maioria. Traziam produtos variados: tecidos, caixões, mostruários, ferragens, cristais, perfumes, cachimbos e também artigos de utilidade duvidosa, como patins para gelo, carteiras para notas (no Brasil só havia moedas) e... calçados para neve!
- Explicar que, em abril de 1808, já instalado na cidade do Rio de Janeiro, Dom João liberou a indústria no Brasil, isentou do pagamento de impostos as matérias-primas destinadas a ela (como o ferro) e prometeu subsídios às fábricas de tecidos, lã e algodão. Porém, os resultados dessas medidas foram inexpressivos, por causa da falta de investimentos na indústria e da dificuldade de competir com os produtos estrangeiros.
- Acentuar que, em troca da ajuda e da proteção dada à família real portuguesa, o governo de Dom João assinou com a Inglaterra, em 1810, os tratados de **Aliança e Amizade** e **Comércio e Navegação**, que asseguravam um conjunto de vantagens e privilégios aos ingleses.
- Comentar que os tratados de 1810 fortaleceram a proeminência das mercadorias e dos comerciantes ingleses no Brasil. Essa proeminência pode ser associada à dependência histórica de Portugal em relação à Grã-Bretanha, bem como ao fato de que, no alvorecer do século XIX, o capitalismo inglês tinha uma posição de liderança no cenário mundial e ganhava fôlego para desenvolver ações imperialistas na América Latina, África e Ásia.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: OS TRATADOS de amizade, navegação e comércio na constituição do Estado imperial brasileiro (1808-1829). Disponível em: <http://livro.pro/tt2c7b>; e A PRESENÇA inglesa. Os novos colonizadores e os Tratados de 1810. Disponível em: <http://livro.pro/zkg9a8>. Acessos em: 18 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Mencionar que, uma vez instalado, o governo de Dom João empenhou-se em modernizar a cidade do Rio de Janeiro, assemelhando-a a Lisboa. Multiplicaram-se as obras em solo carioca: abriram-se vias para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, construíram-se novas habitações com amplos jardins e janelas envidraçadas, que permitiam a entrada de luz, e instalaram-se importantes órgãos político-administrativos, como o Ministério e o Conselho de Estado, a Intendência da Polícia, o Erário Régio, o Banco do Brasil e a Casa da Moeda.
- Ressaltar que, além disso, foram criadas importantes instituições científico-culturais, como: a Imprensa Régia, que publicou livros, folhetos e o primeiro jornal feito no Brasil, a **Gazeta do Rio de Janeiro**; a Academia Médico-Cirúrgica; o Teatro Real; o Museu Real; o Observatório Astronômico; o Horto Real; a Biblioteca Real (atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro); e a Academia de Belas Artes, fundada por sugestão dos membros da Missão Artística e Cultural Francesa, que também vieram para o Brasil no governo de Dom João, em 1816.
- Evidenciar que a transferência da Corte para o Rio de Janeiro havia criado uma fratura no Império Português: a metrópole, privada de seu soberano, perdera suas antigas funções; a colônia, por sua vez, exercia agora a função de metrópole. Essa situação acirrou os conflitos de interesses entre as forças políticas que disputavam benefícios e poder no Império Português, independentemente de seus membros serem brasileiros ou portugueses, e estarem lá ou aqui.
- Salientar que, nesse contexto, Dom João elevou o Brasil à categoria de **Reino Unido a Portugal e Algarve**, em 1815, e justificou, assim, sua permanência no Rio de Janeiro, onde seu governo tinha fincado raízes e obtido vantagens para si e seus protegidos. Veja o que uma historiadora diz sobre essa decisão de Dom João:

> Com essa decisão [...] foi reconhecida a autonomia do Brasil perante o Reino de Portugal. A partir daquele momento, o Reino Unido, como foi chamado, transformava-se, juntamente com os domínios portugueses na África e na Ásia, na expressão política do Império, passando as capitanias a ser designadas províncias do Império. E essa situação inédita foi sacramentada em 1816, quando, com a morte de D. Maria I, o então regente passou a ser o novo rei, D. João VI.
>
> OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A independência e a construção do Império**: 1750-1824. São Paulo: Atual, 1995. p. 70. (Discutindo a História do Brasil).

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ADMINISTRAÇÃO joanina: o rei a governar o Rio de Janeiro. Disponível em: <http://livro.pro/5bdomx>. Acesso em: 18 set. 2018.

A administração joanina

Com a vinda de D. João, a cidade do Rio recebeu uma série de melhorias: sua área foi ampliada, abriram-se vias públicas para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias e as casas ganharam janelas envidraçadas que permitiam a entrada de luz; por influência inglesa, os mais ricos fizeram jardins ao redor de suas casas e passaram a comer com garfo e faca. Além disso, o governo de D. João foi responsável por importantes realizações, entre as quais cabe citar:

1808	Imprensa Régia, que publicou o primeiro jornal no Brasil, a **Gazeta do Rio de Janeiro** Banco do Brasil, primeiro banco brasileiro Real Horto, atual Jardim Botânico
1810	Academia Militar e da Marinha Real Biblioteca, atual Biblioteca Nacional
1813	Real Teatro de São João
1816	Academia Imperial de Belas-Artes, atual Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1818	Museu Real, atual Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Vista do Jardim Botânico. Rio de Janeiro (RJ), 2010.

Enraizado no Rio de Janeiro e interessado em permanecer, em 1815 D. João elevou o Brasil a **Reino Unido a Portugal e Algarves**. No ano seguinte, com a morte da mãe, dona Maria I, tornou-se rei, com o título de D. João VI.

Algarves: região do sul de Portugal.

Ainda durante o governo do D. João, assistiu-se à chegada da **Missão Artística Francesa**, um grupo de professores, arquitetos, músicos, escultores e pintores, entre os quais estavam os pintores Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

PARA SABER MAIS

O texto a seguir é da historiadora Valéria Lima. Leia-o com atenção.

[...]

No cômputo geral das imagens de Debret, [...] é evidente que os tipos privilegiados são os negros. No entanto, em nenhum momento o autor declara que lhes atribuía um espaço diferenciado na obra. Se isto ocorre [...] deve-se ao papel mesmo dessa parcela da população na realidade brasileira da época. [...] A nação que vira, por assim dizer, nascer, devia grande parte dessa vitória aos negros: "Tudo assenta pois, neste país, no escravo negro", diz ele. Pertence-lhe, portanto, a maioria dos costumes, das atitudes, dos hábitos e das atividades representados nas litografias, assim como a grande parte dos comentários textuais.

COLEÇÃO PARTICULAR

Detalhes de obras de Debret mostrando homens e mulheres negros no trabalho.

MUSEUS CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO

[...] Sem deixar que o princípio da hierarquia das raças fundamente seus comentários, o modelo clássico que emprega para retratá-los eleva-os aos olhos de quem admira suas figuras. [...] Em geral, envolvidos com o trabalho, negros e negras expõem [...] uma presença espiritual que vai além das cenas em que são representados. [...]

LIMA, Valéria. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil. In: LIMA, Valéria. **Uma viagem com Debret**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 49-50.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

• Informar que a pacata cidade do Rio de Janeiro, agora capital do Reino, transformou-se, expandiu-se à moda de uma cidade europeia. No entanto, como observaram dois estudiosos, nem tudo era novidade no Rio de Janeiro daqueles tempos da Corte:

Na cidade, os escravos negros permaneciam realizando as atividades de sempre. Eram eles que abasteciam de água as casas e carregavam até o mar os barris com dejetos; transportavam mercadorias e passageiros; eram empregados por seus amos nas oficinas artesanais e como negros de ganho. Nas residências senhoriais, as mulheres escravas eram as amas de leite, as criadas, as responsáveis pelos inúmeros serviços domésticos. [...]

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luís Affonso Seigneur de. **Independência ou morte**: a emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991. p. 44. (História em Documentos).

Debret permaneceu no Brasil entre 1816 e 1831, período durante o qual pintou paisagens, pessoas, plantas, casas e diversos tipos humanos aqui existentes. Ao regressar para a França, Debret reuniu seus trabalhos numa obra extensa composta de três volumes denominada **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**.

Com essa obra, ele pretendeu escrever uma história ilustrada do Brasil, e as imagens que ele produzia deviam servir como prova daquilo que ele afirmava. Não se pode esquecer, porém, que a obra de Debret é um "olhar europeu" sobre o Brasil.

Texto de apoio

[...] Os três volumes, tal como os conhecemos hoje, foram publicados em 1834, 1835 e 1839. Ao longo de suas páginas, Debret enfatiza que considera os diferentes momentos da marcha da civilização no Brasil: os indígenas e suas relações com o homem branco, as atividades econômicas e a presença marcante da mão de obra escrava e, por fim, as instituições políticas e religiosas. À primeira vista, parece que Debret faz uma divisão "racial", isolando as experiências de índios, negros e brancos. Na verdade, porém, essa divisão aparente acaba minimizando a complexidade de sua interpretação do Brasil: um país que estivera por muito tempo submetido ao jugo arbitrário dos colonizadores (Debret refere-se ao período da administração colonial, em que a Corte portuguesa mantinha-se distante geograficamente do país e em que predominava a intenção de explorar a rica colônia [...]), mas que, com a chegada da família real portuguesa ao seu território, iniciaria um processo de regeneração cuja continuidade estava nas mãos dos brasileiros, conduzidos à emancipação política pelo herdeiro da Coroa portuguesa. Para Debret, a população brasileira mostrava-se perfeitamente habilitada para tal empreendimento, sendo necessário investir nos dois caminhos por ele indicados como asseguradores desse processo: a miscigenação racial e a educação. [...]

LIMA, Valéria. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil. In: _____. **Uma viagem com Debret**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 29-30.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que o governo de Dom João VI beneficiou, sobretudo, a elite do Rio, São Paulo e Minas, particularmente os produtores e comerciantes dedicados ao abastecimento da Corte. Esses grupos ascendiam sobretudo através de privilégios (como o de cobrar impostos) e da obtenção de títulos de nobreza e de empregos concedidos pelo governo joanino.
- Salientar que, enquanto isso, os habitantes das outras regiões do Brasil tinham de sustentar com impostos o luxo da Corte e os altos salários pagos por Dom João VI ao funcionalismo. Essa política causou uma insatisfação generalizada: o Rio de Janeiro passou a ser visto como uma "nova Lisboa", sede da metrópole, centro do poder que oprimia e explorava as outras partes do território.
- Evidenciar que essa insatisfação era mais forte no Nordeste, onde os preços do açúcar e do algodão – os dois principais produtos da região na época – vinham caindo, e a escassez de alimentos e a fome, agravadas pela seca de 1816, atingiam a muitos. Esse contexto favoreceu a disseminação das ideias liberais vindas da França entre os pernambucanos, que, reunidos nas lojas maçônicas, preparavam a resistência à dominação portuguesa; essa insatisfação foi o estopim para ocorrer a Revolução Pernambucana, em março de 1817.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: REVOLUÇÃO pernambucana de 1817: a "Revolução dos Padres". Disponível em: <http://livro.pro/jwrcbg>; e AVANTE Patriotas! 200 anos da Revolução Pernambucana. Disponível em: <http://livro.pro/djmji5>. Acessos em: 18 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- PERNAMBUCO: história e personagens (Revolução de 1817). Duração: 6min16s. Disponível em: <http://livro.pro/wyb2pu>. Acesso em: 18 set. 2018.

Vídeo sobre os personagens da Revolução Pernambucana que deram nomes às ruas Pernambuco.

- REVOLUÇÃO Pernambucana: 201 anos. Duração: 19min55s. Disponível em: <http://livro.pro/qmmqni>. Acesso em: 18 set. 2018.

Documentário sobre a Revolução de 1817.

Insurreição Pernambucana (1817)

Sabe-se que o governo de D. João fez muitas melhorias na cidade do Rio de Janeiro e ofereceu emprego e apoio à elite do Centro-Sul, mas isso tudo a um custo muito alto: os habitantes das terras brasileiras tiveram de pagar cada vez mais impostos, o que gerou uma insatisfação generalizada no país. O Rio de Janeiro passou a ser visto como centro de poder que oprimia as demais províncias.

Em Pernambuco, além de reclamar dos impostos, a população criticava o controle dos portugueses sobre o comércio varejista e a preferência dada a eles quando havia promoção de militares. Em 1816, a insatisfação na província cresceu devido a uma seca que prejudicou a produção agrícola, gerando aumento no preço dos alimentos e fome nas cidades.

No ano seguinte, nesse ambiente tenso, os rebeldes pernambucanos rebelaram-se, expulsaram de Pernambuco o governador e proclamaram uma república separada de Portugal e do Rio de Janeiro. A seguir, formaram um governo provisório com pessoas de diferentes grupos sociais: o comerciante Domingos José Martins, o padre João Ribeiro, o capitão Domingos Teotônio Jorge, o advogado José Luís de Mendonça e o senhor de engenho Manoel Correia de Araújo.

Ao saber que Recife tinha agora um governo republicano, paraibanos, potiguares e cearenses também tomaram o poder em suas províncias, passando a se autogovernar. Os rebeldes tentaram sem sucesso conseguir também o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, RECIFE

Bênção das bandeiras da Revolução de 1817, óleo sobre tela de Antônio Parreiras. A pintura sugere um esforço dos líderes da Revolução Pernambucana para legitimar o seu movimento.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Insurreição Pernambucana

Segundo Sierra y Mariscal, a chegada de d. João ao Brasil fez do Rio de Janeiro o "receptáculo de todas as riquezas do Império português", atraindo não só um grande movimento comercial para seus portos, como também colhendo um grande número de impostos das demais províncias, especialmente as do Norte, que passaram a obter menos vantagens do que a sede da nova corte. O Rio de Janeiro transformou-se no "parasito do Império português", acabando por atrair "o ódio de todas as províncias" (Sierra y Mariscal, 1920-1921:60). Compreende-se, assim, mais tarde, quando da eclosão do movimento constitucionalista português e das guerras de independência, a hesitação de muitas províncias entre a adesão a Lisboa ou ao Rio de Janeiro.

Exemplo por excelência dessas tensões e conflitos, contudo, foi a Revolta de Pernambuco. Eclodiu em 6 de março de 1817, no Recife, quando o governador ordenou a prisão de

O novo governo de Pernambuco:

a) criou uma bandeira própria;

b) aboliu vários impostos;

c) aumentou os salários dos soldados;

d) adotou a liberdade de imprensa e a tolerância religiosa (embora a religião católica fosse a oficial).

Os líderes da rebelião de 1817 concordavam quanto ao fim do domínio português, mas discordavam quanto a extinguir a escravidão, fato que enfraqueceu o movimento.

A República Pernambucana durou apenas 74 dias: o governo de D. João VI enviou soldados e navios de guerra que reprimiram e venceram a rebelião. Comerciantes portugueses e proprietários de terras ajudaram na repressão, pois temiam o **haitianismo**, isto é, tinham medo de levantes bem-sucedidos de escravizados, como o dos que conseguiram a liberdade e independência no Haiti, em 1804.

Com isso, restabeleceu-se a antiga ordem social e étnica, que privilegiava os brancos e ricos de Pernambuco e discriminava pobres, mestiços e negros. As penas dadas aos líderes de 1817, como Domingos José Martins e o carmelita Miguel Joaquim de Castro, seguiram o modelo do Antigo Regime: morte na forca por crime de lesa-majestade. A rebelião foi vencida, mas os pernambucanos acumulavam um trunfo: Pernambuco foi a primeira província do Império português a declarar sua independência.

© CC0 1.0-SA-BY

À esquerda, bandeira da Revolução Pernambucana de 1817, cujas estrelas representam Pernambuco, Paraíba e Ceará. Ela inspirou a atual bandeira pernambucana (abaixo), que possui uma estrela só.

GREBESHKOVMAXIM/SHUTTERSTOCK.COM

Dica! Bandeira de Pernambuco. Duração: 3 min. Disponível em: <http://livro.pro/wch2bn>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Ressaltar que muitos proprietários de terras e escravos e comerciantes portugueses, atemorizados com a crescente participação das camadas mais pobres da população na Revolução, ajudaram as tropas fiéis à Corte a reprimirem os rebeldes.
- Evidenciar que a repressão à Revolução de 1817 visou a restabelecer a ordem étnica e social em Pernambuco, o que ajuda a explicar a sua extrema violência; adotando um estilo próprio do Antigo Regime, a repressão condenou os cabeças da rebelião à pena de morte por crime de lesa-majestade; os que tiveram alguma participação considerada política foram condenados a prisão, e, para a gente humilde da província (especialmente os negros, mestiços e brancos pobres) foram reservadas penas humilhantes, como açoites e palmatoadas (pancada na palma da mão aplicada com palmatória, régua).

Texto de apoio (continuação)

alguns militares, denunciados por organizarem jantares e assembleias em que se emitiam princípios sediciosos, ameaçando a tranquilidade pública. Um dos implicados reagiu à prisão, ferindo mortalmente seu comandante. O motim alastrou-se pelas ruas, com quebra-quebras e tumultos, dirigidos em especial contra os naturais de Portugal, e culminou, no dia seguinte, com a precipitada fuga do governador para o Rio de Janeiro. Instituído um governo provisório, ao qual se acrescentou um conselho formado por notáveis locais, os revoltosos concederam de imediato do soldo aos militares e aboliram alguns impostos. Diversas proclamações procuraram, então, conter o antilusitanismo da arraia-miúda, assegurar a adesão da população ao movimento e reforçar a união com as províncias de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, que tinham espontaneamente se ligado ao movimento. Um pouco mais tarde, chegou-se a redigir uma lei Orgânica, esboço de uma Constituição.

Entretanto, as discordâncias internas e o receio dos proprietários de terra de que a escravidão fosse abolida enfraqueceram o movimento. Além disso, ao buscar apoio em Washington e em Londres, as cartas dos insurretos não tiveram a ressonância esperada. Contidos por um bloqueio marítimo, os rebeldes não resistiram às forças enviadas por terra da Bahia, rendendo-se em 19 de maio. Seguiu-se uma impiedosa devassa. Os principais líderes do movimento, entre os quais o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, conhecido como padre Miguelinho, professor de retórica do Seminário de Olinda e secretário do governo, foram executados. Quase duas centenas e meia de implicados permaneceram nos cárceres da Bahia até o indulto das cortes de Lisboa em 1821.

SILVA, Alberto da Costa e. **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 82-85.

ENCAMINHAMENTO

• Chamar a atenção para o fato de que, enquanto, no Brasil, Dom João VI e seus aliados desfrutavam de poder e privilégio, em Portugal a maioria da população vivia pobremente e enfrentava um misto de crise econômica e caos político por causa: a) dos prejuízos causados pela ocupação francesa e a transferência da Corte para o Brasil, em 1808; b) da perda dos lucros do comércio com o Brasil decorrente da abertura dos portos brasileiros; c) da presença militar inglesa em Portugal, a partir de 1815. É que, com a queda de Napoleão, forças militares inglesas se instalaram no Reino sob o comando do Marechal Beresford, a quem foi dado o título de Lorde Protetor de Portugal.

• Esclarecer que os liberais portugueses acusavam o governo absolutista de D. João VI pelo descontentamento e pela pobreza do povo; e, reagindo a essa situação opressiva, promoveram a **Revolução Liberal do Porto** (1820), um movimento armado inspirado no ideário iluminista e com amplo apoio popular, empenhado em pôr fim ao Antigo Regime em Portugal. Iniciada na cidade do Porto, espalhou-se rapidamente pelo restante do país, inclusive Lisboa, e modificou inteiramente o quadro político dos dois lados do Atlântico, levando a política para as ruas, as praças e o parlamento.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O RETORNO da Corte. Duração: 22min56s. Disponível em: <http://livro.pro/78ogyy>. Acesso em: 18 set. 2018.

Reportagem sobre a Revolução do Porto e o retorno da Família Real para Portugal.

Texto de apoio

Este texto é do historiador Rubens Ricupero.

O Brasil no mundo

A metamorfose de colônia a Brasil independente se completou em 23 anos, duração de uma geração humana que viveu a mesma experiência de ruptura em quase toda a América Latina. Para a história do relacionamento com o resto do mundo, é óbvio que nenhum outro momento foi mais decisivo ou importante do que o período em que esses países começaram a existir como sujeitos autônomos do sistema internacional. No caso brasileiro, duas datas de alto significado efetivo e simbólico servem de baliza a essa evolução: a abertura dos portos, em 28 de janeiro de 1808, e a abdicação de d. Pedro I em 7 de abril de 1831.

A abertura dos portos liquidou de um golpe o regime colonial de comércio dominado com exclusividades pela metrópole, gerando interesses e condições materiais que tornariam inviável o retorno ao estatuto de colônia. Simboliza o ponto de partida do percurso rumo à independência.

A abdicação fechou a caminhada, ao eliminar a possibilidade de um retrocesso, mediante a reconstituição da unidade entre o Brasil e Portugal por meio da reunião das duas coroas num só soberano. Por esse motivo, o Sete de Abril seria considerado por alguns brasileiros do século XIX como a verdadeira data da independência, ou, ao menos, de sua definitiva consolidação. [...]

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 115.

A Revolução Liberal do Porto

Enquanto D. João VI e sua comitiva desfrutavam de privilégios no Rio de Janeiro, os portugueses que tinham ficado em Portugal reclamavam do absolutismo, da perda do monopólio do comércio brasileiro e da ocupação militar inglesa. Essa insatisfação explodiu, em 1820, em um movimento conhecido como **Revolução Liberal do Porto** ou **Vintismo**. Os revolucionários portugueses convocaram eleições para as **Cortes Constituintes**. A maioria dos deputados das Cortes decidiu que D. João VI devia voltar imediatamente para Portugal e com seus poderes limitados por uma Constituição.

Cortes Constituintes: conjunto de deputados.

No Brasil, a elite do Centro-Sul estava dividida em dois grupos políticos: membros de importantes famílias fluminenses e mineiras, como **José da Silva Lisboa**, apoiavam a volta de D. João VI para Portugal e a organização de um império independente no Brasil governado pelo príncipe D. Pedro. Já o outro grupo, liderado pelo comerciante fluminense **Joaquim Gonçalves Ledo** e pelo português **José Clemente Pereira**, era favorável a que o Brasil continuasse fazendo parte do Império português, porém com mais autonomia.

Pressionado pelas Cortes portuguesas, D. João VI resolveu voltar para Portugal. Antes disso, porém, deixou seu filho Pedro como príncipe regente do Brasil e, assim, garantiu para sua família o governo do rico território brasileiro.

MUSEU PAULISTA DA USP, SÃO PAULO

Sessão das Cortes de Lisboa (c. 1920), de Oscar Pereira da Silva. Deputados brasileiros foram para Portugal com a esperança de se juntar aos seus colegas portugueses e fazer uma Constituição. Mas, chegando lá, descobriram que o desejo dos portugueses era que o centro de decisões do Império português voltasse a ser Lisboa.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

A emancipação política do Brasil

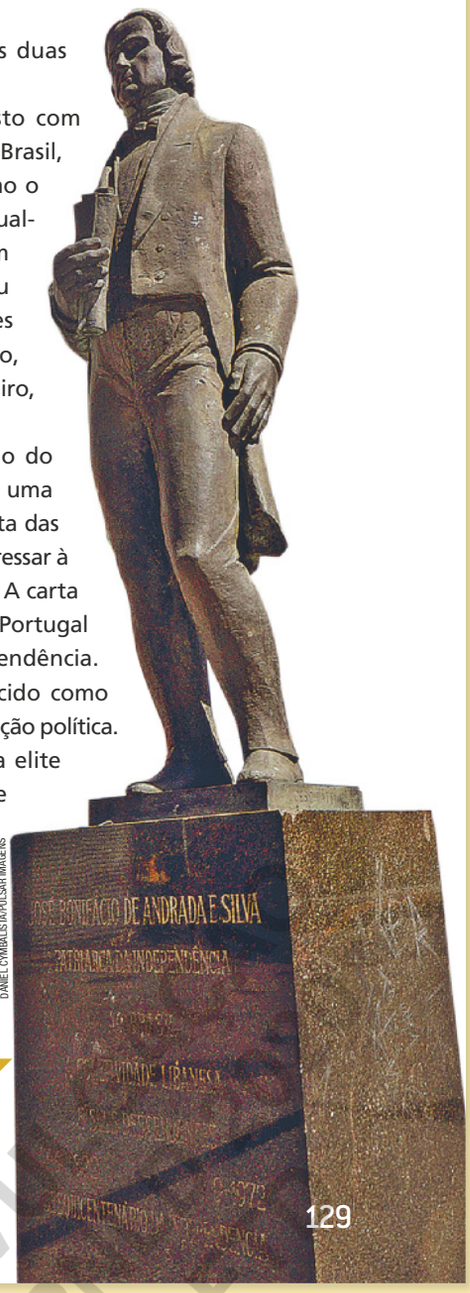
A permanência no Brasil de um herdeiro do trono português desagradou às Cortes portuguesas, que começaram a exigir a volta de D. Pedro para Portugal. Reagindo a isto, a elite do Centro-Sul do Brasil iniciou um movimento para convencer D. Pedro a ficar.

No ano de 1822, a disputa de poder entre essas duas forças políticas teve momentos decisivos.

Em 9 de janeiro, D. Pedro recebeu um manifesto com mais de 8 mil assinaturas pedindo que ele ficasse no Brasil, e ele concordou em ficar. O episódio é conhecido como o **Dia do Fico**. Em 4 de maio, D. Pedro determinou que qualquer ordem vinda de Portugal só seria obedecida com o seu **"cumpra-se"**. Em 1º de agosto, D. Pedro assinou um decreto que declarava inimigas as tropas militares enviadas de Portugal sem o seu consentimento. Com isso, ia ganhando corpo, entre a elite do Centro-Sul brasileiro, a ideia de independência.

Em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo, D. Pedro recebeu duas cartas: uma das Cortes portuguesas e outra de José Bonifácio. A carta das Cortes anulava seus atos no Brasil e ameaçava fazê-lo regressar à força. Seu objetivo era que o Brasil voltasse a ser Colônia. A carta de José Bonifácio dizia que ou D. Pedro voltava para Portugal como prisioneiro das Cortes ou proclamava a independência. D. Pedro escolheu romper com Portugal, fato conhecido como "Grito do Ipiranga"; o Brasil conseguia assim sua emancipação política.

A emancipação política do Brasil foi liderada pela elite do Centro-Sul (sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), interessada em manter a liberdade de comércio, ampliar a autonomia administrativa e conservar seus privilégios. Isto ajuda a explicar por que o **projeto de independência** vitorioso manteve a monarquia, a escravidão e as restrições ao exercício da cidadania.



DANIEL CYMBALISTA/PULSAR IMAGENS

Escultura do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva, na Praça do Patriarca, centro da cidade de São Paulo (SP), 2011.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA

ENCAMINHAMENTO

- Frisar que Dom Pedro assumiu em meio à crise econômica e financeira, agravada pelo fato de D. João VI ter levado consigo as reservas do Banco do Brasil, da recusa das províncias, sobretudo do Norte e do Nordeste, em aceitar a sua autoridade e da insegurança reinante no país. Essa situação levou ao encarecimento do custo de vida; à diminuição das moedas em circulação (resultante do entesouramento de dinheiro) e ao atraso nos pagamentos de soldados e funcionários públicos. No caso do Rio de Janeiro, as condições financeiras eram ainda mais graves, devido à suspensão das remessas de impostos por parte das províncias.
- Explicar que o jogo de interesses atrasou o processo de aceitação do novo governo "independente" no Brasil.
- Esclarecer que, no dia 9 de janeiro de 1822, depois de receber um manifesto pela sua permanência com mais de 8 mil assinaturas, Dom Pedro anunciou sua decisão de permanecer no Brasil, o que pode ser interpretado como uma vitória do grupo de Nogueira da Gama e José Bonifácio. Após o "Dia do Fico", como ficou conhecido o fato, os jornais ligados a esse grupo político passaram a apresentar as lutas políticas como se fossem disputas entre brasileiros, partidários da Independência, e portugueses, defensores da recolonização, quando na verdade havia brasileiros e portugueses tanto de um lado quanto do outro.
- Reforçar que, ainda em agosto, Dom Pedro viajou a São Paulo visando pacificar as disputas políticas locais e fortalecer a posição de José Bonifácio. Voltava da cidade paulista de Santos quando recebeu as cartas das Cortes portuguesas acompanhadas de outras, escritas por sua esposa, Dona Leopoldina, e pelo seu ministro, José Bonifácio. Nas cartas vindas de Portugal, os deputados das Cortes ameaçavam iniciar uma guerra enviando tropas ao Rio de Janeiro, caso o príncipe não voltasse para Lisboa. Já a carta de José Bonifácio dizia que só existiam dois caminhos: ou voltar para Portugal como prisioneiro das Cortes portuguesas ou proclamar a Independência, tornando-se imperador do Brasil.
- Evidenciar que Dom Pedro optou por romper com Portugal e, em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, retirou do chapéu as fitas com as cores vermelha e azul das Cortes portuguesas. O ato de Dom Pedro ficou conhecido como o Grito do Ipiranga.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: JOSÉ Bonifácio. Disponível em: <http://livro.pro/v9xfpd>. Acesso em: 18 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- AS FACES de D. Pedro I. Duração: 13min38s. Disponível em: <http://livro.pro/tqrzcz>. Acesso em: 18 set. 2018.

Reportagem sobre a personalidade de D. Pedro I.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Para a autora do texto 1, a emancipação política do Brasil foi feita pelas elites dominantes que tinham interesse em manter a ordem estabelecida; a ordem econômica e a escravidão foram mantidas; o Brasil passou do domínio de Portugal para o da Grã-Bretanha.

b) Para a autora do texto 2, a independência foi um processo revolucionário, seja porque o Brasil rompeu com Portugal em definitivo, seja porque passou a ter um novo governo com leis próprias.

c) Resposta pessoal.

Texto de apoio

Independência: um novo olhar

[...] as discordâncias políticas entre os setores que compunham a sociedade brasileira eram tão profundas que desencadearam uma luta armada. Portanto, antes de se tornar um embate contra Portugal e as Cortes de Lisboa, o processo de Independência foi um confronto violento no interior da sociedade brasileira.

[...]

Na concepção de muitos proprietários, negociantes, pequenos empreendedores, burocratas, militares, caixeiros e homens públicos de prestígio, as leis em vigor e a concentração do poder político nas mãos do rei eram mais capazes de solucionar os problemas econômicos e os conflitos sociais vivenciados naquele momento. Era preciso reorganizar o Estado, começando pela transformação dos súditos em *cidadãos* dotados de direitos civis, como o voto, e de direitos políticos, como o poder de participar das decisões.

A questão é que as lutas políticas em torno da construção de um governo liberal, que expressasse a independência da sociedade e a autonomia dos cidadãos, estavam atreladas a um outro problema: a viabilidade ou não de que esse novo governo se fundamentasse no ajustamento entre os dois Reinos, refazendo-se os laços de união em outros termos, completamente diferentes dos existentes até então.

PARA REFLETIR

A fonte 1 foi escrita pela professora Emília Viotti da Costa e a fonte 2, pela professora Cecília Helena de S. Oliveira. Leia-as com atenção.

Fonte 1

A emancipação política realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida [...] não ultrapassaria seus próprios limites. A ordem econômica seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria subordinada à economia colonial, passando do domínio português à tutela britânica. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e escravidão da maioria dos habitantes do país. [...].

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1968. p. 139.

Fonte 2

[...] a Independência foi um processo revolucionário e por duas razões básicas. A primeira porque quebrou em definitivo a ligação política com Portugal. E a segunda porque, através de um conflito armado no interior da sociedade brasileira, promoveu a formação de um novo governo no Brasil, sustentado por uma Constituição que definiu com clareza quais eram os cidadãos [...] e quem eram os não cidadãos, aqueles que estariam, portanto, excluídos do exercício da política.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Independência e a construção do Império**. São Paulo: Atual, 1995. p. 78. (Discutindo a História do Brasil).

a) Como a autora da fonte 1 vê a independência política do Brasil?

b) E para a autora da fonte 2, o que significou a independência política do Brasil?

c) **Em grupo**. Qual dos textos expõe uma visão mais convincente? Expliquem.

ED VIGGIANI/PULSAR IMAGENS

Monumento do Ipiranga ou Altar da Pátria. Museu Paulista, São Paulo (SP), 2014.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020

Os protagonistas do processo histórico viram-se assim diante de uma circunstância muito específica, pois à dimensão particular dos conflitos sociais em cada Reino aliaram-se os enfrentamentos decorrentes da difícil conciliação entre os interesses de facções proprietárias radicadas no Brasil e em Portugal.

A partir dessas considerações [...] entende-se por que a Independência não foi uma luta entre colônia e metrópole. Além disso, não se limitou a um confronto entre nacionalidades opostas, entre brasileiros de um lado e portugueses de outro, pois foi somente durante o desdobramento das lutas que a palavra *brasileiro* deixou de designar apenas o lugar de nascimento para adquirir um caráter político, passando a qualificar os que defendiam a cisão dentro da monarquia portuguesa e a criação de uma nova nação.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. **A independência e a construção do Império**. São Paulo: Atual, 1995. p. 76-78.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Monte uma ficha sobre a transferência da família real para o Rio de Janeiro, levando em conta:

a) o motivo da vinda;

b) que papel o Rio de Janeiro passou a desempenhar;

c) principais realizações do governo de D. João no Rio de Janeiro.

2. Apresentamos a seguir um trecho da carta de abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas, assinada pelo príncipe regente Dom João, em 28 de janeiro de 1808. Leia-o com atenção.

> [...] Primeiro: que sejam admissíveis nas **Alfândegas** do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassalos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; [...] Segundo: que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os Portos que bem lhes parecer a benefício do comércio e da agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do Pau-Brasil ou outros notoriamente **estancados** [...]
>
> ABERTURA dos Portos (Primeiro Ato) – Carta do príncipe regente D. João (28 janeiro 1808). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Conselho Editorial, 2002. p. 410-411.

Alfândega: repartição pública onde se inspecionam bagagens e mercadorias em trânsito e onde se efetua a cobrança das taxas de entrada e saída.

Estancados: monopolizados pela metrópole portuguesa.

a) Responda com suas palavras: o que a carta determina?

b) Interprete: qual(is) país(es) D. João está excluindo quando diz: "Potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa"?

3. Dias depois de sua chegada, D. João ordenou a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas. Qual o significado da abertura dos portos brasileiros para o governo português, para o Brasil e para a Inglaterra?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. a) Invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte.
   b) O Rio passou a desempenhar o papel de sede do Império português.
   c) Entre as realizações do governo de D. João no Rio, cabe citar: a publicação do primeiro jornal no Brasil, a **Gazeta do Rio de Janeiro**; a criação do Banco do Brasil, da Casa da Moeda, da Academia Militar e da Marinha, do Teatro Real, do Museu Nacional, da Academia de Belas Artes, do Horto Real, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e da Biblioteca Real, atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
2. a) 1º) A abertura dos portos brasileiros para quaisquer mercadorias trazidas em navios de países com os quais Portugal se mantinha em paz, desde que pagassem na alfândega um imposto de 24%; 2º) Permite aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a exportação de mercadorias para outros países.
   b) Ele está excluindo o Império francês, que à época era liderado por Napoleão Bonaparte e tinha invadido Portugal, e seus aliados.
3. Para o **governo português** não havia alternativa, pois Portugal estava ocupado pelas tropas francesas; além disso, a Corte portuguesa no Rio queria continuar se abastecendo de mercadorias importadas. Para o **Brasil**, a abertura dos portos significou o fim do exclusivo comercial metropolitano (isto é, do controle do comércio do Brasil pelos portugueses) e a liberdade de comerciar com outros países. Para a **Inglaterra**, a abertura também foi vantajosa, pois agora poderia comerciar diretamente com o Brasil.

Texto de apoio

Homens ao mar, uma corte no Atlântico

A decisão de d. João foi firmada na madrugada de 25 de novembro de 1807. Era hora de executar, rapidamente, uma gigantesca tarefa: trasladar da terra para o mar tudo e todos que significassem sobrevivência e sustentação do governo monárquico, a ser instalado no Rio de Janeiro. O tempo era curto, a viagem, longa, e havia muitos imprevistos pela frente: pela primeira vez um casal real cruzava o Atlântico e tentava a sorte longe do continente europeu. Distante dos tempos dos descobridores, agora a própria dinastia de Bragança fugia (na visão de alguns), evitava sua dissolução (na compreensão de certos políticos ligados à família real), ou empreendia uma política audaciosa escapando ao tratamento humilhante que Napoleão dera às demais monarquias (na percepção de determinados analistas interessados na manutenção do Império lusitano).

E o plano era complexo. [...] Acompanhava a rainha e o príncipe regente tudo aquilo que representasse a monarquia: os personagens, os paramentos, os costumeiros rituais de corte e cerimoniais religiosos, as instituições, os erários, os emblemas.... Enfim, todo o arsenal necessário para sustentar a dinastia e os negócios do governo de Portugal e a eles dar continuidade.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 163.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. Alternativa D. Justificativa: As Cortes portuguesas começaram a exigir a volta de D. Pedro para Portugal, enquanto um grupo da elite do Centro-Sul do Brasil lutava para que ele permanecesse no Brasil.
5. A independência política conservou a escravidão, a grande propriedade e a concentração da riqueza nas mãos de poucos.

4. Identifique a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha no caderno. Sobre a Revolução Liberal do porto e seus desdobramentos:

a) Insatisfeitos com as atitudes de D. João (abertura dos portos brasileiros etc.), os portugueses fizeram a Revolução Liberal do Porto (1820).

b) Os revolucionários portugueses de 1820 convocaram as Cortes Constituintes, que decidiram pela volta imediata de D. João VI para Portugal.

c) Pressionado por tropas militares portuguesas, D. João VI resolveu voltar para Portugal, mas deixou seu filho, Pedro, como príncipe regente do Brasil.

d) Políticos da elite do Centro-Sul do Brasil passaram a exigir a volta de D. Pedro para Portugal, enquanto as Cortes portuguesas lutavam para que ele permanecesse no Brasil.

e) Em 9 de janeiro de 1822 (Dia do Fico), D. Pedro recebeu um manifesto com mais de 8 mil assinaturas pedindo que ele ficasse no Brasil e concordou em ficar.

5. Sobre a independência política do Brasil, uma historiadora afirmou:

> Mantinha-se intacto o regime escravista. Tratava-se de organizar o país segundo as normas liberais divulgadas pela Revolução Francesa sem alterar, no entanto, a estrutura econômica e social, sem pôr em risco as relações de dominação tradicionalmente vigentes na sociedade. [...] Esperava-se que o Soberano governasse em nome do povo e em nome do Soberano governassem as **oligarquias**.
>
> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007. p. 75.

Oligarquias: famílias ricas e poderosas.

Copie no caderno a afirmação **CORRETA**:

a) A independência política do Brasil significou uma vida melhor para todos os brasileiros.

b) A independência política conservou a escravidão, a grande propriedade e a concentração da riqueza nas mãos de poucos.

c) O Brasil tornou-se completamente independente, tanto no aspecto político quanto no econômico.

d) A independência política se deu graças ao heroísmo de D. Pedro I e de José Bonifácio.

e) Com a independência política do Brasil, ocorreu uma melhor distribuição da riqueza e do poder na sociedade brasileira.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Periodismo e política no Brasil entre 1820-1822

Entre 1820 e 1822, colocadas na ordem do dia pelo *Vintismo* português, as ideias liberais adquiriram uma inédita divulgação no Brasil, por meio de uma extraordinária quantidade de jornais e folhetos, muitos dos quais circularam entre os dois lados do Atlântico. Nos debates que veicularam, é possível identificar uma determinada cultura política da Independência, profundamente enraizada nas mitigadas Luzes portuguesas. De início, tendo por tema central o constitucionalismo, essa cultura política caracterizou-se por uma crítica transoceânica quase unânime aos *corcundas*, ou seja, aos partidários do Antigo Regime, mas não questionou a integridade do Império luso-brasileiro. No entanto, o ano de 1822 assistiu ao surgimento de contradições no interior dessa ampla frente constitucional. Diante de iniciativas consideradas arbitrárias e despóticas tomadas pelos liberais portugueses, as elites brasileiras, ainda que divididas por concepções diversas, tenderam a unir-se em torno de um clima de crescente animosidade contra as Cortes, que, por sua vez, interpretavam essas manifestações igualmente como a expressão de uma oposição ao ideário liberal. O constitucionalismo converteu-se, assim, em separatismo.

As notícias do movimento liberal português alcançaram o Brasil no final de 1820 e, logo depois, jornais, panfletos e folhetos começaram a chegar de Lisboa e passaram a imprimir-se no Rio de Janeiro e na Bahia, gerando um intenso debate também no Pará, no Maranhão, em Pernambuco e em outros locais de menor expressão. A multiplicação dos periódicos refletia uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político. [...]

Com a proposta de realizar um periodismo de cunho mais político, **O Espelho** passou a ser publicado a partir de outubro de 1821, com o principal objetivo de discutir a Constituição que se estava elaborando. Fornecia ao público minuciosas informações a respeito das sessões das Cortes e relatava as notícias saídas nas gazetas portuguesas e baianas e, ainda, no **Correio Braziliense**.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A "guerra de penas": os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 2-3, ago. 1999. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

6. Leia o texto a seguir com atenção.

Proclamação ao Povo feita pelo Governo Provisório (09/03/1817)

Pernambucanos, estai tranquilos, aparecei na Capital, o povo está contente [...]. Um governo provisório iluminado, escolhido entre todas as ordens do Estado, preside à vossa felicidade; confiai no seu zelo, e no seu patriotismo. A providência, que dirigiu a obra, a levará ao termo. Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso, e nosso País, subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos e do zelo dos vossos Cidadãos. Ajudai-os com [...] os vossos braços [...] uma nação rica é uma nação poderosa. A Pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos Lusos [...] sois Americanos, sois Brasileiros, sois Pernambucanos.

VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **Coletânea de Documentos e Textos de História do Brasil Colonial**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/colonia/documentos/coletaneadedocumentos.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

a) Quem são os autores do documento?

b) A quem os autores estão se dirigindo?

c) Qual o significado no texto de "um governo escolhido [...] entre todas as ordens do Estado"?

d) Uma das razões mais importantes da Insurreição Pernambucana de 1817 está explícita nesse documento; qual é ela?

e) **Em dupla**. Debatam e opinem: vocês concordam com a afirmação contida no texto segundo a qual "uma nação rica é uma nação poderosa"?

II Leitura e escrita em História

Leitura e escrita de textos

VOZES DO PASSADO

Com a vinda de D. João, em 1808, foi fundada a Imprensa Régia, que publicou o primeiro jornal no Brasil, a **Gazeta do Rio de Janeiro**. Veja o que o inglês John Armitage diz sobre esse jornal na página seguinte:

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Constituição e escravidão no Brasil Império

As doutrinas que justificavam a escravidão foram [...] abaladas no decorrer do século XVIII. Em sua luta pela destruição do Antigo Regime, a burguesia europeia criou conceitos novos, que vieram pouco a pouco solapar a visão de mundo que justificava a ordem tradicional. Com o intuito de combater os antigos privilégios que cimentavam a ordem política e social existente, os revolucionários do século XVIII criticaram a teoria que atribuía aos reis um poder divino e proclamaram a soberania dos povos [...]. Afirmaram ainda a supremacia das leis e os direitos naturais do homem, entre os quais o direito de propriedade, de liberdade e de igualdade de todos perante a lei.

[...]

Como sempre acontece na história, o discurso ideológico tinha muitas leituras e os símbolos, múltiplos significados. Cada grupo social entendia o novo ideário revolucionário à sua maneira e como a sociedade estava dividida em grupos, cujos interesses eram contraditórios – senhores que desejavam manter seus escravos nos cativeiros, e escravos que desejavam ser livres –, a leitura da cartilha revolucionária também era contraditória.

[...]

Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas. [...] A Constituição [de 1824] ignorou os escravos. Sequer reconheceria sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais.

Não obstante esse flagrante desrespeito à humanidade do escravo, a consagração dos princípios liberais pela Constituição foi o primeiro passo em direção à criação de uma consciência crítica em relação ao sistema escravista. A questão que se apresentaria a partir daí era como justificar a escravidão em uma sociedade em que se aceitavam os novos princípios liberais. Como negar aos escravos os direitos humanos que, em princípio, aplicavam-se a todos?

Na época da Independência e muitos anos depois, a maioria da classe dominante no Brasil continuava a depender inteiramente do trabalho escravo. Por isso, fariam ouvidos surdos aos argumentos de uns poucos indivíduos que, identificados com as novas ideias ilustradas então em voga na Europa, denunciavam a contradição entre liberalismo e escravidão e condenavam a escravidão em termos morais, religiosos e econômicos.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 14-16.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

6. a) Os membros do Governo Provisório.
   b) Ao povo pernambucano.
   c) Um governo escolhido entre todas as camadas sociais.
   d) Os pesados impostos cobrados pelo governo de D. João para cobrir seus fabulosos gastos.
   e) Resposta pessoal.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Critica o fato de noticiar apenas fatos da vida dos príncipes da Europa e da família de D. João, que é constantemente elogiada no periódico.

b) A imagem de um "paraíso terrestre", sem as disputas e debates políticos próprios da democracia.

c) Sim; pois as disputas e os debates políticos estavam ausentes de suas páginas. Nenhuma página era impressa sem passar pelo crivo dos censores da Corte.

d) Resposta pessoal.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: D. JOÃO e as histórias dos Brasis – José Murilo de Carvalho. Disponível em: <http://livro.pro/k7ymvq>. Acesso em: 18 set. 2018.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Flávia Florentino Varella, doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Repensando a *História do Brasil*: apontamentos sobre John Armitage e sua obra

[...]

Diversos são os historiadores oitocentistas que escreveram sobre a história brasileira ou que dela fizeram parte, que caíram em parcial ou total desconhecimento. Apesar do recente aumento de trabalhos dedicados ao estudo e análise das obras de história produzidas no século XIX, ainda somos profundos desconhecedores da diversidade das imagens forjadas de nosso passado naquele momento.

A **História do Brasil**, do negociante inglês John Armitage, integra esse grupo, sobre o qual possuímos poucas e lacunares informações. [...]

[...]

Uma característica marcante da **História do Brasil**, de Armitage, foi o relato da Independência brasileira como um processo em que os "conselheiros Imperiais" e a vida privada exerceram grande influência nas decisões de Dom Pedro I e, consequentemente, nos rumos da nova nação. Para letrados zelosos, talvez essa história não representasse de forma direta o desejo e a imagem do Brasil que tinham e que almejavam deixar para a posteridade. A narração de fatos da vida privada feita de forma sentimental possivelmente foi tida como característica negativa dessa história, na medida em que a inserção desses elementos poderia indicar um descaso com a dignidade nacional.

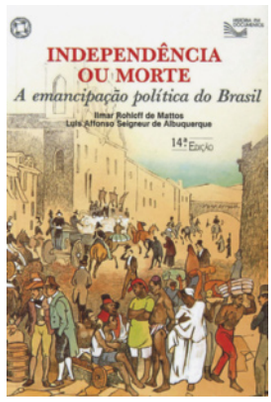
Armitage relata que, após conseguir a dissolução da Assembleia Constituinte, D. Pedro "[...] não tinha estímulos para exercitar os seus talentos, nem para encobrir as suas imperfeições: as induções se reproduziam por todos os lados; afastavam-se da sua presença os homens probos, e a linguagem simples e imparcial da verdade era ofuscada pela mais vil adulação". [...] A vida privada de Dom Pedro e seu relacionamento conjugal são traçados de forma preliminar para, mais adiante, servirem como ponto central no desfecho das decisões políticas do Imperador. [...]

VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a *História do Brasil*: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. **Almanack braziliense**, n. 8, p. 118, 123, nov. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11699/13470>. Acesso em: 18 set. 2018.

[...] Por meio dela só se informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando [...] notícias dos dias Natalícios, [...] e **panegíricos**, da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia [...]. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre. [...]

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur de. **Independência ou morte**: a emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991. p. 42. (História em documentos).

Panegírico: elogio solene.



Fac-símile da capa do livro **Independência ou morte: a emancipação política do Brasil**.

a) O que o inglês John Armitage critica no primeiro jornal publicado no Brasil?

b) Segundo o autor, que imagem a **Gazeta do Rio de Janeiro** transmitia do Brasil?

c) Levante uma hipótese: há indícios no texto de que a **Gazeta do Rio de Janeiro** sofria censura?

d) **Em dupla**. Pesquisem em jornais da grande imprensa em seu estado e respondam: os assuntos das principais manchetes abordam o cotidiano das pessoas comuns?

VOZES DO PRESENTE

Por que o Brasil manteve a unidade territorial?

Após a independência, a América espanhola dividiu-se em vários países republicanos. Já a América portuguesa, território que deu origem ao Brasil, manteve a unidade territorial e a monarquia.

Como e por que o Brasil se manteve unido?

Os historiadores têm respostas diferentes para essa pergunta. Para José Murilo Carvalho, os líderes dos movimentos pela independência tinham vários pontos em comum: pertenciam à elite, tinham profissão liberal, educação superior (a maioria havia estudado em Portugal). Isso, na visão desse historiador, explica por que eles tinham ideias semelhantes: eram favoráveis a um Estado centralizado e conservador, que mantivesse a unidade do país.

Já para o historiador Luís Felipe de Alencastro, a unidade territorial do Brasil foi mantida porque as elites consideravam que, com um governo central forte (Império), seria mais fácil manter a escravidão. Na época, a Inglaterra exercia forte pressão pelo fim do tráfico negreiro, chegando até a capturar os escravizados desembarcados nos portos brasileiros. Se uma província brasileira se separasse do resto do império, teria de enfrentar sozinha a Inglaterra, a maior potência mundial. Por isso, as elites provinciais preferiram a união à separação.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

a) A ideia de um Estado unificado e com governo centralizado está associada à:

I. divisão da América espanhola em vários países republicanos.

II. divisão da América portuguesa em vários países republicanos.

III. manutenção da monarquia e unidade territorial na América portuguesa.

IV. manutenção da monarquia e unidade territorial na América espanhola.

b) As afirmações a seguir estão relacionadas aos motivos pelos quais o Brasil manteve a unidade após o processo de independência. Indique quais estão de acordo com as versões contidas no texto.

I. Os líderes do movimento pela independência faziam parte da elite, tinham profissão liberal e defendiam a unidade do país.

II. A maioria dos líderes da independência fez curso superior em Portugal, o que influenciou suas ideias favoráveis à República.

III. Havia preocupação em manter a escravidão e resistir à pressão abolicionista exercida pela Inglaterra.

c) Segundo o historiador Luís Felipe de Alencastro, a unidade territorial do Brasil foi mantida porque as elites consideravam que, com um governo central forte (Império), seria mais fácil manter a escravidão. Que fator externo justifica essa opção da elite brasileira da época?

I. A pressão exercida pela maior potência mundial da época, a Inglaterra, pelo fim do tráfico negreiro.

II. A ideia de que províncias separadas podiam manter o tráfico de africanos com mais facilidade.

III. O fato de os elementos da elite brasileira terem feito curso superior em Portugal.

IV. A divisão da América espanhola em países republicanos que acabou influenciando o Brasil.

d) A ideia central do texto é que

I. Há mais de uma versão sobre os motivos pelos quais o Brasil conservou a unidade territorial após o processo de independência.

II. As práticas inglesas de capturar escravizados desembarcados nos portos brasileiros influenciaram a criação do Estado unificado.

III. A unidade do país e a manutenção da escravidão interessavam a todos os brasileiros.

IV. A influência do processo de independência da América espanhola foi decisiva para a manutenção da unidade territorial no Brasil.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS

a) Afirmativa III.
b) Afirmativas I e III.
c) Afirmativa I.
d) Afirmativa I.

Texto de apoio

O texto a seguir é da historiadora Wilma Peres Costa.

O Império do Brasil: dimensões de um enigma

[...]

Assumindo o significado transcendente da periodização proposta, tentemos inicialmente explorar algumas dimensões desse complexo movimento de viragem, efetuado entre 1828 e 1831, quando o Império Brasileiro foi forçado a desistir da fronteira natural no Rio da Prata e enfrentou o vencimento da data estipulada pelo Tratado com a Inglaterra para pôr fim ao tráfico atlântico de escravos. Ambos foram, junto com a complicação da questão dinástica em Portugal, importantes vetores externos da crise do Primeiro Reinado, desembocando na Revolução de 7 de Abril e na abdicação do primeiro imperador, borrasca política que levou consigo não apenas os projetos de expansionismo territorial, mas também, provavelmente, aqueles de uma versão do Império embutida na possibilidade, ainda que remota, da reunião das coroas portuguesa e brasileira, em alguma forma de monarquia dual.

Essas balizas encerraram uma quadra política, o Primeiro Reinado, em que a ideia de legado operou em sua eficácia máxima, buscando reunir na figura do Príncipe D. Pedro as atribuições e direitos da Coroa Portuguesa, incluindo-se o direito patrimonial ao território, a legislação e os fundamentos da fiscalidade. Mesmo aí, porém, é necessário mencionar que o traço continuísta operava em crescente tensão com o princípio novo: a ordem constitucional e a implantação de um sistema representativo, o que acabou por ser vetor de uma crise de grandes proporções. Relembro isso para pontuar que, se os vetores externos da crise estão bem delineados acima, sua dimensão interna era também de grande intensidade, pois se o esforço de implantação de um centro político no Rio de Janeiro contava com advogados poderosos e com forças centrípetas de monta (dentre as quais avultavam aquelas interessadas na manutenção da escravidão), a "pulsão" em direção ao interior operava sobre matéria compósita, que emergia de um intenso e volátil processo de politização de identidades coletivas, fruto do caráter diversificado da herança e da dinâmica litigiosa da partilha. A visão do projeto vitorioso, centrado no Rio de Janeiro, monárquico, mantenedor da unidade territorial, com a força avassaladora das coisas que aconteceram, não deve apagar a multiplicidade de desenhos possíveis e de imaginários territoriais que rivalizavam, e permaneceram rivalizando por algumas décadas, com aquele do Império unitário.

[...]

COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. **Almanack braziliense**, n. 1, p. 29-30, maio 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11602/13371>. Acesso em: 18 set. 2018.

UNIDADE III

CAPÍTULO 9

O REINADO DE D. PEDRO I: UMA CIDADANIA LIMITADA

Hino ao 2 de Julho, hino oficial do Estado da Bahia

Nasce o sol a 2 de julho,
Brilha mais que no primeiro!
É sinal que neste dia
Até o sol, até o sol é brasileiro.

Nunca mais, nunca mais o despotismo
Regerá, regerá nossas ações!
Com tiranos não combinam
Brasileiros, brasileiros corações!

Salve Oh! Rei das campinas
De Cabrito e Pirajá!
Nossa pátria, hoje livre,
Dos tiranos, dos tiranos não será!

TITARA, Ladislau dos Santos. **Hino ao 2 de Julho**. Intérprete: José dos Santos Barreto. Disponível em: <www.al.ba.gov.br/docs/Proposicoes2010/PL__18_519_2010_1.rtf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

VALTER PONTES/AE

Comemoração da independência da Bahia, em 2 de julho de 2004. Salvador (BA).

» **Por que será que o dia 2 de julho é tão importante para os baianos a ponto de merecer um hino?**

» **Você sabia que houve lutas pela independência em outras partes do Brasil, além da Bahia?**

» **No seu estado também ocorreram lutas pela independência?**

» **Qual o significado de despotismo no hino? O que é independência para você?**

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF08HI15** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

ENCAMINHAMENTO

A intenção aqui é contribuir para estimular a reflexão sobre a participação popular no processo de independência, bem como sobre a memória construída em torno das lutas que ocorreram para sua concretização. A letra foi criada pelo militar baiano Ladislau dos Santos Titara. Os versos são uma homenagem ao 2 de Julho, dia em que a Bahia comemora sua independência. O termo **despotismo** pode ser traduzido por tirania, opressão.

• Propor aos alunos uma reflexão sobre o texto a seguir:

Data máxima da Bahia, o 2 de Julho é igualmente data histórica do Brasil.

Com a vitória do Exército e da Marinha do Brasil na Bahia, naquele julho de 1823 consolidou-se a separação política do Brasil de Portugal e anulou-se o perigo de um ponto de apoio para qualquer intervenção armada da Europa [...]. O 2 de julho ficou na reverência patriótica dos baianos, que desde logo estabeleceram a tradição de comemorá-lo anualmente com a repetição da entrada do Exército Pacificador na cidade de Salvador.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp, 2008. p. 249.

• Evidenciar que hoje o Dois de Julho é, ao mesmo tempo, um evento oficial e popular, das autoridades e das gentes baianas. Inicialmente era uma festa popular por excelência; com o tempo foi ganhando ares oficiais e sendo apropriada e "disciplinada" pelos governantes, embora continue sendo uma festa do povo baiano e o principal mito de origem da Bahia.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: DOIS de Julho: a independência do Brasil na Bahia. Disponível em: <http://livro.pro/aij7sd>. Acesso em: 19 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• DOCUMENTÁRIO conta a história do 2 de Julho. Duração: 26 min. Disponível em: <http://livro.pro/af8eot>. Acesso em: 19 set. 218.

Documentário sobre o dia 2 de Julho, data comemorativa pela vitória dos baianos contra as tropas portuguesas que ocupavam a cidade de Salvador.

• HISTORIADOR conta curiosidades sobre a luta pela independência na Bahia. Duração: 4min7s. Disponível em: <http://livro.pro/xqvzo3>. Acesso em: 19 set. 2018.

O historiador Sérgio Guerra, mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), destaca alguns pontos do processo de independência da Bahia.

• SALVADOR no século XIX. Parte 1: Duração: 3min7s. Disponível em: <http://livro.pro/xmdtit>. Acesso em: 19 set. 2018; Parte 2. Duração: 3min7s. Disponível em: <http://livro.pro/qqj86p>. Acessos em: 19 set. 2018.

A historiadora Mary Del Priore narra sobre a sociedade na Bahia do século XIX e o processo de independência do Brasil.

D. Pedro I foi aclamado imperador em 12 de outubro, que era também o dia do seu aniversário. Uma multidão compareceu à festa de sua aclamação. Durante os anos seguintes, a data da aclamação de D. Pedro I era comemorada como o dia da emancipação política do Brasil. O imperador era, então, um homem popular.

MUSEUS CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO

Aclamação de Dom Pedro I, gravura de Jean-Baptiste Debret, século XIX.

As lutas pela independência

Na época, a independência não foi aceita no país todo. Em várias províncias brasileiras, como Bahia, Piauí, Grão-Pará, Ceará, Maranhão e Província Cisplatina, o povo pegou em armas para combater militares fiéis a Portugal.

Na **Bahia**, depois de vários combates, batalhões populares vindos do interior da província cercaram as tropas portuguesas que estavam em Salvador. Vendo-se sem alimentos, os soldados portugueses comandados pelo coronel Madeira de Melo tentaram furar o cerco, mas foram derrotados na **Batalha de Pirajá**. Depois, navios ingleses a serviço de D. Pedro I bloquearam Salvador e os forçaram a deixar o Brasil em 2 de julho de 1823. Todos os anos, em 2 de julho, a Bahia festeja sua independência.

SERGIO PEDREIRA/ PULSAR IMAGENS

Monumento em homenagem à independência da Bahia, localizado na Praça Dois de Julho. Salvador (BA), 2014.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Dica de leitura

• TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp, 2008.

O autor busca, por meio dessa obra, revelar traços marcantes da história da Bahia, entre eles sua participação em um dos mais importantes episódios da construção do Brasil: a independência.

EDITORA UNESP

ENCAMINHAMENTO

• Ressaltar que, na época, o Sete de Setembro não teve a importância que lhe foi atribuída mais tarde. A data usada para marcar a emancipação política do Brasil era o Doze de Outubro, dia da aclamação de D. Pedro I. Sua coroação como imperador do Brasil ocorreria em 1º de dezembro de 1822.

• Explicar que a imensidão do território brasileiro e as dificuldades de transporte e comunicação impediam que a informação chegasse ao Brasil todo ao mesmo tempo. Além disso, não havia no Brasil a ideia de nacionalidade, daí os diferentes sentidos da independência e as lutas locais, que acabaram estendendo esse processo para além do Grito do Ipiranga.

• Sugerir aos alunos uma reflexão acerca do debate historiográfico entre as estudiosas do assunto. De um lado, a professora Emília Viotti da Costa, para quem a independência foi feita sob o signo da continuidade, segundo a publicação: INTRODUÇÃO ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1968. De outro lado, a historiadora Cecília H. de S. Oliveira, para quem a independência foi feita sob o signo da ruptura, conforme a referência: **A independência e a construção do império**. São Paulo: Atual, 1995. (Discutindo a História do Brasil).

IMAGENS EM MOVIMENTO

• GUERRA da independência na Bahia. Duração: 50min31s. Disponível em: <http://livro.pro/gzeaue>. Acesso em: 19 set. 2018.

Documentário sobre a independência da Bahia, com rico acervo de imagens históricas e atuais, entrevistas e cenas da celebração anual do 2 de Julho.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que a **Batalha do Jenipapo** reuniu cerca de 2 mil nordestinos portando facas, foices, machados, espadas e espingardas velhas. Eles enfrentaram os portugueses, armados de canhões e fuzis. Foram mais de 5 horas de luta, o que ocasionou baixas significativas dos dois lados. Sem treinamento militar e portando armas brancas ou armas de fogo tomadas dos adversários, os piauienses enfrentaram forças mais numerosas e mais bem equipadas. A determinação durante a luta pode ser explicada pelo fato de que eles lutavam por um ideal: libertar o Piauí do domínio português.
- Solicitar à classe que compare as duas batalhas pela independência: a Batalha de Pirajá, na Bahia, e a Batalha do Jenipapo, no Piauí. Perguntar o que essas lutas têm em comum e no que se diferenciam.
- Ler o texto para os alunos:

[...] A oficialização da independência do Piauí, do Ceará e do Maranhão ocorreu em 6 de agosto de 1823, por uma Junta Militar das três capitanias.

Na memória dos piauienses, a batalha do Jenipapo é o mais notável episódio das lutas no Piauí pela independência do Brasil. Diferentes autores traçam um relato heroico e patriótico, às vezes romântico, gerando um conhecimento quase imutável de que houve uma epopeia na luta pela independência, a ponto de a data de 13 de março ter se tornado feriado estadual. [...]

DIAS, Claudete Maria Miranda. Entre foices e facões. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 6, n. 70, jul. 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160418232626/http://rhbn.com.br/secao/capa/entre-foices-e-facoes>. Acesso em: 19 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CIDADE Verde exibe reportagem sobre a Batalha do Jenipapo. Duração: 4min17s. Disponível em: <http://livro.pro/zp77an>. Acesso em: 19 set. 2018.

Reportagem especial da TV Cidade Verde sobre a Batalha do Jenipapo, no Piauí, decisiva para a consolidação da Independência.

Dica! O grito no Jenipapo de Independência ou Morte. Duração: 12min4s. Disponível em: <http://livro.pro/xsgedz>. Acesso em: 30 ago. 2018.

No **Piauí** também ocorreu uma guerra pela independência, que se iniciou quando a Câmara de Parnaíba, cidade do norte da província, declarou-se favorável à independência. O general português Cunha Fidié e suas tropas partiram de Oeiras, então capital do Piauí, a fim de sufocar o movimento pela independência.

Enquanto isso, no **Ceará**, forças populares comandadas pelo sertanejo José Pereira Filgueiras tomaram Fortaleza e formaram um governo favorável à independência. Daí, cearenses, maranhenses e baianos armados de facas, machados e espingardas juntaram-se aos piauienses e lutaram durante mais de cinco horas para impedir a passagem das tropas de Cunha Fidié.

PALE ZUPPANI/PULSAR IMAGENS

Memorial da Batalha do Jenipapo, Campo Maior (PI), 2007. A imagem mostra as armas e as roupas usadas pelos piauienses que combateram nessa batalha.

A batalha se deu na cidade de Campo Maior, interior do Piauí, e recebeu o nome de **Batalha do Jenipapo**. Muitas mulheres trocaram suas joias por armas e também se engajaram na guerra pela independência. Apesar de não terem conseguido vencer esta batalha, os piauienses enfraqueceram as tropas de Fidié e continuaram a combatê-las em Caxias, no **Maranhão**, onde foram forçadas a se render. Em São Luís, a independência foi aclamada pela população local, que teve o apoio de uma esquadra inglesa.

No **Pará**, populares que lutavam pela independência invadiram o palácio do governador, mas autoridades nomeadas por D. Pedro I opuseram-se à iniciativa dos paraenses, reprimindo-os. Depois, lançaram 256 paraenses no porão de um navio, de onde apenas quatro saíram com vida.

DIVULGAÇÃO PNLD 2019 FTD

+ATIVIDADES

- Com base no que você estudou, dê exemplos da participação popular nas lutas pela independência do Brasil.

Resposta pessoal. Fornecemos exemplos das lutas na Bahia e no Piauí. Sobre a Bahia, pode-se perguntar por que muitos habitantes de Salvador continuam chamando o principal aeroporto da cidade de 2 de Julho. No caso do Piauí, esforçamo-nos por incorporar a Batalha do Jenipapo, episódio relevante e geralmente omitido dos livros escolares.

O reconhecimento e o preço da independência

O reconhecimento da independência brasileira envolveu os mais diversos interesses.

Os **Estados Unidos** foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil (1824). Para isso, o então presidente dos Estados Unidos, James Monroe, apoiou-se em uma doutrina que recebeu seu nome. A Doutrina Monroe pode ser resumida na frase "A América para os americanos", isto é, cada país da América deveria se autogovernar e não aceitar a interferência da Europa; daí o interesse estadunidense no reconhecimento da emancipação política brasileira.

Portugal reconheceu a soberania do Brasil (1825), mas para isso exigiu o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas (moeda inglesa). Para pagar essa dívida, o governo brasileiro pediu aos banqueiros ingleses um empréstimo. Parte do dinheiro, no entanto, nem chegou a sair da Inglaterra, porque Portugal devia aos ingleses uma grande soma.

Já a **Inglaterra** reconheceu a independência do Brasil em 1827. Mas, para isso, exigiu:

a) a renovação do Tratado de Comércio e Navegação por mais 15 anos; portanto, os produtos ingleses continuariam pagando apenas 15% de imposto nos portos brasileiros por mais uma década e meia;

b) a extinção do tráfico de africanos escravizados no prazo de três anos.

PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA.

Reconhecimento do Império do Brasil e de sua independência, óleo sobre tela do século XIX. A cena retrata o momento em que o embaixador inglês Charles Stuart entrega suas credenciais a D. Pedro I, que aparece sentado ao lado da esposa.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

ENCAMINHAMENTO

- Ressaltar que as nações absolutistas, que formavam a Santa Aliança, opunham-se ao liberalismo na Europa e ameaçavam frustrar a emancipação política latino-americana.
- Explicar que o jogo de interesses atrasou o processo de aceitação do novo governo "independente" no Brasil.
- Esclarecer que os Estados Unidos tinham interesse em proteger a América contra a política intervencionista da Santa Aliança e a influência europeia. Isso ajuda a explicar por que, com base na Doutrina Monroe, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência política do Brasil.
- Perguntar aos alunos o que acharam das exigências feitas por Portugal para reconhecer a independência.
- Questionar os desdobramentos das exigências inglesas para reconhecer a independência do Brasil:

– Por que a Inglaterra exigiu o fim do comércio de escravos?

- Acentuar que esses acordos, que ampliaram a influência britânica no Brasil do século XIX, foram mal recebidos por políticos brasileiros, colaborando para o enfraquecimento do poder de D. Pedro I.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ERA UMA vez uma história. Parte 2. Duração: 14min12s. Disponível em: <http://livro.pro/9kqn6b>. Acesso em: 7 jul. 2017.

Episódio 1 (parte 2) do documentário em que o ator Dan Stulbach e a historiadora Lilia Schwarcz relatam momentos da história do Brasil: o reinado de D. João e Carlota Joaquina e o casamento de D. Pedro com Maria Leopoldina.

Texto de apoio

A Doutrina Monroe

Ao assumir a presidência, James Monroe optou por exercer uma postura diplomática mais neutra, de não envolvimento em assuntos estrangeiros. [...] Denominada Doutrina Monroe, tal política foi anunciada no ano de 1823: em troca da não intervenção dos europeus na América, o presidente prometia a não interferência dos Estados Unidos nas questões exclusivamente europeias. Ao mesmo tempo, colocava-se como juiz e guardião de todas as questões que pudessem envolver a América como um todo, tanto na parte central como no cone sul do continente.

O medo dos EUA era, sobretudo, que as grandes potências europeias pudessem se unir para subjugar as colônias espanholas rebeladas e acabassem ameaçando a autonomia de seu próprio território ou seus interesses comerciais em todos esses mercados na América. Nesse sentido, a Doutrina Monroe pode ser entendida como um dos primeiros passos na política externa norte-americana no século XIX: em nome da paz e da liberdade, a presença dos Estados Unidos se fortaleceu em todo o Novo Mundo.

KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2018. p. 105-106.

ENCAMINHAMENTO

- Destacar as tensões e os conflitos ocorridos entre os deputados reunidos na Assembleia Constituinte, de um lado, e o imperador D. Pedro I, de outro.
- Ressaltar que, no discurso de abertura da Assembleia, D. Pedro I jurou que só defenderia a futura Constituição "se fosse digna do Brasil e dele próprio". E, assim, foi revelando seu autoritarismo.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: ASSEMBLEIA Geral Constituinte e Legislativa: 1823. Disponível em: <http://livro.pro/sqg223>. Acesso em: 19 set. 2018.

Texto de apoio

O poder do Imperador

[...] o curso dos acontecimentos em Portugal, com os movimentos da chamada Vilafrancada, que fechou as cortes pelas armas em 3 de junho de 1823 e pôs fim à primeira experiência liberal portuguesa, restabelecendo o poder absoluto de d. João VI, serviu de estímulo para que d. Pedro revelasse a faceta mais autoritária de seu caráter. Na manhã de 12 de novembro, a tropa marchou para a cidade e cercou o prédio da Assembleia Constituinte, que se encontrava em sessão permanente há dois dias. Após a leitura do decreto que dissolvia a Assembleia, alguns deputados, como os irmãos Andrada, foram presos, partindo, logo depois, para longo exílio.

Pedro I, por sua vez, justificou a atitude arbitrária por meio de uma proclamação aos brasileiros, conclamando todos a conservarem a adesão à causa da independência, pois crescia o "espírito da desunião", com o surgimento de *partidos* que visavam à implantação da desordem e da "anarquia" no país. Argumentava ainda que a facção dominante na Assembleia, numa alusão ao grupo dos Andrada, se servira da situação para provocar o desequilíbrio entre os poderes, convidando "pessoas do povo", "armadas de punhais e pistolas", "incutindo o terror", para amedrontar os deputados fiéis ao juramento de lealdade ao imperador. Sob a promessa de uma Carta "duplicadamente mais liberal", concluía que a medida visava superar a lentidão com que se preparava a Constituição, conter os sustos e temores de todos os cidadãos pacíficos e preservar a pátria em perigo, afastando o medo da ruína e da subversão do Estado.

A atitude do imperador trouxe, contudo, várias reações. Em Pernambuco, que já se agitara quando da revolta de 1817, frei Joaquim do Amor Divino Caneca iniciou a publicação do periódico **Typhis Pernambucano**, em dezembro de 1823. No primeiro número, denunciava-se o 12 de novembro – ou seja, o fechamento da Assembleia – como um dia "lutuoso", "nefasto para a liberdade do Brasil", comparável à "cena do 18 Brumário", em que "o déspota da Europa [Napoleão Bonaparte] dissolveu a representação nacional da França". Isto porque, no Rio de Janeiro, acrescentava, "o partido dos chumbeiros" tinha posto em prática as tramoias do ministério composto de portugueses, conseguindo iludir "a cândida sinceridade" do imperador. [...]

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Org.). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 103-104.

Uma constituição para o Brasil

Independente de Portugal, o Brasil podia fazer suas próprias leis.

Em maio de 1823, uma Assembleia Constituinte, formada por deputados de várias províncias brasileiras, reuniu-se no Rio de Janeiro para elaborar uma constituição para o Brasil.

Depois de intensos debates, os deputados apresentaram um projeto de Constituição que limitava os poderes de D. Pedro I, proibindo-o de dissolver a Câmara dos Deputados. Ele reagiu mal a essa proibição; começaram a surgir então divergências entre o imperador e os deputados. Os deputados ficaram no prédio a noite toda acordados debatendo a situação; daí aquela noite ser conhecida como Noite da Agonia. Na manhã seguinte, D. Pedro I mandou seus soldados fecharem a Assembleia e prenderem vários deputados ali reunidos.

Os deputados José Bonifácio e seu irmão Antônio Carlos – principal redator do projeto de Constituição – foram presos e expulsos do país.

COLEÇÃO PARTICULAR

Pintura de J. Wasth Rodrigues, de 1832, representando o fechamento da Assembleia Constituinte, no centro do Rio de Janeiro, em 1823.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A Constituição do Império

O fechamento da Assembleia provocou enorme descontentamento em todo o país. Indiferente a isto, D. Pedro I tomou outra medida autoritária: nomeou dez pessoas de sua confiança – o Conselho de Estado – e encarregou-as de escrever uma Constituição no prazo de 40 dias. A primeira Constituição do Brasil foi **outorgada** por D. Pedro I em 25 de março de 1824. Esta Constituição adotava a **Monarquia hereditária** e criava quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.

Poder Executivo: exercido pelo imperador e seus ministros; sua função era administrar o país.

Poder Legislativo: exercido pelos deputados e senadores; sua função era elaborar, discutir e aprovar leis; o cargo de deputado era ocupado por um período de quatro anos, já o de senador era vitalício (ou seja, durava toda a vida).

Poder Judiciário: exercido por tribunais e juízes; sua função era aplicar a lei. Os magistrados do Supremo Tribunal eram nomeados pelo imperador.

Poder Moderador: exercido exclusivamente pelo imperador, que podia: nomear e demitir livremente os ministros e os **presidentes de província**; dissolver a Câmara dos Deputados; nomear os senadores; suspender os magistrados e perdoar sentenças de réus condenados pelo Judiciário. Portanto, o poder Moderador permitia ao imperador intervir em todos os outros poderes.

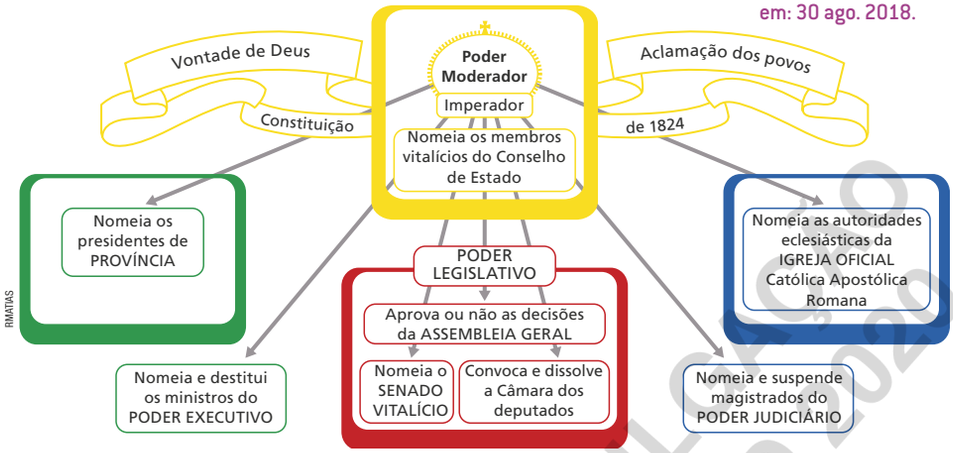
Veja o organograma da Constituição do Império.

Outorgada: concedida; diz-se da Constituição que parte do soberano (ou da autoridade de governo), ao contrário da Constituição promulgada, que resulta de uma assembleia.

Monarquia hereditária: forma de governo em que o poder é exercido por um soberano e transmitido ao seu herdeiro.

Presidente de província: cargo que equivale hoje ao de governador de Estado.

Dica! As 7 Constituições brasileiras. Duração: 8min25s. Disponível em: <http://livro.pro/aum38w>. Acesso em: 30 ago. 2018.



DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Comentar sobre os quatro poderes e a principal função de cada um deles. Debater sobre a existência e as prerrogativas do Poder Moderador.
- Refletir sobre a definição de quem era e quem não era considerado cidadão pela Constituição de 1824, por meio de um estudo da professora Hebe Maria Mattos. Segundo essa estudiosa:

> [...] além das exigências de renda, impunha-se ao eleitor que tivesse nascido "ingênuo", isto é, não tivesse nascido escravo. Em outras palavras, se os descendentes dos escravos libertos poderiam (se renda tivessem) exercer plenamente todos os direitos políticos da jovem monarquia, os escravos nascidos no Brasil que fossem alforriados não entrariam em pleno gozo dos direitos reconhecidos aos cidadãos e súditos do Império do Brasil.
>
> [...] Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os brasileiros não brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade. Se confundidos com cativos ou libertos, estariam automaticamente sob suspeita de serem escravos fugidos – sujeitos, então, a todo tipo de arbitrariedade, se não pudessem apresentar sua carta de alforria.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 21. (Descobrindo o Brasil).

- Trabalhar o conceito de Monarquia hereditária.

Texto de apoio

A importância de nossa primeira Carta

[...] a Constituição de 1824 não serviu apenas para os momentos de estabilidade política, conseguida, no Império, a partir da Praieira (1848-1849), que foi a última rebelião de caráter político no período monárquico. Serviu, também, com a mesma eficiência, para as fases de crise, que se multiplicaram numa sucessão interminável de revoltas, rebeliões e insurreições, entre 1824 e 1848. Mais do que isso: foi sob esse mesmo texto, emendado apenas uma vez, que se processou, sem riscos de graves rupturas, a evolução histórica de toda a Monarquia. Essa evolução inclui fatos de enorme relevância e significação tanto política como econômica e social. As intervenções no Prata e a Guerra do Paraguai; o fim da tarifa preferencial da Inglaterra e o início do protecionismo econômico, com a tarifa Alves Branco, de 1844; a supressão do tráfico de escravos, o início da industrialização e a própria Abolição, em 1888, são alguns desses exemplos.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824**. 3. ed. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. v. 1. p. 10. (Constituições brasileiras). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o trecho a seguir:

Diversas imagens estão associadas ao movimento político que entre julho e setembro de 1824, sob a denominação de Confederação do Equador, buscou implantar uma República no espaço compreendido pelas então províncias que iam das Alagoas ao Pará. [...] A primeira que a vê como o produto de um arraigado e antigo sentimento republicano e separatista, notadamente entre a gente pernambucana. A segunda que, partilhando esta interpretação, faz da Confederação do Equador uma retomada e uma continuação da Revolução de 1817. Estas visões, inseparáveis, parecem possuir incontestável fundamento no fato de que alguns dos principais líderes e participantes de 1817 encontravam-se novamente juntos na Confederação do Equador.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 133.

- Destacar que os rebeldes nutriam um forte sentimento antilusitano e receberam o apoio de rebeldes de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; além dessas províncias, eles esperavam reunir também, sob um governo federativo e republicano, o Piauí e o Grão-Pará.

Dialogando

Pode-se dizer que a sociedade carioca da época era extremamente hierarquizada, como se pode ver pela vestimenta e posição das pessoas na cena. Nela vemos desde nobres de fraque e cartola até escravizadas sentadas no chão, além de padres e soldados.

COLEÇÃO PARTICULAR

Vista tomada da Igreja de São Bento no Rio de Janeiro, litografia de Johann Moritz Rugendas, c. 1835.

DIALOGANDO

O que se pode dizer sobre a sociedade do Rio de Janeiro do tempo de D. Pedro I com base nesta gravura?

A Confederação do Equador

O autoritarismo de D. Pedro I era duramente criticado em várias províncias brasileiras. Em Pernambuco, dois jornais, **A Sentinela da Liberdade**, de Cipriano Barata, e o **Tiphys Pernambucano**, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, faziam forte oposição a D. Pedro I. Frei Caneca dizia: "o poder moderador é a chave mestra da opressão da nação brasileira".

Além disso, na época, uma crise econômico-financeira atingia todo o Nordeste devido à queda nos preços externos do açúcar, do fumo, do algodão e aos altos impostos cobrados pelo governo de D. Pedro I; ao mesmo tempo, as altas constantes nos preços dos alimentos e dos aluguéis castigavam a população pobre.

Nesse clima tenso, D. Pedro I demitiu o presidente de província em Pernambuco. Os pernambucanos reagiram prontamente: romperam com o Império, proclamaram uma República (2 de julho de 1824) e formaram uma Junta Governativa. A jovem República foi apoiada por revolucionários de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e recebeu o nome de **Confederação do Equador**. A Confederação contou com a participação de diversos grupos sociais: proprietários rurais, comerciantes, homens e mulheres livres e pobres, e também os escravizados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

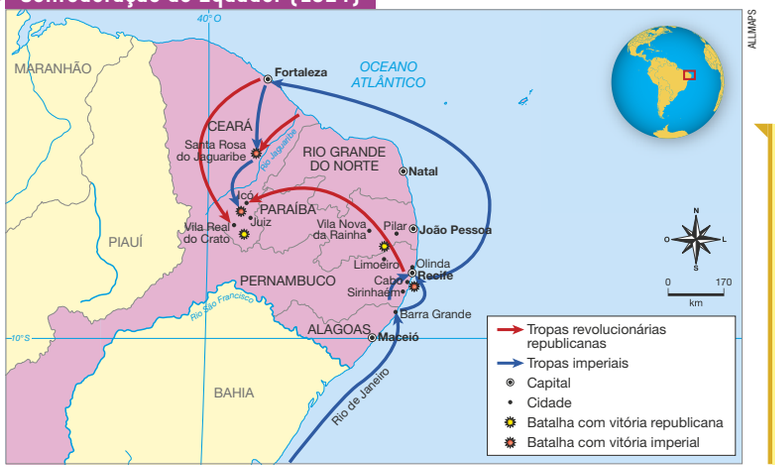
***Typhis* Pernambucano**

O ***Typhis* Pernambucano** circulou entre dezembro de 1823 e agosto de 1824. Tratava-se de um jornal publicado predominantemente na Tipografia de Miranda & Cia, em Pernambuco, tendo os dois últimos exemplares publicados na Tipografia Nacional. O periódico começou a circular em 25 de dezembro de 1823, mantendo-se semanalmente até a 29ª edição, no dia 5 de agosto de 1824, quando Frei Caneca o suspendeu para juntar-se aos combatentes de Morgado do Cabo, no final da Confederação do Equador. O nome ***Typhis*** é uma referência ao inventor da navegação e piloto do navio Argo, pertencente à mitologia grega.

É interessante o fato de Frei Caneca dar ao seu jornal o nome ***Typhis***, fazendo alusão ao piloto do navio que, na mitologia grega, teria conduzido heróis como Jasão (comandante do navio), Admeto, Anfião, Tideu, Teseu, Hércules, Orfeu, Castor e Pólux. Tal navio teria conseguido vencer tempestades, esquivar-se dos encantos das sereias, entre outros desafios e, por fim, a nave terminou por ser oferecida para Netuno, no Corinto. [...]

OS ESCRITOS políticos de Frei Caneca. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15312/15312_3.PDF>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Confederação do Equador (1824)



Fonte: ISTOÉ Brasil 500 anos: atlas histórico. São Paulo: Três, 1998. p. 50.

A República pernambucana foi chamada de Confederação porque as províncias rebeldes obedeciam a um governo comum, mas mantinham uma certa autonomia.

Alguns líderes da Confederação do Equador, como Frei Caneca e Lázaro de Souza, defendiam o fim da escravidão; a maioria deles, porém, era escravista. Isso dividiu e enfraqueceu a liderança do movimento. Os grandes proprietários, assustados com a ideia de libertação dos escravos, foram abandonando o movimento.

Para reprimir a revolução no Nordeste, D. Pedro I conseguiu, junto aos banqueiros britânicos, um empréstimo de 1 milhão de libras e organizou poderosas forças militares, comandadas pelo almirante britânico Thomas Cochrane (por mar) e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (por terra).

Embora com poucas armas e sem navios, os rebeldes resistiram por quase dois meses. As forças imperiais, principalmente os mercenários britânicos, cometeram muitas violências em Recife, matando populares e incendiando casas, mesmo depois de terem vencido a guerra. Vários líderes rebeldes foram condenados à morte.

COLEÇÃO PARTICULAR

Esta gravura de Rugendas retrata provavelmente uma reunião da Junta Governativa da Confederação do Equador.

Texto de apoio

Veja, a seguir, algumas das ideias defendidas por Frei Caneca a respeito das bases para a formação do pacto social:

Ideias de Frei Caneca

A biografia política de frei Caneca, em sentido estrito, pelo menos aquela da qual temos registro, desenrola-se em um período de sete anos, dos quais cerca de quatro passados na prisão. Abrange de março de 1817 a 13 de janeiro de 1824, quando foi fuzilado. [...] 1817 constituiu uma experiência evidentemente fundamental em sua biografia e no plano da história coletiva, em especial para o Nordeste. [...] De certa maneira, o ano de 1817 teria sido também "um rascunho da nação" [...]. O Governo Provisório da República de Pernambuco, prevendo a convocação de uma Assembleia Constituinte, afirmava que: "[...] revestido da Soberania pelo povo, em quem só ela reside, desejando corresponder à confiança do dito povo, e conhecendo que sem formas e regras fixas e distintas o exercício das funções que lhe são atribuídas, por vago, inexato e confuso, não pode deixar de produzir choques, e dissensões sempre nocivas ao bem geral, e assustadoras da segurança individual, fim e alvo dos sacrifícios sociais", decretando assim as bases provisórias do exercício do poder.

Encontramos no texto três ideias fundamentais de toda uma corrente política que teria no Nordeste seu terreno mais favorável: soberania popular, regulação constitucional dos poderes e pacto social [...] É também a partir de tais ideias que, a partir de 1820, ocorrerão os conflitos e embates políticos, sendo uma das características do liberalismo irado do Norte defendê-los como inseparáveis. Foi em grande parte a ausência ou presença de cada uma dessas ideias, ou a ênfase sobre sua interpretação em sentido mais amplo ou restrito, que deram a cor política às diversas posições em confronto. Foi o que percebeu muito bem José Bonifácio ao classificar as diversas posições políticas presentes nos debates da Constituinte, na imprensa, nas manifestações de rua.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pacto social e constitucionalismo em frei Caneca. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, jan./abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100008>. Acesso em: 27 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- O episódio da Confederação do Equador pode ser usado para se trabalhar o conceito de "Confederação", um Estado cujos componentes (províncias ou estados) possuem grande autonomia.
- Destacar que a caracterização "do Equador" dada à confederação nordestina deve-se a sua proximidade geográfica com a linha do equador. Ao explorar o mapa, demonstrar essa informação.
- Evidenciar que Frei Caneca foi um dos principais protagonistas da Confederação do Equador.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- FREI Caneca. Duração: 7min45s. Disponível em: <http://livro.pro/pe3h9m>. Acesso em: 19 set. 2018.

O vídeo do projeto Construtores do Brasil aborda a história de Frei Caneca, padre carmelita e um dos líderes da Confederação do Equador, em 1824.

DIVULGAÇÃO PNLD 2019 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Analisar o desfecho desse importante movimento revolucionário pernambucano, por meio da citação do historiador:

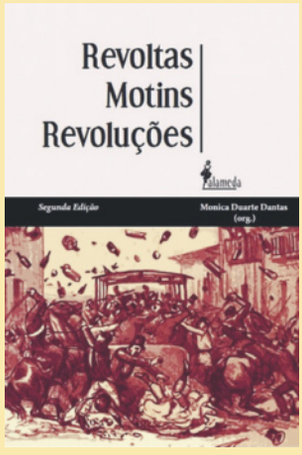
A derrota da Confederação do Equador impôs durante alguns anos a ordem imperial centralizadora e conteve os que desejaram uma nação fundada nos princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. É significativo que, em Pernambuco, entre 1824 e 1829, apenas um jornal tenha sido criado, o **Diário de Pernambuco** [...]. Somente a partir de 1826, com a volta do funcionamento da Assembleia Geral do Império, a sociedade foi retomando sua capacidade de mobilização política. Desta resultará a abdicação de D. Pedro I, em 1831. [...]

BERNARDES, Denis A. de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 155-156.

Dica de leitura

- DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

O livro trata do longo processo de construção da cidadania no Brasil, evidenciando as tensões que levaram povos a se chocarem e lutarem pela sua sobrevivência e pela consolidação dos seus direitos.



ALAMEDA EDITORIAL

Texto de apoio

A morte de Frei Caneca

[...]

Finalmente, em 29 de novembro de 1824, os sobreviventes, dentre os quais Frei Caneca, acabaram se rendendo, acreditando na promessa de que D. Pedro I os trataria "como pai que os receberia com clemência".

Apesar disso, a promessa não foi cumprida. Muitos sofreram *morte natural*, como consta no decreto do Imperador, que puniu os que sonharam em criar uma república liberal. Cinco foram enforcados no Ceará, três no Rio de Janeiro e nove em Pernambuco, como sendo os cabeças do movimento.

Em Recife, o carrasco recusou-se a enforcar frei Caneca, apesar de todas as ameaças e castigos impostos. Diante disso, acabou sendo fuzilado e seu corpo deveria ficar exposto em praça pública.

No entanto, pela madrugada, pessoas encapuzadas sequestraram o cadáver de frei Caneca, sendo ele enterrado no convento do Carmo.

Assim terminou mais um projeto libertário de um segmento da sociedade brasileira, que, embora fracassando, contribuiu para desgastar a imagem de D. Pedro I.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 433.

PARA SABER MAIS

A execução de Frei Caneca

O julgamento de Frei Caneca foi sumário; ele não teve direito à defesa e foi condenado à morte na forca. Havia, porém, um problema: na cidade de Recife ninguém queria ser o carrasco daquele homem tão querido e respeitado. Prometeram a liberdade a um escravizado se ele aceitasse ser o carrasco. Mas ele se recusou. Usaram de violência. Ele resistiu.

Inconformados, os pernambucanos exigiam a libertação do frei. Temendo pelo desenrolar dos acontecimentos, as autoridades fiéis a D. Pedro I apressaram a execução. Frei Caneca foi fuzilado.

© DIAS, CÍCERO DOS SANTOS/AUTVIS, BRASIL, 2018

As cenas integram a obra intitulada **Revolução de 1824**, do mundialmente famoso pintor e desenhista pernambucano Cícero Dias (1907-2003), produzida em 1983. Os títulos dessas cenas, da direita para a esquerda, são: **Não há quem queira enforcá-lo. Frei Carlos pede silêncio a Frei Caneca. Execução de Frei Caneca.** Cícero Dias trabalhou temas regionais, populares e históricos com grande sensibilidade, representando de forma criativa cenários e personagens do universo pernambucano.

Dica! Frei Caneca: Ideólogo da República. Duração: 7min39s. Disponível em: <http://livro.pro/774x7s>. Acesso em: 30 ago. 2018.

D. Pedro I, cada vez mais impopular

Balança comercial: é a diferença entre o valor total das exportações e o valor total das importações que um país realiza no decorrer de um ano.

A brutal repressão à Confederação do Equador contribuiu para derrubar a popularidade que D. Pedro I tinha no início de seu governo. Além de autoritário, D. Pedro I mostrava-se incompetente para resolver a crise econômico-financeira que o país atravessava. Ano após ano, a **balança comercial** brasileira apresentava-se negativa, ou seja, o valor gasto com as importações era maior do que o ganho com as exportações.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Para fazer frente às suas despesas, o governo de D. Pedro I pedia empréstimos aos bancos estrangeiros e emitia moeda. Isso gerava **inflação**. Conforme o preço dos alimentos e dos aluguéis subia, a popularidade do imperador diminuía. Em 1829, como reflexo dessa crise, o Banco do Brasil, fundado na época de D. João VI, faliu.

Inflação: alta generalizada dos preços.

A Questão da Cisplatina

A Província Cisplatina (atual Uruguai) havia sido anexada ao Brasil por D. João VI. Os cisplatinos, descendentes de indígenas e espanhóis, queriam libertar-se do Brasil. Em sua luta pela independência, conseguiram o apoio dos argentinos, que tinham interesse em dominar a região cisplatina. Com a ajuda dos argentinos, os cisplatinos venceram a guerra contra os brasileiros e transformaram a Cisplatina em um país independente chamado República do Uruguai. A guerra para impedir a independência da Cisplatina aumentou mais ainda as críticas a D. Pedro I.

A sucessão do trono português

Quando D. João VI morreu, em 1826, deixou o trono português para seu filho D. Pedro I. Este, no entanto, renunciou a ser rei de Portugal em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Mas D. Miguel, irmão de D. Pedro I, deu um golpe e ocupou o trono da sobrinha, proclamando-se rei de Portugal. D. Pedro I reagiu preparando-se militarmente para reconquistar o trono português. Os políticos brasileiros o acusaram de estar mais interessado nos assuntos de Portugal do que nos do Brasil. Isso aumentou sua impopularidade.

DIALOGANDO

a) Como D. Pedro e D. Miguel estão representados?
b) O que a charge ironiza?

BIBLIOTECA NACIONAL, PARIS. FOTO: IP ARCHIVE/GLOW IMAGES

Charge do francês Daumier sobre a disputa da coroa portuguesa entre D. Miguel e D. Pedro, século XIX.

Texto de apoio

O preço da Independência

Para obter o reconhecimento da ex-metrópole, D. Pedro comprometeu-se a assumir o empréstimo de 1,4 milhão de libras, "que Portugal emitira em Londres em 1823, assim como pagar ao seu real pai 600 mil libras pelas propriedades que deixou no Brasil. [...] Mas antes da partida de D. João VI, a extravagância de sua corte e os milhares de dependentes que trouxera de Portugal quase levaram o Brasil à falência. [...] Empréstimos estrangeiros eram, portanto, vitais para a sobrevivência nacional", segundo conta o estudioso inglês Frank Griffith Dawson, em seu livro **A primeira crise da dívida latino-americana**.

Para fazer frente a esta situação, o Brasil obteve em Londres, em 1824, seu primeiro empréstimo externo, no valor de três milhões de libras. No ano seguinte, houve um novo financiamento de 3,7 milhões de libras esterlinas. Em 1829, o país contrai mais quatro milhões de libras. Foi o início de uma sucessão de empréstimos contraídos pelo Império, que se prolongariam República adentro.

[...]

À Inglaterra interessavam expandir seus mercados de produtos industrializados e de crédito e aumentar seu leque de fornecedores de matérias-primas. Para isso, Londres apoiou não apenas política e economicamente os países em fase de libertação, como em alguns casos deu suporte militar. Isso aconteceu no Chile, na Venezuela e no Brasil. Era a ascensão do liberalismo, do mercado desregulado e da Inglaterra como principal potência mundial.

MARINGONI, Gilberto. A grande crise da Independência. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 9, ed. 75, 2012. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2864:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 27 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que a dissolução da Constituinte, a imposição da Constituição de 1824 e o fuzilamento de Frei Caneca foram alguns fatores que geraram a insatisfação popular em relação ao Imperador. De vários pontos do Império, ergueram-se vozes para protestar contra a política centralizadora, autoritária e intervencionista de D. Pedro I e de seus aliados portugueses.
- Salientar que, além disso, a grave crise econômico-financeira, que atingiu o país por um conjunto de razões, fez com que D. Pedro perdesse seu apoio e sua popularidade.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: A GUERRA Cisplatina no contexto da formação dos estados nacionais na região platina (1825-1828). Disponível em: <http://livro.pro/64gehu>. Acesso em: 19 set. 2018.

Dialogando

a) Estão representados como meninos (repare no tamanho deles) emburrados; ambos querem a coroa que está na cabeça de D. Miguel.
b) A charge ironiza a usurpação da Coroa portuguesa por D. Miguel, irmão de Pedro, no começo da década de 1830. Repare que o homem de cartola apoia D. Pedro e que o homem de gorro vermelho apoia Miguel.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que as críticas mais contundentes ao imperador partiam da Câmara dos Deputados e da imprensa. Na Câmara dos Deputados, as principais vozes da oposição eram de políticos das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, que tinham obtido riqueza e prestígio, mas não conseguiam ocupar espaço no governo imperial. Na imprensa, destacavam-se dois importantes jornais da oposição: **Aurora Fluminense**, de Evaristo da Veiga, e **A Malagueta**, de Luís Augusto May, ambos da cidade do Rio de Janeiro.
- Comentar que o Sete de Abril foi, em grande parte, o resultado da pressão popular, fruto da insatisfação generalizada com o governo de D. Pedro I. Isso corrobora a tese sobre o peso considerável desse fator no desfecho do processo que culminou com a abdicação de D. Pedro I.

Texto de apoio

A abdicação de D. Pedro I em 1831: a multidão nas ruas

O principal conflito que precede a Abdicação, conhecido como Noite das Garrafadas, estendeu-se do dia 11 ao dia 15 de março de 1831 pelas ruas do Rio de Janeiro. O levante das Garrafadas é iniciado na noite do dia 11 em uma comemoração organizada pelos comerciantes do Rio de Janeiro para saudar o Imperador do retorno de sua viagem à província de Minas Gerais. No dia 11 de março foram organizados festejos com fogueiras e fogos de artifício nos quadriláteros delimitados pelas ruas da Quitanda, dos Ourives, da Direita e das Violas pelos que apoiavam o governo de D. Pedro I. Acender fogueiras nas comemorações públicas ou nos dias santos e beber, cantar e dançar era um costume antigo dos portugueses. O que se falava era que os portugueses estavam organizando a algazarra e na noite do dia 11 começaram as agressões.

As Garrafadas marcaram profundamente a memória dos contemporâneos, que produziram uma série de relatos e interpretações. Entre outras fontes, as principais para a elaboração deste texto foram: o jornal **Aurora Fluminense** do período de março a abril de 1831, as memórias de Eduardo Theodoro Bösche, em "Acontecimentos Políticos: Abdicação de D. Pedro I. Imperador do Brasil", e de Carl Seidler, em **Dez Anos no Brasil**, e o Relatório do Ministro da Justiça Manoel José de Souza França do ano de 1830 apresentando a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1831. [...] Embora tais fontes possuam diferenças na reconstituição da Noite das Garrafadas e da Abdicação de D. Pedro I, posicionaram-se favoráveis aos grupos chamados na época de "brasileiros". É possível identificarmos nestas fontes os diversos interesses dos grupos envolvidos e o sentido da violência popular, pois esta marcou a memória coletiva da Noite das Garrafadas.

PANDOLFI, Fernanda C. A imprensa e a abdicação de D. Pedro I em 1831: história e historiografia. In: ANPUH/SP. **Anais do XVIII Encontro Regional de História**: o historiador e seu tempo. Assis: Unesp, 24 a 28 jul. 2006. Disponível em: <https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%C9TICA/Fernanda%20Cl%E1udia%20Pandolfi.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

A abdicação de D. Pedro I

As críticas ao governo de D. Pedro I circulavam na imprensa. Um de seus principais críticos, o jornalista Líbero Badaró, acabou assassinado em 1830, em São Paulo. Sua morte foi atribuída aos simpatizantes do imperador, e isso gerou protestos em todo o país. D. Pedro I tentou visitar algumas províncias buscando recuperar seu prestígio, mas foi em vão; em Minas Gerais, o imperador foi recebido com protestos. Os sinos das igrejas mineiras tocaram o **dobre de finados** para lembrar ao imperador a morte do jornalista.

Na volta da viagem que fez às províncias, D. Pedro I foi recebido no Rio de Janeiro pelos comerciantes portugueses com uma grande festa iluminada por muitas fogueiras. Esta recepção calorosa deu origem a brigas de rua entre "brasileiros" e "portugueses", entre 12 e 15 de março de 1831, que ficaram conhecidas como Noites das Garrafadas. Com o objetivo de recuperar seu prestígio, D. Pedro I formou um ministério só com políticos da oposição, mas as críticas continuaram aumentando. D. Pedro I decidiu, então, substituir o Ministério dos Brasileiros por outro formado por seus amigos portugueses. Diante disso, populares, deputados, jornalistas e militares saíram às ruas do Rio de Janeiro para exigir a volta do ministério deposto.

Pressionado pela multidão, D. Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831. Deixou o trono brasileiro para seu filho Pedro de Alcântara, garantindo, assim, a continuidade da monarquia no Brasil. Como o menino tinha apenas 5 anos de idade, o Brasil passou a ser governado por regentes.

COLEÇÃO PARTICULAR

Dobre de finados: toque especial dos sinos nos enterros e cerimônias fúnebres ou para pessoa falecida.

Neste seu desenho de 1831, J. Wasth Rodrigues representou alguns corpos da Guarnição da Corte aderindo ao povo para pressionar D. Pedro I a abdicar.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. No Piauí, houve intensa participação popular nas lutas pela independência. Justifique.

2. Hoje, o 2 de Julho é, ao mesmo tempo, um evento oficial e popular. Inicialmente, era uma festa popular por excelência; com o tempo, foi ganhando ares oficiais e sendo apropriada pelos governantes. Assim, é possível dizer que o 2 de Julho:

a) É uma festa que ocorre na cidade, daí a sua popularidade.

b) É uma festa que ocorre no campo, daí a sua popularidade.

c) É, ao mesmo tempo, um evento oficial e popular.

d) É uma festa oficial comemorada somente por militares e governantes.

e) É a data de fundação da Bahia.

3. O texto a seguir foi retirado de um jornal da época da independência. Leia-o com atenção.

> Antônio Firmiando Macedo Braga... fazendo ciente ao respeitável público, que pelos [...] males que a nação portuguesa lhe tem causado [...] desterra de si e de toda a sua [...] família, de hoje para sempre, os indignos cognomes de Macedo Braga, que [...] há herdado de seus pais e avós, naturais desses lugares de Portugal, e substituiu a eles os da sua pátria, passando a denominar-se Antônio Firmiando Brasileiro Carioca e seus filhos: Rodrigo Antônio Brasileiro de Maceió, Inocência e Cândida Flora de Maceió.
>
> EDELWEISS, Frederico G. A. antroponímia patriótica da Independência. Salvador: CEB: UFBA, 1981. p. 8. In: DEL PRIORE, Mary. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 203.

a) Identifique e transcreva o trecho em que o autor explica o motivo de ter decidido mudar seu sobrenome e o de sua família.

b) O que o levou a trocar "Macedo Braga" por "Brasileiro Carioca"?

c) A que processo essa troca de sobrenome está associada?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Lutas e adesão do Piauí à Independência

Não se sustenta a visão de que as manifestações a favor da libertação do domínio português estavam praticamente ausentes no Piauí em fins do século XVIII e início do século XIX [...].

[...] o Piauí participou das lutas pela Independência. "Para a coligação de grandes famílias proprietárias e de alguns comerciantes parnaibanos, estas lutas representavam a ocasião de assumir, em caráter definitivo e oficial, o poder na capitania." Era a oportunidade para se afirmarem no poder local e assegurarem o latifúndio, a oligarquia e a escravidão. [...]

Os grupos sociais dominantes – proprietários e comerciantes – lideraram o movimento pela "independência". Como em todo país, as ideias de emancipação se manifestaram, a princípio, naqueles grupos ou setores sociais que mantinham contato com o exterior. Os setores sociais com acesso às informações, às notícias e à correspondência iniciaram as manifestações a favor da independência, principalmente os comerciantes de Parnaíba, uma das vilas mais importantes, porto que recebia muitas embarcações europeias e brasileiras. Parnaíba foi a primeira cidade a aderir à "independência proclamada" em São Paulo, pouco mais de um mês depois.

No entanto, a independência do Brasil não foi uma simples passagem do poder dos portugueses aos brasileiros e sim um processo violento com luta armada em várias Províncias. No Piauí e no Maranhão, foi um processo marcado por combates e lutas, intensificadas a partir de 1822, com prolongamentos até o início da década de 1840. [...]

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002. p. 102-106.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Resposta pessoal. Essa questão ajuda a desconstruir a visão presente no senso comum de que a emancipação política do Brasil foi um processo pacífico.
2. Alternativa C.
3. a) "Antônio Firmiando Macedo Braga... fazendo ciente ao respeitável público, que pelos [...] males que a nação portuguesa lhe tem causado." Nota-se, portanto, que o nosso personagem está tomado por um sentimento de "brasilidade" e de "antimetropolitano", para usar aqui as palavras da historiadora que publicou esse documento.
   b) O desejo de afirmar sua identidade, seu pertencimento a uma pátria livre, independente. Por isso, ele trocou os sobrenomes Macedo Braga (nomes de localidades portuguesas) por Brasileiro Carioca (nomes que o identificam com o seu país, e não com o de seus pais ou avós).
   c) Está associada ao processo de independência política do Brasil: em um contexto marcado pelo rompimento dos laços com Portugal, muitos brasileiros trocaram seus sobrenomes.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• VOCÊ sabia que na Bahia houve uma guerra pela independência do Brasil? Duração: 3min19s. Disponível em: <http://livro.pro/vcmqrg>. Acesso em: 19 set. 2018.

Reportagem da TV Brasil sobre as comemorações do dia 2 de julho na Bahia.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. Alternativas B, D e E.
5. a) Monarquia hereditária.
   b) Determinava como religião oficial o catolicismo; todas as outras só podiam ser praticadas no ambiente doméstico, ou seja, era proibido erguer templos de outras religiões que não a católica.
   c) Os poderes eram quatro: o poder Legislativo, o poder Moderador, o poder Executivo e o poder Judiciário.
   d) **Hereditário**: governo que é transmitido de pai para filho; **Moderador**: quarto poder, exclusivo do Imperador e com controle sobre os outros três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário; **vitalício**: que dura toda vida. O artigo 92º afirma, basicamente, que só poderia ser eleitor quem tivesse uma renda líquida anual de 100 mil-réis, ou seja, o voto era censitário.

Texto de apoio

A Constituição de 1824 e a educação

No Brasil, a Constituição de 1824 previu o direito à educação no artigo 179, XXXII e XXXIII, que estabeleceu a garantia do ensino primário a todos os cidadãos e sua realização, preferencialmente, pela família e a igreja, bem como a criação de Colégios e Universidades para o ensino de Ciências, Artes e Letras, não havendo, nesse momento, a atribuição de competências específicas às Províncias para sua realização.

[...]

Em 1828, foi promulgada uma lei que descentralizou a competência para o ensino fundamental, determinando a criação, em cada cidade e vila do Império, de escolas de primeiras letras, sendo sua fiscalização de competência das Câmaras Municipais, e escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas.

Em 1834 entrou em vigor o Ato Adicional nº 16, incorporado à Constituição, que determinou, também, a descentralização da educação de 2º grau. De acordo com o referido Ato, tornaram-se competência das assembleias das províncias, nos moldes do art. 10, § 2º, legislar e promover a instrução pública. Não estão compreendidas aí as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, as academias que já existiam na época. [...]

O caráter elitista da educação brasileira foi reforçado com a preferência ao ensino superior, cujo acesso era facultado apenas aos membros da nobreza e da burguesia. Em 1827, foram criados em São Paulo e Recife cursos jurídicos, transformados em faculdades em 1854.

Não foi dada ao ensino elementar e ao secundário ênfase idêntica à que vinham merecendo em outros países. No secundário, não havia um currículo próprio, sendo a escolha das matérias ministradas realizada aleatoriamente em cada estabelecimento, não existindo, também, a exigência do término de um curso para o início de outro. [...]

TEIXEIRA, Maria Cristina. **Educação para a cidadania, fundamento do estado democrático de direito**. 2016. 167 f. Tese (Doutorado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 28-29. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19832/2/Maria%20Cristina%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

4. Assinale as alternativas corretas.

a) A França foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil.

b) Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil.

c) Em 1825, Portugal reconheceu a independência política do Brasil, exigindo a extinção do tráfico de africanos escravizados no prazo de três anos.

d) Portugal reconheceu a independência política do Brasil em 1825, mas para isso exigiu 2 milhões de libras esterlinas (moeda inglesa).

e) A Inglaterra reconheceu a independência do Brasil em 1827. Mas, para isso, exigiu a renovação do Tratado de Comércio e Navegação.

5. Os trechos a seguir são da primeira Constituição do Brasil, outorgada por D. Pedro I em 24 de março de 1824. Leia-os com atenção.

> Artigo 1º – O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros [...].
> Artigo 2º – O seu território é dividido em Províncias [...].
> Artigo 3º – O seu governo é monárquico **hereditário** [...].
> [...]
> Artigo 5º – A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. [...]
> Artigo 10º – Os poderes [...] são quatro: o Poder Legislativo, o Poder **Moderador**, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. [...]
> Artigo 13º – O Poder Legislativo é delegado à Assembleia Geral [...].
> [...]
> Artigo 14º – A Assembleia Geral compõe-se de duas Câmaras: Câmara dos Deputados e [...] Senado. [...]
> Artigo 40º – O Senado é composto de membros **vitalícios** [...].
> [...]
> Artigo 92º – São excluídos de votar [...] os que não tiverem renda líquida anual de cem mil-réis [...].

CONSTITUIÇÃO política do Império do Brasil: Carta de Lei de 25 de março de 1824. **Repositório UFSC**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99968/1824_Constitui%C3%A7%C3%A3o_do_Imp%C3%A9rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Agora responda:

a) Qual a forma de governo adotada pelo Brasil?

b) O que a Constituição de 1824 determinava com relação à religião?

c) Quantos e quais eram os poderes?

d) Dê o significado das três palavras em negrito no texto e explique o artigo 92º.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

6. O texto a seguir é um manifesto escrito por Frei Caneca. Leia-o com atenção e responda ao que se pede.

A Confederação do Equador

A massa da província [...] detesta todo governo arbitrário, iliberal [...] e tirânico, tenha o nome que tiver [...]. A massa da província só se há de pacificar [...] quando vir a Imprensa livre; [...] o imperador sem o comando da força armada; e outras instituições [...] que sustentem a liberdade do cidadão e sua propriedade, e promovam a felicidade da pátria; fora disso, a massa da província [...] gritará – Do Rio nada, nada; não queremos nada.

DEL PRIORE, Mary; NEVES, Maria de Fátima das; ALAMBERT, Francisco. **Documentos de História do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997. p. 45.

EDITORA SCIPIONE

Fac-símile da capa do livro **Documentos de História do Brasil: de Cabral aos anos 90**.

a) Identifique e transcreva o trecho em que o autor critica os governos autoritários.

b) O que o jornalista Frei Caneca defende nesse manifesto?

c) O que Frei Caneca quis dizer com "fora disso, a massa da província [...] gritará – Do Rio nada, nada; não queremos nada"?

7. No início de seu governo, D. Pedro I era bastante popular, como demonstraram as festas de sua coroação. Ao longo de seu governo, porém, ele foi se tornando cada vez mais impopular e acabou abdicando e saindo do país às pressas. Escreva um pequeno texto sobre as razões da abdicação. Siga o roteiro:

a) Fechamento da Assembleia Constituinte.

b) Imposição da Constituição de 1824.

c) Confederação do Equador.

d) Guerra da Cisplatina.

e) Sucessão do trono português.

f) Noites das Garrafadas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Apesar do curto período que separou a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824, nele as capitanias do norte do Brasil vivenciaram intensas transformações políticas e experiências de participação popular. [...]

A oposição a Pedro I ganhou ainda mais força quando, em novembro de 1823, ele dissolveu a Assembleia Constituinte. Entre o fim desse ano e o início de 1824, o monarca propôs um novo projeto de Constituição – trazendo como novidade o famigerado poder moderador – e nomeou novos presidentes para as províncias, abolindo os governos eleitos localmente. As crescentes tensões entre a Corte no Rio de Janeiro e as autoridades em Pernambuco culminaram, em julho de 1824, com a proclamação da Confederação de Equador, tendo a adesão do Ceará ocorrido no fim do mês de agosto.

[...] as diferenças substanciais entre os dois movimentos insurrecionais iniciados em território pernambucano estavam no fato de que, em 1817, "ainda vigorava sobre o espaço brasileiro o poder de uma monarquia absoluta, apegada à cultura do Antigo Regime", ao passo que, em "1824, o quadro era outro e havia conhecido profundas mudanças". Prova disso, como Bernardes observa, é que [...] muitos dos envolvidos na primeira rebelião encontravam-se em lados opostos na segunda [...].

[...] Apesar das mudanças de lado, em todos esses momentos estavam os anseios das elites locais pelo poder. O apoio ou não ao soberano ou a determinadas correntes de pensamento dependia de contra quem rivalizavam e do contexto político do Brasil.

Para Denis Bernardes, a contestação do absolutismo no império português e a reestruturação do pacto que fundara a nação e dera legitimidade ao rei a partir das Cortes instauravam "uma nova ordem política e social". Assim, "cada categoria social, cada fração da sociedade, cada identidade e interesse étnico, econômico, religioso e mais que fosse buscou afirmar suas reivindicações, buscou assegurar um lugar no novo pacto" (Bernardes, 2011, p. 137). [...]

COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios do Ceará na Confederação do Equador. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 146-148, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n75/1806-9347-rbh-2017v37n7506.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

6. a) "A massa da província [...] detesta todo governo arbitrário, iliberal [...] e tirânico, tenha o nome que tiver [...]."

b) A imprensa livre; a limitação do poder de D. Pedro I; a liberdade do cidadão e de sua propriedade; a felicidade da pátria.

c) Quis dizer que, se os pernambucanos não tivessem suas exigências atendidas, não iriam aceitar nada que viesse do governo D. Pedro I, sediado no Rio de Janeiro.

7. Resposta pessoal.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

8. Alternativa E. Justificativa: O aumento crescente da impopularidade do imperador.

9. **a)** São os imperadores D. Pedro I, à direita, e D. Pedro II, à esquerda.
b) O pai é D. Pedro I, à direita, e o filho é D. Pedro II, à esquerda.
c) O cetro é um símbolo de seu poder.

A partir dessas imagens, pretendemos recuperar a ideia de que o Brasil foi uma Monarquia e que a monarquia brasileira durou muito tempo. Esse "eterno presente" em que se vive tende a levar o alunado a associar o Brasil somente à República e nunca à Monarquia, o que acaba elidindo parte importante da História do Brasil. Ao mesmo tempo, buscamos trabalhar a ideia de que a imagem é portadora de um **efeito de realidade**, ou seja, a capacidade de parecer a própria realidade. Por isso, diante da pergunta "quem é o pai e quem é o filho?", é provável que muitos respondam que D. Pedro I é que é o filho de D. Pedro II.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O IMPERADOR e sua imagem: possíveis olhares sobre a representação de um reinado pitoresco. Disponível em: <http://livro.pro/twsfqf>. Acesso em: 19 set. 2018.

Texto de apoio

Retratos do poder imperial no Brasil

É interessante reparar que vasta iconografia foi sendo produzida desde a instalação de Dom Pedro II no poder. Tanto fotografias, que mostravam o monarca e a família em situações cotidianas, quanto quadros mais elaborados, em roupas de gala. Nas fotografias o monarca sempre aparece com roupas mais casuais, cercado de livros, ou no cenário da Guerra do Paraguai, usando poncho. Os trajes de gala eram raramente exibidos, a não ser em cerimônias de casamento, festas da corte e abertura e encerramento do ano de trabalhos da Assembleia. A paramentação de gala foi substituída pela do monarca cidadão. Aparentemente, o monarca aproximava-se da classe que simbolizava, então, a novidade, a tecnologia, ou seja, a burguesia. E a burguesia acumulava, logo era parcimoniosa com gastos em roupas. Luxo era raro.

8. Assinale a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.
Entre as razões da abdicação de D. Pedro I, podemos citar:

a) o fechamento da Assembleia Constituinte.

b) a imposição de uma Constituição ao Brasil, em 1824.

c) a repressão à Confederação do Equador e o fuzilamento de Frei Caneca.

d) o envolvimento de D. Pedro I na questão da sucessão do trono português.

e) o aumento crescente da popularidade do imperador.

9. As imagens que você vê são de dois imperadores que governaram o Império brasileiro entre 1822 e 1889.

MUSEU IMPERIAL, PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO

MUSEU IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO

a) Você sabe quem são eles?

b) Sabe dizer quem é o pai e quem é o filho? Como você chegou a esta conclusão?

c) Sabe qual é o significado do cetro que o imperador à esquerda está segurando?

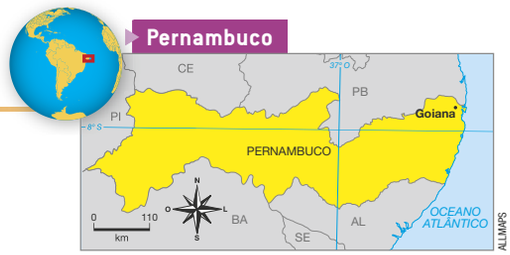
DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

As fotografias trazem representações mais informais do imperador. Mostram-no como alguém muito próximo do cidadão comum. As representações mostram uma monarquia austera, que não ostentava, comedida quase como a burguesia. Assim, o monarca associava-se, cada vez mais, à imagem de alguém cujos interesses e gastos direcionavam-se para o patrocínio das artes e das ciências. Mostram um homem de letras, com interesses que o situavam como "civilizado", alguém de seu tempo e não como o representante de uma instituição envelhecida, decadente. [...]

As representações da monarquia eram importantes peças na composição da ideia de que o país passava por um período completamente diferente do anterior. [...]

BASTOS, Mônica Rugai. Retratos do poder imperial no Brasil. **Revista da Faculdade de Comunicação e Marketing da FAAP**, n. 19, p. 47-48, 1º sem. 2008. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_19/monicabastos.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

VOZES DO PASSADO



Fonte: IBGE. **Atlas geográfico escolar**. 7. ed. Rio de Janeiro, 2016. p. 167.

Manifesto das mulheres de Goiana

Queridas Compatriotas [...]

O imperador que soube de tal arte iludir-nos, que chegamos a adorá-lo como Fundador e Defensor da Liberdade [...], traindo nossa confiança [...] tirou finalmente a máscara hipócrita com que se disfarçava e fez ver em toda a claridade que, se nos embalava com a Independência, era para mais facilmente [...] nos escravizar [...]. A dissolução da Augusta Assembleia Nacional à força de artilharia e baionetas, e a prisão do nosso imortal Compatriota o Sr. Barata, são atentados [...] que nenhuma dúvida deixam [...]. Todos os seus atos posteriores o confirmarão, e tendem ao mesmo fim, o de escravizar-nos.

[...] Alguém poderá tachar-nos de nos intrometermos em política, por ser matéria alheia do nosso sexo: a isso responderemos [...] não somos nós mães e esposas? E queremos acaso ser mães e esposas de escravos? [...] As Brasileiras [...] são sensíveis [...] à honra [...] e à glória de concorrerem para a liberdade e salvação da Pátria, pelas quais não duvidam arriscar as próprias vidas, preferindo a morte à escravidão.

Goiana, 10 de fevereiro de 1824.

Ao Patriota Goianense.

Na Tipografia particular do Gabinete Patriótico de Goiana.

Goiana: cidade pertencente a Pernambuco.

Compatriota: termo usado pelos rebeldes de 1824 para se autodenominarem.

BERNARDES, Denis A. de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 153-154.

a) Quem escreveu e a quem se destina o manifesto?

b) De que forma D. Pedro I foi descrito nesse documento de época?

c) Que atos de D. Pedro as autoras do manifesto citam para justificar a descrição que dele fazem?

d) Com base no texto, o que é possível saber sobre a participação das mulheres pernambucanas nas lutas pela independência? Justifique.

e) Com que argumento elas se defendem de possíveis críticas por se intrometerem em política, que, na época, era considerada matéria alheia ao sexo feminino?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é de Maria de Lourdes Viana Lyra, doutora em História pela Universidade de Paris.

A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e manifestações políticas no Brasil imperial

[...]

Em Pernambuco e no contexto revolucionário da "Confederação do Equador", um grupo de mulheres, apresentando-se como integrantes do "Gabinete patriótico de Goiana", enviou um manifesto às "Queridas Compatriotas Cachoeirenses" da Bahia, convocando-as a participarem da luta contra "os ataques da opressão e do despotismo", em reação à "dissolução da Augusta Assembleia Nacional, à força de artilharia e baionetas, e à prisão do nosso imortal compatriota, o Sr. Barata" [...]. Argumentavam elas serem tais fatores tão graves que inflamavam seus ânimos no "santo amor da pátria e da liberdade" [...]. Valorizando as características do gênero feminino e delas se valendo para reivindicar a cidadania e, consequentemente, o direito de participação política, a intervenção dessas pernambucanas revela que a presença da mulher na cena pública ia se fazendo com um discurso cada vez mais vigoroso e objetivo sobre a relevância de sua atuação no campo da luta política em torno da forma de Estado a ser então adotada.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. **Almanack Braziliense**, n. 3, maio 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11637/13406>. Acesso em: 19 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O manifesto foi escrito por mulheres pernambucanas e se destinava a outras mulheres que poderiam partilhar de seus ideais. **Professor**: informar que este manifesto foi endereçado às mulheres da cidade de Cachoeira, na Bahia, que lutaram para libertar sua província do domínio português.

b) Ele foi descrito como traidor, hipócrita, opressor; enfim, de forma depreciativa.

c) Elas justificam a descrição depreciativa que fazem de D. Pedro citando a dissolução da Assembleia Constituinte pela força das armas, em 1823, e a prisão do jornalista liberal Cipriano Barata.

d) Como sugere o texto, as mulheres pernambucanas estavam dispostas a participar efetivamente dessas lutas, mas não apenas por meio de um apoio a seus maridos e/ou filhos. Isso pode ser percebido na frase do manifesto que diz que estão dispostas a "arriscar as próprias vidas, preferindo a morte à escravidão".

e) Elas valorizam seus papéis de mães e esposas, utilizando-os para motivar seu "intrometimento" em política. E afirmam que não querem ser mães ou esposas de escravos. O argumento se constrói, portanto, dando a ideia de que é por serem mulheres, mães e esposas que devem lutar, ou seja, ser mãe e esposa é o que motiva a reivindicação posta no manifesto.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: A EFETIVAÇÃO do papel social, cultural e político da mulher goiana. Disponível em: <http://livro.pro/ttdsu7>. Acesso em: 19 set. 2018.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender à habilidade **EF08HI16** da BNCC, citada a seguir:

– Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

ENCAMINHAMENTO

O estudo do período regencial suscita o trabalho com os conceitos de partido, centralização/descentralização e dominação/resistência.

O trabalho com a Revolução Farroupilha pode servir para articular conteúdos de identidade (o gaúcho), autonomia e resistência, que, no caso, se manifestou como oposição armada aos desmandos políticos praticados a partir da capital do país.

- Explicar que se trata da imagem de um episódio da Revolução Farroupilha, ainda hoje presente no imaginário dos rio-grandenses.
- Comentar com os alunos que, com a renúncia de Dom Pedro I, abriu-se um novo período da história do Brasil conhecido como Regência. Esse período foi marcado por grande instabilidade política e revoltas sociais ocorridas nas províncias.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: A CONSTRUÇÃO de uma identidade visual: o caso do "gaúcho" nas artes plásticas do Rio Grande do Sul, de Pedro Weingärtner a Antonio Caringi. Disponível em: <http://livro.pro/fmaefn>. Acesso em: 19 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- HISTÓRIA do Rio Grande do Sul. Duração: 11min11s. Disponível em: <http://livro.pro/wb6axu>. Acesso em: 19 set. 2018.

O historiador Luiz Cláudio Knierim narra a história do estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO

10 REGÊNCIAS: A UNIDADE AMEAÇADA

Como aurora precursora
Do farol da divindade
Foi o vinte de setembro
O precursor da liberdade
[...]
Mas não basta pra ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo

FONTOURA, Francisco Pinto da. **Hino rio-grandense**. Governo do Estado do Rio Grande Sul. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/simbolos>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ACERVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cavalaria Farroupilha, óleo sobre tela de Guido Mondin feito no século XX.

» Você conhece esses versos?

» Sabia que pertencem ao hino do Rio Grande do Sul?

» O que será que o autor do hino quis dizer com "Foi o vinte de setembro / O precursor da liberdade"?

» Agora observe a imagem. Você conhece esta bandeira? Você já viu esta cavalaria em fotos, filmes ou em alguma minissérie da TV?

» Que relação há entre esta imagem e os versos do hino do Rio Grande do Sul?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A Farroupilha e a identidade gaúcha

Que acontecimento foi este que os versos iniciais do hino rio-grandense evocam de forma tão heroica? Uma guerra contra um império. Uma revolução que proclamou a república no sul do país. Trabalhada e retrabalhada pela memória local, a Revolução Farroupilha forjou, acima de tudo, a identidade gaúcha. Segundo os livros, foi o acontecimento que trouxe o Sul, efetivamente, para a História do país. Foram dez anos de conflito – de 1835 a 1845 –, mas suas origens remontam às primeiras décadas do século XIX, quando se agravaram os desentendimentos entre o poder gaúcho e a Corte. [...]

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 329.

Regências: um período movimentado

O período regencial foi relativamente curto: durou de 1831 a 1840. Apesar disso, foi também um dos períodos mais agitados da nossa história. Naqueles nove anos ocorreram intensas disputas políticas, entre o "**centro**" e as províncias, e revoltas sociais armadas, de norte a sul do país. Esses episódios ameaçaram a unidade nacional e, ao mesmo tempo, foram decisivos na formação do Estado brasileiro.

Centro: expressão usada na época para denominar o governo central sediado no Rio de Janeiro.

História política

Quando D. Pedro I renunciou ao trono, seu filho Pedro de Alcântara tinha apenas 5 anos de idade. Nesse caso, dizia a Constituição, o governo devia ser ocupado por três regentes escolhidos por uma Assembleia Geral formada de deputados e senadores. Mas como esta estava em recesso, os poucos deputados e senadores que se encontravam no Rio de Janeiro elegeram três regentes **provisórios**, que governaram por pouco mais de dois meses.

DIALOGANDO

a) Nesta imagem, Pedro de Alcântara foi representado como uma criança, um adolescente ou um adulto?
b) Quantos anos ele tinha quando seu pai renunciou?

MUSEUS CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO

Retrato do imperador D. Pedro II, produzido no século XIX.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Comentar com os alunos que, com a renúncia de Dom Pedro I, abriu-se um novo período da história do Brasil conhecido como Regência. Esse período foi marcado por grande instabilidade política e revoltas sociais ocorridas nas províncias.
- Mencionar que as lutas políticas contra o autoritarismo de Dom Pedro I uniram grupos de diferentes tendências e interesses e mascararam as divergências entre eles. Depois da abdicação, no entanto, essas divergências voltaram a aparecer e se formaram três grupos políticos. Eles disputavam o poder nas ruas, nos jornais e no Parlamento e tinham interesses, objetivos e líderes próprios.

Dialogando

a) Nesta obra Pedro de Alcântara aparece adolescente.
b) No ano em que seu pai renunciou ele tinha apenas 5 anos e, portanto, não tinha como assumir o governo.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- NO COMPASSO da História. Episódio 5: Segundo Reinado. Duração: 52min37s. Disponível em: <http://livro.pro/xrpg98>. Acesso em: 19 set. 2018.

Documentário sobre o Segundo Reinado: a história do período regencial e suas revoltas.

Texto de apoio

Regências ou o som do silêncio

Dizem que o som do silêncio, às vezes, pode ser ensurdecedor. No período das Regências, que se abria no Brasil com a abdicação de Pedro I em 1831, a história confirma a expressão. O país era grande, e a corte desconhecia as especificidades de suas diferentes regiões, que vistas de longe pareciam quietas, serenas, e davam a impressão de que assim continuariam para sempre. [...]

[...] na época da abdicação de Pedro I, seu filho, o príncipe Pedro, tinha apenas cinco anos e quatro meses, cuidadosamente contabilizados, e a saída foi deixá-lo isolado no Paço de São Cristóvão, junto com suas duas irmãs – Francisca (a mana Chica) e Januária. Era preciso proteger o herdeiro das esperanças nacionais, pois por força da lei o príncipe regente não podia assumir o governo do Estado até completar a maioridade, aos dezoito anos. Abriu-se, então, um vácuo político que liberou a imaginação popular, com graves e importantes resultados. De um lado, o problema prático e burocrático mais imediato foi resolvido a partir de uma sucessão de quatro regências, assumidas por políticos brasileiros: duas compostas de três regentes (as chamadas "regências trinas") e duas de apenas um ("regências unas"). De outro lado, contudo, a questão sucessória incendiou as demais províncias, que agora, sem um rei no poder, passaram a contestar a legitimidade dos novos governantes [...]. E dá-lhe barulho.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 243.

ENCAMINHAMENTO

- Esclarecer que enquanto os moderados, como Antônio Feijó, defendiam a Monarquia e as hierarquias sociais vigentes, ou seja, a ordem estabelecida, os exaltados tinham propostas que, uma vez vitoriosas, alterariam a ordem vigente.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: PERÍODO Regencial. Disponível em: <http://livro.pro/m3x9i4>. Acesso em: 19 set. 2018.

+ATIVIDADES

- Pode-se dizer que a Guarda Nacional foi criada para manter a paz e a segurança de todos os brasileiros? Por quê?

  Não. A Guarda Nacional serviu sobretudo para atender aos interesses dos mais ricos, principalmente dos fazendeiros. Com isso, o governo transferia a particulares o direito de reprimir qualquer manifestação que ameaçasse seu poder e o das elites provinciais.

Texto de apoio

Guarda Nacional

A Guarda Nacional foi criada pela lei de 18 de agosto de 1831. Sua origem foi o "Batalhão Sagrado" ou "Bravos da Pátria", organizado pelo Ministro da Justiça Diogo Feijó. Esta milícia foi formada em função da lei de 5 de junho de 1831 para fazer frente às manifestações de insubordinação das tropas do Rio de Janeiro. Era comandada pelo Major Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, e composta por oficiais do Exército, proprietários de terra e comerciantes.

Uma lei francesa, promulgada também em 1831, inspirou a formação da Guarda Nacional. Enquanto na França a "Garde Nationale" garantiu os interesses da burguesia, no Brasil a Guarda Nacional tornou-se um instrumento mantenedor da ordem escravista e rural. Os liberais moderados a utilizaram para fazer frente à ameaça de uma "anarquia militar", logo após abdicação. Este aspecto fica muito claro no primeiro artigo da lei de sua criação. Por ele, o objetivo da Guarda Nacional era defender a "Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império", além da preservação da "ordem" e da "tranquilidade pública".

Todos os eleitores entre 21 e 60 anos faziam parte, obrigatoriamente, da Guarda Nacional. Os oficiais inferiores, até 1850, eram escolhidos pelos integrantes da corporação. Esses pleitos eram presididos pelos juízes de paz do município. Este aspecto retrata uma faceta descentralizada da instituição. A participação dos chefes políticos municipais – ou "coronéis" – contribuiu para aumentar a sua representatividade e poder, ultrapassando os limites cronológicos do Império. Ao mesmo tempo, os quadros do Exército ficam desfalcados, pois os componentes da Guarda Nacional eram dispensados do serviço militar. A "nação em armas" garantiu os interesses dos moderados no poder e afastou, durante a maior parte do Império, a "anarquia militar". [...]

SANTOS, Ana Maria dos; NEVES, Guilherme Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes; GONÇALVES, Willians da Silva. **História do Brasil**: de terra ignota ao Brasil atual. Rio de Janeiro: Log On, 2002. p. 130-131.

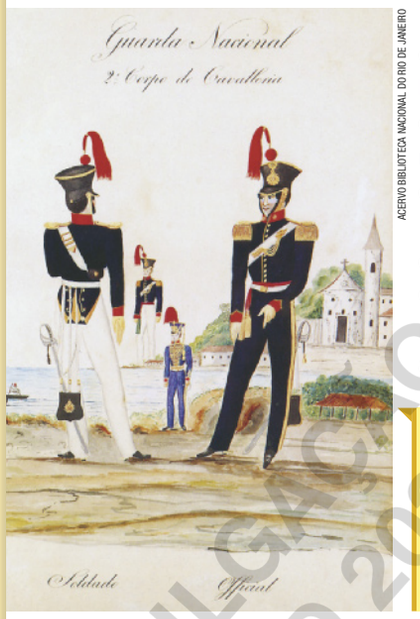
Regência Trina Permanente

Em 1831 ainda, a Assembleia Geral elegeu um militar e dois deputados civis para compor a **Regência Trina Permanente**; o homem mais poderoso dessa regência era o ministro da justiça, o padre paulista Diogo Antônio Feijó. Quando essa regência assumiu o governo, ocorria uma disputa pelo poder no Parlamento, na imprensa e nas ruas entre três grupos políticos. Leia o quadro.

Grupos políticos das Regências

Nome e apelido do grupo político	O que defendiam	Líderes
RESTAURADORES ou caramurus	A volta de D. Pedro I ao poder. Eram contrários a reformas sociais.	Vicente Ferreira de Paula
MODERADOS ou chimangos	A manutenção dos privilégios das elites provinciais e a Monarquia Constitucional.	Padre Diogo Antônio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcelos
EXALTADOS ou farroupilhas	Defendiam o federalismo (a garantia de autonomia política e econômica para as províncias); parte deles era favorável à República.	Cipriano Barata e Borges da Fonseca

Desde o início, o governo formado por moderados usou soldados do Exército para reprimir as manifestações populares. Por vezes, porém, esses soldados, sentindo as dificuldades do povo, juntavam-se a ele contra o governo.



ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Coleção de figurinos executada e oferecida ao imperador D. Pedro II pelo major José Maria da Costa Araújo, para a Guarda Nacional da Corte.

Por não confiar no Exército e disposto a manter a ordem, o governo dos moderados criou, em 1831, a **Guarda Nacional**. Dela só podiam participar cidadãos proprietários com idade entre 21 e 60 anos e renda anual mínima de 200 mil-réis nas quatro maiores cidades e de 100 mil-réis no resto do país.

O governo entregou aos fazendeiros mais ricos a patente de **coronel** da Guarda Nacional, a mais alta de todas elas. Cada fazendeiro-coronel organizava um destacamento em sua região, com homens de sua confiança e com recursos próprios, adquirindo com isso um enorme poder local.

Guarda Nacional: força composta de cidadãos armados e fardados não pertencentes às forças regulares, como, por exemplo, o Exército.

Coronel: título dado aos ricos fazendeiros que chefiavam a Guarda Nacional e tinham grande poder político nas suas localidades.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

O Ato Adicional de 1834

Tanto moderados quanto exaltados concordavam com a necessidade de reformar a Constituição que tinha sido imposta por D. Pedro I. Depois de muito debater a questão no Parlamento, chegaram a um acordo que consistia em conceder uma certa autonomia às províncias e garantir a unidade do Império. Com esse objetivo, o governo regencial aprovou o **Ato Adicional** de 1834, o qual:

- dava maior autonomia às províncias, concedendo a elas o direito a uma Assembleia Legislativa e orçamento próprio;
- extinguia o Conselho de Estado, órgão criado por D. Pedro I e bastante impopular;
- substituía a Regência Trina pela Regência Una; o regente deveria ser escolhido por eleição, o que contentou os liberais;
- transformava o Rio de Janeiro em município neutro, capital do Império.

Com o Ato Adicional, as províncias ganharam o direito de fazer algumas leis e de decidir em que aplicar o dinheiro de parte dos impostos arrecadados.

Ato Adicional: conjunto de leis que modifica a Constituição do Império.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Aspecto dos Arcos da Carioca, hoje conhecidos como Arcos da Lapa, aqueduto na cidade do Rio de Janeiro. Obra de James Storer, 1820.

DIALOGANDO

a) Quais elementos da imagem sugerem o Brasil rural e quais lembram o Brasil urbano?
b) A importância da religião naquela sociedade pode ser comprovada na imagem?
c) As personagens da imagem são um indício de que a sociedade imperial era hierarquizada? Justifique.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que um dos debates que mais empolgou os parlamentares nos anos iniciais da Regência foi a necessidade de reforma na Constituição do Império, considerada tanto pelos moderados quanto pelos exaltados como exageradamente centralizadora. Depois de intensa discussão entre eles, chegou-se a um consenso no Parlamento: aprovou-se o Ato Adicional de 1834.
- Salientar que, com o Ato Adicional de 1834 e a permissão para que as províncias legislassem sobre gastos e impostos locais, os liberais moderados buscavam diminuir a oposição ao seu governo.

Dialogando

a) Rural: carro de bois, feixes de cana transportados por escravizados; urbano: aqueduto e o sobrado no alto e ao fundo.
b) Sim; a igreja construída na parte alta da cidade confirma a importância da religião para aquela sociedade.
c) Sim, pois ela mostra escravizados trabalhando à esquerda e à direita, e membros da elite imperial ao centro.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ATO adicional de 1834. Disponível em: <http://livro.pro/wt4mjc>. Acesso em: 19 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- PUBLICAÇÃO do Ato Adicional. Duração: 7min46s. Disponível em: <http://livro.pro/7j6z8m>. Acesso em: 19 set. 2018.

Vídeo didático explicando o que foi e como foi aplicado o Ato Adicional de 1834.

Texto de apoio

Vitória liberal

[...] No que se refere ao federalismo, a Constituição de 1824 era excessivamente centralizadora para um país tão vasto e com tantos interesses conflitantes. [...]

A Constituição foi reformada em 1834 por um Ato Adicional votado pela reforma constitucional feita durante o Império. O Ato Adicional concedeu às províncias assembleias e orçamentos próprios e deu a seus presidentes poderes de nomeação e transferência de funcionários públicos, mesmo quando pertencentes ao governo geral. O novo sistema só não era plenamente federal porque os presidentes continuavam a ser indicados pelo governo central.

O Ato Adicional também aboliu o Conselho de Estado e retirou da Regência uma das principais atribuições do Poder Moderador, a de dissolver a Câmara. A contrapartida, cedida aos conservadores, foi a manutenção da vitaliciedade do Senado. Por fim, à medida que aproximava o país de uma república, o Ato Adicional decretou a eleição popular de um regente único em substituição à regência trina. [...]

CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 90.

ENCAMINHAMENTO

• Evidenciar que, além de se oporem a Feijó, os deputados da oposição o acusavam de não reprimir com firmeza as revoltas provinciais e de ser **anticelibatário**.

> **Anticelibatário:** contrário a que os padres se mantivessem solteiros. Feijó era de fato favorável ao casamento dos padres, tema que gerou grande polêmica na época e lhe rendeu vários adversários.

• Informar que, em 1837, o deputado e jornalista Evaristo da Veiga, principal aliado de Feijó, faleceu, aumentando ainda mais seu isolamento político.

• Salientar que, sem o apoio da maioria da Câmara e de Evaristo da Veiga, e temendo a desintegração do Império, Feijó renunciou em setembro de 1837.

• Mencionar que Pedro de Araújo Lima, era, além de um político experiente e formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco e politicamente conservador. Ele, que no ano seguinte foi eleito regente com mais de 4 mil votos, também era radicalmente contrário à descentralização política.

• Explicar que os regressistas queriam fortalecer a autoridade central e garantir a unidade do Império e a ordem escravista; o seu principal líder, o deputado por Minas Gerais Bernardo Pereira de Vasconcelos, dizia ser preciso deter o "carro da Revolução" e restabelecer a integridade do Império por meio da submissão dos grupos rebeldes, pela força ou por acordos. Para alcançar seu objetivo, adotaram duas ações: de um lado, promoveram o carisma da Monarquia e, de outro, enviaram forças militares para conter as rebeliões que ocorriam nas províncias.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: LEI de Interpretação do Ato Adicional de 1834. Disponível em: <http://livro.pro/n3cer6>. Acesso em: 19 set. 2018.

Regência Una de Feijó

Com morte de D. Pedro I, em 1834, o grupo dos restauradores se dissolveu; parte de seus membros se retirou da política; a outra parte passou para o grupo dos moderados. Nesse contexto, ocorreram no Brasil, pela primeira vez, eleições para a escolha de um chefe de governo. O padre Feijó venceu por uma diferença pequena de votos.

O regente Feijó era favorável ao casamento dos padres, opinião que gerou grande polêmica na época. Durante seu governo, ele teve de enfrentar duas das maiores rebeliões regenciais: a Cabanagem, no Norte, e a Farroupilha, no Sul. Para isso, precisava de recursos que deviam ser aprovados pela maioria dos deputados na Câmara. Mas a Câmara eleita no ano seguinte era formada, em sua maioria, por deputados da oposição. Sem o apoio na Câmara dos Deputados e sem recursos suficientes para conter as rebeliões provinciais, Feijó renunciou, em 1837.

A Regência de Araújo Lima

Feijó foi sucedido por Pedro de Araújo Lima, que inaugurou o Regresso, um movimento liderado por representantes políticos da cafeicultura do Vale do Paraíba e dos grandes comerciantes na cidade do Rio de Janeiro. Os regressistas queriam garantir a unidade (do Império) e a ordem (escravista), pondo fim ao que eles chamavam de "anarquia" do período regencial. Com esse objetivo, em 1840, a regência de Araújo Lima aprovou a Lei Interpretativa do Ato Adicional, que retirava a autonomia das províncias e dava ao governo central um maior poder.

STEFAN HESSTYBA

Na Regência Araújo Lima, deu-se a fundação do Instituto Histórico Geográfico, que em seus primeiros anos funcionou neste edifício do Paço Imperial, ao centro da imagem. Centro do Rio de Janeiro (RJ), 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• REGÊNCIA de Feijó e suas consequências. Duração: 9min26s. Disponível em: <http://livro.pro/nendqk>. Acesso em: 19 set. 2018.

Vídeo sobre o governo do padre Feijó e as forças políticas atuantes no Brasil da época.

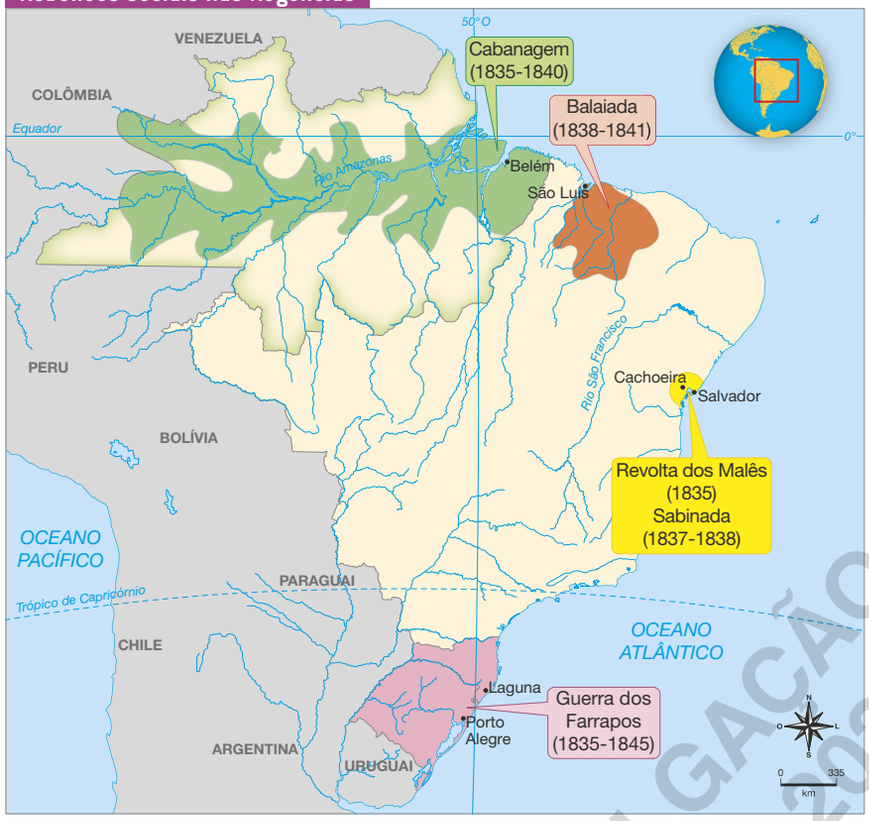
• O REGRESSO (1837). Duração: 9min20s. Disponível em: <http://livro.pro/kpmggq>. Acesso em: 19 set. 2018.

Vídeo sobre o regresso conservador.

As rebeliões regenciais

No período regencial ocorreram agitações de rua, revoltas escravas e rebeliões republicanas. Essas manifestações nas províncias do Império estavam relacionadas ao alto custo de vida nas cidades brasileiras, ao escravismo e ao autoritarismo dos regentes. Dispostos a mudar essa situação, pobres e ricos, peões e fazendeiros, indígenas, mestiços, negros e brancos se uniram para combater o governo central, com sede no Rio de Janeiro. Mas, enquanto as elites provinciais lutavam pela autonomia das províncias, os oprimidos batalhavam por liberdade e uma vida melhor. As principais rebeliões desse período foram a Cabanagem, a Guerra dos Farrapos, a Revolta dos Malês, a Sabinada e a Balaiada. Observe o mapa.

Rebeliões sociais nas Regências



Fonte: ISTOÉ Brasil 500 anos: atlas histórico. São Paulo: Três, 1998. p. 57.

ENCAMINHAMENTO

- Explorar o mapa das revoltas regenciais e levantar a seguinte questão: Por que será que as províncias onde ocorreram as rebeliões mais duradouras eram distantes do Rio de Janeiro, sede do governo regencial?
- Refletir sobre o que dizem duas historiadoras:

> Não há como analisar o período das Regências sem lembrar o conjunto das revoltas que eclodiram no país. Por muito tempo conhecidas como "nativistas" – pois consideradas apenas motins políticos localizados e sem maiores questionamentos –, elas têm hoje sido entendidas de outra perspectiva, como uma expressão mais radical do embate político travado entre dois grupos que defendiam ora a unidade nacional ora o federalismo. [...]
>
> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 250.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: MOVIMENTOS sociais do século XIX: história e historiografia. Disponível em: <http://livro.pro/ahnh3j>. Acesso em: 19 set. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Rebeliões regenciais

As revoltas do período regencial não se enquadram em uma moldura única. Tinham a ver com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas da organização política. Mas cada uma delas resultou de realidades específicas, provinciais ou locais. Muitas rebeliões, sobretudo até meados da década de 1830, ocorreram nas capitais mais importantes, tendo como protagonistas a tropa e o povo. No Rio de Janeiro, houve cinco levantes entre 1831 e 1832. Em 1832, a situação se tornou tão séria que o Conselho de Estado foi consultado sobre que medidas se deveria tomar para salvar o imperador menino caso a anarquia se instalasse na cidade e as províncias do Norte se separassem das do Sul. [...]

Quando se sabe que muitas das antigas queixas das províncias se voltavam contra a centralização monárquica, pode parecer estranho o surgimento de tantas revoltas nesse período. Afinal de contas, a Regência procurava dar alguma autonomia às Assembleias Provinciais e organizar a distribuição de rendas entre o governo central e as províncias. Ocorre porém que, agindo nesse sentido, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que bem ou mal tivera enquanto um imperador esteve no trono. Algumas indicações equivocadas para presidente de província fizeram o resto. [...]

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 88-89.

ENCAMINHAMENTO

- Lembrar que os trabalhadores da região eram, em sua maioria, muito pobres, viviam em cabanas e trabalhavam para os fazendeiros ou para os comerciantes portugueses e ingleses, que controlavam o comércio na região. Boa parte desses comerciantes residia em Belém, onde era forte o antilusitanismo e o sentimento de revolta contra as condições de trabalho e o alto custo de vida.
- Informar que os fazendeiros também estavam insatisfeitos por dois motivos: o presidente da província, nomeado pelo governo central, era quase sempre favorável aos portugueses e, além disso, não se importava com os problemas da população.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: CABANAGEM. Disponível em: <http://livro.pro/4qeeh9>. Acesso em: 19 set. 2018.

Texto de apoio

A Cabanagem

[...]

Os estudos sobre a Cabanagem alternam silêncios e inquietações quanto à participação feminina no movimento, quase deixada de fora da história. Em alguns documentos, porém, elas são citadas. É o caso de um ofício de agosto de 1836 escrito por José Francino Alves, comandante militar da freguesia de Igarapé-Mirim. No documento ele informa ao presidente da província, Francisco José Soares de Andréa, que prendeu cinco cabanos ao longo do rio Meroê, e diz que durante a caçada aos rebeldes pela mata, pelos campos e rios encontraram "algumas mulheres ocupadas em fabricar pequenas porções de farinha" – supondo que fosse "para fornecer a alguns malvados, que por ali ainda vagueiam escondidos".

Em outro ponto do Pará, na Vila de Melgaço, ilha de Marajó, o comandante expôs ao presidente da província, desta vez Bernardo de Sousa Franco, as dificuldades enfrentadas para limpar a vila e seu entorno, infestado de cabanos. No ofício, de 1839, ele destaca a rede de comunicação criada pelos rebeldes, com práticas de informação e contrainformação. Segundo ele, as mulheres tinham importante participação nessas táticas, anunciando quando as expedições legalistas estavam a caminho.

Muitas esposas acompanharam seus maridos cabanos. Famílias inteiras embrenharam-se na floresta, nos rios e igarapés. [...]

[...]

No *front* direto das batalhas, em meio aos confrontos armados, havia mulheres. A incursão das tropas legalistas pelas matas da localidade de Jaguaracy, em julho de 1836, encontrou número significativo de cabanos. A luta sangrenta deixou dois soldados feridos, dois cabanos mortos e "uma cabana ferida". Elas acobertavam cabanos e escondiam armas em suas casas, contribuindo para as investidas e as estratégias do levante. [...]

FERREIRA, Eliana Ramos. Guerreiras da Amazônia. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 10, n. 117, jun. 2015. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160418220202/http://rhbn.com.br/secao/capa/guerreiras-da-amazonia>. Acesso em: 19 set. 2018.

Cabanagem (1835-1840): Grão-Pará

Em 1835, quando se iniciou a Cabanagem, a província do Grão-Pará abrangia terras dos atuais estados do Pará, Amapá, Rondônia, Roraima e Amazonas. A população do Grão-Pará era de cerca de 120 mil habitantes assim distribuídos:

População do Grão-Pará (1835)	
Índios	33 000
Negros	30 000
Mestiços	42 000
Brancos	15 000
Total	120 000

Fonte: FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O período regencial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 55. (Princípios).

Os habitantes do Grão-Pará eram em sua maioria muito pobres: viviam da pesca, da exploração de madeira, castanha-do-pará, cacau, baunilha e ervas medicinais; trabalhavam no regime de escravidão ou por baixíssimos salários; moravam em cabanas erguidas sobre estacas às margens dos rios; por isso eram chamados de cabanos.

A imagem é uma foto atual da cidade de Belém (PA). Em primeiro plano, vemos palafitas semelhantes às da maioria da população do Grão-Pará no passado. Ao fundo, grandes prédios. Fotografia de 2012.

FERNANDO ARAÚJO/FUTURA PRESS

Os cabanos queriam terras para plantar e o fim da escravidão; já os fazendeiros queriam escolher o presidente de província, que, na época, era imposto pelo governo central. Então, ricos e pobres do Grão-Pará ocuparam Belém, a capital da província, e colocaram no poder o fazendeiro Félix Clemente Malcher. Mas tanto este líder cabano quanto o que o sucedeu traíram a Cabanagem. Os cabanos continuaram lutando, então, sob a liderança de Eduardo Angelim e reconquistaram Belém, onde proclamaram uma República em agosto de 1835.

O governo central não aceitou a República dos Cabanos e, em maio de 1836, enviou ao Grão-Pará uma poderosa força militar apoiada por navios e mercenários estrangeiros. Os cabanos resistiram até 1840, mas não conseguiram impedir a tomada de Belém pelas forças imperiais, que eram mais numerosas e mais bem armadas. A repressão à Cabanagem foi brutal; estima-se que as forças do governo mataram cerca de 40% da população do Grão-Pará.

Os cabanos conquistaram o poder, mas não conseguiram conservá-lo. Entre as principais razões da derrota da Cabanagem, podemos citar:

- as divergências entre seus líderes;
- a superioridade bélica das tropas do Império que reprimiram a Cabanagem.

GETÚLIO DELPHIM

O nome verdadeiro de Eduardo Angelim era Eduardo Francisco Nogueira. Ele era cearense e tinha 21 anos de idade quando foi presidente da província do Grão-Pará por cerca de 9 meses. Como presidente, proibiu atos de violência contra os civis e conseguiu um grande apoio popular. Seu desempenho na Cabanagem lhe valeu o apelido de Angelim, nome de uma madeira muito resistente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A HISTÓRIA da Cabanagem no Pará: período de 1835 a 1840. Duração: 9min9s. Disponível em: <http://livro.pro/zq3vgn>. Acesso em: 19 set. 2018.

Documentário sobre a Cabanagem no estado do Pará, de 1835 a 1840.

- A CABANAGEM. Duração: 24min35s. Disponível em: <http://livro.pro/jys8h2>. Acesso em: 19 set. 2018.

Documentário do canal Oficina da História que apresenta as dificuldades enfrentadas pela Regência, com destaque para a Cabanagem.

- A REVOLTA dos Cabanos: os três governos cabanos. Duração: 26min8s. Disponível em: <http://livro.pro/7m2pbk>. Acesso em: 19 set. 2018.

O vídeo mostra a sucessão de acontecimentos e governos cabanos no Pará em um período de caos, culminando na propagação da Cabanagem pelo Grão-Pará.

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que, em 1835, homens ricos e influentes, aliados aos cabanos, invadiram o Palácio do Governo, em Belém, e entregaram a chefia do primeiro governo cabano ao fazendeiro Félix Malcher. Iniciava-se assim a **Cabanagem**.
- Comentar que Malcher traiu o movimento e prometeu fidelidade ao futuro imperador. Diante disso, outro líder da revolta, Francisco Vinagre, venceu Malcher pelas armas e assumiu o segundo governo cabano.
- Salientar que Vinagre, no entanto, acabou fazendo o mesmo que Malcher e entregou o governo da província à autoridade enviada pelo governo regencial sediado no Rio de Janeiro. Mas os cabanos continuaram resistindo no interior. Sob a liderança de Eduardo Angelim, penetraram a região pelos rios, aliciaram ribeirinhos e, fortalecidos, retomaram Belém.
- Evidenciar que o governo do padre Feijó, por sua vez, enviou ao Grão-Pará, em 1836, uma esquadra comandada pelo brigadeiro Soares de Andréa, que retomou a cidade de Belém, mandou prender e fuzilar cabanos sem julgamento prévio.
- Informar que cerca de 30 mil pessoas (40% da população da província) foram mortas. Os últimos grupos se renderam somente em 1840. Os cabanos chegaram ao poder, mas não conseguiram conservá-lo: as divergências entre seus líderes, a falta de um programa de governo, a inferioridade bélica e uma epidemia de varíola foram alguns dos motivos de sua derrota.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: PRESENÇAS indígenas na Cabanagem. Disponível em: <http://livro.pro/zzz5p4>; e CONHEÇA o registro histórico da Revolução da Cabanagem no Pará. Disponível em: <http://livro.pro/7yr6mz>. Acessos em: 19 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que a população da província de São Pedro do Rio Grande era de cerca de 150 mil pessoas, das quais somente 10% viviam em Porto Alegre, sua capital.
- Evidenciar que estancieiros e charqueadores lideravam aquela sociedade militarizada que se formou durante os constantes conflitos com os castelhanos nas terras ou nas fronteiras do Rio Grande do Sul. O charque, o gado, bem como outros produtos gaúchos, como couro, sebo e graxa, eram vendidos a outras províncias brasileiras do Centro-Sul e do Nordeste. Ou seja, a produção gaúcha destinava-se sobretudo ao mercado interno.
- Destacar que, além dos impostos pagos sobre a entrada de seus produtos nas outras províncias brasileiras, o sal que os rio-grandenses importavam para fazer seu charque era também sobretaxado, levando-os a se sentirem duplamente prejudicados.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: REVOLUÇÃO Farroupilha 1835 a 1845: decênio Heroico. Disponível em: <http://livro.pro/wfw5ws>. Acesso em: 19 set. 2018.

Texto de apoio

Guerra dos Farrapos: República e Federalismo

[...] A ruptura de 1835 se relacionava com as ações das autoridades centrais na província contra os comandantes da fronteira, envolvidos nas tropelias com os orientais. [...] Bento Gonçalves enfrentara as pressões do presidente da província e o comandante de armas, respondera a inquérito no Rio de Janeiro, desafiara o novo presidente da província e o comandante das armas, respondera a inquérito no Rio de Janeiro, desafiara o novo presidente [...] e o derrubara do posto na tomada de Porto Alegre em 20 de setembro. A Regência nomeou um outro, José Araújo Ribeiro, que optou pelo enfrentamento aos dissidentes, atraindo para seu lado o comandante rebelde Bento Manoel Ribeiro, seu parente. Ao longo de 1836, a ruptura definitiva com os liberais desencadeou a guerra, acirrada pela prisão e deportação de Bento Gonçalves; no dia 11 de setembro, a vitória nos campos de batalha do Seival propiciou a Antônio de Souza Neto a proclamação da República Rio-Grandense. [...]

Uma das demandas dos farroupilhas ao Império era protecionismo para os seus produtos; além disso, havia uma crônica dependência dos criadores em relação aos charqueadores e comerciantes dos centros urbanos do litoral, por onde escoava a produção. A alternativa para estas crises de mercado sempre fora o contrabando para a Banda Oriental. Agora, na tentativa de construir a República, o mercado uruguaio era a alternativa mais promissora; a diferença estava em que os farroupilhas, nas complicadas negociações com os comerciantes e autoridades orientais, tentariam fugir aos tributos cobrados sobre suas reses e couros, ao mesmo tempo que buscavam proteger produções suas que enfrentassem concorrência desvantajosa com similares de além-fronteira. [...]

DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 231-233.

Guerra dos Farrapos (1835-1845): Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Na época, a base da economia da província de São Pedro do Rio Grande, atual Rio Grande do Sul, era a criação de gado e a produção de couro, sebo, graxa e charque (carne salgada). Esses produtos gaúchos eram vendidos principalmente para outras províncias brasileiras, ou seja, destinavam-se sobretudo ao **mercado interno**. Os fazendeiros gaúchos reclamavam dos altos impostos cobrados pela entrada de seus produtos nas outras províncias brasileiras e também da concorrência "desleal" dos charques uruguaio e argentino. É que o charque desses países pagava um imposto baixo nos portos brasileiros e podia ser vendido no Brasil a um preço menor do que o do gaúcho. Outra reclamação dos rio-grandenses era que os presidentes de província nomeados pelo governo central não atendiam a seus interesses. Por isso, os gaúchos diziam não suportar mais a "opressão da Corte sobre o Rio Grande do Sul" e não queriam mais ser governados por homens enviados do Rio de Janeiro.

Em 20 de setembro de 1835, rio-grandenses, conhecidos como **farroupilhas**, revoltaram-se contra o governo e, comandados por Bento Gonçalves, conquistaram Porto Alegre, obrigando o presidente da província a fugir. No ano seguinte, os farroupilhas proclamaram a **República Rio-Grandense**, com sede na vila de Piratini.

Farroupilha: antes se acreditava que o termo "farroupilha" devia-se ao fato de os soldados rebeldes serem pobres e malvestidos (esfarrapados). Hoje, porém, acredita-se que o nome farroupilha deriva de um grupo político republicano estabelecido na época no Rio de Janeiro.

MUSEUS CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO

Detalhe da obra **Charqueada do Brasil**, de Jean-Baptiste Debret, 1827, mostrando o trabalho em uma charqueada.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Em 1839, liderados pelo general Davi Canabarro e pelo revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, os farroupilhas conquistaram Laguna, em Santa Catarina, e lá, com a ajuda dos lagunenses, proclamaram a **República Juliana**. Garibaldi usou uma tática interessante para surpreender as forças do governo. Como os portos rio-grandenses estavam ocupados por navios do Império, ele e seus soldados construíram e transportaram seus navios por terra sobre carretas tocadas por bois, desde Porto Alegre até Laguna, em Santa Catarina. Com isso, os farroupilhas surpreenderam e venceram as forças do governo estacionadas no litoral catarinense.

Em 1842, o Império enviou para o Sul 12 mil soldados comandados por Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, a fim de combater os farroupilhas; as lutas se prolongaram por três anos. Diante disso, Caxias teve de negociar com os rebeldes e, em 1845, as partes assinaram o Tratado de Ponche Verde, que pôs fim à guerra e é conhecido como "paz honrosa" (1845).

Por esse acordo: a) os rio-grandenses podiam escolher o presidente da província; b) o charque estrangeiro passava a pagar 25% a mais de impostos nos portos brasileiros; c) os comandantes farroupilhas passavam para o Exército brasileiro com os mesmos postos que ocupavam nas tropas rebeldes; d) o governo libertava os escravos que lutaram nas tropas farroupilhas; em troca dessas vantagens, os rebeldes mantiveram o Sul integrado ao Império.

DIALOGANDO

Você considerou o acordo vantajoso para os farroupilhas? Por quê?

Comemoração da Semana Farroupilha em Porto Alegre (RS), 2016.

ITAMAR AGUIAR/AGÊNCIA FREELANCER/FOLHAPRESS

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Reforçar que os farroupilhas invadiram Santa Catarina e, em 24 de julho de 1839, em Laguna, Garibaldi e Davi Canabarro fundaram a **República Juliana**. Pesquisas recentes indicam que a população de Laguna, em Santa Catarina, colaborou com os rebeldes fornecendo-lhes suporte e participando efetivamente da luta.

Dialogando

Sim, pois atendia às suas principais exigências.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- MUSEU Farroupilha de Piratini-RS. Duração: 9min7s. Disponível em: <http://livro.pro/7m7ebc>. Acesso em: 19 set. 2018.

Reportagem conta a história da Revolução Farroupilha através do acervo deste período encontrado no Museu Farroupilha.

- CECÍLIA e a Guerra dos Farrapos. Duração: 11min9s. Disponível em: <http://livro.pro/i3fnxz>. Acesso em: 19 set. 2018.

Vídeo pedagógico em que uma avó ensina a sua neta sobre a Guerra dos Farrapos.

Texto de apoio

A "paz honrosa"

[...] A partir de 1840, pacificadas as demais rebeliões regenciais, o Império brasileiro pôde concentrar as suas forças no sul, para o combate aos farroupilhas. Todavia, ainda se passariam cinco anos para que a guerra acabasse, pois os contendores não se acertavam com relação às condições de paz. Assim, os combates se sucediam em meio a cisões entre os chefes farroupilhas e frustradas negociações de paz. A paz viria finalmente pela ação do Barão de Caxias, que já tinha a alcunha de "Pacificador" pelas suas habilidades na negociação de conflitos. Nomeado presidente da província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), ele começou a articular a paz com o chefe farroupilha Davi Canabarro.

O conflito finalmente se encerrou em 28 de fevereiro de 1845, com a assinatura da Paz de Ponche Verde, na localidade de Dom Pedrito. Foi o que se chamou de "paz honrosa". Os farrapos viram atendidas, pelas suas cláusulas, uma série de antigas reivindicações, como a faculdade de escolher o presidente de província que quisessem. A dívida contraída com capitalistas da praça, mesmo de Montevidéu, pelo governo republicano seria paga pelo Império [...]. Além disso, ao proclamarem a república sem se separar do Brasil, os gaúchos mostravam que eram brasileiros por vontade própria. Forjava-se, assim, a identidade nacional. [...]

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 333.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Resposta pessoal.

b) Porque Anita ajudou Garibaldi, o herói dos dois mundos, nas lutas pela unificação italiana. **Professor**: comentar que a escultura sugere a presença de Anita no imaginário social italiano. E que, nas cidades brasileiras, há inúmeras esculturas e nomes de ruas e praças em homenagem a ela.

c) Resposta pessoal. **Professor**: o objetivo aqui é lembrar a importância da participação das mulheres na História, no passado e no presente.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- ANITA Garibaldi: amores e guerras. Duração: 52min43s. Disponível em: <http://livro.pro/vx7es6>. Acesso em: 19 set. 2018.

Documentário biográfico sobre Anita Garibaldi: sua importância histórica, sua personalidade revolucionária.

- ANITA Garibaldi em Roma: 1932. Duração: 3min38s. Disponível em: <http://livro.pro/sa69i8>. Acesso em: 19 set. 2018.

Inauguração do monumento de Anita Garibaldi em Roma em 1932.

Texto de apoio

História e memória

O primeiro monumento a Anita Garibaldi erguido em Santa Catarina está em Florianópolis, na Praça Getúlio Vargas, em área central e nobre da cidade. A herma de bronze, como é tecnicamente chamada, foi feita em dezembro de 1919 pelo escultor Antonino Pinto de Mattos e inaugurada em janeiro do ano seguinte. A iniciativa resultou dos esforços do fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Além de ser a primeira em Santa Catarina, a herma de Anita é a quarta homenagem com monumento que ela ganha no Brasil.

[...]

Ana Maria Ribeiro da Silva (1821-1849) nasce na cidade de Laguna, atual Morrinhos, apaixona-se pelo italiano Giuseppe Garibaldi, que lutava na Revolta dos Farrapos e passa a acompanhá-lo, participando de várias batalhas. Em 1839 é capturada durante a Batalha de Curitibanos, mas consegue fugir a nado pelo Rio Canoas, para se encontrar com Garibaldi em Vacaria. Dois anos mais tarde vai para o Uruguai, onde integra a defesa de Montevidéu contra o ex-presidente Oribe. No ano seguinte se casa com Garibaldi e parte para a Itália. Segue lutando ao lado dele na unificação do país, dando provas de grande bravura, em episódios como a Batalha do Gianicolo. Com a derrota de Garibaldi, os dois são forçados a fugir de Roma, vestidos como soldados. Na viagem para a Suíça, Anita adoece e morre perto de Ravena.

IBGE. **Catálogo**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441164&view=detalhes>. Acesso em: 19 set. 2018.

PARA REFLETIR

Anita Garibaldi

De origem humilde, Anita nasceu em 1821, em Morrinhos, perto de Laguna, Santa Catarina. Com 15 anos, quando exercia a profissão de costureira, casou-se e viveu com seu marido até conhecer o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, por quem se apaixonou imediatamente. Fugiu de casa para viver e lutar ao lado de Garibaldi. Na época, ele estava refugiado no Brasil e lutava ao lado dos farroupilhas. No Brasil, Anita lutou pela república e, na Itália, pela unificação do país. Criou-se uma verdadeira lenda em torno de seu nome. Há quem a considere a "**Joana d'Arc** brasileira".

Joana d'Arc (1412?-1431): heroína francesa da Guerra dos Cem Anos, que comandou um exército contra os invasores ingleses. Foi morta na fogueira.

LEEMAGE/UIG/GETTY IMAGES

Retrato de Anita Garibaldi (1821-1849). Roma, 1849.

CSP_FRANKIX/FOTOSEARCH/EASYPIX BRASIL

Monumento a Anita Garibaldi em Roma, Itália.

a) O que chama sua atenção na foto à esquerda?

b) A imagem à direita é de uma estátua de Anita situada em Roma. Por que os italianos resolveram homenageá-la?

c) Você seria capaz de citar o nome de uma mulher que participou ou participa ativamente da história de seu estado?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

PARA SABER MAIS

O texto a seguir foi escrito especialmente para a obra pelos professores Daniel da Silva Assum e Udo Ingo Kunert. Leia-o com atenção.

Legado indígena no Rio Grande do Sul

A história do Rio Grande do Sul foi construída a muitas mãos. Ao longo de centenas de anos, nas terras do sul do Brasil, indígenas, portugueses, espanhóis, africanos, alemães, italianos, entre outros promoveram intensas trocas culturais entre si.

Até o século XV, o território rio-grandense era ocupado exclusivamente por indígenas: no sul, os charruas; no norte, os jês; e, no centro, os guaranis, vindos da região amazônica em busca de sua lendária "terra sem males". Alguns hábitos, como o de beber o **chimarrão** e o de usar o "tchê" como pronome de referência, considerados como típicos dos rio-grandenses, são herança desses grupos indígenas. A palavra "tchê" ou "chê" pode ser traduzida por "meu" ou "minha" na língua portuguesa. Por exemplo: "Che reii" quer dizer "minha família"; "Che tuti" significa "meu tio paterno".

Chimarrão: infusão de erva-mate, com água fervente e sem açúcar, servida em uma cuia de porongo (cabaça) com bomba (canudo) geralmente de metal.

Outra expressão interessante muito usada pelos rio-grandenses é "chê piá", que quer dizer "meu coração". No Sul, "piá" e "guri" são formas carinhosas de se referir a meninos e meninas. Quando alguém chama um menino de "piá" ou "guri", na verdade está querendo dizer "meu querido menino", termo amoroso dos guaranis que foi incorporado ao português falado hoje no Rio Grande do Sul.

FERNANDO BUENO/TYBA

Gaúcho com vestimenta típica e cuia usada para se beber o chimarrão.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: RS ÍNDIO. Disponível em: <http://livro.pro/9z6q34>. Acesso em: 19 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- RIO Grande do Sul: terra de índio. Duração: 25min11s. Disponível em: <http://livro.pro/93fp9x>. Acesso em: 19 set. 2018.

Documentário sobre a História Indígena no território onde hoje é o Rio Grande do Sul, que apresenta entrevistas com Eduardo Neumann, professor do Departamento de História UFRGS, e José Cirilo Morinico, cacique Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A influência indígena na cultura gaúcha

[...]

Os primeiros habitantes da região onde hoje pertence ao Estado do Rio Grande do Sul eram caçadores e provavelmente teriam chegado por volta de 11 mil anos. [...]

Os guaranis [...] dominavam quase todo o território sul-rio-grandense. [...]

Quando os primeiros europeus aportaram nesta terra [...] encontraram [...] remanescentes dos primeiros habitantes, como os charruas e os minuanos [...].

[...]

Foram os índios guaranis que introduziram a horticultura no Rio Grande do Sul. Os guaranis legaram o milho, os feijões, a mandioca, a abóbora, a pimenta, o algodão, a batata-doce, o amendoim, a moranga, o chimarrão e o fumo. Eles usavam arco e flechas, a lança, o tacape e machados de pedra polidos. [...] Acreditavam no curupira, no caipora e na Iara. A cultura gaúcha herdou dos guaranis a lenda do boitatá, o pala, a erva-mate e a cultura do fumo, que eles utilizavam em rituais religiosos.

A INFLUÊNCIA indígena na cultura gaúcha. Disponível em: <http://25rt.com.br/a-influencia-indigena-na-cultura-gaucha/>. Acesso em: 19 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Mencionar que Salvador, em 1835, possuía cerca de 65 mil habitantes. Essas pessoas tinham entre si diferenças profundas na maneira de trabalhar, tirar folga e orar. A origem, a condição social e a cor da pele eram outras diferenças importantes para compreendermos por que, na Bahia do século XIX, uma maioria de negros e mestiços era oprimida por uma minoria de brancos.

• Ressaltar que escravizados ou libertos, os africanos eram as maiores vítimas dessa opressão. Muitos resistiam a isso organizando comunidades em terreiros para cultuar os orixás, os voduns ou os espíritos ancestrais. Outros aderiram ao catolicismo e o praticavam à sua maneira. Outros ainda optaram pelo chamado **culto malê**, que vinha se tornando popular na capital baiana.

• Explicar que o culto malê era uma combinação de elementos das religiões africanas e dos princípios muçulmanos contidos no Corão (o livro sagrado dos muçulmanos). Os malês não comiam carne de porco, jejuavam às sextas-feiras e, uma vez por ano, faziam uma dieta especial à base de inhame, língua de vaca, arroz, leite e mel. O tempo de duração desse sacrifício é conhecido como Ramadã (mês do jejum muçulmano).

• Evidenciar que os negros, escravizados ou livres, eram explorados no trabalho, desprezados por sua cor e perseguidos por causa de suas religiões. Todos entraram no Brasil como cativos e tinham motivos de sobra para deixar de lado diferenças de origem e religião e lutar contra seus opressores.

• Comentar que, no dia 25 de janeiro de 1835, um domingo, dia de homenagem a Nossa Senhora da Guia, os negros enfrentaram soldados armados com garruchas, que fugiam do corpo a corpo, atirando neles de dentro do quartel.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: A REVOLTA dos Malês em 1853: João José Reis. Disponível em: <http://livro.pro/dkdesv>. Acesso em: 19 set. 2018.

Revolta dos Malês (1835): Bahia

Em Salvador, na Bahia, em 25 de janeiro de 1835, explodiu a mais importante revolta escrava já ocorrida numa cidade brasileira. Na época, essa revolta foi chamada de Insurreição Nagô, pois quase 70% dos rebeldes eram de etnia nagô, nome dado aos **iorubás** na Bahia. Depois, ficou conhecida como Revolta dos Malês, porque seus principais líderes – **Pacífico Licutan**, Ahuna, Manoel Calafate – seguiam o culto malê, uma religião mista, composta de elementos africanos e muçulmanos contidos no Corão (o livro sagrado dos muçulmanos). Mas nem todos os rebeldes eram malês; muitos praticavam outras religiões e só participaram da revolta movidos pela esperança de uma vida melhor. Os afrodescendentes, escravos ou libertos, eram explorados no trabalho, desprezados por sua cor e perseguidos por causa de suas religiões. Todos entraram no Brasil como escravos. Tinham motivos de sobra para deixar de lado diferenças de origem e de religião e lutar contra seus opressores.

Iorubá: "povo da África ocidental. Os Iorubás, que constituem um dos três maiores grupos étnicos da República da Nigéria, vivem no Oeste do país, onde se espraiam para dentro do território da República do Benin até o Togo, e, no Sudoeste, até a cidade de Lagos." LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da Diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 344.

Pacífico Licutan: esse articulador da revolta era alufá, mestre do culto malê.

Abadá: camisolão folgado e comprido usado pelos nagôs.

COLEÇÃO PARTICULAR

Os rebeldes lutaram durante a madrugada toda daquele 25 de janeiro de 1835 para conquistar o governo da Bahia e pôr fim à exploração e ao racismo. Com espadas, facas e lanças, enfrentaram soldados do governo armados com pistolas e garruchas. E, como era de se esperar, foram vencidos.

A polícia baiana considerou criminoso todo e qualquer objeto encontrado com os rebeldes. Entre eles estavam **abadás**, escritos religiosos dos malês, amuletos, atabaques, colares de búzios, entre outros.

Entre os africanos trazidos para o Brasil havia líderes religiosos, políticos e militares, e até mesmo reis, a exemplo do rei Gezo, que se vê na imagem, à frente.

Dica! Vídeo sobre a matriz afro na formação da cidade de Salvador. Duração: 23 minutos. Disponível em: <http://livro.pro/n247fi>. Acesso em: 31 ago. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• REVOLTA dos Malês 180 anos. Duração: 8min44s. Disponível em: <http://livro.pro/hk7oy3>. Acesso em: 19 set. 2018.

Vídeo produzido pelo Centro de Memória da Bahia sobre a Revolta dos Malês.

• A REVOLTA dos Malês. Duração: 22min6s. Disponível em: <http://livro.pro/crxizt>. Acesso em: 19 set. 2018.

Episódio da série Cantinho da História que aborda a Revolta dos Malês.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Sufocada a rebelião, os vencedores se lançaram à vingança. Em março de 1835, centenas de africanos libertos foram mandados de volta para a África. A maioria voltou para os lugares de origem, como Lagos, na Nigéria, e Daomé (atual Benim). Esses homens haviam trabalhado muitos anos para conseguir a carta de alforria. Agora, mesmo os considerados inocentes eram expulsos da Bahia. O objetivo das autoridades, segundo o historiador João José Reis, era o branqueamento da sociedade livre baiana. Muitos dos retornados levaram para a África costumes adquiridos no Brasil.

Dica! Vídeo produzido pelo Centro de Memória da Bahia sobre a Revolta dos Malês. Duração: 9 min. Disponível em: <http://livro.pro/hk7oy3>. Acesso em: 31 ago. 2018.

RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Em primeiro plano, Auguste Amaral, presidente da Associação dos Retornados Brasileiros, assiste à missa de Nosso Senhor do Bonfim na Igreja de São Francisco Xavier, em Porto Novo, Benim, 2011.

DIALOGANDO

Essa foto foi tirada em Porto Novo, no Benim, África. Observe-a com atenção.

a) Em que ambiente essas pessoas estão?
b) O que estão fazendo?
c) Na faixa desse senhor que aparece em destaque está escrito Nosso Senhor do Bonfim; como explicar o culto a esse santo (padroeiro da Bahia) em plena África?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que cerca de 50 africanos morreram durante os combates e muitos outros ficaram feridos, vindo a falecer posteriormente.
- Salientar que tribunal que julgou os rebeldes procurou provar a superioridade dos brancos sobre os negros, dos homens de posses sobre os escravos, da religião católica sobre as outras.

Dialogando

a) Eles estão na Igreja de São Francisco Xavier.
b) Estão assistindo a uma missa.
c) Os africanos expulsos da Bahia após a revolta de 1835 e seus descendentes formaram uma comunidade em Porto Novo, capital do Benim. E lá preservam muito da cultura e religião que seus ancestrais levaram da Bahia quando de lá retornaram.

Texto de apoio

[...] Depois do levante, as autoridades baianas se concentraram durante muitas semanas e até meses na tarefa de revirar a vida da comunidade africana de Salvador. [...] Acabar com a africanidade baiana – não se pode ver de outra forma a criminalização de qualquer objeto da África e de modos de vida africanos encontrados nas casas vasculhadas pela polícia em 1835. Pois, no calor do revide dos rebeldes, não seriam só os abadás, tessubás e patuás que se tomavam como prova de rebeldia. Naqueles dias, também nocivos à ordem social eram os instrumentos musicais, os colares, as estatuetas, os panos da costa africanos descobertos. A doutrina da intolerância antiafricana, que chamei de "linha conde da Ponte", tomou conta da província em 1835.

As reformas do Judiciário brasileiro inauguradas na década de 1830 foram detidamente testadas na repressão aos rebeldes e na definição, ou reiteração, de normas de comportamento e pensamento para os africanos que viviam na Bahia. O cônsul francês ficou intrigado que tanto trabalho e protocolo fossem empregados para julgar negros sem nenhum direito constitucional. A razão dada a Marcescheau pelo presidente foi a de que a Lei de Instrução Criminal, ao estabelecer esse modo de proceder, abolira todos os demais. Apesar de muitos desmandos na fase investigativa, as autoridades baianas posteriormente souberam, em geral, comportar-se dentro dos limites legais. Havia nisso um ângulo político. Acontecidos em grande estilo, os julgamentos empenharam um papel que foi além da simples punição aos escravos rebeldes. Pretenderam ser rituais de exorcismo da África que havia na Bahia. O africano que aqui quisesse ficar devia cortar suas raízes africanas, se acomodar a seu novo meio e obedecer a quem aqui mandava. Para a classe dirigente baiana, esse parecia ser não apenas o único caminho para a paz na sociedade escravocrata, mas o caminho para no futuro se criar uma sociedade "civilizada", ou seja, mais próxima do modelo europeu. Os dissidentes de tal projeto, mesmo se considerados bárbaros, precisavam ser castigados de forma exemplar, mas conforme leis civilizadamente estabelecidas.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. p. 449-450.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que os sabinos proclamaram a independência e a Bahia passou, então, a ter dois governos: um na cidade de Cachoeira, controlado pelas forças legalistas, e outro em Salvador, comandado pelos sabinos.
- Comentar que o governo central então decidiu agir: enviou forças que se juntaram às do Recôncavo e cercaram Salvador por terra, enquanto a Marinha Imperial bloqueava a cidade por mar. Diante do cerco a Salvador e da falta de alimentos, os rebeldes convocaram os escravizados para lutar ao lado deles. Muitos, porém, não atenderam a esse apelo, pois não viam a Sabinada como uma luta deles. De sua parte, muitos proprietários, assustados com a possibilidade de perder seus escravos, passaram a defender o governo central.
- Salientar que, com cerca de 4 mil homens, as forças legalistas invadiram a capital baiana e promoveram um verdadeiro massacre. O tribunal que julgou os sabinos ficou conhecido como "júri de sangue", pois os condenou em massa. Francisco Sabino Vieira foi expulso da Bahia com os outros líderes que sobreviveram ao massacre.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A SABINADA. Duração: 1min40s. Disponível em: <http://livro.pro/t7sp9i>. Acesso em: 19 set. 2018.

Comentário do escritor e jornalista Eduardo Bueno a respeito da Sabinada.

Texto de apoio

[...] A presença dos exaltados também estampava-se na Sabinada (Bahia, 1837). Federalismo, liberalismo radical, republicanismo, conflitos de raça e de nacionalidade mesclavam-se em diferentes contextos. O movimento conhecido por Sabinada foi a última – e maior – expressão dessa série de lutas baianas. Durante quatro meses, a partir de 7 de novembro, os rebeldes tomaram conta de Salvador e proclamaram a Bahia como Estado independente, com tendências (nem sempre explicitadas) à República. A revolta era integrada, inicialmente, por profissionais liberais e militares que protestavam contra a centralização do poder imperial e reagiam contra a política regressista, acentuada com a eleição de Araújo Lima para regente uno, mas admitiam continuar integrando a unidade brasileira. Libertaram os escravos nascidos no Brasil que aderiram ao novo governo e exaltaram o exemplo "americano" (com destaque para o modelo político dos Estados Unidos).

Essa rebelião espalhou-se por amplos setores da sociedade, inclusive entre os pobres urbanos, e a repressão foi desmedida, violenta: ao final, calculava-se em cinco mil o número de mortos em combates (nos dois lados) e por execuções. As prisões foram lotadas, em condições desumanas, e a província viveu sob intervenção militar durante cinco anos. A Sabinada teve ligações com outro movimento republicano no extremo do continente, a Revolta Farroupilha ou República Rio-grandense (1835-1845). [...]

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 62-63.

Sabinada (1837-1838): Bahia

Dois anos depois, outra revolta agitou a Bahia. Essa revolta teve como motivos principais: a recusa da população baiana em aceitar os governantes impostos pelo governo central, com sede no Rio de Janeiro; a notícia de que o governo central convocaria os baianos para combater os farroupilhas no Sul.

Isso revoltou um grupo de militares baianos que simpatizavam com os farroupilhas. Eles resolveram, então, unir-se ao "Dr. Sabino", como era conhecido o médico e jornalista Francisco Sabino, que, por meio de seu jornal **Novo Diário da Bahia**, convocava o povo baiano a lutar pela República. Em novembro de 1837, os sabinos tomaram o forte de São Pedro em Salvador, proclamaram a República e declararam a Bahia separada do Brasil até que D. Pedro de Alcântara atingisse a maioridade.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

Vista de Salvador no tempo da Sabinada, nas tintas de Thomas L. Hornbrook.

O governo regencial reagiu enviando forças navais que, com a ajuda dos senhores de engenho do Recôncavo baiano, cercaram Salvador. Alguns rebeldes, então, ofereceram a liberdade aos escravos que lutassem ao lado deles. Essa medida apavorou os proprietários de escravos. Muitos deles mudaram de lado e passaram a ajudar o governo regencial.

As forças governistas ocuparam Salvador em março 1838 e, para forçar os rebeldes a deixarem seus esconderijos, incendiaram bairros inteiros da capital baiana. Mais de 1 200 pessoas foram mortas e quase 3 mil foram presas. Os líderes sobreviventes – entre eles o Dr. Sabino – foram expulsos da Bahia.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Balaiada (1838-1841): Maranhão e Piauí

A Balaiada foi uma revolta popular ocorrida no Maranhão e no Piauí entre 1838 e 1841. O nome da revolta deveu-se ao fato de que um de seus líderes, o artesão **Manoel Francisco dos Anjos Ferreira**, fazia balaios para vender.

Seus principais motivos foram: a) altos impostos cobrados pelo governo regencial; b) a luta por autonomia em relação ao Império; c) a luta entre os grupos políticos liberais e conservadores para controlar a província; d) crise econômica vivida pelos habitantes da região e suas consequências para a população pobre.

Na década de 1830, a situação no Maranhão era tensa:

a) o algodão maranhense, a principal riqueza da província, vinha perdendo mercado, pois os ingleses estavam preferindo comprar o algodão norte-americano, mais barato e de melhor qualidade;

b) os maranhenses tinham de pagar altos preços por roupas e alimentos vendidos pelos comerciantes (portugueses em sua maioria);

c) os pequenos proprietários vinham perdendo terras para os grandes fazendeiros e sendo forçados a mudar para o sertão ou para a cidade em busca de sobrevivência;

d) os escravizados – cerca de metade da população na época – reagiam à opressão formando quilombos.

Nesse contexto, bandos formados por desempregados, vaqueiros, quilombolas e indígenas passaram a atacar as fazendas, atemorizando seus proprietários. Em dezembro de 1838, um desses bandos, chefiado pelo vaqueiro **Raimundo Gomes**, o "Cara Preta", tomou uma pequena cidade do interior e divulgou um documento exigindo a substituição do presidente da província, a expulsão dos comerciantes portugueses e o fim da escravidão. Depois, os balaios conquistaram Caxias, a segunda maior cidade do Maranhão na época, e avançaram em direção ao Piauí, onde, com a ajuda dos rebeldes locais, venceram as tropas oficiais enviadas para combatê-los (1839).

Naquele mesmo ano, cerca de 3 mil quilombolas, liderados por **Cosme Bento das Chagas**, fugiram das fazendas e aderiram à luta dos balaios.

Dica! Reportagem sobre a importância histórica da Balaiada nos dias atuais. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/ygusg7>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Estátua do líder Cosme Bento das Chagas, o "Negro Cosme", em frente ao Memorial da Balaiada, museu-escola situado em Caxias, no Maranhão, 2014.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

DIVULGAÇÃO PNLD 2019 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Mencionar que um grupo armado chefiado pelo vaqueiro Raimundo Gomes assaltou a cadeia da Vila do Manga e libertou vários companheiros que estavam presos. A seguir, o grupo lançou um manifesto em que se declarava inimigo dos portugueses e exigia a demissão do presidente da província.
- Comentar que o grupo de Raimundo Gomes percorria o interior apoderando-se de várias localidades; o movimento ganhava novos líderes, a exemplo do artesão mestiço Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o **Balaio**, e o negro Cosme Bento das Chagas, que liderava 3 mil quilombolas fugidos das fazendas maranhenses. Fortalecidos, em meados de 1839, os balaios conquistaram Caxias, a segunda maior cidade do Maranhão, e avançaram em direção ao Piauí, onde, com a ajuda da população local, venceram tropas oficiais enviadas para combatê-los.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- REVOLTA da Balaiada. Duração: 4min9s. Disponível em: <http://livro.pro/ygusg7>. Acesso em: 19 set. 2018.

Reportagem sobre a importância histórica da Balaiada nos dias atuais.

Texto de apoio

Balaiada

A última grande revolta antes da reação conservadora foi a Balaiada que eclodiu em 1838 na província do Maranhão, que contava à época com uma população de cerca de 200 mil pessoas, das quais 50% eram cativas, a mais alta proporção na época. À semelhança da Cabanagem e das Guerras dos Cabanos, a Balaiada foi uma revolta tipicamente popular. Seu início esteve ligado às disputas entre liberais e conservadores surgidas em consequência do aumento do poder dos presidentes de província introduzido pelo Ato Adicional. Num ambiente de grande tensão, um incidente simples, a invasão de uma cadeia para libertar correligionários liberais, detonou a revolta. O responsável pela invasão, o vaqueiro Raimundo Gomes, recebeu apoio de pequenos proprietários e vaqueiros provenientes de várias partes da província. A ele se aliou Balaio, apelido de um fazedor de cestos (balaios) [...]. Mais à frente, outro líder chamado Cosme, começou uma revolta paralela à frente de 3 mil escravos fugidos. Cosme intitulava-se "Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vis" (liberais), e se fazia tratar por Dom. Os balaios mobilizaram 11 mil homens e tomaram Caxias, a segunda maior cidade da província. Conflitos internos entre Cosme e Gomes e a falta de apoio dos liberais da capital da província enfraqueceram o movimento e facilitaram sua derrota [...]. Os rebeldes foram anistiados, exceto Cosme, que foi enforcado dois anos depois. As demandas dos rebeldes tinham a ver com mudanças nas leis provinciais que permitiam a criação de prefeitos e a nomeação de guardas nacionais. Uma de suas proclamações terminava com vivas à religião católica, ao imperador e à sagrada causa da liberdade. [...]

CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 94.

Texto de apoio

O povo na Balaiada

[...] A participação popular na Balaiada, sua organização guerrilheira, sua dimensão geográfica e política lhe dão a conotação de um autêntico movimento popular, um dos mais sérios e notáveis que o Brasil conheceu. A classificação de movimento popular e não de um simples levante de massa pressupõe uma confrontação entre grupos sociais distintos, uma organização interna que surgiu com o desenrolar dos acontecimentos, desembocando em autêntica guerra de guerrilha. O que unificava "os balaios" era a luta pela liberdade e a contestação à ditadura selvagem que vigorava no Piauí desde 1823.

O Governo piauiense não poupou nenhum esforço para reprimir o movimento. O Presidente da Província comandou todas as providências cabíveis para o sucesso da investida. Recebeu ajuda em armas e munições do Ceará, Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro, formando um verdadeiro exército de praças recrutados, de mercenários e aventureiros, cabras e jagunços. Internamente, pôde se utilizar do seu prestígio pessoal e político no sentido de obter ajuda dos proprietários, para o abastecimento das forças.

Esse aparato repressor contou com um contingente superior a seis mil praças e com um material bélico infinitamente maior ao dos "balaios". O governo compreendeu que somente com o poder das armas venceria um movimento que cresceu em termos de participação popular e se organizou concretamente para implantar seu próprio Governo.

Os "balaios" não estavam preparados para enfrentar um aparato militar de tamanha envergadura. Além de possuírem armas e munições em quantidade superior, os oficiais comandantes conheciam as táticas de guerrilhas: desde as lutas pela Independência elas foram postas em prática. Além disso, o Governo, empenhado em manter a ordem, soube aproveitar das dissensões internas do movimento, intensificando os combates, acenando com a anistia concedida pelo Imperador D. Pedro II e fechando o cerco em torno da maior concentração popular no interior das matas dos municípios de Campo Maior, Parnaíba e Parnaguá. O Governo adotou também a tática de fortalecer as fazendas, para garantir sua segurança e impedir que os "balaios" obtivessem nelas os recursos para o sustento alimentar.

A eficácia da repressão armada é o ponto crucial ou fator primordial para a derrota da Balaiada e não a falta de uma organização ou de uma definição ideológica ou formulação de um programa alternativo de Governo por parte dos "balaios". O Governo foi mais eficaz, conseguiu conter o movimento, coibir e refrear aqueles que se organizaram para manifestar o descontentamento contra ele.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e Bem-te-Vis**: a guerrilha sertaneja. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002. p. 253-254.

Enquanto no interior a luta se intensificava, na capital, São Luís, os liberais e os conservadores disputavam o poder entre si; mas, diante da força dos rebeldes, liberais e conservadores esqueceram suas divergências e se uniram contra os balaios. O governo regencial, por sua vez, enviou ao Maranhão cerca de 8 mil homens comandados por Luís Alves de Lima e Silva. A repressão aos balaios foi violenta: os rebeldes foram presos e executados sem direito à defesa; estima-se que 11 mil balaios morreram na luta contra o Império. O líder Raimundo Gomes foi expulso do Maranhão, Manoel Francisco dos Anjos morreu lutando e o "Negro Cosme" foi preso e enforcado.

Com o fim das rebeliões regenciais e a ascensão do café no Vale do Paraíba, o governo central foi se firmando no poder e garantindo a unidade do imenso Império brasileiro.

Memorial da Balaiada, em Caxias, no Maranhão, 2014. O Memorial procura valorizar a luta dos balaios; daí esta estátua do vaqueiro Raimundo Gomes Vieira, o "Cara Preta", que, na fotografia, aparece ao centro e em primeiro plano, 2014.

ATIVIDADES

I Retomando

1. Os artigos a seguir são da Constituição de 1824. Leia-os com atenção.

> Artigo 121 – O imperador é menor até a idade de dezoito anos completos.
> Artigo 122 – Durante a sua menoridade, o Império será governado por uma regência, a qual pertencerá ao parente mais chegado do imperador, segundo a ordem de sucessão, e que seja maior de 25 anos.
> Artigo 123 – Se o imperador não tiver parente algum que reúna estas qualidades, será o Império governado por uma regência permanente, nomeada pela Assembleia Geral, composta por três membros, dos quais o mais velho em idade será o presidente.
>
> FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O período regencial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 16.

a) Por que Pedro de Alcântara não assumiu o governo quando seu pai, D. Pedro I, renunciou? Justifique com base na Constituição de 1824.

b) Com base no que você estudou, pode-se dizer que o artigo 123 da Constituição de 1824 foi respeitado pelos políticos na crise aberta pela abdicação de D. Pedro I?

2. (PUC-RS) O Período Regencial, iniciado com a abdicação de D. Pedro I (1831) e encerrado com a aprovação da maioridade de D. Pedro II (1840), caracterizou-se pela:

a) normalidade democrática, superadas as várias revoltas ocorridas contra o autoritarismo de D. Pedro I;

b) instabilidade política, gerada por revoltas ocorridas nas províncias, que reivindicavam maior autonomia;

c) proclamação de uma República Provisória, com a eleição direta dos Regentes para um mandato de quatro anos;

d) revogação da Constituição de 1824, de caráter autoritário, e convocação de uma nova Assembleia Constituinte no Brasil;

e) elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, pois, com a morte de D. João VI, D. Pedro I herdou o trono de Portugal de seu pai.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Rebeliões na Regência

[...] estouraram rebeliões em várias províncias brasileiras, que a despeito de suas demandas particulares guardavam, no conjunto, novas reivindicações por autonomia. Afastadas das instâncias decisórias, e insatisfeitas com os rumos tomados no Império, [...] novas lideranças passavam a introduzir tópicos até então pouco conhecidos na agenda do país. Revoltas como a Cabanagem, no Pará; a Balaiada, no Maranhão; a Sabinada, na Bahia; e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, indicavam como o barulho ainda difuso das províncias – feito de descontentamentos isolados e tensões latentes – tinha potencialidade para se transformar num grande coral, composto de vozes que cantavam em solo mas resultavam num conjunto nada harmonioso.

É certo que quase nenhuma dessas vozes se opunha exatamente à monarquia. A ideia geral parecia ser esperar por D. Pedro II. Mas, enquanto o monarca crescia, cresciam também as demandas por autonomia. Era preciso que os regentes criassem uma agenda positiva que respondesse às novas demandas, entre elas, idealizar arranjos políticos que garantissem aos novos grupos a preservação de seus interesses, isso sem tocar na unidade territorial e na centralização monárquica. Com tantos dados no jogo de tabuleiro, esse se transformou no período mais dinâmico do Império, ao menos no que se refere à criação de projetos políticos e de propostas de diferentes formas de governo. Não por acaso Joaquim Nabuco teria afirmado: "No Brasil [...] a regência foi a república, de fato, a república provisória". Não se sabe se foi o Paço com seu monarca menino que encolheu ou se as esquinas do país é que nunca pareceram tão largas e distantes.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 244.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. a) Porque, quando D. Pedro I renunciou, seu filho Pedro de Alcântara tinha apenas 5 anos de idade e, assim sendo, não pode assumir, já que, segundo o artigo 121: *O imperador é menor até a idade de dezoito anos completos*.
   b) Sim, pois, vendo que o menino Pedro estava impossibilitado de governar, por ser ainda uma criança, a Assembleia Geral elegeu uma regência trina permanente.
2. Alternativa B.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. Alternativa C.

4. a) O coronel é o único que está a cavalo, usa um uniforme de gala e ergue uma espada, numa pose que lembra os retratos e estátuas equestres feitos em homenagem a diversas personagens históricas (como Napoleão Bonaparte, Simón Bolívar, Dom Pedro I, entre outras). • Os soldados aparentam não ter nenhum preparo ou disciplina. Nem todos estão devidamente uniformizados e alguns estão até descalços. A postura é sonolenta e desleixada, ou seja, exatamente o oposto do que se esperaria de uma força militar ou paramilitar. • A "banda" é formada por três músicos: o que está mais próximo do coronel toca uma corneta; o do centro, um tambor; e o último, uma tuba.

b) A charge satiriza a Guarda Nacional, instituição que durou de 1831 a 1922, tempo durante o qual ajudou a manter os privilégios, a riqueza e o poder dos potentados.

c) Sim, pois ele usou o senso crítico e o humor para combater os privilégios existentes na sociedade imperial. Ele não economizou tinta para ironizar os coronéis da Guarda Nacional mostrados por ele como figuras caricatas; note que o chapéu do homem a cavalo é semelhante ao de Napoleão Bonaparte.

Texto de apoio

O Ato Adicional de 1834

Com revoltas estourando no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Maranhão, não havia outra saída senão buscar mudar o jogo, ao menos no âmbito do Legislativo. O Ato Adicional de 1834 significou a tentativa de reler a Constituição de 1824, tirando dela seu caráter por demais centralizador. As propostas iniciais eram radicais, chegando até a pedir o fim do Poder Moderador e o estabelecimento de uma monarquia federativa. Mas esse foi apenas o ponto de partida, ainda em 1831. O texto final – o de 1834 – baseava-se no modelo norte-americano, porém não ousava tanto. Além de instituir a Regência Una, o Ato Adicional dissolveu o Conselho de Estado, criou Assembleias Legislativas provinciais (que deveriam dar maior autonomia para as províncias), estabeleceu um município neutro na corte (separado da província do Rio de Janeiro), mas manteve a vitaliciedade do Senado.

Contraditório em seus termos e fruto de muitos acordos e negociações, o Ato centralizava, na figura de um só regente, cujo mandato seria de quatro anos, e descentralizava, por meio das Assembleias provinciais. A medida também aumentava os poderes do presidente de província, que passava a ser a principal autoridade local. Sua nomeação era, contudo, prerrogativa do imperador, e o mandato não era fixo, podendo ser substituído a qualquer hora. O Ato era, assim, um verdadeiro retrato três por quatro do estado do governo: nem bem aqui, nem bem por lá [...].

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 249-250.

3. (UEL-PR) Com a abdicação de D. Pedro I, configuraram-se três tendências políticas que se debateram durante todo o Período Regencial. Estamos nos referindo aos:

a) progressistas, positivistas e liberais;

b) republicanos, conservadores e regressistas moderados;

c) restauradores ou caramurus, moderados ou chimangos e exaltados ou farroupilhas;

d) republicanos ou jurujubas, positivistas ou regressistas e liberais ou moderados;

e) independentistas, monarquistas e regencistas.

4. Observe a imagem com atenção.

COLEÇÃO PARTICULAR

A Guarda Nacional durou noventa anos (1831 a 1922) e durante esse longo tempo ajudou a manter os privilégios, a riqueza e o poder dos grandes fazendeiros.

a) Como o ilustrador Angelo Agostini representou o coronel, os soldados e a banda que acompanha a entrada triunfal do coronel?

b) O que a charge satiriza?

c) Angelo Agostini pode ser considerado um artista "crítico"? Justifique.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

5. Identifique a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.

Com o objetivo de conter as agitações e revoltas provinciais, o governo aprovou o Ato Adicional de 1834, o qual:

a) criava um governo autoritário que impedia as províncias de elaborar as leis;

b) extinguia o Conselho de Estado, órgão criado por D. Pedro I e bastante impopular;

c) substituía a Regência Trina pela Regência Una;

d) introduzia o voto direto e secreto na eleição para regente;

e) modificava a Constituição de 1824.

6. No período regencial ocorreram agitações de rua, revoltas escravas e rebeliões republicanas. Pobres e ricos, peões e fazendeiros, indígenas, mestiços, negros e brancos se uniram para combater o governo central, com sede no Rio de Janeiro. Observe o mapa da página 157 e responda:

a) Qual é o assunto do mapa?

b) A província do Grão-Pará, berço da Cabanagem, abrangia terras pertencentes hoje a quais estados brasileiros?

c) Quais dessas revoltas contaram com intensa participação de escravizados?

d) Quais províncias participaram da Balaiada?

e) Quais províncias participaram da Guerra dos Farrapos?

f) O que se pode dizer da política no período regencial com base no mapa?

7. Elabore em seu caderno uma ficha sobre as cinco principais rebeliões regenciais, como no modelo abaixo.

Nome do movimento	Data e local	Líder(es)	Motivos
Cabanagem			
Guerra dos Farrapos			
Revolta dos Malês			
Sabinada			
Balaiada			

NÃO ESCREVA NO LIVRO. FAÇA EM SEU CADERNO.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

5. Alternativa A. Justificativa: criava Assembleias Legislativas Provinciais, o que dava às províncias autonomia para elaborar algumas leis. **Professor**: comentar que o Ato Adicional significou um marco no avanço liberal, enquanto a Lei Interpretativa do Ato Adicional assinalou o regresso conservador.

6. a) O título do mapa diz respeito às rebeliões sociais nas Regências.
   b) A província do Grão-Pará abrangia terras nos atuais estados do Pará, Amapá, Rondônia, Roraima e Amazonas.
   c) A Balaiada; a Revolta dos Malês e a Revolução Farroupilha.
   d) Maranhão e Piauí.
   e) Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
   f) Que foi um período relativamente curto, mas politicamente agitado por revoltas sociais que ocorreram ao mesmo tempo em diferentes partes do Brasil.

7. **Cabanagem**: 1835 – 1840, Grão-Pará; Félix Malcher, Eduardo Angelim; A exploração dos cabanos e o desejo de escolher o presidente da província. **Guerra dos Farrapos**: 1835-1845, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi; Altos impostos cobrados pela entrada dos produtos gaúchos nas outras províncias; Concorrência dos charques uruguaio e argentino; Opressão da Corte sobre o Rio Grande do Sul. **Revolta do Malês**: 1835, Bahia; Pacífico Licutan, Ahuna, Manoel Calafate; A exploração e o racismo que vitimavam os afrodescendentes. **Sabinada**: 1837-1838, Bahia; Dr. Francisco Sabino Vieira da Rocha; Recusa em aceitar os governantes impostos pelo governo central; Recrutamento forçado de baianos para as tropas a serem enviadas para lutar contra os farroupilhas. **Balaiada**: 1838-1841, Maranhão e Piauí; Negro Cosme (quilombola), Raimundo Gomes "Cara Preta"(vaqueiro), Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o "Balaio"; Perda do mercado de algodão, por causa dos preços do algodão norte-americano, mais barato e de melhor qualidade; Os altos preços de roupas e alimentos; Pequenos proprietários estavam perdendo terras para os grandes fazendeiros; Altos impostos cobrados pelo governo regencial.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

8. a) Ele estava dizendo com isso que os paraenses aceitavam obedecer a um governo monárquico, mas se recusavam ser oprimidos por ele. **Professor**: comentar que os habitantes de um país monárquico são súditos do rei ou rainha.
   b) "os paraenses querem ser governados por um patrício paraense que olhe com amor para as suas calamidades e não por um português aventureiro como o Marechal Manoel Jorge".
   c) Reivindicava que o Grão-Pará fosse governado por um paraense e com base na lei.
   d) Os paranaenses resistiriam e fariam de tudo para defender sua liberdade.
9. a) O autor dos versos critica a tirania e os tiranos e defende a liberdade.
   b) Para os sabinos, os tiranos eram os governos autoritários, a exemplo do governo regencial, liderado, na época, por Araújo Lima.

Texto de apoio

O legado da Sabinada

Vários estudiosos afirmam que a Sabinada fechou um longo período de inquietações sociais e políticas na Bahia. A repressão cuidadosamente projetada – implacavelmente brutal para com os escravos e negros livres, mais branda para com a classe média – claramente demonstrou a resolução do governo de não mais tolerar futuros desafios. As autoridades restringiram expressões da cultura popular negra. Uma "busca rigorosa" na capela pertencente à Irmandade do Rosário dos Pretos, sob suspeita devido ao grande número de irmãos que serviram na milícia, nada encontrou de incriminador, mas, certamente, contribuiu para intimidar a comunidade negra. [...]

Em maio de 1838, na fala do trono, o regente Araújo Lima descreveu as condições internas do Brasil em termos otimistas, mesmo com rebeliões ainda sacudindo duas províncias. Na Câmara dos Deputados, em meio a aplausos, Gonçalves Martins articulou a percepção da Sabinada pelas classes dominantes: ele louvou "a vitória" do governo "sobre costumes bárbaros, sobre a derrota da civilização, sobre um perigo iminente que ameaçava todo o Brasil". Foi uma vitória alcançada sobre homens que ameaçavam a existência política do Império, que armavam os escravos em um país onde há mais escravos do que livres. Eles não tentavam mudar a forma do governo, queriam tudo destruir. Por repetidas vezes o governo colocava a Sabinada como exemplo. Barreto Pedroso chamou-a de "terrível lição" para "povo incauto", mas esperava que ela ensinasse o que "os ambiciosos com suas sedutoras promessas de liberdade preparavam e [que o povo] aprendesse que só abrigados pela Constituição e pelo Trono teremos segurança e felicidade". No seu relatório de 1840, o ministro da Justiça esperava para a Bahia que "as memórias do passado pudessem advertir sempre a alguns poucos incautos sobre os perigos de uma agitação!". O medo da instabilidade social que as revoltas exaltadas pudessem gerar apressou o Regresso conservador e encerrou a década de reformas liberais. [...]

DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 283-284.

8. O texto a seguir é um trecho de um discurso do líder cabano Eduardo Angelim como presidente da província do Grão-Pará. Leia-o com atenção.

Manifesto dos cabanos

Saibam, pois, o governo-geral e o Brasil inteiro que [...] os paraenses querem ser súditos, mas não querem ser escravos, [...] os paraenses querem ser governados por um patrício paraense que olhe com amor para as suas calamidades e não por um português aventureiro como o Marechal Manoel Jorge; os paraenses querem ser governados com a lei e não com **arbitrariedades**, estão todos com os braços abertos para receber o governo nomeado pela regência mas que seja de sua confiança, aliás eles preferem morrer no campo de batalha a entregar de novo seus pulsos às algemas e grilhões do **despotismo**; se o governo da corte teimar em **subjugar**-nos pela força, nós teimaremos em dar-lhe provas de valor de um povo livre que esquece a morte quando defende a sua liberdade.

Arbitrariedade: injustiça, desrespeito.
Despotismo: forma autoritária de governar.
Subjugar: dominar.

ANGELIM, Eduardo Francisco Nogueira. Manifesto dos Cabanos, 26 ago. 1835. ***Blog* do Riba**, 20 jan. 2011. Disponível em: <http://ribaprasempre.blogspot.com/2011/01/manifesto-dos-cabanos.html>. Acesso em: 5 jul. 2018.

Responda com base no manifesto:

a) O que o líder cabano quis dizer com "os paraenses querem ser súditos, mas não querem ser escravos"?

b) Identifique e copie o trecho em que o autor defende a causa paraense.

c) O que o líder cabano reivindicava?

d) Segundo Eduardo Angelim, como os paraenses reagiriam se o governo central usasse a força para reprimi-los?

9. Os versos a seguir são trechos do Hino ao dia 7 de novembro, data que marca a revolta conhecida como Sabinada. Leia-os com atenção.

Debalde tenta plantar
O jugo da escravidão
Jamais pode **verdejar**
Em Baiano coração

Escravidão só deseja
O coração dos tiranos
Só liberdade convém
Ao coração dos Baianos.

Vivam Baianos
Da pátria amigos,
Morram tiranos
Seus Inimigos.

Debalde: em vão.
Verdejar: brotar.

OLIVEIRA, Roberson. **As rebeliões regenciais**. São Paulo: FTD, 1999. p. 38. (Para conhecer melhor).

a) O que o autor dos versos critica e o que ele defende?

b) Quem seriam os "tiranos" citados nesses versos em homenagem à Sabinada?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

II Leitura e escrita em História

a. Leitura de imagem

A imagem desta página é uma charge de 1840, atribuída ao caricaturista carioca Rafael Mendes de Carvalho. Observe-a atentamente.

COLEÇÃO PARTICULAR

a) Quem são os personagens principais da imagem? É possível saber a posição social deles?

b) Onde a cena se passa?

c) O nome dessa charge é "O sapateiro eleitor". Reveja a cena e tente responder: sobre o que será que eles estão conversando?

d) O que os desenhos na parede mostram?

e) O que o artista pretendeu transmitir?

f) No mundo atual há políticos que agem como os que estão sendo criticados na imagem. Produza uma charge sobre o comportamento eleitoreiro de alguns políticos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O homem sentado no banquinho é um trabalhador (um sapateiro). O homem que está de fraque, em pé, é membro da elite do Império, como se pode ver pela roupa e pelo meio de transporte utilizado por ele (a carruagem).

b) O ambiente em que se passa a cena é uma sapataria.

c) O sapateiro é um eleitor; pode-se deduzir, então, que o homem de fraque é um político que está pedindo seu voto. O artista procurou caracterizar os personagens também através dos gestos. O candidato apresenta um jeito rastejante, seus gestos forçados denunciam seu caráter interesseiro. Ele está com uma lista de votantes nas mãos. O sapateiro é objetivo, direto e aponta para desenhos na parede que criticam o oportunismo dos políticos.

d) No desenho acima do sapateiro, um candidato sobe ao poder chutando quem o ajudou a subir ou um rival seu (repare que quem recebe o chute também está de fraque e cartola); no da direita, outro candidato sobe ao poder pisando nas costas do povo, que se transformou em escada para ele (repare nas pessoas de quatro, em posição humilhante).

e) Servindo-se de seu talento como desenhista, o artista critica de maneira irônica e inteligente a maneira de agir de alguns políticos da época sem fazer uso de palavras. Não é demais notar que comportamentos eleitoreiros continuam sendo frequentes no mundo atual.

f) Resposta pessoal. **Professor**: a charge cumpre a função de satirizar algum fato específico, em geral ligado à política. Por isso deve ser de fácil entendimento e provocar o riso, comunicando com rapidez a ideia que quer transmitir. Uma boa charge publicada em um jornal tem certamente maior penetração que um editorial sobre o mesmo assunto.

Texto de apoio

História política, charge e caricatura no Brasil

Na história da imprensa periódica do Brasil, as imagens ocupam um espaço de destaque. Embora a caricatura já estivesse presente no Brasil, desde o século XVI, com os trabalhos do Frei Vicente de Salvador [...], ela e a charge vão ganhar as páginas dos jornais e revistas e se popularizar a partir do século XIX, graças à promulgação do decreto que cria a Imprensa Régia, em 1808. O humor se torna um instrumento de crítica política e social nas páginas de periódicos como **A Lanterna Mágica** (1844-1845), o **Diabo Coxo** (1864-1865), o **Cabrião** (1866-1867) ou a **Revista Illustrada** (1876-1898).

[...] a charge tem um aspecto crítico visível, ela não tem sutilezas e pode ser agressiva. Geralmente a charge se baseia em um acontecimento real, em fatos que envolvem polêmicas. [...]

A charge política [...] cria ou imortaliza personagens que passam a fazer parte da memória coletiva de uma nação e que, em alguns casos, ficam mundialmente reconhecidos.

NOGUEIRA, Natalia A. Silva. A história política do Brasil por meio da charge (1950-1964). **Revista Temporis**, v. 16, n. 2, p. 206-209, 2016. Disponível em: <www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/download/4657/3774>. Acesso em: 19 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A indústria do charque, que também produzia o couro, o sebo, a graxa.
b) Os altos impostos cobrados sobre o charque gaúcho, que era vendido para o exterior e para o mercado interno.

Texto de apoio

A Guerra dos Farrapos

[...] No Período Regencial, o charque gaúcho estava em crise [...] estancieiros e charqueadores – o patriciado gaúcho – exigiam do governo uma transformação da política tributária, com redução de impostos sobre o sal, de impostos de "barreira" – pedágio – nas províncias e elevação das taxas de importação pagas pelos produtores estrangeiros. Com o Império em crise, o governo regencial não se dispunha a alterar a forma de arrecadação nacional, e desde o Ato Adicional não dispunha de autoridade para interferir na arrecadação das províncias.

Não atendidos e não pretendendo continuar como mera "estalagem do Império", os Farroupilhas – Liberais – rompem com o presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Sob o comando de Bento Gonçalves, vencem as tropas governamentais e, a 20 de setembro de 1835, entram em Porto Alegre. O presidente foge para a vila do Rio Grande, enquanto a Assembleia provincial nomeia o vice, Marciano Pereira, muito mais empático aos Farroupilhas.

A maior parte dos Farroupilhas não era separatista, até porque sabia que isso significava perder definitivamente o mercado brasileiro de charque. Quando muito, eram federalistas.

Feijó não pode ser culpado pelo início do levante, até por uma simples questão cronológica: ele assumiu o governo no Rio de Janeiro em outubro.

O litoral do minifúndio nunca apoiou decisivamente o levante. Daí, inclusive, a dificuldade dos revoltosos em manterem base na cidade de Porto Alegre.

Feijó, acreditando que a simples troca de governo contribuísse para solucionar o impasse, nomeou José de Araújo Ribeiro para presidente da província. Este preferiu fixar o governo na vila do Rio Grande.

Os Farroupilhas tomam Pelotas, Faxinal, Viamão e Mostarda. Todavia, perdem Porto Alegre. A 10 de setembro de 1836, comandados por Antônio de Souza Neto, bateram os "imperiais" na grande campanha do Seival. No dia seguinte, foi proclamada a República Rio-Grandense, que teria capital em Piratini e só se separaria do Brasil enquanto as outras províncias não aderissem ao federalismo. Era uma demonstração inequívoca de que interessava manter o mercado do charque.

Bento Gonçalves somente conseguiu assumir a presidência da República quando logrou fugir da prisão na Bahia. Essa fuga contou, possivelmente, com o apoio da Maçonaria. Mas a Câmara do Rio de Janeiro, acusando o regente Feijó de cumplicidade e negligência, muito contribuiu para sua renúncia, em setembro de 1837.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O período regencial**. São Paulo: Ática, 1994. p. 66-67.

b. Leitura e escrita de textos

VOZES DO PASSADO

O trecho a seguir é de um discurso feito pelo líder farroupilha Bento Gonçalves, em Piratini. Leia-o com atenção.

> Uma administração sábia e paternal nos teria **indenizado** de sacrifícios tais e de tão pesadas cargas pela abolição de alguns impostos e direitos; o governo imperial, pelo contrário, esmagou a nossa principal indústria, vexando-a ainda mais. A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas alfândegas do país o **duplo dízimo** [...], exigiam [...] quinze por cento em qualquer dos portos do Império. Imprudentes legisladores nos puseram desde esse momento na linha dos povos estrangeiros.
>
> FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O período regencial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 67. (Princípios).

Indenizado: a palavra, no texto, tem o sentido de poupado.
Duplo dízimo: 20%.

a) Qual é a "principal indústria" a que o texto se refere?

b) Quais são as principais queixas de Bento Gonçalves?

VOZES DO PRESENTE

Este texto é do historiador e jornalista Marco Morel, doutor em História pela Universidade de Paris.

> **As revoltas regenciais em imagens**
>
> Não nos ficaram imagens da maioria dos rebeldes do período regencial, não só dos anônimos ou pouco conhecidos, mas até mesmo dos líderes. Não sabemos como eram os rostos do escravo Cosme Bento das Chagas ou do vaqueiro Raimundo Gomes, que se destacaram na Balaiada (Maranhão e Piauí) à frente de milhares de homens em armas; dos irmãos Francisco e Antonio Vinagre, da Cabanagem (Pará), que controlaram largas faixas territoriais e destituíram governos locais; [...] do médico Francisco Sabino Vieira, da Sabinada; de Pacífico Licutan, Manoel Calafate e Elesbão do Carmo, do levante dos Malês; [...] da Revolta das Carrancas (Minas Gerais), entre muitos outros.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Como somos levados a visualizar, gravar em nossas memórias, as rebeliões das Regências? É sugestivo notar que o registro iconográfico desses episódios, com frequência, se circunscreve a dois tipos: autoridades e paisagens. [...]. As figuras de autoridades militares ou civis, encarregadas da repressão ou de restaurar o controle governamental [...]. Tais rostos e bustos [...] encasacados parecem relegar ao purgatório as faces [...] dos rebelados que eles capturaram ou eliminaram. As paisagens, em geral plácidas, invocam as localidades onde se desenrolaram os acontecimentos: são como cenários sem tensões, sem sociedade, onde a plasticidade ou beleza estética das vistas, árvores, águas ou imóveis é permeada com vultos humanos em harmonia com o panorama. [...]

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 52-53.

Relegar: colocar em segundo plano.

PINACOTECA DO ESTADO, SÃO PAULO

Vista de São Luís, de Leone Righini, 1863. Pinacoteca do Estado, SP.

1. Sobre a iconografia das rebeliões regenciais, o texto afirma que:

a) Não há imagens dos rebeldes, por isso elas não aparecem nos livros escolares.

b) Há imagens de rebeldes, mas elas não aparecem nos livros escolares.

c) Há uma abundância de imagens de encasacados, por isso só eles aparecem nos livros escolares.

d) Não foram produzidas imagens dos rebeldes que lutaram nas rebeliões regenciais.

2. Segundo o texto, "É sugestivo notar que o registro iconográfico desses episódios, com frequência, se circunscreve a dois tipos: autoridades e paisagens.".
Quais as consequências desse tipo de registro?

a) Representando somente as autoridades, valorizam-se apenas os vencidos.

b) Representando paisagens sem pessoas, humanizam-se os conflitos ocorridos na época.

c) Representando as autoridades e as paisagens, valorizam-se apenas os incentivadores das rebeliões e os locais onde atuavam.

d) Representando as autoridades, valorizam-se somente os vencedores das rebeliões ocorridas na época.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A fotografia como obra de arte

O trabalho pioneiro de mapeamento sistemático dos fotógrafos atuantes no Brasil, escrito por Boris Kossoy em 1980, inaugurou um período marcado pela preocupação em conhecer a produção fotográfica brasileira em suas várias inserções sociais. Ainda nos anos 1980, destacam-se, no Rio de Janeiro, autores como Gilberto Ferrez e Pedro Vasquez, também estudiosos da fotografia do século XIX, e Maurício Lissovsky e Paulo César Azevedo, que organizam uma coletânea sobre a presença de retratos de família e casamento, e no Recife é lançado o catálogo que divulga pesquisas iniciais sobre o retrato a partir da coleção Francisco Rodrigues [...]. São desse período também artigos voltados para o processamento técnico (tratamento de classificação e catalogação) e de conservação física da fotografia, sobretudo no Rio de Janeiro.

Tal quadro trouxe renovados insumos nas ações de preservação física de coleções de museus, galerias, arquivos e alimentaram uma promissora vertente editorial de catálogos. A fotografia deixou de ser desprezada nas políticas de organização de memórias e centros culturais privados. Como parte desse processo, investiu-se na construção de uma História nacional e internacional da fotografia, com ênfase na atuação de inventores que aprimoraram o meio e na atuação de fotógrafos que renovaram a sua linguagem plástica.

A partir dos anos 1990, o interesse dos historiadores, antropólogos e sociólogos pela fotografia alargou-se. Confluíram os usos sociais e científicos que a fotografia vinha recebendo com os novos paradigmas das ciências humanas. Tais paradigmas colocavam a dimensão visual e material da sociedade de consumo ocidental no centro das reflexões epistemológicas. [...]

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 41.Texto de apoio

RESPOSTAS

1. Alternativa D.
2. Alternativa D.

Texto de apoio

Conquista portuguesa do Rio Grande do Sul

O destemido capitão Rodrigo, famoso personagem da literatura regional brasileira, nos dá uma boa pista para entender como eram os rio-grandenses.

Durante a maior parte do tempo em que o Brasil era colônia, o extremo sul ficara abandonado, pois não havia ali nenhum produto lucrativo que a metrópole pudesse explorar. [...] Originalmente, lá moravam os índios guaranis. [...]

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, alguns jesuítas vieram para a América do Sul, enviados pelo rei da Espanha, com o objetivo de cristianizar a população indígena [...].

[...] imaginaram que seria muito fácil difundir a religião cristã entre aqueles índios. [...] Surgiram várias missões no atual estado do Rio Grande do Sul [...].

As notícias sobre a existência das missões não demoraram muito a

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ele está se referindo à província do Rio Grande do Sul e aos rio-grandenses.

b) Sim; no trecho "Nesta província a gente só pode ter como certo uma coisa [...]". **Professor**: comentar que o uso coloquial de "a gente" não fere a norma-padrão.

c) Comparação: "[...] como burro de carga".
Hipérbole: "O direito mesmo era a nossa gente nunca tirar o fardamento do corpo nem a espada da cintura".

d) Por viver em uma região de fronteiras, os rio-grandenses tinham de lutar nos conflitos do Império brasileiro com os vizinhos do Sul.

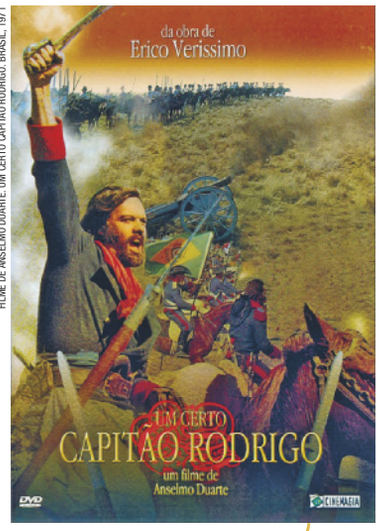
e) Essa expressão significa que o "Continente", leia-se RS, sempre acaba se dando mal ou por causa de uma revolução ou em razão das guerras que o Império brasileiro trava com seus vizinhos.

III Integrando com Língua Portuguesa

O texto a seguir é de Erico Verissimo, conceituado escritor sul-rio-grandense. Leia-o com atenção:

— Escuta o que vou lhe dizer, amigo. Nesta província a gente só pode ter como certo uma coisa: mais cedo ou mais tarde rebenta uma guerra ou uma revolução — atirou ambos os braços para o lado, num gesto de despreocupação. — Que é que adianta plantar, criar, trabalhar como burro de carga? O direito mesmo era a nossa gente nunca tirar o fardamento do corpo nem a espada da cinta. [...] O castelhano está aí mesmo. Hoje é Montevidéu. Amanhã, Buenos Aires. E nós aqui no Continente sempre acabamos entrando na dança.

VERISSIMO, Erico. **Um certo capitão Rodrigo**. São Paulo: Editora Globo, 1987. p. 18.



Capa do DVD do filme **Um certo Capitão Rodrigo** (1971), adaptação da obra de Erico Verissimo. Direção de Anselmo Duarte.

a) Identifique a quem ou a que o personagem está se referindo ao dizer "Nesta província..." e "nossa gente".

b) A expressão "a gente", quando se refere a "nós", é empregada de maneira informal, sendo muito comum o seu uso na linguagem cotidiana. Essa expressão aparece no texto com esse sentido? Justifique.

c) Na linguagem literária, os escritores costumam usar figuras de linguagem. Leia o conceito de duas dessas figuras e encontre e transcreva um exemplo retirado do texto.

Comparação: trata-se da relação estabelecida entre dois elementos, em uma oração, a partir de suas características.	**Hipérbole**: transmite uma ideia exagerada de algo, a fim de defini-lo de forma dramática.

d) O que ele quis dizer com: "O castelhano está aí mesmo. Hoje é Montevidéu. Amanhã, Buenos Aires"?

e) Interprete: Na frase: "E nós aqui no Continente sempre acabamos **entrando na dança**", o que significa a expressão destacada?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

chegar a São Paulo. Os bandeirantes paulistas [...] não pensaram duas vezes: partiram para o Rio Grande do Sul e iniciaram uma série de ataques às missões, e acabaram por destruí-las. Uma das consequências desse fato foi que o gado criado pelas comunidades ficou solto, pastando sem dono pelas planícies sem fim.

Muitos colonos portugueses, ao tomarem conhecimento da existência de centenas de cabeças de gado vagando livremente pelos pampas, rumaram para o sul, fixaram residência e começaram a reunir o gado sem dono. Iniciava-se assim a conquista portuguesa do Rio Grande do Sul. Foi desse modo que a pecuária começou a se desenvolver naquela região. Aos poucos, a província tornou-se economicamente importante. Produzia o couro, usado na confecção de roupas, sapato e selas para cavalos, criava o gado em pé, utilizado em carro de boi. A carne só podia ser consumida na província, uma vez que não era possível transportá-la através de longas distâncias, porque se estragava.

Além disso, o Rio Grande era muito importante por um outro motivo: a província fazia fronteira com territórios sob o domínio da Espanha. Depois que as colônias espanholas na América tornaram-se independentes, surgiram novas nações nesses territórios, como a Argentina, o Paraguai, mais tarde, o Uruguai. Assim, uma das principais funções do Rio Grande do Sul, desde o período colonial, era proteger as fronteiras do sul do Brasil. Por isso é que sua população estava sempre de prontidão e, de vez em quando, se envolvia com conflitos e guerras contra os "castellanos", como disse capitão Rodrigo.

OLIVEIRA, Roberson. **As rebeliões regenciais**. São Paulo: FTD, 1999. p. 29-31.

IV Você cidadão!

No texto a seguir, o historiador britânico Jack Goody refere-se à Revolta de 1835 na Bahia. Leia-o com atenção.

EDITORA UFRGS

Fac-símile da capa do livro **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas.**

[...] me interesso por revoltas, em geral. Mas, nesse caso particular, o que me atraiu foi o fato de o chefe de polícia local atribuir o relativo sucesso da revolta ao papel da escrita no seu planejamento. Sabe-se que escravos e homens livres participantes da revolta – a maioria [...] de origem iorubá – frequentavam **escolas** informais **islamitas**, onde aprendiam a ler e a escrever em caracteres árabes, e que muitos dos líderes tinham perfeito domínio da leitura e da escrita, o que os colocava acima dos colonizadores brancos que mal sabiam assinar o nome. Com essa habilidade eles puderam planejar o levante em segredo, enviando mensagens e instruções que foram apreendidas pela polícia [...]. Assim, meu antigo interesse pelas consequências da alfabetização se viu aguçado por esse episódio que punha à luz as potencialidades da leitura e da escrita para a transformação cultural.

GOODY, Jack, 1988 apud SEFFNER, Fernando. Leitura e escrita na história. In: NEVES, Iara C. Bitencourt (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 116.

Escolas islamitas: escolas onde se estuda o Corão em língua árabe.

a) Por que o autor do texto se interessou pela Revolta de 1835?

b) Que relação o autor do texto estabelece entre a escrita e a Revolta de 1835 na Bahia?

c) Diferencie os rebeldes dos colonizadores brancos no tocante à escrita.

d) Explique de que forma isso influenciou a revolta.

e) Reflita e escreva sobre a importância da leitura e da escrita na vida de uma pessoa nos dias de hoje. Justifique.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Porque o papel da escrita foi fundamental nessa revolta.

b) Ele afirma que o domínio da escrita pelos rebeldes teve um papel decisivo no fato de o planejamento da Revolta Escrava de 1835 ter sido relativamente bem-sucedido.

c) Os rebeldes eram alfabetizados e os colonizadores, quase sempre não.

d) O domínio da leitura e da escrita pelos rebeldes dava a eles uma grande vantagem em relação aos colonizadores brancos, quase sempre analfabetos.

e) Resposta pessoal. **Professor**: refletir com os alunos sobre a importante habilidade de ler e escrever, estimulando-os a citarem exemplos retirados do cotidiano.

Texto de apoio

Leitura, identidade, memória e História

O desafio da leitura é um desafio de democracia e de cidadania, da constituição do aluno cidadão leitor, e isso ultrapassa amplamente as paredes da escola, mas a escola é uma etapa importantíssima nesse processo. A leitura é também uma chave para a integração política do jovem, no sentido grego do termo, a integração à polis, aos códigos de discussão da comunidade política. A leitura e a escrita constituem um caráter público para o indivíduo.

Uma leitura chama o uso de outras fontes de informação, de outras leituras, possibilitando a articulação de todas as áreas da escola. Uma leitura remete a diferentes fontes de conhecimentos, da história à matemática. Nesse sentido, leitura e escrita são tarefas fundamentais da escola e, portanto, de todas as áreas. Estudar é ler e escrever.

Os conhecimentos históricos podem servir de apoio na leitura de qualquer outra modalidade de texto, em qualquer outra área, na medida em que todo texto é datado historicamente, vinculado a determinada visão de mundo ou conjuntura. A partir de referenciais da história, podemos interrogar textos produzidos em outras áreas, verificando sua relação com as discussões e problemáticas de cada período histórico. Nesse sentido, um olho no texto e outro na realidade social circundante constituem a receita mais apropriada para as atividades de leitura e escrita numa aula de história:

Admita-se, portanto, que ler envolve, de um lado, uma competência específica – que pode ser dada pela escola quando se trata do domínio do código escrito – de outro, uma convivência com as complexas instâncias da sociedade global. A rigor, quando se trata de ler um texto escrito, essas duas variáveis se cruzam num elemento específico dado pelo signo verbal impresso. (Citelli, 1994, p. 48)

As atividades de leitura e escrita associadas ao ensino de história devem possibilitar que o aluno elabore seu projeto social (escrever) a partir da análise de outros projetos (leitura do social). Fazer do aluno um agente histórico é ensiná-lo a reconhecer diferentes projetos sociais, e ajudá-lo a construir sua trajetória a partir destes referenciais.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 123.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC, citadas a seguir:

– **(EF08HI15)** Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

– **(EF08HI17)** Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.

– **(EF08HI18)** Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.

• Solano López é retratado em trajes militares, pisando em uma pilha enorme de crânios e rodeado de esqueletos. Ele tem uma espada na mão direita e uma cabeça (sangrando) na esquerda; a imagem evoca o fato de López executar os responsáveis pelas derrotas sofridas pelas suas forças. Note que a cabeça lembra a de um nativo do Paraguai.

• Ao apresentar Solano López como um ditador cruel e sanguinário, um representante da barbárie, o avesso a tudo que diz respeito à civilização, aquele que vitimou seu próprio povo, a revista pretendeu demonizá-lo aos olhos dos brasileiros.

• Na imagem, o ditador Solano López é mostrado a cavalo afugentando, com sua espada, o imperador Pedro II, que é mostrado no chão e de joelhos dobrados. Ao contrário do que mostra a imagem, em 1868, o Paraguai estava perdendo a guerra e Solano López vinha sendo obrigado a recuar.

• O jornal paraguaio pretendia criar uma imagem negativa do adversário.

• Conclui-se que, além da luta armada entre o Brasil e o Paraguai, ocorreu também uma guerra de imagens; uma luta de representações em que os dois lados empenharam-se em desgastar o adversário criando imagens negativas dele, ridicularizando-o. **Professor**: estas imagens de periódicos da época podem ser analisadas à luz do conceito de lutas de representações, formulado por Roger Chartier.

CAPÍTULO

11 SEGUNDO REINADO: POLÍTICA, ECONOMIA E GUERRA

A charge da direita foi publicada em uma revista ilustrada brasileira chamada **A Vida Fluminense**; já a da esquerda foi publicada em um jornal paraguaio. Ambas retratam personagens da Guerra do Paraguai. Observe-as com atenção.

Fonte 1

COLEÇÃO PARTICULAR

Charge da revista **A Vida Fluminense** sobre Solano López.

Fonte 2

COLEÇÃO PARTICULAR

Charge paraguaia de 1868 mostrando Solano López.

- Como Solano López está sendo representado na revista brasileira (fonte 1)?
- Qual é a intenção da revista ilustrada brasileira ao apresentar o líder paraguaio dessa maneira?
- Quem são e como estão representados os personagens mostrados no jornal paraguaio (fonte 2)?
- O que pretendia o jornal paraguaio ao retratar os comandantes brasileiros dessa forma?
- O que se pode concluir comparando a fonte 1 e a fonte 2?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX

[...] As representações construídas na guerra, possivelmente, não teriam prosperado sem a participação das imagens que circularam na imprensa em charges e caricaturas. [...]

As representações, segundo o historiador francês Roger Chartier, inserem-se "em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação" ; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras "lutas de representações".

E estas lutas geram inúmeras "apropriações" de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano. [...]

PAULA, Edgley Pereira de. A Imprensa vai à Guerra do Paraguai. O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, v. 3, n. 6, p. 115-128, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/3987/3179+&cd=28&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 8 nov. 2018.

O golpe da maioridade

Durante a regência Araújo Lima, os regressistas organizaram o **Partido Conservador**, e seus opositores, os progressistas, formaram o **Partido Liberal**. Esses foram os dois grandes partidos políticos do Império brasileiro.

Sabe-se que os regressistas, ou conservadores, aprovaram a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), que fortalecia o poder central e reduzia o das províncias. Temendo que os conservadores prosseguissem com suas reformas centralizadoras, os liberais começaram a dizer que só o imperador poderia salvar a nação da desordem. Mas como na época ele só tinha 14 anos de idade, era preciso antecipar a **maioridade** do jovem Pedro. Para isso, os liberais lançaram uma campanha divulgando a ideia.

A campanha pela maioridade tinha uma quadrinha que dizia:

> Queremos D. Pedro II
> Embora não tenha idade,
> A nação dispensa a lei,
> E viva a maioridade.

QUEREMOS D. Pedro II. Quadrinha popular. In: SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 74.

ROMULO FIALDINI/ TEMPO COMPOSTO

Por força da propaganda, a antecipação da maioridade foi ganhando o apoio também dos conservadores e passou a ser vista como uma forma de "salvar a nação". Em julho de 1840, a campanha foi vitoriosa: com 15 anos incompletos, D. Pedro II foi aclamado imperador do Brasil. O episódio ficou conhecido como **golpe da maioridade** e deu início ao Segundo Reinado.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Acima, vê-se a imagem de um relógio que pertenceu a D. Pedro II.
Ao lado, umas das raras imagens de D. Pedro II quando jovem.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que com o golpe da maioridade e a ascensão dos liberais ao poder se iniciava o reinado de D. Pedro II, que se estendeu por quase meio século (1840-1889).

IMAGENS EM MOVIMENTO

- NOS PASSOS do imperador. Episódio I. Duração: 29min46s. Disponível em: <http://livro.pro/64rtcj>. Acesso em: 27 set. 2018.

Série de cinco vídeos sobre a vida de D. Pedro II.

- O SEGUNDO Reinado: Dom Pedro II (1840-1889). Duração: 1h7min. Disponível em: <http://livro.pro/v7acak>. Acesso em: 27 set. 2018.

Documentário sobre o início do Segundo Reinado e a vida de D. Pedro II.

Texto de apoio

A ideia de antecipar a subida de d. Pedro ao trono, originalmente prevista pela Constituição para 1843, quando o monarca completaria dezoito anos, era segredo de polichinelo. Afinal, já em 1835 se comentava abertamente a "necessária" coroação do imperador. Mas foi em 1840, com a criação do Clube da Maioridade, que o projeto tomou forma: os deputados liberais, contrários à Regência de Araújo Lima, vão ao Senado e exigem a posse antecipada de Pedro de Alcântara. Inusitado pensar que, diante das várias rebeliões regenciais, dos projetos republicanos e da radicalização da situação, reforçou-se uma saída simbólica, sustentada num sistema de governo monárquico e liderado pela região Centro-Sul do país: só o monarca poderia garantir um poder centralizado e de representação nacional.

Já o pequeno príncipe, mantido no Paço e apartado da situação, parecia pouco entender as contingências mais urgentes do mundo da política. Em relato datado de março de 1840, Pedro Araújo Lima conta como foi sua conversa com o monarca. Segundo o regente, quando perguntado sobre a possibilidade da maioridade, d. Pedro teria dito apenas: "De fato, não tenho pensado nisso". A versão oficial da mesma história é bem diferente. Conta que, consultado em 1840, o jovem de catorze anos teria dito: "Quero já!", revelando uma maturidade emocional em que é difícil acreditar. Começava a se forjar, então, uma imagem que acompanharia o imperador até sua morte: o homem de porte impassível, cautela nas palavras e decidido politicamente. [...]

Jornais e panfletos distribuídos na corte não cansavam de enaltecer as qualidades prodigiosas do jovem Pedro: sua educação, inteligência, cultura, domínio de línguas mortas e vivas, além da destreza na equitação e na esgrima. O segundo rei que o Brasil conheceu – o mais duradouro e popular – iniciava, assim, sua vida cívica envolto por um suntuoso teatro; o teatro de sua precoce maturidade. As roupas de adulto, a fama de filósofo e poliglota, e o temperamento equilibrado, tudo contribuía para fazer do monarca um grande personagem projetivo: um espelho invertido do seu pai. E estava pronto o cenário necessário para o ritual de sagração e coroação de d. Pedro II.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 267-268.

Política, violência e fraude no Império

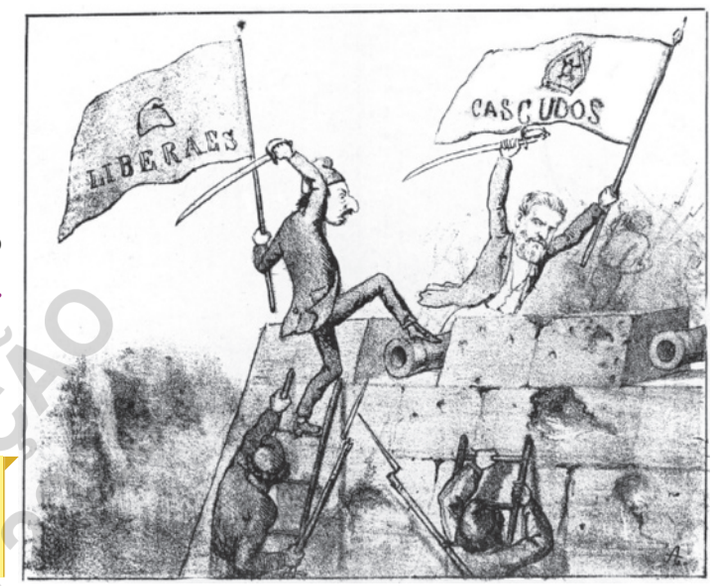
O **Partido Liberal** e o **Partido Conservador** tinham interesses semelhantes: ambos desejavam manter a ordem estabelecida, a monarquia e o escravismo. Queriam também garantir seus privilégios e manter a maioria da população excluída da política. Mas havia também algumas diferenças entre eles: os conservadores defendiam a centralização política, um governo forte para impor a ordem. Já os liberais eram favoráveis à descentralização política e maior autonomia das províncias.

Tanto liberais quanto conservadores adotavam a **violência** e a **fraude** para defender seus interesses. Já nas primeiras eleições legislativas do Segundo Reinado, os liberais pagaram capangas para espancar adversários, roubar urnas e modificar resultados. Com isso, venceram as eleições, que, por causa do uso de violência, foram chamadas de **eleições do cacete**. Insatisfeitos com isso, os conservadores pressionaram D. Pedro II, que dissolveu a Câmara e convocou novas eleições, que, desta vez, foram vencidas por eles.

No poder, os conservadores aprovaram, em 1841, mais duas leis visando ao fortalecimento do poder central: a volta do Conselho de Estado e a reforma do Código do Processo Criminal, que colocou o Judiciário e a polícia nas mãos do governo imperial. Em 1842, insatisfeitos com essa centralização crescente, os liberais de São Paulo e Minas, liderados pelo padre Feijó e por Teófilo Otoni, pegaram em armas contra o Império, mas foram vencidos.

DIALOGANDO

a) Quem seriam os "cascudos" mostrados na charge?
b) O que a charge ironiza?
c) Quem foi Ângelo Agostini?



COLEÇÃO PARTICULAR

Charge de Ângelo Agostini, publicada no jornal **O Cabrião**, século XIX.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Dialogando

a) Os membros do Partido conservador.
b) A charge ironiza o uso da violência nas disputas entre liberais e conservadores.
c) Ângelo Agostini era ítalo-paulista e foi um dos principais caricaturistas do Império. Ele usou o humor para criticar o governo imperial e veicular suas ideias em defesa da Abolição e da República.

Texto de apoio

A manipulação eleitoral no Brasil monárquico

Quando, no dia 23 de março de 1841, após transcorridas as eleições, D. Pedro II devolveu aos regressistas o Poder Executivo, a situação dos maioristas se complicou. Polarizaram-se, então, dois grupos: por um lado se colocaram os defensores da legitimidade das eleições, ou seja, os adeptos do caído Gabinete Maiorista; por outro se colocaram aqueles que se aliavam ao Regresso e que foram, em maioria, derrotados nas eleições de 1840. [...] No dia 12 de maio de 1841, o deputado paraibano Silvino Elvídio Carneiro da Cunha apresentou aos seus pares duas petições vindas do Rio Grande do Norte como prova dos abusos eleitorais dos maioristas no fim de 1840. Denominando-se habitantes da freguesia de São João Batista da vila de Assú, um grupo de cidadãos se queixava aos representantes da nação contra a interferência ilegal do poder provincial sobre as eleições municipais. Segundo eles, depois de decorrido tranquilamente o pleito, membros do partido do sul, derrotado, apelaram para a Assembleia Provincial contestando a legalidade das eleições. [...]

Dos mesmos abusos haviam sofrido os emissários da segunda petição apresentada por Carneiro da Cunha na Câmara. Os 186 habitantes da freguesia de Campo Grande da vila da Princesa que assinavam o documento diziam estar baseados "no direito de petição que lhes garante a Constituição do Império". Em data próxima às eleições, relatavam, havia sido divulgado que o partido do sul pretendia estorvar a disputa, pois sabia já que o partido do norte seria vitorioso. No dia da eleição municipal, formada a mesa paroquial em comum acordo por parte dos dois partidos e recebidos os votos, apareceu João da Fonseca Silva, juiz de paz, habitante de outra freguesia, com procuração para entregar 46 cédulas. Depois dele, apareceram ainda muitos outros procuradores com grossos maços de cédula e, assim, instaurou-se um conflito. No momento da apuração "aparecem vozerias e ataques ao juiz de paz [local] e pároco, homens armados apresentam-se à porta da igreja, aumenta-se o motim, gritam em altas vozes que é tempo de acometer-se." Apesar da turbulência comandada pelos "anarquistas", feita a apuração, o partido do norte mostrou-se vitorioso.

[...]

SABA, Roberto N. P. F. As "eleições do cacete" e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 132-133, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n2/2236-4633-alm-02-00126.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

A Revolução Praieira

Enquanto isso, na província de Pernambuco, o poder e a riqueza estavam nas mãos de poucas famílias, o que causava grande insatisfação social; a família Cavalcanti sozinha, por exemplo, era dona de um terço dos engenhos pernambucanos. Dessas famílias tradicionais saíam, geralmente, tanto os políticos do Partido Liberal quanto os do Partido Conservador. Outro fator de descontentamento em Pernambuco era que os portugueses dominavam o comércio a varejo e, geralmente, só empregavam seus próprios parentes.

Nesse contexto, um grupo de liberais formou um partido político: o **Partido da Praia**, assim chamado porque a sede de seu principal jornal, o **Diário Novo**, ficava na Rua da Praia, no Recife. Nesse ambiente tenso, os conservadores subiram ao poder e demitiram 40 funcionários públicos que tinham sido contratados pelos liberais e eram ligados aos praieiros. Os funcionários demitidos recusaram-se a entregar os cargos na polícia e reagiram pelas armas, dando início à **Revolução Praieira**.

A luta começou em Olinda, se estendeu à Paraíba e contou com a participação de diferentes grupos sociais: senhores de engenho, comerciantes, militares, trabalhadores temporários, pequenos lavradores, rendeiros e desempregados; a liderança coube aos senhores de engenho. Durante a luta, o jornalista Borges da Fonseca redigiu o **Manifesto ao Mundo**, de 1º de janeiro de 1849, no qual expôs as seguintes exigências:

1ª – O voto livre e universal do povo brasileiro.

2ª – A plena liberdade de imprensa.

3ª – O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.

4ª – O **comércio a retalho** só para cidadãos brasileiros.

5ª – A extinção do Poder Moderador.

Comércio a retalho: comércio varejista.

Comandados por um de seus líderes, o capitão Pedro Ivo da Silveira, os praieiros tentaram conquistar Recife. E, apesar de terem obtido algumas vitórias, foram derrotados pelo Império.

A Praieira foi, antes de tudo, uma disputa pelo poder político local entre as oligarquias provinciais. Mas expressou também a insatisfação da população livre pobre, que sofria com o alto custo de vida, o desemprego e a exclusão política.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: DEAGOSTINI/AGB PHOTO LIBRARY

Largo da Boa Vista, litogravura de F. Kaus, c. 1850, para a obra **Lembrança de Pernambuco**.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Ressaltar que, além do **Diário Novo**, outros impressos, como o jornal **O Repúblico**, de Antônio Borges da Fonseca, e a revista **O Progresso**, de Antônio Pedro de Figueiredo, também clamavam por mudanças sociais.
- Comentar que, em 1845, ao ser nomeado presidente da província, o liberal Antônio Chichorro da Gama substituiu 600 autoridades locais, ofereceu cargos aos praieiros e ampliou as bases de seu poder. Anos depois, os conservadores ascenderam ao poder e partiram para o revide.
- Informar que, no campo militar, os praieiros comandados pelo capitão Pedro Ivo, por Felix de Brito Melo ou por Elias, líderes populares da revolta, conseguiram algumas vitórias. Ao tentarem conquistar Recife, no entanto, foram derrotados pelas tropas imperiais. Os principais líderes foram condenados à prisão perpétua, mas acabaram anistiados em 1852. Com a Praieira encerrou-se, por assim dizer, o ciclo de revoltas ocorridas no Império entre 1831 e 1850, e teve início um período marcado por progresso econômico e certa estabilidade política.
- Aprofundar o assunto acessando os textos: APRECIAÇÃO da Revolta Praieira em Pernambuco. Disponível em: <http://livro.pro/7iacdn>; e OS NOMES da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. Disponível em: <http://livro.pro/t8h26s>. Acessos em: 27 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- HISTÓRIA: Joaquim Nabuco e a Revolução Praieira. Duração: 31min9s. Disponível em: <http://livro.pro/jpxrkm>. Acesso em: 27 set. 2018.

Reportagem com a historiadora Izabel Andrade Marson sobre a Revolução Praieira.

Texto de apoio

Insurreição Praieira

A Praieira encerrou uma era de grandes rebeliões que, embora inteiramente distintas, tiveram em comum o fato de ameaçarem a ordem imperial, ou mesmo a unidade territorial brasileira. Junto com a Insurreição Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824, ela compõe o "ciclo das insurreições liberais do Nordeste". No entanto, o que mais chama a atenção na Praieira é a mobilização das massas urbanas em torno de um discurso liberal radical que defendia o direito ao emprego e à representação popular [...] O historiador Caio Prado Júnior considerava a Praieira o último dos movimentos de caráter popular e democrático que acompanharam o processo de Independência. Para ele, os rebeldes tinham uma ideologia reformista, sintetizada no conteúdo do manifesto "Ao Mundo", escrito pelo liberal radical Borges da Fonseca, que pregava o voto livre e universal, emprego para todos e o fim do recrutamento para o serviço militar. A discussão continua, mas numa coisa todos concordam hoje em dia: os rebeldes de 1848 formavam uma frente, congregando anseios e interesses diversos. [...]

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 337-338.

ENCAMINHAMENTO

• Evidenciar que, colocando-se acima dos partidos, D. Pedro II procurava fazer a "política da gangorra", ora alçando ao poder os liberais, ora os conservadores. Segundo Raymundo Faoro, no seu clássico intitulado **Os donos do poder**, existiram 21 gabinetes liberais e 15 conservadores; os conservadores, porém, ficaram 29 anos e nove meses no poder, enquanto os liberais permaneceram 19 anos e cinco meses.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O personagem central é D. Pedro II; ele está manipulando cavalos e pessoas.
b) Eles representam os dois principais partidos do Segundo Reinado: o Liberal (a mulher) e o Conservador (o homem).
c) É a "diplomacia" de D. Pedro II. Seu sorriso é interesseiro e maldoso. O artista desenhou-a como uma mulher envelhecida, tal como a política que ela representa. No vestido dela se lê "diplomacia".
d) D. Pedro II comanda o carrossel e decide quem será alçado ao poder; quem sobe e quem desce. Os partidos são marionetes nas mãos do Imperador, que os manipula ao seu bel-prazer.
e) O caricaturista zomba da enorme força política de D. Pedro II: ora ele levava ao poder o Partido Liberal, representado pela mulher a cavalo, ora o Partido Conservador, representado pelo homem a cavalo.
f) Na Monarquia Constitucional brasileira, o imperador valia-se do Poder Moderador para se colocar acima das instituições e dos políticos.

Texto de apoio

Poder Moderador

O restabelecimento pleno do Poder Moderador se deu com a antecipação da maioridade de d. Pedro II, em 1840, e foi seguido pela recriação do Conselho de Estado, no ano seguinte. A partir de 1841, a discussão sobre as relações entre Poder Moderador, Poder Executivo e Conselho de Estado esteve centrada na questão da inviolabilidade do imperador e da responsabilidade de seus ministros. Contudo, foi a partir da década de 1860 que o debate em torno do Poder Moderador ganhou maior relevância, em um cenário onde a supremacia conservadora foi ameaçada, promovendo um rearranjo do cenário partidário.

[...]

Em 1868, a crise institucional desencadeada pela derrubada do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos culminou no retorno dos conservadores num novo gabinete, liderado por Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí. A consequente dissolução da Câmara levou à crescente demanda por reformas políticas e econômicas e, a partir daí, a extinção das instituições identificadas com o edifício monárquico, especialmente o Poder Moderador, o Conselho de Estado e a Guarda Nacional, estiveram no mesmo quadro do debate em torno de temas como democracia, federalismo, abolição, autonomia das províncias, reforma eleitoral e relação Igreja e Estado. [...]

CABRAL, Dilma. Poder moderador. **Arquivo Nacional / Memória da administração pública brasileira**, 12 set. 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/298-poder-moderador>. Acesso em: 27 set. 2018.

O poder do imperador

Presidente do Conselho de Ministros: cargo criado em 1847 e equivalente ao de chefe do Ministério.

O Poder Moderador permitia ao imperador nomear e demitir os presidentes de província; dissolver a Câmara dos Deputados; nomear os senadores; e perdoar sentenças de réus condenados pelo Judiciário. O imperador podia também indicar o **presidente do Conselho de Ministros**, que escolhia o Ministério e o apresentava à Câmara dos Deputados.

Em caso de conflito entre o Ministério e a Câmara, a decisão cabia a D. Pedro II, que, geralmente, dissolvia a Câmara e marcava novas eleições. Como as eleições eram manipuladas, o imperador acabava conseguindo impor sua escolha. Portanto, ele estava acima dos partidos políticos e os manipulava, promovendo um rodízio entre eles: ora alçava os liberais ao poder, ora os conservadores. Por vezes, estimulados pelo imperador, liberais e conservadores governaram juntos, compondo um mesmo ministério: o **Ministério da Conciliação** (1853-1857).

PARA REFLETIR

Esta charge, de 1878, é de autoria do caricaturista sergipano Cândido de Aragonez Faria, um artista importante para o conhecimento do reinado de D. Pedro II. Observe-a com atenção.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

a) Quem é o personagem central e o que ele está fazendo?
b) Quem ou o que os personagens montados a cavalo representam?
c) Quem será essa mulher idosa de vestido longo e chapéu igual ao de Napoleão Bonaparte?
d) O que está acontecendo na cena?
e) O que o artista pretendeu com esta charge?
f) O que se pode concluir sobre a Monarquia Constitucional brasileira?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Economia do Segundo Reinado

No reinado de D. Pedro II, o café liderou as exportações brasileiras e contribuiu para a modernização e a consolidação do Império.

O café na liderança

O café é uma planta nativa do leste da África (Etiópia). Acredita-se que as primeiras mudas tenham entrado no Brasil por Belém, no Pará, em 1727. Nos primeiros tempos, o cafeeiro era plantado no quintal das casas e servia apenas para consumo doméstico. A partir do século XIX, o hábito de beber café tornou-se moda na Europa e nos Estados Unidos, estimulando a formação de cafezais no Brasil. Além disso, havia no Brasil solos e climas favoráveis ao cultivo dessa planta. Assim, em pouco tempo, o café tornou-se o produto brasileiro mais vendido no exterior.

Inicialmente, os cafezais ocuparam o litoral do Rio de Janeiro. Depois, avançaram pelo **Vale do Paraíba**. Entre 1830 e 1880, o café produzido no Vale do Paraíba fluminense e paulista tornou-se a principal riqueza do Império. Daí a expressão muito usada na época: "O Brasil é o Vale".

Posteriormente, em consequência do esgotamento dos solos e do aumento da procura, os cafezais se espalharam pela Zona da Mata mineira e pelo Oeste paulista, onde havia a terra roxa, um tipo de solo ideal para o cultivo do café. E, na sua marcha, os cafezais foram fazendo a riqueza dos "barões do café", nome dado aos cafeicultores enriquecidos com a produção e exportação do produto.

Vale do Paraíba: área situada entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

ZIG KOCH/OLHAR IMAGEM

Café.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Interior da casa-grande da Fazenda União, em Rio das Flores, Vale do Paraíba fluminense, Rio de Janeiro. Fotografia de 2007.

ENCAMINHAMENTO

- Mencionar que, a partir de 1834 – quando superou o açúcar como principal produto de exportação brasileiro –, o café uniu o centro político ao centro econômico, contribuindo, assim, para a consolidação do Estado imperial.
- Salientar que, na década de 1820, o café se tornou o terceiro produto da pauta das exportações brasileiras (18,4%), só perdendo para o açúcar (30,1%) e para o algodão (20,6%). Na década de 1830, passou a ser o principal produto brasileiro de exportação (43%) e, na segunda metade do século XIX, chegou a responder por mais de 60% das exportações brasileiras.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- O CICLO do café I. Parte 1. Duração: 9min49s. Disponível em: <http://livro.pro/wb6ipr>. Acesso em: 27 set. 2018.

Documentário sobre os imigrantes nas plantações de café no norte do Paraná.

- O CAFÉ – História e penetração no Brasil. Duração: 33min13s. Disponível em: <http://livro.pro/dxrkjr>. Acesso em: 27 set. 2018.

Curta-metragem, produzido em 1958, sobre a história do café.

- A EXPANSÃO cafeeira e a urbanização em São Paulo. Parte 1. Duração: 28min42s. Disponível em: <http://livro.pro/ipo39r>; Parte 2. Duração: 27min42s. Disponível em: <http://livro.pro/hw23it>. Acessos em: 27 set. 2018.

Entrevista com Flavio Saes, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, sobre a expansão cafeeira. Produção da TV Univesp.

DIVULGAÇÃO PROIBIDA FTD

Texto de apoio

A produção no Vale

Os consumidores da saborosa bebida, servida nos elegantes cafés europeus e americanos, provavelmente nada sabiam a respeito do duro trabalho que envolvia a produção do café.

Depois da derrubada da mata e da limpeza do terreno por meio de queimadas, as mudas de café eram plantadas utilizando-se a enxada. Para colher os primeiros frutos, era preciso esperar de quatro a seis anos. Entre as fileiras do cafezal plantavam-se milho, feijão e mandioca, que, além de contribuírem para a alimentação dos habitantes da fazenda, forneciam sombra para as mudas.

O período da colheita ia de maio a outubro, ao que se seguia o de beneficiamento, ou seja, os grãos colhidos eram lavados e espalhados pelo terreiro para secar – operação que durava de trinta a sessenta dias. Para que secassem por igual, revolviam-se os grãos com grandes rodos de madeira. Depois de seco, o grão ainda continha duas cascas, uma mais grossa, chamada polpa, e outra fina, o pergaminho. Para retirá-las, socava-se o grão manualmente, com o auxílio de juntas de bois ou de máquinas rudimentares.

Eliminadas as capas, os grãos eram separados das impurezas por meio de peneiras, abanos e, posteriormente, ventiladores. Restava ainda a catação, feita manualmente, na qual se selecionavam os grãos que seriam ensacados e exportados. [...]

LUCA, Tania Regina de. **Café e modernização**. São Paulo: Atual, 2000. p. 7.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar os fatores que levaram à expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba:

– abundância de terra e mão de obra escravizada: a terra foi concedida por D. João VI aos cafeicultores em forma de sesmarias e o trabalho cabia aos milhares de africanos escravizados trazidos pelo tráfico atlântico;

– mercado externo em expansão: o hábito de beber café tornou-se moda na Europa e nos Estados Unidos, o que gerou um aumento da demanda internacional do produto;

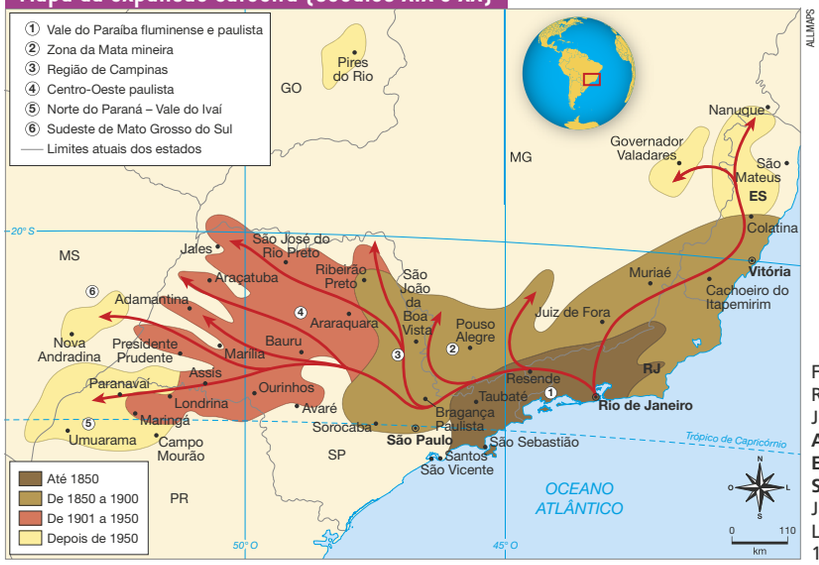
– o cafeeiro podia durar 30 anos ou mais, enquanto a cana tinha de ser replantada a cada três anos;

– o café se deteriorava menos do que a cana durante o transporte.

- Mencionar que outros importantes produtos brasileiros de exportação no século XIX, além do café, foram o açúcar, o algodão, couros, peles e a borracha.
- Informar que o **açúcar** ocupou o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras durante boa parte do século XIX (entre 1861-1870, ele foi ultrapassado pelo algodão). Na época, o açúcar brasileiro passou a sofrer a concorrência do açúcar extraído da beterraba, produzido na Europa, e também do açúcar de cana, fabricado nas ilhas do Caribe, especialmente em Cuba.
- Acrescentar que, desde os tempos coloniais, o **algodão** era cultivado sobretudo no Maranhão, em Pernambuco, em Alagoas e na Paraíba. No século XIX, a guerra civil estadunidense (1861-1865) desorganizou a produção algodoeira do sul dos Estados Unidos e possibilitou uma rápida ascensão do algodão brasileiro que, então, passou ao segundo lugar nas exportações brasileiras.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: O IMPÉRIO em Minas Gerais: economia e poder na Zona da Mata Mineira do século XIX. Disponível em: <http://livro.pro/qbhm9y>. Acesso em: 27 set. 2018.

Observe o mapa abaixo:

Mapa da expansão cafeeira (séculos XIX e XX)



Fonte: RODRIGUES, João Antonio. **Atlas para Estudos Sociais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977. p. 26.

Em 1870, Campinas, no Oeste paulista, superava Vassouras, cidade líder do Vale do Paraíba, e já se exportava mais café pelo porto de Santos do que pelo porto do Rio de Janeiro.

No Segundo Reinado, além do café, o Brasil exportava outros gêneros, como açúcar, algodão, cacau, tabaco, couros, peles e borracha. Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, por exemplo, cultivavam algodão, que, na época, tornou-se o segundo produto mais exportado pelo Brasil. A Bahia destacava-se por sua produção de cacau e tabaco. Já a Amazônia produzia borracha, que, no exterior, servia de matéria-prima para a fabricação de pneus para a nascente indústria automobilística.

O mercado interno no Império

A economia brasileira do Império não dependia apenas das vendas para o mercado externo. Havia também uma produção variada destinada ao **mercado interno.** Em Minas Gerais, por exemplo, criava-se gado (cavalos, porcos, bois etc.) e produziam-se tecidos e alimentos (toucinho, carne salgada, farinhas de mandioca e de milho). Tudo isso era vendido no mercado interno, tanto no interior de Minas Gerais quanto para outras províncias, especialmente a do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul, o principal produto era o charque (carne salgada), que também era vendido para outras províncias brasileiras, onde era utilizado, sobretudo, na alimentação dos escravizados. As fazendas que produziam charque também utilizavam mão de obra escrava.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

184

PARA REFLETIR

Leia o texto e observe a imagem.

Fonte 1

O texto a seguir é do Barão de Pati do Alferes, que presenciou a expansão do café no Império.

> [...] O maior desperdício que se encontra em quase todos os lavradores, não só deixando apodrecer as madeiras [...] podendo conduzi-las [...] para o armazém, como lançando-lhes fogo com o maior sangue-frio, como se estivessem fazendo grande coisa [...] em menos de uma hora deixam em cinzas aquilo que a natureza levou séculos a criar.
>
> ALFERES, Barão de Pati do apud MARTINS, Ana Luiza. **O trabalho nas fazendas de café**. São Paulo: Atual, 1994. p. 20. (A vida no tempo).

Fonte 2

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Derrubada da floresta, em obra de Rugendas, 1835.

a) O que o cafeicultor está criticando na fonte 1?

b) O que se vê na imagem?

c) Que relação se pode estabelecer entre a fonte 1 e a fonte 2?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Está criticando dois aspectos: a queima da mata e o não aproveitamento da madeira cortada durante a derrubada.

b) Vê-se a derrubada e o resultado da queimada da floresta. Note que o trabalho era feito por escravizados vigiados por um feitor.

c) A fonte 1 critica a derrubada da floresta e a fonte 2 mostra como ela se dava durante a expansão da cafeicultura no Império.

Texto de apoio

Em 1830, a cultura do café era a principal atividade do Vale do Paraíba. A região, anteriormente coberta por extensas e intricadas matas, teve sua paisagem transformada por tantos cafezais. A exploração cafeeira continuou o mesmo modelo da açucareira: significativas derrubadas das matas e posterior queima da madeira, grande propriedade, monocultora e trabalho escravo. A derrubada das matas começava na madrugada e os escravos reunidos davam início ao trabalho da destruição. A submata e os cipós retrançados eram cortados com foices para abrir caminho aos machadeiros que vinham atrás. Depois de limpo o chão, em volta de uma árvore, o machadeiro começava a cortar a altura da cinta, ou às vezes em cima de uma plataforma.

Um vigia avisava-o quando devia afastar-se de uma árvore já parcialmente cortada, para recomeçar o trabalho em outra situada pouco mais acima, na encosta. Quando a árvore estremecia, ele se afastava, e quando todas as árvores da lombada se achavam enfraquecidas, o mais experimentado machadeiro escolhia aquela que, na sua queda, arrastaria as outras situadas em plano inferior, entrelaçadas todas pelos cipós. Em seguida escolhiam as madeiras necessárias para a fazenda e o restante era queimado.

As queimadas, feitas de forma descuidada, espalhavam-se pelas fazendas vizinhas. O agrônomo francês M. R. Lesé, testemunha do final do século XIX, observou situações em que, para cada hectare que se pretendia abrir para a lavoura, de cinco a dez eram destruídos pelo fogo descontrolado. [...]

Assim, a floresta da Tijuca, por exemplo, foi sendo substituída pelos extensos plantios de café, o que gerou um colapso no sistema de abastecimento de água potável, pois os rios que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro, especialmente o Carioca e o Paineiras, perderam a cobertura vegetal que protegia suas nascentes. Desse modo, por orientação do Ministério da Agricultura, em 1856, alguns terrenos localizados ao redor das nascentes começaram a ser desapropriados para que fossem reflorestados. Em 11 de dezembro de 1861, dom Pedro II aprovou o documento "Instruções Provisórias", pelo qual mandava efetuar o plantio e a conservação das florestas da Tijuca e das Paineiras.

[...]

MARCONDES, Sandra. O impacto da cultura do café no meio ambiente do Brasil do século XVIII ao XXI. **Câmara de Cultura**, 5 dez. 2015. Disponível em: <http://camaradecultura.org/o-impacto-da-cultura-do-cafe-no-meio-ambiente-do-brasil-do-seculo-xviii-ao-xxi/>. Acesso em: 28 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Ressaltar que o surto de modernização do Império contou também com a Tarifa Alves Branco (1844) e a Lei Eusébio de Queirós (1850).

• Comentar que uma das principais iniciativas de Mauá foi a compra de uma pequena fundição e estaleiro com o nome de Ponta da Areia (1846), em Niterói, no Rio de Janeiro. Em pouco tempo, o estabelecimento já fabricava tubos para encanamentos, navios a vapor e trilhos de ferro. Outra importante empresa de Mauá foi a Companhia de Iluminação a Gás da cidade do Rio de Janeiro, que, a partir de 1854, passou a fornecer luz para as ruas e residências da capital do Império.

Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como Barão de Mauá, nasceu em 1813 no Rio Grande do Sul. Criado pelo tio, foi levado ainda criança para o Rio de Janeiro, onde realizou diversos trabalhos temporários, inclusive o de engraxate. Aos 23 anos já era sócio-gerente da loja em que trabalhava. Alguns anos depois, viajou para a Inglaterra, onde conheceu a indústria de ferro. Retornou ao Brasil e comprou uma pequena fundição em Niterói, RJ.

Daí em diante, passou a atuar como empresário em diversas áreas. Em 1854, Mauá participou da construção da primeira estrada de ferro do Brasil.

Em 1872, ele investiu na instalação do cabo submarino que permitiu a ligação telegráfica entre Brasil e Europa.

• Aprofundar o assunto acessando os textos: LEI nº 581, de 4 de setembro de 1850 – Lei Eusébio de Queirós. Disponível em: <http://livro.pro/jmtrjn>; e MAUÁ e a tradição da modernização industrial no Brasil. Disponível em: <http://livro.pro/v8eeco>. Acessos em: 27 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• VISCONDE de Mauá. Duração: 24min54s. Disponível em: <http://livro.pro/zpgdya>. Acesso em: 27 set. 2018.

Documentário especial sobre Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá.

Modernização do Império: indústrias e ferrovias

Alfândega: repartição pública encarregada de vistoriar bagagens e mercadorias em trânsito e cobrar os correspondentes direitos de entrada e saída.

Além da riqueza vinda do café, dois outros elementos contribuíram para o progresso do Império brasileiro:

a) a tarifa Alves Branco (1844), que aumentou os impostos sobre cerca de 3 000 produtos estrangeiros; esses produtos pagavam 15% e, com essa lei, passaram a pagar de 30% a 60% de imposto nas **alfândegas** brasileiras;

b) a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibia a entrada de africanos escravizados no Brasil.

O capital que deixou de ser gasto na compra de escravos, somado ao dinheiro obtido com as vendas do café brasileiro para o exterior, passou a ser investido em novos negócios.

Foram criadas, na época, dezenas de indústrias (de tecidos, chapéus, cervejas), uma companhia de iluminação a gás, várias companhias de seguro e de navegação a vapor, bancos e empresas de mineração e de transportes urbanos. Parte dessas empresas (como esta da imagem abaixo) foi montada com capitais do empresário gaúcho Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

COLEÇÃO PARTICULAR

Fundição e estaleiro da Ponta da Areia, em Niterói, 1850-1856, em gravura de P. G. Bertichen. O estaleiro de Mauá é um indício importante da modernização econômica vivida pelo Império na época.

DIVULGAÇÃO PNLD 2019 FTD

186

Outro fator de modernização do Império foi a construção de uma malha ferroviária ligando o interior ao litoral.

Em 1854, inaugurou-se a primeira ferrovia no Brasil; ela ligava a baía da Guanabara a Petrópolis, no Rio de Janeiro. Em 1858, entrava em serviço outra ferrovia brasileira, a **Estrada de Ferro D. Pedro II** (futura Central do Brasil), construída com o objetivo de fazer o transporte de café do Vale do Paraíba para o porto do Rio de Janeiro.

Em Pernambuco, em 1855, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Recife-São Francisco, usada para transportar gêneros agrícolas, sobretudo o açúcar.

Em São Paulo, as ferrovias acompanharam o avanço dos cafezais pelo interior paulista, visando ao transporte de café até o porto de Santos; a primeira delas, a **Santos-Jundiaí** (1867), foi construída com capitais predominantemente ingleses. As outras ferrovias, como a Paulista, a Mogiana e a Sorocabana, foram financiadas pelos próprios cafeicultores paulistas, que atuavam como empresários: compravam terras, investiam em ferrovias e importavam máquinas, como arados, ventiladores e separadores de grãos. Com as ferrovias, o transporte tornou-se mais barato e mais rápido, e o lucro dos cafeicultores aumentou.

Trecho da São Paulo Railway, no topo da Serra do Mar, em uma aquarela de Charles Pepford, 1876. No quarto mês de funcionamento, a ferrovia já permitia aos ingleses um lucro de 300%. Com a construção da Santos-Jundiaí, os ingleses garantiram uma posição estratégica que lhes assegurava o controle do escoamento de todo o café produzido no interior paulista.

COLEÇÃO PARTICULAR

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

Comboio de Histórias

Progresso, conforto e charme. Os trens que rasgavam o Brasil no século XIX levavam a mensagem da civilização. Transportando gente ou carga, as composições venciam grandes distâncias em tempos até então impensáveis, concretizando uma unidade nacional difícil de se impor desde a Independência.

Cortando as matas e ligando cidades, escoando a riqueza do café, transportando presidentes da República, deslocando trabalhadores [...], os trilhos que desembocavam em capitais e em lugarejos remotos transformaram a vida das populações, que se organizavam a partir do apito da locomotiva.

Cenário de romances e inspiração para artistas, o trem perdeu espaço para os automóveis e caminhões a partir da década de 1960. Passados 50 anos, nossa malha mede pouco mais do que sua extensão em 1920. [...]

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL, ano 5, n. 53, p. 15, fev. 2010.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que um dos aspectos mais visíveis do progresso do Império na segunda metade do século XIX foi a construção de uma malha ferroviária que agilizou o transporte de mercadorias brasileiras até os portos do litoral.
- Evidenciar que, no Centro-Sul, quase toda a malha ferroviária foi construída visando ao escoamento do café. Pensando em agilizar o transporte desse produto, o Barão de Mauá planejou a construção de uma ferrovia ligando Jundiaí a Santos, passando pela cidade de São Paulo.
- Ressaltar que o plano de Mauá se concretizou em 1868, com a inauguração da **São Paulo Railway**. Os capitais, os técnicos e os materiais usados na construção dessa importante ferrovia eram, no entanto, predominantemente ingleses.
- Salientar que, a partir de Jundiaí, o avanço dos trilhos foi inteiramente financiado por capitais brasileiros, principalmente dos cafeicultores do Oeste Paulista, que pensavam como empresários: compravam terras, importavam máquinas e investiam na expansão das ferrovias.
- Acrescentar que, conforme as "ondas verdes de café" avançavam, ia se multiplicando o número de ferrovias, como a Paulista, a Mogiana, a São Paulo-Rio e a Ituana. Essa malha ferroviária abriu o interior de São Paulo à cultura do café, diminuiu o custo do transporte, aumentou os lucros dos cafeicultores e transformou o porto de Santos em um grande centro de comercialização do produto. Os grandes fazendeiros deixavam suas fazendas sob a responsabilidade de administradores e construíam casas nas cidades, onde abriam negócios, estimulando, assim, a urbanização e a modernização.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- PRIMEIRA ferrovia do Brasil esquecida no tempo. Duração: 2min38s. Disponível em: <http://livro.pro/xxqecm>. Acesso em: 27 set. 2018.

Reportagem sobre o estado atual da ferrovia Mauá.

ENCAMINHAMENTO

• Demonstrar, através do cronograma a seguir, como se deu a questão pelo fim do tráfico de escravizados e a reação do governo brasileiro diante da pressão inglesa:

– 1827: A Inglaterra exigiu que o governo de D. Pedro I extinguisse o tráfico negreiro no prazo de três anos, como condição para reconhecer a emancipação política do Brasil.

– 1831: Uma lei brasileira declara ilegal o comércio de escravizados para o Brasil. Essa lei, no entanto, permaneceu letra morta, isto é, sem valia.

• Refletir sobre a fala de José Bonifácio em 1823, durante a Assembleia Geral Constituinte:

> [...] a introdução de novos africanos no Brasil [...] só serve de obstar a nossa indústria. [...]
>
> Para provar [...] que a escravatura deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se veem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura.

REPRESENTAÇÃO à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura, 1823. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). **Projetos para o Brasil**: José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• O TRÁFICO de escravos. Duração: 3min51s. Disponível em: <http://livro.pro/x6n4tk>. Acesso em: 27 set. 218.

Animação explicando o tráfico escravista durante os séculos XVII, XVIII e XIX.

A pressão inglesa e o fim do tráfico

Tráfico atlântico: nome dado pelos historiadores ao comércio de africanos escravizados pelo oceano Atlântico.

Durante muito tempo, o governo da Inglaterra obteve lucros enormes com o **tráfico atlântico**; mas, em 1807, mudou de atitude: proibiu a venda de africanos para suas colônias na América e, em 1833, extinguiu a escravidão nessas colônias. Além disso, o governo inglês passou a combater radicalmente o tráfico e a escravidão. O que o teria levado a essa mudança de atitude?

1º) A Inglaterra, líder da Revolução Industrial, tinha interesse em ampliar o mercado para os seus produtos; mas, nos países escravistas, como o Brasil, por exemplo, os proprietários gastavam boa parte do seu capital na compra de escravos, e os escravizados não tinham como comprar os produtos ingleses.

PRISMA ARCHIVO/AGB PHOTO LIBRARY

Gravura mostrando portuários carregando um grande barco a vapor inglês com mercadorias valiosas. Londres, século XIX.

2º) Com o fim do tráfico, o dinheiro que os proprietários brasileiros gastariam na compra de escravizados poderia ser investido na aquisição de manufaturados. E se os trabalhadores do Brasil passassem a receber salários, a compra de produtos ingleses poderia aumentar ainda mais.

3º) Parte da população e dos políticos ingleses havia aderido às ideias iluministas e opunha-se à escravidão.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

188

A *Bill Aberdeen*

Em 1827, a Inglaterra exigiu do Império brasileiro a extinção do tráfico de africanos no prazo de três anos, como condição para reconhecer a independência do Brasil. Por conta disso, em 1831, uma lei brasileira declarou ilegal o comércio de africanos para o Brasil. Mas como, apesar da lei, esse comércio cresceu em vez de diminuir, em 1844 a Inglaterra exigiu a renovação do acordo de 1827. O governo de D. Pedro II, porém, se recusou a renová-lo, acusando os ingleses de violarem a soberania nacional ao invadir águas brasileiras para prender navios que traficavam africanos.

Em represália, em 1845, o governo da Inglaterra aprovou a ***Bill Aberdeen***, lei que autorizava os navios ingleses a prender ou afundar os navios negreiros; a lei considerava criminosos o dono do navio, o capitão, o piloto e seus auxiliares. Os traficantes eram julgados na Inglaterra.

A tabela ao lado mostra como os donos de escravizados reagiram à *Bill Aberdeen*.

DIALOGANDO

Que relação se pode estabelecer entre a ***Bill Aberdeen*** e o tráfico de africanos para o Brasil? Por quê?

Reação dos donos de escravizados à *Bill Aberdeen*

Período	Número de escravizados entrados no Brasil
1845	19 453
1846	50 325
1847	56 172
1848	60 000
1849	54 000
1850	23 000

Fonte de pesquisa: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Unesp, 1977. p. 75.

GRANGER/FOTOARENA

Cruzando a barra do rio Gallinas, gravura em madeira reproduzida por um jornal inglês da época. Um esquadrão naval britânico ataca traficantes de escravos em Serra Leoa, em 1849.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Caminhos da liberdade

Pesquisas recentes sobre a Abolição evidenciam que a extinção oficial do trabalho escravo no Brasil se deu por meio do esforço de vários protagonistas, incluindo lideranças políticas, associações comerciais e dos próprios africanos e afrodescendentes. O início do debate sobre a emancipação dos escravos é antigo, com a pressão pelo fim do tráfico começando já na época da vinda da Corte de dom João em 1807. A partir de 1870, o debate assume maior proporção e grupos e movimentos abolicionistas são criados em diferentes regiões do Brasil. "As ideias abolicionistas circulavam pelos países escravistas por meio de marinheiros e viajantes, e escravizados inflamavam-se com as notícias vindas da independência do Haiti", exemplifica Schwarcz.

[...] Como resultado da Abolição em diferentes regiões das Américas, no decorrer do século XIX a pressão internacional cresceu para que o Brasil fizesse o mesmo. Depois de firmar, com o Reino Unido, tratados que davam base legal para a repressão ao tráfico e para a emancipação de africanos encontrados a bordo de navios negreiros, o país promulgou, em 1831, uma lei proibindo o tráfico atlântico. Beatriz Gallotti Mamigonian, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conta que a aplicação da lei de 1831 foi desigual e não resistiu aos interesses de traficantes e fazendeiros. "Assim, mesmo tendo direito ao estatuto de africanos livres e, portanto, à liberdade, cerca de 800 mil pessoas foram importadas entre 1830 e 1856 e mantidas como escravas", afirma. De acordo com ela, os 11 mil capturados e emancipados ficaram sob tutela do governo imperial, atuando em fábricas, obras públicas e hospitais. "Eles trabalhavam sem salário, em troca de comida e roupa, como os escravos", explica Beatriz.

[...]

QUEIROZ, Christina. Caminhos da liberdade. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 267, maio 2018. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/05/23/caminhos-da-liberdade/>. Acesso em: 27 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Frisar que, em 1845, o Parlamento inglês aprovou a *Bill Aberdeen*, lei proposta pelo ministro inglês George Aberdeen que autorizava a Marinha inglesa a prender ou bombardear os navios negreiros e a levar os contraventores para serem julgados na Inglaterra. A *Bill Aberdeen* foi uma represália à Tarifa Alves Branco, que elevava as taxas sobre os produtos importados e contrariava, assim, os interesses ingleses.

Dialogando

Com a aprovação da *Bill Aberdeen*, aumentou a entrada de africanos no Brasil, pois os senhores procuravam estocar, cientes de que o final do tráfico estava próximo. Comentar que, após a *Bill Aberdeen*, os preços dos africanos subiram.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A ABOLIÇÃO do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos. Disponível em: <http://livro.pro/n6n5ax>. Acesso em: 27 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o texto a seguir:

[...] Findo o tráfico, era inevitável, em algum momento, o fim da própria escravidão. Fazia-se, então, necessário pensar em alternativas para a mão de obra escrava. O assunto ocupava o governo desde 1842, quando foi apresentado à Câmara um projeto de regulamentação da estrutura fundiária, que previa a venda de terras públicas para o financiamento da contratação de trabalhadores livres na Europa. O projeto arrastou-se no Congresso sem conseguir ser aprovado. Em 1850, o governo o transformou em lei. Mas foi tal a resistência de proprietários e de autoridades locais à sua aplicação, sobretudo no dispositivo que previa mediação e venda de terras públicas, que a lei pouco resultado teve.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 100.

- Explicar que, com o fim do tráfico atlântico, aumentou a exigência de braços para as lavouras do Sudeste. Essa região passou, então, a comprar escravizados do Norte e Nordeste, onde a oferta de cativos era maior. Além do tráfico interprovincial, utilizou-se também do tráfico intraprovincial, ou seja, da transferência de cativos das áreas mais pobres para as mais ricas. Durante a vigência desses tipos de tráfico, negociaram-se cerca de 400 mil escravizados.

A Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras

Externamente, os ingleses aumentaram a repressão ao tráfico, chegando a invadir águas brasileiras para prender navios que traficavam escravos. Internamente, o aumento da entrada de africanos no Brasil e as frequentes rebeliões de africanos escravizados atemorizavam a elite do Império. Sob forte pressão, o governo de D. Pedro II aprovou, em 1850, a **Lei Eusébio de Queirós,** que proibia definitivamente a entrada de escravizados no Brasil.

A proibição do tráfico colocava os proprietários brasileiros diante de dois problemas:

1) Como conseguir mais trabalhadores para suas propriedades?

2) Como evitar que o trabalhador se tornasse um **posseiro**?

Então, naquele mesmo ano, o governo de D. Pedro II aprovou a **Lei de Terras**: essa lei dizia que um indivíduo só podia se tornar dono de uma terra por compra; a doação ou a posse ficavam proibidas. Além disso, todo proprietário de uma terra tinha de pagar um imposto territorial por ela. Com isso, ex-escravos, imigrantes e pobres em geral ficavam excluídos do acesso à terra, cujos preços eram elevados demais para eles; para sobreviver, tinham forçosamente de trabalhar para os grandes proprietários ou comerciantes.

Posseiro: indivíduo que ocupa terra abandonada.

O tráfico interprovincial

Proibidos de comprar trabalhadores da África, os fazendeiros do Sudeste passaram a comprá-los de outras regiões do país, como o Nordeste, onde a oferta de braços era maior, devido à decadência da lavoura açucareira. Esse tipo de comércio foi chamado de **tráfico interprovincial**.

Dica! Vídeo explicando a Lei Eusébio de Queirós. Duração: 2min44s. Disponível em: <http://livro.pro/y7ew3w>. Acesso em: 27 set. 2018.

COLEÇÃO PARTICULAR

Vendedores de balaio do Rio de Janeiro em uma fotografia de Christiano Jr., 1864-1865.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

[...] Quando o Brasil ficou independente, quase todos os países do mundo já tinham abandonado o tráfico negreiro, que passou a ser considerado como um ato criminoso de pirataria. Para se defender, a diplomacia brasileira se prendia à justificativa de ser a única monarquia das Américas, uma aliada natural da Europa, e assim o país se manteve [...] no tráfico negreiro com a cobertura do governo. [...] Quem estudava o assunto eram os diplomatas e os estudiosos do direito internacional, porque o tráfico envolvia comércio exterior e normas do direito internacional impostas pelo Reino Unido ao governo brasileiro. Havia também um desconhecimento estatístico sobre o tráfico negreiro, mas hoje isso tudo se esclareceu muito mais. Existe um banco de dados *on-line* feito por especialistas [www.slavevoyages.org] que mostra que o Brasil importou 43% de todo o tráfico negreiro, o que corresponde a cerca de 4,8 milhões de africanos. Pegando três séculos, entre 1550 e 1850, o número de africanos que chegaram ao Brasil foi seis vezes e meia maior que o número de portugueses que chegaram como colonos e imigrantes na mesma época. Portanto, nós somos uma nação maciçamente de origem africana. Isso ficou claro agora no Censo de 2010, quando os prolongamentos demográficos da imigração europeia diminuíram.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Sesc São Paulo**, 29 fev. 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9794_LUIZ+FELIPE+DE+ALENCASTRO>. Acesso em: 27 set. 2018.

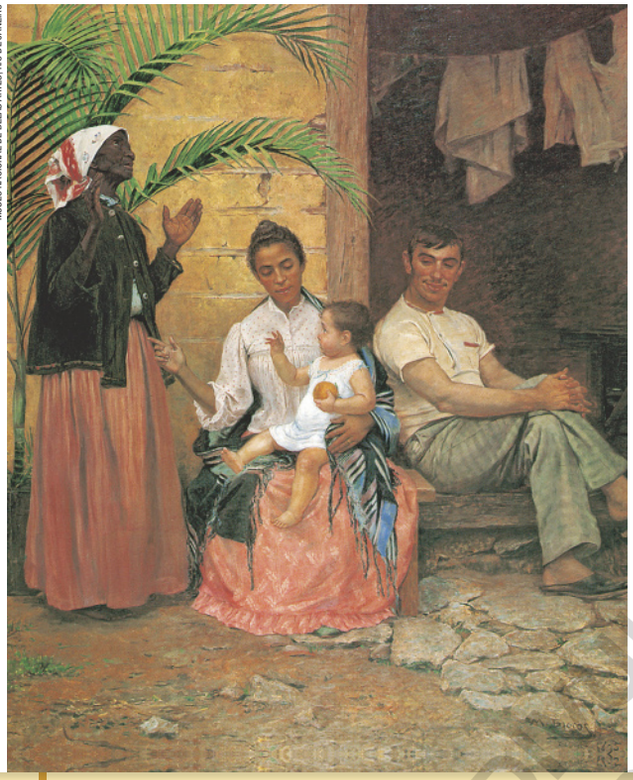
Enquanto isso, no Parlamento e na imprensa do Brasil ocorriam debates acalorados sobre a utilização de trabalhadores livres nacionais nas lavouras de café. Ocorre que, para boa parte da elite imperial, esses trabalhadores – negros e mestiços em sua maioria – eram considerados "preguiçosos e indisciplinados". O **racismo** dessa elite era reforçado por teorias trazidas da Europa segundo as quais esses trabalhadores eram de "raças inferiores" e impediam o Brasil de se tornar um país civilizado. Os brancos, por sua vez, eram vistos como uma "raça superior", única capaz de criar civilização. Com base nessas teorias, muitos membros da elite imperial defendiam a entrada maciça de europeus e o consequente branqueamento da população brasileira como único meio de se chegar ao progresso.

Racismo: segundo uma historiadora, "o racismo é [...] uma doutrina que afirma [...] que algumas raças são, por natureza, superiores a outras" (CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil**. São Paulo: Ática, 2001. p. 6).

Essa ideia foi transformada em teoria pelo médico brasileiro João Batista de Lacerda. Segundo ele, em 100 anos, a contar de 1910, a população brasileira seria totalmente branca, por meio de intensa miscigenação; assim, os negros e os mestiços desapareceriam das terras brasileiras. Mas não foi isso o que aconteceu: pardos e negros somam mais de 50% da população brasileira atual.

A pintura abaixo, chamada **A redenção de Cam**, reforça a teoria do branqueamento.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO



A redenção de Cam, pintura a óleo de Modesto Brocos y Gomez, 1895. Note que a avó negra, cuja filha é mestiça, agradece a Deus pelo fato de o seu neto ter nascido branco, isto é, por ter a cor da pele do pai dele. A criança, então, teria vindo redimir a sua família da "marca de Cam", isto é, da cor negra.

ENCAMINHAMENTO

- Acentuar que a elite imperial acreditava que só a imigração branca daria ao país cidadãos exemplares e, ao imperador, súditos fiéis.
- Refletir sobre o texto de Rosely Gomes Costa, pós-doutora em Ciências Sociais pela Unicamp:

> Por outro lado, [...] a mistura de sangue negro com branco e o branqueamento também podiam ser vistos como uma possibilidade de redenção, como exemplifica o quadro de Modesto Brocos y Gomes de 1895 intitulado "A redenção de Can". O quadro representa a avó negra agradecendo aos céus pelo neto branco que está no colo da mãe mulata. Ao lado está o pai, que parece um imigrante de origem ibérica. Segundo a Bíblia, Can, um dos filhos de Noé, recebeu uma maldição: ele e seus descendentes seriam escravos. Pensadores que queriam adaptar a ciência ao texto bíblico o apontaram por séculos como o antepassado dos povos negros. O pintor, desejando representar o branqueamento da raça, denominou, assim, o quadro de "A redenção de Can".
>
> COSTA, Rosely Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100006>. Acesso em: 27 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- CULTURA brasileira – Racismo à brasileira. Duração: 15min3s. Disponível em: <http://livro.pro/g5i5w8>. Acesso em: 27 set. 2018.

Vídeo educativo sobre o racismo na história do Brasil. Produção da TV Univesp.

DISTRIBUIÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

[...] o contexto social da época disseminou um afastamento cultural com o continente africano devido à ideologia do branqueamento que havia se tornado política de estado.

"A ideologia do branqueamento que se tornou política de estado estimulou a imigração europeia de forma coerente com uma percepção evolucionista da história conforme a qual os povos e as sociedades africanas estariam em um estágio menos desenvolvido da humanidade, do qual a jovem nação brasileira deveria se afastar", relata.

Para justificar essa teoria pregavam a ideia de uma mestiçagem que seria benéfica para o país.

"Diante da impossibilidade da jovem nação brasileira de negar a presença negra no Brasil, dissemina-se a ideia de uma mestiçagem que seria benéfica, que levaria o negro ao patamar do branco e ao longo do tempo eliminaria o nosso biótipo primeiro. Então foi um afastamento cultural dado por essa ideologia predominante", completa.

Em decorrência do afastamento cultural houve um afastamento simbólico e tudo de matriz africana era visto como um sinal de atraso e deveria ser substituído pelos valores das sociedades europeias ocidentais.

SILVA, Elcio. Alberto da Costa e Silva e o vício pela cultura africana. **Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP**, 8 set. 2016. Disponível em: <http://prceu.usp.br/noticia/africa-e-alberto-da-costa-e-silva/>. Acesso em: 27 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Salientar que os países sul-americanos lutaram entre si pelo controle dos rios, das terras, do gado e, sobretudo, do poder. O Império brasileiro, por exemplo, interveio diversas vezes na região platina. Em 1851, invadiu o Uruguai para derrubar o *blanco* Manuel Oribe e colocar no poder o *colorado* Fructuoso Rivera. No ano seguinte, invadiu a Argentina para depor o caudilho Juan Manuel Rosas. Anos depois, voltou a invadir o Uruguai para depor Atanásio Aguirre, que era aliado do ditador paraguaio Solano López. O ditador, então, revidou mandando apreender o navio brasileiro Marquês de Olinda, que seguia com destino ao Mato Grosso e, em 13 de dezembro de 1864, declarou guerra ao Brasil, dando início à **Guerra do Paraguai**.

• Aprofundar o assunto acessando os textos: GUERRA do Paraguai: história e polêmica. Disponível em: <http://livro.pro/ey3pdg>; e O BRASIL no Rio da Prata (1822-1994). Disponível em: <http://livro.pro/uhurxb>. Acessos em: 27 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• A GUERRA do Paraguai. Duração: 9min54s. Disponível em: <http://livro.pro/sx46om>. Acesso em: 27 set. 2018.

Programa da TV Escola sobre a Guerra do Paraguai.

• GUERRA do Paraguai – A nossa Grande Guerra. Duração: 46min33s. Disponível em: <http://livro.pro/9fqgtn>. Acesso em: 27 set. 2018.

Documentário sobre a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai

O Império brasileiro envolveu-se em vários conflitos na América do Sul. De todos eles, o mais grave foi a Guerra do Paraguai (1864-1870), que durou quase seis anos e resultou na morte de dezenas de milhares de pessoas. Essa guerra pode ser explicada pelas divergências internas entre alguns países sul-americanos. Esses países disputavam entre si:

a) **o controle dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e da Prata**. Era por esses rios da região platina que as mercadorias sul-americanas seguiam para o interior do continente e também para a Europa. No caso do Brasil, havia um agravante: o comércio com a província do Mato Grosso era quase todo feito pelos rios da região, pois as estradas eram poucas e ruins.

Bacia do Rio da Prata

Fonte: ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 40.

b) **as terras férteis e de pastagens**. Era comum os fazendeiros de um país sul-americano desrespeitarem as fronteiras do outro. Daí surgiam o desentendimento e, depois, o conflito.

c) **a liderança política na região platina**. O governo de D. Pedro II, por exemplo, sempre que considerava seus interesses ameaçados, intervinha militarmente nos países platinos para colocar seus aliados no poder. Primeiro derrubou o presidente uruguaio Manuel Oribe (1851), depois o argentino Manuel Rosas (1852) e depois, ainda, o presidente uruguaio Atanásio Aguirre (1864-1865).

Essas disputas todas estão na origem da **Guerra do Paraguai**, conflito armado que envolveu quatro países sul-americanos: Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Texto de apoio

A Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. [...]

A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar; uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há "bandidos" ou "mocinhos", como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevidéu, [...] para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.

Dos erros de análise dos homens de Estado envolvidos nesses acontecimentos, o que maior consequência teve foi o de Solano López, pois seu país viu-se arrasado materialmente no final da guerra. E, recorde-se, foi ele o agressor, ao iniciar a guerra com o Brasil e, em seguida, com a Argentina.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93, 96.

Conheça os interesses dos principais envolvidos na guerra.

O **Brasil** queria garantir a livre navegação nos rios da bacia platina, pôr fim aos conflitos por terra e gado nas fronteiras com o Paraguai e depor o ditador paraguaio Francisco Solano López.

A **Argentina** desejava consolidar o Estado nacional argentino impedindo suas províncias de Entre Rios e Corrientes de separarem-se e formarem países independentes, valendo-se do apoio paraguaio.

O **Paraguai**, governado por Solano López, desejava tornar-se uma potência regional e conquistar uma saída para o mar, para comerciar com o exterior com maior facilidade (observe o mapa).

Guerra do Paraguai (1864-1870)

A Guerra do Paraguai definiu o mapa do Cone Sul.

Fonte: TORAL, André. Guerra no Mercosul. **Superinteressante**, São Paulo, ano 13, n. 9, p. 34, set. 1999.

Para chegar ao Atlântico, as mercadorias paraguaias deviam seguir pelos rios Paraguai, Paraná e da Prata. Mas o Rio Paraná está situado na fronteira do Brasil, e o Rio da Prata era controlado pela Argentina. Solano López, então, aliou-se ao Uruguai e aos rebeldes argentinos a fim de formar um novo país, cujo porto marítimo seria Montevidéu.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Mencionar que, de acordo com o historiador Ricardo Salles, o **Brasil** tinha interesse em impedir a formação de um Estado nacional forte nas terras onde hoje estão Uruguai, Paraguai e Argentina, assegurar a livre navegação nos rios da bacia platina e garantir os ganhos territoriais nas áreas de fronteira. A **Argentina** queria garantir a unidade do país, contando para isso com o apoio do Paraguai. Já o **Paraguai** de Solano López desejava fortalecer-se a ponto de garantir que não seria anexado pelos seus vizinhos (Argentina e Brasil) e buscava uma saída para o mar.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- HISTÓRIA: as causas da Guerra do Paraguai. Duração: 48min29s. Disponível em: <http://livro.pro/82ae8q>. Acesso em: 27 set. 2018.

Entrevista com Francisco Doratioto e André Toral sobre a Guerra do Paraguai. Produção da TV Univesp.

Texto de apoio

Os demais países frente à Guerra do Paraguai

Durante a guerra, as opiniões públicas da Europa e da América manifestaram uma simpatia especial pelo Paraguai, que lutava contra três países e permanecia bloqueado no interior do continente. O desenvolvimento da conflagração era dado a conhecer na imprensa internacional, acima de tudo, pelos trabalhos de propaganda que levaram adiante os mesmos Estados beligerantes. Por meio de subvenções, convênios, obséquios e contatos com jornalistas e escritores, tanto os agentes diplomáticos do Paraguai como os dos aliados se ocuparam da defesa de suas respectivas causas na imprensa europeia e americana. Um dos diplomatas paraguaios que atuou nesses anos na Europa, Gregorio Benites, ufanou-se com bastante razão de haver montado em Paris uma "grande máquina de publicidade", graças à união de importantes jornais e revistas franceses. Ademais, a legação do Paraguai na França editou e difundiu as alegações contra a Tríplice Aliança de Juan Bautista Alberdi e Charles Expilly; e os aliados fizeram o mesmo com as obras de outros escritores que lhe eram favoráveis.

Os governos europeus não mostraram, no entanto, um particular interesse em evitar ou deter a guerra e trataram de manter-se neutros. No caso da Grã-Bretanha, a neutralidade nem sempre foi observada por seus agentes diplomáticos no Prata, que em geral simpatizavam com os aliados, por considerar que representavam o progresso e a civilização contra o retrocesso e a barbárie. Como os interesses britânicos eram maiores na Argentina e no Brasil, os bancos e estabelecimentos comerciais dessa origem favoreceram os países da Tríplice Aliança. Também foram beneficiados com a provisão de elementos de guerra e a outorga de empréstimos nesse país. No entanto, como salientou Leslie Bethell, "esta era uma questão de negócios", "uma oportunidade para os interesses privados", e "não há evidências de que [o governo da] Grã-Bretanha se tenha empenhado ativa e entusiasticamente na derrota do Paraguai". Quanto ao mais, em 1867, o secretário da

ENCAMINHAMENTO

- Informar que, numa primeira fase, por meio de manobras rápidas, o Paraguai obteve vitórias por terra. Mas, nos rios, a Marinha de Guerra brasileira mostrou-se superior, vencendo os paraguaios em junho de 1865, na batalha naval do Riachuelo, travada no rio Paraná. Em setembro do mesmo ano, outra vitória aliada, desta vez por terra, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.
- Explicar que a segunda fase da guerra foi marcada por importantes vitórias dos aliados, apesar da tenaz resistência paraguaia. Em 1868, sob o comando do Duque de Caxias, as forças aliadas conquistaram a fortaleza de Humaitá e venceram importantes batalhas, como as de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura, chamadas de **dezembradas** por terem ocorrido no mês de dezembro. Essas vitórias facilitaram o caminho para Assunção, capital do Paraguai, conquistada em janeiro de 1869.
- Destacar que a última fase da guerra, em que se deu a perseguição de Solano López em território paraguaio, é conhecida como Campanha da Cordilheira e foi comandada pelo Conde D'Eu, autor de muitas atrocidades cometidas contra civis paraguaios. O presidente paraguaio foi morto por soldados brasileiros em Cerro Corá, em 1º de março de 1870.

Dialogando

a) O Exército paraguaio.

b) Brasil e Argentina, pois suas populações eram muito maiores do que a do Paraguai. Além disso, o Brasil e a Argentina arrecadavam muito mais do que o país de López.

O plano de Solano López, porém, não deu certo, pois seu aliado no Uruguai, o presidente Aguirre, foi derrotado pelo exército brasileiro, que invadiu o país em 1864. Mesmo sem seu aliado, Solano López partiu para a guerra, mandou aprisionar um navio a vapor brasileiro, que navegava pelo Rio Paraguai, e ordenou que seus soldados invadissem o Mato Grosso. Em seguida, pediu para atravessar as terras argentinas, mas teve seu pedido recusado. Diante disso, o Paraguai declarou guerra à Argentina. Em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai formaram a **Tríplice Aliança** para combater o Paraguai.

COLEÇÃO PARTICULAR

Denominada **Equilibrista-mor**, esta caricatura satiriza Solano López. Segundo um historiador, "o Paraguai era uma república só no nome: não existia separação ou independência de poderes, consultas populares etc. O sistema político se resumia à figura do presidente Francisco Solano López". (TORAL, André. **Adeus, chamigo brasileiro**: uma história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 121)

Leia a tabela a seguir.

Países envolvidos na Guerra do Paraguai

	População	Arrecadação de imposto em libras esterlinas (fins de 1864)	Efetivo do exército
Paraguai	400 000	314 420	77 000
Argentina	1 737 076	1 710 324	6 000
Brasil	9 100 000	4 392 226	18 320
Uruguai	250 000	870 714	3 163

Fonte: DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 91.

DIALOGANDO

Observe a tabela com atenção e responda:

a) Qual dos países tinha o maior exército?

b) Que países levariam vantagem com o prolongamento da Guerra do Paraguai? Por quê?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

legação britânica na Argentina, G. F. Gould, enviado ao Paraguai para obter a saída de seus compatriotas que quisessem fazê-lo, tentou mediar para a concertação da paz entre os beligerantes, intercambiando com o governo paraguaio bases que não foram finalmente aceitas.

Os Estados Unidos foram o único país que manteve uma legação no Paraguai durante a guerra. (França, Itália e Portugal tiveram agentes consulares). A representação diplomática estadunidense foi exercida primeiramente por Charles A. Washburn e depois, até bem tarde no ano de 1869, pelo general Martin T. MacMahon. Apesar de o primeiro entrar em conflito com o governo do marechal López, o segundo gozou das maiores considerações, e não ocultou sua admiração pela causa paraguaia. De toda maneira, o governo de Washington considerava que não devia envolver-se na contenda, porque nenhum interesse estadunidense estava comprometido com ela, o que não impediu que os Estados Unidos tentassem mediar o conflito. As gestões nesse sentido se chocaram com a negativa dos aliados, particularmente do Brasil, que preferia aniquilar López pela força das armas a negociar com ele.

[...]

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 83-85. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1072-historia_das_relacoes_internacionais_do_paraguai.pdf>. Disponível em: 27 set. 2018.

Consequências da guerra

A guerra teve resultados diferentes para cada um dos envolvidos.

O **Paraguai** perdeu a maior parte de suas indústrias, 140 mil quilômetros quadrados de seu território e mais de 200 mil pessoas. Apesar disso, manteve a independência.

O **Brasil** incorporou vastos territórios, garantiu a ligação fluvial com o sul do Mato Grosso e manteve a liderança na região platina. Mas os custos da guerra para o país foram altos. Segundo as fontes oficiais, morreram na Guerra do Paraguai 23 917 pessoas; há pesquisas, porém, que estimam em até 100 mil o número de mortos. A dívida externa brasileira cresceu, devido aos empréstimos tomados dos banqueiros ingleses, que lucraram muito com a guerra. O governo brasileiro teve de aumentar a emissão de moeda, provocando uma inflação que atingiu duramente a população pobre. Os gastos com a guerra foram enormes: 614 mil contos de réis, onze vezes o orçamento do governo brasileiro em 1864.

PARA REFLETIR

Mulheres na Guerra do Paraguai

O texto a seguir é de um historiador. Leia-o com atenção.

COLEÇÃO PARTICULAR

Numa manhã comum do mês de julho de 1865, [...] os moradores da cidade de Teresina se depararam com uma surpreendente notícia [...] nas páginas do periódico **A Imprensa**. Uma jovem cearense, radicada [...] na Província do Piauí, havia se disfarçado de homem, buscando assim [...] se alistar na condição de Voluntário da Pátria. Tratava-se de Antonia Alves Feitosa, [...] chamada desde menina pelo afetuoso apelido de Jovita [...].

MARCHESIN, Rafael Pessolato. **Os grupos populares e as representações nacionais em narrativas sobre a Guerra do Paraguai**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 28.

Fotografia de Jovita Alves Feitosa em uniforme de sargento, 1865 (fotografia originalmente em preto e branco).

Segundo o historiador Francisco Doratioto, mesmo impedida de alistar-se, Jovita foi para a guerra e atuou como enfermeira nos hospitais de sangue montados pelos exércitos aliados.

- Alguns jornais da época reprovaram a atitude de Jovita. O que isso nos leva a pensar?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Salientar que, para o Paraguai, a guerra foi um desastre. Segundo o historiador Ricardo Salles, a guerra vitimou 95% da população masculina do país. Além das mortes em combate, muitos civis e militares morriam por causa de epidemias como o cólera, das más condições de higiene e de habitação, e da fome. O Paraguai perdeu 140 mil quilômetros quadrados de seu território, parte para o Brasil e parte para a Argentina. Economicamente, saiu fragilizado, o que teve implicações que se estendem até os dias atuais.
- Chamar a atenção para o fato de que os gastos com a guerra foram de 614 mil contos de réis, 11 vezes o orçamento do governo brasileiro em 1864. O déficit gerado pela guerra atravessou décadas e ocorreu um aceleramento da dívida externa brasileira, por causa dos empréstimos contraídos com os banqueiros ingleses.
- Mencionar que a Argentina, que possuía na época 1,5 milhão de habitantes, perdeu 18 mil soldados. Já o Uruguai foi o país que menos teve perdas. Durante a Guerra do Paraguai ocorreram a institucionalização e o fortalecimento do Exército brasileiro.
- Comentar que muitos militares brancos, que haviam lutado ao lado de soldados negros, voltaram da guerra questionando a escravidão e a monarquia que lhe dava suporte. Além disso, a vitória na guerra elevou a autoimagem dos militares brasileiros e os aproximou das ideias e do movimento em favor da República.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

Resposta pessoal. O texto ajuda a refletir sobre a condição feminina na época.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Francisco Doratioto.

[...] Em uma ação que seria fatal para os seus objetivos militares no Prata, Solano López invadiu, em 13 de abril de 1865, a província de Corrientes. Sonhava ser recebido pelos federalistas argentinos como um libertador. Mas tudo o que conseguiu foi permitir que o presidente Mitre formalizasse um acordo com o Império do Brasil, o que, em outras circunstâncias, teria levado a um levante popular no interior argentino, que era antibrasileiro. Em maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança, entre Argentina, Brasil e Uruguai. Entre outras medidas, o documento determinava que a guerra somente terminaria com a saída de Solano López do poder. Estabelecia, também, o desmantelamento das fortalezas paraguaias que impediam a livre navegação pelos rios do Prata e definia as fronteiras do Paraguai com o Brasil e a Argentina, cabendo a esses os territórios em litígio. [...]

DORATIOTO, Francisco apud FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 367.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Um ponto em comum entre as quadrinhas é o tema: ambas tratam da antecipação da maioridade do imperador. Mas, enquanto os autores da quadrinha à esquerda são favoráveis à antecipação da maioridade, os da direita criticam o fato afirmando: "Não pode ser coisa boa servindo com a mesma gente".
2. a) Um homem de fraque e cartola vende cédulas e armas para as eleições.
   b) Os cascudos eram os conservadores; note que na caixa próxima aos pés do homem se lê: "cédula para os liberais a 340 réis".
   c) Significa que as eleições eram violentas, e tanto liberais quanto conservadores faziam uso da violência.
   d) A charge critica a fraude e a violência nas eleições do Império.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Vanessa Silva de Faria, doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Eleições do Império

O processo de construção e consolidação da nação brasileira e da identidade nacional foi marcado por ampla discussão, desde a Independência em 1822, estendendo-se para além da queda da Monarquia em 1889. E nesses debates em torno da construção nacional, as temáticas das eleições, da cidadania, da representação e da participação política sempre foram recorrentes. Fosse na Câmara ou no Senado, deputados e senadores denunciavam as práticas eleitorais fraudulentas, as imperfeições na legislação que abriam brechas à corrupção e às fraudes e atentavam para o fato de as eleições, antes de refletirem a vontade do povo, atenderem a vontade do governo.

O que os políticos do século XIX argumentavam no calor das discussões sobre os problemas inerentes ao sistema eleitoral brasileiro era a necessidade de solucionar e superar todas as mazelas que acometiam o sistema, pois só assim o processo de escolha dos representantes da nação seria imparcial e representativo. Assim, acreditando que a imparcialidade na escolha e que a efetiva representação pudesse ser alcançada por meio dos pleitos eleitorais, os políticos oitocentistas propuseram a reformulação da legislação eleitoral.

E quando se tratava de reformar a legislação que regia as eleições, geralmente os membros dos Partidos Liberal e Conservador concordavam em relação aos pontos capitais da reforma, haja vista que entendiam que "era na eleição de eleitores que residia todo o mal, uma vez que por ela se justificava a intervenção do governo, os abusos das autoridades locais, as violências, as fraudes, a desmoralização e, finalmente, a descrença política" [...]. De acordo com Francisco Belisário Soares de Souza, era no processo de qualificação de votantes, na formação da mesa paroquial e na interferência do governo nas eleições que residia o mal maior que acometia o sistema eleitoral e o enfraquecia quanto à representatividade.

[...]

FARIA, Vanessa Silva de. Eleições no Império: considerações sobre representação política no Segundo Reinado. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais...** Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364925577_ARQUIVO_artigoanpuh2013.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

ATIVIDADES

I Retomando

1. As quadrinhas a seguir eram cantadas nas ruas do Rio de Janeiro em 1840. Leia-as com atenção e responda:

Quadrinha 1

Queremos D. Pedro II
Embora não tenha idade,
A nação dispensa a lei,
E viva a maioridade.

Quadrinha 2

Por subir Pedrinho ao trono,
Não fique o povo contente;
Não pode ser coisa boa
Servindo com a mesma gente.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 74.

- Aponte um ponto em comum e uma diferença entre elas.

2. Observe a imagem com atenção:

Charge publicada em 1867 no jornal **O Cabrião**, editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis.

a) O que está acontecendo na cena?
b) Na caixa da direita está escrito "cédulas para cascudos a 320 réis". Quem eram os cascudos?
c) No bazar eleitoral há armas à venda. O que isso significa?
d) O que a charge critica?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

3. Leia o texto a seguir com atenção.

A Rebelião Praieira

[...] Barbosa Lima Sobrinho, Isabel Marson e Nancy Naro demonstraram que a Praieira foi, antes de tudo, uma disputa entre [...] oligarquias provinciais pelo poder político local. A historiografia aprofundou o estudo dessas tensões, das quais resultou o confronto armado, com sangrentas batalhas [...].

[...] A Praieira teve [...] outras faces, indo além da mera disputa oligárquica. Ela catalisou inúmeras insatisfações da população livre pobre, imprensada entre a escravidão e o desemprego. [...] O que tem encantado a historiografia é essa complexidade da Praieira. [...]

Uma disputa entre famílias de grossa fortuna, das quais [...] sairiam [...] presidentes de províncias, deputados e senadores do Império, mas sem descartar a luta de inúmeros homens livres pobres, a "gente comum", na expressão de George Rudé. Uma rápida leitura nos **Autos do Inquérito da Insurreição Praieira** confirma a **heterogeneidade** dos participantes. [...]

Heterogeneidade: diversidade.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. p. 359-360.

a) A partir da leitura do texto, é possível afirmar que:

I. A historiografia sobre o passado não se atualiza, permanece sempre a mesma.

II. O estudo da História é dinâmico, e a historiografia sobre os eventos ocorridos no passado se renova constantemente.

III. O estudo da História é estático, pois a disciplina trata de fatos antigos e de pessoas que já morreram.

IV. A historiografia sobre os eventos ocorridos no passado não é importante para as sociedades do presente.

b) Sobre a Rebelião Praieira, fica evidente no texto que:

I. foi uma rebelião liderada por integrantes de famílias ricas que reivindicavam melhores condições de vida aos homens livres pobres.

II. foi uma disputa entre famílias de grossa fortuna e os homens livres pobres pelo poder político local.

III. foi uma rebelião promovida pelas famílias ricas que lutavam contra a escravidão com a participação de homens livres pobres.

IV. foi uma disputa entre famílias ricas e uma luta da "gente comum" por melhores condições de trabalho e de vida.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Insurreição Praieira

[...] a principal bandeira política dos praieiros, a nacionalização do comércio a retalho, era um traço distintivo do programa do Partido Liberal em relação ao Partido Conservador. Esta reivindicação não era apenas uma figura de retórica, pois atendia a um "anseio popular", na expressão de Nabuco. Era como se a nacionalização do comércio a retalho corrigisse as falhas da Independência, que pouco trouxera para o homem livre pobre, marginalizado em seu próprio país. Os praieiros levaram essa reivindicação a sério, incluindo-a até nas discussões da Câmara em 1848.

[...] Até os líderes partidários que frequentavam as tribunas do parlamento pegaram em armas. Da mesma forma, participaram do movimento pessoas da cidade envolvidas com as campanhas eleitorais dos praieiros e gente do campo mobilizada nos conflitos locais entre proprietários rurais. Além disso, no mesmo lado do campo de batalha havia homens com perspectivas políticas e ideológicas muito distintas, ou mesmo contrárias ao Partido Praieiro, como era o caso do liberal radical Antônio Borges da Fonseca.

Enquanto os praieiros estiveram no poder, entre junho de 1845 e abril de 1848, Borges da Fonseca foi um ferrenho adversário do governo provincial. Como os deputados praieiros pertenciam ao grupo de políticos comensais do paço imperial, liderados por Aureliano, Borges da Fonseca, um republicano, considerava-os tão nocivos, talvez ainda piores, do que o Barão da Boa Vista e os Cavalcanti, que dominaram a província nos anos anteriores. Por suas críticas foi processado pelos praieiros por crime de imprensa, amargando a prisão entre agosto de 1847 e abril de 1848. Segundo a imprensa praieira, Borges pregava uma "cruzada contra todas as testas coroadas", era o "mais famoso anarquista do Brasil", um "energúmeno *sans culotte*". Seus seguidores, como relatava um presidente da província praieiro, eram "verdadeiros proletários". Quando a rebelião estourou, todavia, Borges não só aderiu como foi capaz de mobilizar um pequeno exército disciplinado e pronto a segui-lo, tornando-se um dos principais líderes da revolta. Do lado dos praieiros lutaram também os índios mobilizados pelo Capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, nas matas de Jacuípe e Barreiros, ao sul de Pernambuco. Além dos mobilizados por Borges da Fonseca, os próprios líderes praieiros também buscaram apoio entre os trabalhadores urbanos, muitos dos quais participaram ativamente da insurreição. Não foi à toa que Nabuco afirmou que a Praieira teve a força de um turbilhão popular, tamanha a diversidade de seus participantes anônimos.

[...]

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense**, n. 8, p. 7-8, nov. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11691/13462>. Acesso em: 27 set. 2018.

RESPOSTAS

3. a) Alternativa II.
   b) Alternativa IV.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) A tartaruga está representando o Partido Liberal.
   b) O bicho-preguiça está representando o Partido Conservador.
   c) O índio deitado sobre a tartaruga representa o Brasil.
   d) O personagem central é D. Pedro II; ele está manipulando os dois principais partidos políticos do Império; note que ele os conduz conforme a sua vontade.
   e) A charge é uma ironia ao enorme poder político do imperador.
5. a) Permite concluir que o café assumiu a liderança na década de 1830 e se manteve na dianteira durante todo o Império.
   b) Sim; basta ver que o grosso das nossas exportações no Império era de gêneros como café, açúcar, algodão etc.
   c) No século XIX, a guerra civil norte-americana (1861-1865) desorganizou a produção algodoeira do sul dos Estados Unidos e possibilitou uma rápida ascensão do algodão brasileiro, que passou, então, a ocupar o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras.

Texto de apoio

D. Pedro II: o imperador nas caricaturas

Data dessa época o aparecimento das primeiras caricaturas, que descreviam um "Pedro Banana", um "Pedro Caju"; resultado sobretudo da indiferença com que o monarca encarava os negócios de Estado, ou da atitude oscilante que começava a ostentar publicamente. Desde os anos 50 a imprensa gozava no Brasil de grande liberdade, e é por isso mesmo que o próprio imperador era um dos alvos mais constantes de ataques e desenhos satíricos. Esse tipo de imprensa será, inclusive, objeto de uma grande expansão, e já em 1876 o Rio de Janeiro contava com meia dúzia de jornais satíricos, geralmente semanais, cuja tiragem chegava a 10 mil exemplares. Entre eles destacam-se alguns mais antigos, como **A Semana Ilustrada** e **O Mosquito**, e outros mais recentes, como **O Mequetrefe**, **O Fígaro** e a **Revista Ilustrada**. Três desenhistas de origem europeia eram os mais populares: Angelo Agostini, Luigi Borgomainerio — ambos italianos e que ilustravam, respectivamente, a **Revista Ilustrada** e **O Fígaro** — e Rafael Bordalo Pinheiro, amigo de Ramalho Ortigão e de Eça de Queirós, recém-chegado de Lisboa e autor de **O Mosquito**. Esses eram os nomes mais destacados, mas ao lado deles várias revistas e almanaques se dedicavam à caricatura, sobretudo política. Contam-se mais de vinte revistas do gênero, sendo a mais famosa a **Revista Ilustrada**, de propriedade de Angelo Agostini e fundada em 1876. No final do Império, essa revista era tão popular que vivia exclusivamente de assinaturas, ao mesmo tempo que se convertia em leitura obrigatória, ao menos nos círculos letrados da corte carioca. Utilizando-se a partir de então das facilidades da fotografia, a caricatura passa a divulgar a feição do monarca e de seus políticos, envolvendo-os, porém, em situações e cenários hilariantes.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 416.

COLEÇÃO PARTICULAR

4. Observe essa charge de 1879 com atenção.

a) Quem ou o que a tartaruga está representando?

b) Quem ou o que o bicho-preguiça está representando?

c) E o índio que está deitado na tartaruga, quem é?

d) Quem é o personagem central? O que ele está fazendo?

e) Que mensagem o chargista quis passar?

5. Observe a tabela com atenção.

Principais produtos de exportação (1820-1890) (porcentagem sobre o valor da exportação)

Produtos	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890
Café	18,4	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Cacau	0,5	0,6	1,0	1,0	0,9	1,2	1,6
Fumo	2,5	1,9	1,8	2,6	3,0	3,4	2,7
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2	18,3	9,5	4,2
Borracha	0,1	0,3	0,4	2,3	3,1	5,5	8,0
Couros e peles	13,6	7,9	8,5	7,2	6,0	5,6	3,2
Total	85,8	89,3	87,3	89,3	89,1	93,6	91,1

Fonte: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006. p. 191.

a) O que a tabela permite concluir sobre as exportações do café?

b) Com base na tabela, é possível dizer que o Brasil Império dependia sobretudo da agricultura?

c) **Em dupla**. Pesquisem e tentem explicar por que o algodão superou o açúcar entre 1861 e 1870.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

6. Identifique a alternativa **incorreta** e justifique sua escolha.

a) Os capitais provenientes das vendas de café para o exterior contribuíram para o fortalecimento e o progresso do Império.

b) A tarifa Alves Branco diminuiu os impostos sobre os produtos estrangeiros, que antes pagavam de 20% a 60% na alfândega brasileira.

c) A Lei Eusébio de Queirós (1850) proibia definitivamente a entrada de africanos escravizados no Brasil.

d) O capital que deixou de ser gasto na compra de escravos, somado ao dinheiro obtido com as vendas do café brasileiro para o exterior, passou a ser investido em novos negócios, como, por exemplo, a construção de ferrovias.

7. Em julho de 2014, deputados paraguaios apresentaram um projeto de lei para criar o Dia de Luto Nacional pelo Genocídio do Povo Paraguaio, a ser comemorado a cada 12 de agosto.

Veja o que um historiador brasileiro diz sobre esse assunto:

> Na avaliação do historiador Ricardo Salles, [...] a população paraguaia foi, sim, aniquilada, mas não se pode falar em genocídio:
>
> — Ainda que tenham ocorrido [...] fuzilamentos e outras barbaridades, o Brasil não atacou o Paraguai com o objetivo de exterminar a população. Foi uma guerra. E as mortes não podem ser creditadas integralmente ao Brasil. No final, Solano López recrutava qualquer um que tivesse entre 12 e 60 anos. Pessoas morreram de fome porque soldados dos dois lados confiscaram o gado e a colheita.
>
> WESTIN, Ricardo. 150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai. **Jornal do Senado**, Brasília, DF, p. 5, 1º dez. 2014. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/516113/2014-1201_150%20anos%20depois%20guerra%20ainda%20e%20ferida%20aberta%20no%20Paraguai.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 jul. 2018.

a) Qual o significado da palavra "genocídio"?

b) Qual é a visão dos deputados paraguaios sobre a grande mortandade ocorrida no Paraguai durante a guerra?

c) E o historiador Ricardo Salles, como vê a grande mortandade de paraguaios no conflito?

d) Para o autor da fala no texto, os brasileiros foram os únicos responsáveis pela morte de paraguaios? Justifique.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

6. Alternativa B. Justificativa: a tarifa Alves Branco aumentou os impostos sobre os produtos estrangeiros que antes pagavam de 20% a 60%.
7. a) Extermínio intencional de uma comunidade, grupo étnico ou religioso.
   b) Para os deputados paraguaios, o que ocorreu foi um "genocídio".
   c) Ricardo Salles concorda ter havido uma grande mortandade entre os paraguaios, mas, para ele, não se pode falar em genocídio; tratou-se de uma "guerra". O Brasil não atacou o Paraguai visando exterminar sua população.
   d) Não, o autor afirma que Solano López também foi responsável por muitas mortes ao recrutar para a guerra pessoas de 12 a 60 anos.

Texto de apoio

150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai

Para os paraguaios, não existe herói maior do que Francisco Solano López, o ditador que há exatos 150 anos invadiu o Brasil e deflagrou a Guerra do Paraguai (1864-1870).

As deferências se espalham pelo país. Solano López dá nome a cidade, rodovia, ruas, praças, hospitais, colégios. A principal via de Assunção é a Avenida Mariscal López (*mariscal* é o termo em espanhol para marechal). As homenagens vão de academia de *tae kwon do* a parque de diversões, de *shopping center* a time de futebol.

O rosto do ditador aparece na moeda de mil guaranis. [...]

— Solano López se transformou numa religião cívica — resume Herib Caballero Campos, historiador da Universidade Nacional de Assunção [...].

Terminado o conflito, a lembrança que os paraguaios, traumatizados, guardaram de Solano López foi a do déspota que arrastou o país para uma guerra catastrófica. A imagem oposta seria idealizada mais tarde, pelos ditadores que se sucederam em Assunção ao longo do século 20. O mariscal passou a ser incensado como um bravo líder que lutou por anos para defender os compatriotas e no final deu a vida em sacrifício.

[...]

O Paraguai se tornou um país democrático em 1989, com a queda de Stroessner. No entanto, o culto a Solano López permanece. Uma explicação é o fato de os horrores do conflito estarem até hoje presentes na memória coletiva, como uma ferida não cicatrizada. A existência de um herói, ainda que irreal, serve de alento. Outra explicação é o fato de não ter havido liberdade acadêmica durante os 35 anos da ditadura Stroessner. Professores e pesquisadores que questionaram a versão oficial da história chegaram a ser presos e exilados.

[...]

WESTIN, Ricardo. 150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai. **Senado**, 28 nov. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/28/150-anos-depois-guerra-ainda-e-ferida-aberta-no-paraguai>. Acesso em: 27 set. 2018.

Dica de leitura

- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Com base em extensa documentação, o historiador Francisco Doratioto comprovou que a Guerra do Paraguai foi provocada pelos próprios sul-americanos, e não por pressão da Inglaterra (ou do imperialismo inglês).

Texto de apoio

Após 150 anos, estopim da Guerra do Paraguai ainda gera controvérsia

Já se passaram 150 anos do início da Guerra do Paraguai (1864-1870) e ainda há controvérsia entre historiadores sobre os motivos que levaram o ditador paraguaio Francisco Solano López a dar início ao maior conflito armado da América Latina. O Paraguai lutou contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e acabou derrotado. Até hoje o país não se recuperou plenamente das consequências da guerra.

Alguns especialistas entendem que o conflito era parte da política expansionista de Solano López, outros afirmam que foi uma reação "desproporcional" do ditador à invasão do Uruguai pelo Império brasileiro.

Solano López declarou guerra ao Brasil em 13 de dezembro de 1864 e, em seguida, invadiu a região que hoje corresponde a Mato Grosso do Sul. No mesmo ano, o Brasil havia invadido o Uruguai e destituído o presidente.

[...]

Para o cientista social e doutor em história das relações internacionais Francisco Doratioto, Solano López tinha um plano: ele teria declarado a guerra em busca de novos territórios e de uma saída para o mar através do domínio do Rio Prata – libertando-se, assim, das tarifas alfandegárias cobradas pelo porto de Buenos Aires.

Autor do livro **Maldita guerra**, Doratioto afirma que, na época, havia litígio de territórios no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso do Sul. "López usou a invasão ao Uruguai como desculpa, pois já havia mobilizado forças na fronteira mesmo antes disso acontecer e sem nenhum risco de ameaça", afirma.

Estudioso autodidata do conflito, o brasileiro Júlio José Chiavenato vê em Solano López apenas uma atitude de defesa dos interesses paraguaios, após o Brasil invadir o Uruguai sob alegação de que brasileiros estavam sofrendo ataques em meio à guerra civil que acontecia no país. Para Chiavenato, López entendeu como um ato de guerra a invasão ao país com o qual tinha acordos de defesa mútua.

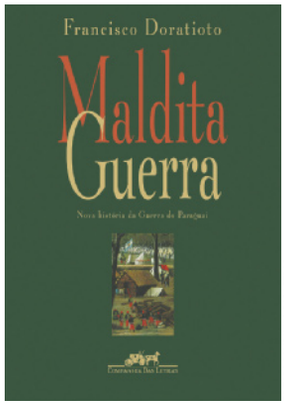
II Leitura e escrita em História

Cruzando fontes

Versões da História

Fonte 1

O texto a seguir é do historiador Francisco Doratioto. Leia-o com atenção.



EDITORA COMPANHIA DAS LETRAS

Fac-símile da capa de **Maldita guerra**, de Francisco Doratioto.

A guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas [...]. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino [...], anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há "bandidos" ou "mocinhos" [...], mas sim interesses [...].

A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López, era a oportunidade de colocar o seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevidéu, graças a uma aliança com os *blancos* uruguaios e os federalistas argentinos [...].

[...] para Bartolomé Mitre, era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionados pelos *blancos* e por Solano López [...].

[...] para os *blancos*, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império [Brasil], a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.

Litígio fronteiriço: conflitos nas fronteiras motivados por disputas de terras e gado.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93-96.

Fonte 2

O texto a seguir foi escrito pelo historiador Júlio José Chiavenato. Leia-o com atenção.

Em meados do século XIX havia um país diferente na América do Sul: o Paraguai. Isolados por seus vizinhos, afastados da influência econômica inglesa que dominava

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

o Brasil imperial, a Argentina e o Uruguai, os paraguaios criaram formas inéditas de sobrevivência.

Não tinham dívida externa, não havia escravidão e a terra era ocupada por quantos quisessem trabalhá-la. [...]

Enquanto o Brasil, a Argentina e o Uruguai importavam até alfinetes (nós comprávamos da Inglaterra, por exemplo, esquis para neve!), o Paraguai importava basicamente técnicos, formando profissionais e criando sua própria tecnologia.

Assim, fabricavam de tudo para seu consumo. Sua ferrovia, a primeira da América do Sul, foi construída por eles mesmos. Tinham a fundição de ferro de Ibicuí, que produzia uma tonelada por dia. Quase todo paraguaio sabia ler e escrever. Cada cidadão era obrigado a ter um cavalo e armas: o exército era o povo em armas.

E não aceitavam uma libra sequer de empréstimos ingleses.

O resultado disso tudo é que colocavam em risco o equilíbrio da dominação econômica inglesa na bacia do Prata. O Paraguai era um perigo ao crescente imperialismo inglês.

Então, juntaram-se questões de fronteiras, o cerco econômico britânico – principalmente através de seus aliados brasileiros e argentinos – e daí, a Guerra: em aparência, de acordo com a propaganda, pra "conter" o ditador Solano López; em conteúdo, na verdade, para acabar com o sonho de um território livre na área de dominação do imperialismo inglês.

CHIAVENATO, Júlio José. Apresentação. In: _____. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Ática, 1994. p. 2.

Fac-símile da capa de **A Guerra do Paraguai**, de Júlio José Chiavenato.

a) Na visão do autor da fonte 1, o que motivou a Guerra do Paraguai?

b) Ainda segundo Doratioto, quais eram os interesses de cada um dos países envolvidos?

c) E na visão do autor da fonte 2, qual foi o principal motivo da Guerra do Paraguai?

d) **Em grupo**. Debatam, reflitam e opinem: qual das versões da Guerra do Paraguai vocês consideraram mais convincente? Justifiquem.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A Guerra do Paraguai foi motivada por um conflito de interesses entre os países envolvidos: Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

b) O Brasil pretendia pôr fim aos conflitos nas fronteiras com o Paraguai, garantir a livre navegação nos rios da bacia platina e depor Solano López. A Argentina desejava consolidar o Estado Nacional argentino impedindo suas províncias de Entre Rios e Corrientes de se separar e formar países independentes, valendo-se do apoio paraguaio. O Paraguai desejava tornar-se potência regional, conseguir uma saída para o mar pelo porto de Montevidéu (Uruguai). O Uruguai desejava o apoio do Paraguai de Solano López para impedir que argentinos e brasileiros continuassem intervindo em território uruguaio.

c) O principal motivo da Guerra do Paraguai foi o imperialismo inglês que viu sua dominação na região platina ameaçada pela existência de um Paraguai autônomo.

d) Resposta pessoal. **Professor**: a nossa intenção aqui foi estimular o debate, a autonomia de juízo e a competência escritora.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

Autor do livro **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**, publicado em 1979, Chiavenato entende que Solano López se sentiu ameaçado por pensar que seria o próximo alvo do Império brasileiro. O ditador, porém, não acreditava que a guerra se estenderia por tanto tempo e que se trataria depois de uma atitude suicida iniciar o conflito, afirma o escritor.

"A intervenção brasileira no Uruguai era uma coisa que vinha sendo preparada há muito tempo. A reação do Paraguai foi desproporcional, pois não tinha diplomatas com traquejo para negociar a situação. López teve uma reação passional: quando se viu ameaçado, reagiu de forma patriótica", diz Chiavenato. Apesar disso, ele acredita que o Brasil queria a guerra. "López só a antecipou."

Em um ponto, porém, há consenso entre os historiadores: Solano López errou ao iniciar uma guerra que matou boa parte da população de seu país e provocou consequências econômicas, sociais e políticas que o Paraguai não conseguiu superar até hoje.

[...]

STOCHERO, Tahiane. Após 150 anos, estopim da Guerra do Paraguai ainda gera controvérsia. **G1**, 13 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/apos-150-anos-estopim-da-guerra-do-paraguai-ainda-gera-controversia.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Sim; D. Pedro II dizia ser rei por graça de Deus, vontade do povo e porque estava escrito na Constituição brasileira.

b) A lei proibia o acesso à terra por qualquer outro meio que não fosse a compra.
Os ex-escravos, os imigrantes e os pobres em geral ficavam excluídos do acesso à terra, cujos preços eram elevados demais para eles; para sobreviver, tinham forçosamente de trabalhar para os grandes proprietários ou comerciantes.

c) Ela proibia a posse de terras desabitadas e estabelecia punições para os infratores; estas incluíam prisão e multa.

d) Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob o domínio do poder público (nacional, provincial ou municipal) e as não pertencentes a nenhum particular.

e) Resposta pessoal. **Professor**: pode-se comentar sobre a importância da reforma agrária no desenvolvimento de um país; as reformas feitas em países hoje considerados ricos; as tensões sociais geradas pela falta de acesso à terra no Brasil de hoje.

Texto de apoio

A Lei de Terras de 1850

[...] A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público [...] e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse.

[...]

No caso da posse, seriam regularizadas todas as terras cultivadas ou com algum princípio de cultura e que constituíssem a morada habitual do posseiro. Era também necessário demarcar e medir suas terras, em prazo a ser fixado. No caso de não cumprimento dessas determinações, a legitimação da posse não seria efetuada. O posseiro apenas recebia o título da posse, porém não se tornava o proprietário. [...]

A lei não só proibia a posse como também declarava que "os simples roçados, queimas de mato ou campos, levantamento de ranchos ou outros atos de semelhante natureza" não eram considerados como tal.

No que diz respeito à imigração, a lei determinava a permissão de venda de terras aos estrangeiros e, caso houvesse interesse, estes poderiam se naturalizar. Mas, como se sabe, as terras eram vendidas por um preço relativamente alto, dificultando a aquisição por parte dos colonos.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista Histórica *on-line***, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em: 28 set. 2018.

III Você cidadão!

O texto a seguir é um trecho da Lei de Terras, de 1850. Leia-o com atenção.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional [...] do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos que [...] Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras [...] por outro título que não seja o de compra. [...]

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bem-feitorias, e ademais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100$ [...].

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo [...].

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo [...].

Devolutas: que não têm habitantes; desocupadas, vagas.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018.

a) A partir do texto, é possível conhecer os fundamentos do poder do rei D. Pedro II?

b) Sobre a Lei de Terras de 1850:

- Resuma seu conteúdo usando suas palavras.
- Quais as consequências dessa lei para os libertos, os imigrantes e os pobres em geral?

c) O que estabelecia o art. 2º da Lei de Terras?

d) Que terras eram consideradas devolutas?

e) **Em grupo.** Pesquisem sobre a existência ou não de grande concentração de terras no Brasil de hoje. Em caso afirmativo, o que fazer para solucionar este problema?

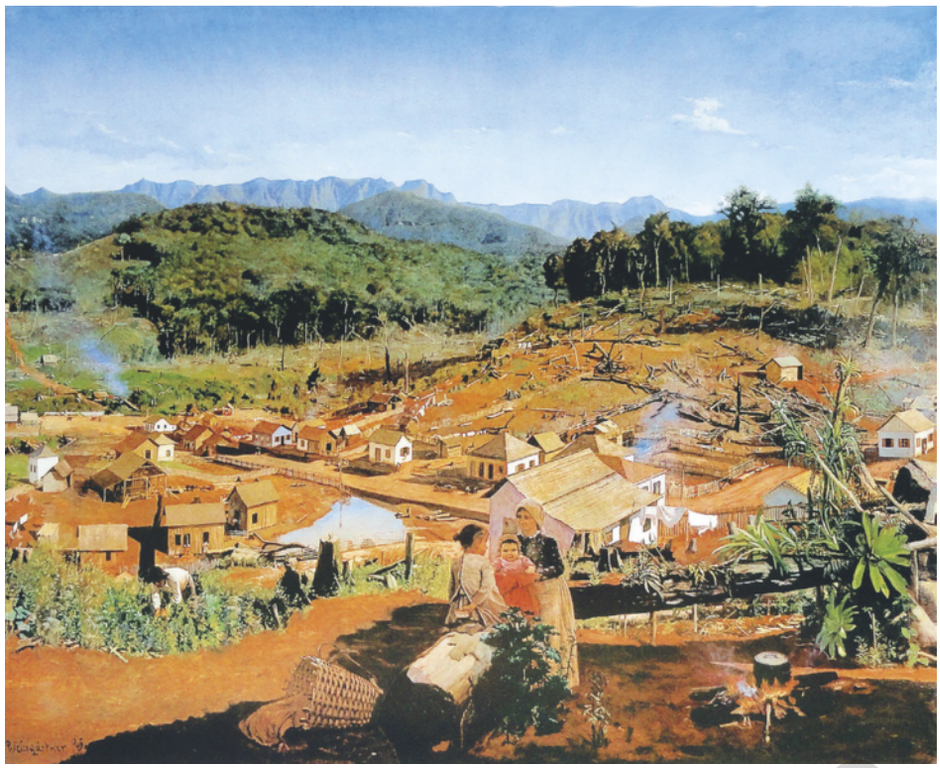
Indicação de *sites* para pesquisa:

- Reforma agrária (Incra). Disponível em: <http://livro.pro/7gwnx6>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- Reforma agrária no Brasil (artigo). Disponível em: <http://livro.pro/gp7uqm>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

CAPÍTULO

12 ABOLIÇÃO, IMIGRAÇÃO E INDIGENISMO NO IMPÉRIO



ACERVO PREFEITURA DE NOVA VENEZA

Pintura de Pedro Weingärtner, 1893.

A imagem que você vê é uma pintura do artista Pedro Weingärtner, intitulada **Vida Nova**, e se encontra na prefeitura de Nova Veneza (SC), uma cidade brasileira fundada por imigrantes italianos. Você gostou da pintura? O que se vê em primeiro plano? E à esquerda, o que se vê? O que essas casas erguidas em meio à mata sugerem? Você considerou o título da pintura adequado? Os imigrantes vieram apenas com sua força de trabalho ou trouxeram também ideias, ofícios e técnicas? Por que, quando e onde a imigração italiana começou?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC citadas a seguir:

– **(EF08HI19)** Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

– **(EF08HI20)** Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

– **(EF08HI21)** Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.

– **(EF08HI22)** Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: O MUNDO imigrante nas pinceladas de Pedro Weingärtner: a pintura como fonte para a história da imigração. Disponível em: <http://livro.pro/gurj75>. Acesso em: 27 set. 2018.

Texto de apoio

Os ambientes retratados por Weingärtner são, de modo geral, locais calmos e pacatos [...]

Há [...] uma grande complexidade na imagem que Pedro Weingärtner nos mostra do Rio Grande do Sul. Seria insuficiente considerar sua obra apenas como a exaltação da figura do imigrante alemão, ou da cristalização da memória gaúcha através da imagem do gaúcho do campo e das charqueadas. Por outro lado, seu realismo não alcança um testemunho imparcial. Suas obras registram mudanças e conflitos. Weingärtner não foge das contradições que surgem em sua época – pelo contrário, sua obra reconhece e compõe a situação vivida com todas suas nuanças, ou, pelo menos, aquelas identificadas pelo artista. Não se trata assim de um registro neutro e distante – Weingärtner surge como uma parte do processo de produção dessa imagem do Rio Grande do Sul através de suas escolhas. Se existe alguma diversidade nos tipos retratados pelo artista, também é verdade que há uma preferência por sua herança cultural pessoal: a imigração alemã.

As obras de temática regional de Pedro Weingärtner lidam com as questões da colonização, particularmente de imigrantes alemães, e da documentação visual dos costumes. O artista mostra a expansão da fronteira agrícola sem se esquecer daqueles que a fazem: os imigrantes e seus dramas pessoais, costumes, festas e cotidiano. Certos quadros mostram aspectos positivos dessa vida: o descanso, o lazer e o trabalho são por vezes documentados alegremente em suas pinturas [...].

MOLINA, Lucas Giehl. **O universal, o local e a memória cultural na obra de Pedro Weingärtner**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 43-44. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103884/000930856.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que o processo que conduziu à extinção legal da escravidão no Brasil foi longo e contou com ampla participação popular, incluindo-se aí a ação dos próprios escravizados, além de ativistas e intelectuais negros e brancos, chamados, na época, de abolicionistas.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: RESISTÊNCIA negra à escravidão. Disponível em: <http://livro.pro/nzzw5k>. Acesso em: 27 set. 2018.

AUDIOVISUAL

A professora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque aborda a abolição e o movimento abolicionista.

Texto de apoio

Um ensaio para 1835

Em 1830 o cenário da rebeldia se transferiu do Recôncavo para Salvador, especificamente para "local da cidade onde se faz todo o giro do comércio", nas palavras do presidente da província. "Nas primeiras horas da manhã de 10 de abril, cerca de vinte africanos assaltaram três lojas de ferragens na ladeira do Taboão, que ligava o centro comercial da Cidade Baixa à praça do Pelourinho. Houve resistência dos lojistas, mas os atacantes conseguiram mais de quinze espadas e parnaíbas, sendo estas últimas facas longas importadas da Alemanha e muito usadas tanto na Bahia como na costa da África. Em seguida foram dar no mercado de escravos do traficante Wenceslau Miguel de Almeida, localizado nas proximidades, onde libertaram africanos novos que aguardavam para serem vendidos. [...]

Após saírem do armazém negreiro, os africanos atacaram um posto policial nas redondezas [...]. Os policiais resistiram ao ataque até que a chegada de reforços colocou os insurgentes entre dois fogos. Do ponto de vista tecnológico, uma luta desigual: bala contra lâmina. Os africanos foram dispersados, perseguidos e cruelmente castigados pelos soldados e pela turba urbana. [...]

A rebelião de 30 nunca teve sua importância devidamente ressaltada. Pela primeira vez um levante escravo acontecia no coração de Salvador. Esses rebeldes talvez tivessem chegado à conclusão de que, para vencer, deveriam explodir o centro do poder senhorial. Até então tinham predominado as tentativas de atacar a cidade de fora, na tradição estabelecida pelos haussás no início do século. Dessa vez, uma vanguarda de negros ladinos mobilizou inexperientes negros novos para, a partir de uma insurreição consumada, atrair os escravos de Salvador para a luta. Mas estes não atenderam às expectativas dos rebeldes. O cenário foi criado com rapidez, porém com igual rapidez foi desmontado.

O massacre de 1830 mostrou aos africanos que a rebelião na cidade podia ter tristes resultados [...]

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 115-117.

A Abolição

A pressão inglesa pelo fim do tráfico e a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu a entrada de escravos no Brasil, representaram um duro golpe contra a escravidão. Mas o processo que levou ao fim da escravidão no Império se iniciou antes dessa lei e se prolongou por quase todo o século XIX. Entre os fatores que contribuíram para a Abolição, cabe citar: a resistência dos próprios escravizados e o movimento abolicionista.

A resistência dos escravizados

Enquanto durou a escravidão, houve resistência. Os escravizados resistiam por meio da desobediência, da fuga e formação de quilombos, dos levantes urbanos e da busca por liberdade para praticar suas culturas e religiões.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Jogo de capoeira em uma comunidade quilombola em Araruama (RJ), 2015.

Dica! Entrevista com o historiador João José Reis sobre a escravidão no Brasil. Duração: 11 min. Disponível em: <http://livro.pro/cmktfm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Um exemplo expressivo da resistência dos escravizados no século XIX foi o ciclo de revoltas lideradas por eles na Bahia entre 1807 e 1835. Segundo o historiador João José Reis, naqueles anos a Bahia foi palco de mais de 20 revoltas e conspirações promovidas pelos africanos e seus descendentes. As lutas levadas adiante pelos próprios escravizados contribuíram decisivamente para o fim da escravidão. Uma dessas lutas foi a liderada por Manuel Congo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

PARA REFLETIR

Revolta de Manuel Congo

Considerada [...] uma das mais importantes rebeliões escravas ocorridas no Brasil monárquico, o levante liderado por Manuel Congo estourou na região de Pati do Alferes, [...] Vassouras, em novembro de 1838. Revoltaram-se os escravos em importantíssima região da expansão cafeeira no vale do Paraíba fluminense [...].

[...] Não chegou propriamente a ser erigido um quilombo organizado sob a chefia de Manuel Congo nas matas de Pati do Alferes, mas uma luta de resistência de escravos que haviam fugido de várias fazendas da região entre 6 e 10 de novembro de 1838. [...] A repressão não tardou, enviando-se a Guarda Nacional no encalço dos fugitivos, que se concentravam nas matas com víveres, armas e ferramentas de todo tipo saqueados nas fazendas de origem. Travou-se combate logo no dia 11 de novembro, no qual morreram sete cativos, 23 ficaram feridos e os demais fugiram, sendo boa parte deles recapturada depois. [...]

Dos rebeldes recapturados, 16 foram julgados, em [...] 1839, todos acusados do crime de insurreição [...]. Deles, Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino Congo, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique e Afonso Angola foram incursos no artigo 60 do Código Criminal e condenados a 650 açoites, 50 por dia, e a andarem por três anos com gonzos de ferro ao pescoço [...]. Manuel Congo foi condenado à forca como cabeça da insurreição [...], sentença executada em 6 de novembro de 1839.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 638-639.

Vassouras: atualmente município do Estado do Rio de Janeiro.
Gonzo: argola de ferro.

LUCIANA WHITAKER/FOLHAPRESS IMAGENS

Memorial Manuel Congo edificado em 1996 no local de sua morte, em homenagem à sua luta por liberdade. Arredores da cidade de Vassouras (RJ), 2013.

a) Como o autor caracteriza a revolta liderada por Manuel Congo?
b) A quem coube a repressão da Revolta de Manuel Congo? Por quê?
c) O que é possível saber sobre os rebeldes com base em seus nomes?
d) O que se pode concluir sobre a escravidão no Império brasileiro com base na punição dada aos rebeldes liderados por Manuel Congo?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Salientar que outro exemplo de resistência negra no Brasil monárquico foi o levante liderado por Manuel Congo, em 1838, na região de Pati do Alferes, Vassouras, que é hoje um município do estado do Rio de Janeiro.
- Comentar que os rebeldes foram perseguidos nas matas da região e recapturados. Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino Congo, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique e Afonso Angola foram julgados com base no artigo 60 do Código Criminal e condenados a 650 açoites, 50 por dia; Manuel Congo, o líder da insurreição, recebeu a pena máxima e, em 1839, foi enforcado.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ele a caracteriza como uma manifestação de resistência escrava. **Professor**: a revolta reunia cerca de 200 escravizados da região de Pati do Alferes, importante núcleo cafeeiro do vale do Paraíba fluminense. Destacar o fato de que a revolta foi protagonizada por escravos.
b) A repressão coube à Guarda Nacional, milícia armada formada de cidadãos com renda anual de no mínimo 100 mil-réis. Cabia à Guarda Nacional manter a ordem imperial escravista. **Professor**: retomar com os alunos esse conteúdo estudado no capítulo sobre a Regência.
c) É possível dizer que eram, em sua maioria, africanos originários da região congo-angolana com culturas e línguas de matriz banto.
d) A punição dada aos rebeldes é uma prova de que a escravidão era uma instituição amparada por lei e que a insurreição escrava era considerada um crime, cuja pena era prevista no código criminal do país.

Texto de apoio

Entre as revoltas escravas da época, talvez a mais célebre tenha ocorrido na Bahia: a revolta dos Malês, em 1835, para muitos, inspirador da lei draconiana daquele ano contra as insurreições escravas. Se desde o Código criminal do Império, de 1830, previa-se a pena de morte para os líderes dessas insurreições, entendidas como a reunião de 20 ou mais cativos "para haverem a liberdade por meio de força", a lei de 10 de junho de 1835 reforçou o ânimo punitivo. Previu julgamento sumário e forca para os escravos que matassem ou atentassem contra a vida de seus senhores, feitores e respectivos familiares.

No caso do levante de Manuel Congo, [...] passou à história como Quilombo de Manuel Congo ou Quilombo de Santa Catarina. [...]

[...] Mas haveria mais a investigar sobre um movimento que chegou a levantar duas centenas de escravos [...]. [...] há documentos que referem Manuel Congo, ferreiro de ofício, provavelmente africano de origem, como *rei* dos fugitivos ou quilombolas – e mencionam mesmo um vice-rei, morto em combate. Além disso, pelo próprio nome dos acusados, homens e mulheres, percebe-se que crioulos e africanos bantos de várias procedências estiveram irmanados na rebelião. [...]

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 638-639.

ENCAMINHAMENTO

- Destacar que outra força importante no processo que levou à extinção legal da escravidão foi o **abolicionismo**, movimento social liderado por pessoas de diferentes etnias e condições sociais e que se estendeu por quase todo o século XIX.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: O ABOLICIONISMO como movimento social. Disponível em: <http://livro.pro/jggyug>. Acesso em: 27 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- LUIZ GAMA. Duração: 12min8s. Disponível em: <http://livro.pro/k552er>. Acesso em: 27 set. 2018.

Vídeo sobre a vida de Luiz Gama.

Texto de apoio

O texto a seguir é da historiadora Walmyra Albuquerque.

Movimentos sociais abolicionistas

[...]

Na Bahia, Ismael Silva e Manuel Quirino, no Rio de Janeiro, França e Silva são exemplos de figuras públicas que estabeleceram uma continuidade entre a militância abolicionista e o movimento operário, contribuindo assim para a organização dos trabalhadores no tempo de escravidão e pós-abolição. A ação de tais militantes deixa evidente a perspectiva desse abolicionismo negro que se popularizava por estabelecer a conexão estreita entre o fim do escravismo e as demandas dos trabalhadores por melhores condições de vida. [...] Para os militantes negros e operários, as luzes da abolição libertariam os escravos e a nação, mas também deveriam garantir a igualdade de direitos e amplo exercício da cidadania para os egressos do cativeiro.

As tipografias onde havia escravos, a exemplo do **Jornal do Commercio** no Rio de Janeiro, foram outros espaços de ebulição. Ainda na década de 1860, lia-se nas páginas do jornal **O Typographo** a convocação aos trabalhadores para erguerem a bandeira abolicionista. Nos anos 1880, esses profissionais criticavam a falta de empenho do governo imperial para garantir a instrução dos "ingênuos", prevista na lei de 1871. [...] Na cena literária da segunda metade do século XIX, escritores negros retrataram em folhetins, poemas e sátiras as regras de uma sociedade formatada pela escravidão, e atribuíam aos seus personagens vozes, atitudes e aspirações de escravos e libertos. Machado de Assis, Ferreira de Meneses, Maria Firmina dos Reis e Luís Gama confrontaram em suas obras, cada qual ao seu modo, a condenável lógica escravista que organizava a sociedade oitocentista. Vale ressaltar aqui a produção literária de Maria Firmina dos Reis (1822-1917), escritora maranhense que em duas obras – o romance **Úrsula**, de 1859, e o conto "A escrava", de 1887 – expôs a brutalidade do cativeiro. Mulher negra e letrada numa sociedade regida por valores patriarcais, é de sua autoria, segundo Régia Agostinho da Silva, a letra do hino de libertação dos escravos do Maranhão.

[...]

ALBUQUERQUE, Walmyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 330-331.

O movimento abolicionista

O abolicionismo foi um movimento social pelo fim da escravidão, que ganhou força na segunda metade do século XIX. Os abolicionistas divulgavam sua mensagem antiescravista por meio de artigos, charges, passeatas e comícios sempre muito concorridos. Entre os abolicionistas havia pessoas de diferentes origens e cores. Veja o que a historiadora Hebe M. Mattos fala sobre alguns importantes abolicionistas.

PARA SABER MAIS

Homens de luta

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Retrato de André Rebouças, século XIX. Óleo sobre tela, de Rodolfo Bernardelli. Museu Histórico Nacional.

André Rebouças (1838-1898). Filho do conselheiro Antônio Pereira Rebouças, político e advogado [...], e de Carolina Pinto Rebouças, nasceu na Bahia, mudou-se para a Corte, estudou na Escola Militar, e formou-se engenheiro. Em visita aos EUA nos anos 1870 revoltou-se com a segregação racial e mais tarde aderiu à Sociedade Brasileira contra a Escravidão e à Confederação Abolicionista. Monarquista, exilou-se junto com a família imperial, em 1889.

ALBERTO HENSCHEL

Retrato de José do Patrocínio, c. 1880.

José do Patrocínio (1854-1905). Filho [...] do dono de escravos João Carlos Monteiro e de sua escrava Justina do Espírito Santo, nasceu em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Farmacêutico, optou pelo jornalismo atuando em periódicos abolicionistas como a **Gazeta de Notícias** e **Gazeta da Tarde**. Com André Rebouças lançou, em 1883, o **Manifesto da Confederação Abolicionista**, e ao lado de Joaquim Nabuco fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Editor de **O Abolicionista**, para ele a Abolição deveria ser sem indenização aos senhores, mas com educação e trabalho para todos.

COLEÇÃO PARTICULAR

O líder abolicionista e ex-escravo brasileiro Luiz Gama, numa imagem por volta de 1880.

Luiz Gama (1830-1882). Nasceu em Salvador, filho de um fidalgo português com a negra Luiza Mahin. Apesar de livre, seu pai o vendeu como escravo em São Paulo. Foi escrivão, poeta, jornalista e "advogado" de escravos, sem diploma – tinha apenas uma provisão do governo. Em 1881, criou a Caixa Emancipadora Luiz Gama para a compra de alforrias.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

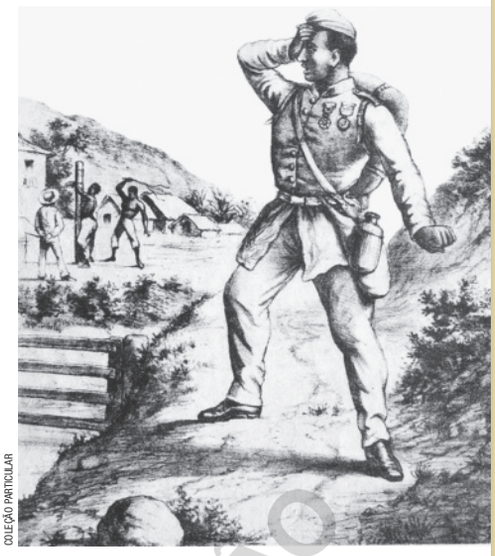
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Joaquim Nabuco, jurista, jornalista, político e escritor de uma família ilustre de Pernambuco, em fotografia de c. 1890. Defendia a ideia de que a escravidão impedia o progresso do Brasil.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em 1849, no Recife, onde se formou em Direito. Desde os tempos de estudante já escrevia textos em favor da Abolição. Em 1880, participou da fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Por seu espírito combativo foi apelidado Leão do Norte. As obras de Joaquim Nabuco **O abolicionismo** e **Um estadista do Império** são clássicos da literatura brasileira. Nesta última, Nabuco conta a biografia de seu pai e trabalha temas sociais envolvendo a questão da cidadania. Sua obra é hoje uma referência para quem quer conhecer o Império e a escravidão no Brasil.

MATTOS, Hebe M. A face negra da abolição. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, p. 20, maio 2005.

Internamente, o abolicionismo contou também com o apoio de artistas, como o ítalo-brasileiro Angelo Agostini. Observe a charge:



COLEÇÃO PARTICULAR

DIALOGANDO

O personagem principal da imagem é um soldado negro que acabou de voltar da Guerra do Paraguai. O que ele está vendo? Por que ele está tão aflito?

Com o fim da Guerra do Paraguai, o abolicionismo ganhou aliados entre os militares, inclusive entre os oficiais do Exército. Estes passaram a ver com grande simpatia os negros que lutaram ao lado deles nos campos de batalha.

No plano externo, o fim da escravidão nos Estados Unidos, em 1865, acentuou o isolamento político brasileiro e deu mais um argumento para os abolicionistas do Brasil: vários governos estrangeiros pediam, por meio de seus diplomatas, que D. Pedro II acabasse com a escravidão. Mesmo sob pressão interna e externa, o governo de D. Pedro II e a elite imperial defendiam a abolição **lenta e gradual**. Isso ajuda a compreender as leis abolicionistas.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Angelo Agostini

[...]

Angelo Agostini nasce em Piemonte, na Itália, mas logo muda-se para a França. Em Paris, estuda desenho em 1858. Um ano depois, ele acompanha a excursão da mãe, uma cantora lírica, pelo Brasil, e se instala em São Paulo. Nesta cidade, o jovem italiano inicia seu trabalho com o desenho. Como editor funda, em 1866, o periódico **O Cabrião** que, apesar da curta duração (1866-1867), é bem aceito. Nessa publicação, o desenhista faz as suas conhecidas sátiras à Guerra do Paraguai e protagoniza uma das primeiras polêmicas envolvendo a imprensa brasileira: uma caricatura sobre Finados, que faz de **O Cabrião** o primeiro órgão de imprensa no país a sofrer processo judicial.

Nessa época, Agostini desenvolve seu estilo no desenho. Ao contrário dos outros chargistas da época, seu traço não tende ao caricatural. A linha é dura, de características acadêmicas e pretensões realistas, as charges apresentam técnicas de perspectiva e buscam a ilusão de profundidade e o desenho tende a um modelado arredondado, garantido pelos esfuminhos do artista. Em 1868, muda-se para o Rio de Janeiro. É onde se utiliza dessas convenções acadêmicas para criar o que viria a ser a primeira história em quadrinhos do Brasil: Nhô Quim ou Impressões de uma Viagem à Corte. As histórias são publicadas nas revistas **Vida Fluminense**, **O Malho** e **Don Quixote**. Os personagens são caipiras recém-chegados à cidade que convivem ao mesmo tempo com um mundo que se estrutura à margem da corte e com toda sorte de entidades da mitologia rural brasileira.

Em 1876 o artista funda a **Revista Ilustrada**. Marco na imprensa nacional, essa publicação é uma das primeiras a exercer concretamente a autonomia de imprensa no Segundo Reinado. Não aceita patrocínios e vive da venda de sua tiragem. Nela, Agostini publica sua célebre série de caricaturas do imperador Dom Pedro II (1825-1891). Nesse momento seu traço aprofunda o realismo. Apesar das situações satíricas, o artista busca uma verossimilhança quase fotográfica - em algumas matérias, o uso da imagem pretendia dar uma explicação visual ao seu conteúdo. A **Revista Ilustrada** se engaja na campanha abolicionista e serve de veículo para posições anticlericais e republicanas. Segundo Joaquim Nabuco, a "**Revista Ilustrada** era a Bíblia Abolicionista do povo que não sabia ler". [...]

ANGELO Agostini. **Enciclopédia Itaú Cultural**, 15 dez. 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa203/angelo-agostini>. Acesso em: 28 set. 2018.

Dialogando

Angelo Agostini chama a atenção para o seguinte paradoxo: o soldado negro volta da Guerra do Paraguai condecorado (por ter se destacado na defesa de seu país), e ao chegar vê a sua mãe amarrada ao tronco, apanhando.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que, apesar das pressões externas e internas, o governo de D. Pedro II e a elite imperial defendiam a abolição lenta e gradual. E, com esse objetivo, aprovaram as chamadas leis abolicionistas.
- Comentar que foram poucos os beneficiados pela Lei do Ventre Livre. Muitos proprietários preferiam continuar se utilizando do trabalho das crianças a receber o dinheiro para libertá-las.
- Informar que, na década de 1880, a luta pela abolição ganhou corpo. Em 1883, foi fundada a **Confederação Abolicionista**, que assumiu a proposta de André Rebouças de abolição sem indenização e de doação de terras para os ex-escravizados.
- Frisar que o **Clube do Cupim** era uma associação emancipatória que alforriava e defendia os escravizados contrariando interesses centenários dos poderosos da província.
- Aprofundar assunto acessando o texto: CARTA de Alforria – Rio de Janeiro/1855. Disponível em: <http://livro.pro/k7u6y5>. Acesso em: 27 set. 2018.

Texto de apoio

"Pelos bons serviços que me tem prestado"

A busca pela liberdade permeou a experiência de mulheres e homens escravizadas/os quotidianamente. [...] Se, no mundo impessoal dos negócios da escravidão, aquelas pessoas eram submetidas a transações comerciais, nas quais eram reduzidas a meros instrumentos de trabalho, as cartas de alforria demonstram que as relações entre senhor/a e escravizados/as estavam mergulhadas num emaranhando de ações complexas e delicadas. [...]

As alforrias, através de seu caráter ambivalente, evidenciam que, ao lado de uma ideologia de concessão senhorial, também foram conquistadas a partir de estratégias tecidas quotidianamente do lado escravo. Restrita ao âmbito doméstico, cabia apenas ao/à proprietário/a legislar sobre a alforria - pelo menos até 1871 quando se garantiu a cativos/as recorrer na justiça o direito à liberdade. [...]

[...]

O fato de as alforrias terem se restringido ao campo costumeiro até a década de 1870 obrigava que os/as escravizados/as tivessem bom relacionamento com seus proprietários para que pudessem, por sua parte, criar as condições para a alforria. Mostrar-se merecedor/a da liberdade foi uma estratégia largamente utilizada pelos/as escravizados/as. Negociar melhores condições de sobrevivência e, quiçá, a liberdade sob as circunstâncias do cativeiro exigiu dos/as cativos/as obediência, fidelidade, humildade, dependência e muitos bons serviços.

[...]

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. No agreste das mulheres a alforria no quotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850-1888). **Revista Histórica *on-line***, n. 42, jun. 2010. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao42/materia02/>. Acesso em: 28 set. 2018.

As leis e a realidade

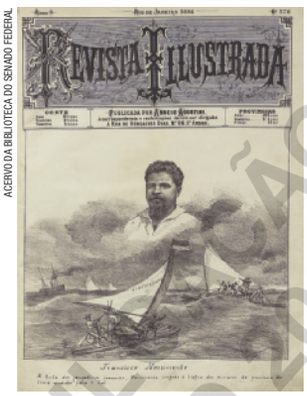
Carta de alforria: o mesmo que carta de liberdade. Declaração registrada em cartório e assinada pelo senhor ou seu representante, concedendo liberdade ao escravo.

Lei do Ventre Livre, 28 de setembro de 1871: dizia que os filhos de mãe escrava, nascidos a partir daquela data, seriam considerados livres. Mas até os 8 anos de idade, a criança deveria ficar sob a autoridade do senhor; depois, ele podia escolher: ou recebia do governo a quantia de seiscentos mil-réis e lhe entregava o menor ou continuava usando os seus serviços até os 21 anos. A imensa maioria dos proprietários preferiu continuar usando os serviços do menor.

Mas essa lei reconhecia o direito de o escravo juntar dinheiro para a compra de sua liberdade. Então, muitos passaram a fazer trabalhos extras para a compra da **carta de alforria**. Na década de 1880, a campanha pela Abolição alastrou-se pelo país ganhando os tribunais, os noticiários e as ruas. Em 1883, foi fundada a Confederação Abolicionista, que defendia a Abolição sem indenização e a doação de terras para os ex-escravos. Em Pernambuco formou-se o Clube do Cupim, associação que promovia a alforria dos escravizados. Sob forte pressão popular, o governo do Ceará e, logo depois, o do Amazonas aboliram a escravidão, ambos em 1884. O mesmo fizeram algumas cidades do Rio Grande do Sul.

Na foto maior, vemos o prédio do Centro de Cultura Dragão do Mar, em Fortaleza (CE), 2012. O jangadeiro Francisco José do Nascimento (abaixo) ficou conhecido como "Dragão do Mar" por ter liderado um grupo de jangadeiros que se negou a transportar escravos do Ceará para o Sudeste. A greve de jangadeiros colaborou para o fim da escravidão no Ceará.

CARLOS GOLDGRUB/OPÇÃO BRASIL IMAGENS



ACERVO DA BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

DIALOGANDO

E hoje, a idade também pode dificultar ou impedir uma pessoa de obter emprego?

Para tentar conter os ânimos da campanha abolicionista, o governo de D. Pedro II aprovou uma nova lei.

Lei dos Sexagenários (28 de setembro de 1885): declarava livres os escravos de 60 anos. Mas, como indenização, exigia que eles trabalhassem gratuitamente para seus ex-senhores, por mais três anos. Essa lei estipulava ainda uma multa de quinhentos a mil réis para aqueles que protegessem escravos fugidos. Supondo que uma pessoa escravizada atingisse mais de 60 anos (o que era muito raro), como arranjar emprego com essa idade? Como conseguir alimento e roupa?

COLEÇÃO PARTICULAR

Senhor José Bonifácio Bernardes Pedra, que nasceu na década da Lei dos Sexagenários. Fotografia de 1939.

Dica! Vídeo sobre as leis abolicionistas, em especial a Lei dos Sexagenários. Duração: 4 min. Disponível em: <http://livro.pro/qvac9x>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Os abolicionistas ficaram insatisfeitos com essa lei e a campanha abolicionista esquentou; associações antiescravistas publicavam jornais e folhetos, organizavam festas para arrecadar dinheiro destinado à compra da carta de alforria e, assim, iam conseguindo o apoio de diversos setores da sociedade: os gráficos negavam-se a imprimir textos defendendo a escravidão; os maquinistas ajudavam os escravos fugidos das fazendas de café a chegar às cidades; os militares lançaram um manifesto em 1887 negando-se a fazer o papel de **capitães do mato**; em São Paulo, o juiz municipal Antônio Bento liderou uma organização secreta chamada **Caifazes**, que promovia a fuga de escravos. Os caifazes levavam os fugitivos para a cidade de Santos, no litoral paulista, e os ajudavam a conseguir emprego. Muitos deles foram para o **Quilombo do Jabaquara**. Esse quilombo, surgido em Santos nos últimos anos do Império, chegou a reunir cerca de 10 mil quilombolas, entre homens, mulheres e crianças.

Capitão do mato: indivíduo responsável por perseguir e capturar escravos que fugiam individualmente ou em grupo e formavam quilombos. Recebia uma patente e um pagamento pelo exercício do cargo.

COLEÇÃO PARTICULAR

Fuga de escravos, óleo sobre tela de François Auguste Biard (1859).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que o Quilombo do Jabaquara era liderado pelo crioulo sergipano Quintino de Lacerda.
- Destacar que, ao contrário do que desejavam seus promotores, a Lei dos Sexagenários provocou a radicalização da luta contra a escravidão.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: LEI DOS SEXAGENÁRIOS. Disponível em: <http://livro.pro/eyku4t>. Acesso em: 27 set. 2018.

Dialogando

Resposta pessoal. A ideia é estabelecer paralelos entre o passado e o presente.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- LEI DOS SEXAGENÁRIOS completa 130 anos. Duração: 4min4s. Disponível em: <http://livro.pro/qvac9x>. Acesso em: 27 set. 2018.

Reportagem sobre as leis abolicionistas.

Texto de apoio

[...] Na derradeira década da escravidão, a concentração de escravos em determinadas áreas cafeeiras [...] – que haviam inchado ao longo das décadas anteriores via tráfico interno – mostrava ter produzido, sob o ponto de vista senhorial, um quadro no mínimo inesperado em termos da composição de comunidades escravas. [...]

Um dos aspectos mais notáveis dos quilombos destes anos finais aparece em sua composição. Congregando escravos fugidos, libertos que decidiam deixar as fazendas, libertandos descontentes com o andamento das negociações com os fazendeiros, além de caboclos, os quilombos dos anos de 1885 inseriam-se na dinâmica geral de desintegração da disciplina escravista. Juntando-se às hordas de escravos que deixavam as fazendas em direção às cidades cafeeiras e outras – como São Paulo e, sobretudo Santos, onde o quilombo do Jabaquara e do Pai Felipe acolhiam todos os dias levas e levas de fugidos – estes quilombolas apontavam para os laços que se estavam estabelecendo entre escravos fugidos e livres na busca do estabelecimento de novas formas de vida na pós-emancipação que se delineava [...].

[...]

À medida que a década avançava, as fugas coletivas e em massa vão se tornar mais e mais constantes, misturando escravos, libertandos, libertos, os chamados "libertos de Antonio Bento" – quilombolas do Jabaquara e Pai Felipe de Santos, que retornavam às fazendas como assalariados, sob a tutela de abolicionistas – e mesmo homens livres. Neste contexto podemos sugerir o quanto devia ser difícil para as autoridades – e para os fazendeiros assustados – distinguir o que era um quilombo dos muitos pousos provisórios que os bandos de evadidos da senzala passaram a armar nas matas próximas às fazendas e estradas. Lembremos que era seguindo a pé os trilhos dos trens que estes grupos de fugidos se locomoviam em sua rota para a cidade de São Paulo e, em seguida, Santos. [...]

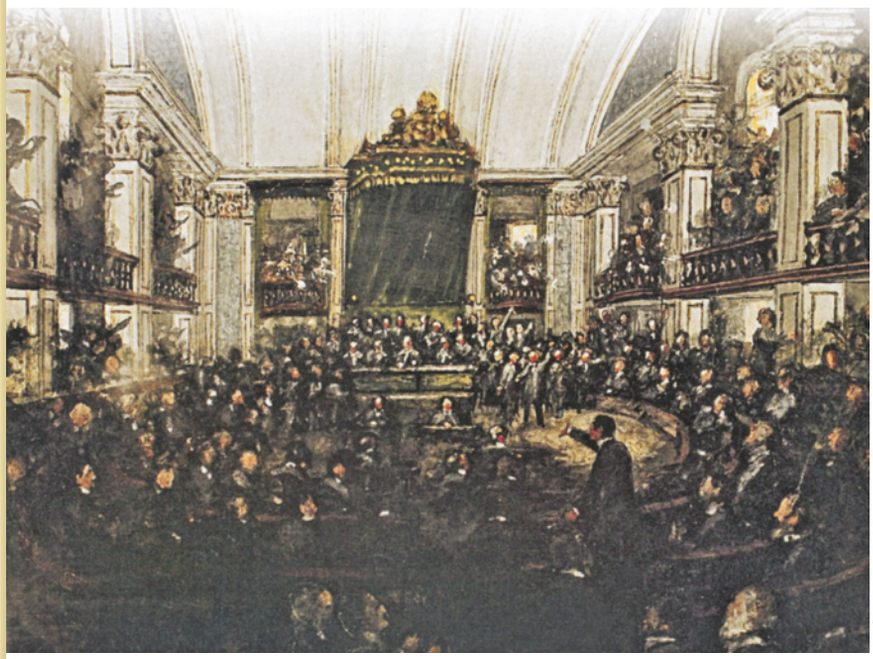
MACHADO, Maria Helena Toledo; GOMES, Flávio. Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX. **Iberoamericana**, v. 11, n. 42, 2011. p. 101, 103. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/viewFile/526/210>. Acesso em: 28 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Acrescentar que politicamente a Lei Áurea contribuiu para o desgaste da monarquia: muitos fazendeiros escravistas, inconformados de não terem sido indenizados, aderiram à República. Por isso, foram chamados na época de republicanos de última hora.
- Comentar que parte dos libertos se mudou para as cidades em busca de moradia e emprego. Em cidades como São Paulo, porém, os empregos estáveis foram ocupados, sobretudo, por imigrantes europeus, preferidos pelos empresários da época, cuja visão de mundo era fortemente marcada pelo escravismo. Nesse contexto era, muitas vezes, a mulher negra que garantia a sobrevivência da família cozinhando, lavando e passando para particulares.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: CINCO VISÕES sobre os 130 anos da abolição. Disponível em: <http://livro.pro/gmh5eg>. Acesso em: 27 set. 2018.

A Lei Áurea: 13 de maio de 1888

Pressionados pela campanha abolicionista, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel e seus conselheiros aprovaram a Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil. A lei libertou cerca de 720 mil escravos, perto de 5% da população brasileira, composta na época de 15 milhões de pessoas. A medida foi comemorada por todo o país com festas, missas campais e comícios, que reuniram um grande de número de pessoas.



COLEÇÃO PARTICULAR/SEM DATA

Pintura sem data de Zeferino da Costa retratando a votação da Lei Áurea na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro.

A vida difícil dos recém-libertos

Para os recém-libertos, a Abolição não trouxe os benefícios esperados. Eles não receberam terra para plantar e nenhum tipo de ajuda do governo; parte deles negociou a sua permanência na fazenda em troca de modestos salários ou do direito de ter a própria roça. Sem terra, sem instrução, sem dinheiro e sem apoio do governo, muitos migraram para as cidades em busca de emprego. Nas cidades, porém, os empregadores preferiam dar emprego aos imigrantes europeus. Diante disso, os libertos foram obrigados a aceitar os piores serviços, os mais baixos salários e a convivência com o racismo. Uns poucos, no entanto, conseguiam ascender socialmente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Pós-abolição: o dia seguinte

[...] O clima era de entusiasmo e festa diante da expectativa da sessão extraordinária que decidiria a sorte de milhares de pessoas ainda submetidas ao cativeiro. [...]

Às duas horas da tarde, quando o texto da lei saiu do Senado para a sanção imperial, já era impressionante a quantidade de pessoas pelas ruas centrais do Rio. Alguns jornais chegaram a afirmar que a concentração popular tomava uma proporção nunca antes vista em outra manifestação já ocorrida na cidade. Na rua do Ouvidor, as sacadas dos prédios das redações dos jornais que circulavam na corte estavam adornadas com bandeiras e repletas de homens e mulheres dando vivas à liberdade. Cinco anos depois de tais acontecimentos, o romancista Machado de Assis ainda evocaria a ocasião como "o único dia de delírio público que me lembro ter visto".

[...]

A aprovação da lei gerou manifestações muito parecidas e quase simultâneas nas diversas capitais das províncias do Brasil. [...]

Apesar de tantas dificuldades, os afrodescendentes não desistiram de buscar uma vida melhor. Para amenizar a luta diária pela sobrevivência, organizavam-se em centros religiosos, clubes esportivos e grupos de lazer, como os que se reuniam na casa de tia Ciata, no Rio de Janeiro.

Tia Ciata, ou Hilária Batista de Almeida, nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Sua casa era frequentada por sambistas humildes, músicos talentosos e também por homens ricos e poderosos. Em uma roda de samba ocorrida na casa dela, foi criado o primeiro samba gravado em disco, "Pelo telefone", composto por Donga e Mauro de Almeida.

ARQUIVO O CRUZEIRO/ EM/D.A PRESS

Pixinguinha começou sua carreira tocando cavaquinho, depois passou a tocar bombardino e flauta. Aos 14 anos, foi convidado pelo seu professor para tocar flauta em uma orquestra. Aos 18 anos, já fazia sucesso com músicas de sua autoria. Pixinguinha compôs a música "Carinhoso", o seu maior sucesso. Como músico e arranjador, gravou com os principais intérpretes da época, incluindo-se aí a conhecida cantora Carmen Miranda. Pixinguinha morreu de enfarto aos 76 anos. No seu velório, o povo, comovido, cantou "Carinhoso". Fotografia de 1961.

No pós-Abolição, os artistas e intelectuais afrodescendentes participaram intensamente da vida cultural do país. Entre eles, cabe citar escritores como Lima Barreto, compositores como Chiquinha Gonzaga e músicos como Pixinguinha.

Na época, a comunidade negra também lutou por direitos criando jornais próprios: a chamada **imprensa negra**. Segundo o historiador Flávio Gomes, os primeiros periódicos editados por negros com o objetivo de refletir sobre as dificuldades e o preconceito vividos pela comunidade negra são do final do século XIX. Eis o nome de alguns desses periódicos: **O Treze de Maio** (1888), **A Pátria** (1889), **O Exemplo** (1892), **A Redenção** (1899).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio (continuação)

[...]

A festa tinha sua razão de ser. Afinal, era o fim da escravidão. Além disso, representava a vitória do movimento popular sobre aqueles que resistiram à abolição até as vésperas do Treze de Maio. Mas o que embalava também a festa era a expectativa de que dali por diante dias melhores viriam.

[...]

Depois da promulgação da lei de 13 de maio, a situação parecia incontrolável em muitos lugares do Brasil. Os libertos passaram a expressar a nova condição numa linguagem franca, que aos ouvidos dos ex-senhores e feitores soou como "insolente" e "insubordinada". [...]

[...]

Aos olhos das autoridades, essa onda de expectativas e de reivindicação de melhores dias não passava de rebeldia e insubordinação. Depois do Treze de Maio houve crescente controle sobre a população liberta. A repressão [...] foi um recurso frequentemente utilizado pelos poderosos para expulsar das localidades indivíduos considerados "insubordinados" ou que não se submetiam a autoridade senhorial. Essa era também uma tentativa de controlar e limitar a liberdade dos egressos da escravidão de escolher onde e quando trabalhar, e de circular em busca de alternativas de sobrevivência.

[...]

FRAGA, Walter. Pós-abolição: o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 352, 353, 355, 356.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Petrônio Domingues.

Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica

[...]

Há uma espécie de consenso nacional de que é preciso adotar dispositivos concretos de combate à elevada desigualdade racial no país, e cotas é um desses dispositivos. No entanto, os críticos questionam sua adequação e eficácia. Exclamam, prematuramente, que elas estão fadadas ao malogro. Mas como estariam fadadas ao malogro se o país ainda não as experimentou? [...]

[...]

Com a política de ações afirmativas, é a primeira vez que o Estado brasileiro implementa políticas públicas a favor da população negra, pois, em toda a história do Brasil, essa população sempre foi alvo de políticas que a desfavoreciam. O que dizer de [...] trezentos anos de escravidão? Quem foram os beneficiados? O que dizer da política imigrantista, do final do século XIX e início do século XX? Será que os beneficiados de tal política foram os ex-escravos e seus descendentes? São necessárias ações efetivas para enfrentar o problema da exclusão do negro no Brasil, mais do que "boas intenções", retórica política e debates acadêmicos.

[...]

Além disso, os primeiros programas de cotas para negros em algumas universidades públicas servem como estopim para desencadear, ainda que tardiamente, o debate, no seio da sociedade brasileira, de como o Estado deve reparar as injustiças e atrocidades causadas no passado à população negra e, principalmente, de como se deve eliminar o problema do racismo antinegro no presente.

[...] Evidentemente, as cotas não são a panaceia para todos os problemas advindos da desigualdade racial, mas são o início. Entre escolher um programa de cotas ou nada, seguramente um programa de cotas. Daí a responsabilidade de todos que ainda são contrários a essa medida compensatória. Opor-se às cotas e não apresentar nada de alternativo para enfrentar a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos no campo educacional é fazer o jogo do opressor que, se de um lado, [...] decretou a abolição da escravatura no país, de outro, empreendeu (e empreende) uma política de exclusão e racismo.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Espaço Aberto**, n. 29, 2005. p. 168, 174. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13>. Acesso em: 28 set. 2018.

PARA REFLETIR

O texto a seguir é do escritor e africanista Nei Lopes.

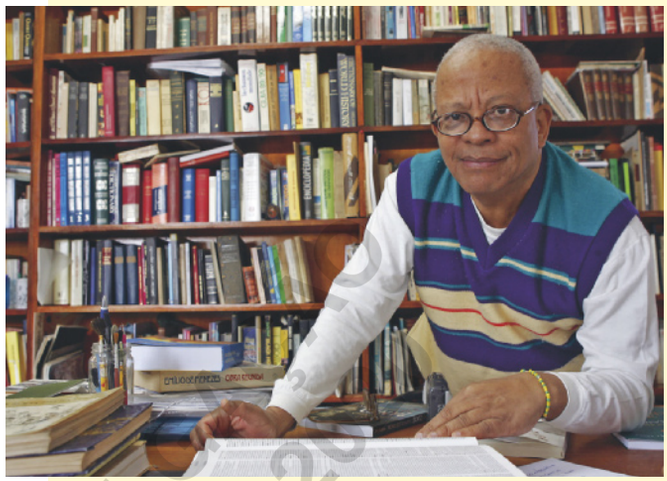
Sobre a política de cotas

Apesar de nossa Constituição proclamar que os direitos devem ser iguais para todos os brasileiros, este ideal até agora não se concretizou para o povo negro como um todo. Então, tratar de maneira diferenciada um grupo que teve e tem menos oportunidades de acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, etc., embora pareça inconstitucional, é uma obrigação do Estado brasileiro [...].

Esse tratamento diferenciado não é um privilégio e, sim, uma tentativa de diminuir a enorme desigualdade social que exclui o povo negro [...]. Criar **políticas de ação afirmativa** em benefício do povo negro, isto, sim, é que é "democracia racial", pois é criar oportunidades de acesso à completa cidadania, começando pela educação, levando em conta a diversidade étnica de toda a população.

Nunca é demais repetir que [...] de um modo geral os afrodescendentes sempre tiveram menos oportunidades de educação e desenvolvimento. Assim, com a falta de políticas de integração no período que se seguiu à Abolição, os descendentes dos antigos escravos, e mesmo de livres e libertos, até hoje não foram integrados como um todo no conjunto da sociedade brasileira. [...]

LOPES, Nei. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p.168-169.



TASSO MARCELO/AE

Políticas de ação afirmativa: políticas públicas criadas a fim de corrigir desigualdades sociais e raciais históricas.

Pesquisador e escritor Nei Lopes. Rio de Janeiro, 2006.

DIVULGAÇÃO PNLD 2019 FTD

212

1. Na visão do autor, tratar o "povo negro de maneira diferenciada" é uma obrigação do Estado brasileiro porque:

a) Somente os negros contribuíram com o seu trabalho e suas culturas para o Brasil ser a potência que é hoje.

b) Está na Constituição que os negros devem ter direito a um certo número de vagas na Universidade e nos serviços públicos.

c) Os negros, como um todo, tiveram e têm menos oportunidades de acesso à saúde, educação, moradia e trabalho.

d) No período que se seguiu à Abolição, os ex-escravos, livres e libertos integram-se plenamente ao conjunto da sociedade brasileira.

2. Segundo o autor, as políticas de ação afirmativa aplicadas à educação dizem respeito a:

I. "uma tentativa de diminuir a enorme desigualdade social que exclui o povo negro".

II. "menos oportunidades de educação e desenvolvimento" para os afrodescendentes.

III. políticas de integração dos afrodescendentes no período que se seguiu à Abolição.

IV. falta de oportunidades de acesso dos afrodescendentes na política.

São alternativas corretas:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III.

c) II e III.

d) I e IV.

3. A leitura do texto permite concluir que seu autor, Nei Lopes, é:

a) contrário à política de cotas.

b) favorável à política de cotas.

c) indiferente à política de cotas.

d) resistente à política de cotas.

Júri simulado. Dividir a classe em três grupos.

Grupo 1: Reunirá argumentos e fará a defesa da política de ações afirmativas.

Grupo 2: Reunirá argumentos contrários às ações afirmativas.

Grupo 3: Mediará e avaliará qual dos dois grupos foi mais convincente.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa C.
2. Alternativa D.
3. Alternativa B.

Júri simulado

Professor: os alunos poderão assumir papéis como advogados de defesa, promotores, testemunhas, juízes, entre outros. Cabe ao professor mediar e estimular os alunos a pesquisarem sobre o tema em livros, revistas, jornais e *sites* confiáveis.

Texto de apoio

Leia a entrevista de Ronaldo Vainfas, professor de História da Universidade Federal Fluminense e signatário do manifesto contra a adoção de políticas afirmativas.

Ações afirmativas podem gerar injustiças

Dentre os argumentos favoráveis às cotas há o de que, a médio-longo prazo, elas repararia uma injustiça histórica. Como historiador, o senhor concorda que há esta dívida histórica com a população negra no Brasil?

Ronaldo Vainfas - Não concordo. Para haver dívida, há que ter devedor e credor e não sei quem preenche estes papéis atualmente. No passado, a escravidão brasileira foi gestada e mantida pelos traficantes portugueses em consórcio com os reinos africanos que tiravam proveito do tráfico atlântico. No Brasil colonial e durante o século 19, muitos forros, isto é, ex-escravos, também possuíam escravos. Houve mesmo os que se tornaram traficantes de escravos, enriquecendo no comércio Atlântico. [...] como historiador, digo que o tráfico e a escravidão não são, obviamente, responsabilidade da população brasileira atual. Ela não deve pagar uma dívida contraída noutro tempo, por outros agentes, noutro contexto.

Quais os principais problemas que o senhor vê na adoção das cotas raciais e políticas afirmativas?

Vainfas - O problema geral é a oficialização de critérios raciais para pensar a sociedade brasileira. [...] O problema mais específico diz respeito às tremendas injustiças que podem derivar destas ações afirmativas. Há famílias de classe média modesta, cujos pais fazem enorme esforço para pagar escolas particulares para seus filhos entrarem na Universidade. É uma injustiça que, tendo mérito e fazendo esforço pessoal, estes jovens percam suas vagas, como já tem ocorrido, por não terem estudado em escola pública e/ou não preencherem os critérios raciais da nova legislação. [...]

MELO, Dafne. Ações afirmativas podem gerar injustiças. **Brasil de Fato**, 28 set. 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/1825/>. Acesso em: 28 set. 2018.

Imigração

Diante da proibição da compra de africanos escravizados (Lei Eusébio de Queirós, 1850), os fazendeiros de café do Oeste Paulista, que à época prosperavam, passaram a promover a entrada de **imigrantes**. Foi essa a opção deles para resolver o problema da falta de mão de obra no Império. A motivação dos milhares de europeus que vieram para o Brasil na época era o desejo de conseguir trabalho e terra própria. Esses imigrantes eram em geral pessoas pobres que se arriscavam a fazer uma viagem difícil para um país jovem, que a propaganda apresentava como um paraíso.

Imigrante: aquele que entra em um país; o emigrante é aquele que sai de um país.

O sistema de parceria: uma experiência pioneira

Uma experiência pioneira com mão de obra imigrante em São Paulo foi a do fazendeiro paulista e senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Em 1847, ele financiou a vinda de 80 famílias de alemães e suíços para sua Fazenda Ibicaba, em Cordeirópolis, no interior de São Paulo; o sistema adotado era o de parceria e funcionava da seguinte forma: cada família era responsável por um certo número de pés de café e por uma roça de subsistência; o lucro obtido com a colheita era repartido entre o imigrante e o dono da fazenda.

COLEÇÃO PARTICULAR

Esta imagem do século XIX mostra fileiras de casas de colonos na Fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que a opção pelo imigrante como solução para o problema de mão de obra estimulou a vinda de milhares de europeus para o Brasil. Eram, em sua maioria, pessoas pobres, que fugiam das guerras e da carência de terras agricultáveis e vinham para um país jovem, com muitas terras e clima saudável.
- Comentar que, no Império, os portugueses foram os que entraram em maior número. Depois deles, vieram os italianos.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: VERGUEIRO incentivou imigração. Disponível em: <http://livro.pro/3zejm6>. Acesso em: 27 set. 2018.

Texto de apoio

A mão de obra da economia cafeeira

A crescente produção cafeeira do oeste paulista exigiu considerável aumento da força de trabalho. A proibição do tráfico de escravos em 1850 ocasionara a transferência de contingentes nacionais para Campinas, com valores significativamente mais altos que os praticados antes. Essa dificuldade de captação da mão de obra propiciou o surgimento de empreendimentos particulares, que atraíram produtores rurais estrangeiros.

Ao prefaciar as memórias de um colono suíço que trabalhou na fazenda do Senador Nicolau Vergueiro (na região de Limeira, cerca de 60 km ao norte de Campinas), Sergio Buarque de Holanda reproduziu o mapa enviado à Assembleia Provincial em 1858, onde consta a quantidade de trabalhadores nas colônias de São Paulo. Campinas sediou nove colônias que, juntas, contabilizaram 249 alemães, 71 suíços-alemães, 91 suíços-franceses, 67 portugueses, 61 belgas, totalizando 539 trabalhadores estrangeiros, além de mais 69 brasileiros, no regime de trabalho denominado parceria (Davatz, 1980).

Este regime não atendeu as expectativas dos imigrantes devido aos desacordos com o controle das colheitas, os ajustes de contas e as deduções dos custos de transportes e impostos (estimados entre 20 e 30% do lucro bruto). O desgaste entre trabalhadores rurais e fazendeiros atingiu seu apogeu em 1860, quando do motim na fazenda Ibicaba, de Vergueiro. Depois dessa revolta, a permanência de imigrantes em colônias de parceria decresceu consideravelmente. Novos aportes de imigrantes à região só ocorreram até o fim dessa década, devido à guerra civil nos Estados Unidos da América, inaugurando uma nova fase do trabalho livre, individual e autônomo, baseado na cultura do algodão. (Gussi, 1997).

Um aspecto importante quanto ao regime de parceria é a questão da mentalidade dos fazendeiros em relação à sustentação do sistema. [...] Warren Dean [...] argumentou que os fazendeiros apenas recorreram definitivamente à mão de obra do imigrante europeu quando perceberam que o colapso do sistema escravista era inevitável. [...]

As primeiras experiências com a mão de obra livre levaram a revisões no antigo sistema de parceria.

Chegando ao Brasil, o imigrante se via numa situação muito difícil: o trabalho na lavoura era pesado e acompanhado de maus-tratos e, além disso, ele tinha de comprar roupas, remédios e alimentos no armazém da fazenda, ficando por isso endividado com o fazendeiro.

Em 1857, os trabalhadores imigrantes da fazenda do senador Vergueiro organizaram um movimento rebelde conhecido como **Revolta de Ibicaba**, que foi prontamente reprimido. Ao regressar para a Europa, um dos líderes da revolta, o mestre-escola Thomas Davatz, publicou um livro chamado **Memórias de um colono no Brasil**, denunciando os maus-tratos e a exploração que vitimavam os imigrantes, fato que levou alguns países europeus a proibirem a emigração para o Brasil. Existem vários documentos sobre a Revolta de Ibicaba escritos pelas autoridades. O livro de Davatz, no entanto, é o único documento da revolta escrito por um trabalhador.

Em 1871, o governo paulista começou a pagar as passagens do imigrante e de sua família, e, com isso, a vinda de imigrantes para o Brasil se intensificou. Nas fazendas paulistas foi introduzido um novo regime de trabalho, o **colonato**. Neste regime os colonos recebiam um salário anual pelo trabalho no cafezal e a permissão para plantar milho, mandioca e feijão e criar animais para consumo próprio ou para venda. Na imagem vemos imigrantes trabalhando na colheita de café numa fazenda do interior paulista.

A colheita (1903), de Antonio Ferrigno.

MUSEU PAULISTA DA USP, SÃO PAULO

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio (continuação)

Os novos contratos previam que o colono recebesse uma renda fixa para cuidar de determinada quantidade de pés de café, outra por alqueire colhido, além de um pequeno lote para sua cultura de subsistência. Tal proposta baseou uma nova política de imigração, desta vez nitidamente dirigida pelo governo Provincial. Através da Lei provincial nº 56, de 21 de março de 1885, o governo foi autorizado a construir, na cidade de São Paulo, um prédio próprio para abrigar os recém-chegados [...].

Se a política de imigração em massa adotada pelo governo paulista a partir 1886 atraiu levas crescentes de trabalhadores para as lavouras de café, mantendo baixos os salários, ela acabou resultando pouco tempo depois no êxodo de trabalhadores para as cidades, ou até mesmo no retorno de muitos deles aos seus países de origem. De qualquer maneira, a riqueza gerada na economia cafeeira melhorou e ampliou a rede urbana no interior de São Paulo, proporcionando direta ou indiretamente a abertura de condições para a proliferação da pequena propriedade rural e de pequenos negócios urbanos.

[...]

ABRAHÃO, Fernando Antonio. **Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940**. p. 4-5. Projeto de doutoramento em História Econômica. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/departamentodeeconomia/wp-content/uploads/sites/6/2013/archivos/Proyecto_Fernando_Abrahao_EVHS_2011.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: FLUXOS paulistas. Disponível em: <http://livro.pro/jbehu4>. Acesso em: 27 set. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• HISTÓRIAS DO Brasil – Café e imigrantes. Duração: 2min57s. Disponível em: <http://livro.pro/p2n43p>. Acesso em: 27 set. 2018.

História da chegada dos imigrantes no século XIX.

Texto de apoio

Imigrantes e as colônias

As colônias, assim como os núcleos coloniais, eram grandes áreas rurais loteadas e destinadas ao assentamento de imigrantes como pequenos proprietários de terra. Porém, ao contrário dos núcleos coloniais, que eram implantados pelo Estado e destinavam-se ao assentamento de imigrantes de diversas nacionalidades, as colônias eram formadas por sociedades ou grupos particulares e, geralmente, destinavam-se ao assentamento de imigrantes de uma única nacionalidade. Ao esforço dos imigrantes assentados nas colônias devemos o início do cultivo de muitos produtos que hoje nos são tão familiares.

A maior parte das colônias implantadas [na cidade de] São Paulo era de japoneses. Dentre elas destacam-se as de Cotia, Bastos, Registro, Sete Barras, Aliança, Tietê e Iguape. Grupos de outras nacionalidades, no entanto, formaram inúmeras colônias pelo interior do Estado. Os suíços fundaram Helvétia; os holandeses, Holambra; os batistas da Letônia, Varpa; os búlgaros, os russos e os húngaros estabeleceram diversas colônias na região de Santo Anastácio e Presidente Prudente. Algumas dessas colônias também deram origem a cidades.

O número de pessoas que se estabeleceu nos núcleos coloniais e nas colônias foi muito pequeno se comparado à quantidade de imigrantes que seguiu para as fazendas de café. Porém, ao contrário das fazendas, onde os imigrantes tinham de se adaptar a um modo de vida já existente, nas colônias e nos núcleos coloniais eles reproduziam os valores culturais que haviam trazido da Europa ou do Oriente: praticavam a sua própria religião; construíam casas e igrejas ao estilo das que haviam deixado em seus países; cultivavam novos tipos de legumes e hortaliças e mantinham nas escolas o ensino da história e da língua de origem.

CARNIER JÚNIOR, Plínio. **Imigrantes**: viagem, trabalho, integração. São Paulo: FTD, 2000. p. 37-38.

Entre 1819 e 1883, o Brasil recebeu mais de 420 mil imigrantes europeus. Durante esses anos, os portugueses, seguidos dos italianos, foram os que entraram no Brasil em maior número.

A chegada de uma quantidade grande de estrangeiros livres marcou a vitória de um projeto de substituição da mão de obra escrava.

Total de imigrantes para o Brasil, por nacionalidade (1819-1883)

Portugueses	Italianos	Alemães	Espanhóis	Russos	Austríacos	Franceses	Suíços
223626	96018	62327	15337	8835	8404	8008	7289

Fonte de pesquisa: ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 233.

Enquanto os italianos trabalhavam nos cafezais, os portugueses e os espanhóis dirigiam-se, sobretudo, para as grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, onde montavam um pequeno comércio, trabalhavam como artesãos (carpinteiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate) ou como operários. No Brasil, os portugueses e os espanhóis que melhoravam de vida geralmente voltavam para buscar a família e aqui viver.

No Sul, o interesse em povoar áreas desabitadas e defender as fronteiras levou o governo de D. Pedro II a oferecer lotes de terra a quem desejasse plantar. Muitos europeus, sobretudo italianos, alemães, eslavos (poloneses, russos, ucranianos) e holandeses vieram para cá com a esperança de ter uma terra própria. Os imigrantes deviam ocupar pequenas propriedades em áreas escolhidas pelo governo: as **colônias**.

GERSON GERLOFF/PULSAR IMAGENS

Mulher descendente de imigrantes italianos colhendo uvas para produção de vinho. Silveira Martins, RS. 2017. Acostumados ao trabalho familiar em seu país de origem, todos os membros da família imigrante uniam esforços para melhorar de vida. Geralmente, a família conseguia juntar dinheiro vendendo gêneros alimentícios e animais. Além de cuidar da casa e da educação dos filhos, as mulheres tinham e têm um papel decisivo no mundo do trabalho.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Alemães, italianos e poloneses

No Sul, os alemães fundaram colônias como São Leopoldo e Novo Hamburgo (RS) e Blumenau e Joinville (SC). Os italianos, por sua vez, fundaram as colônias que deram origem às cidades de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves (RS).

LUCA ERBES/FUTURA PRESS

Festa do Vinho. Bento Gonçalves (RS). Colonizada por italianos, a cidade realiza essa festa todos os anos. O vinho, como se sabe, não costuma faltar à mesa de uma família italiana.

Os poloneses também se fixaram no Sul, sobretudo no Paraná; a capital do estado, Curitiba, é hoje a cidade brasileira com o maior número de descendentes de poloneses. Os gêneros mais cultivados por eles eram os mesmos que consumiam em sua terra natal: o centeio, a batata e o repolho.

Apesar de receberem pequenos lotes de terra, os imigrantes também tiveram um começo de vida difícil no Sul. Os lotes que recebiam ficavam longe das cidades; as terras nem sempre eram adequadas ao cultivo dos produtos a que eles estavam acostumados; o isolamento dificultava a adaptação e o progresso. Muitos, porém, trabalharam duro, persistiram e conseguiram melhorar de vida.

Durante o Império, enquanto ocorria a busca de soluções para o problema da mão de obra, na literatura predominava o Romantismo.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

+ATIVIDADES

• O texto a seguir é um trecho traduzido da canção *Italia bella, mostrati gentile*, de 1899, da cidadezinha de Porciano, na região de Toscana, área de origem de muitos italianos que vieram para América. Que razão o autor dos versos aponta para que os imigrantes italianos deixassem seu país?

"Itália bela, mostre-se gentil
e os filhos seus não a abandonarão,
senão, vão todos para o Brasil, e
não se lembrarão de retornar.
Aqui mesmo ter-se-ia no que trabalhar
sem ser preciso para a América emigrar"

ALVIN, Zuleika M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo: 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 17.

Resposta: A principal razão é a falta de trabalho na Itália.

ENCAMINHAMENTO

• Evidenciar que, no Sul, desde cedo, o Império escolheu áreas despovoadas para a criação de colônias, com o objetivo de povoamento, branqueamento da população e consolidação das fronteiras.

• Comentar que uma das primeiras foi a colônia **alemã** de São Leopoldo, criada em 1824, próxima de Porto Alegre. A colonização alemã também se estendeu a Santa Catarina, onde o pioneiro Hermann Bruno Otto Blumenau fundou a colônia Blumenau. Ele se empenhou em trazer da Alemanha pessoas das mais variadas profissões.

• Informar que os 17 primeiros colonos chegaram a Blumenau em 2 de setembro de 1850, sendo a maioria deles do meio rural. Dr. Blumenau, como era mais conhecido, tinha uma única exigência: que todos começassem a vida como pequenos proprietários, artesãos, pequenos comerciantes ou exercendo uma profissão liberal.

• Ressaltar que Hermann Bruno Otto Blumenau não queria ninguém trabalhando como assalariado para um grande proprietário. Com isso, Otto Blumenau ajudou a implantar no Brasil um novo tipo de colonização, baseada na pequena propriedade e na policultura. Introduziu também um novo tipo de mentalidade, divulgando a ideia de que, por meio do trabalho, era possível melhorar de vida e conseguir autonomia (no Brasil daquela época, o trabalho era visto como coisa de escravizado).

IMAGENS EM MOVIMENTO

• IMIGRAÇÃO alemã em São Leopoldo. Duração: 6min43s. Disponível em: <http://livro.pro/rf826b>. Acesso em: 27 set. 2018.

Reportagem sobre a imigração alemã em São Leopoldo (RS).

• ALEMÃES no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Duração: 52min6s. Disponível em: <http://livro.pro/w8s7hw>. Acesso em: 27 set. 2018.

Documentário abordando a perseguição sofrida pelos alemães no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

Dialogando

a) Ufanismo: orgulho exacerbado pelo país em que nasceu; patriotismo excessivo.

b) "Do que a terra mais garrida / Teus risonhos, lindos campos têm mais flores / Nossos bosques têm mais vida / Nossa vida no teu seio mais amores / Ó Pátria amada / Idolatrada / Salve! Salve!

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Ronaldo Vainfas.

Indianismo

[...] foi no Império que a figura do índio acabaria elevada à condição de símbolo genuíno da nacionalidade, espécie de matriz de uma brasilidade originária.

Em termos oficiais, esse processo de elevação encontra seus primeiros brotos, ainda tímidos, no concurso promovido pelo recém-criado IHGB, na década de 1840, sobre "Como se deve escrever a história do Brasil". O primeiro coube ao naturalista alemão Karl von Martius, que destacou como eixo da formação histórica brasileira a fusão das três grandes raças, encarnadas no português, no índio e no africano. Von Martius dedicou-se muito à contribuição dos portugueses, quase nada à dos africanos, e razoavelmente à contribuição indígena para a formação do Brasil. [...]

Mas foi no campo da literatura e das artes que o indígena acabaria alçado à categoria de símbolo romântico da nacionalidade originária. Um índio idealizado, é certo, e não as culturas e povos indígenas concretos. O meado do século XIX viu florescer a literatura indianista de um Gonçalves Dias, autor de **Timbiras** *(1857)*, ou José de Alencar, de **Iracema** ou **O Guarani** *(1857)*. [...] Difundiu-se, assim, o imaginário do índio herói, espécie de "cavaleiro" medieval à moda brasílica, como o Peri, de Alencar, notabilizado por sua coragem e por seu amor a Ceci.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 367-368.

Romantismo

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO

Iracema, personagem da obra de mesmo nome do escritor romântico José de Alencar, em uma versão do pintor Antônio Parreiras, 1909.

O Romantismo é um estilo de arte que fez sua estreia no Brasil em 1836 com a obra **Suspiros poéticos e saudades**, do carioca Gonçalves de Magalhães. Na época, o Brasil vivia sob a regência de Padre Feijó; e no campo da cultura buscava afirmar sua independência. Veja o que se diz sobre o início do Romantismo no Brasil:

> No Brasil, o início do Romantismo caracteriza-se principalmente pelo tom ufanista em relação à nação brasileira, venerada em sua natureza exuberante e representada por heróis e heroínas indígenas. Em verso e prosa, louvaram-se as façanhas de índios idealizados pelos escritores, que foram tratados na literatura como protagonistas dos primeiros momentos de nossa história.
>
> Esse viés [...] caracterizou os poemas da primeira fase do Romantismo e se manifestou também em inúmeros romances **indianistas** publicados ao longo do século XIX. Assim, a literatura romântica ajudou a determinar e difundir os símbolos representativos da jovem nação brasileira [...].

TORRALVO, Izeti Fragata; MINCHILLO, Carlos Cortez. **Linguagem em movimento**. São Paulo: FTD, 2010. p. 32.

DIALOGANDO

Segundo o texto citado acima, "o início do Romantismo caracteriza-se principalmente pelo tom ufanista".

a) Procure no dicionário o significado do substantivo ufanismo e transcreva-o no seu caderno.

b) Selecione e transcreva um trecho do Hino Nacional brasileiro que veicule esse sentimento.

Indianismo: no Romantismo brasileiro, a valorização do índio, como um elemento diferenciador da identidade nacional, e do seu passado, como o substitutivo de um período histórico legendário que o país não teve.

DIVULGAÇÃO PNLD 2018 FTD

Texto de apoio

A vida das crianças libertas no Império

Os filhos das escravas são personagens fugidios da História da escravidão brasileira. Embora tenham sempre feito parte da população da Colônia e do Império, sua presença nos documentos de época é muitas vezes elusiva. Não são vistos com facilidade nos processos criminais ou notícias de rebeldias que iluminam os conflitos mais evidentes da escravidão. Nos autos cíveis, inventários, contratos de compra e venda, são figuras discretas: pouco se diz sobre sua idade, sua família, atividades que desempenham ou locais de onde provinham.

Especialmente a partir de 1871, contudo, sua presença nos documentos tornou-se mais explícita. Foi nesse ano, no dia 28 de setembro, que, em resposta às crescentes pressões pela abolição, vindas de dentro e de fora do Império, a famosa Lei do Ventre Livre entrou em

ATIVIDADES

I Retomando

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** e justifique sua escolha.

a) A pressão inglesa pelo fim do tráfico e a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu a entrada de escravos no Brasil, representaram um duro golpe contra a escravidão.

b) O processo que levou ao fim da escravidão no Império se iniciou antes da Lei Eusébio de Queirós e se prolongou por quase todo o século XIX. Entre os fatores que contribuíram para a Abolição cabe citar: a resistência dos próprios escravizados e o movimento abolicionista.

c) Os escravizados resistiam por meio da desobediência, da fuga e formação de quilombos, dos levantes urbanos, e da busca de liberdade para praticar suas culturas e religiões.

d) Um exemplo expressivo da resistência dos escravizados no século XIX foi o ciclo de revoltas lideradas por eles na Bahia entre 1807 e 1835. Segundo o historiador João José Reis, naqueles anos a Bahia foi palco de mais de vinte revoltas e conspirações promovidas pelos africanos e seus descendentes.

e) O abolicionismo foi um movimento social favorável à escravidão, que ganhou força na segunda metade do século XIX. Os abolicionistas divulgavam sua mensagem escravista por meio de artigos, charges, passeatas e comícios sempre muito concorridos.

2. (Enem/MEC)

Abolição da escravatura			
1850	**1871**	**1885**	**1888**
Lei Eusébio de Queirós (fim do tráfico negreiro)	**Lei do Ventre Livre** (liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir dessa data)	**Lei dos Sexagenários** (liberdade para os escravos maiores de 60 anos)	**Lei Áurea** (abolição da escravatura)

Considerando a linha do tempo acima e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

a) O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.

b) O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa E. Justificativa: O abolicionismo foi um movimento social pelo fim da escravidão, que ganhou força na segunda metade do século XIX. Os abolicionistas divulgavam sua mensagem antiescravista por meio de artigos, charges, passeatas e comícios sempre muito concorridos.
2. Alternativa D.

Texto de apoio (continuação)

vigor. Eliminando a doutrina legal do *partus sequitur ventrem* (o princípio de que o filho segue o ventre da mãe), tornava formalmente livres os "ingênuos", filhos e filhas das mulheres escravas nascidos a partir daquela data. Daí em diante, crianças que até então ficavam de escanteio nas páginas dos registros oficiais passaram a ocupar lugar de destaque na agenda política. No centro do debate sobre a emancipação gradual, a infância escrava ganhou espaço nos jornais, nos debates legislativos e nas ações cíveis.

[...] Sua presença é notada por historiadores em contextos tão variados como as áreas exportadoras de café e açúcar do Rio de Janeiro na passagem do século XVIII ao XIX e as ruas da cidade de Salvador nas décadas que antecederam à abolição.

A ocupação desses pequenos trabalhadores numa miríade de tarefas foi notada por viajantes europeus aqui chegados. Embora a maior parte de seus relatos tenha sido produzida no século XIX, suas observações sobre crianças escravas são válidas para momentos anteriores, guardadas as proporções de cada contexto. Nas cidades, as crianças estavam no interior das casas de famílias abastadas, das meramente remediadas, e por vezes nos lares pobres, nos quais eram mão de obra mais acessível, por ser mais barata que a de escravos adultos. No espaço doméstico, meninos e sobretudo meninas desempenhavam toda sorte de tarefas: servir a mesa, varrer, costurar, recolher cinzas do fogão, carregar água, limpar urinóis, banhar senhores e seus filhos, ajudá-los a se vestir, espantar as moscas que os atormentavam, embalá-los no vaivém das redes, tudo aquilo, enfim, que seus braços de força modesta pudessem suportar – e, não raro, até mais do que isso. Nos armazéns em que as famílias citadinas se abasteciam, os meninos eram às vezes empregados como caixeiros, ocupando-se da venda das mercadorias no balcão e da limpeza do lugar. Com menos frequência, também aprendiam ofícios especializados: pequenos sapateiros, ferreiros e marceneiros eram treinados às custas de muito trabalho e castigos nos saberes de uma profissão futura. Nas ruas, carregavam embrulhos, trouxas de roupa, levavam e traziam recados, vendiam frutas e doces de tabuleiro, às vezes ajudando suas mães ou escravas mais velhas.

ARIZA, Marília B. A. Crianças /Ventre Livre. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-170.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. **a)** Vê-se um garoto vestido com um gorro branco agarrando um senhor, em cujo paletó está escrito "Lavoura", e chamando a atenção dele para uma pedra imensa (a Abolição), que ameaça descer a ladeira. Um grupo de senhores da elite faz força para deter a enorme pedra (leia-se, impedir a Abolição). Na imagem da direita, a pedra (da Abolição) escapa das mãos dos senhores da elite e rola ladeira abaixo, o que faz com que o fazendeiro que representa a lavoura fuja espavorido.

b) Pela expressão do garoto, parece que ele está dizendo: "Bem que te avisei!". **Professor**: na legenda original, o autor da imagem diz: *Eu não te dizia, infeliz Lavoura, que elles eram incapazes de impedir que ella rolasse? Onde irá ela parar agora?*

c) As imagens foram produzidas quando a campanha abolicionista ganhava as ruas, os tribunais, os jornais e as revistas, e as notícias de fuga de escravos se multiplicavam em vários pontos do país.

Texto de apoio

A importância da *Revista Illustrada*

O Brasil foi um dos países onde a prática da escravidão foi longa e sua abolição, um processo de lutas e conquistas graduais. [...]

As charges permitiam que os menos abastados tivessem contato com a opinião dos letrados e fossem se inserindo na luta pela abolição. [...]

[...]

No Segundo Reinado, [...] a educação era voltada para poucos e com informações restritas [...].

[...]

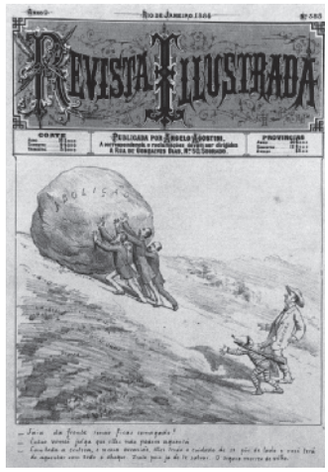
Nessa época, as revistas tinham a relevância dos jornais como agentes de propagação de valores culturais, em particular por serem de leitura fácil pelo seu conteúdo condensado e virem numa publicação de preço acessível. As revistas tinham a crítica como fio condutor, que pode ser expresso no humor negro e sarcasmo presentes nos textos, poesias, caricaturas, charges e histórias em quadrinhos, colaborando na consolidação do gênero das revistas de tipo ilustrada.

c) Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.

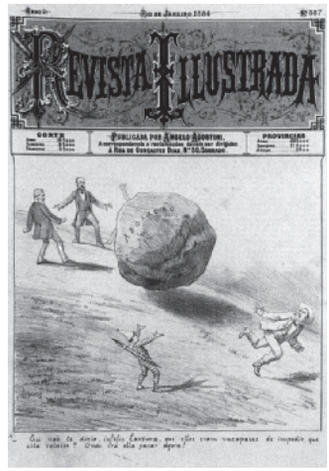
d) Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.

e) Ao abolir o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis antiescravidão no Brasil.

3. As imagens a seguir foram publicadas na Revista Ilustrada, em 1884; observe-as.



Revista Ilustrada, ano 9, n. 385, p. 1, 30 jun. 1884.



Revista Ilustrada, ano 9, n. 387, p. 1, 31 jul. 1884.

a) O que se vê na imagem da esquerda? E na da direita?

b) Tente responder: Na imagem da direita, o que o garoto parece estar dizendo ao homem que representa a lavoura?

c) Retome o capítulo e responda: em que contexto as imagens foram produzidas?

4. Os versos a seguir foram publicados no jornal **O monitor campista**, no município fluminense de Campos, em março de 1888. Leia-os com atenção.

Fui ver pretos na cidade
que quisessem se alugar.
Falei com esta humildade:
— Negros, querem trabalhar?
Olharam-me de **soslaio**,
E um deles, feio, **cambaio**,
Respondeu-me arfando o peito:
— Negro, não há mais não.
Nós tudo hoje é cidadão.
O branco que vá pro eito.

O MONITOR CAMPISTA, 28 mar. 1888 apud MATTOS, Hebe M. A face negra da Abolição. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, p. 16, maio 2005.

Soslaio: de lado, com desconfiança.
Cambaio: coxo, manco.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A **Revista Illustrada** foi a mais importante publicação dos quatorze anos finais do Império. Suas oito páginas semanais carregaram centenas de charges, caricaturas e histórias em quadrinhos de Agostini que, por sua riqueza de detalhes, permitiram ao leitor ir do publicado nas fontes oficiais do Governo, além do ensinado nas escolas do Império. Ao analisarmos hoje essas obras, temos a possibilidade de ter um panorama mais abrangente dos costumes, conflitos sociais, da ebulição cultural e política que, em um processo longo, culminou com a proclamação da República e abolição da escravidão.

[...]

MODENESI, Thiago Vasconcelos. Charges educando na perspectiva da abolição: a importância na Revista Illustrada. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais**... São Paulo, 2011. p. 1, 4, 5. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300115671_ARQUIVO_CHARGESEDUCANDONAPERSPECTIVADAABOLICAOanpuh.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

a) Qual é o significado de "Fui ver pretos na cidade/que quisessem se alugar"?

b) Levando em conta o contexto de vésperas da Abolição, qual o significado de "— Negro, não há mais não/Nós tudo hoje é cidadão"?

c) O diálogo entre os personagens mostrou a tensão existente entre brancos e negros, senhores e escravos, no município de Campos, no início de 1888. Tente responder: Às vésperas da Abolição, isso era comum em outras cidades com grande número de escravos? Justifique.

d) Com base no que você estudou, responda: A Lei Áurea transformou escravos em cidadãos?

5. Substitua os símbolos por palavras de modo a formar frases historicamente corretas.

a) No Sul, o interesse em povoar áreas desabitadas e defender as fronteiras levou o governo de D. Pedro II a oferecer (*) de (*) a quem desejasse plantar gêneros alimentícios.

b) No Sul, os (*) fundaram colônias, como São Leopoldo e Novo Hamburgo (RS) e Blumenau e Joinville (SC). Os (*), por sua vez, fundaram as colônias que deram origem às cidades de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves.

c) Os poloneses também se fixaram no Sul, sobretudo no (*); Curitiba, a capital do estado, é hoje a cidade brasileira com o (*) número de descendentes de poloneses.

6. **Em grupo**. Vamos fazer um **seminário** para apresentar à classe sobre o tema: "A presença do imigrante no Brasil". Cada grupo deverá pesquisar sobre imigrantes de uma determinada parte da Europa, lembrando que os três maiores grupos são os italianos, os portugueses e os espanhóis. Sigam o roteiro:

a) Principais atividades desenvolvidas pelo grupo no Brasil.

b) Culinária própria: salgados e doces.

c) Instrumentos musicais, músicas e danças típicas.

d) Escritores, poetas e artistas plásticos.

e) Recolher figuras, reportagens, entrevistas e notícias da internet, de livros, jornais e revistas para compor, com os colegas, um mural sobre a contribuição do grupo estudado para o Brasil atual.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. a) Fui à cidade para conseguir libertos dispostos a trabalhar no campo, em troca de algum dinheiro. **Professor**: comentar que, mesmo depois do 13 de Maio, muitos ex-escravos preferiram qualquer outro serviço a voltar para a fazenda onde já tinham trabalhado.

b) No contexto da época, o termo negro era usado, muitas vezes, como sinônimo de "escravo"; ao dizer isso, o trabalhador estava querendo dizer: "escravo não há mais não"; hoje todos nós somos cidadãos (isto é, livres).

c) Sim. **Professor**: veja como uma historiadora responde a esta pergunta:

> [...] às vésperas da Abolição, versos como esses, publicados no município fluminense de Campos, em março de 1888, tornaram-se comuns nos jornais das cidades onde se concentravam os últimos escravos. Eles dão bem a medida do movimento de fugas em massa que antecedeu a Lei Áurea, assinada em 13 de maio. A poesia revela também que os cativos eram depreciativamente chamados de "negros", embora cerca de 95% dos descendentes de africanos do país já fossem livres.
>
> MATTOS, Hebe M. A face negra da Abolição. Revista **Nossa História**, ano 2, n. 19, maio 2005. p. 16.

d) **Professor**: a questão quer oportunizar o trabalho com o conceito de cidadania. Lembrar aos alunos a historicidade do conceito de cidadania; na passagem do Império para a República, havia no Brasil uma série de impeditivos ao exercício da cidadania tal como a entendemos hoje. Mas, na fala do trabalhador, percebe-se que ele tinha uma percepção intuitiva de seus direitos de liberto, inclusive o de se recusar ao trabalho no eito nas mesmas condições de antes da conquista da liberdade.

- Sobre o assunto ler: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

5. a) lotes; terras.
b) alemães; italianos.
c) Paraná; maior.

6. Resposta pessoal. **Professor**: o objetivo da atividade é "reconhecer a contribuição da diversidade de origem dos grupos humanos presentes na constituição da sociedade brasileira" (conforme PCN, módulo Pluralidade Cultural, p. 46).

Texto de apoio

Os índios na História do Brasil no século XIX

[...]

A enorme diversidade de populações indígenas no território brasileiro dificultava não só a aplicação de uma política de caráter geral, como também a construção de uma única imagem de índio condizente com os ideais da nova nação. Do ponto de vista político, pregava-se o assimilacionismo, com procedimentos diversos, como já vinha ocorrendo desde o período pombalino. Do ponto de vista ideológico, discutia-se a possibilidade de tornar o índio símbolo nacional. O desafio era grande e as divergências, muitas. Afinal, os índios ocupavam terras, ameaçavam colonos, recusavam-se ao trabalho e lutavam para conservar suas aldeias. Como transformá-los em símbolo nacional se eram considerados inferiores e ameaças ao desenvolvimento e progresso econômico do Estado? Certamente, esses índios não serviam para simbolizar a nação, nem tampouco para compor o projeto de construção da memória e história coletivas do novo Estado.

Foi a imagem idealizada do índio que permitiu, no plano ideológico, transformá-lo em símbolo nacional. Essa imagem pouco teria a ver com os reais habitantes dos sertões e das aldeias do Império. Discursos e obras políticas, literárias, históricas, científicas e artísticas desse período caracterizaram-se pela idealização dos índios do passado, enquanto ignoravam ou demonizavam os grupos ou indivíduos indígenas ainda muito presentes no território brasileiro. Estes últimos, bastante vivos e atuantes no século XIX, eram presença constante nos artigos das revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), nos Relatórios dos Presidentes de Província, na correspondência entre autoridades diversas e nas discussões da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais. Essa documentação não deixa dúvidas sobre a atuação desses povos ao longo do século XIX, atuação essa que, como em períodos anteriores, influenciava os rumos das políticas para eles traçadas.

Discutia-se essencialmente se os índios deviam ser integrados de forma pacífica ou violenta. As concepções políticas e ideológicas sobre os índios se associavam e eram fundamentalmente influenciadas pelas realidades econômico-sociais do novo Estado.

Como destacou David Treece, as representações romantizadas do índio que apareceram de diferentes formas na literatura, na música e na pintura não estavam descoladas da realidade política e social do período (Treece, 2008). Eram, sem dúvida, construções idealizadas, porém estavam ancoradas nos contextos históricos em que foram elaboradas. Os intelectuais e artistas por elas responsáveis não viviam, absolutamente, alheios às discussões políticas e sociais sobre os índios.

II Leitura e escrita em História

a. Leitura e escrita de textos

VOZES DO PRESENTE

O texto a seguir foi retirado do **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**, dirigido pelo professor Ronaldo Vainfas.

Excluído na vida real e idealizado na literatura

COLEÇÃO PARTICULAR

Indígena no rio Negro, c. 1873. Belém (PA).

[...] As populações indígenas do Brasil iriam adentrar o século XIX em condições lamentáveis – demograficamente depauperadas, exploradas sob várias formas de servidão [...]. Ora concentradas em aldeamentos, que abrigavam grupos e etnias distintos, ora conservando alguma identidade nos refúgios de florestas indômitas. Vítimas, por vez, de guerras de tipo colonial, como a desencadeada por D. João, que mal chegado ao Brasil, em 1808, moveu guerra contra os ditos botocudos, no vale do rio Doce, Espírito Santo, e nos campos de Guarapuava, no Paraná. Além disso, pelas Cartas Régias de 1808, autorizou guerras contra os "índios bugres" de São Paulo e Minas, bem como a escravização dos prisioneiros [...]. Surgiu, então, uma nomenclatura mais simplificada [...] para designar as populações nativas: índios mansos, isto é, controlados, e índios bravos, a saber, hostis ou "imersos no estado de barbárie". [...]

A política imperial em relação às populações indígenas contrastava com o lugar que se atribuiria progressivamente ao índio na cultura nacional. [...]

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

EDITORA ÁTICA

[...] no campo da literatura e das artes, o indígena foi cada vez mais alçado à categoria de símbolo romântico da nacionalidade [...]. A contrastar com esta imagem idealizada do índio [...] erigiu-se a imagem do botocudo selvagem, alusiva, no caso, ao índio real que continuava explorado [...] e raramente contemplado pelas políticas públicas do Império.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 370.

Fac-símile da capa de **Iracema**, romance indianista do escritor cearense José de Alencar.

1. A leitura do texto permite inferir que a chegada de D. João ao Brasil, em 1808:

a) fortaleceu a política imperial de defesa dos índios mansos, considerados mais inteligentes do que os selvagens.

b) dividiu a população indígena entre índios idealizados e índios reais e explorados.

c) desencadeou uma verdadeira guerra contra os índios, povos considerados selvagens.

d) alçou os indígenas à categoria de símbolo da nacionalidade por considerá-los "índios mansos".

2. Após as investidas da política de D. João, a divisão da população indígena em "índios mansos" e "índios bravos" expressa uma crença típica daquela época, a de que:

a) os índios selvagens eram culturalmente superiores aos índios mansos.

b) os índios mansos eram culturalmente superiores aos brancos.

c) no contato com os brancos, os indígenas podiam evoluir e se tornar civilizados.

d) era preciso respeitar os povos indígenas, além de garantir seus direitos.

3. "A política imperial em relação às populações indígenas contrastava com o lugar que se atribuiria progressivamente ao índio na cultura nacional. [...]".

A frase que você acabou de ler refere-se a qual das afirmações a seguir?

a) A política oficial do Império levava à dizimação e pauperização dos indígenas, ao mesmo tempo que eles eram idealizados na cultura nacional.

b) As populações nativas deveriam ser "amansadas" para se livrarem da selvageria em que viviam.

c) Os índios que viviam em aldeamentos conservavam seus modos de vida. Já as populações que viviam em cidades tinham ritmo de vida acelerado.

d) Os indígenas do Vale do Rio Doce, Espírito Santo e campos de Guarapuava, além de São Paulo e Minas Gerais, foram expulsos de suas terras.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS

1. Alternativa C.
2. Alternativa C.
3. Alternativa A.

Texto de apoio (continuação)

Na maioria das vezes, envolviam-se nelas diretamente pelas funções políticas exercidas e quando não o faziam, suas obras, de um modo geral, influenciavam e eram influenciadas pelas realidades que vivenciavam. Os intelectuais responsáveis pela construção das imagens sobre os índios, bem como os viajantes, cujas descrições contribuíam para reforçá-las, comungavam, *grosso modo*, com as ideias de assimilar os índios e transformá-los em eficientes cidadãos do novo Império. Seus discursos e representações eram coerentes com a política indigenista do século XIX.

Embora não fossem novidade do século XIX, as discussões sobre práticas de brandura ou de violência para lidar com os índios foram foco de intensos debates nesse período. Sem abordar essa complexa discussão, importa ressaltar a predominância das teorias racistas e discriminatórias entre políticos e intelectuais que, *grosso modo*, concordavam com a ideia da inferioridade dos índios. Divergiam, no entanto, sobre sua potencialidade para alcançar a civilização, questão que fundamentava as discussões sobre como incorporá-los. José Bonifácio de Andrada e Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen destacaram-se nesse debate, e, embora ambos concordassem com a ideia de inferioridade dos índios, posicionavam-se em campos opostos. O primeiro defendia sua humanidade e capacidade de civilizar-se, propondo a integração branda, ao passo que Varnhagen afirmava a bestialidade dos índios que, no seu entender, só poderiam ser incorporados e submetidos por meio da guerra e do extermínio.

Na política oficial do Império iria predominar a proposta de Bonifácio. Seu projeto defendia a política assimilacionista que visava incorporá-los como cidadãos e, embora condenasse o uso da força, reconhecia sua necessidade em algumas circunstâncias. [...]

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. Revista **História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 27-29, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/39/29+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ambas são cartas escritas por imigrantes italianos residentes no Rio Grande do Sul e endereçadas aos pais deles, na Itália.

b) A fonte 1 é um relato de um imigrante entusiasmado com a nova terra que solicita à família que traga materiais de trabalho, mudas e artefatos usados na cozinha. Já o autor da fonte 2 relata a vida difícil de um imigrante italiano nos primeiros tempos de Brasil: a longa jornada de trabalho, os maus-tratos, o preço dos alimentos etc. **Professor**: Comentar que o autor da fonte 2 se despede com a palavra adeus (*addio* em italiano); se tivesse de fato esperança de retornar, diria até logo (*arrivederci* em italiano).

c) A comparação entre a carta da fonte 1 e a da fonte 2 sugere que o começo de vida dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul foi bastante difícil. Isto ficou registrado na expressão "coitado do meu nono!", muito usada pelos rio-grandenses de origem italiana ainda hoje. **Professor**: pode-se comentar a importância do trabalho da mulher nas famílias europeias que para cá imigraram. As mulheres, além disso, cozinhavam, teciam e cuidavam das crianças. Acostumados ao trabalho familiar no seu país de origem, os imigrantes italianos acreditavam que só com o esforço de todos os membros da família conseguiriam melhorar de vida.

Texto de apoio

Migrações, cultura e identidade nas cartas imigrantes no Brasil

[...]

Toda história de emigração começa com uma partida, com uma separação, é a *distância* que produz a necessidade de comunicação e a comunicação à distância, naquela época – e pelo menos até a invenção e difusão do telefone – podia apenas ser escrita. Quando os navios carregados de emigrantes estavam para partir, era costume, para aqueles que embarcavam, segurar a ponta de um fio de lã, cuja outra ponta ficava na mão dos parentes que ficavam no cais que a seguravam entre os dedos até o último momento. [...]

b. Cruzando fontes

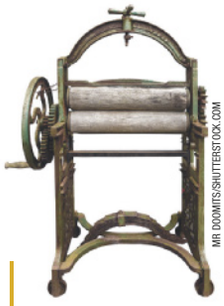
Fonte 1

Carta que o imigrante italiano Paulo Rossato, residente no Rio Grande do Sul, enviou à família na Itália, em 1884. Na carta ele dizia:

Lampião.

Tragam ferramentas para a colônia: dois podões grandes, de cabo de ferro, quatro machados [...] e as facas de ponta. Tragam videiras de uvas negrara, xebido, [...] e todas as que quiserem. [...] Para a família tragam os seguintes objetos: todo o material de cozinha: o caldeirão de lavar roupa, o panelão [...] onde se fazia a polenta, a máquina de fazer macarrão, os lampiões. Se for possível, tragam também [...] todos os copos, garrafas, tigelas e pratos [...] Você, pai, traga todos os instrumentos de carpintaria e, se puder, compre também um serrote de fazer tábuas.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 247-248.



Máquina de fazer macarrão.

Podão.

Faca de ponta.

Machado.

Fonte 2

Carta escrita pelo imigrante Felice Sartor, de Santa Teresa de Caxias, Rio Grande do Sul, datada de 15 de maio de 1885.

Queridos pais,

[...] Eu parti de Santa Rita, porque trabalhava com um patrão que não era bom... Parti daquele lugar feio para chegar em outro pior. Agora estou a serviço de outro dono: tenho que trabalhar junto com os negros, levando pesos sobre os ombros, subindo e descendo os montes como um burro. Começo a trabalhar de manhã ainda com as estrelas no céu e, sempre com as estrelas no céu, voltamos para casa à noite. Comemos: de manhã, feijão... ao meio-dia, feijão... de noite, feijão. A aldeia é muito longe... um dia de caminhada; e os preços da comida são muito altos. [...] Tudo é caro; pelo que concerne os animais... existem de todas as variedades; o bicho-do-pé é como as formigas na Itália.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

O navio afastava-se e os fios de lã continuavam apertados nas mãos dos emigrantes a bordo e dos parentes em terra até se romperem: tratava-se de um gesto ritual com um significado simbólico paradigmático. Os emigrantes, muitas vezes, passariam a vida inteira na tentativa de juntar as pontas daqueles fios, aquelas ligações familiares, identitárias e comunitárias que se haviam rompido no cais na hora da partida. As cartas são justamente o testemunho deste esforço, desta tarefa impossível: a busca constante para reconstruir, ou manter inalterado, através da escrita, aquilo que a emigração havia irremediavelmente interrompido ou modificado.

[...]

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, 2008. p. 14, 15, 17. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/art-01-o-chamado-das-cartas.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

Assim, se existe alguém que quer vir para a América falem para ele que fique na Itália. Eu, daqui a um ano, se estou bem volto para casa... Só me falta cumprimentar a todos vocês... pai, mãe, irmãos, parentes, amigos, adeus.

BIGAZZI, Anna Rosa C. **Italianos**: história e memória de uma comunidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. p. 183-184 (Lazulli imigrantes no Brasil / coord. Maria L. Tucci Carneiro).

a) Em que as fontes 1 e 2 são semelhantes?

b) Em que essas fontes são diferentes?

c) Com base nas fontes 1 e 2 e no que você estudou sobre a imigração neste capítulo, o que se pode dizer sobre o começo de vida dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul?

III Integrando com Língua Portuguesa

No campo da literatura, a "Canção do exílio" (1847), do poeta maranhense Gonçalves Dias, se tornou símbolo da nacionalidade. Leia o poema com atenção.

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.
Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

DIAS, Gonçalves. **Poesia completa e prosa escolhida**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959. p. 103.

a) Qual o tema da "Canção do exílio"?

b) Você saberia dizer quais trechos da "Canção do exílio" são citados no Hino Nacional?

c) **Em dupla:** A "Canção do exílio", de Gonçalves Dias, é o poema romântico mais citado e parodiado (reescrito com intenção satírica) da literatura brasileira. Pesquisem e transcrevam um exemplo dessa afirmação.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O "poeta" Gonçalves Dias

[...] poetas, seres humanos dotados de uma sensibilidade além, são os primeiros a, como um prisma, conter e, em seguida, refletir as cores do seu tempo.

Gonçalves Dias nasceu um ano após a Independência do Brasil – em 1823 – e viveu sua fase adulta duas décadas depois, em meio ao grande entusiasmo produzido por este marco histórico brasileiro. É, portanto, natural que o sentimento nacional, de amor à Terra, esteja presente – e *a priori* – em sua obra; e é nesse espírito que devemos ler Gonçalves Dias. O grande poeta soube, com maestria, associar, em perfeito equilíbrio, a força ufanista ao poder verbal que caracterizou sua expressão. Foi a "Canção do Exílio" o seu primeiro momento de inspiração, o passaporte de sua imortalidade; segundo Manuel Bandeira, "Ainda que não tivesse escrito mais nada, ficaria, por ela, o seu nome para sempre gravado na memória de sua gente".

Isto porque o nacionalismo de Gonçalves Dias não apenas traduziu o furor ativista pós-Independência, ou o sentimento saudosista de um jovem exilado em Coimbra. O poeta falou de emoções universais profundas, transcendendo espaço e tempo: seu lirismo interno abriu caminhos na sensibilidade do século XIX, perpetuando-se até nossos dias. É certo que novas formas de expressão foram trabalhadas, novos movimentos literários, após o Romantismo, [...] mas a "Canção do Exílio", escrita em 1843, estabeleceu-se como a grande inspiradora, o poema "clássico", princípio da nacionalização literária brasileira.

[...]

CYNTRÃO, Sylvia Helena. **A ideologia nas Canções do Exílio**: ufanismo e crítica. 1988. 118 f. Dissertação (Mestre em Literatura Brasileira). Universidade de Brasília, Brasília, 1988. p. 25-26. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3969/1/1988_SylviaHelenaCynt%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O amor à Pátria. **Professor**: Gonçalves Dias era aluno de Direito em Coimbra, Portugal, quando escreveu o poema. Inspirado pela vivência com os principais escritores da primeira fase do Romantismo em Portugal, além da saudade da pátria, produziu a "Canção do Exílio" – poema que se tornou tão célebre que alguns de seus versos são mencionados no Hino Nacional brasileiro.

b) O Hino Nacional incorporou a sua letra parte da segunda estrofe da "Canção do Exílio". O trecho incorporado está entre aspas: Teus risonhos, lindos campos "têm mais flores;" / "Nossos bosques têm mais vida", / "Nossa vida" no teu seio "mais amores.".

c) Um exemplo é "Migna terra", de Juó Bananère – pseudônimo do jornalista Alexandre Ribeiro Marcondes Machado; eis um trecho da paródia: Migna terra tê parmeras, / Che ganta inzima o sabiá. / As aves che stó aqui, / Tambê tuttos sabi gorgeá.

UNIDADE IV

CAPÍTULO

13 INDUSTRIALIZAÇÃO, IMPERIALISMO E RESISTÊNCIA

O empresário e político Cecil Rhodes ficou milionário montando uma grande companhia que monopolizava a exploração de minério no sul da África. O plano de Rhodes e do governo britânico era o de conquistar desde a Cidade do Cabo, no extremo sul, até o Cairo, no extremo norte, e construir uma gigantesca estrada de ferro que ligasse esses dois pontos. Conta-se que Rhodes costumava dizer: "Eu anexaria os planetas, se pudesse...".

A imagem que você vê é de uma caricatura de Cecil Rhodes, feita no final do século XIX. Como ele está vestido? Que apetrechos leva consigo? No que ele está pisando? O que ele demonstra com isso?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Este capítulo foi elaborado visando atender às habilidades da BNCC citadas a seguir:

– **(EF08HI23)** Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.

– **(EF08HI24)** Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica.

– **(EF08HI26)** Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.

Na ilustração, Cecil Rhodes veste uma farda, botas e tem na mão direita um chapéu. Está representado, portanto, como um típico explorador do século XIX. Leva consigo uma bolsa e uma espingarda. Ele está pisando no mapa do continente africano: seu pé direito pisa no sul e o esquerdo, no nordeste. Isso é uma alusão ao plano do milionário inglês de conquistar desde a Cidade do Cabo, no extremo sul da África, até o Cairo, no Egito, e construir uma gigantesca estrada de ferro ligando esses dois pontos.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que Cecil Rhodes era um fervoroso expansionista inglês do século XIX que se destacou no avanço do domínio do continente africano.
- Informar que Rhodes acreditava na superioridade da "raça inglesa" e tinha, como premissa para o progresso, o domínio inglês em diversos pontos do mundo.
- Destacar que, durante o processo de colonização de algumas regiões do continente africano, Rhodes foi responsável pelo massacre de milhares de nativos.
- Chamar a atenção para o fato de que Cecil Rodhes é uma figura controversa. As opiniões divergem quanto ao seu papel na história da África: embora ele tenha estimulado o progresso por meio de pesquisas científicas, a sua imagem está vinculada à divisão racial na região.
- Comentar que, em 1965, após lutas intensas e muitas mortes no território da Rodésia, o povo declarou a independência e a região foi denominada Zimbábue.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A CIDADE perdida de Zimbábue: Arqueologia. Duração: 21min23s. Disponível em: <http://livro.pro/ch49sg>. Acesso em: 8 out. 2017.

A história do Zimbábue, uma das regiões do continente africano mais exploradas pelos colonizadores europeus.

Segunda fase da Revolução Industrial

Ao longo do século XIX, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, verificou-se um grande desenvolvimento do capitalismo, associado a uma forte aceleração industrial.

Essa fase da industrialização, conhecida também como Segunda Revolução Industrial, se caracterizou pela descoberta de novas tecnologias aplicadas na indústria, nos transportes e nas comunicações. Na **indústria** foram decisivas:

a) A descoberta, em 1856, de um **processo de fabricação do aço** por Henry Bessemer. Com essa descoberta, o aço, que é mais fácil de ser trabalhado e mais resistente do que o ferro, tornou-se também mais barato. Por isso passou a ser amplamente usado na indústria de armas, na construção civil e na fabricação de máquinas.

b) A invenção do **dínamo** (1870), um gerador de eletricidade que permite a transmissão de corrente elétrica a longas distâncias, a partir de usinas elétricas. A energia elétrica se utilizava da água e por isso era relativamente barata, o que permitiu seu uso em indústrias e residências. A invenção da lâmpada elétrica, em 1879, por Thomas Alva Edison, foi decisiva para o uso residencial da eletricidade.

c) A invenção e o aperfeiçoamento do **motor de combustão interna** (década de 1870) permitiram o aproveitamento do petróleo e seus derivados (gasolina e *diesel*) como fonte de energia.

BETTMANN/GETTY IMAGES

Henry e seu filho Edsel Ford sentados em um raro modelo Ford F, 1910.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que os inventos da Segunda Revolução Industrial contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento econômico do período, surgindo, assim, novas potências internacionais, como Alemanha, Itália, Estados Unidos e Japão.
- Comentar que as ferrovias são o grande destaque da Segunda Revolução Industrial. A expansão das vias férreas se deu pela necessidade de transporte das mercadorias produzidas pelas indústrias. Por isso, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, os países mais industrializados da época, apressaram-se em expandir os trilhos.
- Destacar que uma das singularidades da segunda fase da Revolução Industrial foi o estreitamento da relação entre ciência e indústria.
- Evidenciar que os transportes também passaram por uma verdadeira revolução com a substituição de cavalos por locomotivas, o crescimento da malha ferroviária e o uso do barco a vapor para o transporte de pessoas e mercadorias. O aproveitamento do petróleo e de seus subprodutos – como a gasolina e o *diesel* – no motor de explosão foi outro avanço decisivo daquela época.
- Refletir sobre o que escreveu o historiador Eric J. Hobsbawm:

> A primeira fase da industrialização britânica, baseada nos têxteis, chegara a seus limites ou parecia estar prestes a fazê-lo. Felizmente, estava iminente o advento de uma nova fase da industrialização, que proporcionaria alicerces muito mais firmes para o crescimento econômico: a baseada nas indústrias de bens de capital, no carvão, no ferro e no aço. A era da crise da industrialização têxtil foi a era da chegada do carvão e do ferro, a era da construção ferroviária.
>
> Havia para tanto duas razões convergentes. A primeira foi a crescente industrialização do resto do mundo, criando um mercado em rápido crescimento para aquele tipo de bens de capital que não podia ser importado em qualquer quantidade salvo da "oficina mecânica do mundo" e que ainda não podia ser produzido em quantidade suficiente eternamente. [...]
>
> A segunda razão, entretanto, pouco tinha a ver com o crescimento da demanda: foi a pressão das cada vez mais vastas acumulações de capital para investimento lucrativo, ilustrado à perfeição pela construção das estradas de ferro. [...]
>
> HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 101-102.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: INOVAÇÃO e revoluções industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: <http://livro.pro/jtraaf>. Acesso em: 8 out. 2017.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- HENRY Ford. Duração: 5min8s. Disponível em: <http://livro.pro/crkkc6>. Acesso em: 8 out. 2018.

Filme antigo em que podemos ver a linha de produção de carros e imagens raras da linha de montagem criada por Henry Ford.

- HISTÓRIA de Thomas Edson. Duração: 22min49s. Disponível em: <http://livro.pro/v9mc7y>. Acesso em: 8 out. 2018.

Animação sobre a história de Thomas Edson, um dos maiores inventores da humanidade.

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que, por volta de 1866, o cabo transatlântico entrou em funcionamento, permitindo a comunicação telegráfica entre várias partes do globo.

Texto de apoio

Inovações da Segunda Revolução Industrial

A partir da última metade do século XIX pode-se dizer que houve uma Segunda Revolução Industrial. Enquanto a Primeira baseou-se na energia a vapor do carvão e no ferro, a Segunda baseou-se na eletricidade e no aço, ocorrendo importantes desenvolvimentos na química, nas comunicações e com o uso do petróleo. Estas inovações, de início e em geral, não substituíram plenamente as antigas, tendo somente começado a se destacar, enquanto sua plena realização ocorreu apenas no século XX.

A Segunda Revolução Industrial possui várias características que a diferenciam da Primeira. Uma delas foi o papel assumido pela ciência e pelos laboratórios de pesquisa, com desenvolvimentos aplicados à indústria elétrica e química, por exemplo. Surgiram também uma produção em massa de bens padronizados e a organização ou administração científica do trabalho, além de processos automatizados e a correia transportadora. Concomitantemente, criou-se um mercado de massas, principalmente e em primeiro lugar, nos EUA, com ganhos de produtividade sendo repassados aos salários. Por fim, houve um grande aumento de escala das empresas, via processos de concentração e centralização de capital, gerando uma economia amplamente oligopolizada [...].

O desenvolvimento da eletricidade [...] mudou radicalmente não só a economia, as indústrias, mas a vida cotidiana de toda a população. [...] A facilidade de transmissão deu à energia elétrica um caráter onipresente e colocou-a ao alcance de uma parcela muito mais ampla da população, dado seu baixo custo. Facilitou também o desenvolvimento de pequenas indústrias, que podiam agora utilizar a mesma fonte geradora de energia das grandes e pagar de acordo com o seu consumo.

[...]

O desenvolvimento da energia elétrica levou também a grandes progressos nas comunicações. O telégrafo eletromagnético desenvolveu-se em 1837/38, pondo pela primeira vez em uso a eletricidade e tendo a organização do tráfego de trens como primeira utilização importante. Em 1851 foi inaugurado o primeiro cabo submarino de comunicações (Canal da Mancha), e em 1866 foi inaugurado o cabo entre a Inglaterra e os Estados Unidos. O telefone foi desenvolvido em 1876 [...]. As ondas de rádio, por outro lado, foram descobertas em 1883 [...].

DATHEIN, Ricardo. Inovação e revoluções industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX. **Publicações Decon textos didáticos,** Decon/UFRGS, Porto Alegre, p. 4-7, fev. 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/napead/projetos/descobrindo-historia-arquitetura/docs/revolucao.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

Nos **transportes**, assistiu-se ao aumento progressivo das ferrovias e ao uso da locomotiva e do barco a vapor no transporte de pessoas e mercadorias. Ao mesmo tempo, o aproveitamento do petróleo e seus derivados (gasolina e *diesel*) como fonte de energia permitiu a Henry Ford e a Karl Benz a construção dos primeiros automóveis (1890).

Nas **comunicações** ocorreram duas descobertas decisivas: a invenção do telégrafo por Samuel Morse, em 1836, e do telefone, em 1876, pelo italiano Antonio Santi Giuseppe Meucci. Descobriu-se recentemente que Alexander Graham Bell comprou a patente de Meucci, o verdadeiro inventor.

Todo esse avanço tecnológico foi causa e efeito do desenvolvimento do capitalismo. Resultou da aplicação de capital em pesquisa científica e, ao mesmo tempo, provocou um enorme acúmulo de capitais em países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

Dica! O que é um telégrafo? O vídeo aborda a história do telégrafo e apresenta uma demonstração do seu funcionamento. Duração: 3min20s. Disponível em: <http://livro.pro/2jr4q8>. Acesso em: 8 out. 2018.

GRANGER/FOTOARENA

IGASHI/DEA/GETTY IMAGES

Acima, vê-se Graham Bell enviando a primeira mensagem por telefone a longa distância, de Nova York para Chicago. À direita, Giuseppe Meucci, o verdadeiro inventor do telefone. A invenção do telefone dinamizou as comunicações e facilitou os negócios.

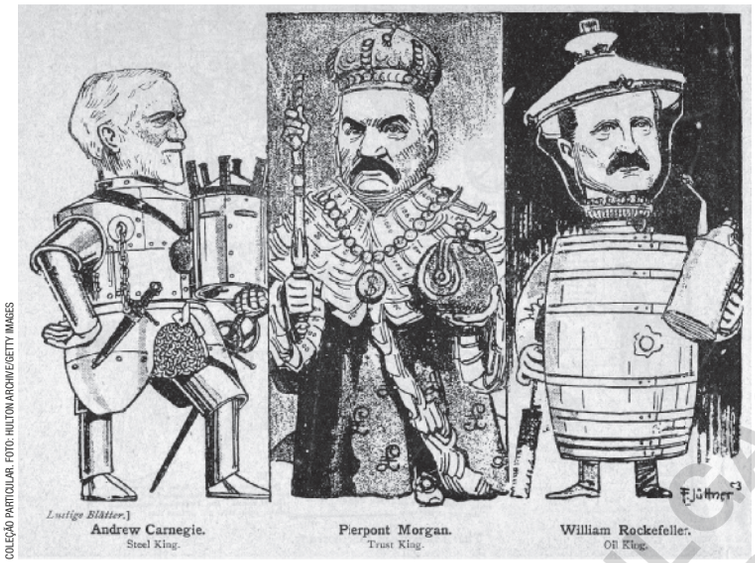
DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A concentração de capital

Com o avanço da industrialização, a concorrência entre as grandes empresas aumentou muito. Para vencer a concorrência, os grandes capitalistas faziam uma guerra de preços: mantinham seus preços bem baixos por certo tempo até que seus concorrentes não aguentassem e falissem e/ou vendessem a empresa por um valor baixo. Assim, aos poucos, as empresas mais fortes foram "engolindo" as mais fracas e, com isso, se formaram empresas gigantes ou associações de empresas: os trustes, os cartéis e as *holdings*.

- **Truste**: associação de várias empresas em apenas uma, que passa a dominar todas as fases da produção, desde a obtenção da matéria-prima até a comercialização do produto. Com isso, passa a impor os preços finais.
- **Cartel**: conjunto de empresas independentes de um mesmo ramo que, para evitar os desgastes da concorrência, dividem o mercado entre si. Cada uma delas atua numa determinada área geográfica.
- ***Holding***: empresa nascida da associação de diversas empresas a uma grande empresa, que passa a ter o controle de suas associadas.

Frequentemente, as empresas pediam empréstimos aos bancos ou se associavam a eles a fim de aumentar seus negócios ou suportar a concorrência. Com isso, os bancos ganharam um grande poder, chegando a influenciar os governos de seus países.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Charge alemã de 1903 ironiza os três grandes reis da indústria estadunidense do final do século XIX e início do XX. Da esquerda para a direita: o rei do aço, Andrew Carnegie; o rei das finanças e dos bancos, Pierpont Morgan; e o rei do petróleo, William Rockefeller. Note que a roupa de Carnegie é feita de aço e parece mais uma armadura, que boa parte da roupa de Morgan é feita com notas de dólares e que a roupa de Rockefeller é um barril usado para armazenar petróleo (em 1900, a Standard Oil, empresa pertencente a ele, refinava 84% do petróleo cru dos Estados Unidos).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é da historiadora Tania Maria Seggiaro Chagastelles.

A nova expansão imperialista

As profundas transformações que se operam no sistema capitalista a partir de meados do século serão responsáveis por uma radical mudança de atitude por parte dos estadistas e da opinião pública europeia, que aderem ao Imperialismo. Vários fatores se conjugam e viabilizam essas transformações: revolução na técnica, que se reflete na produção industrial, com utilização de novas fontes de energia (petróleo, energia elétrica); a substituição do ferro pelo aço, as novas indústrias siderúrgicas, a produção de bens de capital, a produção em massa, a revolução nos transportes e nos meios de comunicação.

Concomitantemente, novas nações se industrializam e necessitam de mercado. A partir de 1873, já havia uma séria restrição da procura em relação à oferta. Aliás, esse ano inaugura uma longa depressão que durará vinte anos, durante os quais a crise indicou saídas – o monopólio e o protecionismo.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que, com a adoção de novas tecnologias e a ampliação dos mercados consumidores europeus, a industrialização ganhou novo impulso e, a partir de 1870, foi acompanhada por intensa concentração de capitais.
- Destacar que, devido ao poder e à influência exercidos pelos bancos nesse período, alguns historiadores definiram-no como "capitalismo financeiro" ou "monopolista".
- Aprofundar o assunto acessando o texto: HISTÓRIA do capitalismo: uma visão panorâmica. Disponível em: <http://livro.pro/zaxrj9>. Acesso em: 8 out. 2018.

O processo de concentração do capital se faz em meio à crise, entre falências e acordos para sustentar os preços, inimagináveis no ideário liberal. Indústrias e bancos sofrem processo semelhante, e a aproximação de ambos gera o "capitalismo financeiro" – o capital bancário financia os grandes empreendimentos industriais, os quais se protegem formando associações monopolistas – cartéis, trustes, *holdings*...

As medidas protecionistas são a forma de defesa contra uma concorrência exacerbada entre as nações industrializadas. A Alemanha, a França (decreto de 1880), os Estados Unidos e, por fim, a própria Grã-Bretanha as adotam. O livre-cambismo é definitivamente enterrado, o que inaugura a era de acirramento dos nacionalismos e das rivalidades internacionais.

Ora, o período de crise e de profundas modificações no sistema capitalista coincide exatamente com os anos de maior expansão imperialista e de maior protecionismo.

Delineia-se uma doutrina imperialista, quase que unânime em sua aceitação, pelo menos na última década do século, alimentada pelas rivalidades internacionais, pela xenofobia e por obras pseudocientíficas que exploram a superioridade da raça branca.

[...]

CHAGASTELLES, Tania Maria Seggiaro. As sociedades africanas e o colonialismo. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 116-117. (Série Diversidades). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-09.pdf>. Acesso em: 8 out. 2017.

ENCAMINHAMENTO

• Aprofundar o assunto acessando o texto: IMPERIALISMO, capitalismo e burguesia. Disponível em: <http://livro.pro/bzsko3>. Acesso em: 8 out. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• IMPERIALISMO no século XIX. Duração: 52 min. Disponível em: <http://livro.pro/svjeuq>. Acesso em: 8 out. 2018.

Vídeo sobre o imperialismo no século XIX, suas razões e desdobramentos.

Texto de apoio

A Expansão Unificadora

O século XIX foi palco da intensificação de um processo, iniciado séculos atrás com as grandes navegações, que estreitou a união entre os dois lados do Atlântico e aproximou, ainda mais, do Velho Mundo áreas do Pacífico e do Índico, entrelaçando demandas e ofertas de mão de obra, produtos agrícolas e industrializados, estabelecendo novo parâmetro de circulação de ideias, pessoas e capitais. O avanço tecnológico, certamente, é uma das chaves para análise desse fenômeno, fato este ligado à expansão capitalista, cuja busca pela unificação do mundo em suas bases resultou em integração consoante aos interesses do próprio capital. [...]

Nas décadas finais do século XIX, esse processo acelerado de transformações tecnológicas e a produção industrial não só exigiam, mas também permitiam a busca por novos mercados consumidores, suprimento de matérias-primas, além da necessidade de reinvestimento do capital acumulado. A "partilha do restante mundo" – África e Ásia – entre as potências europeias surgia, assim, como possibilidade de expansão de suas economias, acirrando a concorrência entre os países mais industrializados. Tal período – entre 1870 e 1914 – é denominado pela historiografia de imperialismo [...], ou seja, o momento do desenvolvimento de uma política deliberada por parte dos estados europeus de anexação de povos e territórios com vistas à expansão dos mercados capitalistas ou mesmo de intervenção indireta em países independentes.

Como resultado da crescente tendência ao rompimento dos limites dos territórios nacionais por parte do sistema capitalista, as regiões atingidas transformaram-se rapidamente para atender às exigências da economia internacional, especializando-se na produção de matérias-primas ou de produtos agrícolas destinados às áreas mais desenvolvidas, além de se constituírem em mercados consumidores para a produção industrial europeia. Percebe-se, assim, a necessidade de crescimento do mercado em escala mundial para o êxito das economias dominantes.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Um imperialismo possível: fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914). **História**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 336-337, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a16v30n2.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

O imperialismo

A partir de 1870, as potências capitalistas, como EUA, Grã-Bretanha, França e Japão, entraram numa disputa por colônias ou áreas de influência, principalmente na África e na Ásia; essa expansão capitalista com o objetivo de dominação é chamada de imperialismo ou neocolonialismo.

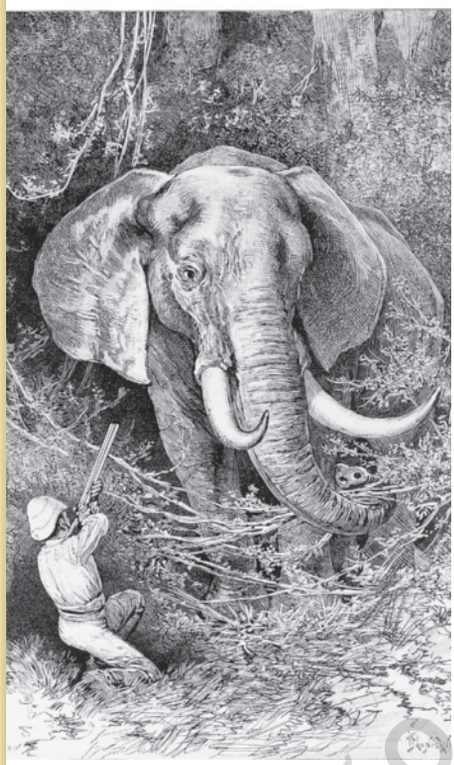
Mas o que teria motivado essa corrida imperialista entre as grandes potências? O que elas buscavam em outras terras?

As grandes potências se voltaram para esses lugares em busca de:

a) oportunidades de investimentos para seus capitais;
b) mercados produtores de matérias-primas (cobre, carvão, ferro, borracha, entre outras);
c) mercados consumidores de manufaturados;
d) ouro e diamante existentes nas terras africanas;
e) terras e mão de obra para trabalhar na exploração mineral e nas plantações de café, açúcar, amendoim, cacau, entre outras.

Ou seja, buscavam terras e pessoas para trabalharem por pouco dinheiro ou gratuitamente.

Os governos das grandes potências incentivavam a conquista de terras e povos em outros continentes e depois usavam essas ações imperialistas para despertar o "orgulho nacional" entre os cidadãos do país.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

MARY EVANS PICTURE LIBRARY/EASYPIX BRASIL

Acima, vemos uma cena de caça de elefante na África do século XIX, para aquisição do marfim. À direita, vemos uma moça sentada ao piano, cujas teclas foram feitas das presas de um elefante. Das presas desses animais se fabricavam também dentaduras e bijuterias.

DIVULGAÇÃO PNLD 2018 FTD

Teorias racistas do século XIX

Enquanto ocorria a corrida imperialista, pensadores europeus desenvolveram uma teoria chamada mais tarde de **darwinismo social**. Segundo essa teoria, as raças humanas passam por uma longa evolução e só as mais aptas sobrevivem. Na luta pela vida, as "raças superiores" triunfam. Essa teoria está apoiada em duas ideias equivocadas: a primeira é a de que existem **raças humanas**, e a segunda é a de que a "raça branca" é superior à "raça negra", à "raça amarela" e aos mestiços.

Hoje não se aceitam mais a existência de raças humanas nem a superioridade de um povo sobre outro. Hoje se sabe que só existe uma raça, a raça humana, e sabe-se também que nenhum povo é superior a outro.

No século XIX, porém, o darwinismo social foi considerado científico e serviu para justificar a dominação imperialista. Com base nessa e em outras teorias racistas, os líderes europeus diziam ter o dever de civilizar os demais povos: levar a eles o progresso e os "bons" costumes, isto é, seus valores. Em outras palavras, diziam ter uma **missão civilizadora** para com os "povos de cor". Essa missão, segundo eles, era "o fardo do homem branco".

Raças humanas: segundo os cientistas Sérgio D. J. Pena e Telma S. Birchal, **não** existem raças humanas dos pontos de vista genético ou biológico. Porém, esses mesmos autores concordam que o conceito de raça possui existência social; daí deriva o racismo, ou seja, a transformação da diferença em desigualdade.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: AKG-IMAGES/LATINSTOCK

"A França levará ao Marrocos a civilização, a riqueza e a paz." ***Le Petit Journal***, 1911. Nesta ilustração da capa de um jornal francês, vê-se a França na forma de uma mulher grande e poderosa que distribui ouro (civilização) aos marroquinos.

PARA REFLETIR

O texto a seguir é trecho de um discurso do ministro francês Jules Ferry (1832-1893) no Parlamento de seu país.

> As raças superiores têm um direito perante as raças inferiores. Há para elas um direito porque há um dever para elas. As raças superiores têm o dever de civilizar as inferiores.

MESGRAVIS, Laima. **A colonização da África e da Ásia**. São Paulo: Atual, 1994. p. 14. (História geral em documentos).

a) O que se pode concluir com base neste texto?

b) O que o autor do texto quis dizer com "o dever de civilizar"?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Frisar que, para legitimar suas práticas imperialistas, a justificativa dos europeus era a de que tinham uma "missão civilizadora" para com os povos africanos e asiáticos.
- Evidenciar que o imperialismo do século XIX era, como se sabe, impregnado de racismo (entendido aqui como um determinado tipo de comportamento) e de racialismo, termo cunhado por Tzvetan Todorov para designar um corpo de doutrinas referentes às "raças humanas" originado na Europa Ocidental e que ganhou proeminência durante o século XIX, época em que chegou a ter estatuto de ciência. Num esforço para caracterizá-lo, o estudioso afirmou que o racialismo está fundado nas seguintes proposições:

> A existência das raças. [...] afirma-se que há entre duas raças a mesma distância que entre o cavalo e o jumento [...]. 2. A continuidade entre físico e moral. [...] as diferenças físicas determinam as diferenças culturais [...]. 3. A ação do grupo sobre o indivíduo. O mesmo princípio determinista age também em outro sentido: o comportamento do indivíduo depende, em grande medida, do grupo racial-cultural (ou "étnico") a que pertence [...]. 4. Hierarquia universal dos valores. O racialista não se contenta em afirmar que as raças são diferentes; também crê que umas são superiores às outras, o que implica uma hierarquia única de valores, de um padrão de avaliação com o qual faz julgamentos universais [...].

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 1. p. 108-110.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Na opinião desse europeu, há raças superiores e raças inferiores, e as superiores têm o dever de civilizar as inferiores.

b) O dever de levar o progresso e os "bons costumes" (valores e visões de mundo dos europeus) a outros povos.

- Comentar que a postura do autor do texto é evidentemente etnocêntrica.
- Aprofundar o assunto acessando o livro: O DARWINISMO social. Disponível em: <http://livro.pro/oypqmf>. Acesso em: 8 out. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- RACISMO científico, darwinismo social e eugenia. Duração: 52min32s. Disponível em: <http://livro.pro/jtzx9n>. Acesso em: 8 out. 2018.

Documentário produzido pela BBC sobre as teorias racistas do século XIX.

ENCAMINHAMENTO

• Salientar que, a partir do século XIX, os europeus passaram a penetrar o interior do território africano e a submeter seus povos. Em 1880, os europeus ocupavam apenas 10% do continente africano; em 1900, já eram senhores de 90%. E por meio da ciência e do uso da metralhadora, do barco a vapor e do quinino foram retalhando e se apossando de territórios africanos.

Quinino: é uma planta medicinal de gosto amargo utilizada no tratamento da malária.

• Informar que, além da Argélia, a França submeteu terras e povos em várias outras partes da África. No oceano Índico, conquistou Madagascar.

Dialogando

a) "Indígenas" aqui tem o sentido de nativos da Argélia.

b) Que os franceses e a elite argelina eram contrários à instrução do povo argelino.

+ATIVIDADES

• O texto a seguir refere-se à África no século XVIII. Leia-o com atenção.

Em termos sumários, destacaremos alguns reinos ou impérios do período. Na região da Guiné, [...] os reinos Futa e Tucolor; no Alto Volga, os reinos Uagadu e o Yatenga; na Costa do Ouro, os reinos Dagomba e o Ashanti; na Costa do Benin, os reinos Daomé e o Iorubá; na Bacia Zairense, os reinos Kuba, o Luba e o Lunda; no sul da África, temos o Zulu. [...]

[...] Encontramos nestes reinos centralização política, governadores de províncias, ministros, a noção de soberania (*dima*, no Yatenga), eleições, organização fiscal e diplomática etc., que nos permitem afirmar que estamos tratando com verdadeiras organizações políticas no sentido exato do termo.

LOPES, Ana Mônica; ARNAUT, Luiz. **História da África**: uma introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2005. p. 60-61.

• Com base no texto, pode-se dizer que os africanos eram "primitivos", como diziam os europeus que chegaram à África no século XIX? Justifique.

Não. Como mostra o texto, havia na África um conjunto de reinos centralizados com ministros, governadores de província, eleições, organização fiscal e diplomática etc.

O imperialismo na África

Protetorado: país ou território com governo próprio, mas controlado por outro Estado no tocante à política externa e à segurança. Marrocos e Tunísia, por exemplo, foram protetorados franceses na África.

Durante muito tempo, os europeus se restringiram ao litoral africano. A partir de 1880, avançaram em direção ao interior em busca de matérias-primas necessárias à indústria e de áreas onde pudessem investir, construir ferrovias e fornecer empréstimos a juros. As potências da época partiam das feitorias do litoral para controlar terras, riquezas e gentes do interior africano. Por meio de ataques e da pressão diplomática, as terras conquistadas eram transformadas em **colônias**, **protetorados**, **domínios** ou **áreas de influência**.

Franceses onde hoje é a Argélia

Por volta de 1830, os franceses começaram a conquistar as terras da atual Argélia. Pouco tempo depois, assumiram o governo, tomaram terras dos nativos e obrigaram-nos a trabalhar para eles nas culturas de oliveira, da vinha, do trigo, da aveia e de frutas destinadas à exportação. Isso desorganizava os modos de produção e sobrevivência das comunidades africanas.

KEYSTONE-FRANCE/GAMMA/GETTY IMAGES

Colheita feita por argelinos no interior do país sob o olhar vigilante do colono, mostrado à direita, c. 1900.

Além disso, a opressão francesa na Argélia se fez também através de leis que o Congresso argelino era praticamente obrigado a aprovar; exemplo disto é esta lei de 1908.

DIALOGANDO

a) Qual o significado de "indígenas" no texto?

b) O que se pode concluir por esse documento?

O Congresso, considerando que a instrução dos indígenas faz a Argélia correr um verdadeiro perigo tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista do agrupamento francês, emite o voto de que a instrução primária dos indígenas seja suprimida.

MESGRAVIS, Laima. **A colonização da África e da Ásia**. São Paulo: Atual, 1994. p. 25-26. (História geral em documentos).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A Europa coloniza o mundo

Desde o século XVI, os Estados europeus – a França, a Inglaterra, a Espanha, Portugal, os Países Baixos – conquistaram territórios em outros continentes, principalmente na América e no Extremo Oriente. [...].

No século XIX, a França, a Grã-Bretanha, a Rússia e também, após sua unificação, a Alemanha e a Itália – que obtiveram apenas uma pequena parte daquilo que sobrou do bolo – conquistaram um império na Ásia (os franceses na Indochina, os ingleses na Índia [...]). A principal vítima dessa empresa de colonização é a África, que as potências europeias dividem entre si, sobretudo a França e a Grã-Bretanha, mas também a Bélgica e Portugal. [...]

LE GOFF, Jacques. **Uma breve história da Europa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 125-126.

Belgas na bacia do rio Congo

Em 1884, usando a força e a diplomacia, o rei Leopoldo II, da Bélgica, transformou o Congo em uma propriedade particular dele. Propriedade que ele chamava de "Estado Livre do Congo" e que passou a ser administrada por colonos belgas nomeados pelo rei. O território congolês era dezenas de vezes maior que a Bélgica e riquíssimo em borracha e marfim. Explorando a mão de obra africana, Leopoldo II extraiu do Congo uma fortuna incalculável.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: MARY EVANS PICTURE LIBRARY/EASYPIX BRASIL

DIALOGANDO

A charge ao lado, produzida no século XIX, tem como personagem central o rei Leopoldo II.
a) O que o artista está criticando?
b) Em que contexto essa charge foi publicada?

O Congo foi dividido em unidades chefiadas por civis ou militares, que tinham como dever obter o máximo possível de marfim e borracha em troca de punhados de sal e tecidos. Eles eram incentivados a conseguir o máximo de borracha e marfim por meio de prêmios. Cada administrador era o governante máximo em sua unidade. Mulheres, crianças e idosos eram acorrentados e mantidos como reféns, enquanto os homens iam à floresta coletar borracha e marfim. Se eles não trouxessem a quantidade estipulada, eram mortos ou tinham dedos, mãos e pés decepados.

Em 1903, o missionário **batista** A. E. Scrivener divulgou os horrores que ele havia presenciado no Congo. Diante disso, e sob pressão da opinião pública internacional, o rei Leopoldo II, da Bélgica, perdeu seu direito ao Congo, que passou, então, a ser administrado pelo governo belga.

A dominação do Congo converteu-se num dos episódios mais cruéis da História e envolveu a morte de cerca de 10 milhões de africanos.

Batista: seguidor de uma das igrejas de origem protestante; nessa igreja, o batismo só é ministrado aos adultos.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o texto do historiador Alberto da Costa e Silva:

Na penúltima década do século XIX acelerou-se a corrida pela divisão da África. De fuzil apontado ao peito, sobas africanos cediam o poder a comandantes de tropas europeias. Outros assinavam tratados de proteção, na ignorância de que transferiam aos estrangeiros a soberania sobre suas terras e suas gentes: julgavam estar arrendando ou cedendo para uso provisório um pedaço grande ou pequeno de solo, como de praxe, quando um estrangeiro pedia o privilégio e a honra de viver e comerciar entre eles. Não deixavam de espantar-se, por isso, quando dois grupos de brancos de língua diferente disputavam entre si, e às vezes com violência, essa honra e esse privilégio, em vez de em paz compartilhá-los. De vários dos grandes reis africanos as intenções europeias não passaram, porém, despercebidas.

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 35, maio/ago. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/03.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

Dialogando

a) O artista critica o amor do rei Leopoldo II por dinheiro.
b) A charge foi publicada na época da disputa imperialista na África, quando o rei Leopoldo II, da Bélgica, se apossou do Congo.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: O CRISTIANISMO congo e as relações atlânticas. Disponível em: <http://livro.pro/7zo7uq>. Acesso em: 8 out. 2018.

Texto de apoio

O avanço europeu na África

No último terço do século XIX, possuir colônias passou a ser, para os países europeus, um requisito para se afirmar como potência. Por isso, na corrida por territórios na África, iniciada pela França e pela Grã-Bretanha, logo se envolveram a Alemanha, a Itália e até mesmo um indivíduo, Leopoldo II, o rei dos Belgas. Atuando independentemente do governo de seu país, Leopoldo conseguiu para si, como uma espécie de propriedade particular, o enorme e riquíssimo território que viria a se chamar Estado Livre do Congo.

À medida que se caminhava para o fim do século, tornou-se cada vez mais agressivo o avanço europeu pelas terras africanas. Um após outro, foram sendo vencidos os estados africanos que podiam se opor a esse avanço, graças à vantagem que davam aos europeus o canhão de campanha montado sobre rodas, o rifle de ferrolho e de repetição, a metralhadora e, em alguns casos, a cavalaria. É bem verdade que alguns reis africanos dispunham também de rifles modernos e de pequenos canhões, porém em número insuficiente ou nas mãos de soldados despreparados para usá-los. [...]

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2012. p. 103.

ENCAMINHAMENTO

- Comentar que, na África, os ingleses adotaram principalmente a administração indireta: os antigos chefes locais eram mantidos no poder e transformados em colaboradores dos ingleses.
- Refletir sobre o texto a seguir:

> No passado, Mama África foi explorada, recortada, colonizada. Hoje é lembrada nos noticiários da tevê por suas tristezas. O coração das riquezas dos europeus no século XIX transformou-se no coração da pobreza dos dias de hoje. O espetáculo de horrores, que começou a ser encenado a partir do século XV, teve seu apogeu no século XIX. E deixou sua herança.

CAMPOS, Flavio de et al. apud OLIVA, Anderson. Leituras sobre a África contemporânea: representações e abordagens do continente africano nos livros didáticos de História. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 40, ano 22, p. 146, 1º sem. 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5972/1/ARTIGO_LeiturasAfricaContemporanea.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Ela mostra um enorme polvo cuja cabeça é a de um homem de cartola que representa a Inglaterra; o polvo de treze braços estende sua dominação sobre vários países, como Egito, Índia, Canadá, Jamaica, Malta etc.

b) Ele representa a Inglaterra, mostrada na charge como um polvo com cabeça humana estendendo seus tentáculos em direção a outros países.

c) A charge é uma crítica ao imperialismo inglês; a cobiça desmedida da Inglaterra é representada na charge por um personagem cujos tentáculos avançam em direção às áreas cobiçadas; repare que "as mãos" do polvo pousam sobre o mapa de determinados países, como Egito, Índia, Canadá, Jamaica, entre outros.

d) No contexto marcado pela expansão das potências europeias em direção à Ásia e à África, com o objetivo de conquistar mercados produtores de matéria-prima e consumidores de manufaturados.

- Aprofundar o assunto acessando os textos: OS BRITÂNICOS e seu império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. Disponível em: <http://livro.pro/3vo9w9>; HISTÓRIA geral da África – VII. África sob dominação colonial, 1880-1935. Disponível em: <http://livro.pro/me73dp>; IMPÉRIO britânico em todo o mundo, exibido em uma única imagem. Disponível em: <http://livro.pro/s8ajht>; e O CANAL de Suez. Disponível em: <http://livro.pro/76vczv>. Acessos em: 8 out. 2018.

Britânicos na África

A Grã-Bretanha foi um dos países que lideraram a corrida pela África. No Egito, na década de 1880, os britânicos estabeleceram um protetorado, aproveitando-se do endividamento do governo egípcio por ocasião da construção do Canal de Suez.

Como o Sudão era dominado pelos egípcios, também passou ao domínio inglês. Os sudaneses de religião muçulmana reagiram aos ingleses, travando com eles a chamada **guerra santa**. Esses sudaneses resistiram pelas armas e chegaram a retomar Cartum, a capital do país. Depois, foram derrotados graças à superioridade bélica dos britânicos. Além do Egito e do Sudão, a Inglaterra se apossou ainda de Uganda, da África Oriental (atual Quênia) e da Rodésia (atual Zimbábue), assim chamada em homenagem ao explorador inglês Cecil Rhodes.

Guerra santa: segundo o historiador Albert Hourani, a palavra guerra santa (*jihad*) quer dizer "esforço em favor de Alá".

PARA REFLETIR

Observe a imagem com atenção e responda no caderno.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: STOCK MONTAGE/GETTY IMAGES

a) O que ela mostra?

b) Quem ou o que esse personagem de cartola representa?

c) Qual a mensagem transmitida pela charge?

d) Em que contexto essa charge foi publicada?

IMAGENS EM MOVIMENTO

- A PARTILHA colonial da África. Duração: 2min42s. Disponível em: <http://livro.pro/tye78c>. Acesso em: 8 out. 2018.

Vídeo sobre a partilha colonial da África entre os países europeus.

- ÁFRICA no passado. Riquezas e glórias: a história que ninguém contou. Duração: 33min7s. Disponível em: <http://livro.pro/xnzjb6>. Acesso em: 8 out. 2018.

Documentário sobre a história da África e seu processo de colonização.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A resistência africana

Entre os séculos XV e XVIII, com exceção do norte, a presença dos europeus na África se restringiu ao litoral do continente. Lá, eles fundaram estabelecimentos permanentes em pontos estratégicos, como Costa do Ouro, Benin e Angola, para fazer comércio com os africanos.

A partir do século XIX, no entanto, os europeus já não queriam apenas comerciar; sua ambição era conquistar as ricas terras africanas e submeter seus povos.

Mas os africanos reagiram à dominação europeia de diversas formas, inclusive por meio de revoltas. Os principais motivos dessas revoltas foram a perda de soberania por parte dos africanos, a exploração econômica e a imposição de hábitos ou modos de administração europeus.

A Rebelião Ashanti

Veja o que uma historiadora diz sobre o assunto:

> Também extremamente significativa foi a Rebelião Ashanti na então Costa do Ouro (atual Gana), que durou dez anos, de 1890 a 1900, em uma encarniçada luta contra o domínio britânico representado pelo governador Arnold Hodgson. [...] Ela decorreu da deposição de grande número de chefes tradicionais das chefias locais, por parte da burocracia colonial britânica, envolvendo portanto a violação do caráter sagrado da realeza, nos planos religioso e cultural [...].
>
> Seguiu-se a nomeação de outros chefes locais designados que careciam de legitimidade perante a população e foram encarregados, inclusive, da cobrança de 4 xelins por cabeça, como indenização por uma rebelião em 1887. Por fim, o governo britânico exigiu que o seu representante se sentasse no Tamborete de Ouro, símbolo da alma ashanti e da sua sobrevivência como nação e, por isso, instrumento de consagração [...] dos seus chefes.
>
> A indignação dos ashantis levou praticamente todos os "Estados" importantes a enfrentar os ingleses em inúmeras batalhas sangrentas debeladas só depois da prisão e deportação da líder, a rainha de Edweso, Nana Yaa Asantewaa, e de vários generais ashantis, em 1900.
>
> HERNANDES, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 114-115.

© CC0 4.0 - SA - BY NOAHALORWU/YAA ASANTEWAA MUSEUM

Busto de Yaa Asantewaa, localizado no museu que a homenageia, em Ejisu, Gana, 2016.

Estados: os Ashanti estavam organizados em várias unidades políticas soberanas (chefaturas, reinos), que a autora do texto denominou de Estados.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A resistência africana

[...] a conquista da África não foi tarefa simples nem rápida. Muitas vezes, os europeus sofreram reveses. Como na batalha de Isandhlwana, por exemplo, em janeiro de 1879, quando cerca de 25 mil zulus do rei Cetshwayo derrotaram as tropas britânicas, que somavam 16 mil homens, sendo 7 mil europeus e 9 mil africanos. O exército zulu era disciplinadíssimo, uma verdadeira máquina de guerra, e, apesar da inferioridade em armas – contava apenas com as tradicionais lanças de cabo curto, escudos de couro e espingardas carregadas pela boca –, venceu novamente os britânicos em Rorke'sDrift, Eshowe e Hlobane, antes de cair em Ulundi, em julho daquele ano.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2012. p. 103-104.

ENCAMINHAMENTO

- Chamar atenção para a Rebelião Ashanti através do texto a seguir:

Os exércitos africanos tinham uma força nada desprezível, sendo decisivos contra as invasões estrangeiras; e a prova disso é que foi necessário um acordo com o chefe da região da Costa do Ouro para que os portugueses construíssem ali seu primeiro forte. Além disso, foi somente no século XIX que os britânicos entraram pela força até o Ashanti, pagando com vidas, pois tiveram várias guarnições cercadas e dizimadas. [...]

[...] o Reino Ashanti foi um sério obstáculo ao avanço britânico. Ao longo de setenta anos, entre 1826 e 1896, os imperialistas ingleses travaram quatro guerras contra os ashanti, empregando metralhadoras para derrotar seus oponentes. [...]

SILVA, Alessandro Ferreira de. **Olhar africano**: aspectos da África ao sul do Saara na vida de africanos residentes em São Paulo. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 21, 48.

- Destacar a luta pela resistência da rainha africana Yaa Asantewaa através do texto a seguir:

"Se vocês, homens de Asante, não vão em frente, então nós vamos. Desafio as minhas companheiras mulheres. Vamos lutar contra os homens brancos. Vamos lutar até que a última de nós caia no campo de batalha [...]."

Yaa Asantewaa não só iniciou a guerra, como também desempenhou um papel ativo.

A guerra apenas atenuou depois da sua filha ter sido capturada, o que forçou Yaa Asantewaa a render-se. Os britânicos levaram-na para as Seychelles, no Oceano Índico, onde acabou por morrer, em outubro de 1921.

WABA, Pinado Abdu. Yaa Nana Asantewaa: a rainha guerreira da nação Ashanti do Gana. **DW**, jan. 2018. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/yaa-nana-asantewaa-a-rainha-guerreira-da-na%C3%A7%C3%A3o-ashanti-do-gana/a-41770230>. Acesso em: 8 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o texto do historiador Jacques Le Goff:

Não há mais África africana. A França conquistou a maior parte da África do Norte, o Magreb. A África Negra foi desmembrada entre os europeus. Essa Europa colonialista tem o seu congresso, como a Europa conservadora teve o Congresso de Viena em 1815: é o Congresso de Berlim, em 1878, que organiza a divisão da África entre os europeus.

LE GOFF, Jacques. **Uma breve história da Europa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 126.

- Comentar que, a partir da Conferência de Berlim, a corrida ao continente africano ganhou uma aceleração jamais vista.

Texto de apoio

O texto a seguir é da historiadora Leila Leite Hernandez.

A Conferência de Berlim e a partilha

Muito pouco se sabe acerca do ocorrido nos bastidores da diplomacia europeia capaz de informar propósitos e resultados das negociações que culminaram em um dos períodos mais violentos da época contemporânea. O que parece consensual, no entanto, foram os quatro principais motivos que levaram à realização da Conferência. O primeiro deles, verificado na conjuntura de 1865 até a primeira metade dos anos de 1890, refere-se aos interesses do rei Leopoldo II, da Bélgica, em fundar um império ultramarino. Para viabilizar esse objetivo, a partir de 1865, Leopoldo II teve como uma de suas estratégias o estudo da exploração africana. [...]

O segundo, por sua vez, foi sem dúvida a frustrada corrida de Portugal por seus interesses [...]. Esse projeto pressupunha a ligação de Angola a Moçambique, do Atlântico até o Índico, abrangendo quase toda a Zâmbia e o Zimbábue numa só província "Angolo-moçambicana".

O terceiro grande motivo foi o expansionismo da política francesa expresso na participação da França com a Grã-Bretanha no controle do Egito, em 1879; no envio de expedições exploradoras ao Congo, como a do marquês de Compiègne, que subira o rio Ogue, no Gabão; na ratificação de tratados com Makoko (chefe dos *betekues*) na bacia do Congo, área onde eram intensos a pesca e o comércio de escravos, madeiras para tingimento e tráfico regional de mandioca e peixe seco; e no estabelecimento de sua iniciativa colonial na Tunísia e em Madagascar.

Por fim, o quarto motivo foram os interesses em torno da livre navegação e do livre comércio nas bacias do Níger e do Zaire, manifestados de forma explícita sobretudo pela Inglaterra, que alimentava também o sonho de um domínio do Cabo ao Cairo, cada vez mais dificultado pelos interesses de outros países europeus na África central e pelos bôeres, seu grande obstáculo na África austral. [...]

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 59-61.

Alemães, portugueses e espanhóis na África

Portugal manteve a maior parte dos territórios conquistados nos séculos XV e XVI, como os territórios onde hoje são Guiné, Angola portuguesa e Moçambique, São Tomé e Príncipe e as Ilhas do Cabo Verde.

A **Alemanha**, por sua vez, entrou na corrida pela África quando boa parte do continente já estava sob os domínios inglês ou francês. A Alemanha conquistou duas colônias: a África do Sudoeste Alemão, que é banhada pelo Atlântico, e a África Oriental Alemã, que é banhada pelo oceano Índico.

A **Espanha** conservou uma parte do Marrocos, o Marrocos espanhol.

A Conferência de Berlim

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: PHOTO12/UIG/GETTY IMAGES

Representação do século XIX da Conferência de Berlim. Note o mapa da África na parede.

A corrida imperialista gerou tensões que ameaçavam o equilíbrio de poder entre as potências e a paz na Europa. Para evitar a guerra, as potências europeias se reuniram na **Conferência de Berlim**, na Alemanha, em 28 de fevereiro de 1885. Essa conferência tinha por objetivo combinar regras e condições favoráveis à ocupação da África. Reunidos na Conferência de Berlim, os representantes das potências europeias combinaram:

a) permitir a livre navegação nas bacias dos rios Congo e Níger, duas importantes vias naturais de penetração no continente;

b) permitir o livre comércio na bacia do rio Congo;

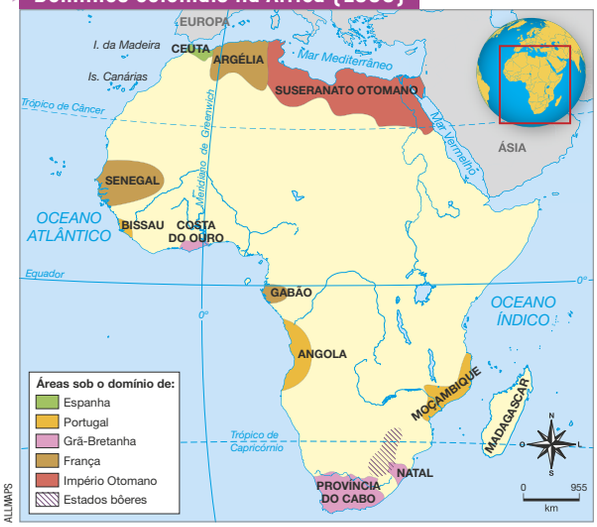
c) que uma nação europeia só teria direito a um território africano se comunicasse sua ocupação às demais nações e enviasse para a área uma autoridade capaz de manter a ordem;

d) reconhecer o Estado Livre do Congo como propriedade particular do rei Leopoldo II, da Bélgica. Esse território imenso serviu como Estado-tampão, separando as demais áreas ocupadas pelos europeus e assegurando a todos os direitos de navegação e comércio.

DIVULGAÇÃO PNLD 2021 FTD

Portanto, a partilha da África não ocorreu na Conferência de Berlim, como se tem dito. A África foi partilhada entre as potências europeias nos anos que se seguiram à conferência, por meio de acordos bilaterais entre elas. Entre 1885 e 1907, por exemplo, a Grã-Bretanha e a França concluíram entre si 249 acordos sobre a África Ocidental e Central. Os tratados bilaterais que se seguiram à Conferência de Berlim desenharam um novo mapa da África.

Domínios coloniais na África (1880)



Em 1880, os europeus ocupavam apenas dez por cento do continente africano; em 1900, já eram senhores de noventa por cento dele.

Fonte: SERRYN, Pierre. **Atlas Bordas Historique et Géographique**. Paris: Bordas, 1988. p. 26.

Esse novo mapa fixava **fronteiras** artificiais, misturando culturas e línguas diferentes e separando povos que tinham grande identidade cultural, o que contribuiu para a eclosão de guerras entre os próprios africanos. Algumas delas se prolongaram até os nossos dias.

Domínios coloniais na África (1910)

Fontes: BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha da Manhã, 1995. p. 236; CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. **Atlas geográfico Saraiva**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Os tratados bilaterais europeus de partilha

Definir uma esfera de influência por um tratado era, em geral, a etapa preliminar da ocupação de um Estado africano por uma potência europeia. Se o tratado não fosse contestado por nenhuma potência, a nação beneficiária transformava pouco a pouco os direitos que ele lhe reconhecia em direitos de soberania. Uma zona de influência, portanto, nascia de uma declaração unilateral, mas ela só se tornava realidade uma vez aceita, ou pelo menos não contestada por outras potências europeias. Frequentemente as esferas de influência eram contestadas, mas os problemas de ordem territorial e as disputas de fronteiras acabavam por se resolver através de acordos entre as duas ou mais potências imperialistas presentes na mesma região. Os limites de tais acertos territoriais eram determinados, com o máximo de exatidão possível, por uma fronteira natural ou, na sua ausência, por referência às longitudes e latitudes. Ocasionalmente levavam-se em conta as fronteiras políticas do país.

[...]

Em que medida eram válidos os tratados políticos celebrados com as autoridades africanas e os acordos bilaterais entre nações europeias, base da partilha e da conquista da África? Seu estudo leva à conclusão de que alguns deles são juridicamente indefensáveis, outros moralmente condenáveis, enquanto outros ainda foram obtidos de forma legal. No entanto, trata-se aí de atos essencialmente políticos, defensáveis somente no contexto do direito positivo europeu, segundo o qual a força é a fonte de todo o direito. Mesmo quando os africanos procuravam abertamente celebrar tratados com os europeus, a decisão era sempre ditada pela força que eles sentiam no lado europeu. [...]

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adi (Ed.). **História geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco, 2010. p. 37-40. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Informar que os tratados bilaterais que se seguiram à Conferência desenharam um novo mapa da África, concluído por volta de 1910.
- Explicar que os mapas desta página colaboram para provar a existência de uma história da África anterior não só à chegada dos europeus, mas também ao seu estabelecimento no território africano no final do século XIX. Na época, a população africana vinha crescendo em função da melhoria das técnicas agrícolas e da incorporação de cultivos americanos, como o milho e a mandioca, e assistia-se no continente à formação de reinos organizados, donos de uma administração e de um conjunto de instituições políticas complexas.

ENCAMINHAMENTO

- Mencionar que os ingleses chegaram à Índia no século XVII e, aos poucos, foram se impondo por meio da palavra e/ou da força. Ora criavam pequenas guerras contra marajás e nababos, ora aliavam-se a eles. Assim, por volta de 1750, apoderaram-se de quase todo o território hindu, transformando-o em um protetorado inglês.

Marajá: título dos príncipes ou potentados da Índia.
Nababo: o equivalente a governador na Índia.

- Evidenciar que, exportando para a Inglaterra a matéria-prima (algodão bruto) e importando manufaturados ingleses, a Índia se tornou, no século XIX, a joia mais preciosa da Coroa britânica.
- Salientar que, para os trabalhadores indianos, porém, a situação piorou: trabalhavam mais tempo e, apesar disso, viviam endividados, pois os impostos retiravam a maior parte daquilo que eles produziam. Eram eles também os maiores prejudicados pela constante escassez de alimentos: na segunda metade do século XIX, a Índia foi atingida por seis crises de fome, que mataram cerca de 15 milhões de hindus.

Texto de apoio

O texto a seguir é dos historiadores Carlos Serrano e Kabengele Munanga.

A descolonização da Ásia

[...] A rebelião dos cipaios [...], em 1857, que se iniciou com um protesto de quartel, tomou dimensões nacionais e foi exemplo da *pax britanica* na Índia. [...]

As reformas de 1909, pelas quais os conselhos regionais passaram a ser eleitos, permitiram que um colégio eleitoral restrito (3% da população) escolhesse, em 1919, parte dos membros da assembleia legislativa central. Mas essas medidas não satisfizeram os nacionalistas indianos, que desejavam uma autonomia efetiva e imediata. Assim, o desencadear de uma campanha de desobediência civil (boicote dos produtos ingleses e recusa a pagar impostos ou cumprir as leis), em 1920, foi a resposta encontrada pelas lideranças nacionalistas.

Uma grande liderança se impôs na luta pela independência da Índia: foi Mohandas Gandhi (apelidado de Mahatma, que significa Grande Alma), que deu grande importância à mobilização popular e à união de hindus e muçulmanos na luta pela independência. Ao instituir um amplo movimento caracterizado pela não violência e uma política de desobediência civil como forma de luta, tornou-se um dos heróis da independência da Índia. [...]

A Índia obteve sua independência em 15 de agosto de 1947, separadamente do Paquistão, independente na mesma data, e do Sri-Lanka, independente no ano seguinte. A Birmânia ou Mianmá, que se recusou a integrar a Comunidade Britânica, estabeleceu sua independência em 1948.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. **A revolta dos colonizados**: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1995. p. 52-53.

Partilha da Ásia

A Ásia também foi alvo do imperialismo das potências ocidentais.

Britânicos na Índia

Os britânicos aportaram no litoral da Índia pela primeira vez no século XVII e, aos poucos, foram desalojando comerciantes de outros países europeus. Nessa época, eles compravam dos indianos tecidos finos, como a musselina, e os revendiam na Europa com grande lucro.

OTTO HERSCHAN/GETTY IMAGES

Em todas as partes do mundo onde tiveram colônias, os ingleses manifestaram forte racismo. Isolavam-se dos nativos, embora usassem seus serviços no dia a dia. Repare que o servidor próximo ao senhor de cartola está descalço. Madras, Índia, cerca de 1865.

Por volta de 1750, os ingleses se apossaram da Índia, transformando-a em um protetorado inglês. Para enfraquecê-la, aumentaram os impostos sobre os tecidos indianos, elevando com isso os seus preços; ao mesmo tempo, passaram a vender tecidos ingleses para os indianos. Consequentemente, a maioria das tecelagens indianas faliu e a Índia, antes grande exportadora de tecidos, passou a comprá-los da Inglaterra. Além disso, a Índia passou a produzir grandes quantidades de algodão para as fábricas inglesas de tecidos, propiciando lucros enormes para a Coroa britânica.

A resistência hindu

Os abusos das autoridades inglesas na Índia, o empobrecimento do povo e as sucessivas crises de fome no país causavam grande insatisfação entre os indianos. Uma das manifestações da resistência hindu ao domínio britânico foi a **Revolta dos Sipaios** (1857). Os ingleses, no entanto, fizeram uso de metralhadoras e canhões e esmagaram a revolta.

Sipaios: nome dado aos soldados nacionalistas indianos que se engajaram na luta contra o domínio inglês.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

238

A Inglaterra aproveitou a oportunidade para assumir diretamente o governo da Índia e nomeou um vice-rei para governá-la; anos depois, a rainha Vitória, da Inglaterra, foi proclamada imperatriz da Índia.

Os lucros obtidos na Índia permitiram aos ingleses a construção de um amplo sistema ferroviário e de comunicações no país e o envio de milhões de libras para a Inglaterra, que usou parte do dinheiro para conquistar a Birmânia, a Nova Zelândia, a Austrália e parte da China, ampliando assim o seu Império.

Britânicos na China

Quando o europeu Marco Polo chegou à China, no século XIII, o império chinês era praticamente autossuficiente, não se interessando pelos produtos do Ocidente. Já os comerciantes europeus tinham enorme interesse na seda, no chá e nas porcelanas da China, produtos vendidos por altos preços na Europa. Assim, entre os séculos XIII e XVIII, o comércio entre os europeus e os chineses foi sempre favorável aos chineses.

Por volta de 1820, a situação se inverteu: a balança comercial tornou-se pela primeira vez favorável aos europeus. É que os britânicos descobriram o ópio, droga que provocava forte dependência, e passaram a vendê-lo na China. O ópio era trazido das plantações inglesas na Índia e, embora fosse proibido na China, era vendido naquele país pelos traficantes ingleses em quantidades cada vez maiores.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: ULLSTEIN BILD/ULLSTEIN BILD/ GETTY IMAGES

A charge de 1840 mostra um inglês obrigando um chinês a comprar ópio.

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

Texto de apoio

A China e o ópio

A conquista pelos ingleses de grandes áreas da Índia deu o impulso inicial à produção e venda organizada de ópio. Por instigação dos diretores da Companhia das Índias Orientais, e ajudados pela brilhante liderança militar de Robert Clive e pela capacidade administrativa do governador-geral Warren Hastings, entre 1750 e 1800, os ingleses obtiveram o controle da maior parte do Norte da Índia, de Bombaim, no Oeste, a Calcutá, no Leste, além de bases adicionais no Sul, em Madras (onde *lord* Macartney foi governador). Ansiosos por encontrar um produto que pudesse gerar lucros pela exportação, descobriram que a papoula crescia com especial vigor em certas áreas da Índia. Além disso, havia uma abundante oferta de mão de obra para colher a seiva das vagens da papoula [...].

A Companhia das Índias Orientais obteve o monopólio da compra do ópio indiano e depois vendeu licenças para mercadores selecionados conhecidos como "mercadores nativos", preferindo esse meio indireto de lucro ao envolvimento direto com o transporte do narcótico. Depois de vender o ópio na China, esses mercadores depositavam a prata que recebiam por ele com agentes da companhia em Cantão, em troca de cartas de crédito; a companhia, por sua vez, usava a prata para comprar chá, porcelana e outros artigos chineses que seriam vendidos na Inglaterra. Desse modo, desenvolveu-se um comércio triangular da Inglaterra para a Índia, da Índia para a China e da China para a Inglaterra, com altos lucros em cada etapa. [...] A prática de fumar ópio misturado com tabaco chegou à China provavelmente na década de 1720, trazida de Taiwan por soldados que voltavam para casa após reprimir a rebelião de Zhu Yígui em 1721. Em meados do reinado de Qianlong, explicações detalhadas sobre a droga e como prepará-la para o consumo estavam ao alcance de qualquer pessoa que soubesse ler. [...]

O governo de Qing não tinha certeza de como deveria enfrentar o problema. [...] Yongzheng, o primeiro imperador a pronunciar-se sobre o narcótico, sabia que existia uma necessidade legítima de ópio como remédio – particularmente valioso para atenuar os efeitos da diarreia ou da disenteria –, mas que os usos não medicinais da droga pareciam ser nocivos. No instável compromisso alcançado por ele, "passar" a droga para usuários em potencial e manter opiários públicos era severamente punido, enquanto as vendas "medicinais" continuavam abertamente. [...]

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 141-142.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: A CHINA e os chins. Disponível em: <http://livro.pro/68zjxv>. Acesso em: 8 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando os textos: GUERRAS do ópio e a impotência do Império. Disponível em: <http://livro.pro/92yjqh>; e TRATADO de Nanquim marca o fim das guerras do Ópio. Disponível em: <http://livro.pro/4vuiis>. Acessos em: 8 out. 2018.

Texto de apoio

O texto a seguir é de Emannuel Henrich Reichert, doutor em História pela Universidade de Passo Fundo.

O mercado chinês e o mundo

[...]

Os Estados Unidos foram participantes ativos na semicolonização de partes da Ásia desde a década de 1840. A política externa americana continuava centrada no Atlântico, mas nesse período dois fatores coincidiram para provocar um maior interesse pelo continente asiático. O primeiro foi a aquisição de uma costa no Oceano Pacífico com a divisão do Oregon com a Inglaterra (1846) e a conquista da Califórnia após a Guerra Mexicano-Americana (1848). Em segundo lugar, a grande potência imperial de então, a Inglaterra, estava estabelecendo precedentes de abertura comercial forçada justamente no país mais populoso da Ásia, a China.

Inglaterra e China entraram em guerra em 1839 pelo problema do ópio. O governo chinês havia proibido a importação da droga pelas consequências nocivas do vício; os comerciantes ingleses ignoravam a proibição porque o ópio produzido na Índia era o único produto capaz de equilibrar sua balança comercial com a China. O governo de Sua Majestade Britânica partiu em defesa de seu comércio, alegando que as caixas de ópio destruídas pelas autoridades em Cantão eram propriedade privada confiscada injustamente pelos chineses. Os ingleses, com o poder da Revolução Industrial do seu lado, venceram e, como resultado, o governo da China assinou o Tratado de Nanquim em 1842, primeiro de uma longa série de tratados desiguais. Pelo acordo, alguns portos chineses foram abertos a comércio com a Inglaterra e os súditos ingleses tinham direito à extraterritorialidade em território chinês, sem que os chineses tivessem o mesmo direito na Inglaterra [...].

O ópio afetava a saúde do povo chinês, além de fazer muitas pessoas perderem tudo o que tinham para poder comprar a droga. Lin Zexu, braço direito do imperador Daoguang, da dinastia Manchu, escreveu uma carta à rainha Vitória implorando-lhe que não permitisse um comércio tão prejudicial ao povo chinês. A rainha nada respondeu.

Os chineses resolveram agir: confiscaram e lançaram ao mar quase 1 400 toneladas de ópio bruto, trazidas por navios ingleses até o porto de Cantão. A resposta britânica foi a guerra. Alegando prejuízos à propriedade privada, o governo da rainha Vitória mandou bombardear várias cidades chinesas. Foi a **Guerra do Ópio** (1839-1842), que terminou com a vitória dos ingleses.

A Grã-Bretanha se aproveitou da vitória na guerra para obter vantagens por meio do **Tratado de Nanquim**, assinado em 1842 e um dos mais importantes da história da China. Ele estabelecia:

- a abertura de cinco portos na China para que os mercadores ingleses pudessem comerciar livremente;
- o pagamento aos ingleses de uma indenização de 21 milhões de dólares pela perda do ópio jogado ao mar e pelos prejuízos causados pela guerra;
- o controle de Hong Kong pelos ingleses;
- o direito de os britânicos serem julgados por suas próprias leis, caso cometessem crime em território chinês.

Pouco tempo depois, os estadunidenses, os franceses e os russos também obtiveram dos chineses direitos comerciais e privilégios semelhantes. Assim, à força, os portos da China foram sendo abertos às potências ocidentais.

Imperialismo: Ásia e Oceania (início do século XX)

Repare que entre os dominadores não havia apenas países europeus. Os Estados Unidos e o Japão também conquistaram territórios na Ásia e na Oceania.

Fonte: ATLAS da História do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo/ Times Books, 1995. p. 256-257.

O presidente dos Estados Unidos, John Tyler, mandou um enviado à China, o político Caleb Cushing, com a missão de obter também para os comerciantes de seu país um acordo vantajoso. O resultado foi o Tratado de Wangxia, assinado em 3 de julho de 1844, que estendia aos americanos os direitos de comércio e extraterritorialidade na China [...]. Em um ponto, Cushing teve mais sucesso que os ingleses, ao inserir em seu tratado a cláusula de nação mais favorecida, que concedia aos Estados Unidos quaisquer concessões e privilégios que fossem concedidos a outros países [...]. De uma perspectiva social e econômica, o imperialismo americano na Ásia iniciou com Wangxia.

REICHERT, Emannuel Henrich. O imperialismo legal e seus limites: um estudo da extraterritorialidade americana no Japão (1858-1899). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439435604_ARQUIVO_Oimperialismolegaleseuslimitesv2.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. Assinale a alternativa **INCORRETA** e justifique a sua escolha.

A Segunda Revolução Industrial se caracterizou pela descoberta de novas tecnologias aplicadas na indústria, nos transportes e nas comunicações. Algumas descobertas foram decisivas, como:

a) a descoberta, em 1856, de um processo de fabricação do aço por Henry Bessemer. Com essa descoberta, o aço passou a ser amplamente usado na indústria de armas, na construção civil e na fabricação de máquinas.

b) a invenção do dínamo (1870), um gerador de eletricidade que permite a transmissão de corrente elétrica a longas distâncias. A energia elétrica se utilizava da água e por isso era relativamente barata, o que permitiu seu uso em indústrias e residências.

c) a invenção e o aperfeiçoamento do motor de combustão interna (década de 1870), que permitiram o aproveitamento do petróleo e seus derivados (gasolina e *diesel*) como fonte de energia.

d) o aproveitamento do petróleo e seus derivados (gasolina e *diesel*) como fonte de energia, o que permitiu a Henry Ford e a Karl Benz a construção dos primeiros carros movidos a eletricidade.

2. Analise as afirmações a seguir, julgando-as **V** (verdadeira) ou **F** (falsa). Em seguida, assinale a alternativa correta:

I. A partir da segunda metade do século XIX, as grandes potências da época partiram para a conquista de territórios em outros continentes, em busca de mercados produtores de matéria-prima e consumidores de manufaturados. Esse processo é conhecido pelo nome de imperialismo.

II. Durante esse processo de expansão, os europeus desenvolveram teorias que afirmavam a superioridade deles em relação a povos e culturas de outros continentes.

III. A "missão civilizadora" foi um esforço dos europeus no sentido de instruir e promover as populações afro-asiáticas.

IV. No final do século XIX, a Inglaterra usou diferentes estratégias para exercer sua dominação na África e na Ásia.

a) V, V, F, V
b) V, F, V, V
c) F, V, F, V
d) F, V, V, V

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é das jornalistas Patrícia Giuffrida e Beatriz Vichessi.

Quais foram os colonizadores da África?

As fronteiras na África foram determinadas entre os séculos 15 e 16, com a colonização europeia. Como cada país europeu conquistou regiões diferentes, então as fronteiras respeitaram essa divisão. Como, no entanto, a marcação territorial não respeitou a distribuição dos povos que já viviam ali, alguns deles foram divididos em diferentes países ou, em alguns casos, grupos inimigos ficaram sob o mesmo governo.

"Não dá para dizer que todos os problemas que existem na África até hoje, como briga entre povos e, consequentemente, os milhões de refugiados, sejam consequência dessas fronteiras artificiais impostas, mas certamente isso teve um papel muito importante", afirma Juliano da Silva Cortinhas, professor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília.

Os colonizadores vieram de diversos países – França, Portugal, Alemanha, Bélgica, só para citar alguns europeus. O primeiro momento de colonização do continente ocorreu entre 1880 e 1910 [...]. Antes da chegada deles, o que existia eram sociedades tribais organizadas, e não estados nacionais. A África não foi o único continente onde esse tipo de imposição aconteceu. Na América Latina como um todo, incluindo o Brasil, sabe-se que os povos que não foram dizimados pelos colonizadores tiveram que viver segundo a organização imposta pelos estrangeiros. "Na África não houve esse processo de destruição das populações, porque os europeus viam os africanos como mercadoria do tráfico de escravos", explica o professor.

"Somente dois países não foram colônias em nenhum instante: Libéria (que era um estado formado por escravos libertos dos Estados Unidos) e Etiópia (que foi dominada pela Itália entre 1936 e 1941)", afirma Luiz Arnaut, professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

A África hoje é composta por 54 países independentes e uma riqueza inumerável de idiomas, bem como de etnias, algumas, infelizmente, ainda em conflito.

GIUFFRIDA, Patrícia; VICHESSI, Beatriz. Quais foram os colonizadores da África? **Nova Escola**, 1º out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/370/quais-foram-os-colonizadores-da-africa>. Acesso em: 8 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. Alternativa D. Justificativa: O aproveitamento do petróleo e seus derivados (gasolina e *diesel*) como fonte de energia permitiu a Henry Ford e a Karl Benz a construção dos primeiros automóveis (1890).
2. Alternativa A.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• FRONTEIRAS artificiais. Duração: 3min42s. Disponível em: <http://livro.pro/rnbfq6>. Acesso em: 8 out. 2018.

Vídeo educativo sobre as fronteiras artificiais da África colonial.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Dois europeus agarram-se ao mundo numa tentativa de dominá-lo. Ambos estão vestidos à moda dos conquistadores europeus do século XIX. O loiro carrega um sabre na cintura, uma baioneta e um canhão nas costas. O outro não possui armas, mas um livro religioso no bolso traseiro da calça.
   b) Ele está interessado no continente africano.
   c) A astúcia está representada pelo livro, e a força, pelo canhão, pelo sabre e pela baioneta.
   d) O uso de armas – sobretudo da metralhadora – facilitou a conquista europeia da África e da Ásia; já o discurso "da missão civilizadora" contribuiu para justificar essa conquista.

Texto de apoio

Movimento operário e imperialismo

[...] o surgimento dos movimentos operários ou, de maneira mais geral, da política democrática [...] teve uma relação nítida com o surgimento do "novo imperialismo". A partir do momento em que o grande imperialista Cecil Rhodes observou em 1895 que, para evitar a guerra civil, era preciso se tornar imperialista, a maioria dos observadores se conscientizou do assim chamado "imperialismo social", isto é, da tentativa de usar a expansão imperial para diminuir o descontentamento interno por meio de avanço econômico ou reforma social, ou de outras maneiras. Não há dúvida de que todos os políticos eram perfeitamente conscientes dos benefícios potenciais do imperialismo. [...] A versão de Cecil Rhodes do imperialismo social, que pensou basicamente nos benefícios econômicos que o império, direta ou indiretamente, podia proporcionar às massas descontentes, foi talvez a menos relevante. Não há provas válidas de que a conquista colonial como tal tenha tido muita relação com o nível de emprego ou com os rendimentos reais da maioria dos operários dos países metropolitanos, e a ideia de que a emigração para as colônias propiciaria uma válvula de escape aos países superpovoados foi pouco mais que uma fantasia demagógica. [...]

Muito mais relevante era a conhecida prática de oferecer aos eleitores a glória, muito mais que reformas onerosas: e o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato dominá-los? De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas, e, sobretudo, as potencialmente descontentes, a se identificarem ao Estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse Estado justificação e legitimidade. Numa era de política de massa [...], mesmo os sistemas antigos precisavam de nova legitimidade. Uma vez mais, seus contemporâneos tinham total clareza a este respeito. A cerimônia britânica de coroação de 1902, cuidadosamente remodelada, foi elogiada por visar a expressar "o reconhecimento, por uma democracia livre, de uma coroa hereditária *como símbolo do domínio mundial de sua espécie*" (grifo meu). Em suma, o império era um excelente aglutinante ideológico. [...]

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 105-106.

3. A imagem é uma litografia espanhola. Observe-a com atenção.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: SPANISH SCHOOL/GETTY IMAGES

a) Descreva a imagem levando em conta a postura e a vestimenta dos personagens e o que carregam consigo.

b) Observe o olhar e o gesto do conquistador loiro. Por qual região do globo ele está interessado?

c) Na legenda está escrito que a astúcia e a força pretendem dominar o mundo. Que objetos na imagem representam estes atributos?

d) Relacione a astúcia e a força, tal como representadas na imagem, à dominação europeia na África e na Ásia.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

4. O texto a seguir é de Cecil Rhodes (1853-1902), um empresário e político britânico que ficou milionário com a exploração de minério no sul da África.

> O mundo está quase todo parcelado, e o que resta dele está sendo dividido, conquistado, colonizado. Pense nas estrelas que vemos à noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas, se pudesse; penso sempre nisso. Entristece-me vê-los tão claramente, e ao mesmo tempo tão distantes.
>
> HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 270.

- Interprete: o que ele quis dizer com "Eu anexaria os planetas, se pudesse"?

5. O trecho a seguir é da ata redigida na Conferência de Berlim (1885). Leia-o com atenção.

> Querendo regular [...] as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, e assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico; [...] e preocupados [...] com os meios de crescimento do bem-estar moral e material das populações **aborígines**, resolveram sob convite que lhes enviou o Governo Imperial Alemão [...] reunir para este fim uma Conferência em Berlim [...].
>
> Os mesmos, **munidos** de plenos poderes [...], discutiram e adotaram:
>
> 1º Uma Declaração referente à liberdade do comércio na Bacia do Congo [...];
>
> 2º Uma Declaração **concernente** ao tráfico dos escravos e às operações que, por terra ou por mar, forneçam escravos para tráfico;
>
> [...]
>
> 4º Uma Ata de Navegação do Congo [...];
>
> 5º Uma Ata de Navegação do Níger [...];
>
> 6º Uma Declaração introduzindo [...] regras uniformes referentes às ocupações que poderão no futuro realizar-se nas costas do continente africano.
>
> **Aborígines:** indígenas; nativos.
> **Munidos:** armados.
> **Concernente:** relativo; referente.
>
> ATA Geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885. Disponível em: <http://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

a) Segundo o documento, quais eram os interesses das nações presentes na Conferência de Berlim?

b) Ao ler os tópicos referentes à ata assinada pelas nações europeias, fica evidente o interesse dos países europeus pela África. Mas, em relação aos africanos, o que ficou decidido? Explique.

c) Quais os desdobramentos para os africanos das "fronteiras artificiais" estabelecidas pela Conferência de Berlim?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A Conferência de Berlim

As rivalidades na região levaram à realização, entre 1884-85, da Conferência de Berlim, marco histórico do imperialismo contemporâneo. Sob o disfarce de objetivos humanitários, a conferência reúne vários países europeus, [...] aos quais se unem o Império Turco e os Estados Unidos da América. Nenhuma nação independente africana foi convidada a participar dos assuntos que diziam respeito, diretamente, aos seus territórios.

Invocando Deus no seu primeiro parágrafo, o documento que resultou da Conferência pouco cuidou dos objetivos humanitários iniciais, mas estabeleceu "regras" a serem observadas pelas potências signatárias para apropriação "legal" dos territórios africanos. [...]

O Estado Livre do Congo foi reconhecido pelos participantes da Conferência e Leopoldo, aclamado seu chefe. Portugal mantinha um pequeno enclave na região – Cabinda –, enquanto a França obtinha como "esfera de influência" a margem direita do Congo.

Reconhecidas foram, ainda, esferas de influência da Alemanha, tanto na costa ocidental como na oriental da África, onde logo estabelecerá suas colônias – Togo, Camarões, a África Oriental Alemã e o Sudoeste Africano.

A Inglaterra teve seus interesses reconhecidos nos *Oil Rivers* do delta do Níger e, principalmente, o domínio absoluto da África Meridional.

Após definir suas áreas de influência assinando tratados com dirigentes africanos, a contestação possível dessas áreas era contornada através de acordos ou tratados que as potências europeias realizavam entre si. [...]

CHAGASTELLES, Tania Maria Seggiaro. As sociedades africanas e o colonialismo. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 119-120. (Série Diversidades).

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

4. Resposta pessoal. **Professor**: nesse trecho, Cecil Rhodes sintetiza bem a ânsia de poder e de riqueza do imperialismo do século XIX; o desejo de conquistar terras e submeter povos; de vê-los sob o domínio britânico. Procure estimular a reflexão do aluno sobre o pensamento de Cecil Rhodes. Pode-se perguntar, por exemplo, se no mundo atual há indivíduos ou governos que agem de modo semelhante.
5. a) O desenvolvimento do comércio na bacia do Congo; a livre navegação nos rios Congo e Níger; a regulamentação dos territórios que viessem a ser obtidos nas costas da África. **Professor**: destacar que nenhum líder africano foi convidado a participar da Conferência de Berlim.
   b) Ficou decidido que os africanos podiam ser escravizados e ocorreu uma regulamentação do tráfico de escravos.
   c) Essas fronteiras misturavam culturas e línguas diferentes e separavam povos que tinham grande identidade cultural, o que contribuiu para a ocorrência de guerras e rivalidades entre os próprios africanos; algumas delas se prolongam até os nossos dias.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

6. Alternativa C.

7. **a)** A Revolta dos Sipaios, de 1860, uma das raras imagens da resistência hindu ao imperialismo inglês.

   b) A história foi escrita em boa parte pelos vencedores; daí a escassez de imagens sobre a resistência africana e asiática (de homens e mulheres) aos dominadores europeus.

Texto de apoio

Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista

Entre 1880 e 1900, a África tropical apresentava um estranho e brutal paradoxo. Se o processo da conquista e da ocupação pelos europeus era claramente irreversível, também era altamente resistível. Irreversível por causa da revolução tecnológica [...]. Resistível devido à força das populações africanas e porque na ocasião a Europa não empregou na batalha recursos muito abundantes nem em homens nem em tecnologia. De fato, os brancos compensavam a escassez de homens recrutando auxiliares africanos. Mas eles não eram manipuladores diabolicamente inteligentes de negros divididos e atrasados. Os europeus estavam apenas retomando o repertório das estratégias dos antigos impérios. Quanto a detalhes, muitas vezes sabiam menos das coisas que os dirigentes africanos. A implementação da estratégia de penetração foi muito desordenada e inábil. Os europeus enfrentaram uma enormidade de movimentos de resistência que provocaram e até inventaram por ignorância e medo. Tinham de "obter a vitória final" e, uma vez obtida, trataram de pôr em ordem o conturbado processo. Escreveram-se livros sobre a chamada "pacificação"; tinha-se a impressão de que, na sua maior parte, os africanos haviam aceito a *Pax Colonica* com reconhecimento e fez-se caso omisso de todos os fatos da resistência africana. Mas a vitória dos europeus não significa que a resistência africana não tenha tido importância no seu tempo ou que não mereça ser estudada agora. [...]

Em seu conjunto, as pesquisas [...] são sérias, detalhadas e eruditas, não evitando as ambiguidades características de grande número dos movimentos de resistência. Mas, na maior parte, apoiam-se ou servem para demonstrar três postulados doutrinários, que, a meu ver, continuam verdadeiros em essência, embora recentes trabalhos de pesquisa e análise os tenham corrigido. Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à "pacificação" europeia. Em segundo lugar, sugeriu-se que, longe de ser desesperada ou ilógica, essa resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras. Por fim, em terceiro, argumentou-se que os movimentos de resistência não eram insignificantes; pelo contrário, tiveram consequências importantes em seu tempo e têm, ainda hoje, notável ressonância.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adi (Ed.). **História geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco, 2010. p. 51-52.

6. (UFMG) Em 1891, Premph I, rei dos Ashanti, na Costa do Ouro (atual Gana, África), respondeu da seguinte forma a uma consulta: "A proposta para o país Ashanti, na presente situação, colocar-se sob proteção de Sua Majestade a Rainha e Imperatriz da Índia foi objeto de exame aprofundado, mas me permitam dizer que chegamos à seguinte conclusão: meu reino, o Ashanti, jamais aderirá a tal política." A partir do texto anterior, pode-se afirmar que a conquista da África pelos países europeus

a) baseou-se exclusivamente em operações militares.

b) contou com o apoio das populações militares.

c) encontrou resistência de chefes e reis africanos.

d) enfrentou a concorrência de impérios asiáticos.

7. Observe com atenção essa imagem, de cerca de 1860, sobre a dominação imperialista inglesa na Ásia.

NATIONAL ARMY MUSEUM, LONDRES. FOTO: BRIDGEMAN/KEYSTONE BRASIL

a) Tente responder: que revolta a imagem representa?

b) Reflita: por que, quando se trata de África e de Ásia, as imagens que mostram a dominação são abundantes, e as que evocam resistência são raras?

DIVULGAÇÃO PNLD 202 FTD

II Leitura e escrita em História

Leitura de imagem

Observe os mapas a seguir com atenção.

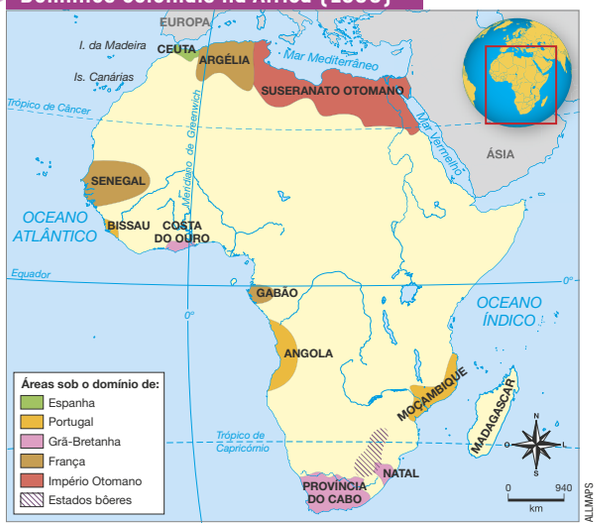
a) Qual é o assunto dos mapas?

b) Qual potência europeia possuía maior número de domínios na África em 1910?

c) O que se pode perceber comparando os mapas?

d) O mapa abaixo fixava fronteiras artificiais; o que isto significa?

Domínios coloniais na África (1880)



Fonte: SERRYN, Pierre. **Atlas Bordas Historique et Géographique**. Paris: Bordas, 1988. p. 26.

Domínios coloniais na África (1910)

Fontes: BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha da Manhã, 1995. p. 236; CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. **Atlas geográfico Saraiva**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é das jornalistas Madalena Sampaio e Hilke Fischer.

Partilha de África decidiu-se há 130 anos

[...]

Quando a Conferência de Berlim chegou ao fim, a 26 de fevereiro de 1885, depois de mais de três meses de discussões, ainda havia grandes extensões de África onde nenhum europeu tinha posto os pés.

Representantes de 13 países da Europa, dos Estados Unidos da América e do Império Otomano deslocaram-se a Berlim a convite do chanceler alemão Otto von Bismarck para dividirem a África entre si, "em conformidade com o direito internacional". Os africanos não foram convidados para a reunião.

À exceção da Etiópia e da Libéria, todos os Estados que hoje compõem a África foram divididos entre as potências coloniais poucos anos após o encontro. Muitos historiadores, como Olyaemi Akinwumi, da Universidade Estatal de Nasarawa, na Nigéria, consideram que a Conferência de Berlim foi o fundamento de futuros conflitos internos em África.

"A divisão de África foi feita sem qualquer consideração pela história da sociedade, sem ter em conta as estruturas políticas, sociais e econômicas existentes." Segundo Akinwumi, a Conferência de Berlim causou danos irreparáveis e alguns países sofrem até hoje com isso.

[...]

Foram definidas novas fronteiras e muitas rotas de comércio desapareceram porque já não era permitido fazer negócios com pessoas fora da sua própria colônia.

Em muitos países, como foi o caso dos Camarões, os europeus desconsideraram completamente as comunidades locais e as suas necessidades, lembra o investigador alemão Michael Pesek, da Universidade de Erfurt.

"Os africanos aprenderam a viver com fronteiras que muitas vezes só existiam no papel. As fronteiras são importantes para a interpretação do panorama geopolítico de África, mas para as populações locais têm pouco significado", defende.

SAMPAIO, Madalena; FISCHER, Hilke. Conferência de Berlim: partilha de África decidiu-se há 130 anos. **DW**, 26 fev. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/confer%C3%AAncia-de-berlim-partilha-de-%C3%A1frica-decidiu-se-h%C3%A1-130-anos/a-18283420>. Acesso em: 9 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Os domínios europeus na África entre o final do século XIX e o começo do século XX.

b) A Grã-Bretanha era a potência com o maior número de domínios na África.

c) Percebe-se que, em apenas trinta anos, de 1880 a 1910, 90% da África passou ao domínio de potências como Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Bélgica.

d) Significa que a divisão da África pelos europeus misturava culturas e línguas diferentes e separava povos que tinham grande identidade cultural, o que contribuiu para a eclosão de guerras entre os próprios africanos; algumas delas se prolongam até os nossos dias.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Que, em 1820, o ópio que estava sendo introduzido na China era suficiente para sustentar o consumo de cerca de 1 milhão de viciados.
b) A droga tinha de estar disponível em grandes quantidades; um número suficiente de pessoas deveria querer fumá-la; as tentativas do governo no sentido de proibi-la tinham de ser ineficazes.
c) Sim, já que as vendas cresceram continuamente entre 1800 e 1832.
d) Entre 1828 e 1832, quando passaram de 13 131 caixas para 23 570, totalizando um aumento de 10 439 caixas de ópio.
e) Permite concluir que os comerciantes e o governo da Inglaterra não se importavam em vender um produto que viciava pessoas, desde que fosse altamente lucrativo. **Professor**: a questão permite trabalhar a falta de ética nas relações comerciais e políticas.
f) Em um contexto de disputa imperialista entre as grandes potências do século XIX.

• Aprofundar o assunto acessando o texto: CINCO elementos do passado da China que explicam seu presente. Disponível em: <http://livro.pro/vxvdb2>. Acesso em: 8 out. 2018.

III Você cidadão!

Leia a fonte a seguir.

Fonte 1

No final do século XVIII, os ingleses descobriram um negócio milionário: a venda de ópio para a China. Veja o que um estudioso diz sobre o assunto:

> [...] Cada caixa continha entre 60 e 72 quilos de ópio, dependendo da área de origem, de modo que, por volta de 1820, o ópio que estava sendo introduzido na China era suficiente para sustentar o consumo de cerca de 1 milhão de viciados. Quando se soma a esse suprimento certa quantidade que era cultivada internamente [...], pode-se começar a ter uma ideia da extensão do problema do ópio na China. [...]
>
> Para que o ópio pudesse ser vendido com regularidade na China, diversos fatores eram necessários: a droga tinha de estar disponível em grandes quantidades [...]; um número suficiente de pessoas deveria querer fumá-la [...] e as tentativas do governo no sentido de proibi-la tinham que ser ineficazes. [...]
>
> SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de História. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 140.

Leia a tabela com atenção.

Fonte 2

Vendas inglesas de ópio para a China

Ano	Quantidade de caixas
1800	4 570
1810	4 968
1816	5 106
1823	7 082
1828	13 131
1832	23 570

Fonte: SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 140.

a) O que a fonte 1 informa sobre o consumo de ópio na China?
b) Segundo o autor, o que era necessário para que ocorresse a venda regular de ópio na China?
c) Responda com base na fonte 2: pode-se dizer que houve um crescimento contínuo das vendas de ópio na China no período abrangido pela tabela?
d) Em que período de tempo as vendas inglesas de ópio para a China cresceram mais?
e) O que a leitura do texto e da tabela permite concluir sobre a posição do governo e dos comerciantes ingleses no tocante às vendas de ópio para a China?
f) Em que contexto se deu o fenômeno registrado no texto e na tabela?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é de Danilo Freire Duarte, livre-docente de Farmacologia – UFSC.

A crença de que o ópio não acarretava prejuízo individual ou coletivo começou a ruir em 1830 e, em 1860, essa droga se tornou problema médico e social, em função dos dados estatísticos de mortalidade. [...]

O hábito de fumar ópio foi introduzido na China no século XVII. Contudo, somente na segunda metade do século XVIII a importação do ópio pela China foi expandida, inicialmente pelos portugueses, depois pelos franceses e finalmente pelos ingleses, quando a quantidade importada por esse país foi estimada em 10 000 toneladas, movimentando 20 000 000 de libras esterlinas. Obviamente, o hábito de fumar ópio foi estimulado, de forma inescrupulosa, pelos interessados num comércio tão compensador. Era natural, no entanto, que o Governo Chinês se preocupasse com os efeitos resultantes dessa importação exagerada, fato que culminou com o edito publicado em 1800, que proibia a importação de ópio. Como parte do controle proposto, foi destruído um depósito de ópio pertencente à Companhia das Índias Ocidentais. Esse ato precipitou a "guerra do ópio" entre a Inglaterra e a China, sendo esta última derrotada. Com a celebração do Tratado de Nanquim, Hong Kong foi cedido à Inglaterra e alguns portos foram abertos ao comércio europeu e norte-americano. Em 1858, ainda como consequência do Tratado de Nanquim, o comércio do ópio foi legalmente admitido.

DUARTE, Danilo Freire. Uma breve história do ópio e dos opioides. **Revista Brasileira Anestesiol**, v. 55, n. 1, p. 138, jan./fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rba/v55n1/v55n1a15.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

CAPÍTULO

14 ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XIX

A pintura que você vê é de John Gast (1842-1896) e se chama **Progresso americano**.

JOHN GAST. C. 1873. COLEÇÃO PARTICULAR.

O que esta mulher loira tem nas mãos? O que ela está fazendo? Quem ou o que essa mulher representa? Quem são os homens mostrados em primeiro plano? O título condiz com a imagem? Que relação se pode estabelecer entre a imagem e a teoria do destino manifesto?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ORIENTAÇÕES GERAIS

Este capítulo foi elaborado visando atender às habilidades **EF08HI25** e **EF08HI27** da BNCC, citadas a seguir:

– Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX.

– Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas.

A mulher tem na mão direita um livro e, na esquerda, um cabo de telégrafo. Com a mão esquerda, ela conecta os fios aos postes, levando a comunicação para o Oeste, visto na época como uma espécie de deserto (*wilderness*). Ela representa o progresso. Para alguns, personifica Colúmbia, a deusa do progresso. São os colonos, chamados na história dos Estados Unidos de pioneiros – mineiros, agricultores, aventureiros que seguiram para o Oeste em carroções, locomotivas e barcos. Repare que eles levam consigo arado, animais, instrumentos de trabalho etc. O título é adequado à visão que os pioneiros tinham dos Estados Unidos como um país que progredia e era habitado por um povo que levava a civilização por onde fosse. A imagem traduz na forma de pintura a teoria do destino manifesto: a figura feminina conduz os colonos para o Oeste levando consigo o telégrafo, a ferrovia, a locomotiva a vapor, novidades tecnológicas daquela época. A pintura realiza a ideia de que os colonos estadunidenses estavam predestinados a levar a civilização para o Oeste. Note que, ao avançar, eles afugentam os bisões e os indígenas (mostrados no canto esquerdo), vistos como selvagens. Note também que, na pintura, a área civilizada pela deusa do progresso é iluminada; já a área a ser conquistada, o mundo selvagem, é escura.

ENCAMINHAMENTO

- Evidenciar que os primeiros tempos dos Estados Unidos foram difíceis. Os constituintes encontravam-se divididos: alguns, como Thomas Jefferson, defendiam maior autonomia para os estados; outros, como George Washington, eram favoráveis a um governo central forte.
- Destacar que George Washington (1789-1797), líder da luta pela independência e o primeiro presidente norte-americano, começou a obra de organização e reconstrução do país, abalado pelos longos anos de guerra. A partir de então, o país cresceu vertiginosamente e atraiu milhões de imigrantes, europeus em sua grande maioria.

Texto de apoio

A construção do Oeste

Desde a sua independência em 1776, as antigas treze colônias inglesas na América empreenderam um movimento para dentro do continente, para o Oeste, em direção ao Oceano Pacífico. Era um empreendimento que pressupunha o progresso da nova nação, combinando acordos diplomáticos, comerciais e ações militares durante o processo de anexação dos territórios que aconteceu durante todo o século XIX, desde a compra do território da Louisiana dos franceses, em 1803.

Todo esse processo da marcha para o Oeste era justificado não apenas por explicações políticas e econômicas, mas também por argumentos religiosos e morais. Os estadunidenses entendiam que o espaço que se estendia a Oeste era um presente divino e ocupar esses espaços e disseminar os louros da civilização aos povos "selvagens" além da fronteira era o destino manifesto do povo "americano". [...] Baseado em princípios calvinistas de predestinação pela qual Deus escolhe seus eleitos, o destino manifesto pode ser definido como uma doutrina que preconiza a superioridade branca – em detrimento de índios e hispano-americanos – e o excepcionalismo "americano" para fundamentar a expansão territorial. [...]

No final do século XIX, mais especificamente em 1893, o historiador Frederick Jackson Turner interpretava o Oeste e o avanço da fronteira como um elemento excepcional da história dos Estados Unidos, que permitiu a criação de um novo tipo de democracia, livre dos vícios da Europa. O Oeste era, para Turner, um espaço de regeneração: um espaço selvagem que possibilitaria a renovação da virtude. Enquanto que, para o ex-presidente estadunidense Theodore Roosevelt – o mesmo homenageado no Monte Rushmore –, o Oeste era "uma arena onde raças se enfrentam e vencem as melhores" e "a conquista do Oeste comprova a superioridade saxã na América e a americana no mundo". As terras para além da fronteira não seriam mais o lugar da regeneração como na tese de Turner; o Oeste se torna uma terra selvagem, de perigo, aventura e violência. [...]

REIS, Lucas Henrique. Memórias conflituosas no Oeste estadunidense. **Temporalidades – Revista de História**, ed. 23, v. 9, n. 1, 2017. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/4522>. Acesso em: 8 out. 2018.

A Marcha para o Oeste

Nas primeiras décadas após a Independência (1776), o principal desafio do governo estadunidense era integrar e unir a jovem nação. Na época, os dois partidos políticos eram o Partido Republicano, que defendia um governo central forte, e o Partido Democrata, que era favorável à autonomia dos estados. Pouco a pouco, sobretudo a partir do terceiro presidente, **Thomas Jefferson** (1801-1809), o governo foi impondo sua administração ao país. A seu favor tinha o fato de que a economia estadunidense vinha crescendo impulsionada pela indústria de tecelagem, de fiação e pela **revolução nos transportes**.

Crescendo em ritmo acelerado, os Estados Unidos atraíram milhões de imigrantes. A maioria dos europeus emigrados na segunda metade do século XIX foi para o território americano.

Com o crescimento da população, aumentou a busca por terras para plantar e viver. Teve início, então, a Marcha para o Oeste (do litoral para o interior dos Estados Unidos). Um fator de aceleração dessa marcha foi a "corrida do ouro", decorrente da descoberta de jazidas auríferas na Califórnia por volta de 1848. Outro fator foi a crença no **destino manifesto**.

Thomas Jefferson: político, intelectual e principal autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776). Era favorável a uma República com assembleias de homens iguais pela lei e adeptos do modelo de democracia estadunidense.

Revolução nos transportes: a criação do barco a vapor por Robert Futon, em 1807, e as estradas de ferro implantadas a partir da década de 1840 revolucionaram os transportes e ajudaram a dinamizar a economia.

Destino manifesto: ideia segundo a qual os colonos estadunidenses haviam sido escolhidos por Deus para expandir-se pelas terras do continente americano, levando consigo a civilização.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BETTMANN/GETTY IMAGES

A ilustração mostra pioneiros atravessando, em seus carroções, um território pedregoso. Esses homens e mulheres tomaram para si largas extensões de terra, a Oeste da cordilheira dos Apalaches, chamadas pelas autoridades estadunidenses de "terra de ninguém".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Outro fator, ainda, da Marcha para o Oeste foi a **Lei do Povoamento** (*Homestead Act*, 1862) pela qual o governo cedia, por apenas dez dólares, um lote de terra no Oeste a quem se dispusesse a cultivá-lo. Para os estadunidenses, essa lei significou uma verdadeira reforma agrária, pois ampliou o número de pequenos proprietários, fazendo aumentar a oferta de alimentos a preços baixos e incentivando, assim, o desenvolvimento do país.

Milhares de nativos e imigrantes iniciaram a Marcha para o Oeste em pequenos navios pelos rios Mississípi e Missouri ou em carroções como os da ilustração da página anterior.

DIALOGANDO

E para os povos indígenas dos Estados Unidos, o que será que a Lei do Povoamento significou?

COLEÇÃO PARTICULAR

WESTEND61/GETTY IMAGES

Acima, **Menino índio**, obra do pintor estadunidense George Catlin (1796-1872), mostra um adolescente vestido com roupas feitas de pele de bisão. O bisão, ao lado, era a principal fonte de subsistência de vários povos indígenas norte-americanos. Sua carne e sua gordura eram usadas na alimentação; do couro faziam-se roupas e sapatos; os tendões eram transformados em fios e cordas. Hoje, algumas populações de bisões vivem em parques florestais dos Estados Unidos, como Yellowstone, sob a proteção de leis ambientais.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que, ao longo do século XIX, milhares de pessoas deixaram a faixa atlântica, correspondente às antigas Treze Colônias, e seguiram em direção ao interior. Esses homens e mulheres, chamados de pioneiros, incorporaram largas extensões de terra, a oeste dos Apalaches, que eles e as autoridades norte-americanas chamavam de *no man's land* (terra de ninguém).

Dialogando

Para os povos indígenas, a Lei do Povoamento foi um desastre, pois legalizou a posse das terras indígenas ocupadas pelos pioneiros.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: ESTUDO comparativo do povoamento e da colonização das fronteiras americanas, Estados Unidos e Brasil, século XIX. Disponível em: <http://livro.pro/bkm3rx>. Acesso em: 8 out. 2018.

Texto de apoio

Lei do *Homestead* (20 de maio de 1862)

Qualquer pessoa que seja chefe de família, ou tenha chegado à idade de vinte e um anos, e seja cidadão dos Estados Unidos, ou tenha preenchido sua declaração de intenção de tornar-se cidadão dos Estados Unidos, e nunca empunhou armas contra o governo dos Estados Unidos, nem prestou auxílio e ajuda a seus inimigos, terá o direito, a partir do dia primeiro de janeiro de mil, oitocentos e sessenta e três, de entrar num quarto de milha quadrada ou numa quantidade menor de terras devolutas, desocupadas, sobre as quais a dita pessoa haja preenchido um requerimento de preempção, ou que, no tempo em que foi feito o requerimento, estavam sujeitas a preempção, a um dólar e vinte e cinco centavos ou menos, por acre; ou oitenta acres, ou menos, dessas terras desocupadas, a dois dólares e cinquenta centavos por acre, localizadas num conjunto só, em conformidade com as subdivisões legais das terras devolutas, depois que as mesmas tiverem sido vistoriadas... Contanto, porém, que nenhuma certidão seja dada e nenhuma patente expedida enquanto não expirar o prazo de cinco anos a partir da tomada de posse das terras; e se, ao esgotar-se o citado prazo, ou a qualquer momento dos dois anos seguintes, a pessoa que tiver feito a tomada de posse; ou, se estiver morta, sua viúva; ou, em caso da morte desta última, seus herdeiros ou legatário, se ela tiver morrido; prover-se-á, por meio de duas testemunhas fidedignas, que ele, ela ou eles residiram nas terras mencionadas e as cultivaram durante os cinco anos imediatamente seguintes ao tempo em que foi feita a declaração escrita e juramentada supramencionada, e fará uma declaração escrita e juramentada que nenhuma parte das ditas terras foi alienada e que o interessado ou interessados sempre foram fiéis ao governo dos Estados Unidos; neste caso, ele, ela ou eles, se nessa ocasião já forem cidadãos americanos, terão direito a uma patente, como as que em outros casos são fornecidos por lei.

SYRETT, Harold C. (Org.). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1960. p. 218-219.

ENCAMINHAMENTO

- Explicar que, por volta de 1850, com a descoberta de jazidas auríferas na Califórnia, teve início a "corrida do ouro", que também contribuiu para acelerar a Marcha para o Oeste. Essa descoberta e a rápida industrialização do leste estimularam a construção de ferrovias e, ao mesmo tempo, gestou-se a ideia de que o trem ia ao Oeste levar o progresso e a civilização.

Dialogando

a) Pessoas conversam com seus parentes através do muro que separa o México dos Estados Unidos.
b) Resposta pessoal.

Texto de apoio

A fronteira México-EUA

A extensão total da fronteira entre os dois países é de 3 141 km, e estima-se que seja a mais cruzada por pessoas do mundo, com cerca de um milhão de travessias legais diariamente, em ambas as direções. [...]

Até o final do século 18, o território originalmente ocupado pelas treze colônias americanas era uma faixa de cerca de um terço do território atual, na porção leste do país. No século 19, a chamada doutrina do "Destino Manifesto", amplamente divulgada pelo governo e pela imprensa, pregava que os descendentes dos colonizadores ingleses, com seus ideais e ética cristã protestante, deveriam se expandir pela América do Norte porque o povo americano havia sido eleito por Deus para ocupar e "civilizar" seu continente, graças a suas virtudes e instituições. A ideologia, juntamente com a pressão populacional e migratória, ajudou a embasar e justificar a conquista de território. Havia também um grande interesse pelas regiões do Texas e da Califórnia, pela forte produção agrícola e pelo acesso ao Oceano Pacífico, respectivamente.

A expansão para o oeste se deu por meio de negociações e compra de terras, anexação de grandes áreas indígenas e a Guerra do México. Já em 1803 os EUA compraram dos franceses a Louisiana, um imenso território na região central do país onde foram formados mais tarde 13 novos estados, por 15 milhões de dólares. Logo depois, em 1819, a Espanha vendeu a Flórida por 5 milhões de dólares. O Estado do Oregon, no Noroeste, foi cedido pela Inglaterra em 1846 e o Alasca foi comprado da Rússia por 7 milhões de dólares em 1867.

Em 1820 os norte-americanos iniciaram a colonização de parte do México com aval do próprio governo mexicano, que permitiu que latifundiários americanos comprassem terras no Texas (então território mexicano) exigindo em troca apenas a adoção do catolicismo nas áreas ocupadas. No início da década de 1830, o Texas já tinha cerca de 30000 colonos americanos. Foi então que o governo mexicano interrompeu a imigração americana para a região, azedando as relações. Em 1834 os colonos americanos, que queriam a incorporação do Texas pelos EUA, se rebelaram e deram início à Revolução do Texas. O conflito foi vencido pelo exército texano em 1836 e foi criado um estado independente, a República do Texas. [...]

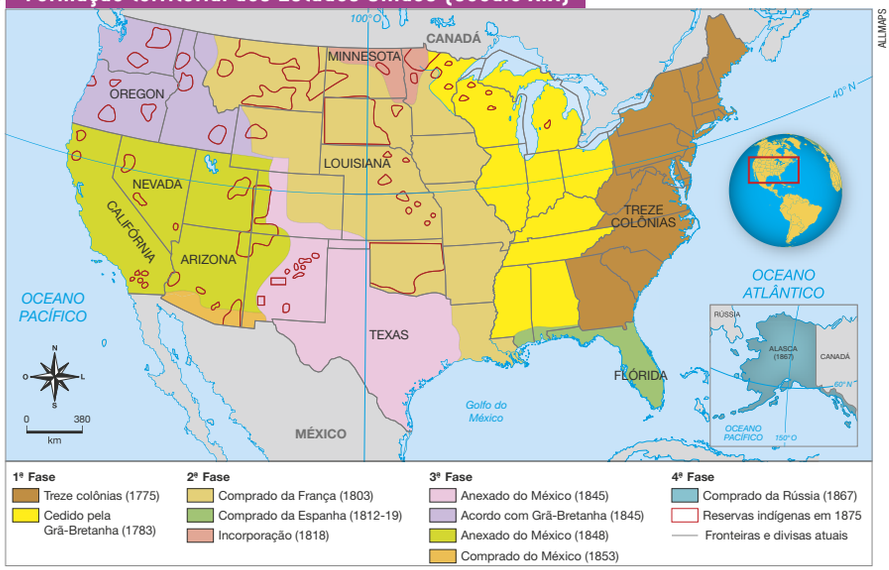
A FRONTEIRA México-EUA. **Exame**, 22 jun. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/a-fronteira-mexico-eua/>. Acesso em: 8 out. 2018.

Acordos, guerra e ouro

Além das terras tomadas dos indígenas, a expansão territorial estadunidense se fez também por meio da **compra de terras**, de **acordos diplomáticos** e da **guerra**.

Os Estados Unidos obtiveram a Louisiana por 5 milhões de dólares, em 1803; a Flórida, por 15 milhões de dólares, em 1819; e o Alasca, por 7,2 milhões de dólares, em 1867. Por acordo diplomático, conseguiram o Oregon, na costa do Pacífico. Usando a guerra como arma, tomaram a metade do antigo território do México (1848). Os Estados Unidos ganharam, então, acesso ao Pacífico.

Formação territorial dos Estados Unidos (século XIX)



Fonte: VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. **Atlas histórico**. Lisboa: Círculo de Londres, 1990. p. 233.

JORGE DUENES/REUTERS/FOTOARENA

Fotografia de um muro construído recentemente para separar os Estados Unidos do México.

DIALOGANDO

a) O que será que está acontecendo na cena?
b) Reflita e responda: você é a favor ou contra a existência desse muro? Por quê?

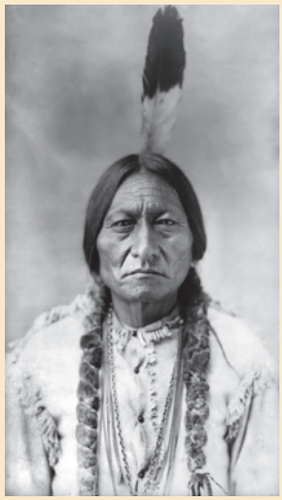
DIGITAL

PARA SABER MAIS

Indígenas: para o governo, eles não eram cidadãos

Nos Estados Unidos do século XIX, um imigrante europeu naturalizado era, por ser branco, considerado cidadão estadunidense. Já um Cheyenne ou um Sioux, cujos ancestrais viveram naquelas terras por séculos, era visto como um estorvo. Os soldados do exército estadunidense promoviam verdadeiros massacres de indígenas. As empresas de construção de estradas de ferro pagavam atiradores para matarem bisões, alegando que "atrapalhavam o caminho" (a matança de bisões, principal fonte de subsistência de vários povos indígenas, espalhava a fome entre eles). O governo dos Estados Unidos desrespeitava os tratados de paz que ele próprio celebrava com os indígenas.

Os povos indígenas, por sua vez, resistiram à invasão de suas terras das mais variadas formas e só foram vencidos depois de décadas de luta. Com a "conquista do Oeste", muitos povos indígenas simplesmente desapareceram. Outros foram expulsos de suas terras e obrigados a viver em reservas de solo pobre e clima gelado. Hoje, a comunidade indígena é uma pequena minoria nos Estados Unidos, vivendo em reservas ou nas cidades, onde muitas vezes é marginalizada.



À esquerda vemos Touro Sentado, chefe Sioux, um dos maiores líderes da resistência indígena à conquista do Oeste, em fotografia de cerca de 1885. À direita, chefe Cheyenne com sua filha, c. 1880.

FOTOS: BRIDGEMAN/FOTOARENA

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: SOBREVOANDO histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos. Disponível em: <http://livro.pro/hmo8ce>. Acesso em: 8 out. 2018.

IMAGENS EM MOVIMENTO

- MISTÉRIOS da Arqueologia: os nativos da América do Norte. Duração: 21 min. Disponível em: <http://livro.pro/rsp5et>. Acesso em: 8 out. 2018.

Documentário sobre os nativos da América do Norte.

Texto de apoio

O texto a seguir é do historiador Leandro Karnal.

Democracia branca

[...] No dia de sua posse, Andrew Jackson (1829-1837) abriu a Casa Branca a uma multidão de pessoas humildes. Essa atitude aproximou o presidente do povo, destacando o valor do homem simples ante a antiga aristocracia. Simbolicamente, o novo presidente conduzia o povo ao poder, capaz de decidir o destino da nação. [...]

Jackson, todavia, enfrentou a oposição de alguns estados sulistas, liderados pela Carolina do Sul, dominada por uma rica e dominante classe de comerciantes. [...]

[...] Outro problema enfrentado pelo presidente foi a situação da localização de nações indígenas. O que fazer com os nativos americanos, uma vez que eram vistos como obstáculos à conquista de territórios e aos interesses de pequenos e grandes proprietários? Os chamados selvagens resistiam como podiam, inclusive com emprego da violência, ao avanço dos "brancos" sobre seus territórios.

Jackson era a favor da remoção dos índios do Leste para as terras além do Mississípi. No momento da eleição, cidadãos dos estados da Geórgia e Alabama eram os que mais cobravam uma rápida solução para essa questão. O maior obstáculo, entretanto, era a tribo dos *cherokees*, que detinha terras localizadas em vários estados.

Procurando criar fato consumado, a Geórgia expropriou algumas terras de determinadas nações indígenas e, juntamente com Alabama e Mississípi, tornou suas leis estaduais extensivas também para os *cherokees*. Andrew Jackson simplesmente ignorou essas medidas anticonstitucionais tomadas pelos estados e, em 1830, promulgou a "Lei de Remoção dos Índios", que previa o deslocamento das comunidades indígenas de seus territórios tradicionais para a região de Oklahoma, onde deveriam se estabelecer em uma reserva determinada pelo governo.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 114-115.

ENCAMINHAMENTO

- Salientar que Abraham Lincoln era um abolicionista moderado e defendia a industrialização e a união do país a qualquer preço.
- Aprofundar o assunto acessando o texto: ABRAHAM Lincoln. Disponível em: <http://livro.pro/47gfu2>. Acesso em: 8 out. 2018.

Texto de apoio

Guerra Civil

A Guerra Civil foi um acontecimento de magnitude extraordinária na história dos Estados Unidos. Envolveu um desequilíbrio de poderes entre Norte e Sul, agravado pelas anexações do Oeste, o que aumentou o fosso que separava as duas regiões, pois os novos estados incorporados que adotaram o regime escravista faziam a balança pender para o lado do Sul. Por pouco os Estados Unidos não se dividiram em dois países. O conflito durou de 1861 a 1865 e terminou com cerca de 625 mil mortes. Os norte-americanos mortos na Guerra Civil superam, em número, as baixas somadas de todas as guerras do século XX que tiveram participação dos Estados Unidos. Ainda mais pessoas saíram mutiladas ou com a saúde definitivamente comprometida.

Eram vários os pontos de atrito entre os dois lados. Desde a década de 1810, por exemplo, havia uma controvérsia entre Norte e Sul em razão do valor das tarifas de importação. O Norte queria aumento no imposto a fim de proteger-se da concorrência das manufaturas importadas. O Sul queria um imposto reduzido a fim de poder importar o que necessitasse a baixo custo. Em 1832, o Congresso aprovou a tarifa alta que favorecia o Norte. A Carolina do Sul negou-se a aprovar tal imposto e ameaçou sair da União. O Congresso voltou atrás, mas o debate sobre as tarifas continuou as contendas entre Norte e Sul.

Entre os motivos que precipitaram o conflito, deve-se apontar também a expansão territorial, que levou a questão da escravidão a se tornar central nas disputas entre Norte e Sul. Na década que antecedeu à Guerra Civil, enquanto acontecia a conquista do Oeste, a polêmica sobre instalar-se ou não a escravidão nos territórios recém-conquistados tomava conta do país, aprofundando as contendas entre Norte e Sul.

Os estados do Norte propunham restrições à escravidão, os do Sul queriam mantê-la e expandi-la a qualquer custo. E o Oeste? Quando um novo território conquistado atingisse um determinado número de habitantes, poderia ser admitido como um estado da União, elegendo então deputados e senadores. A questão de serem os novos estados escravistas ou não era um problema importante, porque o sistema adotado determinaria em grande parte as posições políticas e votos no Congresso de cada novo estado e, consequentemente, suas posturas mais favoráveis aos interesses nortistas ou aos sulistas. [...]

JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos**: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001. p. 65, 72.

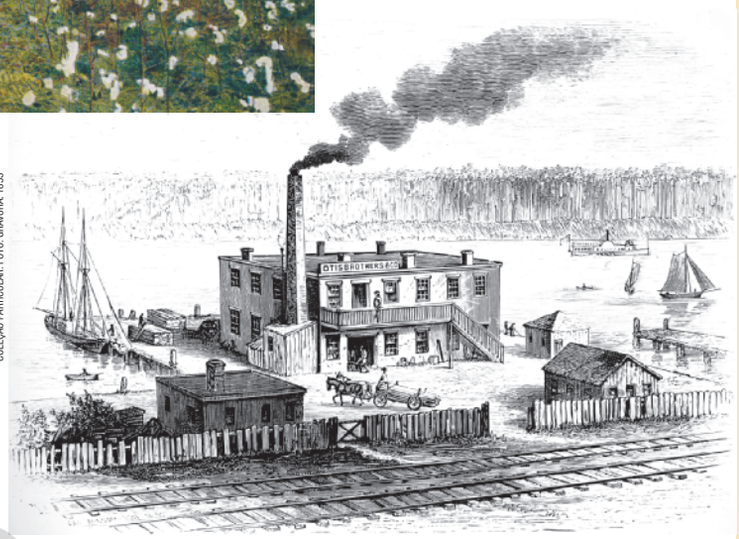
A guerra civil norte-americana

Na década de 1850, enquanto a Marcha para o Oeste seguia seu curso, as diferenças entre o Centro-Norte e o Sul tornavam-se mais visíveis. No Centro-Norte predominavam o trabalho livre e a pequena propriedade; as indústrias prosperavam e vendiam boa parte da sua produção para o mercado interno. Já no Sul predominavam o trabalho escravo e a grande propriedade escravista (*plantation*); as fazendas de anil, fumo e algodão vendiam seus produtos para o mercado externo.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: PRINT COLLECTOR/GETTY IMAGES

Colheita de algodão em uma fazenda do sul dos Estados Unidos, em um cartão-postal de c. 1900. Geórgia, EUA.

Dica! Documentário sobre a Guerra Civil Americana. Duração: 1h11min. Disponível em: <http://livro.pro/3fk9p4>. Acesso em: 8 out. 2018.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: GRAVURA, 1853

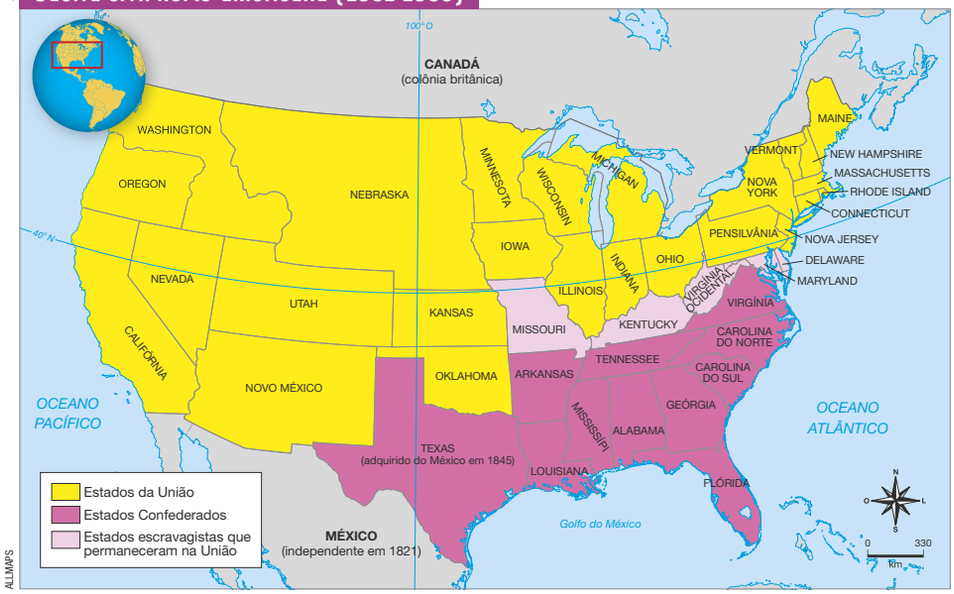
Fábrica de elevadores Otis, nas margens do rio Hudson, Nova York, 1853.

Essas diferenças colaboravam para que os fazendeiros do Sul e os empresários do Centro-Norte tivessem interesses conflitantes. Enquanto estes eram, em sua maioria, contrários à escravidão, os sulistas queriam conservá-la e expandi-la para novos estados incorporados na Marcha para o Oeste. Por isso, um debate violento a respeito da escravidão tomou conta do parlamento estadunidense em meados do século XIX. Na política, os sulistas e seus representantes controlavam o governo dos Estados Unidos havia décadas. Em 1860, a situação se inverteu: o nortista Abraham Lincoln (1809-1865), líder do partido Republicano, foi eleito presidente dos Estados Unidos; sua principal bandeira era a união do país a qualquer preço.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Insatisfeitos com o resultado das eleições, sete estados do Sul separaram-se da União e formaram um país à parte: os **Estados Confederados da América**. Observe o mapa a seguir.

Guerra civil norte-americana (1861-1865)



Fonte: FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. **Atlas História geral**. São Paulo: Scipione, 1997. p. 51.

A secessão (separação) foi recusada e teve início uma guerra civil: a **Guerra de Secessão** (1861-1865).

No começo da guerra, os sulistas obtiveram importantes vitórias, mas no decorrer do conflito os nortistas impuseram sua superioridade numérica, econômica e militar.

Observe na tabela as diferenças entre o Centro-Norte e o Sul à época da guerra:

Guerra civil nos Estados Unidos		
	Centro-Norte	**Sul**
População	± 20 milhões	± 10 milhões (3,5 milhões de escravos)
Poder econômico/ militar	Parque industrial sólido (armamento pesado, munições e roupas)	Poucas indústrias de armas
Número de mortos	360 mil	250 mil

Fonte: NARO, Nancy Priscilla D. **A formação dos Estados Unidos**. São Paulo: Atual, 1994. p. 40. (Discutindo a história).

DIALOGANDO

Responda com base na tabela: quem teria mais chance de vencer a guerra caso ela se prolongasse? Por quê?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A memória da Guerra da Secessão

A disputa pela memória da Guerra de Secessão começou logo após o fim do conflito. A maioria dos homens da geração de 1860 estavam entranhados com os valores vitorianos de coragem e beligerância. [...]

As motivações para a beligerância dos sulistas para o historiador John H. Franklin podem ser inferidas a partir "das condições da vida de fronteira, o perigo indígena, o forte apego do povo às organizações militares e o vasto movimento de preparação nas duas décadas que precederam a guerra civil".

Os sulistas após a guerra civil voltaram sua atenção para seu próprio passado, com uma concentração tão grande que o culto da história se tornou um ingrediente perene e fundamental da cultura sulista. Através de monumentos, sociedades patrióticas, canções, versos, celebrações comemorativas e reminiscências informais, eles conservaram diante da juventude sulista o glorioso passado recente em que o Sul se levantou no

Dialogando

O Centro-Norte, pois tinha maiores recursos humanos e bélicos.

limiar da grandeza. Especialmente procuraram de fato explicar e justificar seus atos do passado aos seus contemporâneos e à posteridade, através de escritos históricos.

[...] desses escritos que ficaram para a posterioridade figuram os do soldado Charles Harvey Brewster. Soldado de Massachusetts, nascido em Northampton, serviu quando tinha 27 anos na *Companhia C da Tenth Massachusetts Volunteers*. Esse unionista deixou mais de 200 cartas enviadas a mãe e irmã durante os quatro anos de luta. Nos escritos oscila entre raiva, compaixão, desespero e coragem. [...]

A Causa Perdida do Sul na Guerra de Secessão tornou-se um mito. Seu apelo foi sentido nacionalmente. A defesa dos sulistas era de que lutaram pela soberania dos estados e pela diferença intrínseca entre brancos e negros. Os nortistas logo após o fim da Guerra consideraram que esse direito era inato a todos os americanos. A individualidade, o ímpeto pessoal e a defesa pelas diversas formas de independência reconciliaram os antigos adversários. Encontraram nessa identidade comum seu esteio. No entanto, as leis segregacionistas foram a vitória do Sul. O Norte comprovou depois da Guerra que a luta, mesmo que por alguns momentos e para alguns congressistas radicais, não era a favor dos emancipados, e sim a favor da União dos estados. Uma memória coletiva dos sulistas como vítimas e sobreviventes em seu estilo de vida forjou, em grande parte, uma identidade em comum para que os americanos pudessem cicatrizar as feridas abertas da guerra [...]. A América seguiria unida com os mesmos ideais, uma nação formada e dirigida por *White anglo-saxon protestants*. [...]

MOÇO, Aline Campos Paiva. Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América: resistências, memória e esquecimento. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., jul. 2011, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311984_ARQUIVO_AnaisANPUH2011.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o texto: 1º DE JANEIRO de 1863: Estados Unidos abolem a escravidão. Disponível em: <http://livro.pro/7efk2j>. Acesso em: 8 out. 2018.

Com a guerra, muitos escravos sulistas fugiram para o Norte, o que deu novo impulso à campanha abolicionista. Diante da pressão abolicionista e da necessidade de soldados para as frentes de batalha, em 1º de janeiro de 1863 o governo de Abraham Lincoln promulgou a Lei de Emancipação dos Escravos, o que libertou os escravos dos Estados Confederados. De posse da liberdade, milhares de afro-americanos engajaram-se no exército do Norte para lutar pela União.

A convicção de que lutavam por uma América livre e unida e a força dos soldados afro-americanos ajudaram os nortistas a vencerem a guerra; em meados de 1865, o Sul reconhecia oficialmente a sua derrota. O conflito, que tinha como principal motivo a defesa da unidade nacional, transformou-se em uma luta pelo fim da escravidão.

Profundos ressentimentos, no entanto, continuaram opondo sulistas a nortistas. Em 1865, ainda, Abraham Lincoln, reeleito presidente, foi assassinado em um teatro por um sulista escravista e fanático. Ao mesmo tempo, o racismo antinegro explodiu com toda a força: membros da elite do Sul, inconformados com a possibilidade de ascensão dos negros, fundaram associações racistas, como a violentíssima Ku Klux Klan, conhecida por perseguir, intimidar e assassinar negros.

GRANGER/FOTOARENA

Óleo sobre fotografia de estúdio do sargento J. L. Baldwin, da 56ª Companhia dos Estados Unidos. Ele era membro da infantaria negra, formada em agosto de 1863, alguns meses após a Lei de Emancipação dos Escravos.

BETTMANN/GETTY IMAGES

Membros da Ku Klux Klan com a bandeira dos Estados Unidos estendida sobre a escadaria do Capitólio, centro legislativo estadunidense, em Washington, por volta de 1925. É como se dissessem: "os Estados Unidos são nossos".

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

A questão racial durante a crise da Secessão

Quando a Guerra Civil começou, a questão do alistamento negro tornou-se um dilema para o governo da União. O governo federal deveria ser a arena decisória dessa questão por estarem os estados proibidos de alistar negros em suas milícias. As comunidades negras do Norte e seus aliados do movimento abolicionista exigiam a inclusão de afrodescendentes nas tropas organizadas pela União. A liderança negra via oportunidades na crise, engajando-se numa campanha para o recrutamento de afro-americanos. Dessa forma, eles esperavam que as contribuições negras ao esforço de guerra fossem compensadas, ajudando os afro-americanos a obter ambas: a emancipação e a cidadania a partir da sua contribuição ao esforço de guerra. Em outubro de 1861 os "cidadãos de cor" de Cleveland expressaram publicamente seu apoio à causa da reunificação do país, declarando que: "Nós rezaremos pela União, doaremos [dinheiro] para a União, e lutaremos pela União". Mas a maior parte da população do Norte apoiava a decisão de Lincoln de que apenas brancos deveriam ser alistados. O preconceito era forte nos estados da União e poucos brancos fora dos círculos abolicionistas acreditavam que os negros teriam a têmpera necessária para aguentar os combates. Frederick Douglass, o mais famoso dos líderes abolicionistas negros, lamentou a recorrência desses argumentos num editorial publicado em maio de 1861: "Estamos prontos para partir, sentindo-nos felizes em servir e sofrer pela causa da liberdade e das instituições livres. Mas vocês não nos deixarão ir".

No início das operações, grande parte da liderança republicana apoiava as restrições raciais acreditando que a segregação ajudaria a alcançar o objetivo principal: trazer de volta os estados separatistas com o mínimo possível de danos. Uma política restritiva auxiliava a ambos: o governo federal e as legislaturas estaduais, simultaneamente alinhando-se com as tradições racistas do serviço militar nos Estados Unidos. [...]

IZECKSOHN, Vitor. O recrutamento de negros nas tropas da união durante a guerra civil americana. **Afro-Ásia**, n. 55, 2017, p. 177-212. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24134/15378>. Acesso em: 8 out. 2018.

PARA SABER MAIS

Cidadania × racismo

Logo após o fim da guerra civil estadunidense, a campanha abolicionista se intensificou e, em 6 de dezembro de 1865, a Constituição recebeu sua 13ª emenda, uma lei federal que abolia a escravidão em todo o território dos Estados Unidos. Três anos depois, recebeu a 14ª, que declarava cidadãos estadunidenses todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos ou naturalizadas. Portanto, constitucionalmente, os afro-americanos passavam a ser considerados cidadãos.

No entanto, as leis se mostraram insuficientes para transformar homens livres em cidadãos. A elite branca, sobretudo a do Sul, procurava impedir o direito do negro à cidadania.

Assim, após a Abolição, o racismo antinegro continuou intenso nos Estados Unidos: negros e brancos não podiam estudar na mesma escola, nem usar os mesmos banheiros públicos ou ser atendidos nos mesmos hospitais.

Em 1954, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos proibiu a segregação racial nas escolas estadunidenses. Mas, no Sul do país, a decisão foi ignorada. Na cidade de Nova Orleans, em Louisiana, Ruby Bridges, uma menina de seis anos, foi uma das únicas cinco crianças aprovadas na seleção feita para saber quais tinham condições de estudar em uma escola frequentada só por brancos. Sua mãe decidiu matriculá-la e a comunidade branca local reagiu furiosamente: a maioria das mães tirou seus filhos da escola e a polícia da cidade negou proteção à menina; ela, então, foi escoltada por agentes federais todos os dias do ano para poder assistir às aulas. Observe a fotografia.

UNDERWOOD ARCHIVES/GETTY IMAGES

Ruby Bridges sendo escoltada por um agente federal até sua escola, em Nova Orleans, Louisiana, 1960. Hoje, ela é presidente da Fundação Ruby Bridges, que promove a tolerância e o respeito às diferenças.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

O texto a seguir é de Marcos A. Pamplona.

Direitos suados e lembrados

[...] Com o fim do conflito, em 1865, aprovou-se a 13ª emenda da Constituição, decisão que acabou com a escravidão no país como um todo.

O Estado assumiu a responsabilidade pelos libertos, garantindo a eles registros de identidade, oferecendo terras para o cultivo ("quatro acres e uma mula") e reunindo parentes que haviam se dispersado no período da escravidão. Foi criado um órgão federal especial para realizar essas ações, o *Freedmen's Bureau* (1865). A 14ª Emenda (1866) decretou que todos os cidadãos nascidos no país ou naturalizados seriam considerados americanos, independentemente da cor, e teriam assegurados seus direitos à liberdade e à propriedade. Já a 15ª (1868) defendeu o direito de voto para todos os cidadãos adultos, independentemente de "cor, raça, ou condição prévia de servidão". [...]

ENCAMINHAMENTO

- Refletir sobre o texto do historiador Leandro Karnal:

Por todo o Sul, a sociedade começou a consolidar uma profunda segregação baseada em "critérios raciais". À exceção do mundo do trabalho, em que brancos e negros conviviam, a sociedade sulista comportava dois mundos separados. Por meio de instrumentos legais e ilegais, as pessoas consideradas negras ficavam segregadas das brancas na maioria dos locais públicos, na maioria dos hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos particulares. Mesmo quando os governos republicanos, apoiados pelos negros, assumiram o poder, em 1868, e foram aprovadas leis de direitos civis exigindo acesso igual às instalações públicas, muito pouco esforço foi feito para aplicar a legislação.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 141.

Muitas das mudanças implementadas no sul dos EUA após a Guerra Civil, durante os governos radicais, foram anuladas posteriormente pelo progressivo retorno das elites à cena política em seus estados de origem, no final da década de 1870.

Mas a lembrança daqueles anos esteve patente quase um século depois, nos anos 1960, quando negros e brancos tiveram que sair novamente às ruas para promover manifestações e atos públicos em prol do exercício de voto pela população negra. Na famosa caminhadas pelos direitos civis no Alabama, liderada por Martin Luther King em março de 1965, eles protestavam com a certeza de que a realidade poderia ser mudada. O hino dos direitos civis – "*We shall overcome someday*" ("Um dia vamos superar") – continua reverberando ainda hoje. Afinal, o que lembramos ou esquecemos coletivamente na História sempre diz muito sobre nós mesmos – sobre quem somos e para onde queremos ir.

PAMPLONA, Marcos A. Direitos suados e lembrados. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 6, n. 66, mar. 2011, p. 26-27.

ENCAMINHAMENTO

• Explicar que a industrialização foi puxada pela elevação dos impostos sobre os produtos estrangeiros; pelo incentivo à imigração, que garantia mão de obra farta e barata; e pela utilização do petróleo e da energia elétrica. Já a expansão da agricultura deveu-se, sobretudo, à mecanização e à ampliação da área de terra destinada à lavoura.

• Destacar que, com o avanço da industrialização norte-americana, formaram-se nos Estados Unidos uma rica burguesia industrial e uma classe operária forte e aguerrida. Isso ajuda a explicar por que o 1º de Maio – dia do trabalhador – teve sua origem nas lutas operárias ocorridas nos Estados Unidos no final do século XIX.

Dialogando

a) A Standard Oil está representada como um imenso polvo que, ao estender seus tentáculos, abocanha vários ramos da produção.

b) Ele quis criticar a concentração de riqueza nas mãos da família Rockefeller. Em 1900, a Standard Oil refinava 84% do petróleo dos Estados Unidos.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• GIGANTES da indústria: começa outra guerra. Duração: 42 min. Disponível em: <http://livro.pro/f5ykoz>. Acesso em: 8 out. 2018.

Documentário sobre a história dos Estados Unidos no pós-guerra e os líderes que mudaram a trajetória do país.

AUDIOVISUAL

América Latina e os Estados Unidos.

Texto de apoio

Chicago, 1º de maio de sangue

No dia 1º de maio de 1886, a Federação dos Grêmios e Uniões Organizados dos Estados Unidos e Canadá, antecessora da Federação Norte-Americana do Trabalho, iniciou uma greve nacional pela jornada de oito horas de trabalho. A repressão foi violenta em quase todo o país [...]

Os meses seguintes foram de terror: estado de sítio, centenas de prisões, toque de recolher, fechamento dos jornais operários, invasões de casas. Em meio à histeria da imprensa contra os grevistas, oito líderes anarquistas [...] foram acusados de sedição e submetidos a um processo rápido e cheio de vícios jurídicos [...]. No dia 28 de agosto de 1886, veio a sentença: sete condenados à forca e um a quinze anos de prisão. [...]

No dia 10 de novembro de 1887, a polícia divulgou esta notícia incrível, apesar da intensa vigilância dos guardas carcerários, um dos cinco condenados à morte havia "obtido" uma banana de dinamite e "suicidara-se" na cela com uma explosão na boca que destroçou sua cabeça... No dia 11, os outros quatro foram enforcados.

O martírio não foi em vão: a indignação foi fermento para a rápida reorganização do movimento operário norte-americano, a pressão de massas retornou e, em 1º de maio de 1890, o Congresso americano aprovou a lei que instituiu em todo o país a jornada de oito horas. Em 1894, após receber uma petição com 60 mil assinaturas, o novo governador do Illinois concedeu perdão e libertou os três últimos presos. O 1º de maio passou a ser comemorado pelos trabalhadores de todo o mundo como dia símbolo de suas lutas.

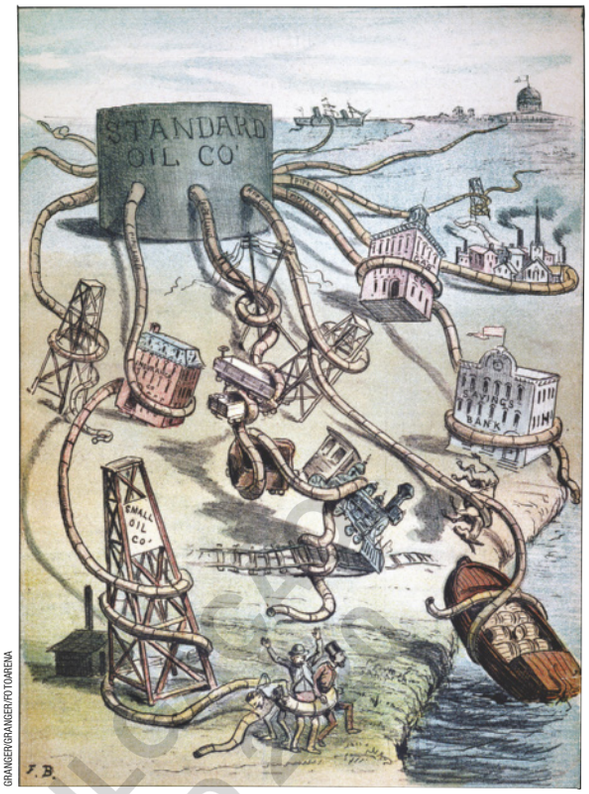
TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 146-147.

Prosperidade e intervencionismo

Após a guerra civil estadunidense, o governo empenhou-se na reconstrução do país, atraindo capitais europeus, elevando impostos sobre produtos estrangeiros e estimulando a entrada de milhões de imigrantes – o que significou mão de obra farta e barata para as fábricas. A existência de recursos naturais (como ferro, chumbo e petróleo), de terras férteis e de ferrovias também colaborou para a industrialização acelerada ocorrida nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX.

No final do século XIX, os Estados Unidos haviam se tornado uma das maiores potências industriais do mundo, possuíam uma rica burguesia industrial e uma classe operária organizada e combativa. Ao mesmo tempo em que a economia estadunidense se fortalecia, ocorria uma grande concentração de capital nas mãos de um pequeno grupo de magnatas, donos de verdadeiros impérios econômicos, a exemplo de J. Rockefeller. Valendo-se disso, controlavam a matéria-prima e o transporte, ditavam as regras de comercialização dos produtos e impunham preços de compra e de venda.

Charge estadunidense de 1884 atacando a Standard Oil Company, de John D. Rockefeller.



GRANGER/GRANGER/FOTOARENA

DIALOGANDO

Sabendo que a Standard Oil pertencia à família Rockefeller, responda:

a) Como essa empresa está representada na charge?

b) O que o chargista quis criticar?

DIVULGAÇÃO PNLD FTD

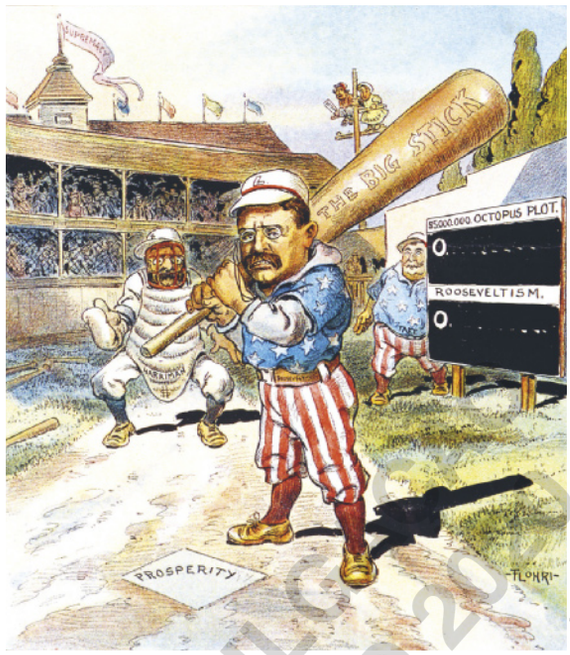
O imperialismo estadunidense

Enriquecidos, os Estados Unidos passaram a praticar o **imperialismo** na América Latina e nas Filipinas, intervindo nessas áreas a fim de obter lucros e vantagens. Em 1898, os Estados Unidos anexaram as ilhas do **Havaí**; em seguida, ajudaram **Cuba** a vencer a guerra de independência contra a Espanha e, com isso, aumentaram sua influência sobre a ilha. Os governantes dos Estados Unidos viam os povos da América Latina como atrasados e justificavam suas constantes intervenções na região dizendo que estavam levando a civilização a esses povos. A Doutrina Monroe, sintetizada na frase "A América para os americanos", e o **pan-americanismo** ajudaram a justificar o imperialismo estadunidense na América Latina.

O governo do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) praticou o imperialismo criando uma política para a América Latina conhecida como *Big Stick* ("porrete grande"). Segundo ele, essa política consistia em "conversar com os latino-americanos suavemente, mas com um porrete na mão", ou seja, usar a intimidação e a força, se necessário fosse, para dominar os latino-americanos.

Imperialismo: parte dos estudiosos define o imperialismo como uma fase do capitalismo, na qual as nações ricas acumulavam capitais estabelecendo um comércio vantajoso com os mais pobres ou se aproveitando da mão de obra barata e das matérias-primas dessas nações para obter altos lucros. O imperialismo implicava, quase sempre, um grau de dominação política, que ia desde a interferência nos assuntos internos de uma nação até a intervenção militar.

Pan-americanismo: projeto de James G. Blaine, secretário de Estado dos Estados Unidos nos anos 1880, que visava promover o comércio com a América Latina, garantir investimentos e governos "ordeiros" nos países da região e firmar a liderança estadunidense nas Américas.



COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: TRANSCENDENTAL GRAPHICS/GETTY IMAGES

Charge satirizando o presidente Roosevelt e a política do grande porrete. Capa da revista ***Judge***, 1904.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ENCAMINHAMENTO

- Informar que Theodore Roosevelt, visto pelos estadunidenses como herói da guerra contra a Espanha, elegeu-se presidente dos Estados Unidos pelo Partido Republicano.
- Citar um exemplo da aplicação do *Big Stick*: a imposição da **Emenda Platt** à Constituição cubana, em 1901, a qual garantia o direito de os Estados Unidos intervirem militarmente em Cuba. Em decorrência dessa emenda, Cuba teve de assinar um convênio pelo qual concedia 117,6 km² do solo cubano – a Baía de Guantánamo – para a instalação de uma base militar que lá se encontra até hoje.

Professor: o imperialismo implicava, quase sempre, um grau de dominação política, que ia desde a interferência nos assuntos internos de uma nação até a intervenção militar.

- Aprofundar o assunto acessando o texto: DO COROLÁRIO Roosevelt à Doutrina Monroe. Disponível em: <http://livro.pro/xurhps>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Texto de apoio

Pan-americanismo

No fim do século XIX e início do século XX, a história das Américas começa a contar com o surgimento dos Estados Unidos como potência naval e militar e com o crescimento do investimento e do comércio norte-americanos – no México, no Caribe e na América Central antes da Primeira Guerra Mundial, e na América do Sul durante e após a Guerra. O comentário do secretário de Estado norte-americano Richard Olney durante a crise da Venezuela em 1895 ("os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente e seu *fiat* tem força de lei para os sujeitos que estão confinados à sua interposição"), a guerra com a Espanha (1898) e a ocupação seguida de Cuba, Porto Rico e Filipinas, a Independência do Panamá (1903), o corolário de Theodore Roosevelt à Doutrina Monroe (dezembro de 1904), a intervenção norte-americana na República Dominicana (1905) e no México (1914-5), e a ocupação norte-americana da Nicarágua (1916-1924) atestam o estabelecimento crescente da hegemonia norte-americana no México, na América Central e no Caribe, e futuramente na América do Sul, e a tal superioridade norte-americana em relação aos "latinos".

Paralelamente, os Estados Unidos, através do pan-americanismo, tentavam de forma pacífica estabelecer sua liderança no hemisfério ocidental. O pan-americanismo, com ênfase na história e geografia em comum e nas ideias de republicanismo, liberdade e democracia (*sic*), foi inicialmente um projeto de James G. Blaine ("Jingo Jim" Blaine), duas vezes secretário de Estado dos Estados Unidos nos anos 1880. O objetivo era promover o comércio e o investimento estadunidense na região, criar estruturas políticas mais ordenadas e previsíveis nos países ao sul e deter quaisquer ambições imperialistas europeias. [...]

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. **Estud. Hist**. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 296, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ENCAMINHAMENTO

- Aprofundar o assunto acessando o trabalho: A DIMENSÃO estratégica da política externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904). Disponível em: <http://livro.pro/kd6uos>. Acesso em: 8 out. 2018.

Observe o mapa.

Imperialismo estadunidense na América Latina

Fonte: ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Um exemplo da aplicação do *Big Stick* foi a política estadunidense para o Panamá. Os Estados Unidos estavam interessados em controlar um canal útil ao transporte de mercadorias e pessoas entre o Atlântico e o Pacífico, evitando assim o longo trajeto feito, até então, pelo Estreito de Magalhães, no extremo sul da América.

Por isso, incentivaram e ajudaram os habitantes do que viria a ser o Panamá a se tornarem independentes da Colômbia. Em 1903, nascia um novo país, a República do Panamá. Em troca da ajuda, os Estados Unidos ganharam o direito à construção do Canal, iniciada pelos franceses, no Panamá, e obtiveram direitos soberanos sobre a Zona do Canal (uma área de 16 quilômetros de largura) por tempo indeterminado a partir de sua finalização, em 1914, o que gerou enormes lucros para os estadunidenses.

Em 1970, no entanto, o governo panamenho conseguiu que os Estados Unidos se comprometessem a entregar ao Panamá o controle do canal no final do século XX, o que se efetivou em 31 de dezembro de 1999.

Paralelamente à política do *Big Stick*, o governo dos Estados Unidos adotou também a "diplomacia do dólar", que consistia em comprar favores dos políticos latino-americanos a fim de obter facilidades e vantagens econômicas na América Latina.

JANE SWEENEY/AWL IMAGES/GETTY IMAGES

Vista aérea do Canal do Panamá com navios de carga aguardando para cruzá-lo, em 2014. Esse canal possui 82 km de extensão e corta o país, ligando os oceanos Atlântico ao Pacífico. O Canal do Panamá, assim como as estradas de ferro, uniu esses dois oceanos, facilitou o transporte de mercadorias e propiciou enormes lucros, além de aumentar o poder estadunidense sobre a região.

Texto de apoio

Os ecos do pan-americanismo na América Latina

O pan-americanismo surgiu na década de 1880 e ocupou por muitos anos o cenário político e intelectual do continente americano. [...] James G. Blaine (1830-1893), também considerado o maior porta-voz da doutrina do "Destino Manifesto", foi o principal autor e executor do projeto pan-americano. Em 1881, quando secretário de Estado, defendeu esta política, mas a oposição do Partido Democrata inviabilizou-a. No final dos anos de 1880, quando o pan-americanismo foi novamente "proposto", coube a Blaine, então secretário de Estado, orientar a sua reunião inicial. Nas últimas décadas do oitocentos os Estados Unidos passaram a despertar, entre políticos e intelectuais da América Latina, suspeitas acerca de suas intenções imperialistas. Martí foi um dos primeiros a denunciar esta política pan-americana como um pretexto norte-americano para a sua ingerência no continente. [...]

Para Martí, a motivação real do Congresso ao propor o "panismo" era atender às necessidades comerciais da jovem indústria norte-americana. [...] Tal política vinha com uma face nova e seu programa, fundamentalmente comercial, servia de justificativa para atender aos interesses das grandes indústrias financeiras do país.

Além do escritor cubano, outros intelectuais latino-americanos reagiram à política pan-americana. Na Argentina, Uruguai, Venezuela, Brasil e México, muitos se manifestaram contrários a tal política e declararam os perigos que poderiam sobrevir com o pan-americanismo. Diversos intelectuais denunciaram o que estava por traz do corolário do monroísmo. Inúmeros artigos publicados nesse período apontavam os perigos que essa doutrina representava, argumentando que a política defendida pelos Estados Unidos não passava de uma artimanha para o domínio de polo a polo do continente. [...]

GOUVEIA, Regiane Cristiane. **O enigma latino-americano**: construção de identidades e polarizações entre América Latina e Estados Unidos nos escritos de Martí e Rodó. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura)–Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20288/20288_5.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

ATIVIDADES

I Retomando

1. Assinale **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

Entre as razões da Marcha para o Oeste, podemos citar:

a) ( ) a crença no destino manifesto, segundo a qual os colonos estadunidenses haviam sido escolhidos por Deus para expandir-se pelas terras do continente americano.

b) ( ) o crescimento da população, estimulado pela entrada de milhões de imigrantes nos Estados Unidos.

c) ( ) a busca de terras para plantar e viver por parte das populações do litoral estadunidense.

d) ( ) a Lei do Povoamento (1862), pela qual o governo cedia, por 200 dólares, um lote de terra no Nordeste.

e) ( ) a "corrida do ouro", após a descoberta do ouro na Califórnia.

2. Em seu caderno, faça um quadro comparando a Lei de Terras de 1850, no Brasil, à Lei do Povoamento (*Homestead Act*) de 1862, nos Estados Unidos. No quadro deve constar o ano de promulgação de cada lei, o que cada uma determinava e os efeitos delas. Se necessário, consulte o capítulo 11 (Segundo Reinado: política, economia e guerra).

3. O texto a seguir, escrito em 1850 por Herman Melville, pode ajudar a entender o significado da ideia do destino manifesto para os estadunidenses daquela época. Leia-o com atenção:

O destino manifesto

Nós, americanos, somos o povo [...] escolhido – o Israel de nosso tempo; carregamos a arca das liberdades do mundo [...]. Deus predestinou, e a humanidade espera grandes feitos da nossa raça [...]. O resto das nações precisa [...] estar na nossa retaguarda. Somos os pioneiros do mundo; a guarda avançada [...] para abrir no Novo Mundo um novo caminho que é nosso [...] Num período em que outras nações não fizeram senão balbuciar, nossa voz [...] é ouvida longe. [...]

MELVILLE, Herman apud JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos**: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001. p. 37-38.

Texto de apoio

A corrida do ouro

Entre [...] 1860 e 1880, cerca de metade da atual área dos Estados Unidos já estava ocupada e era explorada por norte-americanos [...]. Cidades como São Francisco e Sacramento eram bastante movimentadas e a produção agrícola estava firme no vale do Willamette, Oregon. Entre essas duas "fronteiras", os povoados da costa do Pacífico e os estados imediatamente a oeste do Mississippi, estendia-se o chamado "Grande Deserto", uma imensa região de pradarias, planícies e montanhas, praticamente intocada por qualquer civilização de origem europeia.

A ocupação dessa "última fronteira" se deu por várias razões, quais sejam, a liberdade religiosa (no caso dos mórmons) ou o desejo de obter terras e ouro. [...]

Da noite para o dia, surgiam cidadelas de centenas – por vezes milhares – de pessoas [...]. Passada a euforia da cata fácil de pepitas na superfície, muitas dessas cidades mineiras eram, literalmente, abandonadas, transformando-se em cidades-fantasma. Por vezes, a essa primeira fase seguia-se outra de uma exploração mais sistemática dos veios de ouro mais profundos, utilizando-se de maquinaria cara. No último quartel do XIX, as "febres do ouro" norte-americanas duplicaram a oferta mundial de ouro. [...]

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 161.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1. V, V, V, F, V. Justificativa: A Lei de Terras (1862), pela qual o governo cedia, por 10 dólares, um lote de terra no Oeste. **Professor**: para os estadunidenses, essa lei significou uma verdadeira reforma agrária, pois ampliou o número de pequenos proprietários, fazendo aumentar a oferta de alimentos a preços baixos e incentivando, assim, o desenvolvimento do país.

2.

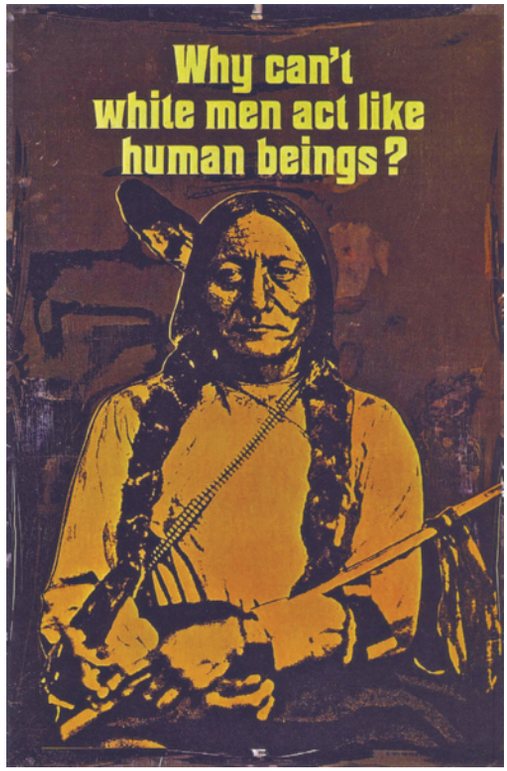
	Lei de Terras	Lei do Povoamento (*Homestead Act*)
País	Brasil	Estados Unidos
Ano de promulgação	1850	1862
O que a lei determinava	Proibia-se o acesso à terra por qualquer outro meio que não fosse a compra.	O governo cedia, por apenas dez dólares, um lote de terras no Oeste a quem se dispusesse a cultivá-lo.
Efeitos da lei	A lei dificultou o acesso à terra para os pobres, incluindo ex-escravos e imigrantes, e favoreceu a concentração de terras no Brasil.	A lei facilitou o acesso à terra e contribuiu para o desenvolvimento econômico e social dos Estados Unidos.

a) Interprete: qual o significado de "o Israel de nosso tempo"?

b) Qual a visão do autor sobre o "lugar" dos Estados Unidos no mundo da época?

c) Que relação se pode estabelecer entre a crença no destino manifesto e a conquista do Oeste?

4. A imagem é de um cartaz da campanha pelos direitos civis dos povos indígenas norte-americanos durante a década de 1960. Observe-o com atenção:



COLEÇÃO PARTICULAR

a) Com base em seus conhecimentos de inglês e/ou com a ajuda de um dicionário, responda: o que diz o texto do cartaz?

b) Quem é o indígena mostrado na fotografia?

c) Que mensagem os autores do cartaz pretenderam passar?

d) Pesquise sobre Touro Sentado e escreva uma pequena biografia sobre ele. Sugestão de *site* para pesquisa: <http://livro.pro/kahy3k>. Acesso em: 9 nov. 2018.

5. Elabore um quadro sobre as diferenças entre o Centro-Norte e o Sul dos Estados Unidos e o relacionamento dessas duas áreas com o exterior.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. **a)** A expressão "o Israel de nosso tempo" é uma referência à passagem bíblica segundo a qual o povo de Israel foi escolhido por Deus. À semelhança dos judeus, os estadunidenses viam a si próprios como o povo escolhido por Deus.

b) Segundo o autor, os Estados Unidos exerciam um papel de liderança mundial; e trilhavam um caminho próprio na América. **Professor**: os estadunidenses viam seu país como uma nação democrática e autossuficiente que seguia em direção ao progresso.

c) A crença do destino manifesto colaborou para dar aos pioneiros a convicção de que eram predestinados a ocupar, conquistar, "civilizar".

4. **a)** A tradução para o texto do cartaz é: "Por que os homens brancos não são capazes de agir como seres humanos?".

b) Tatanka Yotaka, mais conhecido como Touro Sentado (tradução literal de seu nome).

c) Pretenderam lembrar os massacres de povos indígenas e a usurpação de suas terras ao longo da história dos Estados Unidos.

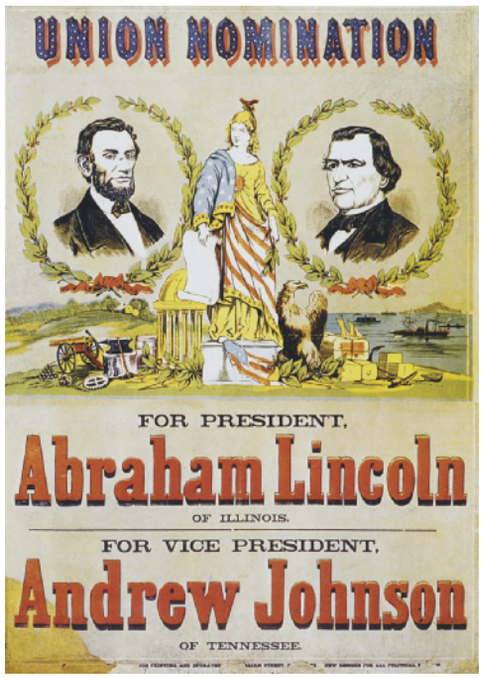
d) Foi chefe de um dos grupos Sioux (c. 1831-1890), um dos principais líderes da resistência indígena à conquista do Oeste. Touro Sentado tornou-se conhecido pela vitória espetacular na batalha de Little Big Horn (1876) contra o Exército dos Estados Unidos, comandado pelo general G. A. Custer. Mostrado em vários filmes de faroeste como herói, o general Custer foi, na verdade, um dos maiores responsáveis pelos crimes cometidos contra os indígenas norte-americanos. Touro Sentado foi assassinado, em 1890, por tropas norte-americanas que reprimiam os Sioux, acusando-os de praticarem a Dança dos Espíritos, um ritual religioso em que esses indígenas oravam para o "Grande Espírito" pedindo de volta as terras e os bisões que haviam perdido durante a Marcha para o Oeste. A Dança dos Espíritos pode ser considerada também um ato de resistência cultural.

5.

	Centro-Norte	Sul
Economia/mão de obra	Agropecuária, indústria e comércio; mão de obra livre e escrava.	*Plantations*: grandes propriedades de gêneros agrícolas; mão de obra escrava.
Destino da produção	Mercado interno.	Mercado externo.
Estilo de vida da elite	Burguês; investimentos em indústria, comércio e agricultura mecanizada.	Aristocrático; investimento em terras, escravos e na compra de gêneros importados.
Política de impostos sobre produtos estrangeiros	Impostos de importação elevados para proteger seus produtos.	Impostos de importação reduzidos para continuar comprando do exterior.

6. O trecho a seguir é de um discurso de Abraham Lincoln, em 1854. Leia-o com atenção.

> [...] Odeio-a porque ela priva nosso exemplo republicano de sua justa influência no mundo; permite aos inimigos das instituições livres taxar-nos, plausivelmente, de hipócritas; faz que os verdadeiros amigos da liberdade duvidem de nossa sinceridade; e, especialmente, porque obriga tantos homens realmente bons entre nós a uma guerra aberta contra os princípios fundamentais da liberdade civil. [...]
>
> NATIONAL PARK SERVICE. **Lincoln on Slavery**. October 16, 1854: Speech at Peoria, Illinois. Disponível em: <https://www.nps.gov/liho/learn/historyculture/slavery.htm>. Acesso em: 2 nov. 2018. Tradução nossa.



BRIDGEMAN/FOTOARENA

O fato de Lincoln ser antiescravista contribuiu para sua vitória nas eleições de 1860. A imagem é de um cartaz de propaganda daquelas eleições.

a) Que posição social o autor do texto chegou a ocupar na sociedade estadunidense?

b) A que ou a quem ele está se referindo quando diz "odeio-a"? Por que ele diz devotar ódio a ela?

c) Que argumentos ele usa para convencer o leitor da ideia que ele defende?

d) Com base no que você estudou e neste texto, pode-se afirmar que Lincoln era abolicionista?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

6. a) Ele foi presidente dos Estados Unidos entre 1861 e 1865.
b) Ele está se referindo à escravidão, que levou a uma guerra civil, nos Estados Unidos, entre o Norte, industrializado, e o Sul, que lutava para preservar a mão de obra escrava nas plantações de gêneros voltados à exportação.
c) Ele usa três argumentos. Segundo ele, ao manter a escravidão, os EUA: 1) deixavam de ser um exemplo para os outros países; 2) podiam ser acusados de adotar uma postura hipócrita; 3) obrigava os estadunidenses a se engajarem em uma guerra em defesa das liberdades civis.
d) Não; ele era antiescravista (criticava a escravidão, mas não propunha a sua abolição imediata).

Texto de apoio

Raça e República nos Estados Unidos

[...] Um dos grandes desafios para as lideranças negras norte-americanas no século XIX era o de combater a um só tempo a escravidão e o crescente racismo, em parte disseminado por discursos da ciência. Da ciência à política, e vice-versa, uma variedade de imagens, teorias e debates sobre a suposta inadequação dos negros para integrar a república norte-americana invadiu ambientes acadêmicos, jornais, discussões partidárias e o cotidiano das ruas. Líderes negros, radicados sobretudo nas cidades ao Norte do país, onde a escravidão foi abolida nas décadas que se seguiram à Independência, contradiziam e desafiavam a crescente ideia de inferioridade dos negros. Valendo-se muitas vezes da retórica sobre a raça, tão presente naquele contexto, subvertiam-na para reafirmar a noção da igualdade original entre os povos, qualquer que fosse a sua cor. Líderes negros como James McCune Smith iam a público para combater a noção de supremacia branca e defender a cidadania negra em um ambiente de crescente embate racial.

James McCune Smith, sempre lembrado como o primeiro negro norte-americano a graduar-se como médico, nasceu em 1813 na cidade de Nova York, onde frequentou a Free African School, mantida por uma sociedade antiescravista local. Não se sabe ao certo se a mãe de Smith era escrava ou já liberta quando ele nasceu, mas é seguro afirmar que o passado escravo muito próximo era parte de sua história, igualmente marcada pela valorização da educação formal como meio de ascensão e legitimação da condição de homem livre. Auxiliado por abolicionistas e religiosos filantropos, Smith foi estudar medicina na Universidade de Glasgow, após ter seu ingresso negado, por alegadas razões raciais, em diferentes escolas médicas norte-americanas. Ao receber seu grau de Doutor em Medicina na Escócia, em 1837, retornou a Nova York, cidade na qual instalou sua prática médica e iniciou uma carreira dedicada ao ativismo abolicionista e à refutação das teses racistas, que a este tempo se multiplicavam nos meios científicos e letrados norte-americanos. [...]

VIANA, Larissa Moreira. **A América negra em tempo de revolução: raça e República nos Estados Unidos (1776-1860)**. Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/rhc_volume008_Num002_005.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

7. a) A fotografia sugere a segregação racial existente nos Estados Unidos daquela época, que se manifesta, no caso dessa foto, por meio da existência de uma entrada exclusiva para negros.
   b) Resposta pessoal. **Professor**: o objetivo aqui é estimular a habilidade de relacionar e de produzir textos históricos.
8. a) A construção mundial de estradas de ferro, por década, entre 1840 e 1880. **Professor**: comentar que o título de uma tabela tem como objetivo principal identificar o assunto tratado.
   b) 20 800 km.
   c) Não, uma vez que no Reino Unido houve redução entre as décadas de 1840-1850 e 1850-1860 e entre as décadas de 1860-1870 e 1870-1880.
   d) A construção das estradas de ferro mais que dobrou, pois 81 600 km (1870-1880) é mais do que o dobro de 38 400 km (1860-1870).
   e) Os EUA construíram 81 600 km enquanto o Reino Unido construiu 3 200 km de estradas de ferro, ou seja, o número de quilômetros construídos pelos EUA é mais de 25 vezes o número do Reino Unido.

Texto de apoio

Segregação racial

Leis de segregação racial haviam feito breve aparição durante a reconstrução, mas desapareceram até 1868. Ressurgiram no governo de Grant, a começar pelo Tennessee, em 1870 [...] Cinco anos mais tarde, o Tennessee adotou a primeira Lei Jim Crow e o resto do Sul o seguiu rapidamente. O termo "Jim Crow", nascido de uma música popular, referia-se a toda lei (foram dezenas) que seguisse o princípio "separados, mas iguais", estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. [...]

Dentro dessa postura segregacionista surgiu uma corrente ainda mais extremada, que defendia, em última instância, o extermínio da "população inferior". Desse grupo emergiu a Ku Klux Klan (KKK) – do grego Kyklos, "círculo"–, criada em Nashville, em 1867. A ideia de círculo aparece como símbolo de sociedade secreta, fechada em si mesma. [...]

7. Observe a imagem.

a) O que a fotografia indica sobre a relação entre brancos e negros nos Estados Unidos na data em que ela foi tirada? Justifique.

b) Elabore um comentário relacionando a imagem ao que você estudou sobre esse assunto.

NEW YORK TIMES/GETTY IMAGES

Entrada do Teatro Paramount com uma placa onde se lê "Entrada para negros". Estados Unidos, 1962.

8. Integrando com Matemática. Observe a tabela e responda às questões.

Construção mundial de estradas de ferro, por década (em quilômetros)

Década	Reino Unido	Europa (excluindo o Reino Unido)	Estados Unidos	Resto do mundo
1840-1850	9 600	11 200	11 200	0
1850-1860	6 400	20 800	38 400	1 600
1860-1870	8 000	41 600	38 400	11 200
1870-1880	3 200	59 200	81 600	19 200

Fonte dos dados: HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 106.

a) Qual é o assunto tratado na tabela?

b) De quantos quilômetros foi a construção de estradas de ferro na Europa (excluindo-se o Reino Unido) na década de 1850-1860?

c) A construção de estradas de ferro em cada década do período apresentado foi sempre crescente no Reino Unido, na Europa, nos Estados Unidos e no resto do mundo? Justifique.

d) O que se pode dizer sobre a construção de estradas de ferro nos Estados Unidos entre as décadas 1860-1870 e 1870-1880? Justifique.

e) **Em dupla**. Comparem os Estados Unidos ao Reino Unido no tocante à construção de estradas de ferro na década de 1870-1880.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

A KKK colocava-se como uma entidade moralizante, de defesa da honra, dos costumes e da moral cristã. A prática pavorosa dos linchamentos era justificada por seus membros a partir de acusações de supostos estupros de mulheres brancas por negros (numa clara hierarquização da sociedade: a mulher, indefesa e inocente, estaria sendo vitimizada pelo negro, ser "inferior e bestial", que precisava ser combatido pelos protetores dos "bons costumes", os cavaleiros brancos da Klan).

[...]

A KKK era apoiada pela participação de muitos políticos sulistas, mas toda a sua base era composta por brancos pobres ressentidos. Para se tornar membro da Klan era necessário ser branco, não ser judeu, "defender a pátria até as últimas consequências" e ser um "bom cristão protestante", já que não se aceitavam católicos. [...]

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 145-146.

II Leitura e escrita em História

a. Leitura de imagem

Observe com atenção essa imagem produzida em 1903.

COLEÇÃO PARTICULAR. FOTO: BRIDGEMAN/FOTOARENA

a) Quem é o personagem que está à frente dessa pitoresca comitiva?

b) Por que ele carrega uma pá na mão esquerda?

c) Quem é o homem sentado no elefante?

d) O que o elefante está carregando?

e) O que o chargista está criticando?

f) Em que contexto essa charge foi produzida?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Os capitães de indústria

[...] O caso de John Rockefeller é exemplar. Nasceu em Nova York, em 1839. Ainda jovem percebeu as possibilidades que a região do Oeste oferecia e mudou-se para Cleveland, Ohio, em 1853. Lá, abriu uma empresa para negociar produtos agrícolas, procurando atingir o pequeno fazendeiro. Em 1859, foi descoberto petróleo na Pensilvânia e a cidade de Cleveland – que tinha ligação com os campos petrolíferos e estava na rota da ferrovia transcontinental – tornou-se um centro de refino de petróleo. Em 1863, Rockefeller iniciou sua atividade petrolífera, ao lado de outros empresários que se implantaram no local com o mesmo objetivo. Em 1867, Rockefeller já possuía a maior refinaria de Cleveland. O passo seguinte foi fechar um acordo sigiloso com os donos das ferrovias, no qual obtinha descontos de fretes no transporte de matéria-prima [...] e, com essa vantagem sobre o concorrente, prosperou rapidamente. Em 1870, organizou a *Standard Oil Company* e partiu para a compra das outras refinarias de Cleveland. Três anos depois, Rockefeller comprou uma companhia distribuidora e passou a construir seus próprios oleodutos. A partir desse momento adquiriu refinarias em Nova York, Baltimore, no Centro-oeste e Sudoeste do país. Em 1900, a *Standard Oil* refinava 84% do petróleo cru dos Estados Unidos. Produzia petróleo para iluminação e controlava 86% de óleo destinado a esse fim. Com um negócio tão lucrativo, a família Rockefeller tornou-se proprietária de grandes áreas de terra nos Estados Unidos, passando também a controlar ferrovias e recursos minerais diversos.

A *Standard Oil* é apenas um exemplo da construção de um monopólio, entre tantos outros. Os capitães de indústria controlavam não só a produção do país, mas também financiavam os partidos políticos [...]. Eram também capazes de subornar juízes para favorecerem suas causas, espionar competidores, difamar inimigos e manter o controle sobre as opiniões emitidas na imprensa a seu respeito ou sobre suas companhias.

JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos**: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001. p. 97.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O personagem é o Tio Sam.

b) A pá representa a ideia de que os Estados Unidos vão construir o canal do Panamá.

c) O homem sentado é o presidente Roosevelt.

d) Ele carrega materiais que serão usados para a construção do Canal do Panamá.

e) Ele está criticando o imenso poder do presidente Roosevelt (desenhado como um marajá) e o fato de o presidente Roosevelt tirar vantagem da situação.

f) Essa charge foi criada no contexto da expansão imperialista estadunidense na região do Caribe e da política autoritária posta em prática pelo presidente Roosevelt. **Professor**: o trabalho com essa imagem pode ajudar a consolidar o conceito de imperialismo.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) O autor é o então presidente dos Estados Unidos, comandante-chefe do Exército e da Marinha; portanto, a maior autoridade do país na época. Ele fala ou pretende falar para todos os estadunidenses.

b) Este documento é uma lei federal – Lei da Emancipação dos escravos – que confere liberdade aos escravos dos estados confederados; ou seja, aos adversários da União presidida por Abraham Lincoln.

c) O presidente afirma que o Exército e a Marinha garantiriam o cumprimento da lei; ou seja, ele prometia o uso da força em caso de descumprimento da Lei.

d) Ao afirmar que os ex-escravos seriam recebidos no Exército e na Marinha dos Estados Unidos, essa lei federal estimulou a fuga de milhares de escravos do Sul para o Norte, contribuindo significativamente para a vitória da União sobre os Confederados.

Texto de apoio

Lincoln, o exemplo de um estadista

Quando Abraham Lincoln começou o discurso que buscava lançar sua campanha presidencial, sua voz era tensa e aguda, seu sotaque interiorano. "Senhor Chirman", disse ele, num timbre alto e estridente. [...]

Primeiro, Lincoln tinha de convencer seus ouvintes de que ele era um "rematado estadista". [...] Esse acabou sendo o desafio mais fácil. À medida em que Lincoln esquentava sua fala, ficou evidente que não era nenhum caipira, apesar de informal.

A escravidão era a "questão viva do dia", como colocou Lincoln, e o tecido político estava se estilhaçando por causa dela. [...]

O novo Partido Republicano fora fundado sobre princípios antiescravagistas, em 1854 [...]. Alguns republicanos perguntavam-se se o partido devia tirar a ênfase nos valores abolicionistas na tentativa de atrair eleitores. Lincoln, não.

Embora fosse um moderado relativo que não aboliria a escravidão onde ela já existisse, Lincoln acreditava que os republicanos deviam ter um homem "que não hesitasse em declarar a escravidão um erro; nem tratasse com ela enquanto tal; que acreditava no poder e dever do Congresso de impedir que ela se espalhasse".

As apostas eram altas. Os escravos constituíam a porção maior da economia americana em termos de capital, maior até mesmo que as ferrovias e a indústria manufatureira. [...] Havia 4 milhões de escravos americanos, a vasta maioria deles no Sul, e um simples agricultor valia em torno de US$ 1,1 mil a US$ 1,5 mil – aproximadamente US$ 75 mil a US$ 135 mil em dinheiro de hoje. Não espanta que barões sulistas saíssem vociferando em defesa da "instituição peculiar". [...]

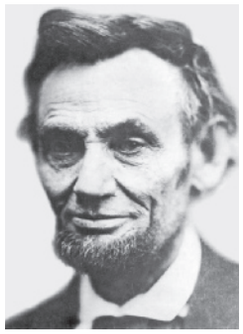
Para Lincoln, a questão não era cultural ou econômica, mas constitucional. [...]

JENKINS, Sally. No discurso de Lincoln, o exemplo de um estadista. **The Washington Post, O Estado de S. Paulo**, 10 nov. 2010. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,no-discurso-de-lincoln-o-exemplo-de-um-estadista-imp-,637688>. Acesso em: 9 out. 2018.

b. Leitura e escrita de textos

VOZES DO PASSADO

Proclamação de 1º de janeiro de 1863



ANN RONAN PICTURES/PRINT COLLECTOR/GETTY IMAGES

Última fotografia de Abraham Lincoln, 1865.

Agora [...] eu, Abraham Lincoln, [...] em virtude do poder que me foi conferido [...], e como medida adequada e necessária para sufocar a dita rebelião, neste 1º dia de janeiro de 1863 [...] ordeno e designo como os Estados [...] cujo povo se acha [...] em rebelião contra os Estados Unidos, os seguintes [...]:

E em virtude do poder e para a finalidade acima citada, ordeno e declaro que todas as pessoas mantidas como escravos dentro dos designados Estados [...] são livres, e o serão daqui por diante; e que o governo executivo dos Estados Unidos, incluindo suas autoridades militares e navais, reconhecerá e manterá a liberdade das mencionadas pessoas.

E por meio desta proclamação ordeno às pessoas assim declaradas livres que se abstenham de toda violência, a não ser em caso de necessária autodefesa; e recomendo-lhes que, em todos os casos permitidos, trabalhem fielmente mediante salários razoáveis.

E declaro mais e faço saber que tais pessoas de condição apropriada serão recebidas nos serviços armados dos Estados Unidos, a fim de guarnecer fortes, posições, postos e outros lugares, e tripular navios de todos os tipos nos ditos serviços. [...]

SYRETT, Harold C. (Org.). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1988. p. 220.

a) Que posição o autor do texto ocupa na sociedade e para quem ele fala?

b) Qual o conteúdo desse importante documento?

c) Como o governo da União garantiria essa decisão de Lincoln?

d) Que relação se pode estabelecer entre o conteúdo desse documento e o andamento da Guerra Civil (1861-1865)?

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

BIBLIOGRAFIA

ANGELIM, Eduardo Francisco Nogueira. Manifesto dos Cabanos, 26 ago. 1835. ***Blog* do Riba**, 20 jan. 2011. Disponível em: <http://ribaprasempre.blogspot.com/2011/01/manifesto-dos-cabanos.html>. Acesso em: 5 jul. 2018.

ATA Geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885. **UFMG**. Disponível em: <http://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ATLAS da História do Brasil. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

ATLAS da História do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo: Times Books, 1995.

ATLAS geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC: Fename, 1991.

BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha da Manhã, 1995.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS-USP. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 28 maio 2018.

BIGAZZI, Anna Rosa C. **Italianos**: história e memória de uma comunidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (Lazuli Imigrantes no Brasil).

BLOQUEIO CONTINENTAL: 1806-1807. **UFMG**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/bloq_cont.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BONAVIDES, P.; VIEIRA, R. A. Amaral. **Textos políticos da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. A Revolta de Beckman pelo olhar de João Felipe Betendorf e da Documentação do Conselho Ultramarino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0183.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. **Atlas geográfico Saraiva**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1976.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a História).

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil**. São Paulo: Ática, 2001.

CHIAVENATO, Júlio José. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Ática, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Unesp, 1977.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

DARNTON, Robert. **O iluminismo como negócio**: história da publicação da **Enciclopédia** (1775-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE DECCA, Edgar. **Fábricas e homens**: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. São Paulo: Atual, 1999. (História geral em documentos).

DEL PRIORE, Mary. **Documentos de História do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DIAS, Claudete M. Miranda. **Balaios e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

DIAS, Gonçalves. **Poesia completa e prosa escolhida**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUBY, Georges. **Grand Atlas Historique**. Paris: Larousse, 1999.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O período regencial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. (Princípios).

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. **Atlas História geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HERNANDES, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ISTOÉ Brasil 500 anos: atlas histórico. São Paulo: Três, 1998.

JOHNSON, Paul. **Napoleão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos**: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: da colônia à Independência. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KAWAUCHE, Thomaz. Nem tão livres, nem tão iguais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 104, p. 30-31, maio 2014.

LEONE, Alba Rosa. **Orientarsi nella storia**. Milão: RCS Libri & Grandi Opere SpA, 1995.

LIMA, Valéria. **Uma viagem com Debret**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

LUCIRIO, Ivonete. História mal contada. **Superinteressante**, 12 mar. 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/5-mortes-misteriosas-de-grandes-personalidades-da-historia/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de independência na América hispânica: uma reflexão historiográfica. **Revista de História**, n. 159, 2008.

MARCHESIN, Rafael Pessolato. **Os grupos populares e as representações nacionais em narrativas sobre a Guerra do Paraguai**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. **O trabalho nas fazendas de café**. São Paulo: Atual, 1994. (A vida no tempo).

MATTOS, Hebe M. A face negra da Abolição. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, maio 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur de. **Independência ou morte**: a emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991. (História em documentos).

MAURO, Frederic. **Nova história e novo mundo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Tudo é história).

MESGRAVIS, Laima. **A colonização da África e da Ásia**. São Paulo: Atual, 1994. (História geral em documentos).

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Saraiva, 2000.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1968.

NARO, Nancy Priscilla S. **A formação dos Estados Unidos**. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Unicamp, 1987. (Discutindo a história).

NEVES, Iara C. Bitencourt (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Difel, 1969.

NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Independência e a construção do Império**. São Paulo: Atual, 1995. (Discutindo a História do Brasil).

OLIVEIRA, Roberson. **As rebeliões regenciais**. São Paulo: FTD, 1999. (Para conhecer melhor).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

OSTERMANN, Nilse Wink; KUNKE, Iole Carretta. **Às armas, cidadãos!**: A França revolucionária (1789-1799). São Paulo: Atual, 1995.

PINSKY, Jaime. **História da América através de textos**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Textos e documentos).

PISIER, Evelyne. **História das ideias políticas**. Barueri: Manole, 2004.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. 18. ed. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO, Maria Ligia. Em busca da participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3713>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

REFERENCE World Atlas. London: Dorling Kindersley, 2010.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 2.

RESENDE, Maria L. Chaves de; LANFER, Hal. O ouro vermelho de Minas Gerais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, n. 10, p. 58-60, maio-jun. 2006.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 4, n. 38, nov. 2008.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 6, n. 68, maio 2011.

RODRIGUES, João Antonio. **Atlas para Estudos Sociais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Coletânea de documentos históricos para o 1º grau**: 5ª a 8ª séries. São Paulo, 1985.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.). **Nova história da expansão portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1991. v. 6.

SERRYN, Pierre. **Atlas Bordas Historique et Géographique**. Paris: Bordas, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo. **Guerra dos Mascates**. São Paulo: Ática, 1995.

SIMKIN, John. Hannah Brown Child Labour. **Spartacus Educational**, 2015. Disponível em: <http://spartacus-educational.com/IRbrown.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SYRETT, Harold C. (Org.). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1980.

TORAL, André. **Adeus, chamigo brasileiro**: uma história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TORAL, André. Guerra no Mercosul. **Superinteressante**, São Paulo, ano 13, n. 9, p. 34, set. 1999.

TORRALVO, Izeti Fragata; MINCHILLO, Carlos Cortez. **Linguagem em movimento**. São Paulo: FTD, 2010.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALIM, Patrícia. O preço da liberdade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, n. 10, maio-jun. 2006.

VERISSIMO, Erico. **Um certo capitão Rodrigo**. São Paulo: Globo, 1987.

VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. **Atlas histórico**. Lisboa: Círculo de Londres, 1990.

VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **Coletânea de Documentos e Textos de História do Brasil Colonial**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/colonia/documentos/coletaneadedocumentos.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

WASSERMAN, Claudia (Coord.). **História da América Latina**: cinco séculos. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

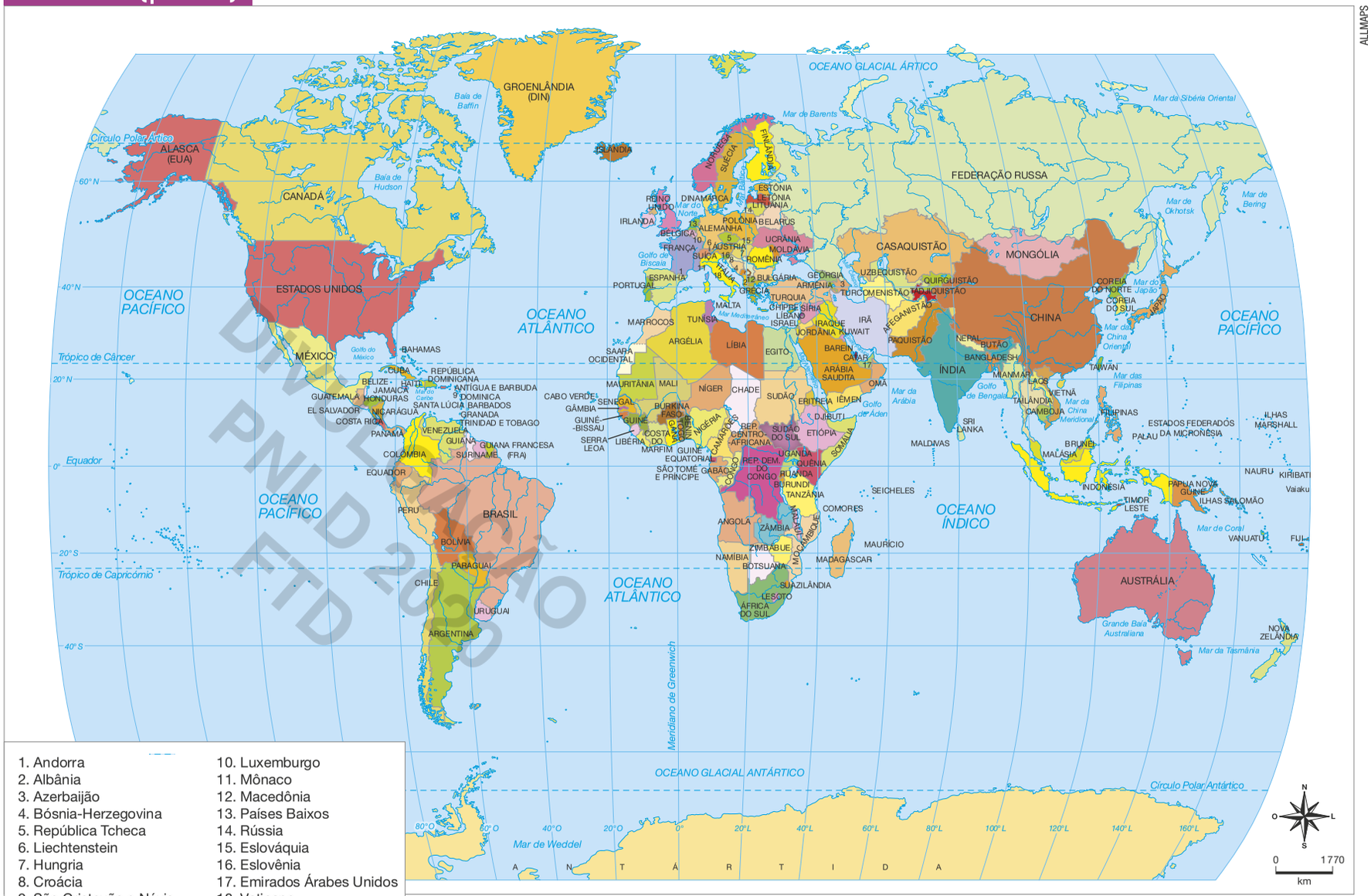
WESTIN, Ricardo. 150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai. **Jornal do Senado**, Brasília, DF, 1º dez. 2014. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/516113/2014-12-01_150%20anos%20depois%20guerra%20ainda%20e%20ferida%20aberta%20no%20Paraguai.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jul. 2018.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

267

268

Planisfério (político)



1. Andorra
2. Albânia
3. Azerbaijão
4. Bósnia-Herzegovina
5. República Tcheca
6. Liechtenstein
7. Hungria
8. Croácia
9. São Cristovão e Névis
10. Luxemburgo
11. Mônaco
12. Macedônia
13. Países Baixos
14. Rússia
15. Eslováquia
16. Eslovênia
17. Emirados Árabes Unidos
18. Vaticano

Fonte: ATLAS geográfico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 32.

América (político)

Fonte: ATLAS geográfico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 37, 39, 41.

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

269

África (político)

Fonte: ATLAS geográfico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 45.

DIVULGAÇÃO FTD 2023

270

Europa (político)

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Fonte: ATLAS geográfico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 43.

271

Ásia (político)

Fonte: ATLAS geográfico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 47, 49, 51.